

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados

Centro de Documentação e Informação

Coordenação de Biblioteca

<http://bd.camara.gov.br>

"Dissemina os documentos digitais de interesse da atividade legislativa e da sociedade."

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

ANAIIS
DA
Assembléia Constituinte

**ORGANIZADOS PELA REDAÇÃO DE ANAIS
E DOCUMENTOS PARLAMENTARES**

VOLUME XXVI



1950

**Departamento de Imprensa Nacional
Rio de Janeiro — Brasil**

indices

Índice Geral das Sessões

	Págs.
176. ^a SESSÃO	3
1. Indicações apresentadas 4 — 2. Declarações de votos 5 — 3. Transcrição de artigos do Prof. Haroldo Valadão 6 — 4. Emendas de redação ao projeto da Constituição 6 — 5. Isenção de impostos para os jornalistas 7 — 6. O preâmbulo da Constituição 9 — 7. A intervenção da União no domínio econômico 12 — 8. Trabalho, obrigação social 14 — 9. Duas questões de ordem 16 — 10. O Tribunal do Júri 18 — 11. A língua portuguesa 19 — 12. Escassez de impressos 21 — 13. Anais, repositórios para estudo dos problemas do Brasil 22 — 14. Inovação no direito penal 25 — 15. Elucidação de apartes 32 — 16. Emendas de redação às Disposições Transitórias 38 a 50 — 17. Emendas apresentadas após a extinção do prazo 54 a 66 — 18. Artigos do Prof. Haroldo Valadão 66 a 78.	
177. ^a SESSÃO	79
1. O expediente lido 81 — 2. Informações sobre a balança de pagamentos 82 — 3. As emendas religiosas 84 — 4. Voto de saudade à memória de Paulo de Frontin 94 — 5. Congratulações pela encampação da São Paulo Railway 95 — 6. Comemoração de uma batalha na Itália 100 — 7. Voto de respeito à memória de Carlos Gomes 101 — 8. Instalação do Senado e da Câmara 102 — 9. Homenagem ao General Mascarenhas de Moraes 106 — 10. Saudações às classes armadas 112 — 11. Discurso do General Mascarenhas de Moraes 113.	
178. ^a SESSÃO	116
1. Matéria do expediente constante de requerimento 119 — 2. O aproveitamento das remessas minerais e de energia hidráulica 122 — 3. Redação final da Constituição 140 — 4. Processo de votação de redação final 176 — 5. Um protesto do Deputado Lino Machado 178 — 6. Questões de ordem resolvidas e não cumpridas 179 — 7. Emendas de redação total ou parcialmente aceitas 181 a 211.	
179. ^a SESSÃO	212
1. Edição fac-similada da Constituição 215 — 2. Indicação sobre o plano rodoviário 216 — 3. Um requerimento do Deputado Costa Neto 217 — 4. Retificações à redação final da Constituição 218 — 5. Observações do Senador Carlos Prestes 219 — 6. Sobre repouso semanal remunerado e casamento indis-	

solúvel 222 — 7. A arrecadação de impostos nos municípios 223 — 8. Mandato do Vice-Presidente da República 225 — 9. Aprovação do Ato das Disposições Transitórias 226 — 10. — Uma sugestão do Deputado Prado Kelly 226 — 11. A redação final da Constituição aprovada 227.

180.ª SESSÃO 261

1. Uma retificação escrita do Deputado Hermes Ilma 265 — 2. A solenidade da promulgação da Constituição 266 — 3. Relação dos Representantes que assinaram a Ata promulgada 331.

181.ª SESSÃO 336

1. Leitura do expediente 340 — 2. Questões de ordem levantadas 340 — 3. Chamada dos Representantes para eleição do Vice-Presidente da República 340 — 4. Proclamação do resultado com a eleição do Senador Nereu Ramos por 173 votos contra 133 dados ao Senador José Américo 344.

182.ª SESSÃO 346

1. Uma retificação do Deputado Guaraci Silveira 348 — 2. Um discurso sobre a questão de limites Minas-Espírito Santo 349 — 3. Fixação dos subsídios do Presidente da República e do Vice-Presidente 353 — 4. Aprovação da proposição da Mesa sobre o assunto 355 — 5. Um protesto do Senador Pinto Aleixo 356 — 6. Diversos requerimentos 369 — 7. Relação dos funcionários da Câmara dos Deputados que prestaram serviços à Constituinte 261 — 8. Homenagem ao Senador Melo Viana 364 — 9. Saudações de aplausos à Mesa 365 — 10. A fundação da República de Piratini 370.

Índice Onomástico dos Constituintes (*)

A

Abelardo dos Santos Mata — 208.
 Abílio Fernandes — 372.
 Acácio Francisco Tórres — 24, 103, 353, 364, 355, 364, 366.
 Ademar Soares da Rocha — 22.
 Adraldo Mesquita da Costa — 6, 83, 197.
 Agamenon Sérgio de Godói Magalhães — 216.
 Alfredo de Arruda Câmara — 49, 171, 172, 174, 179, 222, 223.
 Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho — 54, 55, 182, 183.
 Alomar de Andrade Baleeiro — 21, 22, 178, 182, 197, 217, 218.
 Aloísio de Carvalho Filho — 14, 15, 16, 19, 23, 26, 27, 29, 30, 31, 35, 36, 37, 221, 222, 223, 368.
 Almirando Requião — 182, 184, 195.
 Altino Arantes — 181, 183, 360.
 Amando Fontes — 188.
 Antenor Mourão Bogéla — 55, 183, 199, 207.
 Antônio de Freitas Cavalcanti — 31.
 Antônio Ezequiel Feliciano da Silva — 17, 18, 19, 23, 24, 25, 28, 37, 38, 197, 199, 221.
 Antônio Mário Mafra — 43, 45, 46, 47.
 Asdrubal Martins Soares — 349.
 Atílio Vivaqua — 121, 188.
 Augusto Mário Caldeira Brant — 182, 183, 190, 191, 192, 193, 195, 197, 211.

Aureliano Leite — 7, 9, 96, 172, 174, 175, 176, 177, 198.

B

Benedito Costa Neto — 172, 173, 182, 183, 184, 186, 187, 189, 191, 193, 195, 196, 197, 198, 200, 201, 205, 207, 211, 217, 219, 220, 223, 224, 225, 226.
 Brígido Fernandes Tinoco — 40, 41, 42, 44, 49, 50, 183, 186, 188, 199, 209.

C

Carlos Marighela — 108, 367.
 Carlos Monteiro Lindemberg — 359.
 Clemente Mariani Bitencourt — 182, 191, 197, 199, 204, 208, 210, 211, 364, 365.
 Crisanto Moreira da Rocha — 41.

D

Daniel Agostinho Faraco — 14, 15, 37, 184, 189, 192, 193, 201, 202, 206, 210.
 Daniel Serapião de Carvalho — 369.
 Dário Délio Cardoso — 374.
 Dolor Ferreira de Andrade — 18, 19, 21, 22, 23, 25, 26, 27, 28, 29, 35, 36.

E

Edmundo Barreto Pinto — 5, 11, 102, 103, 111, 112, 139, 171, 218, 340, 354, 358, 361.
 Elói José da Rocha — 40, 43, 204.
 Eunápio Peltier de Queirós — 39.

F

Fernando Carneiro da Cunha Nóbrega — 18, 19, 24, 25.
 Fernando de Melo Viana — 140, 177, 178, 179, 180, 223, 226, 285, 353, 375.
 Francisco Afonso de Carvalho — 364.
 Francisco Gurgel do Amaral Valente — 21, 50, 112, 358, 359.

(*) Os nomes dos Srs. Constituintes figuram neste índice quando participam dos trabalhos da Assembléa, como membros da Mesa e em discursos, apertes ou assinando requerimentos, emendas (nestas a primeira assinaturas), indicações, moções, declarações de voto.

Francisco Pereira da Silva — 22, 100, 224.

G

Gabriel de Resende Passos — 50, 172, 175, 176, 194, 195, 197, 368.

Glicério Alves de Oliveira — 227, 363, 373.

Guaraci Silveira — 8, 9, 92, 200, 348, 359, 365.

Gustavo Capanema — 38, 59, 185, 187, 190, 191, 192, 215.

H

Hamilton de Lacerda Nogueira — 369.

Henrique de Novais — 40, 94, 357, 360.

Hermelindo de Gusmão Castelo Branco Filho — 19, 45.

Hermes Lima — 15, 110, 215, 265, 368.

Herófilo Azambuja — 49.

Hugo Ribeiro Carneiro — 364, 365, 370.

I

Ivo D'Aquino Fonseca — 24, 26, 27, 31, 32, 41, 222.

J

João Agripino Filho — 47.

João Café Filho — 7, 114, 115, 176, 355, 361, 371.

João de Abreu — 40.

João da Costa Pinto Dantas Júnior — 187, 197.

João Gomes Martins Filho — 6.

João Guilherme Lameira Bitencourt — 55, 56.

João Henrique Sampaio Vieira da Silva — 373.

João Villasboas — 119, 361.

João Abreu Sampaio Vidal — 95.

Joaquim Fernandes Teles — 93.

Jorge Amado — 220, 221.

José Alves Palma — 186, 187, 192, 196.

José Antônio Flores da Cunha — 113, 368.

José Armando Afonseca — 97, 98.

José Cândido Ferraz — 374.

José Carlos de Ataliba Nogueira — 12, 95, 98, 101.

José Diogo Brochado da Rocha — 45.

José Eduardo Prado Kelly — 173, 222, 224, 226, 360, 364, 375.

José Ferreira de Sousa — 11, 12, 46, 175, 185, 186, 200, 206.

José João da Costa Botelho — 102, 210.

José Maria Alkmin — 18, 19, 24, 25, 28, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 200.

José Maria Lopes Cançado — 172, 175, 173, 360.

José Monteiro de Castro — 26, 27, 28, 29, 30.

José Monteiro Soares Filho — 358.

Jurandir de Castro Pires Ferreira — 83, 179, 180, 361, 363.

L

Lauro Sodré Lopes — 23.

Leão Sampaio — 206.

Lino Rodrigues Machado — 8, 173, 174, 178, 180, 358.

Luís Carlos Prestes — 42, 44, 46, 49, 50, 82, 98, 99, 100, 176, 182, 201, 202, 206, 219, 223, 225, 226.

Luís de Medeiros Neto — 42, 43, 374.

Luís de Toledo Piza Sobrinho — 6, 11, 12, 358.

Luís Geolias de Moura Carvalho — 38.

Luís Lago — 46.

Luís Viana Filho — 171, 174, 176, 177.

M

Manuel Duarte — 39, 40, 41, 42, 44, 46, 49, 50, 184, 188, 193, 195, 196, 198, 200, 205, 207, 210.

Manuel Duarte — 39, 40, 41, 42, 44, 46, 49, 50, 184, 188, 193, 195, 196, 198, 200, 305, 207, 210.

Manuel Vitor de Azevedo — 111.

Mário Masagão — 183, 194, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 208, 209, 210, 211, 345.

Max Tavares d'Amaral — 46, 47.

N

Nereu de Oliveira Ramos — 218, 345.

Nestor Duarte — 171, 191, 226.

O

Olavo de Oliveira — 340.

Oscar Napoleão Carneiro da Silva — 202.

Oswaldo Cavalcanti da Costa Lima — 25, 26, 30, 31, 35, 173.

Oswaldo Pacheco da Silva — 36.

Otávio Mangabeira — 94.

— IX —

Osório Tuluti de Oliveira Freitas —
370.

P

Paulo Afonso Vieira de Resende —
5, 48, 360.

Paulo Sarasate Ferreira Lopes — 182,
183, 184, 185, 187, 188, 189, 190,
191, 192, 194, 195, 196, 205, 206,
207, 208, 209, 210, 220, 221, 222.

Pedro Leão Fernandes Vergara —
183, 185, 186, 188, 189, 199.

Plínio Barreto — 25, 26, 27, 28, 32,
33, 34, 35, 36, 96.

R

Renato Onofre Pinto Aleixo — 256.

Romeu de Campos Vergal — 29, 82.

Romualdo Crépori Barroso Franco —
29, 40, 41, 43, 50.

Rui da Cruz Almeida — 359.

Rui Santos — 6, 7, 12, 13, 21, 22, 171.

S

Sabuel Vital Duarte — 185, 187, 189,
191, 192, 196, 197, 200, 202, 204,
205, 208.

Silvestre Péricles de Góis Monteiro
— 173, 207, 218.

T

Tarcilo Vieira de Melo — 84, 106,
184, 198, 220.

W

Wellington Brandão — 14, 15.

LISTA NOMINAL DOS CONSTITUINTES, EM 13 DE SETEMBRO DE 1946

REPRESENTAÇÃO POR PARTIDOS E POR ESTADOS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATICO

Acre: Castelo Branco
Hugo Carneiro
Amazonas: Alvaro Maia
Valdemar Pedrosa
Leopoldo Peres
Ferreira da Silva
Cosme Ferreira
Pará: Magalhães Barata
Alvaro Adolfo
Duarte de Oliveira
Lameira Bittencourt
Carlos Nogueira
Nelson Parijós
João Botelho
Rocha Ribas
Maranhão: Clodomir Cardoso
Crêpori Franco
Vitorino Freire
Odilon Soares
Luís Carvalho
José Neiva
Afonso Matos
Piauí: Renault Leite
Arela Leão
Sigefredo Pacheco
Ceará: Moreira da Rocha
Prota Gentil
Almeida Monte
Oswaldo Studart
Raul Barbosa
R. G. Norte: Georgino Avelino
Dioclécio Duarte
José Varela
Valfredo Gurgel
Mota Neto
Paraíba: Janduí Carneiro
Samuel Duarte
José Jófili
Pernambuco: Novais Filho
Etelvino Lins

Agamemnon Magalhães
Jarbas Maranhão
Gercino de Pontes
Oscar Carneiro
Oswaldo Lima
Costa Porto
Ulisses Lins
Ferreira Lima
Pessoa Guerra
Alagoas: Teixeira de Vasconcelos
Góis Monteiro
Silvestre Péricles
Medeiros Neto
Lauro Montenegro
José Maria
Antônio Mafra
Afonso de Carvalho
Sergipe: Leite Neto
Graco Cardoso
Bahia: Pinto Alcixo
Lauro de Freitas
Aloísio de Castro
Régis Pacheco
Negreiros Falcão
Vieira de Melo
Altamirando Requião
Eunápio de Queirós
Fróis da Mota
Aristides Milton
E. Santo: Atilio Viváqua
Henrique de Novais
Ari Vianna
Carlos Lindenberg
Eurico Sales
Vieira de Resende
Alvaro Castelo
Asdrúbal Soares
D. Federal: Jonas Correia
R. Janeiro: Pereira Pinto
Alfredo Neves
Amaral Peixoto
Eduardo Duviolier
Carlos Pinto

Paulo Fernandes
 Getúlio Moura
 Heitor Collet
 Bastos Tavares
 Acúrcio Torres
 Brígido Tinoco
 Miguel Couto
M. Gerais: Levindo Coelho
 Melo Viana
 Benedito Valadares
 Juscelino Kubitschek
 Rodrigues Seabra
 Pedro Dutra
 Blas Fortes
 Duque Estrada
 Israel Pinheiro
 João Henrique
 Cristiano Brandão
 Wellington Brandão
 Joaquim Libânio
 José Alkimim
 Augusto Viegas
 Gustavo Capanema
 Rodrigues Pereira
 Celso Machado
 Olinto Fonseca
 Labir Tostes
 Milton Prates
São Paulo: Alfredo Sá
 Gofredo Teles
 Novelli Júnior
 Antônio Feliciano
 César Costa
 Martins Filho
 Costa Neto
 Sílvio de Campos
 José Armando
 Horácio Lafer
 Ataliba Nogueira
 João Abdala
 Sampaio Vidal
 Alves Palma
 Honório Monteiro
 Machado Coelho
 Batista Pereira
Goiás: Pedro Ludovico
 Dário Cardoso
 Diógenes Magalhães
 João d'Abreu
 Calado Godói
 Galeno Paranhos
 Guilherme Xavier
M. Grosso: Ponce de Arruda
 Argemiro Fialho
 Martiniano Araújo
Paraná: Flávio Guimarães
 Roberto Glaeser

Fernando Flores
 Munhoz de Melo
 Lauro Lopes
 João Aguiar
 Aramis Ataíde
 Gomi Júnior
S. Catarina: Nereu Ramos
 Ivo d'Aquino
 Aderbal Silva
 Otacílio Costa
 Orlando Brasil
 Roberto Grossenbacher
 Rogério Vieira
 Hans Jordan
R. G. Sul: Getúlio Vargas
 Ernesto Dorneles
 Gaston Englert
 Adroaldo Costa
 Brochado da Rocha
 Elói Rocha
 Teodomiro Fonseca
 Dâmaso Rocha
 Daniel Faraco
 Antero Leivas
 Manuel Duarte
 Sousa Costa
 Bittencourt Azambuja
 Glicério Alves
 Nicolau Vergueiro
 Márcio Teixeira
 Pedro Vergara
 Herófilo Azambuja
 Bayard Lima

UNIAO DEMOCRATICA NACIONAL

Amazonas: Severiano Nunes
 Epifânio Campos
Maranhão: Alarico Pacheco
 Antenor Bogéla
Piauí:
 Matias Olímpio
 José Cândido
 Antônio Corrêa
 Ademar Rocha
 Coelho Rodrigues
Ceará: Plínio Pompeu
 Fernandes Távora
 Paulo Sarasate
 Gentil Barreira
 Bené Carvalho
 Egberto Rodrigues
 Fernandes Teles
 José de Borba
 Leão Sampaio
 Alencar Araújo
 Edgar de Arruda

R. G. Norte: Ferreira de Sousa
 José Augusto
 Aloisio Alves
 Paraíba: Adalberto Ribeiro
 Vergniaud Vanderlei
 Argemiro Figueiredo
 João Agripino
 João Ursulo
 Plínio Lemos
 Ernani Sátiro
 Fernando Nobrega
 Oemar Aquino
 Pernambuco: Lima Cavalcanti
 Alde Sampaio
 João Oleofas
 Gilberto Freire
 Alagoas: Freitas Cavalcanti
 Mário Gomes
 Rui Palmeira
 Sergipe: Válder Franco
 Leandro Maciel
 Bahia: Aloisio de Carvalho
 Juraci Magalhães
 Heribaldo Vieira
 Otávio Mangabeira
 Manuel Novais
 Luís Viana
 Clemente Mariani
 Dantas Júnior
 Rafael Cincurá
 Nestor Duarte
 Alomar Baleeiro
 João Mendes
 E. Santo: Luis Cláudio
 Rui Santos
 Alberico Praga
 D. Federal: Hamilton Nogueira
 Euclides Figueiredo
 Jurandir Pires
 R. Janeiro: Prado Kelly
 Romão Júnior
 José Leomil
 Soares Filho
 M. Gerais: Monteiro de Castro
 José Bonifácio
 Magalhães Pinto
 Gabriel Passos
 Milton Campos
 Lopes Cançado
 Licurgo Leite
 São Paulo: Mário Masagão
 Paulo Nogueira
 Romeu Lourenção
 Plínio Barreto
 Toledo Piza
 Aureliano Leite

Goiás: Jales Machado
 M. Grosso: Vespasiano Martins
 João Vilasboas
 Dolor de Andrade
 Agrícola de Barros
 Paraná: Erasto Gaertner
 S. Catarina: Tavares d'Amaral
 Tomás Fontes
 R. G. Sul: Flores da Cunha

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Amazonas: Leopoldo Neves
 Bahia: Luís Lago
 D. Federal: Rui Almeida
 Benjamim Farah
 Vargas Neto
 Gurgel do Amaral
 Segadas Viana
 Benício Fontenele
 Baeta Neves
 Antônio Silva
 Barreto Pinto
 R. Janeiro: Abelardo Mata
 M. Gerais: Leri Santos
 Ezequiel Mendes
 São Paulo: Marcondes Filho
 Hugo Borghi
 Guaraci Silveira
 Pedrosa Júnior
 Romeu Fiori
 Berto Condé
 Eusébio Rocha
 Paraná: Melo Braga
 R. G. Sul: Artur Fischer

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Pernambuco: Gregório Bezerra
 Agostinho Oliveira
 Alcedo Coutinho
 Bahia: Carlos Marighela
 D. Federal: Carlos Prestes
 João Amazonas
 Maurício Grabois
 Batista Neto
 R. Janeiro: Claudino Silva
 São Paulo: José Crispim
 Osvaldo Pacheco
 Jorge Amado
 Caires de Brito
 R. G. Sul: Abílio Fernandes

PARTIDO REPUBLICANO

Maranhão: Lino Machado
 Pernambuco: Sousa Leão

Sergipe: Durval Cruz
Amando Fontes
M. Gerais: Jaci Figueiredo
Daniel Carvalho
Bernardes Filho
Mário Brant
Felipe Balbi
Artur Bernardes
São Paulo: Altino Arantes
Paraná: Munhoz da Rocha

PARTIDO SOCIAL PROGRESSISTA

Pará: Deodoro de Mendonça
Ceará: Olavo Oliveira
Stênio Gomes
João Azeodato

R. G. Norte: Café Filho
Bahia: Teófilo Albuquerque
São Paulo: Campos Vergal

PARTIDO DEMOCRATA CRISTÃO

São Paulo: Manuel Vitor
Pernambuco: Arruda Câmara

ESQUERDA DEMOCRÁTICA

D. Federal: Hermes Lima
Goiás: Domingos Velasco

PARTIDO LIBERTADOR

R. G. Sul: Raul Pila

Comissão da Constituição

PRESIDENTE

Dr. Nereu de Oliveira Ramos.

VICE-PRESIDENTE

Dr. José Eduardo Prado Kelly.

RELATOR GERAL

Benedito da Costa Neto.

REPRESENTANTES DOS PARTIDOS

Partido Social Democrático

Agamemnon Sérgio de Godói Magalhães.
José Carlos de Ataliba Nogueira.
Ivo d'Aquinio Fonseca.
Clodomir Cardoso.
Eduardo Duvivier.
Adroaldo Mesquita da Costa.
Carlos Cirilo Júnior.
Silvestre Pericles do Góis Monteiro.
Benedito Costa Neto.
Joaquim Magalhães Cardoso Barata.
Gustavo Capanema.
Artur de Sousa Costa.
Atílio Viváqua.
Benedito Valadares Ribeiro.
Valdemar Pedrosa.
Maurício Graco Cardoso.
Acúrcio Francisco Tórres.
Flávio Guimarães.
Nereu de Oliveira Ramos.

União Democrática Nacional:

Mário Mesagão.
Allomar de Andrade Baleeiro.
José Ferreira de Sousa.
Milton Soares Campos.
Argemiro de Figueiredo.
Edgar de Cavalcanti Arruda.
Hermes Lima.
José Antônio Flores da Cunha.
José Eduardo Prado Kelly.
José Montelro Soares Filho.

Partido Trabalhista Brasileiro:

Paulo Banta Neves.
Guaraci Silveira.

Partido Comunista do Brasil:

Milton Calres Brito.

Partido Republicano:

Artur da Silva Bernardes.

Partido Libertador:

Raul Pila.

Partido Democrata Cristão:

Padre Alfredo Arruda Câmara.

Partido Republicano Progressista:

João Café Filho.

Partido Popular Sindicalista:

Deodoro de Mendonça.

Mesa da Assembléia

PRESIDENTE

Fernando de Melo Viana.

1.º VICE-PRESIDENTE

Otávio Mangabeira.

2.º VICE-PRESIDENTE

Berto Condé.

1.º SECRETÁRIO

Georgino Avelino.

2.º SECRETÁRIO

Lauro Sodré Lopes.

3.º SECRETÁRIO

Lauro Bezerra Montenegro.

4.º SECRETÁRIO

Rui de Cruz Almeida.

SUPLENTE

1.º Hugo Ribeiro Carneiro.

2.º Carlos Marighela.

SESSÕES PLENÁRIAS

176.^a Sessão, em 14 de Setembro de 1946

(Extraordinária)

Presidência dos Senhores Melo Viana, Presidente e Berto Condé, Vice-Presidente

As 14 horas comparecem os Senhores:

Partido Social Democrático

Acre:

Castelo Branco.

Hugo Carneiro.

Amazonas:

Valdemar Pedrosa.

Pará:

Carlos Nogueira.

Piauí:

Areia Leão.

Sigefredo Pacheco.

Ceará:

Oswaldo Studart.

Paraná:

José Joffil.

Pernambuco:

Agamemnon Magalhães.

Gercino Pontes.

Alagoas:

Medeiros Neto.

Lauro Montenegro.

Bahia:

Aloísio de Castro.

Altamirando Requião.

Eunápio de Queiroz.

Fróes da Mota.

Aristides Milton.

Espírito Santo:

Henrique de Novais.

Rio de Janeiro:

Pereira Pinto.

Carlos Pinto.

Hector Collet.

Minas Gerais:

Melo Viana.

Pedro Dutra.

Duque de Mesquita.

Israel Pinheiro.

João Henrique.

Joaquim Libanio.

Augusto Viegas.

Rodrigues Pereira.

Celso Machado.

Alfredo Sá.

São Paulo:

Sampaio Vidal.

Goiás:

João d'Abreu.

Mato Grosso:

Argemiro Fialho.

Paraná:

Lauro Lopes.

Goni Júnior.

Santa Catarina:

Nereu Ramos.

Ivo d'Aquino.

Aderbal Silva.

Otacílio Costa.

Orlando Brasil.

Roberto Grossembacher.

Rio Grande do Sul:

Daniel Faraco.

Bittencourt Azambuja.

Nicolau Vergueiro.

União Democrática Nacional

Amazonas:

Severiano Nunes.

Piauí:

Matias Olímpio.

Paraíba:

Vergíniaud Wanderley.
Argemiro Figueiredo.
Plínio Lemos.

Pernambuco:

Gilberto Freire.

Alagoas:

Freitas Cavalcanti.
Mário Gomes.
Rui Palmeira.

Sergipe:

Leandro Maciel.

Bahia:

Alberico Fraga.
Rui Santos.

Rio de Janeiro:

Romão Júnior.
José Leomil.

Minas Gerais:

José Bonifácio.
Gabriel Passos.
Lopes Cançado.

São Paulo:

Mário Masagão.
Plínio Barreto.

Mato Grosso:

Dolor de Andrade.

Santa Catarina:

Tomáz Fontes.

Partido Trabalhista Brasileiro

Distrito Federal:

Rui Almeida.

Minas Gerais:

Ezequiel Mendes.

São Paulo:

Guaraci Silveira.
Berto Condé.

Paraná:

Melo Braga.

Partido Comunista do Brasil

Pernambuco:

Gregório Bezerra.
Agostinho Oliveira.
Alcêdo Coutinho.

Bahia:

Carlos Marighela.

Distrito Federal:

Carlos Prestes.
João Amazonas.
Maurício Grabois.
Batista Neto.

Rio de Janeiro:

Claudino Silva.
Alcides Sabença.

São Paulo:

José Crispim.
Osvaldo Pacheco.
Jorge Amado.
Calres de Brito.

Rio Grande do Sul:

Abílio Fernandes.

Partido Republicano

Maranhão:

Lino Machado.

São Paulo:

Altino Arantes.

Partido Social Progressista

Ceará:

Stênio Gomes.

Rio Grande do Norte:

Café Filho.

Esquerda Democrática

° Goiás:

Domingos Velasco.

O SR. PRESIDENTE — Achando-se presentes 91 Senhores Representantes, declaro aberta a sessão.

Passa-se à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. LAURO MONTENEGRO (3.º Secretário, servindo como 2.º) procede à leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE — Na forma do Regimento Interno, dou a ata por aprovada, ressalvada qualquer retificação escrita, que seja apresentada.

Passa-se à leitura do expediente.

O SR. LAURO LOPES (2.º Secretário, servindo como 1.º) procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

INDICAÇÃO N.º 276, DE 1946

Sugere alterações no Regimento Interno da Assembléia Constituinte no que se refere às eleições para composição da Mesa da Câmara dos Deputados.

A Assembléia Nacional Constituinte, resolve:

Art. 1.º A Assembléa Nacional Constituinte, depois de fixar o subsídio do Presidente e do Vice-Presidente da República, para o primeiro período constitucional — Const. Fed. art. 86 dará por terminada a sua missão e separar-se-á em Câmara e Senado, os quais encetarão o exercício da função legislativa.

Art. 2.º A primeira sessão preparatória da Câmara será realizada no dia imediato, sob a presidência do deputado mais idoso, o qual convidará quatro deputados que servirão como secretários. Nesse mesmo dia será realizada a eleição do Presidente da Câmara, se houver número legal.

Art. 3.º No dia imediato será realizada uma outra sessão preparatória sob a presidência do presidente eleito, realizando-se nesse mesmo dia, havendo número legal, a eleição dos dois vice-presidentes, quatro secretários e quatro suplentes de secretários.

Parágrafo único. Os secretários suplentes serão classificados na ordem da votação recebida e, em caso de empate, terá precedência o mais idoso.

Art. 4.º As eleições para Vice-Presidente e secretários do Senado Federal serão presididas pelo Vice-Presidente da República que é o presidente nato daquela Câmara.

Art. 5.º Constituídos a Câmara e o Senado terá lugar a instalação solene do Congresso Nacional, para elaboração do regimento comum.

Art. 6.º Até que sejam aprovados os respectivos Regimentos Internos da Câmara e do Senado vigorarão os que se achavam em vigor em 10 de novembro de 1937.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Barreto Pinto.*

— *A imprimir*

INDICAÇÃO N.º 277, DE 1946

Sugere ao Poder Executivo medidas no sentido de não se cobrar impostos e taxas sobre peneiras.

Considerando que nas zonas rurais é habitual o fabrico de peneiras destinadas aos serviços de colheita de café;

Considerando que não se trata propriamente de fábricas, mas de simples mister inerente aos afazeres agrícolas;

Considerando que, em regra, são empregados no tecido dessas peneiras pessoas já idosas e incapacitadas pa-

ra os pesados trabalhos do campo, emprego com que asseguram sua própria subsistência;

Considerando que, a despeito de se tratar de mera atividade doméstica inerente à vista e aos trabalhos do campo, e de se empregarem nelas pessoas de reconhecida carência econômica, o fisco federal está exigindo impostos e taxas aos tecedores de peneiras, como ocorre no Município de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo, onde, conforme reclamação encaminhada ao signatário, a fiscalização não só exige o imposto, como persegue os tecedores, lavrando contra eles autos de infração e deles exigindo multas que alcançam importâncias superiores ao próprios meios de vida de humildes trabalhadores;

Requeiro seja sugerido ao Governo Federal que o Sr. Ministro da Fazenda baixe instruções à fiscalização no sentido de não exigir tais impostos ou taxas, e de serem canceladas as multas já aplicadas aos lavradores, especialmente aos do Município de Santa Teresa, no aludido Estado do Espírito Santo, onde está ocorrendo o fato denunciado.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Vieira de Resende.*

— *A imprimir*

O SR. PRESIDENTE — São enviadas à Mesa as seguintes declarações:

DECLARAÇÃO DE VOTO

A constituição já votada, apenas sujeita a emendas de redação, em seu art. 141, § 4.º, diz textualmente: "A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual."

O projeto do Ato Constitucional de disposições transitórias inscreveu, porém, no art. 41, o seguinte:

"É insusceptível de apreciação judicial a incorporação ao patrimônio da União dos bens dados em penhor pelos beneficiados do financiamento das safras algodoeiras, desde a de 1942 até as de 1945 e 1946".

Custa crêr que a mesma Assembléa, que votou unanimemente o primeiro princípio, aliás constante de todas as constituições democráticas dos países civilizados, venha, mesmo em disposições transitórias, abrigar uma exceção a tão salutar e moralizadora norma jurídica.

Alegou o ilustre deputado Clemente Mariani, na defesa do dispositivo de exceção, que compete à Assembléa, na sua soberania, corrigir os defeituo-

dos decretos-leis e conseqüentes errôneos contratos dos financiamentos de algodão feitos pelo Banco do Brasil, como representante do governo ditatorial, visceralmente nulos por contrariarem flagrantemente o direito vigente, do nosso Código Civil. O artigo 41 das Disposições Transitórias evitaria, assim, um grande prejuízo ao Tesouro Nacional.

Do exposto se conclue que a ditadura totalitária, que infelicitou o país por mais de 8 anos; que tanto mal-sinou o Congresso na sua função legislativa; com a faculdade que se arrogou de legislar no ambiente sereno dos gabinetes, auxiliado por técnicos, só nos deu, como no caso em aprêço, decretos-leis falhos, contraditórios, contratos nulos, sem obediência, ao menos, às normas gerais do direito.

Onde estavam os juristas e técnicos do Ministério da Fazenda e do Banco do Brasil, que tanto dinheiro custam aos cofres públicos, e não souberam acauteelar os interesses do Tesouro?

O remédio que se pretende dar, agora, com o art. 41, não nos parece justo nem adequado, no momento em que reingressamos no regime da lei. O razoável, o moralizador seria, não afetarmos a Constituição com esse horroroso dispositivo, mas deixar que os interessados recorressem livremente ao Poder Judiciário, se se julgassem lesados; e, se por acaso, o Tesouro fosse prejudicado pelos defeitos apontados nos decretos-leis e contratos, como afirmou o defensor da manutenção do texto, o que se importaria era efetivar a responsabilidade dos funcionários culpados.

Com a medida infelizmente aprovada, a Assembléa cobriu as faltas ou a inépcia dos altos funcionários da ditadura.

Por estes fundamentos e os do brilhante discurso sobre o assunto pronunciado pelo emiente deputado Prado Kelly, votamos pela supressão do artigo 41, das disposições transitórias.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1946. — *Toledo Piza.* — *Paulo Nogueira.* — *Aureliano Leite.* — *Romeu Lourenção.* — *Plínio Barreto.* — *Mário Masagão.*

DECLARAÇÃO DE VOTO

Peço a V. Ex.^a se digne fazer constar a seguinte declaração de voto em relação ao artigo 41 das Disposições Transitórias:

O artigo 41 tal qual se acha redigido é u'a monstruosidade jurídica. Fechamos a Constituição Brasileira com

uma estrada de rodagem e a declaração expressa do nosso pavor pelo Poder Judiciário Nacional. Todos poderão d'oravante pleitear contra a União, menos a classe algodoeira do Brasil. No ato final da outorga dos direitos fundamentais do povo, parra-se o acesso aos tribunais dos que se julguem vítimas da expoliação de um Governo. Na agonia de um regime, sem conhecer dos fatos e sem elementos essenciais para julgar e decidir, resolveu-se sumariamente aniquillar uma fonte de produção e arrazar uma grande parte da Economia Paulista que é o maior, o patriótico e inexgotável manancial da própria Economia Brasileira.

Nessas condições votei pela supressão do texto, deixando aos tribunais julgar e decidir, contra ou a favor da União de acôrdo, com o seu alto e reconhecido critério.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *João Gomes Martins Filho.*

REQUERIMENTO

Requeiro a V. Ex.^a se digne mandar inserir na ata dos nossos trabalhos os inclusos artigos, publicados no *Jornal do Comércio* e no *Correio da Manhã*, do Professor Haroldo Valladão, que foi na Comissão Especial do Instituto dos Advogados, o relator, no Anteprojeto enviado à Assembléa, da parte referente aos Brasileiros, ao Poder Judiciário e à Declaração de Direitos, e nas emendas daquela Comissão do Instituto dos Advogados também remetidas à Assembléa (*Diário da Assembléa* de 22 de junho de 1946), o relator do Título inicial, do Poder Judiciário e da Declaração de Direitos.

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1946 — *Adroaldo Costa.* — Ao Sr. 1.^o Secretário.

O SR. PRESIDENTE: — Está finda a leitura do expediente.

O SR. PRESIDENTE — Comunico à Assembléa que findou o prazo para recebimento de emendas de redação ao projeto da Constituição. A Mesa remeterá à Comissão respectiva as que foram apresentadas. As relativas ao Ato das Disposições Transitórias, poderão ser oferecidas até às 18 horas de hoje.

O SR. RUI SANTOS (*) (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, V. Ex.^a acaba de anunciar à Casa que terminou o prazo para apresentação de emendas de redação ao texto do projeto pró-

priamente dito. Desejava saber, se possível, a quanto ascende o número dessas emendas; e, em seguida, já que o Regimento não é bem claro, nem, a meu ver, foi completamente resolvida a questão de ordem levantada pelo nobre colega Sr. Café Filho, perguntaria de que forma se processará a votação das emendas: serão votadas em globo ou em duas ordens — as que tiveram parecer favorável e as que tiveram parecer contrário. Indagaria, ainda, se seria possível requerer destaque das emendas que não tenham tido parecer favorável e que, por isso, talvez, não venham a ser submetidas a voto.

Justifica-se o meu desejo de esclarecimentos porque, sendo muitas as emendas, se o critério fôr o da concessão de destaque, nem em uma semana votaríamos o projeto. — (*Muito bem; muito bem*).

O SR. PRESIDENTE — A primeira pergunta informo ao nobre Representante que existem cerca de 700 emendas de redação.

Quanto à segunda, só o plenário poderá decidir.

O SR. RUI SANTOS — Suscitei a questão de ordem porque o Regimento me parece omisso.

O SR. PRESIDENTE — Exatamente por isso somente à Casa caberá solucionar a hipótese.

Se não houver nenhum requerimento em outro sentido, aprovado pela Casa, terei de submeter à consideração do plenário todas as emendas separadamente.

O SR. RUI SANTOS — A iniciativa desse requerimento de votação deve ser do Relator e da Mesa, ou pode ser de qualquer Representante?

O SR. PRESIDENTE — A Mesa não cabe a iniciativa na hipótese.

O SR. RUI SANTOS — Obrigado a V. Ex.^a.

O SR. CAFÉ FILHO — (*) (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, foi de iniciativa minha a emenda incorporada ao texto do Capítulo das Disposições Transitórias, correspondente ao artigo 27, parágrafo único, que isenta do imposto de transmissão e do predial a casa de residência do jornalista.

Hoje, porém, com o desenvolvimento da rádio-difusão, há trabalhadores da imprensa falada e da imprensa escrita. Visei, contudo, atribuir o benefício aos que empregam suas ativi-

dades num e noutro setor, para que, amanhã, o executor da lei não estabeleça distinção entre o jornalista da imprensa falada e o jornalista da imprensa escrita.

Nesta ordem de idéias, como autor da emenda que originou o texto, faço anexar esta declaração aos Anais da Assembléia Constituinte, pois traduz o pensamento dos Constituintes que votaram pela aprovação da emenda. — (*Muito bem*).

O SR. AURELIANO LEITE — (*) Sr. Presidente, tendo ouvido, ontem para hoje, no plenário, boatos de que os autores de emendas de redação não dispõem de tempo para discutí-las, aprecio-me em antecipar ligeiras considerações em torno das duas proposições que enviei à Mesa.

O Sr. Rui Santos — Consoante a decisão de ontem da Mesa. Vossa Ex.^a, tem dez minutos para falar sobre essas duas emendas.

O SR. AURELIANO LEITE — Suponho ter agora mais tempo; em todo caso, fique o plenário descansado, pois não falarei mais de dez minutos.

O Sr. Rui Santos — Teremos todo o prazer em ouvir V. Ex.^a durante muito mais tempo. (*Muito bem*).

O SR. AURELIANO LEITE — Bondade dos nobres colegas. As emendas por mim apresentadas, Sr. Presidente, e publicadas no “Diário da Assembléia” de ontem são deveras importantes. Temendo não ter oportunidade para defendê-las vou dizer agora alguma coisa sobre elas.

Refere-se a primeira ao preâmbulo. Não concordo com o que adotou o projeto emendado, portanto a Constituição. Parece-me texto referto de defeitos, não só de forma, como, até de substância.

Sabem os Srs. Constituintes que o preâmbulo adotado tem a seguinte redação.

“Nós os representantes do povo brasileiro, reunidos sob a proteção de Deus, em Assembléia Constituinte para organizar um regime promulgamos a seguinte Constituição dos Estados Unidos do Brasil”.

O que proponho é um tanto diferente, tanto na forma quanto na substância.

“Implorando a bênção de Deus o povo brasileiro, por seus repre-

(*) Não foi revisto pelo orador.

(*) Não foi revisto pelo orador.

sentantes, em Assembléa Constituinte, para restabelecer e remodelar o regime democrático, decreta e promulga a seguinte Constituição dos Estados Unidos do Brasil.

Inspirou-me esta numa bela crônica publicada no "O Estado de São Paulo" pelo brilhante professor Francisco Morato, meu mestre e meu amigo.

O *Sr. Guaraci Silveira* — A expressão "sob a proteção de Deus" já foi aprovada e não podemos modificá-la.

O SR. AURELIANO LEITE — Aprovada, mas sujeita a emenda.

O *Sr. Guaraci Silveira* — Emenda de redação.

O SR. AURELIANO LEITE — Na ocasião própria apresentei emenda com o texto que acabei de ler. A Mesa resolveu não ser oportuno o momento ficando para ser discutida e votada por ocasião da redação final.

Vê o ilustre colega, portanto, que estou de acôrdo com a decisão da Mesa e da grande Comissão.

O *Sr. Guaraci Silveira* — Lembro a V. Ex.^a, que, na Comissão da Constituição, foram apresentadas três fórmulas, todas recusadas, aíás contra meu voto, pois preferi a de V. Excelência. Não podemos mais repô-las em discussão.

O SR. AURELIANO LEITE — Claro que foram recusadas, e a prova é que não foram adotadas no texto definitivo da Constituição. Por isso, ainda a tempo, venho discutir a fórmula por mim proposta e pedir para ela a preferência do plenário.

O *Sr. Guaraci Silveira* — Penso que não há mais tempo para isso. V. Excelência não pode mais propor emendas modificadoras da essência do texto.

O SR. AURELIANO LEITE — De acôrdo; minha atitude está baseada, lastreada em decisão da Mesa e da grande Comissão. Parece-me, pois, que V. Excia. é voz isolada no assunto e, por mais prestigiosa que o seja, dentro desta Casa não pode ser erigida à categoria de lei.

O *Sr. Daniel Faraco* — Desejo corroborar as palavras do nobre orador. A mesa resolveu que as emendas ao preâmbulo referente à invocação do nome de Deus ficassem adladas. Seria portanto, incoerência que, por oca-

sião da redação, fôssem consideradas emendas ao texto.

O SR. AURELIANO LEITE — Mais que incoerência, seria surpresa desagradável que nos remetessem para esta oportunidade, e, agora nos dissessem não haver mais tempo, por estar esgotado o prazo legal.

O *Sr. Rui Santos* — Posso citar exemplo próprio, Apresentei emenda ao texto, que foi deferida para as Disposições Transitórias. Mas por ocasião do debate destas foi deixada para lei ordinária!...

O SR. AURELIANO LEITE — É surpresa desagradável, mas estou certo de que a Mesa e a grande Comissão não concordariam com isso, pois já decretaram medidas em contrário.

O *Sr. Lino Machado* — Dou inteiro apoio a V. Excia. sobre o preâmbulo também apresentei emenda, que ficou para ser discutida como emenda de redação, no sentido de restabelecer-se preâmbulo da Constituição de 1934.

O SR. AURELIANO LEITE — Agradeço o valioso apoio de Vossa Excia., que muito prestígio traz a causa que defendo.

Vou repetir a emenda de minha autoria:

"Implorando a bênção de Deus, o povo brasileiro, por seus representantes em Assembléa Constituinte, para restabelecer e remodelar o regime democrático, decreta e promulga a seguinte Constituição dos Estados Unidos do Brasil".

Para as considerações que farei em torno dos fundamentos, peço a atenção dos nobres colegas.

O primeiro termo do período grammatical do preâmbulo é uma invocação: — "Implorando a bênção de Deus". No texto adotado se declara:

— "Sob a proteção de Deus".

"Sob a proteção de Deus" — já foi dito nesta Casa — é um pouco de pretensão da Assembléa, ao passo que pedir a Deus a bênção para a nossa Carta é, verdadeiramente, o que deve acontecer. Peçamos a Deus as suas bênçãos, o seu amparo, a sua proteção para esta Constituição. Não digamos, desde logo, que estamos sob a proteção de Deus. É, realmente; certa pretensão de todos nós.

Além do mais, minha invocação está logo no início do Capítulo, cuja

primeira frase é: "Implorando a benção de Deus".

Geralmente, quando se invoca a divindade, em qualquer das constituições que conhecemos, é no início do preâmbulo. Assim foi, por exemplo, na Constituição do Império: — "Em nome da Santíssima Trindade". E vem depois todo o texto constitucional.

Parece, portanto, mais lógico o que sugiro.

Passamos ao segundo termo do preâmbulo: — "o povo brasileiro, por seus representantes".

Prefiro esta expressão ao invés daquela: — "Nós, os representantes do povo brasileiro", pois tem sido, realmente, a fórmula consagrada nas nossas constituições, mas erroneamente. Dizendo — "Nós, o Povo Brasileiro, por seus representantes", — praticamos, integral e autenticamente, o nosso mandato. O contrário é subverter o princípio da representação. Quando o advogado, o mandatário, aparece em juízo para propor em seu nome, senão no do cliente, no nome daquele de quem recebe o mandato: fulano de tal, por seu representante, por seu advogado. Nunca o advogado em nome do representante.

Há, portanto, no caso, adotando-se o texto que vem aqui consagrado, e não o que proponho, a subversão do princípio de representação. Nós, somos delegados do povo e é o povo quem promulga, quem decreta a Constituição brasileira, por nosso intermédio, como seus representantes.

Assim está, aliás na Constituição Americana paradigma de todos nós:

"O povo dos Estados Unidos da América, por seus representantes" Assim está na Constituição polonesa, assim está em inúmeras outras que não tenho necessidade de citar para o plenário compreender que a fórmula preferível é a que propugno.

Terceiro elemento do período: — "reunidos em Assembléa Constituinte".

Por que "reunidos em Assembléa Constituinte"? Por que o pleonasmio, que não dá força de expressão, não proporciona beleza ao texto, quando, dizendo-se, apenas, "em Assembléa Constituinte", já teremos dito tudo? Não há necessidade de dizer "reunidos". Esta palavra é excremento é demais no período.

Não lhe traz beleza

O Sr. Guaraci Silveira — Vossa Excelência tem toda razão: assembléa já é reunião.

O SR. AURELIANO LEITE — Vou ler o texto até o ponto em que fiquei:

"Implorando a benção de Deus, o povo brasileiro (e não "nós, os representantes do povo brasileiro; na terceira pessoa e não na primeira do plural, como está no texto), por seus representantes".

Passemos, porém, ao quarto termo. Há, aqui, dois verbos em vez de um.

O texto consagrado diz: "para organizar". Proponho se diga: "para restabelecer e remodelar". Não substitui, se muma razão lógica e histórica, o verbo do texto adotado — "organizar" pelos dois verbos — "restabelecer" e "remodelar". Realmente Senhores, não vamos *organizar* o regime democrático, mas *restabelecer*, no Brasil o regime que existia e foi interrompido pela ditadura. Há, portanto, algo de novo no Brasil no momento em que nos reunimos para elaborar uma Constituição. O caso, pois, não é de "organizar", mas de "restabelecer". E de "remodelar" também, porque vamos fazer um regime de 1946, que atende, pelo menos, a grande parte das reivindicações atuais do povo brasileiro. Estamos, destarte, em face de uma Constituição vasada em novos moldes, não como a passada. Os verbos, consequentemente, devem ser, como proponho — "restabelecer e remodelar": *restabelecer aquilo que foi interrompido e remodelar, dando novo modelo ao regime que vamos instituir.*

O Sr. Guaraci Silveira — Concorde com Vossa Excelência, mas desde que fique o verbo "remodelar" também "restabelecer" só por si não basta, porque jamais tivemos, na realidade uma democracia.

O SR. AURELIANO LEITE — V. Ex.^a vem ao encontro do que estou afirmando. Proponho a adoção, justamente, dos verbos "restabelecer e remodelar". Um deles apenas não diz da nossa função, do trabalho que realizamos. É preciso reunir os dois, que exprimem, com exatidão, o que fazemos nesta hora histórica, no Rio de Janeiro.

Agora a parte final: decreta e promulga a seguinte Constituição das

Estados Unidos do Brasil". E' como está no texto adotado.

Peço à Casa medite muito na proposta que ofereço, de se substituir o texto adotado pelo de minha emenda, emenda, aliás, assinada por inúmeros Srs. Representantes. Ela traz o prestígio de grandes figuras do Parlamento, como Paulo Nogueira, Euclides Figueiredo, Romeu Lourenção, Toledo Piza, Lopes Cançado, Jurandir Pires, Monteiro de Castro, Mário Brant, Filipe Balbi, Altino Arantes, Paulo Sarasate, Gilberto Freire, Machado Coelho, Costa Pôrto, Mário Gomes, Barreto Pinto, Israel Pinheiro, Dolor Andrade, Sampaio Vial, Agostinho Monteiro, Novaes Filho, Juraci Magalhães, Afonso Carvalho, Rui Santos, Lino Machado, Leite Neto, José Bonifácio, Edgard Batista, Rui Almeida, José Armando, Lair Tostes, Hamilton Nogueira, Novelli Júnior, Cristiano Machado e João Botelho.

Inúmeras outras figuras estou certo de que subscreveriam também esta emenda e só não o fizeram porque, devido à falta de oportunidade, não as consultei a respeito.

Citando estes nomes, Sr. Presidente quero mostrar que não há nesta emenda qualquer intenção política, mas unicamente o desejo de acertar.

Solicito, pois, à Casa aceite minha emenda, a qual, pelos motivos que expus, pelas considerações expedidas, parece-me superior a quaisquer das demais aqui apresentadas ao projeto.

A outra emenda é bem mais importante do que esta.

Quanto a ela não tenho dúvida de que não haverá impugnação. A omissão que vou referir dentro de pouco, e já por mim apontada desta tribuna, parece que clamei em vão, porque, publicado novamente o projeto, continua a conter a mesmalá cuna, que considero como cochilo de revisão. Não posso acreditar, de maneira nenhuma, no propósito dessa omissão. Quero referir-me ao artigo 140 que como todos os Srs. Constituintes sabem, dispõe deste modo:

"São, ainda, inelegíveis, nas mesmas condições exaradas no artigo anterior, o cônjuge e os parentes ou afins até o segundo grau".

Vem, então, o inciso do presidente e do vice-presidente da República, ou

do substituto que assumir a presidência:

a) para presidente da República;

b) para governador;

c) para deputado ou senador, salvo se já tiverem exercido o mandato ou forem eleitos simultaneamente com o presidente e o vice-presidente da República.

Se observarem bem esse texto, hão de ter notado que falta aqui uma letra ou, então, a inclusão de um cargo à letra a, porque há referência ao presidente da República, ao governador deputado ou senador e onde está a incompatibilidade para vice-presidente da República, nesse texto?

Percebe-se que os nobres membros da grande Comissão confiaram, em muitos textos, a velha Constituição de 1934 e como por essa Constituição não tínhamos vice-presidente da República, função que era exercida pelo presidente da Câmara, e, depois, pelo do Senado, após pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, esqueceram-se do vice-presidente da República, cargo que o regime atual está criando e contra cuja criação não há a menor dúvida.

Ora, se foi criado o cargo e se há incompatibilidade aos parentes do presidente da República, do governador, do deputado ou do senador, como não haver quanto ao vice-presidente da República?

E' portanto, não um erro, mas um visível equivoco. Entretanto, já chamei a atenção do plenário para o mesmo, e, tendo-o feito, chamei a atenção para toda a Constituição que salu do nosso seio. Não deram importância à minha advertência, ou esqueceram-na. Neste caso, torno a chamar a atenção da Assembléia para essa gravíssima omissão. A minha emenda, consiste, portanto, no seguinte:

Ao inciso 1.º -- do vice-presidente ou do substituto que assumir a presidência:

a) para Presidente e vice-presidente da República.

Viso, apenas, acrescentar a letra a, referente ao cargo de vice-presidente da República.

Vêem os Srs. Representantes que não tratei, aqui de matéria sem im-

portância. Embora atropeladamente, fiz ver à Assembléia a necessidade de que as minhas duas emendas sejam adotadas em tempo oportuno. (Muito bem. Palmas).

O SR. BARRETO PINTO (*) (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, em 1890, a Assembléia Constituinte, antes de se reunir, elegeu sua Mesa e, igualmente, a do Senado Federal. Em 1934, havia apenas uma Câmara; promulgada a Carta Constitucional, meses depois, a Assembléia se dissolveu.

Quando se reuniram Câmara e Senado, este ano, não se fizeram previamente as eleições das respectivas Mesas. Num regime normal, no início da legislatura, o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral era quem inaugurava a Sessão Legislativa, presidindo à primeira reunião preparatória, na qual era eleito o presidente, o qual, posteriormente, escolhia os secretários, constituindo-se a Mesa.

Quando se elaborou o Regimento atualmente em vigor, aprovado em sessão de 12 de março do corrente ano, nada se dispôs sobre como a Assembléia realizaria a primeira sessão preparatória; do mesmo modo, nada se estabeleceu a respeito da primeira sessão do Senado.

O Sr. Toledo Piza — Temos o Regimento subsidiário da antiga Câmara dos Deputados.

O SR. BARRETO PINTO — O Regimento subsidiário, a que V. Ex.^a se refere, estabelecia que o Deputado ou Senador mais idoso fôsse chamado na hipótese de falta de número legal para eleição do Presidente.

O Sr. Ferreira de Sousa — V. Ex.^a parte de um equívoco: o Senado não precisa de sessão preparatória; já está integrado na Assembléia Constituinte. O que se vai processar agora é apenas a separação das duas Casas do Congresso.

O SR. BARRETO PINTO — Refiro-me ao modo de constituição da Mesa. Qual será, se não temos nenhum preceito?

O Sr. Ferreira de Sousa — Eleito o Vice-Presidente da República, terá o Senado seu Presidente.

O SR. BARRETO PINTO — Aceito parcialmente o aparte do meu nobre amigo, ilustre Representante do Rio

Grande do Norte. O caso do Senado encontra solução no Vice-Presidente da República...

O Sr. Ferreira de Sousa — Não é solução, mas apenas a providência normal.

O SR. BARRETO PINTO — Não sei se é normal.

O Sr. Ferreira de Sousa — Pelo Regimento subsidiário, o Presidente da Câmara é o Deputado mais velho.

O SR. BARRETO PINTO — Para que não iniciemos nossos trabalhos aplicando um Regimento subsidiário, foi que tomei a iniciativa...

O Sr. Toledo Piza — Trata-se de matéria que a Câmara resolverá quando se reunir.

O SR. BARRETO PINTO — Peço que me ouçam.

... de enviar à Mesa indicação calçada mais ou menos nos termos do Regimento Interno.

O Sr. Toledo Piza — Estamos reunidos em Assembléia Constituinte. Os Srs. Senadores nada têm a ver com a vida particular da Câmara dos Deputados.

O SR. BARRETO PINTO — Sugiro o seguinte:

"A Assembléia Constituinte, depois de fixados os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República para o primeiro período Constitucional, dará por terminada sua missão e separar-se-á em Câmara e Senado, os quais se instalarão para o exercício da função legislativa."

Na segunda parte da emenda, declarei que a primeira Sessão preparatória da Câmara dos Deputados será realizada no dia...

O Sr. Ferreira de Sousa — Não há sessão preparatória; a Câmara já está em função.

O SR. BARRETO PINTO — Não está.

O Sr. Ferreira de Sousa — Estamos reunidos em função Constituinte; o que se dará agora será apenas a separação.

O SR. BARRETO PINTO — A Câmara vai realizar sua primeira sessão...

O Sr. Ferreira de Sousa — Preparatória?

O SR. BARRETO PINTO — Sim, preparatória. Proponho que a primei-

(*) — Não foi revisto pelo orador.

ra sessão preparatória seja presidida pelo Deputado mais idoso.

O Sr. Toledo Piza — E' o que diz o Regimento subsidiário.

O SR. BARRETO PINTO — O Regimento só estabelece a convocação do Deputado mais idoso, na hipótese de não haver sido realizada a eleição do Presidente.

O SR. BARRETO PINTO — Não é o caso, absolutamente.

O Sr. Ferreira de Sousa — A sessão preparatória se faz para verificação de número, antes da abertura das sessões normais, a fim de ver se o poder está em condições de se instalar. No momento, o poder já está instalado.

O SR. BARRETO PINTO — Julgo melhor estabelecermos numa indicação que, depois de satisfeitas as obrigações cometidas à Assembléa Constituinte, no dia imediato será realizada uma sessão preparatória e presidida pelo Deputado mais idoso, que convidará quatro Secretários provisórios. Nesse mesmo dia, proceder-se-á à eleição do Presidente da Câmara, e no dia seguinte, com o Presidente eleito, haverá escolha dos dois Vice-Presidentes, dos quatro Secretários e dos Suplentes. E mais: enquanto não forem aprovados os Regimentos, vigorarão os das Câmaras dissolvidas a 10 de novembro de 1937, os quais dispõem sobre a instalação dos trabalhos no primeiro dia.

Quanto ao Senado Federal, aceito a ponderação do nobre Representante Sr. Ferreira de Souza, no sentido de que a primeira sessão seja realizada sob a presidência do Vice-Presidente da República.

Passo às mãos de V. Ex.^a, Sr. Presidente, a indicação a que me refiro.

Consulto V. Ex.^a, Sr. Presidente, sobre se poderá ser submetido à consideração da Casa, porque, soberana como é a Assembléa Constituinte, julgo possa lançar mão do remédio da urgência. E' o que proponho. (*Muito bem; muito bem.*)

O SR. PRESIDENTE — A indicação do Sr. Deputado Barreto Pinto vai a imprimir.

O SR. ATALIBA NOGUEIRA (*) — Sr. Presidente, apresentei apenas duas emendas de redação. A primeira é relativa ao art. 146, inscrito no Título V — da Ordem Econômica e Social.

A mim se afigura que este Título é dos mais importantes da nossa Constituição, por ser precisamente o que imprime caráter social à nossa democracia.

O Sr. Rui Santos — Se não é, devia ser.

O SR. ATALIBA NOGUEIRA — Filiado que sou a um Partido que tem exatamente a denominação de "Democrático Social", é evidente que me consagrasse de modo todo especial ao exame deste Capítulo.

Minha emenda visa apenas simplificar — sem lhe tocar na substância — o referido art. 146.

O princípio do artigo pode ser resumido em três palavras, em vez de duas longas linhas, como aqui se encontra:

"A União é reconhecida a faculdade, mediante lei especial, de intervir no domínio econômico e de monopolizar determinada indústria ou atividade. A intervenção terá por base o interesse público e por limite os direitos fundamentais assegurados nesta Constituição."

Este artigo é daqueles que mereceram minha predileção, porquanto houve emenda de ilustre representante procurando substituí-lo por outro, e vim em socorro do próprio Relator, que parecia concordar com o emendante àquele tempo e pedi que não capitulasse. A Assembléa auxiliou-me e o Capítulo aqui está, com seus pontos essenciais, a saber:

Em primeiro lugar, estabelece a intervenção do Estado. Assim, afastamo-nos inteiramente da concepção liberal do Estado. A finalidade do Estado não é mais somente editar o direito de reprimir as infrações: o objetivo do Estado é o de ser o instrumento de que nos havemos de valer para a realização da finalidade social.

Assim, o artigo é dos preceitos básicos da Constituição.

Mas — vêde bem — a finalidade que aponto e que vai servir de poderoso instrumento — que é a intervenção direta do Estado no âmbito econômico e no âmbito social — evidentemente estará contida nos seus próprios limites. A intervenção do Estado será tão somente quando se torne necessária. Impossível delimitá-la de antemão. Nós, em face de cada uma das situações, é que poderemos investigar se o Estado deve intervir,

(*) Não foi revisto pelo orador.

se a atividade privada não é bastante.

O Sr. Rui Santos — Sou ignorante neste assunto como em muitos outros (não apoiados), mas parece-me que há uma contradição entre reconhecer à União a faculdade de intervir e, em baixo, dar por limite os direitos fundamentais.

O SR. ATALIBA NOGUEIRA — Por isso, se o Estado do Brasil pretende ser totalitário, não haveria letra nenhuma que se interpusesse à sua ação.

O Sr. Rui Santos — Peçamos a Deus que não paire sobre nós essa nuvem.

O SR. ATALIBA NOGUEIRA — Estamos limitando a intervenção do Estado. Não é possível que lhe reconheçamos determinada finalidade. Se quisermos fugir de qualquer contenda em torno do que seja essa finalidade, digamos apenas que o Estado deve realizar os fins sociais, em virtude dos quais os homens estão reunidos. Se lhe emprestamos uma finalidade, evidentemente, quem quer os fins quer os meios, e, como tal, devemos dar ao Estado os meios para que possa realizar suas finalidades.

Eis como aceitamos a intervenção do Estado, e eis também como limitamos sua intervenção. O Estado poderá tudo, mas apenas para realizar seu objetivo. E' o oposto ao totalitarismo, assim como o oposto à ausência do Estado no domínio da economia e no domínio social.

Agora, diz bem, o artigo no seu final:

"A intervenção terá por limite os direitos fundamentais assegurados na Constituição".

Isto, Senhores, casa-se com o primeiro enunciado do art. 145, que reza:

"Há de ser conciliada a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano".

Está-se vendo que o trabalho não é considerado na Constituição mera mercadoria que, como todas as outras, teria diante de si a lei da oferta e da procura. A abundância da mercadoria, ou seja o braço humano, tornaria vil a jornada, o salário, desconhecendo as necessidades do homem e não apenas as necessidades individuais, mas as da família. Como con-

seqüência, o trabalho humano, agora, é tomado, é pautado através da valorização do próprio homem, que é quem executa esse trabalho. A besta de carga pode ser produto considerado no ról daquelas mercadorias em que a lei da oferta e da procura, lei fatal, porque lei da natureza, pode imperar livremente. Já no tocante ao trabalho humano no século XIX, ao qual Condé chamou "o estúpido século XIX" a Revolução Francesa gerou aquêle ambiente tétrico, que a história do trabalho nos diz ter sido o desconhecimento completo do homem em face dos que o assalariavam.

Mas, agora, nossa economia, baseada nos arts. 145 e 146, se afasta desse cúmulo, vamos dizer, e vem projetar-se, salientando o homem como sendo o centro para o qual convergem as atividades do Estado. Mas vejamos bem: o art. 146, a que me referi, principia por expressão que parece temerosa da afirmação da tese, quando esse mesmo artigo afirma a tese por inteiro.

Diz o artigo:

"A União é reconhecida a faculdade, mediante lei especial, de intervir no domínio econômico e de monopolizar determinada indústria ou atividade".

Parece-me mais claro, mais nítido, e ao mesmo tempo mais consentâneo com a sinceridade, dizer-se:

"Mediante lei especial, o Governo poderá intervir no domínio econômico e monopolizar determinada indústria ou atividade".

É mais simples, mais claro, e ao mesmo tempo, manifesto, desde logo, o sentido intervencionista do Estado no bom sentido da melhor filosofia e da economia humana.

Esta foi a primeira emenda de redação que apresentei, para a qual peço a atenção da Casa no momento da deliberação.

Outra emenda, Srs. Representantes, de minha autoria, é relativa ao parágrafo único do artigo anterior, a saber, do art. 145, que reza, em seu final: "O trabalho é obrigação social".

Julgo que num desses momentos rápidos de deliberação, talvez movida pelo cintilante talento do nobre Deputado, cujo nome peço licença para declinar, o Sr. João Mendes, teria a Assembléa aceito a modificação proposta por S. Ex.^a, de se dizer "O traba-

lho é obrigação social”, em vez de “O trabalho é dever social”, fórmula esta que figurava no primeiro projeto, digamos, da Grande Comissão e que entendendo deva permanecer na Constituição. Não estou de acôrdo com aquilo que foi votado pela Casa, e que me parecer pode ser objeto de emenda de redação.

“O trabalho é dever social”, pleiteamos nós na emenda, e não como está escrito aqui: “O trabalho é obrigação social”.

Senhores, a correlação que há na doutrina jurídica é aquele proêmio do direito romano: *Jus et obligatio sunt*. correlata Mas, como preceito jurídico, aí está uma das características que o acompanham: a sanção.

Ora, pergunto: em a Constituição afirmando “O trabalho é obrigação social”, qual a sanção que pode a esta corresponder?

Não vejo motivo nenhum para atribuirmos sanções. Como consequência, escapa este princípio da ordem meramente jurídica e vai incrustar-se na ordem moral, como deve. É um princípio exclusivamente de ordem moral.

O SR. DANIEL FARACO — Não quero entrar no mérito da tese que V. Ex.^a tão brilhantemente defende, mas sim levantar a seguinte preliminar. Quaisquer argumentos que Vossa Ex.^a trouxesse à tribuna não poderiam, nunca, derrubar um princípio que deve ficar aqui incontestado: não é possível alterar, na redação, o vencido. Este princípio, nobre colega, deve ficar bem claro. V. Ex.^a não pode, numa emenda de redação, alterar, mutilar ou suprimir o vencido. No caso, sabe V. Ex.^a, houve pronunciamento expresso do plenário, para substituição da palavra “dever” pelo vocábulo — “obrigação”.

O Sr. Aloisio de Carvalho — Ainda ontem tentei convencer V. Ex.^a, Senhor Deputado Daniel Faraco, dessa impossibilidade, quando pretendia substituir a fórmula “sob a proteção de Deus”, por “invocando a proteção de Deus”. Parece-me que convenci Vossa Ex.^a de que não se tratava de redação, mas de essência.

O SR. DANIEL FARACO — A memória de V. Ex.^a parece-me que não é muito fiel, porque o argumento com o qual respondi a V. Ex.^a — e sinto não ter conseguido convencê-lo — foi o de que a Mesa expressamente ressaltou essas emendas para quando discutíssemos a redação.

O SR. ATALIBA NOGUEIRA — O nobre Deputado Sr. Daniel Faraco, com o aparte com que me honrou pretende que a emenda que apresentei como de simples redação seja daquelas que interessam ao mérito, — isto é, não à forma, mas à substância da matéria em questão.

Senhores Representantes, é dos estilos, não só da nossa Assembléia Constituinte, mas de toda e qualquer Assembléia, que tudo quando toque apenas na forma, constitui matéria de redação, ainda que tivesse sido objeto de uma deliberação anterior, de discussão e, possivelmente, até de aprovação. Não seria este o primeiro caso em que tivéssemos discutido duas ou três redações diferentes. Mas, vindo a matéria de novo a exame e desde que se apresenta uma questão de forma, penso que devemos por aí enveredar.

Sabemos que o direito não pode de maneira alguma afastar-se da moral: até o direito natural não passa de um capítulo de moral.

O Sr. Wellington Brandão — O fato de termos consagrado, na Constituição, a palavra “obrigação”, está coerente com o momento, que é da transição de um regime unilateralmente capitalista para um regime socialista. E nos regimes socialistas o trabalho é, realmente, uma obrigação.

O SR. ATALIBA NOGUEIRA — O nobre Deputado Sr. Wellington Brandão parece-me, não assistiu à primeira desta minha pequena exposição.

O Sr. Wellington Brandão — Ouvi-a com a atenção, como V. Ex.^a merece

O SR. ATALIBA NOGUEIRA — O que V. Ex. pretende é mais que vincular a uma obrigação jurídica: é penetrar na consciência de todos para dizer-lhes que o trabalho representa um dever social. Se estivéssemos apenas no campo estéril da quebra da ordem jurídica, diria entender que o Estado não pode violentar, por exemplo, o sibarita, o gozador social, que, tendo os seus capitais e as suas rendas, não contribui com o seu trabalho, que é necessário.

O Sr. Wellington Brandão — A lei deve mencionar.

O SR. ATALIBA NOGUEIRA — Examinemos o campo do direito.

No direito penal, por exemplo, não poderíamos punir os que, tendo renda, não dão o seu trabalho porque somente os que não têm renda e não queiram trabalhar seriam passíveis seja de um crime atentatório da or-

ganização trabalhista, seja de mera contravenção de ócio ou vadiagem.

O Sr. Daniel Faraco — Não é possível, de maneira alguma, concordar com a afirmação do nobre deputado Sr. Wellington Brandão de que o trabalho é uma obrigação ou um dever, como queria S. Ex.^a, ...

O Sr. Wellington Brandão — É um dever jurídico.

O Sr. Daniel Faraco — ... apenas no regime socialista. O trabalho é um dever desde os primeiros dias da criação. Foi o primeiro mandamento de Deus ao homem: "ganharás o pão com o suor do teu rosto".

O SR. ATALIBA NOGUEIRA — Vamos, Sr. Presidente, como, mais de uma vez tenho revelado aqui que, sob nova aparência, debaixo de roupagens diferentes, estão as doutrinas mais vetustas, princípios prístinos que a própria história traz em nosso socorro.

Ainda dizia o nobre deputado que me aparteou, socorrendo-se de um monumento histórico, como é a Bíblia, que, desde os primórdios da existência do homem, o trabalho apareceu sob aquela forma que não é das mais agradáveis, como ordem e preceito ao homem que enão que trabalhar.

Pois bem; visando este homem que não quer trabalhar, o Estado não pode vincular-se ao campo meramente do direito, e eu me estava referindo ao direito penal. Daí poderia passar ao civil e a outros campos, mas basta o recurso ao princípio de ordem mais geral. No campo da filosofia, o trabalho está na moral inscrito como um dever. E o dever é mais que a simples obrigação jurídica: envolve essa obrigação e diz algo acima desta mesma obrigação.

Assim, nobres representantes, proponho que mudemos a expressão de novo, restaurando o projeto primitivo: "o trabalho é dever social."

O Sr. Aloísio de Carvalho — A modificação só poderia ser feita se V. Ex.^a provasse que as palavras "obrigação" e "dever" são sinônimas, só assim haveria emenda de redação.

O SR. ATALIBA NOGUEIRA — A redação não é uma questão de sinonímia.

O Sr. Aloísio de Carvalho — Não é só uma questão de sinonímia. Mas, no caso, só se justificaria se as palavras fôsse sinônimas.

O SR. ATALIBA NOGUEIRA — Lendo os comentários da nossa magnífica imprensa, trabalho paciente dos cronistas parlamentares, notei que quase todos se referiram, na manhã de hoje, aos profundos estudos filológicos desta Casa no dia de ontem. Confesso que não tomei conhecimento de todos os discursos, porque ontem não estive aqui, mas, pelo próprio elenco apresentado tão minudentemente pela imprensa diária, verifiquei que não se trata só de filologia. Em grande parte o trabalho era de redação.

Que significa trabalho de redação? Significa apreender a idéia e procurar vasá-la no melhor estilo possível.

O Sr. Aloísio de Carvalho — Mas aí V. Ex.^a não melhora o estilo; faz uma substituição.

O SR. ATALIBA NOGUEIRA — Quando vamos realizar um trabalho de redação, seja no traslado de uma língua peregrina para a nacional, seja no aproveitamento de qualquer idéia, que se procure tornar própria, o que queremos sempre, Srs. Constituintes, é apreender a idéia do texto e traduzi-la da melhor maneira possível, com a precisão linguística, característica, aliás, dos grandes juristas do Brasil neste momento.

O Sr. Hermes Lima — Acho que V. Ex.^a não deve chegar ao conceito de redação criadora, como a que está expondo. Não se trata, no caso, de redação de texto, mas de redação de idéia.

O SR. ATALIBA NOGUEIRA — O nobre Deputado vê que se fôsse criadora teria eu que sair por completo do âmbito em que estamos.

A primeira parte de minha exposição foi no sentido de procurar recordar à Assembléia o pensamento exato do legislador, no momento de cristalizar a fórmula aprovada.

Agora, digo eu, fiel ao nosso pensamento de oito dias atrás, penso não seja melhor a fórmula que emprega a palavra "obrigação": pelo contrário, o que quisemos foi recordar a todo o Brasil o dever, imposto pela moral, de cada um trabalhar. É o dever. Não é apenas a obrigação jurídica, que aparecerá amanhã quando, partindo do princípio filosófico incrustado na Constituição, vier o legislador ordinário da lei penal, da lei civil, da lei administrativa buscar o princípio jurídico e dar-lhe uma aplicação prática. Agora, sim; no momento da

aplicação prática do princípio constitucional, é que teremos esse dever erigido em obrigação social.

Eis, Srs. Representantes, como distingo perfeitamente o que é princípio de simples doutrina.

Tanto assim é verdade que no capítulo anterior, cheio desses princípios filosóficos — Capítulo dos Direitos e Garantias Individuais — a Constituição diz, logo no primeiro parágrafo, que "todos são iguais perante a lei".

Aqui temos o princípio meramente da filosofia, princípio a que não corresponde qualquer sanção.

Mostrando a analogia entre um princípio e outro da mesma natureza filosófica, propus não se diga que "o trabalho é obrigação social" deixando isso para a aplicação do princípio, mas, sim, que ele é um dever social".

Somente estas duas emendas apresentei. A Casa há de ver que o nosso trabalho constitucional, não obstante uma ou outra crítica apressada, porquanto ninguém teve tempo ainda de demorar sua atenção sobre a nova Carta, foi o melhor que se pôde fazer. E, se não o fizemos mais perfeito, eis o momento para a colocação de cada um em seu lugar: é porque nenhum de nós pode dizer que aqui tudo que está corresponde à sua própria doutrina filosófica e jurídica.

Sr. Presidente, o homem vive guiado por idéias filosóficas. No tocante a sistemas de filosofia, não há neutralidade verdadeira. Mente aquele que disser ser neutro em qualquer questão. O homem não dá um passo na vida que não seja inspirado por uma filosofia. A menor afirmação que faz é dentro do sistema filosófico que lhe condiciona as idéias e, como consequência, todos os atos. E' por isso que Maneroni erudito filósofo italiano, dizia: "a filosofia entre em casa sem ser convidada".

E' guiado, muitas vezes sem sentir em toda e qualquer ação, no menor passo que der, por uma filosofia.

A única crítica, portanto que cada um de nós individualmente pode fazer, é lamentar que a Constituição não seja totalmente fruto da nossa filosofia e das nossas concepções. Mas, como resultante de uma Assembléa, como produto de várias inteligências que pensam de modo diferente, orientados por sistemas filosóficos, as vezes antagônicos esta Constituição, Senhores, é uma maravilha de coordenação

e de harmonia. E estou certo de que, se fôr praticada com sinceridade e se o Brasil, através dela, puder realizar o seu progresso, teremos paz, sossego e tranquillidade, pois depositamos confiança absoluta em Deus, Soberano Senhor da Pátria, consoante o lema inscrito no preâmbulo da Constituição pelo desejo da quase totalidade desta augusta Assembléa. (*Muito bem; muito bem. Palmas!*)

(*Durante o discurso do Senhor Ataliba Nogueira, assume a presidência, o Senhor Berto Condé, 2.º Vice-Presidente.*)

O SR. ALOÍSIO DE CARVALHO (*) (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, peço a palavra para levantar duas questões de ordem. Antes, porém, quero trazer para os Anais da Assembléa dois subsídios relativamente ao Tribunal do Júri e à nomeação da Comissão para opinar sobre a denominação da Língua Nacional, constantes da Constituição que vemos promulgar.

Tive a satisfação de receber um telegrama, que passo a ler do Conselho da Ordem dos Advogados do Estado do Rio, nos seguintes termos:

"Conselho Ordem Advogados, seção Estado do Rio, por proposta do Conselheiro Valdemar Pacheco, manifesta aplausos à sua eficiente intervenção para o restabelecimento da soberania do júri popular. — *Braz Felício Panza, Presidente*".

A respeito da matéria constitucional que versa sobre o Tribunal do Júri, foi ouvido, hoje, por um dos brilhantes verpertinos desta Capital, — o "Diário da Noite", e quero deixar expressa, neste plenário, minha opinião acerca do restabelecimento da soberania do júri e da sua competência obrigatória para julgar os crimes contra a vida. Afirmo que, quando vejo adversários do Júri declararem, com enfase, que os nossos tribunais togados usaram, com elogiável moderação, faculdade que a lei de 1938 lhes deu, recordo-me daquele caso, ocorrido em Goiás, onde um réu, absolvido pelo Júri, foi condenado pelo Tribunal de Apelação a trinta anos de cadeia e a mais não foi, porque não havia pena maior para essa condenação.

(*) Não foi revisto pelo crador.

“Os que combatem o Júri — dizia eu — recusando-lhe merecimento, servem a uma mentalidade muito comum no Brasil dos nossos dias, e que é a de eliminar, sumariamente, o problema, quando as razões são controvertidas ou a solução difícil. Tem imperfeições o Júri? Acabe-se o Júri — respondem eles — ou, ainda pior, faça-se do Júri o que aí vemos, hibridismo de justiça popular, com a faculdade de julgar o crime através das circunstâncias de fato, e justiça togada, adstrita, nos seus pronunciamentos, aos princípios e regras da lei.

Mandando à lei ordinária que estabeleça a organização do Júri, a Constituição a ela entrega, como deve ser, a consideração de peculiaridades e elementos que não podemos esquecer, ou desprezar, se, realmente, desejamos o aperfeiçoamento e a eficiência da instituição.

Não inova o texto constitucional quando ordena que o tribunal popular se constitua de número ímpar de jurados. E' preceito da lei de 1938, conservado no código processual, e mesmo preexistente, em alguns Estados, à unidade da nossa lei adjetiva.

Com isto, há a vantagem de se evitar o voto de Minerva, por tradição fatalmente absolutório.”

Aliás, foi a própria deusa da Sabedoria que desacredita o seu voto, porque, chamada constantemente a desempatar, desempatava, invariavelmente, a favor do réu. Daí, ficar o voto de Minerva como de desempate a favor do réu.

— “Voto de Minerva, que era, na verdade, numa das causas de desprestígio do julgamento popular, porque incompreensível que entre homens que empataram, numericamente, no juízo sobre determinado crime, a decisão seja em benefício do delinqüente, com exclusão de qualquer outro critério.

Também não inova a Constituição quando recomenda o voto secreto para os jurados e a plena defesa do réu. São duas normas sem as quais não existirá, praticamente, o júri, não só porque o mais leve obstáculo à defesa fraudada a garantia que o júri é para

o cidadão, como porque, admitida, que seja, a publicidade do voto, ficam os jurados, evidentemente, impedidos de decidir por sua consciência. O sigilo das votações, reconhece-se, universalmente, é condição inerente à instituição, e, até, uma das diferenças entre a justiça popular e a justiça togada.

Determina, ainda, a Constituição a soberania dos veredictos do júri, e aí está a inovação, não — é bem de ver, — em face do direito brasileiro, propriamente, mas em relação ao sistema adotado depois de 1938. Assim, a Constituição repõe o júri na sua antiga situação, isto é, na situação anterior à lei n.º 167, ou, melhor dito, a que perdurou nos cinquenta anos que se seguiram à Constituição de 1891, com as particularidades e condições, inclusive de ordem processual, que a lei ordinária consagrou, sem, todavia, falsear ou frustrar o preceito da primeira carta republicana, consignado, simplesmente, nessa fórmula: “E' mantida a instituição do júri”.

— O recente e descabido desvirtuamento da instituição sugeriu, naturalmente, aos constituintes de 1946 mais explícita fórmula, como a que inseriram, e em que se inclui, também, referência à competência para o julgamento dos crimes contra a vida, isto é, os que são afetos ao Júri pelo código do processo penal — os de homicídio, induzimento a suicídio, infanticídio, e mais, o de aborto”.

O Sr. Antônio Feliciano — A respeito da competência do Júri, aliás de acordo com a opinião de V. Ex.^a, tive a honra de enviar à Mesa emenda de redação, para esclarecer o texto, afirmando que são da competência obrigatória do Tribunal Popular os crimes dolosos contra a vida. Nessas condições, colocamos o Júri, em matéria de competência, na sua situação anterior e o restabelecemos, com respeito integral à soberania de seus julgados, como ele o devia ser antes do Decreto n.º 167, de 1938.

O SR. ALOÍSIO DE CARVALHO — Parece-me que a emenda de V. Ex.^a esclarece perfeitamente o texto, em relação à competência do Júri.

(Lendo) "Ninguém hoje justificaria o Júri para a generalidade dos crimes, o Júri para crimes sem relevo próprio ou repercussão social, como exemplificando o homicídio culposo."

Está atendida a observação do illustre Representante Sr. Antonio Feliciano.

(Lendo) "Ou, ainda, para crimes, cujo julgamento requer provas técnicas que o jurado, por sua mesma condição, não está apto a apreciar, devidamente."

Não podemos fugir aos imperativos de ordem científica na apreciação e julgamento dos crimes. Não poderíamos atribuir ao julgamento do Júri crimes cuja prova depende de elementos técnicos que o jurado, juiz de fato, não poderia, evidentemente, apreciar.

O Sr. Antônio Feliciano — Pediria a V. Ex.^a permissão para mais um aparte, no intuito exclusivo de esclarecer. Na legislação anterior, crime de morte, como fim, era da competência do Júri; como meio, por uma interpretação dos tribunais — o caso dos latrocínios, por exemplo — era entregue ao julgamento singular. Devemos, portanto, deixar, para plena orientação do legislador ordinário, firmado o seguinte: que serão da competência obrigatória do Júri os crimes dolosos contra a vida, como elemento interpretativo, seja a morte fim, seja a morte meio.

O SR. ALOÍSIO DE CARVALHO — (Lendo):

"O Júri é julgamento da coletividade, segundo os padrões morais contemporâneos do crime, conformes ou transitóriamente desconformes às exigências da lei punitiva. Os que o defendemos, no Brasil, desejamos vê-lo como índice de democracia, para o julgamento, dentro de critérios humanos, daqueles crimes que, por imperativos que a lei não pode prever, nem condicionar a uma norma escrita transcendem dos juízos preconcebidos ou isolados, para os julgamentos da coletividade social. Fez bem a Constituinte em restaurá-lo.

O Sr. Antônio Feliciano — Mesmo porque, pela legislação anterior, seria melhor que o legislador tivesse declarado extinto o Tribunal do Júri, do que mantê-lo nas condições em que o fez.

O SR. ALOÍSIO DE CARVALHO — Sem dúvida, como tive ocasião de manifestar, ao encaminhar minha emenda, recordando até observação de eminente magistrado do Distrito Federal, o juiz Maíra de Laet, que declarou que a emenda da Lei n.º 167, devia ser: "Extingue o Tribunal do Júri, conserva-lhe o nome e dá outras providências".

O Sr. Dolor da Andrade — Justamente aqueles que mais veementemente combatem a instituição do Júri baseiam-se na atitude dos Ministérios Públicos que, no interior do País, apela dos crimes em que são absolvidos os adversários e deixam, por isso mesmo, de cumprir o seu dever. Que me desculpem os Promotores, quando esquecem seus deveres, para apenas ver nos adversários aqueles que merecem o cárcere e nos companheiros de corrente política os que merecem liberdade.

O Sr. José Alkmim — Não é essa a regra.

O SR. ALOÍSIO DE CARVALHO — A lei poderá corrigir as imperfeições e defeitos notados na prática da instituição do júri, educando nossos costumes principalmente os costumes políticos e dando mesmo ao Júri melhor distribuição no espaço. Não estaríamos hoje, por exemplo, de recomendar ou autorizar formação ou existência de júris regionais em vez de Júri em cada comarca. Nesse ponto, seria perfeitamente resolvida a questão de V. Excia., subtraindo-se o Júri à esfera de influências políticas locais. Nunca, porém, devemos tirar do Júri o privilégio de julgar aqueles crimes que devem ser julgados pela coletividade social, dentro de critérios humanos.

O Sr. José Alkmim — Coletividade em que o crime tem repercussão imediata.

O Sr. Fernando Nóbrega — Devido-se ter em vista que o magistério público hoje, pela Constituição é função de carreira.

O Sr. José Alkmim — E por esse motivo lhe devem ser asseguradas as garantias necessárias.

(Há outros apartes).

O Sr. Dolor de Andrade — Tive ocasião de, há pouco, referir a maior acusação que se faz contra o Júri.

O Sr. José Alkmim — Não é a maior acusação.

O SR. ALOÍSIO DE CARVALHO — Penso que o nobre colega não tem razão.

O Sr. José Alkmim — Não é, aliás, grande a acusação feita ao Juri tanto assim que acaba de prevalecer na Constituição, como imperativo de justiça.

Não pretendo entrar no exame do mau critério usado nos recursos de apelação.

O Sr. Fernando Nóbrega — Isso não pode servir de base para se combater a instituição.

O Sr. Dolor de Andrade -- Essa é a maior acusação que se lhe faz.

O SR. ALOÍSIO DE CARVALHO — O ilustre colega não tem razão. Pode ser que isso se verifique no seu Estado; na Bahia, tal não corre.

O SR. José Alkmim — Não pretendo trazer o depoimento do meu Estado, pois tenho receio de fazer censura implícita ao magistério público dos outros Estados. Posso, porém, assegurar que, em Minas, não é essa a regra.

O SR. ALOÍSIO DE CARVALHO — Também na Bahia não é essa a maior acusação que pesa sobre o Juri.

O Sr. José Alkmim — Uma vez que a Constituição assegure ao ministério público as garantias da maior independência no exercício de suas funções, acredito que o inconveniente apontado pelo nobre colega Sr. Dolor de Andrade desaparecerá por completo.

O Sr. Dolor de Andrade — Quero acentuar que não estou acusando nominalmente quem quer que seja.

O Sr. José Alkmim — V. Ex.^a está procurando fazer dessa tese regra geral, o que não aceitamos.

O SR. ALOÍSIO DE CARVALHO — O honrado colega refere-se, talvez, a casos isolados.

O Sr. José Alkmim — Casos isolados existem, lamentavelmente, em todas as questões.

O Sr. Antônio Feliciano — Acompanho o ilustre colega Sr. José Alkmim, fazendo referência ao ministério público em São Paulo. Sou advogado no crime há vinte anos em Santos, uma das mais importantes comarcas do Estado, e posso assegurar que lá o Ministério Público sempre cumpriu com absoluta correção seus

deveres, não dando motivo a acusações. Em referência aos casos de prevenção, a lei ordinária poderá rever o deslocamento do julgamento para outras comarcas.

O Sr. Castelo Branco — O mesmo se poderá fazer em relação a todos os Estados do Brasil.

O Sr. José Alkmim — Ha também inconveniente ainda não citado, que é o de apelação, às vezes em qualquer motivo, de absolvições justas.

O SR. ALOÍSIO DE CARVALHO — Ha quem veja nisso a influência de mentalidade acusadora dominando muitos membros do Ministério Público.

O Sr. José Alkmim -- Mentalidade que também existe em muitos titulares de cargos públicos que permanecem continuamente no exercício de suas funções.

O SR. ALOÍSIO DE CARVALHO — O outro subsídio, Sr. Presidente, a que me referi no inciso de minhas considerações, é uma página do festejado jornalista, Dr. Leal Guimarães, lida na estação de rádio do "Jornal do Brasil", quando se discutia, nesta Assembléia, a questão da língua portuguesa ou da língua brasileira. Trata-se de trabalho inteligente, lúcido, que deve ficar os Anais da Casa, como subsídio valioso para o estudo da questão, uma vez que a Constituinte aprovou a nomeação, pelo Governo, de uma comissão para opinar sobre a denominação da língua nacional.

O Dr. Leal Guimarães manifestou-se, com fatos e argumentos, a favor da denominação da língua portuguesa. Como foi esse o meu voto, na sessão em que se decidiu, definitivamente, a questão, sinto-me bem em proceder à leitura dessa página, a fim de que fique constando dos Anais da Constituinte:

"Já dissemos e não é demais repetir que o assunto da língua falada no Brasil e Portugal não é próprio para a Assembléia Constituinte, que deve cogitar dos problemas de Direto Público, só por si capazes de desafiar a argúcia dos mais abalizados.

Mas como a questão foi levada por ousados inovadores ao seio da Assembléia, cabe aos que se colocam na sensata corrente tradicionalista, combater a opinião dos que pretendem mudar o nome da língua, ou melhor, dar dois nomes a uma mesma coisa.

O senador Aloísio de Carvalho, na última discussão sobre o caso, teve oportunidade de responder com vantagem os pseudos argumentos dos que pretendem batizar o idioma português, de idioma brasileiro, só pelo gosto de novidade.

O parlamentar é da terra, onde primeiro ecoaram os acentos da língua, que os descobridores trouxeram ao Brasil, assim como trouxeram a raça e a religião.

As primeiras ordens de desembarque e ocupação do território foram dadas na língua que os portugueses trouxeram já feita, elaborada, limpa do arcaísmo latino.

O idioma estava desligado das fontes, toldadas pelas invasões de vários povos na península Ibérica.

Os portugueses caldearam elementos diversos e dessa "ganga impura", de que fala o poeta, conseguiram fazer rebrilhar ao sol uma jóia maravilhosa, com fulgurações de vários matizes.

Foi esta língua, doce, sonora e rica, que ao pisar o solo brasileiro, os navegadores fizeram ressoar nas praias desertas da Bahia.

Aí foi recolhida e embalada pelos naturais, que passaram a usá-la com a mesma construção, a mesma sintaxe, enriquecendo-a através dos anos com certas particularidades e modismos, que não deturpam a sua morfologia original.

Essas derivantes ou enxertos são comuns em todas as línguas, sofrendo o inglês, que saiu da Inglaterra, a influência do clima e da vida americana, assim como o alemão sofre as mesmas contingências na Austria e o espanhol ao transferir-se para os países do Novo Mundo.

Esses detalhes não autorizam a criar uma língua autônoma.

A língua que se fala no Brasil veio de Portugal já feita e essa herança tem sido aumentada pelo culto de mestres brasileiros, que nela vêm um dos ramos mais belos do virente tronco da latinitude."

Desejo ainda, Sr. Presidente, submeter a V. Ex.^a uma questão de ordem.

Do projeto constitucional, em face de emendas de redação, consta, no dispositivo relativo ao juramento do Presidente da República, a seguinte

expressão: — "promover o bem estar do Brasil".

A emenda proposta foi no sentido de ser a expressão: "promover o bem geral do Brasil".

Não fiz, Sr. Presidente, emenda de redação ao texto, porque me pareceu que havia aqui um erro de revisão. Se a fórmula era "promover o bem geral do Brasil", não pode a comissão de Redação modificá-la para "promover o bem estar do Brasil". Não são sinônimas. A expressão "bem estar" permitirá ao intérprete indagar do legislador qual o "bem estar" que o Presidente da República promete realizar para o Brasil: o bem estar econômico, o bem estar social, o moral, o cultural?

O bem geral, Sr. Presidente, é tudo que pode haver de supremo no desejo de realizar o bem do Brasil. A expressão deve ser "bem geral", e o erro de revisão deve ser corrigido pela Comissão.

Outra questão, Sr. Presidente, para a qual eu pediria atenção especial de V. Ex.^a é a seguinte: estimaria que a Mesa providenciasse, com antecedência, a impressão dos folhetos da Constituição Brasileira a ser promulgada e determinasse o número de exemplares dessa publicação. Não deve ser número restrito, de acordo com práticas demasiadamente econômicas que a Mesa tem tomado em matéria semelhante. Assim, quando os Srs. Constituintes foram buscar os dois primeiros volumes dos Anais da atual Assembléia, ficaram surpreendidos com a informação de que a cada Constituinte corresponderia apenas um exemplar e não haveria possibilidade de um de nós presentear com um exemplar as bibliotecas do país, as instituições culturais, as faculdades superiores, etc., porque a edição tinha sido limitada. Se a memória não me falha, parece que essa edição foi de 500 exemplares.

Será possível, Sr. Presidente, que dos Anais da Assembléia Constituinte de 1946 só se faça uma edição de 500 exemplares? Se 324 são os Constituintes — e é de presumir que cada um deles queira ter, pelo menos, um exemplar — vão ficar as bibliotecas do país, as dos Congressos estaduais, as instituições científicas, as agremiações de classe, os institutos de advogados, as faculdades superiores, em fim, Sr. Presidente, todos esses organismos aos quais devemos levar, antes que nos peçam, os nossos Anais, para que possa ser conhecido o desenvol-

vimento da elaboração desta Constituição, cuja vigência duradoura é nossa maior aspiração.

Em face d'este precedente, pediria à Mesa providenciasse, com antecedência, sobre a impressão dos folhetos da Constituição Federal a ser promulgada, e o fizesse um pouco mais generosamente quanto à tiragem, porque precisamos levá-la ao povo, que deve cumpri-la na esfera de seus deveres constitucionais e, mesmo, fiscalizar com segurança sua execução por parte dos poderes da República.

E' a questão de ordem que encaminho à Mesa, Sr. Presidente. (*Muito bem. Palmas*).

O SR. PRESIDENTE — Tomando em consideração a questão de ordem levantada por V. Ex.^a, encaminhá-la-ei ao assunto à Secretaria da Assembléa, para que tome as medidas necessárias.

O SR. RUI SANTOS (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, que não haja oradores nesta sessão, nada mais natural e até o desejava mesmo, quando não pelo plenário, ao menos pelos Srs. taquígrafos, que não terão o grande trabalho do apanhamento de nossas palavras. Venho apenas solicitar providências de V. Ex.^a sobre o que se passa na Casa, porque ficarmos em conversa, esperando que decorra o prazo, compreende-se; mas que não haja café nem água não é admissível, embora esteja presente o nobre Deputado Senhor Café Filho, que hoje já levantou várias questões de ordem...

Assim, solicito a V. Ex.^a providências no sentido de haver na Casa elementos que diminuam o desconforto em que se encontram os Senhores Representantes. (*Muito bem.*)

O SR. ALIOMAR BALEEIRO (*) (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, não sei se é pela ordem ou por qualquer outra forma regimental que vou usar da palavra. Não é tão pouco para quebrar o silêncio do velório...; mas venho fazer um apêlo a V. Ex.^a no sentido de ser combatido aquilo que eu chamaria de mesquinha da Mesa. Talvez V. Ex. julgue que estou um tanto veemente, mas o fato comporta um pouco d'este exagero e desta sobrecarga nas palavras.

Quero referir-me, Sr. Presidente, à excessiva economia com que a Mesa vem ordenando a quantidade de impressos, sobretudo em relação aos

Anais da Assembléa, assunto, aliás, já focalizado aqui, ainda hoje mesmo.

Já uma vez, dirigindo-me ao Presidente da Casa, reclamei contra a escassa distribuição dos avulsos do projeto. Já agora tive informação de que os Anais em curso de publicação, e já nos primeiros dois volumes, estão sendo tirados numa escassíssima edição de quatrocentos ou quinhentos exemplares, para uma Assembléa que se compõe de trezentos e vinte representantes.

O Sr. Rui Santos — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. ALIOMAR BALEEIRO — Os apartes de V. Ex.^a ilustram sempre o debate.

O Sr. Rui Santos — E o interessante é que é preciso ir solicitar o exemplar, porque não há distribuição espontânea.

O SR. ALIOMAR BALEEIRO — Neste ponto, o nobre colega não tem razão, porque recebi o meu pelo correio, sem pedir nada a ninguém. Agradeço à Mesa.

O Sr. Rui Santos — Então, é em consideração especial a V. Ex.^a.

O Sr. Dolor de Andrade — Também não recebi.

O SR. ALIOMAR BALEEIRO — Mas tirar uma edição de quatrocentos exemplares, a não ser que se tratasse de obra preciosa, num papel de classe, autenticada pelo autor e distribuída aos bibliófilos, é uma pilhéria.

O Sr. Gurgel do Amaral — A situação de V. Ex. parece ser privilegiada, porque nada recebi em casa. Procurei aqui e nada consegui.

O SR. ALIOMAR BALEEIRO — Sr. Presidente, chovem os apartes informando que esses poucos exemplares ainda não foram distribuídos aos Srs. Representantes. Cada um deles, naturalmente, virá aqui trazer sua reclamação a V. Ex.^a.

Mas, Sr. Presidente, não pode ficar sem reparo e sem uma imediata revisão do assunto esse número pequeníssimo de exemplares em que está sendo feita a edição dos Anais da Assembléa. Não é afinal, uma edição para ser distribuída apenas aos Srs. Representantes, aos Deputados e Senadores, como uma recordação que cada um de nós levará para a província. Há um interesse mais largo e mais geral. Precisamos que esses Anais sejam distribuídos a todas as bibliotecas públicas, estaduais e municipais, às Faculdades de Direito, aos

(*) Não foi revisto pelo crador.

Tribunais de Apelação, aos Institutos da Ordem dos Advogados, a todas as instituições culturais do país — e por que não também às estrangeiras, Sr. Presidente? Por acaso não receberemos nós cópias, remetidas até por avião, do texto e dos trabalhos preliminares da Constituição francesa d'este ano de 1946? Por que não fazermos também neste nosso trabalho uma edição mais larga que sirva ao mesmo tempo para documentar tudo que se faça nesta Assembléa?

Sr. Presidente, sem que com isso queira fazer elogio...

O Sr. Ademar Rocha — Servirá ao menos para os colecionadores.

O SR. ALIOMAR BALEIRO — ... aos nobres colegas, podemos dizer que no meio do aspecto caótico dos nossos Anais encontramos o mais abundante, o mais largo, o mais atual repertório de estudos sobre problemas do Brasil. Sem ordem, é verdade, um tanto anárquicamente, mas V. Ex.^a encontrará tudo, desde o problema do parlamentarismo e do presidencialismo, desde a individualização da pena trazida aqui pelo nobre Deputado José Alkmin, até as tartarugas do Amazonas e as formigas rosadeiras — tudo se encontra dentro dos Anais sob múltiplos aspectos da vida económica, administrativa, política, social e cultural do Brasil na hora presente. Há, portanto, interesse vital em que seja dada a maior divulgação possível aos Anais. Se não há mais remédio para os dois volumes anteriores tirados em tão mesquinha edição, acredito que V. Ex.^a, Sr. Presidente, poderá remediar o mal do terceiro volume em diante, tirando uma edição compatível com as necessidades gerais de quantos tenham interesse por estes assuntos.

Nem há a objectar a despesa que por acaso isso acarreta ao governo, porquanto se esta Assembléa, de acção própria, espontaneamente, abre mão de uma verba que lhe tocava, representando no espaço de um mês mais de dois milhões de cruzeiros, não é demais, Sr. Presidente, que uma pequena parte da economia daí resultante seja empregada em tornar mais larga e mais generosa a distribuição dos nossos Anais.

Endereço este apêlo a V. Ex.^a, Sr. Presidente, na esperança de que não será em vão. (*Muito bem; muito bem*)

O SR. DOLOR DE ANDRADE — Sr. Presidente, Srs. Representantes: venho à tribuna para bem esclarecer o aparte que dei ao ilustre Senador pela Bahia, Sr. Alcísio de Carvalho Filho, catedrático de Direito Penal de reconhecido valor e que honra esta Assembléa.

O Sr. Rui Santos — É verdade.

O SR. DOLOR DE ANDRADE — Meu aparte deve ser repetido, porque, como advogado, há vinte e cinco anos mourejando na profissão, conheço, meus nobres colegas, fatos que vêm em abono do que afirmei. Disse e agora o repito, que a maior acusação, pelo que tenho ouvido e lido contra a instituição do júri, é, por certo, aquela em que se diz que apenas os desprotegidos da sorte, aqueles que não têm muitas vezes, o bafejo dominante, alcançam suas absolvições, sobretudo, Srs. Constituintes, em se tratando de delitos políticos, como succede em épocas passadas.

Acredito, não obstante os contra-argumentos que me foram dados, que estes mesmos ilustres colegas conhecem fatos, em torno da tese que sustento. Pelo menos no interior do país, delitos graves passaram em julgado, sem apelação. Faltava estabilidade na carreira e, portanto, maior independência para o Ministério Público se impunha.

Os promotores públicos, cuja classe tem hoje a carreira assegurada por princípio constitucional, pelo qual me bati, representam uma instituição de elevado sentido social e merecedora, por maior acatamento do legislador.

O Sr. Pereira da Silva — A ser verdade o que afirma os colegas, está se vendo que o defeito não será da instituição do júri, mas sim de alguns jurados inconscientes, incapazes de aplicar a justiça contra o banditismo.

O SR. DOLOR DE ANDRADE — Não há dúvida, e neste ponto Vossa Excelência tem razão. Mas, este mal vem sendo combatido pela selecção no corpo de jurados.

O Sr. Aliomar Baleiro — O júri singular, penitenciária e outros processos não acabarão com o cangaço, o crime. Quando o trem, a locomotiva, a higiene, a escola, a estrada de rodagem, enfim o progresso, entrar pelos sertões de Pernambuco, da Paraíba, da Bahia, de Sergipe e de Alagoas, Lampião, Antônio Silvino

e outros heróis desse tipo serão apenas recordações.

O SR. DOLOR DE ANDRADE — Voltando ao assunto. Se o mal reside, como acaba de dizer em aparte o nobre Representante do Amazonas, Sr. Pereira da Silva, na falta de conhecimento exato ou na irresponsabilidade dos jurados, que nem sempre cumprem seus deveres: se as acusações contra o júri reside, muitas vezes, no não cumprimento do dever, por parte do Ministério Público — esses dois males poderão, até certo ponto, ser minorados, ou corrigidos, conforme declarei no aparte que dei ao Ilustre Senador pela Bahia, Sr. Aloísio de Carvalho Filho, com a apelação obrigatória, à semelhança do que se estabeleceu no Código da Justiça Militar. Ai, falhando os jurados, por qualquer circunstância, o caso seria apreciado pela superior instância, que poderia corrigir o erro. Teríamos, pelo menos, o reexame da matéria e a possibilidade de segundo julgamento pelo próprio tribunal do júri, com outro conselho de sentença.

O Sr. Antônio Feliciano — Reputo a apelação obrigatória verdadeira injustiça, porque seria estabelecer o recurso em casos de absolvições justas, e não se enquadraria, jamais, na norma, hoje constitucional, de respeito à soberania dos veredictos do júri.

O SR. DOLOR DE ANDRADE — Fico ciente da opinião de Vossa Excelência, porque minha pergunta ao Ilustre Senador Aloísio de Carvalho, douto professor em matéria criminal, consistia em saber se ele podia esclarecer à Casa se meu aparte era ou não procedente. E agora, tenho a primeira manifestação, com seu aparte.

O Sr. Lauro Lopes — Permita-me V. Ex.^a um aparte, a propósito da apelação obrigatória. V. Ex.^a quer ver os absurdos a que chegaríamos se vingasse o princípio que Vossa Excelência preconiza?

O SR. DOLOR DE ANDRADE — Não preconiso; apenas consultei a um professor de Direito, se poderíamos estabelecê-la.

O Sr. Lauro Lopes — Nenhum indício, por menor que seja, dará lugar à punição do réu, mas autoriza a pronúncia. Em decorrência o promotor se defronta com um libelo calcado na pronúncia resultante de indício. O réu é absolvido, porque só os indícios subsistem. Esse promotor, em nome da Justiça, pode apelar?

O SR. DOLOR DE ANDRADE — Devo esclarecer a V. Ex.^a que, no Código da Justiça Militar — é preciso frisar — só em alguns casos se exige apelação obrigatória. Nos processos em que os réus são absolvidos por falta de provas, não há apelação obrigatória, salvo nos crimes de homicídio.

O Sr. Lauro Lopes — Mas no processo do júri cairia a apelação obrigatória, porque o tribunal não aplica a pena, não entra no mérito.

O SR. DOLOR DE ANDRADE — Responderei a V. Ex.^a reafirmando que ali, nos delitos de morte, a apelação é obrigatória.

Depois do aparte do Sr. Deputado Antônio Feliciano, entendo que do ponto de V. Ex.^a, não será permitido, em legislação ordinária, aplicar-se o princípio adotado pela justiça militar, isto é, de apelação obrigatória em nenhum crime. É a tese que venho discutindo, no propósito de esclarecer o importante assunto.

O Sr. Aloísio de Carvalho — É necessário distinguir entre a decisão recorível obrigatoriamente, como Vossa Ex.^a desejaria, e a recorível facultativamente.

O SR. DOLOR DE ANDRADE — Evidente. Recurso obrigatório em determinados casos, e facultativo, em princípio.

O Sr. Aloísio de Carvalho — Penso que a decisão recorível facultativamente não implica em inobservância do preceito da soberania do júri, que é, em termos precisos, evitar-se que a justiça togada interfira na justiça popular, criando o hibridismo então existente, de uma justiça que julga de acordo com as circunstâncias de fato e uma justiça togada que deve julgar de acordo com as normas preestabelecidas na lei.

O SR. DOLOR DE ANDRADE — Exatamente porque perde o júri sua feição clássica.

Não vou esclarecer ao Ilustre mestre de Direito. Entendo apenas que Sua Excelência se desviou um pouco do meu raciocínio. Queria saber, simplesmente, se o fato de se estatuir a apelação obrigatória nos delitos de morte, virá ou não ferir o princípio constitucional da soberania do júri, ora restabelecida. Parece-me que tal não acontecerá, porque o recurso, em si mesmo, não obriga o conhecimento do mérito, na superior instância. Seria meio idôneo para coibir absolvições contra a prova dos autos e teria

o efeito de produzir novo julgamento, com a possibilidade de condenação por outros jurados.

O Sr. Antônio Feliciano — Fere profundamente a norma constitucional. Deve V. Ex.^a ponderar mais o seguinte: a competência do tribunal do júri é limitada ao julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

O SR. DOLOR DE ANDRADE — Parece-me que, em face do que se assentou na nova Constituição, — é já foi dito aqui pelo Senador Aloysio Carvalho — sofreu o júri profunda modificação: voltou ao estado primitivo. E, assim, não mais cabe à instância superior conhecer do mérito.

O Sr. Ivo d'Aquino — O que é um grande mal para o Brasil.

O SR. DOLOR DE ANDRADE — O Senador Ivo d'Aquino já se opõe a esse sistema, pois entende devem sobrelevar aquêle que foi firmado pela lei n.º 167 de 1938, salvo engano.

O Sr. Ivo d'Aquino — Na Constituição, criamos o princípio da individualização da pena, que começa no aplicar a sentença. O júri como ficou assentado na Carta Magna, não tem capacidade para realizar essa individualização. Além de tudo o juiz não pode modificar a decisão do júri mas apenas interpretá-la, dando-lhe linguagem jurídica.

O SR. DOLOR DE ANDRADE — Muito bem.

O Sr. Ivo d'Aquino — É fato comprovado que, depois do sistema atual, a criminalidade nas comarcas do interior do Brasil diminuiu de quase 80%.

O Sr. Lauro Lopes — É verdade.

O SR. DOLOR DE ANDRADE — O assunto é de natureza complexa e merece estudo. Não deve ser julgado de plano. Esta é minha opinião.

O Sr. Ivo d'Aquino — Sabe o nobre orador que o júri não tem capacidade, absolutamente, senão para absolver ou dar a pena máxima.

O SR. DOLOR DE ANDRADE — Que diz o nobre Senador Ivo d'Aquino, em referência ao princípio da apelação obrigatória?

O Sr. Ivo d'Aquino — Não resolve porque o Tribunal só pode mandar a novo julgamento.

O SR. DOLOR DE ANDRADE — Sim. Em face de novo preceito.

O Sr. Lauro Lopes — Mas estamos discutindo em face da reforma.

O Sr. Ivo d'Aquino — O Tribunal só manda a novo julgamento, quando há nulidade. Não pode entrar no mérito: absolve ou condena.

O Sr. Fernando Nobrega — O júri foi restaurado na sua função democrática. Allás, é a única instituição democrática, no Brasil, que resistiu à ditadura e atravessou todo seu período.

O SR. DOLOR DE ANDRADE — Não resistiu. V. Ex.^a diz mal. Pois, perdeu a sua soberania, com a introdução do sistema eclético estabelecido na lei 167.

O Sr. Acúrcio Torres — Nessa questão, votel com o Senador Aloísio de Carvalho, ou seja pela soberania do júri, pela sua revigoração.

O SR. DOLOR DE ANDRADE — Muito valiosa a declaração de V. Ex.^a, como membro da grande Comissão Constitucional.

O Sr. José Alkmim, — O nobre Senador Ivo d'Aquino trouxe a debate o princípio novo estabelecido na Constituição, a individualização da pena. Parece-me que S. Ex.^a deveria precisar o modo de conciliar o princípio da individualização da pena com o da soberania do júri. Reportando-me à emenda que apresentei, e com prazer vi aprovada pela Comissão, devo dizer que esse princípio não fere a soberania do júri, ...

O SR. DOLOR DE ANDRADE — É evidente.

O Sr. José Alkmim — ... porque o júri julga somente de fato, e a individualização pressupõe uma série de circunstâncias que só o juiz togado pode apreciar. O juiz togado, que preside o júri, é que vai escolher o tipo de pena para o réu ou delinqüente já julgado culpado pelo tribunal popular. De forma que não se define a pena. E pelo Código Penal temos, ainda, três ou quatro circunstâncias que devem ser apreciadas para a escolha da pena o mínimo e o máximo. A individualização supõe muito mais que isso, porque, admite, inclusive, a escolha do tipo da pena a ser imposta, o, mais ainda, a do estabelecimento adequado à execução da pena. Surge aí a emenda do Sr. Senador Aloísio de Carvalho, no sentido de que essa individualização não ficasse somente entre os direitos individuais do homem, mas fôsse além.

O SR. DOLOR DE ANDRADE — Estou perfeitamente de acordo com a brilhante exposição do nobre Deputado

José Alkmim. Na verdade adotamos inovação que poderemos dizer benfazeja, porque os Presidentes dos Tribunais do júri não mais ficarão de braços cruzados, a mercê do simples pronunciamento dos jurados.

Terão de aplicar a pena-base para daí graduar as circunstâncias atenuantes ou agravantes, isto é, para atribuir ao réu a penalidade que merecer, tendo em vista a personalidade do delinquente. E' velho princípio científico.

O Sr. Antônio Feliciano — Em complemento à brilhante exposição do Senhor José Maria Alkmim, permito-me dizer que o princípio focalizado na Constituição visa justamente a estabelecer a pena à guiza de terapêutica ao crime como moléstia, pois hoje, pela evolução do direito, a pena não é mais forma de vingança, castigo ou exploração; tem a alta finalidade de terapêutica contra o crime do mal social. (*Muito bem.*)

O SR. DOLOR DE ANDRADE — Estou perfeitamente de acôrdo.

Finalizando minhas obscuras considerações (*não apoiados*) devo dizer, uma vez mais, reconhecer tôda procedência nas emendas do ilustre colega de Minas Gerais, e também no sentido de que a individualização da pena fique no seu devido lugar, isto é, no Capítulo "Dos direitos e das garantias individuais", após o § 28 do art. 41, onde se estabelece a instituição do júri.

Se pouco falei desta tribuna, Senhor Presidente, muito aprendi com os brilhantes apartes dos ilustres Constituintes. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado.*)

O SR. JOSÉ ALKMIM — Sr. Presidente, o debate sobre a instituição do júri, que tanto interesse vem despertando no plenário, conduziu a Casa à consideração de outra matéria relevante, que representa inovação no direito penal brasileiro — como seja a individualização da pena.

Contemplados os princípios universais: — *a pena não passa da pessoa do delinquente e a lei penal só pode retroagir quando beneficie o réu* — pleiteamos o estabelecimento da norma segundo a qual a pena deve ser justa, adequada, *individualizada*.

É certo, Sr. Presidente, que a individualização da pena não aparece como novidade. Já esta vitoriosa na ciência penal há quase um século. (*Muito bem.*) Entretanto, em nosso direito, a individualização encontrou grandes resistências, principalmente

porque o legislador penal tornou rígidos aqueles princípios e doutrinas que os fundadores da Escola Positiva convencionaram chamar de Escola Clássica-Criminal.

Princípios e doutrinas que tiveram em Beccaria o arquiteto e em Carrara o construtor, como tem sido universalmente proclamado, sua influência levou os legisladores à elaboração de códigos harmônicos, mas que se tornam imprestáveis em face da evolução da ciência penal. Em sua obra notável — "*Dei delitti e delle pene*" — o grande pensador florentino lançou as bases de um direito novo, no qual se assegurasse o respeito à pessoa do indiciado e se consagassem normas para humanização da pena e sua proporcionalidade com o delito, assim como a igualdade de todos perante a lei e a irretroatividade desta. Ao mesmo tempo teve início na Inglaterra um movimento pela reforma das prisões.

O gênio latino deu-nos os fundamentos doutrinários e o pragmatismo anglo-saxão exigiu a humanização do tratamento nos presídios. Foram estes, por insuportáveis, que serviram de ponto de partida para as reformas penais.

Os códigos elaborados pelos teóricos do direito, por mais harmônicos, não resistiram às imposições da realidade e por isso mesmo nunca influíram na redução da criminalidade.

O Sr. Osvaldo Lima — Contrariando essa parte do discurso de V. Ex.^a, posso inferir que a última lei, autorizando os tribunais a reformar as decisões do Júri e a aplicar a pena de acôrdo com a prova dos autos, diminuiu a criminalidade, no meu Estado, em cerca de 60%, donde se vê que a lei tem efeito benéfico.

O SR. JOSÉ ALKMIM — Trataré do assunto dentro de alguns momentos, porque é estranho à tese que estou sustentando. O assunto que Vossa Excelência tráz ao debate é diverso, é outro aspecto da política criminal.

O Sr. Osvaldo Lima — V. Ex.^a declarava, há pouco, que a lei não influía na criminalidade.

O Sr. Plínio Barreto — O orador poderia invocar, também, o exemplo de Oscar Wilde, que, quando esteve prêso na Inglaterra, fez uma grande campanha contra o regime das prisões naquêlê país, determinando a reforma do sistema penitenciário.

O Sr. Fernando Nobrega — Responderé ao nobre Deputado Osvaldo Lima, dizendo que a lei que permitiu

ao Tribunal Superior reformar a decisão do júri foi absolutamente inócua, como tantas outras do Estado Novo. Apenas lhe dava essa faculdade quando não houvesse apoio em nenhuma prova dos autos. O advogado levava duas testemunhas de defesa para o plenário e, com essa prova, obtinha a absolvição do réu. O Tribunal tinha de confirmar essa decisão porque o *veredictum* encontrava um apoio em prova dos autos. O argumento de S. Ex.^a não prevalece na crítica contra a instituição do Direito.

O Sr. Osvaldo Lima — As estatísticas, porém, provaram que houve redução na criminalidade.

O Sr. Aloysio de Carvalho — As estatísticas de 8 anos não podem fazer coisa julgada nesse ponto. O crime é resultante de fatos muito mais complexos do que a simples impunidade. Esta é um dos fatores, mas é impossível estabelecer esse fator como único.

O SR. JOSÉ ALKMIM — Quero demonstrar que a ciência penal não enriqueceu o patrimônio da cultura somente com as aquisições feitas no silêncio dos gabinetes.

Tôdas as conquistas penais — e aí estão os mais autorizados tratadistas para confirmá-lo — tôdas as conquistas penais tiveram origem nos cárceres. Foi neles que se verificou a soma de injustiças, e foi a experiência, amarga muitas vezes, das prisões que levou o cultor do Direito, que conduziu o escritor, — o observador que recolhe tôdas as vibrações sociais, a enquadrá-las no princípio que orienta o pensamento e disciplina a ação. São estes os fundamentos das reformas penais no mundo civilizado.

Entre estas figura a que estabelece a pena individualizada, que não é uma novidade em direito, aceita, como está, há quase um século, como uma aquisição definitiva da cultura.

A pena individualizada impõe o tratamento adequado, apropriado para cada homem, não é calculada ou dosada de acôrdo unicamente com o crime, não corresponde ao delito como entidade autónoma. A pena individualizada modificará por completo nossa legislação, e, sobretudo, conduzirá o Brasil à organização de estabelecimentos que sejam de recuperação do homem (*multo bem*), de estabelecimentos que preparem a reintegração social dos egressos, em vez dos que predisponem à reincidência como fruto

das injustiças organizadas sob pretexto de punição, levando à dissolução da estrutura moral dos condenados que deles saem ainda mais inadaptados para a vida em comunidade do que quando a eles foram recolhidos.

O Sr. Plinio Barreto — Se não fôr assim, só a pena de morte.

O SR. JOSÉ ALKMIM — Sômente a pena de morte. Afirmam que é a única perfeita em relação ao delinquente, porque não causa outros males.

Sr. Presidente, o nobre Senador Ivo d'Aquino, em aparte ao ilustre colega que estava na tribuna, salientou a situação nova em que nos encontramos, que é a de termos introduzido no texto constitucional o princípio da individualização da pena. S. Ex.^a se bem lhe ouvi o aparte, deixou entender que a soberania do Júri não estaria resguardada inteiramente com este princípio da individualização.

O Sr. Ivo d'Aquino — Eu não disse bem isso. Declarei que há contradição entre a soberania do Júri, dentro do nosso sistema, e o princípio que estamos estabelecendo, porque a individualização da pena começa na sua aplicação.

O SR. JOSÉ ALKMIM — Pretendo e espero provar que não há a contradição que V. Ex.^a, recela,...

O Sr. Dolor de Andrade — Estou com V. Ex.^a.

O SR. JOSÉ ALKMIM — ... e não há porque o Júri sômente julga de fato, e ao juiz togado, especializado, incumbe escolher o tipo de pena e tratamento apropriados.

O Sr. Ivo d'Aquino — Não pode absolutamente escolher.

O SR. JOSÉ ALKMIM — Poderá escolher de acôrdo com a lei que harmonize o instituto da individualização da pena e princípio da soberania...

O Sr. Ivo d'Aquino — Como os jurados respondem aos quesitos?

O SR. JOSÉ ALKMIM — Depende da lei ordinária. Tudo isso poderá ser feito na lei própria.

O Sr. Plinio Barreto — Depende da maneira de responder aos quesitos.

O Sr. Ivo d'Aquino — Se os jurados responderem sim ou não, não poderá o juiz fugir à decisão do Júri.

O Sr. Monteiro de Castro — Discordo de V. Ex.^a, embora do ponto de vista da tese esteja de acôrdo quanto à afirmação de que Beccaria tenha sido, por suas virtudes, o iniciador da individualização da pena.

O SR. JOSE' ALKMIM — Não ouvi bem o aparte do caro amigo e nobre colega Sr. Monteiro de Castro. O que afirmei foi que a obra de Beccaria deu origem a um movimento, que culminou num conjunto de doutrinas a que se denominou Escola Clássica Criminal. A individualização da pena é decorrência da Escola Positiva, que procurou destruir a Escola Clássica.

Refiri-me, é certo, à obra de Beccaria, para dizer que com ela se iniciou a grande reforma do direito penal. Mais ainda, que essa teve origem nas injustiças e nas desproporções das penas.

O Sr. Aloísio de Carvalho — Foi o grande merecimento de Beccaria: o sopro de humanidade em relação aos presos.

O SR. JOSÉ ALKMIM — Foi precisamente o que sustentei. Depois de Beccaria, todos os autores foram buscar subsídios para suas obras nas injustiças que se verificavam nas prisões. Estavam abertos novos caminhos.

O Sr. Ivo d'Aquino — Peço ao nobre orador que atente para o primeiro quesito que o juiz faz ao júri: o réu, no dia tal, a tantas horas, praticou os ferimentos descritos? — E' o quesito da autoria. O júri responde — não. Onde está aí a individualização da pena?

O SR. JOSE' ALKMIM — Se o júri responde que o réu não é culpado, não há que pensar na individualização da pena.

O Sr. Ivo d'Aquino — Permita o ilustre orador que termine meu pensamento. O réu é confesso. A testemunha é de vista e o júri, no interior, quase sempre responde pela negativa e o réu é absolvido.

O SR. JOSÉ ALKMIM — V. Ex.^a refere-se, naturalmente, a réu confesso. Mas a confissão, em Direito Penal é apenas indício; V. Ex.^a sabe que não se pode condenar apenas pela confissão.

O Sr. Monteiro de Castro — Não tem procedência o aparte do nobre colega Sr. Ivo d'Aquino.

(Trocaram-se diversos apartes.)

O SR. JOSÉ ALKMIM — Desejo responder ao eminente Senador Senhor Ivo d'Aquino. Afirmo que a existência de confissão pura e simples do réu não leva nem pode levar à condenação porque esta é apenas indício; não constitui prova autónoma.

O Sr. Aloísio de Carvalho — E o nobre orador pode acrescentar que a

confissão do crime é a menos valiosa das provas psicologicamente consideradas. Aí está a Psicanálise para demonstrar, com conclusões diárias, que o indivíduo pode até confessar crime que não aconteceu.

O SR. JOSÉ ALKMIM — De pleno acordo com V. Ex.^a.

O Sr. Ivo d'Aquino — Se o nobre orador consultar as estatísticas criminais do Brasil verá que, no meu Estado, por exemplo, a nova lei do júri, aliada com a de porte de armas, fêz com que a criminalidade diminuisse de 80%.

O SR. JOSÉ ALKMIM — Peço os ilustres colegas que me permitam concluir as considerações ligeiras que estava fazendo. Não vim à tribuna trazido pelo debate, sem qualquer preparação para exame de assunto de tanta relevância e complexidade...

O Sr. Dolor de Andrade — De que V. Ex.^a é brilhante conhecedor.

O SR. JOSÉ ALKMIM — Mas, ao ouvir os debates, quiz trazer a contribuição da experiência feita.

O Sr. Plínio Barreto — Essa é que vale.

O SR. JOSÉ ALKMIM — Entretanto, essa contribuição ainda não a pude trazer ao conhecimento da Assembléia.

Esta Casa já teve, mais de uma vez, conhecimento de uma obra a cuja organização me pode dedicar — a Penitenciária de Neves — organização fundada no conceito novo da pena, no tratamento adequado de cada homem, procurando manter íntegra, no indivíduo, aquilo que as prisões, via de regra, anulam, ou desrespeitam — a dignidade da pessoa humana. (Muito bem.)

Depois de longos anos de trabalho, a conclusão a que chegamos foi, principalmente, a de que o que mais horroriza ao recluso é a injustiça, depois da perda da liberdade. (Muito bem.)

O homem que perde a liberdade só conserva uma esperança, que é a de recuperá-la. E o homem que perde a confiança na justiça, dificilmente a recupera, mesmo restituído à comunidade social.

O de que necessita nosso meio, é da organização de estabelecimento penais que comportem a individualização do tratamento penitenciário. (muito bem.)

A simples introdução no texto constitucional de dispositivo que estabele-

lece a individualização da pena não resolve o problema, se não organizarmos estabelecimentos apropriados.

A pena tem, hoje, sentido eminentemente pedagógico. O direito de punir foi substituído pelo dever de reeducar.

O Sr. *Dolor de Andrade* — Evidentemente.

O SR. JOSÉ ALKMIM — Não há mais lugar para a pena castigo, porque a prevenção geral, que era uma de suas virtudes já está muito desacreditada, por não atingir o objetivo de defesa social.

O Sr. *Dolor de Andrade* — V. Ex^a, também há de concordar que não é a quantidade da pena que regenera o homem.

O Sr. *Plínio Barreto* — Não é absolutamente.

O SR. JOSÉ ALKMIM — De pleno acôrdo. O que a experiência prova é que a quantidade da pena nunca reduziu a criminalidade. Em tôdas as grandes cidades da Europa eram públicas as execuções da pena última e o espetáculo horrível e sempre novo nunca produziu os efeitos procurados.

De que serviu a pena de morte por tantos anos, se em nenhuma país do mundo conseguiu eliminar a criminalidade? Ao contrário, o que se verifica nos Estados Unidos?

A situação ali é diferente, mas serve para abonar a tese. As unidades da Federação Americana legislam também sobre direito substantivo. Está provado que Estados nos quais se adotava a pena de morte, depois de sua abolição tiveram a criminalidade diminuída.

O Sr. *Antônio Feliciano* — Perfeitamente.

O SR. JOSÉ ALKMIM — Essa é a prova da ineficácia da severidade da pena.

Se há um princípio que pode contribuir para a redução de determinado tipo de criminalidade este é o da certeza da pena, nada importando a quantidade.

O Sr. *Monteiro de Castro* — Vossa Excelência, nesse passo, poderia invocar com tôda procedência, Beccaria. E' esse um dos temas de sua grande obra.

O SR. JOSÉ ALKMIM — E', realmente, um dos temas da obra de Beccaria: a certeza da pena proporcionada ao delito.

O Sr. *Plínio Barreto* — Hoje representa truismo em matéria penal, dizer-se que a impunidade é fator do crime.

O SR. JOSÉ ALKMIM — Mas, Sr. Presidente, quero valer-me desta oportunidade, em que sou honrado com a atenção de tantos colegas, no exame de assunto que ocupou, durante largos anos, tôda a minha atenção e foi, posso dizer, minha obsessão ao organizar uma casa que me ocupou grande espaço da sensibilidade...

O Sr. *Plínio Barreto* — E deu a V. Ex^a, justo renome em todo o Brasil. (Apoiados.)

O SR. JOSÉ ALKMIM — Muito grato pela honrosa referência.

O Sr. *Dolor de Andrade* — Foi uma grande obra para o Brasil.

O Sr. *Monteiro de Castro* — O nobre orador deixou seus interesses para dedicar-se exclusivamente à penitenciária.

O SR. JOSÉ ALKMIM — Agradecido a VV. Ex^{as}. Sr. Presidente, quando o nobre Senador Aloísio de Carvalho apresentou emenda pela qual os estabelecimento penais deveriam organizar-se de forma a executar a pena individualizada, discutimos o assunto e chegamos à conclusão de que, neste ponto, a nossa situação ainda tem muito a melhorar, pois é verdadeiramente lastimável: mesmo os estabelecimentos de grande notoriedade devem submeter-se urgentemente a reformas que os atualizem.

No Brasil, não há estabelecimentos penais que possam oferecer possibilidade de individualização da pena, a não ser em São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Pernambuco e Paraná. E mesmo estes estabelecimentos penais não estão aparelhados para que neles se alcance satisfatoriamente a individualização da pena, principalmente se considerarmos que ao lado dela o nosso Código Penal estabeleceu as medidas de segurança. Estas representam, no nosso meio, um perigo, porque impostas ao lado da pena e absolutamente paralelas à pena. Quer dizer: estabelecemos uma forma de exacerbar a pena com o pressuposto da periculosidade que descobrimos, que justifica a imposição também da medida de segurança. E o que se verifica é que esta vai ser cumprida nos estabelecimentos comuns, na falta de institutos adequados à sua execução.

C. Sr. Monteiro de Castro — Seria necessária uma correspondência.

O SR. JOSÉ ALKMIM — E essa correspondência não existe.

Em São Paulo, tratando do assunto na Faculdade de Direito, naquela grande Casa, em cujo recinto penetramos sempre em atitude respeitosa, lamentei a introdução das medidas de segurança em nossa lei penal. E por que, Sr. Presidente? — Porque à medida de segurança detentiva se atribuíram tôdas as possíveis virtudes da pena e esta subsistiu no nosso Código com o conceito antigo, isto é, com a finalidade meramente punitiva.

A pena, como está na nossa lei, ao lado da medida de segurança é um mal, porque não realiza a defesa social que lhe é atribuída pela Escola Positiva e pode ser ampliada pela imposição simultânea da medida de segurança. E' o que decorre de a circunstância desta última exigir cuidado cuja inobservância corresponde a exacerbação da pena. Resulta de tudo isso a permissão de se somar uma penalidade a outra. Não possuído estabelecimentos apropriados para a execução da medida de segurança, esta é executada nas prisões comuns. Apenas o detento deve estar convencido de que o que sofre não é pena... é medida de segurança.

Esses aspectos dolorosos de nossa situação não devem levar a sugerir ao governo medidas práticas, afim de que estude o assunto objetivamente, e procure solução honesta e humana para um dos mais graves problemas do Brasil — o da existência de dezenas de milhares de homens cumprindo penas e às vêzes medidas de segurança nas prisões, onde nada há de humano, prisões que deturpam, deformam o indivíduo, privando-o de tudo quanto se pratica no convívio social.

Assim, Sr. Presidente, o que pleiteamos é que o governo, ao promover a reforma dos estabelecimentos penais, de acôrdo com o disposto no número XV letra b do art. 5.º, do Projeto que acabamos de votar, faça prevalecer nos mesmos ou em novas as normas da pedagogia penal que impõem tratamento individualizado; se não lhes pudermos adaptar esses princípios, que, pelo menos, retiremos das prisões atuais o que de desumano continua a existir nelas, o que de prejudicial nelas perdura, sobretudo o que há de desadaptação do

condenado, predispondo-o muitas vêzes, à reincidência. (*Muito bem.*)

O Sr. Aloisio de Carvalho — O melhor caminho para a solução do problema penitenciário, no Brasil, é a penitenciária agrícola ou mixta. Assim, resolvermos questão complexa e grave. E quero deixar consignado o meu aplauso pela iniciativa de V. Ex.^a, no Estado de Minas Gerais, construindo um dos pontos iniciais da campanha que temos de realizar. (*Muito bem.*)

O Sr. Dolor de Andrade — E' um grande exemplo que devemos seguir.

O Sr. Campos Vergal — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. JOSÉ ALKMIM — Com grande prazer.

O Sr. Campos Vergal — O brilhante aparte do nobre Representante lembrou-me que justamente o problema penitenciário abrange uma séria dificuldade: a questão sexual...

O SR. JOSÉ ALKMIM — Não chega a ser uma dificuldade.

O Sr. Campos Vergal — ... que é uma grande pedra de tropeço. E' um dos aspectos da questão.

O SR. JOSÉ ALKMIM — Aspecto secundário, que não chega a ter importância.

O Sr. Aloisio de Carvalho — Devo lembrar a V. Ex.^a e ao Sr. Deputado Campos Vergal que a penitenciária agrícola resolverá a questão do desajustamento do homem do campo, que, prêso numa penitenciária industrial, para adquirir o aprendizado de um ofício, encontra o progresso que não acharia no interior do país. As penas executadas nas capitais dos Estados são, em grande parte, responsáveis pelo despovoamento do nosso *hinterland*.

O SR. JOSÉ ALKMIM — De pleno acôrdo.

O Sr. Aloisio de Carvalho — Ao sapateiro acostumado a fazer sapatos a mão, por exemplo, ensinamos a fabricá-los a máquina...

O SR. JOSÉ ALKMIM — Desambientamos o homem.

O Sr. Aloisio de Carvalho — ... que ele não encontra no local onde vivia.

O SR. JOSÉ ALKMIM — Vou responder aos apartes dos nobres colegas.

O Sr. Monteiro de Castro — O problema é fundamentalmente complexo.

O SR. JOSÉ ALKMIM — O que soluciona o caso é a pena individualizada, não somente a escolha do tipo de prisão; pois, desde que se dê ao homem tratamento adequado e por

ele se aprecie a tendência para esta ou aquela profissão, o tipo de prisão, necessariamente, terá de corresponder à atividade e nunca a escolha *a priori*.

O Sr. Monteiro de Castro — Seria o aproveitamento das vocações.

O SR. JOSÉ ALKMIM — Exatamente. Não há hoje uma fábrica ou estabelecimento industrial bem organizado, que, pretendendo aproveitar todo o esforço, tempo e aptidão do trabalhador, não tenha um gabinete psicotécnico, para orientar a escolha da função mais apropriada. É o que se deve também fazer nas prisões, para impedir atividades cujo exercício represente sacrifícios excusados, perda de tempo e de material. Releva notar que o desajustado na profissão pode se transformar em autor de delito, pelo atrito diário, permanente com o ofício mal escolhido.

O Sr. Osvaldo Lima — Os anseios de V. Ex.^a recordam-me a expressão de um juiz, segundo a qual nós, no nosso sentimentalismo, nos lembramos do criminoso, que está vivo, mas nos esquecemos da vítima, que morreu.

O SR. JOSÉ ALKMIM — É justamente do criminoso, da família do criminoso de que nós devemos lembrar e cuidar, porque não se tolera mais a vingança social.

Vou concluir, Sr. Presidente, respondendo, antes, o aparte do ilustre colega por Pernambuco, Sr. Osvaldo Lima.

O Sr. Plínio Barreto — Vinha V. Ex.^a desenvolvendo, brilhantemente...

O SR. JOSÉ ALKMIM — Bondade de V. Ex.^a, que muito agradeço.

O Sr. Plínio Barreto — ... a tese de que não há contradição entre a soberania do Júri e a individualização da pena. Os apartes, porém, desviaram o curso de sua argumentação. Pediria, assim, que V. Ex.^a retomasse a discussão da matéria, que é interessantíssima.

O SR. JOSÉ ALKMIM — Assim o farei, logo tenha respondido o aparte do nobre colega por Pernambuco.

Disse S. Ex.^a que o nosso sentimentalismo nos conduz a ver o criminoso, nunca, porém a vítima. Por que considerarmos a vítima, quando se tem em frente apenas o delinquente? O criminoso não praticou o crime contra a vítima; praticou, sim, um ato anti-social, e assim devemos procurar recuperá-lo para a sociedade.

Cumprir recuperar para a sociedade o homem que se revelou desajustado,

inadaptado. E isto não alcançaremos com a prática de medidas frequentes nos presídios, onde tudo está bem preparado para iludir o visitante.

Só o conseguiremos se tivermos prisões que não deformem o recluso. Restituído à liberdade, o homem não deve sentir-se estranho à sociedade, nem por ela repellido. Tomo aqui uma palavra que resume toda a orientação nem por ela repellido. Tomo aqui uma organização penitenciária deve ser uma miniatura da vida ordinária.

Sr. Presidente, atendendo à sugestão do nobre Deputado Plínio Barreto, que me honrou com seu aparte, vou retomar as minhas considerações iniciais para apreciar a forma como se conciliam o instituto da individualização da pena e a soberania do Júri. Isso se fará em nossa lei penal, cumprindo o que dispõe o texto constitucional que vai entrar em vigor dentro de algumas horas.

A individualização da pena supõe medidas que o Júri não pode apreciar. O Júri julgará de fato.

O Sr. Osvaldo Lima — Perdão. Ai V. Ex.^a se contradiz. Se V. Ex.^a declarou que o indício, a confissão não justifica a condenação... V. Ex.^a naturalmente se lembra de que há pouco disse isso...

O SR. JOSÉ ALKMIM — Penso que V. Ex.^a me está atribuindo alguma coisa que eu não disse. É a impressão que tenho.

O que afirmel, em matéria de confissão, é que, em direito, ela é indício; não constitui prova definitiva irrecusável.

O Sr. Osvaldo Lima — A regra é o contrário.

O SR. JOSÉ ALKMIM — A confissão é indício; precisa estar de acordo com todas as provas produzidas. A confissão, isolada, não prevalece.

O Sr. Alcísio de Carvalho — Pediria a V. Ex.^a que indagasse do nobre Deputado Osvaldo Lima como agiria S. Ex.^a, se fôsse juiz, e deparasse um conjunto de provas insofismáveis contestando confissão de um delinquente.

O SR. JOSÉ ALKMIM — Eu poderia dizer que a confissão, às vezes perfeita, pode ser extorquida pela polícia. Poderia citar aqui um caso de erro judiciário, entre muitos que verifiquei na Penitenciária de Neves, e que só com o segundo ou terceiro pedido de revisão do processo foi reparado.

O Sr. Osvaldo Lima — Pediria licença para responder ao nobre Senador Sr. Aloísio de Carvalho.

O SR. JOSÉ ALKMIM — Inúmeras vezes tivemos de proceder a justificação, na comarca, para destruir confissão obtida à custa de processos muito comuns.

Sr. Presidente, vou retomar as considerações que vinha fazendo, de acordo com a sugestão do nobre Deputado Sr. Plínio Barreto. S. Ex.^a pediu-me que examinasse como se conciliariam os dois institutos: o da individualização da pena com a restauração do do júri, em suas primitivas características.

A individualização da pena será regulada em lei.

Cumpra ao legislador avisado realizar este objetivo, que é uma imposição da cultura. Vim para a tribuna, — já o disse e agora repito — inteiramente de surpresa, sem estar preparado para debater o assunto. Fui levado a atender a pedidos insistentes dos nobres Representantes Aloísio de Carvalho, Dolor de Andrade, e muitos outros, que ocuparam a tribuna, para que intervisse nos debates,

O Sr. Antônio Feliciano — Reivindico também para mim a satisfação de haver influído para que V. Ex.^a trouxesse sua valiosa contribuição.

O SR. JOSÉ ALKMIM — Perdôe-me a omissão. Foi realmente o nobre representante de São Paulo, meu bom amigo, Sr. Antônio Feliciano, quem primeiro me sugeriu fizesse algumas considerações sobre a matéria; entendendo que a conciliação entre os dois textos é perfeitamente possível.

É da essência do júri julgar de fato.

Ao juiz especializado, e isto é importante, incumbirá fixar a pena e acompanhar sua execução.

O Sr. Ivo d'Aquino — Nesse ponto estaria de acordo com V. Ex.^a

O SR. JOSÉ ALKMIM — E V. Ex.^a poderá estar de acordo. Todas as dificuldades, meu nobre amigo, serão resolvidas pela lei que vamos elaborar e não mais constituirá surpresa para a cultura aqui representada.

O Sr. Ivo d'Aquino — V. Ex.^a estabelece que o júri apenas declararia ou não a culpa?

O SR. JOSÉ ALKMIM — O júri julga de fato.

O Sr. Ivo d'Aquino — A resposta ao quesito positivo estabelecerá o princípio.

O SR. JOSÉ ALKMIM — O quesito positivo a que V. Ex.^a se refere, o da autoria, a esse, o júri responde...

O Sr. Ivo d'Aquino — Quando me insurgi contra a soberania do júri, fi-lo pelo princípio de que o júri, em regra, absolve.

O SR. JOSÉ ALKMIM — Não é tanto assim. Não posso concordar com a amplitude da afirmativa.

O Sr. Ivo d'Aquino — No interior, em 90% dos crimes de homicídio, o júri absolve.

O SR. JOSÉ ALKMIM — Se tal acontece, é de presumir a justiça da absolvição, e isso não nos cabe apreciar. A conciliação dos textos exigirá da Câmara e do Senado os maiores cuidados; porque, se a individualização, princípio agora introduzido no nosso direito penal, contribuir para a impunidade, então, será o legislador ordinário que virá opôr as medidas que as circunstâncias exigirem.

E não será, absolutamente, a adoção do princípio na Constituição que vem importar em perigo para a legislação penal brasileira.

Também poderemos chegar a outra conclusão. Se a soberania do júri — que foi mantida no texto, com certa amplitude, importar na impunidade a que o Sr. Senador Ivo D'Aquino acaba de se referir, cabe ao legislador ordinário remediar o mal.

O Sr. Ivo d'Aquino — Esse, um dos graves defeitos do texto apresentado. Ali estão incluídos os homicídios culposos. Se aqui na Capital da República, incluirmos desses julgamentos no júri, terão que ser criadas mais quatro ou cinco varas criminais para julgamentos desses delitos.

O SR. JOSÉ ALKMIM — Os crimes culposos contra a vida não devem ser julgados pelo júri. Já foi até apresentada emenda de redação nesse sentido, pelo nobre Deputado Sr. Antônio Feliciano. O meu nobre amigo Senador Ivo d'Aquino tem nesta parte, toda razão, sobretudo, porque a hipertrofia do júri não se ajusta muito bem à realidade social brasileira.

O Sr. Freitas Cavalcanti — Venho ouvindo com a maior satisfação o brilhante e erudito debate que se trava neste instante em torno do instituto da individualização da pena, e desejaria perguntar a V. Ex.^a se ele envolve aplicação da pena ou sua execução.

O SR. JOSÉ ALKMIM — Em ambas as fases. Ai é que está o grande

merecimento da individualização da pena, porque não adianta a qualidade e o tamanho da pena, se sua execução não for segura e individualizada. Teríamos mentido a tudo se na execução da pena não puséssemos os cuidados que a individualização requer. É exatamente a execução adequada que resguarda o princípio adotado pela Constituição.

O preceito da individualização confere ao juiz uma atitude de atribuições que o conduz mesmo a saber se a pena é ou não necessária. E podemos chegar até a seguinte situação: o homem é autor do delito, o júri proclama e reconhece a autoria, mas o juiz não impõe a pena por inútil, porque ela é inoperante para o homem e para a sociedade, e, portanto, não deve ser imposta.

A pena pode ser desde logo considerada desnecessária, e, nestas condições, se imposta, reverteria o caráter primitivo de vingança social, de castigo, — caráter esse que a tornou imprestável, que desacreditou todas as prisões e que abalou todo o edifício do direito penal.

O Sr. Plínio Barreto — Muito bem. Isso é rigorosamente exato.

O SR. JOSÉ ALKMIM — Vou concluir estas considerações agradecendo aos ilustres colegas a contribuição que trouxeram.

O Sr. Plínio Barreto — Vossa Excelência nos deu uma bela lição de direito penal.

O SR. JOSÉ ALKMIM — Concluindo, Sr. Presidente, levo da tribuna a esperança de ver vitoriosa no Brasil, estruturando em bases democráticas, a política criminal eminentemente humana, isto é, a que procura recuperar o homem que, um dia, por culpa própria ou da sociedade, outras vezes por omissão dos poderes públicos, levado quase sempre pelas injustiças sociais, enveredou pelo caminho do crime. (Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado).

O SR. IVO D'AQUINO (*) — Sr. Presidente, desejo dar uma explicação a respeito dos apartes com que interferi no discurso do nobre deputado que tão brilhantemente, com tanta segurança e autoridade, acabou de expor...

O Sr. José Alkmim — Bondade de V. Ex.ª.

O SR. IVO D'AQUINO — ... a tese que todos ouvimos. Julgo que, no correr da discussão, não nos entendemos bem, porque minha afirmação se restringiu ao seguinte. Em primeiro lugar, não considero que proporcione benefícios ao meio social brasileiro o regresso ao antigo sistema de júri, no qual este soberanamente, sem interferência do juiz togado exarava suas decisões. Em segundo lugar afirmo — se regressamos a esse sistema, dificilmente poderia conciliar com a legislação que possuímos a individualização da pena.

O Sr. José Alkmim — Ai é que está o ponto fraco da situação atual. Não da argumentação de V. Ex.ª.

O SR. IVO D'AQUINO — Vou explicar. Com o sistema legislativo ainda em vigor, tivemos todas ocasião de notar que a criminalidade, sobretudo nas comarcas do interior do Brasil, diminuiu bastante.

Fui advogado não só na capital, como no interior do meu Estado, cerca de 20 anos. Funcionei mais de uma centena de vezes como advogado, perante o júri, e sempre verifiquei que os jurados tinham, precebidamente, a intenção de absolver ou condenar.

O Sr. Plínio Barreto — É questão, aí, de organização do corpo de jurados, que devem ser escolhidos dentre os melhores cidadãos.

O SR. IVO D'AQUINO — Havia esse grave defeito. Ao ser promulgada a lei que modificou o júri, devo confessar que era partidário extremo da sua soberania, e apenas me parecia que ela devia ser amparada com a recente organização processual, no sentido de tirar, quer à promotoria quer à defesa, o direito de recusar jurados, a não ser por motivo de suspeição legal. Não seria novidade, porque no Rio Grande do Sul havia esse sistema. Acontecia que num corpo de 28 jurados, que eram os sorteados, se escolhiam 21 para, dentre eles, ser organizado o corpo julgador. Desses 21 a promotoria tinha o direito de recusar 7, e a defesa outros tantos, sem alegar motivo. Em regra a defesa organizava conselho de jurados, cuja maioria levava o espírito preconcebido de absolver.

Todos que lidam com processo criminal sabem que o sistema do julgamento do júri é por meio de questões incomplexas, isto é, que não permitem outra resposta que não seja

(*) Não foi revisto pelo orador.

“sim” ou “não”, sob pena de anulação de julgamento.

Tive ensejo de observar no caso de criminosos confessos — que tinham praticado delitos com testemunhas de vista e nunca impugnaram sua própria confissão — que o júri para mais facilmente absolvê-los, orientado pelo advogado, negava desde logo o primeiro quesito. Os defensores, mesmo no caso de legítima defesa, fugiam à apresentação dos quesitos, porque muitas vezes o corpo de jurados não estava em condições de perceber o alcance das perguntas; de modo que o advogado raciocinava: se o júri nega o primeiro quesito, estão prejudicados os demais.

Dai o processo segue, em grau de apelação, para o Tribunal de Justiça do Estado. Este, pelo sistema antigo, mandava o processo a novo julgamento, por ser evidentemente contrário à prova dos autos. Que sucedia? Voltando a julgamento no mesmo júri, este absolvía o criminoso e o tribunal não podia, absolutamente, tomar conhecimento do feito, a não ser no caso de nulidade.

Este, vamos dizer, era o panorama existente no julgamento dos processos entre nós.

Como todos sabem, no sistema inglês, o júri acompanha toda a instrução do processo.

O Sr. Plínio Barreto — Mas só responde: culpado, ou não culpado.

O SR. IVO D'AQUINO — O júri, uma vez organizado, acompanha toda a instrução do processo, todos os depoimentos, todas as investigações e as próprias perícias são realizadas perante ele.

O nosso sistema é completamente diferente; o júri recebe para julgar processo escrito, lido no momento rapidamente pelo escrivão, e os jurados, na maioria, não têm acuidade, preparo, ou não prestam a atenção necessária, para perceber, realmente, o conteúdo do processo.

O Sr. Plínio Barreto — E' defeito de ordem processual.

O SR. IVO D'AQUINO — V. Ex.^a tem razão.

O júri julga pela repercussão social do crime. Mas nas comarcas do interior do Estado, o trabalho que se faz da parte dos jurados resulta sempre quase todo mundo joga com o pre em proveito da absolvição, por sentimentalismo de cada um deles. Diante desse panorama, e com a minha prática de muitos anos, cheguei

à conclusão de que ou deferimos ao Tribunal de juizes togados o julgamento do processo, com a lei penal prevendo senão a indeterminação da pena, pelo menos a oportunidade para ser aplicada com a maior elasticidade possível, ou então precisaremos modificar completamente o processo, para dar soberania ao júri.

O Sr. José Akmin — No início de sua brilhante oração, V. Ex.^a disse que parecia que V. Ex.^a e o modesto orador que então ocupava a tribuna não se tinham entendido bem. O que houve de lamentar foi não ter tido eu oportunidade de responder ao seu aparte. V. Ex.^a colocou a questão admiravelmente bem, e a primeira pergunta que fiz, foi como se poderia conciliar a individualização da pena com a soberania do júri. Não pude, então, desenvolver a resposta, porque outros apartes foram formulados e não me foi possível ordenar o discurso para responder, com precisão, a V. Ex.^a. Mas agora é V. Ex.^a mesmo quem está colocando a questão nos seus devidos termos e já se torna até desnecessário meu esclarecimento; mas aproveito a oportunidade para dizer que a soberania do júri só estaria resguardada no pronunciamento de fato, no julgamento a que fosse proceder. Ao juiz, porém, reserva-se a apreciação de todas as circunstâncias individuais do delinquente, a fim de escolher a pena adequada, não só para individualização da pena na fase de sua imposição, como também para acompanhar, com a sua autoridade, a execução nos estabelecimentos para onde fôr mandado o delinquente. Era o esclarecimento que queria dar a V. Ex.^a.

O SR. IVO D'AQUINO — V. Ex.^a tem inteira razão. Por isso, coloco a questão da seguinte forma: ou o texto Constitucional que votamos representará contradição entre o sistema da individualização da pena e a soberania do júri, ou teremos de reformar inteiramente a legislação penal.

O Sr. José Akmin — Precisaremos reformar a nossa legislação penal.

O SR. IVO D'AQUINO — Evidentemente, com o Código Penal em vigor, não é possível conciliarmos a soberania do júri com a individualização da pena, porque os jurados respondem a quesitos “sim” ou “não”. Estabelece verdadeiro silogismo, dentro do qual a conclusão é sempre

fatal. O juiz togado perde a liberdade de aplicar a pena indeterminadamente.

E' preciso que o júri apenas declare que o réu é, ou não, culpado, ficando o resto a cargo do juiz. O júri estabelece esse principio; mas ainda não basta que aceitemos essa cláusula. Torna-se necessário que a própria lei processual do Júri seja reformada. No Rio de Janeiro, em São Paulo e outras cidades, há um corpo de jurados habilitados, de homens intellectualmente aptos para o julgamento de seus concidadãos. Como todos sabem, no interior é muito difícil a obtenção desses elementos. E' preciso por isso que o júri fique resguardado na sua organização, para que o corpo de jurados se componha de cidadãos capazes de apreender, pelo menos de modo geral, a elevação da função que desempenhem.

Quando falo, neste momento, é mais para a Câmara dos Deputados e para o Senado do que, propriamente, para esta Assembléa Constituinte, visto como o texto do artigo é um fato consumado.

O que desejava pedir, desde já, era a atenção dos especialistas no assunto.

O Sr. José Alkmim — V. Ex.^a o é e dos mais autorizados. (Apoiados.)

O SR. IVO d'AQUINO — Fui, apenas, advogado durante toda a minha vida. Por isso, repito, desejaria pedir a atenção dos especialistas, para que, quando fizessem a lei ordinária, quer penal, quer processual, atendessem a essas circunstâncias tão brilhantemente expostas pelo nobre Deputado, que me antecedeu, e que, estou certo, não de trazer para o Brasil uma nova fase de avanço em seu Direito Penal.

O Sr. Plínio Barreto — V. Ex.^a está de acôrdo conosco, afinal.

O Sr. José Alkmim — A individualização da pena leva, necessariamente, à indeterminação da sentença. Portanto, mesmo depois de imposta a pena, verificada sua inutilidade pelo órgão competente, deve cessar automaticamente, ainda que imposta pelo juiz.

O SR. IVO d'AQUINO — A indeterminação da pena dá oportunidade de se corrigir a injustiça. Aliás, eu levaria mais longe. Não só falaria em individualização, mas em socialização da pena. E penso que o fato de a individualizar não impede de socializar. Estabelecendo, tão só, a individualização da pena, atendemos simplesmente

te ao individuo intellectual, ao individuo mental, mas deixamos de parte o individuo social.

Aceito, assim, um sentido muito mais amplo do que o da Escola Positiva Criminal. Subscrevo o conceito de Ferri com o de Tarde.

O Sr. José Alkmim — Ferri, nos ultimos anos, fez tais concessões na Escola Positiva que seus alunos tomaram a si o patrimônio do mestre, para defendê-lo das concessões exageradas que fez nos Congressos da Europa (o que é preciso é que se admita individualização e a socialização da pena, mas com um conceito muito mais avançado, olhando o homem e a sociedade, e não vendo exclusivamente a sociedade em que o homem passa despercebido).

O Sr. Aloisio de Carvalho — Todas as considerações que o orador acabou de fazer, todas as circunstâncias, de fato, que mencionou e todos os elementos processuais que trouxe a debate, revelando, aliás, da parte de S. Ex.^a uma profunda e honesta convicção a respeito do júri, não representam, absolutamente, a condenação desse instituto. São acusações a falhas de organização, de modo que estou a afirmar-lhe que, em face das considerações que expendeu, teria sido também voto a favor da inclusão do júri entre as garantias individuais. Só admito que se condene o júri, provando-se que os crimes contra a vida não devam ser julgados por circunstâncias de fato, dentro de critérios humanos. Ouça, agora, o nobre Senador, e, finalmente, quanto à objeção acêrca de uma possível incompatibilidade entre o júri soberano e a individualização da pena, eu me permito lembrar que a mesma Constituição, que acabamos de votar, insere no Capitulo "Das garantias individuais" essa individualização da pena e a soberania do júri. Os dois principios terão, na legislação ordinária, de se compatibilizar.

O SR. IVO d'AQUINO — Respondendo a Vossa Excelência. Evidentemente, não conderei a instituição do Júri. Pedi a atenção, apenas, para o texto que esta Casa tinha acetado e quis mostrar os perigos que nele existiriam se nós, depois, por lei ordinária, não conciliássemos os dois principios. Preferiria, confesso, que em lugar do que está redigido, ficasse simplesmente: "E' mantida a instituição do Júri", porque a lei ordinária regularia tudo o que os nobres Deputados estão defendendo.

O Sr. Aloisio de Carvalho — Deve ser lembrado que a Constituição de

1891 acolheu essa fórmula que, no entanto, permitiu depois várias interpretações. Restabelecido na Constituição de hoje esse preceito, resultaria virmos a manter o Júri como ainda existe, e foi exatamente o objetivo da Constituinte declarar que ela quer repor o Júri na sua verdadeira situação. E' exatamente a isto que se acaba de fazer referência, através dos brilhantes vinte anos do nobre colega no exercício de advocacia criminal.

O SR. IVO d'AQUINO — Apenas a experiência de um antigo advogado.

O Sr. Aloisio de Carvalho — Vossa Excelência, por exemplo, declarou que, em geral, os jurados vão para a decisão como o seu ânimo preconcebido e sua decisão muitas vezes já estabelecida. Qual de nós, jurado ou não, que não vai a uma sessão do Júri com sua convicção já afirmada através do que sabe de fato em relação ao crime, podendo modificar o seu juízo diante das provas ou dos debates?

O Sr. José Alkmim — Qual de nós não toma posição diante de qualquer fato?

O SR. IVO d'AQUINO — Não quero, entretanto, voltar à discussão de assunto que já expus. Desejo, apenas, observar que o texto, assinalando — "é mantida a instituição do Júri" — não significa seja "mantido o processo do Júri". São coisas diferentes. Com isso, não pretendemos manter o atual processo do Júri. Com maior experiência e estudo poderemos, perfeitamente, conciliar os pontos de vista que estamos discutindo. Aliás, minha presença nesta tribuna, foi apenas para explicar o aparte que dei, pois não queria que ficasse na mente dos ilustres Representantes, aqui presentes, outro pensamento que eu tivesse, se não o de colaborar nesse assunto com a melhor boa vontade, com a maior honestidade e sem espírito absolutamente preconcebido.

O Sr. Dolor de Andrade — Aliás, V. Ex.^a o fez com grande brilho e competência. (Apoiados.)

O Sr. Aloisio Filho — E também com muita honestidade e convicção. (Muito bem.)

O SR. IVO d'AQUINO — Agradeço aos ilustres colegas.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem; muito bem. Palmas.)

O SR. OSVALDO LIMA — Senhor Presidente, falaram sobre a instituição do Júri advogados, juristas professores. Em verdade, deviam falar aqui sobre a instituição do Júri, não advogados, juristas, professores, mas

sociólogos, homens conhecedores da vida e do meio em que são cometidos os crimes.

Eu reputo o Júri — o Júri que conheci, o Júri em que tomei parte como advogado ou como promotor — a instituição mais nefasta do Brasil (não apoiados).

O Sr. Aloisio de Carvalho — O que há de mais nefasto no Brasil é o analfabetismo.

O SR. OSVALDO LIMA — Aos nobres colegas que discordam do meu pensamento darel exemplo pelo qual se verá a nocividade do Júri. Está aqui um ex-Diretor de penitenciária. Perguntaria a S. Ex.^a quantos homens ricos, de fortuna, encontrou na sua penitenciária?

O Sr. José Alkmim — Nem dois por cento.

O SR. OSVALDO LIMA — Em Pernambuco, posso dizer o mesmo.

O Sr. Aloisio de Carvalho — Não são os homens de fortuna os que cometem crimes. V. Ex.^a deve examinar as estatísticas. Verificará como o fator miséria influe consideravelmente na criminalidade contra a vida e contra a propriedade. Os crimes que os homens de fortuna cometem são os crimes sexuais, os crimes contra a honra da família, e esses são julgados pelos juizes singulares. O argumento de V. Ex.^a não procede.

O SR. OSVALDO LIMA — Vossa Excelência antes de chegar a essa conclusão, deve reconhecer que o número dos homens ricos é pequeno.

O SR. OSVALDO LIMA — Atendendo a essa circunstância, o número de criminosos ricos ainda é proporcionalmente maior do que o de criminosos pobres.

O Sr. José Alkmim — A razão é que o número de homens ricos no Brasil é também muito pequeno.

O SR. OSVALDO LIMA — É por isso que VV. EEx.^{as} dizem que, em proporção, os ricos cometem menos crimes. Na verdade, eles são os grandes, os magnos fatores da criminalidade, porque são os motores do crime.

O Sr. Plínio Barreto — Restringem-se, em geral, à imoralidade e evitam cair na esfera criminal.

O SR. OSVALDO LIMA — Eles se mantêm nas grandes propriedades: em torno deles enxameiam os criminosos. Ai do pequeno proprietário de fazenda desagrada o latifundiário

Não terá mais tranqüillidade nem segurança. Al do que o contrariar, do que se opuzer aos seus desejos e à sua prepotência. A cada instante pode ser morto e não se fará prova nenhuma. Mas se se fizer, será contra mandatário, contra o instrumento do crime. O maior criminoso continuará impune, porque teve dinheiro para contratar o cangaceiro.

O *Sr. Aloísio de Carvalho* — Isso é, apenas, falta de policiamento.

O SR. OSVALDO LIMA — Nossa país é grande demais para ser bem policiado.

O *Sr. Aloísio de Carvalho* — Mesmo num país grande como o nosso devia haver policiamento.

O *Sr. José Alkimim* — No dia em que tivermos polícia preventiva eficaz, isso não mais ocorrerá.

O SR. OSVALDO LIMA — Isso é fantasia. O norte e o nordeste dão o exemplo mais tristonho no tocante ao assunto. Houve um criminoso que passeava pelos Estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe e Bahia, afrontando tôdas as polícias estaduais. Esse homem despovoou as fazendas; esse homem expulsou de toda parte o trabalhador. Só há pouco tempo foi morto. Para se o liquidar que de esforços e de sacrifícios não se fizeram precisos.

Nós, os olhos atentos a esse quadro de horror, não podemos, sem protesto, versôbre a cabeça do grande professor da Bahia a corôa que S. Ex.^a menos deseja, ou seja a glória de restaurar no país a soberania do juri, o que vale dizer a impunidade por atacado.

O *Sr. Osvaldo Pacheco* — A maior causa dêsses fatos é o atrazo. Em S. Paulo, à proporção que foram surgindo as estradas de rodagem, diminuiu a criminalidade.

O SR. OSVALDO LIMA — Houve uma época, em Recife, em que os criminosos escolheram café dos mais frequentados para sacrificarem os homens de representação política do Estado. Ali morreram grandes políticos pernambucanos. Seus adversários, mesquinhos e sem cultura, mandavam fuzilá-los naquele lugar. E os criminosos eram, infalivelmente, absolvidos pelo juri.

O *Sr. Plínio Barreto* — Essas absolvições não seriam o resultado da má organização dos processos na Polícia?

O SR. OSVALDO LIMA — Os crimes eram comprovados. Os criminosos confessavam os atos nefandos. No entanto, o juri, logo na resposta ao primeiro quesito, acolhia o processo que os defensores usavam e cortava a cabeça, como dizia a gíria negando o crime.

Era a expressão usual. Logo ao primeiro quesito, respondiam negativamente. De maneira que a culpa não podia ser atribuída à polícia, ao processo mal feito nem à atuação do juiz...

O *Sr. Plínio Barreto* — Conheço casos nesse sentido.

O SR. OSVALDO LIMA — ... que agiam com perfeição e esclareciam perfeitamente, com tôdas as minudências, o fato delituoso. Apenas o corpo de jurados não tinha capacidade necessária para julgar.

O *Sr. Dolor de Andrade* — Por isso mesmo disse que êsses fatos se poderiam corrigir mediante a apelação obrigatória.

O *Sr. José Alkimim* — Seria outro tipo de injustiça.

O SR. OSVALDO LIMA — Nunca deu resultado. O que o Tribunal de Apelação poderia fazer seria mandar o criminoso a novo juri, e o novo juri absolveria de novo o matador incorrigível.

O *Sr. Dolor de Andrade* — Na legislação vigente, não.

O SR. OSVALDO LIMA — A legislação vigente deixa de existir com a Constituição.

O *Sr. José Alkimim* — Não apoiado. Não deixa de existir. Terêmos outra legislação penal que se ajuste ao texto constitucional.

O SR. OSVALDO LIMA — Que sugere V. Ex.^a?

O *Sr. José Alkimim* — Já sugeri dessa tribuna. Se V. Ex.^a, por acaso, tivesse prestado atenção...

O SR. OSVALDO LIMA — Não pude ouvir tudo...

O *Sr. José Alkimim* — Vou repetir para tranqüillidade de V. Ex.^a. O que me parece razoável é que a lei penal regule a individualização da pena, conciliando êste princípio com o da soberania do juri. Mas isto não quer dizer que regressemos aos males do passado.

O SR. OSVALDO LIMA — O caso de que me ocupo, não tem nada a ver com a individualização da pena.

O Sr. José Alkimim — A conciliação dos dois princípios é que representa a grande novidade do momento.

O Sr. Dolor de Andrade — E' inovação científica.

O SR. OSVALDO LIMA — A individualização da pena supõe um culpado. Como individualizar a pena se o júri diz que o culpado é inocente?

O Sr. José Alkimim — V. Ex.^a pretenderia que a pena fôsse imposta a um inocente, ao homem declarado não culpado? Seria o maior dos absurdos.

O SR. OSVALDO LIMA — V. Excelência está confundindo os institutos.

O Sr. Daniel Faraco — Creio que o nobre orador não se está insurgindo nem contra a soberania do júri, nem contra a individualização da pena. S. Ex.^a insurge-se — e neste ponto creio que deve merecer de nossa parte a maior atenção — contra a soberania que se inscreveu no texto constitucional e que, fatalmente, nos deve preocupar diante dos quadros descritos, tanto pelo nobre orador como pelo Sr. Senador Ivo d'Aquino.

O SR. OSVALDO LIMA — Exatamente. E' somente contra isso que me rebelo: contra a soberania do júri. Não atribuo ao júri os direitos que os advogados presentes querem que se lhe atribua. Não desejo que o júri tenha a faculdade de dizer aos criminosos que continuem a cometer crimes. E' contra isso que me rebelo. Na verdade, não vi aqui nenhum sociólogo levantar-se contra as restrições que se antepuseram à soberania do júri. Ouvimos, apenas, ilustres advogados e um grande professor.

O Sr. Dolor de Andrade — Ou mantemos o júri soberano ou o riscamos da nossa legislação.

O Sr. Daniel Faraco — Qual o argumento que V. Ex.^a tem para demonstrá-lo?

O Sr. Dolor de Andrade — Se o júri não é soberano, não pode julgar.

O Sr. Daniel Faraco — Soberano contra a evidência dos autos! Não é possível.

O SR. OSVALDO LIMA — Os jurados são juízes, que devem julgar de acordo com a prova. Um júri deve se compor de homens conscientes que examinem as provas e profiram *verdictum* de acordo com elas. Se assim não proceder, será um júri de prevaricadores. Com o texto aprovado, vamos consentir que os prevaricadores a que aludi tenham ampla soberania. A

Constituição, só por este dispositivo, teria de merecer o repúdio do país.

Ouvi o nobre Deputado Dolor de Andrade defender esse dispositivo. Da mesma maneira, o nobre Representante de São Paulo. Mas SS. Exs. são advogados dos mais ilustres, não sociólogos.

O Sr. Dolor de Andrade — Não apolado.

O SR. OSVALDO LIMA — Na matéria, prefiro o sociólogo, ao jurista. E' opinião que mais consulta ao interesse coletivo.

O Sr. Aloísio de Carvalho — Não apolado. Eu, por exemplo, nunca foi advogado criminal, por isso, jamais fiz defesa no júri. Nem pode V. Excelência atribuir a nenhuma colega sentimento mesquinho dessa natureza ao se manifestar em favor da soberania do Júri. O júri ou é soberano ou não é júri. Então, devia V. Ex.^a defender a extinção do júri, dentro dessa mentalidade que se está criando no Brasil de que quando o problema é difícil, o meio de consertá-lo é eliminá-lo sumariamente.

O SR. OSVALDO LIMA — Se, para moralizar a Justiça, fôsse preciso suprimir o júri da nossa legislação, deveríamos assim proceder.

O Sr. Antônio Feliciano — Por que não foi V. Ex.^a à tribuna ao se discutir essa emenda?

O SR. OSVALDO LIMA — V. Ex.^a não me devia formular essa pergunta.

O Sr. Antônio Feliciano — O colega diz que defendemos a soberania do júri, extravasando seus sentimentos de revolta contra os casos de cangaço de sua terra, para combater aquela instituição.

O Sr. Aloísio de Carvalho — O cangaço é um fenómeno comum. Já existiu na Itália, na Espanha e em outros países e não foi o júri que resolveu o problema. Este se resolve quando houver educação, policiamento, enfim, quando tivermos condições sociais capazes de evitar esses fatos.

O SR. OSVALDO LIMA — Vou responder ao nobre representante, senhor Antônio Feliciano.

O Sr. Antônio Feliciano — V. Ex.^a sabe que nas cidades do Brasil, se fecham os estabelecimentos que vendem gêneros de primeira necessidade, as farmácias, etc., e, no entanto, os bares e botequins vivem com suas portas escancaradas, munidos de licenças especiais, conduzindo os indivíduos à prática de atos condenáveis.

O SR. OSVALDO LIMA — Permitam-me responder ao aparte anterior do ilustre colega, Sr. Antônio Feliciano. S. Ex.^a me censurou por não haver combatido a emenda quando apresentada no plenário.

O Sr. Antônio Feliciano — Perdão: não censurei V. Ex.^a

O SR. OSVALDO LIMA — V. Ex.^a conhece o nosso Regimento, não tendo sido o autor da emenda, não sendo representante de Partido, não podendo falar em nome da Comissão, evidentemente estava impossibilitado de combatê-la. Formulei, entretanto, uma declaração de voto, assinada pelo Representante Sr. Dario Cardoso e outros, manifestando-me contra esta emenda, que, a meu ver, vai causar o maior mal que se possa imaginar ao nosso país.

O SR. PRESIDENTE — Advirto o nobre orador que a hora da sessão está terminada.

O SR. OSVALDO LIMA — Concluirei imediatamente, Sr. Presidente.

O nobre representante que defendeu essa emenda, coloca-se no ponto de vista exclusivamente teórico, quando o problema não é de teorismos, mas de realidade, de vida ou de morte, para o trabalho e tranquilidade de uma enorme região do Brasil.

Fizemos justiça aos juizes do Brasil, salientando suas qualidades de cultura, de dignidade e de honestidade. Pois bem, todos esses homens se insurgem contra a atuação do júri, e foi graças à pressão dos juizes que a nossa legislação se apresentava pela maneira por que a viamos até ontem, restringindo o poder dissolvente da instituição. Pois bem, é possível que todos esses homens não se compenetrassem das nossas realidades e necessidades? Não, Senhores: nenhum de nós poderá dizer isso. A verdade é que a Constituinte restaurando o júri na sua soberania, pode estar convencida de que fez o maior mal que se podia fazer à população brasileira.

E oxalá, Senhores, um Congresso Constituinte venha a organizar-se, muito breve, para retirar de nossa Carta Magna este dispositivo, que atenta contra nossa civilização e cultura, reconhecendo ao júri uma faculdade que demonstrou não merecer. *(Muito bem, Palmas)*.

O SR. GUSTAVO CAPANEMA *(Pela ordem)* — Sr. Presidente, não me foi possível comparecer à sessão extraordinária realizada ontem à noite.

E estava na persuasão de que o prazo para a apresentação de emendas de redação ao projeto constitucional só terminaria hoje.

Trago uma série de emendas de redação que já não posso oferecer, findo que está, desde ontem à noite, o prazo regimental.

Remeto-as, todavia, à Mesa, pedindo a V. Ex.^a que as faça publicar, não propriamente como emendas, mas como uma contribuição à redação final do projeto da Constituição.

Essas emendas versam somente sobre três capítulos do Título I. A exiguidade do prazo não me permitiu ir além. *(Muito bem; muito bem)*.

SR. PRESIDENTE — Antes de encerrar os nossos trabalhos, convoco os Srs. Representantes para outra sessão ordinária, às 14 horas do próximo dia 16, segunda-feira, durante a qual, das 15 horas até o término da sessão, será prestada homenagem ao Sr. General Mascarenhas de Moraes.

Emendas de redação às Disposições Transitórias

N.º 1

Ao art. 1.º

Onde se diz: o Vice-Presidente da República para o primeiro período constitucional, diga-se: o Vice-Presidente da República que terá de servir no primeiro período constitucional. -- *Luz Carvalho*.

N.º 2

Ao art. 1.º, respectivos parágrafos, onde está — *Essa eleição*, — diga-se: *Esta eleição*.

A razão é clara: — o sistema nosso representativo delega funções administrativo-legislativas por meio de eleição. De modo explícito que eleitoral é o nosso regime. Se, pois, determina este ordenativo das Disposições Transitórias a próxima eleição indireta — claro que é eleição especial — é esta a eleição de que trata o artigo e não eleição indefinida, própria do regime democrático em que nos encontramos.

Por isso se deve dizer — esta eleição, isto é, a eleição indireta e excepcional, para Vice-Presidente da República.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Manoel Duarte*.

N.º 3

Art. 1.º, § 1.º.

Redija-se:

“Esta eleição, para a qual não haverá inelegibilidades, far-se-á por escrutínio secreto e, em primeiro turno, por maioria absoluta de votos, ou, em segundo turno, por maioria relativa.”

(Ficará assim suprimido o § 2.º).

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1946. — *Crepory Franco*.

N.º 4

Ao art. 1.º, § 2.º. Onde se lê: “não haverá inelegibilidades”, leia-se: “não prevalecerão as inelegibilidades constantes do art. 11, § 7.º”.

N.º 4-A

Art. 27. Substitua-se o texto pelo seguinte:

“Durante o prazo de 15 anos, a contar da instalação da Assembléia Constituinte, o primeiro e único imóvel adquirido por jornalista, para residência própria, será isento do imposto de transmissão e também do imposto predial enquanto perdurarem o fim e condição previstos neste artigo.”

N.º 4-B

Art. 7.º. Suprima-se o *de*, na alínea 5.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Eunapio de Queiroz*.

N.º 5

Ao § 3.º do art. 1.º de *dis de deste ato, terminarão na* — elimine-se — *mesma* — por desnecessário o vocábulo. E, pois, diga-se: — terminarão na data em que findar o do Presidente da República.

Em verdade, *mesma* não dá mais força, nem precisa mais a determinação legislativa.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Manoel Duarte*.

N.º 6

Aos arts. 1.º, 2.º e 11.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Dê-se ao art. 2.º e seus §§ 1.º, 2.º e 3.º, juntamente com o § 4.º do art. 1.º e o § 6.º do art. 11, a seguinte redação:

Art. 2.º Será contado a partir da posse o mandato do atual Presidente

da República (art. 82 da Constituição).

§ 1.º Coincidirão com o do Presidente da República o mandato do Vice-Presidente, os dos deputados federais da primeira legislatura e os dos governadores e deputados às Assembléias Legislativas dos Estados, eleitos na forma do art. 11 deste Ato.

§ 2.º Findarão na mesma data em que o do Presidente da República os mandatos dos senadores eleitos para completar o número de que trata o § 1.º do art. 60 da Constituição e, a 31 de janeiro de 1955, os dos demais. Se, pelo mesmo Estado ou pelo Distrito Federal, for eleito, simultaneamente, mais de um senador, o mandato do menos votado será o de menor duração.

Justificação

1. O art. 2.º estabelece norma geral sobre prazos dos mandatos. Al devem figurar, também, os preceitos contidos no § 4.º do art. 1.º e no § 6.º do art. 11, principalmente o último.

Na verdade, o § 6.º do art. 11, depois de reproduzir, relativamente ao terceiro senador, o princípio do § 1.º do art. 2.º, isto é, de que o seu mandato será o de menor duração, indica o critério para determinação de qual deva ser este senador, no caso de sua eleição com a de outro para preenchimento de vaga: “Se, por um mesmo Estado ou pelo Distrito Federal, for eleito mais de um senador, o mandato do mais votado será o de maior duração.”

Na redação proposta, reduzo a um só parágrafo, o § 2.º, que consubstancia todas as normas sobre prazos dos mandatos de senadores, a última parte do § 1.º do art. 2.º, o § 2.º do mesmo artigo e o § 6.º do art. 11: “Findarão na mesma data em que o do Presidente da República os mandatos dos senadores eleitos para completar o número de que trata o § 1.º do art. 60 da Constituição e, a 31 de janeiro de 1955, os dos demais. Se, pelo mesmo Estado ou pelo Distrito Federal, for eleito, simultaneamente, mais de um senador, o mandato do menos votado será o de menor duração.” Parece-me mais exato dizer “o mandato do menos votado será o de menor duração”, antes que “o mandato do mais votado será o de maior duração”, dada a possibilidade de eleição de três senadores. Votação igual, que será difícil mas não impossível, não foi prevista.

2. Pela emenda, o § 1.º do art. 2.º reúne três dispositivos referentes a

coincidência de prazos de mandatos com o do Presidente da República: o § 4.º do art. 1.º, sobre o Vice-Presidente; a primeira parte do § 1.º do art. 2.º, sobre deputados federais; e o § 3.º deste artigo, sobre governadores e deputados estaduais. Substituo a expressão "atuais deputados federais" por "deputados federais da primeira legislatura".

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Eloy Rocha*.

N.º 7

Ao art. 2.º, § 3.º:

Redija-se:

"Os mandatos dos Governadores e dos Deputados às Assembleias Legislativas, eleitos na forma do art. 3.º deste Ato, terminarão na mesma data em que findar o do Presidente da República."

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1946. — *Crepory Franco*.

N.º 8

Substitua-se no art. 3.º:
"Separar-se" por
"separar-se-á"

Justificação

É óbvio o emprego do futuro do indicativo em lugar do infinito, presente no texto. Segundo nos parece, trata-se de erro de imprensa.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Brigido Tinoco*.

N.º 9

Ao art. 3.º, depois de *Constituinte*, acrescente-se vírgula, e, depois de *sua missão* e, diga-se
"separar-se-ão em Câmara e Senado. Trata-se de mero erro tipográfico, como é bem de ver.

Salas das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Manoel Duarte*.

N.º 10

Ao art. 3.º:

Onde se diz: — o subsídio do Presidente e do Vice-Presidente da República para o primeiro período constitucional..., diga-se: — o subsídio do Presidente e do Vice-Presidente da República relativo ao primeiro período constitucional...

Justificação

A emenda evita a dissonância resultante do encontro das palavras *Re-*

pública para, que tanto afeia os dispositivos emendados.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Luiz Carvalho*.

N.º 11

Ao art. 4.º, acrescentem-se as palavras — do Planalto — entre "Região e Central" que foram omitidas no Projeto.

Isto para melhor definição do texto, que passará a ter a seguinte redação: "Art. 4.º A Capital da União será transferida para a Região do Planalto Central do País."

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1946. — *João d'Abreu*. — *Benedito Valadares*. — *Israel Pinheiro*. — *Jodo Henrique* — *Pedro Ludovico*.

N.º 12

Dar a seguinte redação ao § 1.º do art. 4.º:

§ 1.º Promulgado este ato, nomeará o Presidente da República, dentro do prazo de noventa dias, uma comissão de técnicos de reconhecido valor, a fim de proceder à escolha, estudo e demarcação da área em que será construída a nova capital.

Justificativa

A redação sugerida decorre do destaque da expressão "compreendida entre o Rio Paranaíba e o Rio Grande, a qual, se mantida, prefixaria a localização da nova capital. Corrigida esta disposição, mister será escolher a área necessária à futura metrópole central do país, sem o que se não lhe poderá fazer o estudo completo, no qual se inclui o topográfico, bem assim a indispensável demarcação.

Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1946. — *Henrique de Novaes*.

N.º 13

Ao § 2.º do art. 4.º, depois de *da área a ser*, diga-se *área a ser incorporada* no patrimônio da União.

Já se pleiteou a uniformidade de — incorporar — sempre que se adote este verbo, cujo terminativo preferente é *em* e *no*.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Manoel Duarte*.

N.º 14

Ao art. 4.º, § 2.º:

Redija-se:

"O estudo previsto no parágrafo anterior será encaminhado ao Congresso

Nacional, que deliberará a respeito, em lei especial, e estabelecerá o prazo para o início da demarcação da área a ser incorporada ao domínio da União.”

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1946. — *Crepory Franco*.

N.º 15

Redija-se do seguinte modo, o parágrafo 3.º do art. 4.º:

Findos os trabalhos técnicos de que trata o § 1.º, o Congresso Nacional resolverá sobre a data em que se efetue a mudança da Capital.

Justificação

A redação atual refere-se apenas “aos trabalhos demarcatórios” o que nos parece insuficiente para marcar a data da mudança da Capital.

Redigido o § 1.º como indica o nobre Senador Henrique Novaes, este parágrafo ficará mais bem redigido como indicamos.

Salas das Sessões, em 14 de setembro de 1946. — *Moreira da Rocha*. — *Henrique de Novaes*.

N.º 16

Substitua-se no § 4.º do art. 4.º:
“Efetuada” por
“Efetivada”

Justificação

O objetivo da emenda é evitar a repetição do verbo efetuar que se encontra empregado três vezes, em três textos consecutivos.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Brigido Tinoco*.

N.º 17

Ao art. 6.º, depois de *fronteira*, diga-se: suas linhas de fronteira, e poderão, para isso, fazer alterações e ..

E’ de mais força, atualidade imperativa e vernáculo, a forma do futuro. Ao passo que o particípio presente representa indefinido, estatismo, impróprio para definir situação de imediato andamento institucional.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 1946. — *Manoel Duarte*.

N.º 18

Ao art. 6.º, § 2.º, dê-se esta redação:

§ 2.º Se não cumprirem tais Estados o disposto neste artigo, o Senado Federal deliberará, a respeito, sem prejuízo da competência prescrita no artigo 101, 1, “e”, da Constituição.

Fala o parágrafo anterior de *Estados interessados*. Logo, neste parágrafo basta a referência a *tais Estados*, isto é, Estados interessados. Para se não repetirem os mesmos vocábulos, bastante é dizer *tais Estados*.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 1946. — *Manoel Duarte*.

N.º 19

Ao art. 8.º das Disposições Transitorias acrescente-se como parágrafo único:

“Parágrafo único. Os atuais juizes dos Territórios extintos, assim como aos Promotores estáveis, ficarão em disponibilidade remunerada, até que sejam aproveitados.”

Sala das Sessões, 12 de Setembro de 1946.

Justificação

A inclusão se impõe automaticamente, como consequência da extinção dos Territórios de Iguaçu e Ponta Porã.

As autoridades judiciárias e os promotores públicos que porventura gozem da garantia de estabilidade que as Disposições permanentes da Constituição asseguram, precisam ter devidamente resguardados os seus direitos, e justo é que a inclusão do parágrafo único deixe o assunto isento de quaisquer dúvidas. — *Ivo d’Aquino*. — *Lauro Lopes*. — *Ponce de Arruda*. — *Gomy Junior*.

N.º 20

Redija-se assim o art. 9.º:

“O Território do Acre será elevado à categoria de Estado, com a denominação de Estado do Acre, logo que suas rendas se tornem iguais às do Estado atualmente de menor arrecadação.”

Justificação

Para maior clareza e precisão do texto é exigido adjetivo determinativo articular *a*, antes de *categoria*; daí a contração e o *a* craseado.

Logo que nos parece mais adequado que *tão logo*, tratando-se de redação de lei.

Além disso, a determinação *as* antes de *suas rendas* é desnecessária.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 1946. — *Brigido Tinoco*.

N.º 21

Ao art. 11 se dê esta redação:

Art. 11. No primeiro domingo, decorridos cento e vinte dias, contados da promulgação deste ato, proceder-se-á, em cada Estado, às eleições de Governador e de Deputados às Assembléas Legislativas, as quais terão função, inicialmente, constituinte.

As Assembléas irão, inicialmente, organizar — constituir — cada Estado: são, pois, Assembléas Constituintes. Promulgada a Constituição de cada Estado, a respectiva Assembléa sobreviverá, transformada em Assembléa, propriamente, Legislativa.

Dai, pois, a razão precípua da emenda.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 1946. — *Manuel Duarte*.

N.º 22

Art. 11. Em vez de “os quais”, na penúltima linha, redigir “as quais”.

Justificativa

O relativo deve concordar aí com “Assembléas Legislativas”, pois achamos preferível atribuir a função constituinte às Assembléas e não aos Deputados.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 1946. — *Carlos Prestes*.

N.º 23

Ao art. 11, inciso I, letra b, do ato das “Disposições Constitucionais Transitórias”:

A redação do art. 11, inciso I, letra b, do ato das Disposições Constitucionais Transitórias, presta nos seguintes termos: “b) no respectivo Estado, os que, até dezoito meses antes da eleição, houverem exercido, mesmo interinamente a função de Presidente da República, ou de Governador ou Interventor”... — proponho a seguinte emenda:

“b) os que, até dezoito meses antes da eleição houverem exercido, mesmo interinamente, o cargo de Presidente da República, ou, no respectivo Estado, o de Governador ou Interventor”...

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 1946. — *Medeiros Neto*.

N.º 24

No inciso 1, letra b, do art. 11, depois de *exercido*, substitua-se *mesmo* por *embora*.

Na mesma letra, depois de *ou Interventor*, elimine-se *e bem assim*, que ali não têm razão de ficarem

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 1946. — *Manoel Duarte*.

N.º 25

Substitua-se no § 1.º do art. 11: “O número dos deputados” por “o número de deputados”.

Justificação

A determinação, com o adjetivo articular, quando desnecessária à clareza da frase, tira-lhe a elegância, como no caso presente, pelo que é aconselhável a simples preposição *de*.

Sala das Sessões, 14 de Setembro de 1946. — *Brigido Tinoco*.

N.º 26

Redija-se o parágrafo 2.º do artigo 11:

§ 2.º. Na mesma data se realizarão nos Estados e no Distrito Federal, eleições:

a) para o terceiro lugar de Senador e seus suplentes (Constituição, artigo 60, §§ 3.º e 4.º);

b) para os suplentes partidários dos senadores eleitos em 2 de dezembro de 1945, se, em relação a estes, não houver ocorrido vaga;

c) nos Estados, onde o número dos representantes à Câmara dos Deputados não corresponder ao estabelecido na Constituição;

d) nos Territórios, exceto os do Acre e de Fernando de Noronha, para um deputado federal;

e) no Distrito Federal, para cinquenta vereadores;

f) nas circunscrições eleitorais respectivas, para preenchimento das vagas existentes ou que vierem a ocorrer até 30 dias antes do pleito, e para os próprios suplentes, se se tratar de senadores.

Não resta dúvida de que a distribuição de cada termo importa facilidade e clareza na intenção legisferante: evita confusão e favorece interpretação indagativa. Mantém-se as próprias palavras do projeto aprovado. Apenas se eliminam alguns complementos, mais para afastados do contexto.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1946. — *Manuel Duarte*.

N.º 27

Ao artigo 11, § 2.º:

Redija-se:

"Art. 11... § 2.º. Na mesma data realizar-se-ão, nos Estados e no Distrito Federal, eleições para o terceiro lugar de Senador (Const. art. 60, § 3.º): nos Estados, para Deputado Federal, a fim de completar o número exigido na Constituição; nos Territórios, exceto os do Acre e de Fernando de Noronha para um Deputado Federal; no Distrito Federal, para 50 vereadores; e, nas circunscrições eleitorais, para preenchimento das vagas existentes ou que vierem a ocorrer até 30 dias antes do pleito, condicionadas, em se tratando de Deputados, à inexistência de suplentes, bem assim para os suplentes partidários do terceiro lugar de Senador, dos Senadores eleitos em 2 de dezembro de 1945, e daqueles em relação aos quais tenha ocorrido vaga.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1946. — *Antônio Mafra*.

N.º 28

Ao artigo 11, § 2.º:

Redija-se:

§ 2.º. Realizar-se-á eleição na mesma data:

a) para o terceiro senador e seu suplente (Constituição, art. 60, §§ 3.º e 4.º), e bem assim para os suplentes partidários dos senadores eleitos em 2 de dezembro de 1945, se, em relação a estes não houver ocorrido vaga;

b) para completar o número de Deputados Federais, nos Estados onde esse número não corresponda ao estabelecido na Constituição (art. 58);

c) para um deputado federal, nos Territórios, exceto os do Acre e de Fernando de Noronha;

d) para cinquenta (50) vereadores, no Distrito Federal;

e) nas respectivas circunscrições eleitorais, para preenchimento das vagas existentes ou que vierem a ocorrer até trinta (30) dias antes do pleito, e também para os respectivos suplentes, se se tratar de Senadores.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1946. — *Crepory Franco*.

N.º 29

Substitua-se, no parágrafo 3, do artigo II, a expressão "Deputados às Assembléias Legislativas", pelas palavras seguintes: "Deputados às Assembléias Legislativas dos Estados e Vereadores à Câmara do Distrito Federal".

Justificação

Certamente, no texto, na expressão "Deputados às Assembléias Legislativas", estão compreendidos não somente os *deputados* às Assembléias Legislativas dos Estados, senão também os da Câmara Legislativa do Distrito Federal, chamados, em outra parte do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, *vereadores*. Assim como este Ato fixou, supressamente, o número de Vereadores do Distrito Federal (Art. 11, § 2.º) e estabeleceu os casos de inelegibilidade (art. 11, § 7, inciso IV), não deve deixar dúvida sobre o prazo do mandato das mesmas.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1946. — *Medeiros Neto*.

N.º 30

Ao § 3.º do artigo 11 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Redija-se, assim, a parte final do § 3.º do artigo 11:

"Os suplentes que resultarem dessa eleição, esgotada a lista dos primitivos, substituirão, nos casos mencionados na Constituição e na lei, os deputados da mesma legenda e os eleitos nos termos deste parágrafo".

Justificação

Dispõe o § 3.º do artigo 11:

"Os suplentes que resultarem dessa eleição substituirão, nos casos mencionados na Constituição e na lei, os que forem eleitos nos termos deste parágrafo e os da mesma legenda, cuja lista de suplentes se tenha esgotado".

Visa a emenda resolver dúvida que o texto pode provocar. O § 3.º do artigo 11 cria segunda categoria de suplentes? A restrição final — "cuja lista de suplentes se tenha esgotado" — não se refere, exclusivamente, ao caso de substituição dos primitivos deputados? Para a substituição dos deputados eleitos nos termos do § 3.º, não serão chamados, preferencialmente, sem aquela condição, os novos suplentes?

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1946. — *Eloy Rocha*.

N.º 31

Ao § 4.º do art. 11, redija-se:

§ 4.º Não será permitida inscrição do mesmo candidato por mais de um Estado.

Regra é, em passos desta natureza, eliminar o adjetivo articular. Desnecessário o adjetivo UM, que é

mero elemento indefinido, neste lugar, e, pois, sem significação.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Manoel Duarte*.

N.º 32

Substitua-se no parágrafo 4.º o artigo 11:

“Permitido”, por
“Permitida”.

O particípio passado *permitido* deve concordar com o sujeito feminino *inscrição*, principalmente por estar ele determinado pelo adjetivo articular — *a inscrição*.

E’ regra rudimentar de gramática.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Brigido Tinoco*.

N.º 33

Art. 11 — § 5.º — No 2.º período, em vez de “No exercício dessa competência, o mesmo Tribunal o fixará, etc.”, redigir “No Exercício dessa competência, o mesmo Tribunal fixará, etc.”

Justificativa

Trata-se evidentemente de um erro de impressão, de vez que o emprego do pronome indefinido o constitui (predicado antecedido do objeto — direto logo a seguir empregado de forma explícita no texto).

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Carlos Prestes*.

N.º 34

Ao § 5.º do art. 11, depois de o *mesmo Tribunal* — elimine-se a vírgula, entre *Tribunal* (sujeito) e o *fixará* (predicado antecedido do objeto — o —).

No mesmo § 5.º, depois de *fixará*, diga-se: — à vista de dados estatísticos oficiais...

Cabe, ali, a locução — à vista de — e, não — em vista —
de 1946. — *Manoel Duarte*.

N.º 35

Suprimam-se no art. 11, § 5.º:

A preposição *para* e o antes de *fixará*.

Justificação

Não é exigência a consagrada a do verbo *providenciar* com a preposição *para*. *Providenciar* é verbo essencialmente transitivo — direto.

E’ redundante e desnecessário o pronome *o*, na função de objeto direto, antes de *fixará*, porquanto a ex-

pressão “o número de novos lugares...” é que está em função objetiva direta.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Brigido Tinoco*.

N.º 36

Ao § 6.º, do art. 11, depois de *menor duração*. Se por um mesmo Estado, diga-se: Se pelo mesmo Estado, ou pelo Distrito Federal, fôr eleito...

Não há precisão de *um mesmo*, que deve ser riscado do texto.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Manoel Duarte*.

N.º 37

Redija-se a letra b, do § 7.º, I, do art. 11 nestes termos:

b) no respectivo Estado, os que, até dezoito meses antes da eleição, houverem exercido, a função de Presidente da República, ou de Governador ou Interventor, mesmo quando houverem sido nomeados interinamente”; etc. (O resto como se acha na redação apresentada).

Justificação

A redação da primeira parte do inciso citado, tal como se acha, dará lugar, fatalmente, pela sua ambigüidade, a interpretação contrária ao próprio pensamento do legislador constituinte.

Trata-se de considerar inelegíveis, no prazo aí estabelecido, os titulares dos cargos de Presidente da República; de governador e de Interventor Federal, estensiva essa inelegibilidade àqueles que, interinamente, isto é, nomeados, por ato do Chefe da Nação, tenham sido *governador interino* ou *interventor interino*, na plenitude do exercício das funções dos titulares desses cargos.

No entretanto, mantido o texto, tal como se acha na redação final, por uma interpretação menos consentânea com a boa hermenêutica e sem se ter em consideração o disposto na segunda parte do mesmo inciso, poderão ser incluídos, nessa inelegibilidade, os Secretários gerais dos Estados que, eventualmente, por força de dispositivo legal, hajam exercido o governo no período de dezoito meses, a que se refere a primeira parte do inciso em apreço.

A clareza do texto constitucional deve ser a preocupação máxima do legislador constituinte.

Assim, adotada a redação ora proposta, que não altera, de modo nenhum a essência do dispositivo, ficará bem esclarecido que a inelegibilidade dos Secretários gerais dos Estados é disciplinada exclusivamente pela segunda parte do inciso em análise.

Salas das Sessões, em 14 de setembro de 1946. — *F. Pereira da Silva*. — *Waldemar Pedrosa*. — *Cosme Ferreira*.

§ 7.º Nas eleições de que trata este artigo só prevalecerão as seguintes inelegibilidades:

I — Para Governador:

a) Os Ministros de Estado que estiverem em exercício nos três meses anteriores à eleição;

b) no respectivo Estado, os que, até dezoito meses antes da eleição, houverem exercido, *mesmo interinamente*, a função de Presidente da República, ou de Governador ou Interventor; e bem assim os Secretários de Estados, os comandantes de regiões militares, os chefes e os comandantes de polícia, os magistrados e o chefe do Ministério Público, que estiverem no exercício dos cargos nos dois meses anteriores à eleição;

N.º 38

Ao Art. 13, § 1.º:

Escreva-se: "... o disposto no § 6.º daquele dispositivo."

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1946. — *Antônio Mafra*.

N.º 39

Ao § 2.º do Art. 13:

Restabelecer, na letra c, a palavra "gradativamente", constante do projeto aprovado e não suprimida pela Assembléa.

Justificação

A redação contestada altera, fundamentalmente, o decidido pela Assembléa.

De fato: mantida que seja permitirá à União, digo, ao Estado retardar por dez anos o início da entrega da percentagem estabelecida, para fazê-la, integralmente, no décimo ano.

Esse não é o desejo da Assembléa que quer seja desde logo iniciada essa entrega, para ir sendo aumentada "gradativamente", até atingir aos 30 % no fim de dez anos.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Brochado da Rocha*.

N.º 40

No art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, onde se diz: "Tribunal *Superior* de Recursos", diga-se — "Tribunal Federal de Recursos", em harmonia, assim, com a verdadeira denominação desse Tribunal, constante do texto da Constituição votada (arts. 103 e seguintes).

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Castelo Branco*.

N.º 41

Ao Art. 14, § 2.º:

Redija-se:

"Instalado o Tribunal, auxiliado pelos funcionários da Supremo Tribunal Federal designados pelo Presidente deste, elaborará ele o seu Regimento Interno e organizará os seus serviços auxiliares, propondo, em consequência, ao Congresso Nacional. (O resto como está.)

Justificação

A emenda propõe duas alterações no texto apresentado.

Refere-se a primeira aos serviços auxiliares, sem os quais é impossível instalar o Tribunal.

Se tais serviços devem ser por ele organizados, dependendo de resolução legislativa, mediante proposta sua, a criação dos cargos e os vencimentos do pessoal (art. 96, II, do texto permanente) há mister de se providenciar um serviço auxiliar de emergência com pessoal de outro Tribunal, especializado na tarefa, impondo-se aproveitar a prática dos magníficos serventuários do Supremo Tribunal Federal, muitos deles especializados no trato dos assuntos que vão passar para o Tribunal Federal de Recursos.

Não se trata de inovação, mas de esclarecimento na redação, pois não é possível tenha o plenário concebido o funcionamento integral ou não, do Tribunal somente com os seus Juizes, sem secretário, oficiais, dactilógrafos, contínuos, etc., etc.

Por outro lado, o esclarecimento tornará fácil o início da tarefa julgadora. Claro não ser admissível fiquem os novos Juizes, à espera da resolução legislativa, para dar início à sua importantíssima função. Seria um peso morto no orçamento, com prejuízo para as partes. Se o Supremo Tribunal está assoberbado de serviço, tem os feitos em grande atraso, é lógico que, promulgada esta Constituição, os seus ministros se desinteressarão pelo

estudo dos casos da competência do Tribunal Federal de Recursos, preferindo voltar as suas vistas para o mundo dos *habeas-corpus* dos mandados de segurança, cujo número vai crescer muito e dos recursos extraordinários.

A segunda alteração visa a conformar o texto com o da Constituição, art. 97, II, evitando a discriminação em secretaria, cartórios, etc., para se referir à organização dos serviços auxiliares."

Em 14 de setembro de 1946. — *Ferreira de Souza*.

N.º 42

Art. 15 § 1.º — Em vez de "art. 100, I, b'", redigir "art. 110, I, b'".

Justificativa

O texto não pode referir-se ao artigo 100, I, b da Constituição, que versa matéria diferente.

Trata-se de erro de impressão, que se não fôr corrigido tornará confuso o texto.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Carlos Prestes*.

N.º 43

Ao § 1.º do art. 15, depois de *um membro efetivo*, e, elimine-se *bem assim*, e diga-se: *um membro efetivo e dois interinos...*

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Manoel Duarte*.

N.º 44

Art. 15 § 2.º — Deslocar a vírgula de "eleitorais" para "instalados", redigindo assim: "Instalados, os Tribunais Eleitorais procederão, etc."

Justificativa

Trata-se apenas de apresentar melhor redação, mais clara e mais precisa.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Carlos Prestes*.

N.º 45

Ao art. 15 § 4.º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias "in fine".

Onde se lê:
"do § 2.º deste artigo, — diga-se do § 3.º deste artigo.

Justificação

Trata-se evidentemente de erro tipográfico, eis que a menção do § 2.º não daria sentido ao texto.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 1946. — *Tavares d'Amaral*.

N.º 46

Ao Art. 15, § 4.º:

Escreva-se: "... o final do § 3.º deste artigo."

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1946. — *Antônio Mafra*.

N.º 47

Ao art. 16:

Redija-se:

"Art. 16. A começar de 1 de janeiro de 1947, os magistrados do Distrito Federal e dos Estados perceberão os vencimentos fixados com observância do estabelecido na Constituição."

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1946. — *Antônio Mafra*.

N.º 48

Ao art. 18, depois de *embora sem licença do governo brasileiro*, elimine-se bem como, por desnecessário, *all*.

Substituam-se estes dois vocábulos pelo advérbio *nem*: — *governo brasileiro, nem os menores que...*

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Manoel Duarte*.

N.º 49

Ao art. 19, depois de *e o de governador*, diga-se: — "... e o de Governador, os que, depois de adquirida a nacionalidade brasileira, na vigência de Constituições anteriores, hajam exercido qualquer *mandato eletivo*".

Desnecessária a oração garundial. Basta a condição de tempo, — *depois de adquirida a nacionalidade brasileira*.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Manoel Duarte*.

N.º 50

Está errada a citação feita pelo artigo 20 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, referente ao artigo da Constituição Federal. A referência devia ser ao artigo 155 da Constituição Federal e não ao 154 como está.

Solicito pois a devida retificação.

Sala das Sessões, 13-9-1946. — *Lutz Lago*.

N.º 51

Ao art. 20, § 3.º:

Escreva-se "do art. 11 d'este Ato" em lugar de "do art. 3.º d'este Ato".
Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Antônio Muira*.

N.º 52

Redija-se o art. 22:

Art. 22. O disposto no art. 180. § 1.º, da Constituição, não prejudica as concessões honoríficas efetuadas antes d'este Ato, as quais ficam mantidas ou restabelecidas.

Não há motivo de se manter a forma: — e que...

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Manoel Duarte*.

N.º 53

Ao art. 23 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias é essencial uma emenda de redação. Tem o dispositivo dois parágrafos, com a repetição da mesma matéria. É necessária, assim, a supressão do segundo parágrafo único.

Sala das Sessões, 13-9-1946. — *Antônio Feliciano*.

N.º 54

Ao art. 23:

Acrescentem-se as palavras "nas funções do cargo" depois da expressão "pelo menos cinco anos de exercício", ficando assim redigida a primeira parte do referido artigo:

Os atuais funcionários interinos da União, dos Estados e Municípios, que contem, pelo menos, cinco anos de exercício nas funções do cargo, serão automaticamente efetivados na data da promulgação d'este Ato;

Justificação

Há inúmeros funcionários que exercem as funções de cargos públicos na qualidade de extranumerários. Entre estes, muitos professores de cargos não vitalícios, que, contando mais de cinco anos de exercício, passaram a interinos, por disposição do Decreto-lei n.º 7.190 de 22-11-944.

Nesses cargos, não contam cinco anos na interinidade, mas contam mais de cinco e outros mais de dez anos de exercício nas funções do cargo, acumulando-se à interinidade o tempo de extranumerários, naquêles mesmos cargos. Ora, se não tivessem

ditos funcionários sido, ainda, beneficiados com a interinidade, estariam, agora, efetivos, em face do disposto na parte final do artigo 23, que torna efetivos os extranumerários que exerçam função de caráter permanente há mais de cinco anos.

Razão não há portanto, para que se privem do benefício da primeira parte do citado artigo, desde que contem mais de cinco anos, como extranumerários ou interinos, de exercício nas funções do cargo. Mesmo porque a diferença entre o extranumerário e o interino é apenas de ordem técnica, constando o último do quadro dos funcionários públicos e o primeiro não.

Diante das discussões em torno do art. 23, pode-se afirmar que a intenção dos constituintes é beneficiar o interino que tenha mais de cinco anos de exercício nas funções do cargo, quer como interino, quer como extranumerário e, por isso, a adição que proponho virá apenas esclarecer o texto e facilitar a interpretação.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *João Agripino*.

N.º 55

Ao parágrafo único do Ato 23 das Disposições Constitucionais Transitórias, assim redigido:

"O disposto neste artigo não se aplica aos que exerçam interinamente cargos vitalícios, como tais considerados na Constituição;

Suprima-se.

Justificação

É evidente o equívoco a sua inclusão no texto. O assunto está regulado no parágrafo único linhas acima de cuja supressão se pede. Este sim representa a redação vitoriosa.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 1946. — *Tavares d'Amaral*.

N.º 56

Dê-se ao art. 23 das Disposições Transitórias a seguinte redação:

Os atuais funcionários interinos da União, dos Estados e Municípios, que contem, pelo menos, cinco anos de exercício, serão automaticamente efetivados na data da promulgação d'este Ato; e os atuais extranumerários que exerçam função de caráter permanente e contem mais de cinco anos de efetivo exercício, ou em vir-

tude de concurso ou prova de habilitação, serão equiparados aos funcionários estáveis, para todos os efeitos.

Justificação

A redação, como está no projeto, desce a minúcias, ao especificar, sem necessidade, o direito à estabilidade, licença, férias, aposentadoria e disponibilidade. Ora, é do espírito do texto que se equipare ao funcionário estável o extranumerário que ora conta mais de cinco anos de efetivo exercício, com as vantagens e deveres decorrentes da medida, indicados em lei. Observe-se ainda que a redação ora proposta é mais consentânea com a síntese, na sua generalidade, e não a discriminação.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Paulo Affonso Vieira de Resende.*

N.º 57

Ao parágrafo único do art. 23.

Substituam-se por esta as letras b e c:

b) àqueles cuja efetivação não seja possível, sem prejuízo do direito que venham a adquirir, por concurso, candidatos já inscritos na data da promulgação deste Ato.

Justificação

A emenda é de redação, porque o pensamento do parágrafo foi apenas assegurar o direito dos candidatos a que ela se refere.

Interpretá-lo de outro modo seria criar para certos interinos uma situação desvantajosa em relação à de muitos outros.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Jonas Correia.* — *Barreto Pinto.* — *Baeta Neves.* — *Arruda Câmara.* — *Hugo Carneiro.* — *Clodomir Cardoso.* — *Crepory Franco.* — *Herophilô Azambuja.* — *Luiz Carvalho.* — *José Augusto.* — *Duarte d'Oliveira.* — *Lery Santos.* — *Luiz Lago.* — *Teodoro Albuquerque.* — *Ezequiel Mendes.* — *Benjamin Farah.*

N.º 58

No final do art. 24, depois de vencimentos, diga-se: *atrasados*. Porque *Atrasados* — que deixou de receber, que cessou de receber. Ao passo que — *em atraso* — significa *demora do Tesouro em pagar normalmente a funcionários o legalmente devido*. Idêntica observação corretiva se propõe ao final do Parágrafo único do mesmo

art. 24: — *Em atraso, para — atrasados.*

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Manoel Duarte.*

N.º 59

Redija-se assim o art. 25 do Ato Adicional das Disposições Transitórias:

Art. 25 — Fica assegurado aos funcionários das Secretarias das Casas do Poder Legislativo o direito à percepção de Gratificações Adicionais, por tempo de serviço público.

Sala das sessões, em 13 de setembro de 1946. — *Gurgel do Amaral.* —

Justificação

A emenda visa evitar interpretação dúbia e tem fundamento na legislação anterior que dispunha sobre essas gratificações. Realmente a lei consagra aos funcionários do Poder Legislativo o direito de receberem, por tempo de serviço, gratificações adicionais, que aumentavam, proporcionalmente, com a elevação que os mesmos tivessem em seus ordenados e com o tempo de serviço. Não se compreende, agora, quando essas gratificações são praticamente restabelecidas, que se alterem os princípios reguladores do assunto.

N.º 60

No parágrafo único do art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

Onde se lê: "*aproveitados*", redija-se: *efetivados*.

Art. 26. A Mesa da Assembléia Constituinte expedirá títulos de nomeação efetiva, aos funcionários interinos das Secretarias do Senado e da Câmara dos Deputados, ocupantes de cargos vagos, que até 3 de setembro de 1946, prestaram serviços durante os trabalhos da elaboração da Constituição.

Parágrafo único. Nos cargos iniciais, que vierem a vagar, serão *aproveitados* os interinos em exercício até a mesma data, não beneficiados por este artigo.

Justificativa

O emprego do verbo *efetivar* é mais apropriado, de vez que melhor se ajusta ao espírito do artigo em referência.

Ademais, ele é usualmente empregado, como se observa do citado artigo e do 23 das mesmas "Disposições Transitórias", entre outros.

A emenda, portanto, visa corrigir uma imprecisão de termo, de par que

se orienta no sentido de manter a indispensável unidade na letra constitucional.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Herophilo Azambuja*.

N.º 61

Art. 26, Parágrafo único: substitua-se — “serão aproveitados”, por — “serão efetivados”...

Sala das Sessões, 13-9-1946. — *Aruda Camara*.

N.º 62

Ao art. 28, depois de *Deste Ato*, diga-se: ... *deste Ato e*, igualmente, aos trabalhadores...

Bem Assim não deve ser mantido. *Igualmente* é o vocábulo a preceito, neste lance, encontrando na escrita dos mestres.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Manoel Duarte*.

N.º 63

No artigo 28, onde se lê: até à *lela-se até a*.

Justificação

Não há ambiguidade. Dê-se modo, a crase é perfeitamente dispensável.

Acresce, ainda, que no texto *a* funciona como contração de preposição, quando deve ser apenas artigo.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Brígido Tinoco*.

N.º 64

Diz o art. 28 das *Disposições Transitórias*:

Os funcionários que, conforme a legislação então vigente, acumulavam funções de magistério, técnicas ou científicas, e que, pela desacumulação ordenada pela Carta de 10 de novembro de 1937 e Decreto-lei n.º 24, de 1 de dezembro do mesmo ano, perderam cargo vitalício, são nêles considerados em disponibilidade remunerada até que sejam reaproveitados, sem direito a vencimentos em atraso.

Na conformidade da legislação então vigente, a permissão de acumulação de cargos públicos remunerados estava subordinada a uma condição essencial: haver compatibilidade dos horários de serviço dos cargos acumulados. (Constituição de 1934, art. 172, § 1.º, *in fine*).

Tal providência, na prática, reduzia a possibilidade de acumulação a dois cargos, apenas, porque dificilmente poderia haver compatibilidade de horário para o exercício de três ou mais cargos.

Se, portanto, tivesse sido observado o disposto na referida *Constituição*, somente teria havido quem acumulasse dois cargos, e, por isso, os atingidos pelo Decreto-lei n.º 24, de 1.º de dezembro de 1937, unicamente teriam perdido um cargo.

Repetimos: outra não poderia ter sido a situação decorrente da fiel observância da carta de 1934, em consequência da expropriação ordenada pelo Decreto-lei n.º 24.

E, uma vez que, no referido artigo das *Disposições Transitórias*, invoca-se a “legislação então vigente”, cumpre proceder em consequência, determinando-se que se inclua, entre as expressões “perderam” e “cargo”, a palavra *um*.

A medida, aliás, também melhora a redação do texto.

N.º 65

Ao art. 28:

Inclua-se, entre as expressões “perderam” e “cargo”, a palavra *um*.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 1946. — *Plínio Lemos*.

N.º 66

Art. 28. Suprimir na penúltima linha a palavra “disciplinares”.

Justificação

O espírito da emenda de que provém o texto é anistiar os trabalhadores punidos por quaisquer delitos em consequência de greves e dissídios do trabalho.

A redação que se impõe, no caso, leva necessariamente à supressão que sugerimos.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Carlos Prestes*.

N.º 67

No artigo 30:

Substitua-se a expressão *a todos aqueles* por *aos*.

Justificação

A expressão *todos* é desnecessária a frase, devendo ser eliminada. *Aos*, por si só, substitui perfeitamente *a+aqueles*.

Em 14 de setembro de 1946. — *Brígido Tinoco*.

N.º 68

Art. 30:

Na parte em que está declarado — “instituído pelo parágrafo único do artigo 18, da Constituição de 16 de julho de 1934” —, corrija-se para — “instituído pelo parágrafo único do artigo 18, das Disposições Transitórias”.

rias da Constituição de 16 de julho de 1934".

Justificação

O artigo 18 da Constituição de 16 de julho de 1934, versa disposição diferente e não tem parágrafo algum; o artigo 18 das suas Disposições Transitórias é que tem parágrafo único, versando assunto do artigo 36 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição a ser promulgada.

Sala das Sessões, em 9 de setembro de 1946. — *Gurgel do Amaral*.

N.º 69

No art. 30 aparece verbo pronominal que é típico e evitando galicismo: — prevalecer-se. Rui Barbosa o combateu no projeto do C. Civil, desenganadamente. Laudelino Freire o proscreeve definitivamente. Nenhum escritor cuidadoso o emprega na forma pronominal porque o seu lídimo substituto é *valer-se de...* Deve, pois, ficar substituído: — *que se valeram do direito de reclamação*, instituído pelo parágrafo único...

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Manuel Duarte*.

N.º 70

Ao art. 30, alínea b.

Redija-se:

b) Não ter o Poder Executivo providenciado, na conformidade do parecer da Comissão Revisora, a fim de reparar os direitos dos reclamantes.

Rio de Janeiro, 14 de setembro de 1946. — *Crepory Franco*.

N.º 71

Art. 30. Em vez de "art. 18 da Constituição de 16 de julho de 1934", redigir "art. 18 das Disposições Transitórias da Constituição, etc."

Justificativa

E' necessário introduzir as palavras Disposições Transitórias, para que não haja confusão com o art. 18 da Constituição de 34.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Carlos Prestes*.

N.º 72

Os bens incorporados ao patrimônio da União por efeito do financiamento das safras de algodão, desde mil novecentos e quarenta e dois até as de 1946, inclusive, não podem ser reivin-

dicados nem estão sujeita a respectiva incorporação a qualquer indenização.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 1946. — *Gabriel Passos*.

N.º 73

Redija-se o art. 31:

Art. 31. E' insuscetível de apreciação judicial a incorporação no patrimônio da União, dos bens dados em penhor pelos beneficiados do financiamento das safras algodoeiras, desde a de 1942, até as de 1945 e 1946.

Incorporação em, no, já se debateu, nestas emendas e nas oferecidas ao projeto de Constituição aprovado. Aqui, cumpre evidenciar a conveniência da vírgula, depois de *União*, para não parecer confusa a frase: — *da União dos bens dados em penhor*.

Para clareza, a regra manda virgular o último substantivo antes da preposição *de*.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946 — *Manuel Duarte*.

N.º 74

No art. 33:

Substitua-se *dos* por *aos*.

Justificação

Aos evita a ambigüidade. *Dos*, como se encontra no texto, dá a impressão que *dos seus serviços* está em relação de posse à *consagração*.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Brigido Tinoco*.

Comparecem mais 183 Senhores Representantes:

Partido Social Democrático

Amazonas:

Alvaro Maia.
Pereira da Silva.
Coste Ferreira.

Pará:

Magalhães Barata.
Alvaro Adolfo.
Duarte de Oliveira.
Lameira Bittencourt.
Nelson Parijós.
João Botelho.
Rocha Ribas.

Maranhão:

Clodemir Cardoso.
Cosme Ferreira.
Vitorino Freire.
Luís Carvalho.
José Neiva.
Afonso Matos.

Ceará:

Almeida Monte.
Raul Barbosa.

Rio Grande do Norte:

Georgino Avelino.
Dioclécio Duarte.
José Varela.
Valfredo Gurgel.
Mota Neto.

Paraíba:

Janduí Carneiro.

Pernambuco:

Novais Filho.
Etelvino Lins.
Oscar Carneiro.
Oswaldo Lima.
Costa Porto.
Ulisses Lins.
Barbosa Lima.

Alagoas:

Silvestre Péricles.
José Maria.
Antônio Mafra.

Sergipe:

Leite Neto.
Graco Cardoso.

Bahia:

Pinto Aleixo.
Lauro de Freitas.
Regis Pacheco.
Negreiros Falcão.
Vieira de Melo.

Espírito Santo:

Atilio Vivaqua.
Ari Viana.
Carlos Lindemberg.
Eurico Sales.
Vieira de Rezende.
Alvaro Castelo.
Asdrubal Soares.

Distrito Federal:

Jonas Correia.

Rio de Janeiro:

Alfredo Neves.
Bastos Tavares.
Acúrcio Tórres.
Brígido Tinoco.
Miguel Couto.

Minas Gerais:

Levindo Coelho.
Benedito Valadares.
Rodrigues Seabra.
Bias Fortes.
Cristiano Machado.
Wellington Brandão.
José Alkmim.
Gustavo Capanema.
Olinto Fonseca.

São Paulo:

Novelli Júnior.
Antônio Feliciano.
César Costa.
Martins Filho.
Costa Neto.
Sílvio de Campos.
José Armando.
Ataliba Nogueira.
Alves Palma.
Machado Coelho.

Goiás:

Pedro Ludovico.
Dario Cardoso.
Diógenes Magalhães.
Calado Godói.
Galeno Paranhos.
Gülherme Xavier.

Mato Grosso:

Ponce de Arruda.
Martíniano Araújo.

Paraná:

Flávio Guimarães.
Roberto Glasser.
João Aguiar.
Aramis Ataíde.

Santa Catarina:

Rogério Vieira.
Hans Jordan.

Rio Grande do Sul:

Ernesto Dorneles.
Gaston Englert.
Adroaldo Costa.
Brochado da Rocha.
Elói Rocha.
Teodomiro Fonseca.
Damaso Rocha.
Antero Leivas.
Manuel Duarte.
Sousa Costa.
Glicério Alves.
Mércio Teixeira.
Pedro Vergara.
Herófilo Azambuja.
Bayard Lima.

União Democrática Nacional

Pará:

Agostinho Monteiro.
Epílogo Campos.

Maranhão:

Antenor Bogéia.

Piauí:

José Cândido.
Adelmar Rocha.
Plínio Pompeu.

Ceará:

Fernandes Távora.
Paulo Sarasate.
Gentil Barreira.
Beni Carvalho.
Egberto Rodrigues.
Fernandes Teles.
José de Borba.
Leão Sampaio.
Alencar Araripe.
Edgar de Arruda.

Rio Grande do Norte:

Ferreira de Sousa.
José Augusto.
Aluísio Alves.

Paraná:

João Agripino.
Fernando Nóbrega.

Pernambuco:

Alde Sampaio.
Valter Franco.
Heribaldo Vieira.

Bahia:

Aloísio de Carvalho.
Juraci Magalhães.
Otávio Mangabeira.
Manuel Novais.
Luís Viana.
Clemente Mariani.
Dantas Júnior.
Rafael Cincurá.
Nestor Duarte.
Allomar Baleeiro.

Espírito Santo:

Luís Cláudio.

Distrito Federal:

Hamilton Nogueira.
Euclides Figueiredo.
Jurandir Pires.

Rio de Janeiro:

Prado Kelly.
Soares Filho.

Minas Gerais:

Monteiro de Castro.
Magalhães Pinto.
Licurgo Leite.

São Paulo:

Paulo Nogueira.
Toledo Piza.
Aureliano Leite.

Goiás:

Jales Machado.

Mato Grosso:

Vespasiano Martins.
João Villasboas.

Paraná:

Erasto Gaertner.

Santa Catarina:

Tavares d'Amaral.

Rio Grande do Sul:

Osório Tuluti.

Partido Trabalhista Brasileiro

Amazonas:

Leopoldo Neves.

Bahia:

Luís Lago.

Distrito Federal:

Benjamin Parah.
Gurgel do Amaral.
Segadas Viana.
Bacta Neves.
Antônio Silva.
Barreto Pinto.

Rio de Janeiro:

Abelardo Mata.

Minas Gerais:

Leri Santos.

São Paulo:

Marcondes Filho.
Romeu Flori.
Eusébio Rocha.

Rio Grande do Sul:

Artur Fischer.

Partido Republicano

Pernambuco:

Souza Leão.

Sergipe:

Amando Fontes.

Minas Gerais:

Jaci Figueiredo.
Daniel Carvalho.
Mário Brant.
Felipe Balbi.

Paraná:

Munhoz da Rocha.

Partido Social Progressista

Ceará:

Olavo Oliveira.
João Adeodato.

Bahia:

Teódulo Albuquerque.

São Paulo:

Campos Vergal.

Partido Democrata Cristão

Pernambuco:

Arruda Câmara.

São Paulo:

Manuel Vitor.

Esquerda Democrática

Distrito Federal:

Hermes Lima.

Partido Libertador

Rio Grande do Sul:

Raul Pila.

Deixaram de comparecer 50 Senhores Representantes:

Partido Social Democrático

Amazonas:

Leopoldo Peres.

Maranhão:

Odilon Soares.

Piauí:

Renault Leite.

Ceará:

Moreira da Rocha.
Frota Gentil.

Paraíba:

Samuel Duarte.

Pernambuco:

Jarbas Maranhão.
Ferreira Lima.
Pessoa Guerra.

Alagoas:

Teixeira de Vasconcelos.
Góis Monteiro.
Afonso de Carvalho.

Distrito Federal:

José Romero.

Rio de Janeiro:

Amaral Peixoto.
Eduardo Duvioler.
Paulo Fernandes
Getúlio Moura.

Minas Gerais:

Juscelino Kubitschek.
Lair Tostes.
Milton Prates.

São Paulo:

Goffredo Teles.
Horácio Lafer.
João Abdala.
Honório Monteiro.
Batista Pereira.

Paraná:

Fernando Flores.
Munhoz de Melo.

Rio Grande do Sul:

Getúlio Vargas.

União Democrática Nacional

Maranhão:

Alarico Pacheco.

Piauí:

Antônio Correia.
Coelho Rodrigues.

Paraíba:

Adalberto Ribeiro.
João Ursulo.
Osmar Aquino.

Pernambuco:

Lima Cavalcanti.
João Cleofas.

Bahia:

João Mendes.

Minas Gerais:

Milton Campos.

São Paulo:

Romeu Lourenção.

Mato Grosso:

Agrícola de Barros.

Rio Grande do Sul:

Flôres da Cunha.

Partido Trabalhista Brasileiro

Distrito Federal:

Vargas Neto.
Benício Fontenele.

São Paulo:

Hugo Borghi.
Pedroso Júnior.

Partido Republicano

Sergipe:

Durval Cruz.

Minas Gerais:

Bernardes Filho.
Artur Bernardes.

Partido Social Progressista

Pará:

Deodoro de Mendonça.

Levanta-se a sessão às 18 horas.

Emendas apresentadas, após a extinção do prazo, e mandadas publicar por ordem do Sr. Presidente

Art. 79 — Redija-se assim:

Art. 79 — Substitui o Presidente, no caso de impedimento e sucede-lhe, no de vaga, o Vice-Presidente da República; na falta deste serão chamados, sucessivamente, ao exercício da Presidência, o Presidente da Câmara dos Deputados, o Vice-Presidente do Senado Federal e o Presidente do Supremo Tribunal Federal.

O § 2.º passará a parágrafo 1.º, com a redação que consta do projeto.

Note-se, no texto emendado, que não há "vaga do Presidente", mas do cargo que ele exerce.

Sala das Sessões, 14-9-1946. — *Barbosa Lima.*

Art. 98 — Redija-se assim o segundo período do artigo: "Esse número poderá ser elevado por lei ordinária, mediante proposta do próprio Supremo Tribunal Federal".

Barbosa Lima.

Art. 124, v. — Redija-se assim o segundo período do inciso: "Para cada vaga, votará o Tribunal, por meio de lista triplíce, em sessão e escrutínio secretos". "Lista triplíce" ficou como

que largada no texto. Sem uma correção expressa com o restante do inciso. — *Barbosa Lima.*

Art. 139, I, a). Diga-se, depois de "que lhe tenha sucedido" — ou demais substitutos indicados no art. 79, desde que tenham exercido o posto dentro dos seis meses anteriores ao pleito".

Art. 139, II, a). Diga-se: "em cada Estado, o Governador, que haja exercido o cargo em qualquer espaço de tempo do período imediatamente anterior, ou a pessoa que o tenha substituído no posto, dentro dos seis meses anteriores ao feito", continuando o resto como está.

Art. 139, III. Diga-se: — Para Prefeito a) o que houver exercido o cargo no período imediatamente anterior, e bem assim a pessoa que o tenha substituído, dentro dos seis meses anteriores ao pleito;

b) as autoridades policiais com jurisdição no município, pelos mesmos pagas e nas mesmas condições da alínea anterior".

Sala das Sessões, 14-9-1946. — *Barbosa Lima.*

Art. 141 § 9.º — Diga-se: "Será prestada, por brasileiro, nato, assistente religiosa às forças armadas, ou, mediante solicitação dos interessados, ou seus representantes legais, nos estabelecimentos de internação coletiva, contanto que, num e noutro caso, não haja constrangimento".

Evita-se a repetição ao mesmo tempo do verbo: *será*. E riscar-se o "favorecido" da parte final do inciso. Se há constrangimento, não há favor, nem favorecido.

Sala das Sessões, 14-9-1946. — *Barbosa Lima.*

Art. 172 — Diga-se: "Caberá aos estados, assim como ao Distrito Federal organizar o respectivo sistema de ensino. — *Barbosa Lima.*

Art. 181 § 3.º — diga-se, no fim: "e, completados os vinte e dois anos, sem o cumprimento das obrigações estabelecidas neste artigo, salvo a isenção legal". (Evita-se a repetição da preposição).

Art. 182, § 2.º — em vez de "cuja pena", diga-se: "quando a pena", etc.

Em vez de dizer "quer externa, quer civil", no fim do parágrafo, seria melhor dizer: "externa, ou civil". — *Barbosa Lima.*

Art. 211 — Diga-se: No caso de estado de sítio decretado de acordo com o art. 208, o Presidente da República, logo que se reunir o Congresso

Nacional, reatará, em mensagem especial, os motivos determinantes da decretação, justificando as medidas que tiverem sido adotadas". (Continuar como está no texto).

Na redação que consta do texto, é o estado de sítio que deve relatar os motivos determinantes do decreto.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Barbosa Lima*.

Emendas ao texto da Constituição.

— No art. 18, § 3.º, substituir *provenho das por provendo as* (Comparar com os arts. 87, V e 97, II).

— Redigir assim o § 2.º do art. 77: "Será sujeito a registro prévio ou posterior no Tribunal de Contas, conforme... etc... etc...".

— No art. 93, I, substituir *ou por exoneração a pedido por ou exoneração a pedido*.

— No art. 77, III, substituir *fulgar da legalidade por fulgar a legalidade*.

— No art. 124, V, substituir *votará... lista triplice por organizará... lista triplice*. (A redação proposta harmoniza-se com o preceito do número IV do mesmo artigo. É sabido, ademais, que a organização da lista resulta de votação dos membros do Tribunal).

— No art. 76 § 2.º, substituir *dentro de por dentro em* (S. bem que ambas as formas tenham o mesmo quillate vernáculo, segundo reconhece Rui Barbosa, na Réplica, n.º 367, a última possui maior "sabor clássico; além disso, está empregada na Constituição nos arts. 129, II e 141 § 25).

— Dê-se ao § 22 do art. 141 a seguinte redação: "A prisão ou detenção de qualquer pessoa será imediatamente comunicada ao juiz competente, que a relaxará se não fôr legal e, nos casos previstos em lei, promoverá... etc... etc...".

— No art. 150 diga-se: "O Poder público providenciará a instituição... etc... etc...". (Comparar com o artigo 52, parágrafo único).

— Dê-se à segunda parte do § 1.º do art. 153 a redação que se segue: "Essa preferência será regulada de acordo com a natureza das minas e das jazidas".

— Redija-se desta maneira o § 1.º do art. 156: "Os Estados assegurarão, nas concessões de terras devolutas, preferência para aquisição, até vinte e cinco hectares, aos posseiros que nelas tenham morada habitual".

— Redação proposta para o § 1.º do art. 180: "A lei especificará as

zonas indispensáveis à defesa nacional, regulará sua utilização e assegurará, nas indústrias nelas situadas, a predominância de capitais e trabalhadores brasileiros".

— No § 3.º do art. 181, substituir *depois de cumprir dezoito anos por depois de completar dezoito anos*.

— No § 2.º do art. 182, substituir, na parte final *tempo de guerra, quer externa civil por tempo de guerra, externa ou civil*.

— No art. 201, substituir *e as que forem intentadas contra a União poderá o autor propô-las... por e as que forem intentadas contra a União poderão ser propostas...*

— No art. 201, § 1.º substituir *se a União nelas intervier por em que a União intervier*.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1946. — *Antenor Bogéa*.

TÍTULO V

Ao art. 146:

Emenda de redação:

O artigo 146 está assim redigido:

"A União é reconhecida a faculdade, *mediante lei especial*, de intervir no domínio econômico e de monopolizar determinada indústria de atividade. A intervenção terá por base o interesse público e por limite os direitos fundamentais assegurados na Constituição".

Data venia propomos a seguinte redação:

"A União é reconhecida a faculdade de, *mediante lei especial*, intervir no domínio econômico ..." (O mais como está).

Justificativa

A nova ordem na redação visa melhor conciliar o texto com o seu exato sentido:

A *Constituição* é que confere à União a faculdade prevista no artigo 146. A *lei especial* apenas disporá sobre o caso concreto da intervenção. Esta, evidentemente, como direito potencial, é reconhecida e criada pela própria Constituição. A lei ordinária apenas regulará a sua efetivação, de direito já existente, por força do preceito constitucional.

Sala das Sessões, 5.ª Assembleia Nacional Constituinte em 14 de setembro de 1946. — *Lameira Bittencourt*. — *Magalhães Barata*. — *Rocha Ribas*. — *Duarte d'Oliveira*. — *Nelson Parizós*. — *João Botelho*.

TÍTULO V

Ao art. 156, § 1.º:

Emenda de redação:

O artigo 156 § 1.º está assim redigido:

"Nas concessões de terras devolutas, os Estados assegurarão aos possesores que nelas tem morada habitual a preferência aquisição delas, até vinte e cinco hectares"

"*Data venia*", propomos a seguinte redação:

"Nas concessões de terras devolutas, os Estados assegurarão aos possesores que nelas têm morada habitual a preferência para a sua aquisição, até o limite de vinte e cinco hectares".

Justificação

O parágrafo tal como foi redigido reflete evidente e natural cochilo, inevitável em obra de tal tomo e amplitude. É tão notório e esse equívoco, que se refletiu até numa redação pouco eufônica, com uma desnecessária e mal sonante repetição de "elos", que nos abstermos de maior justificativa, certo de que a própria douta Comissão, "sponte sua", será a primeira a sanar o engano em foco, que, se permanecesse, bastante afetaria nossa Magna Carta.

Sala das Sessões da Assembléa Nacional Constituinte, em 14 de setembro de 1946. — *Lameira Bittencourt*. — *João Botelho*. — *Nelson Parifós*.

Título V Artigo 153, § 2.º

Emenda de redação.

O artigo 153 § 2.º está assim redigido:

"Independência de autores ação ou concessão o aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida."

"*Data venia*", propomos a seguinte redação:

"O aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida independe de autorização ou concessão federal".

Justificação

A pequena alteração proposta visa, *in primo dar* ao texto a sempre desejada, preferível e benéfica ordem direta.

Além do mais, objetiva, como de fácil evidência, manter mais exata *uniformidade de redação*, em relação ao "caput do artigo, que, acertadamente, obedece à ordem direta, emprega o "presente", e não o futuro "independência" e fala de "concessão" "formal" e não apenas de "concessão."

Estamos certos que a própria douta Comissão nada oporá a tão simples e tão justa emenda.

Sala das Sessões da Assembléa Nacional Constituinte, em 14 de setembro de 1946. — *Lameira Bittencourt*. — *Magalhães Barata*. — *Alvaro Adolfo*. — *Rocha Ribas*. — *Nelson Parifós*. — *Duarte d'Oliveira* — *João Botelho*.

Título V, Artigo 153 § 3.º

Emenda de redação:

O artigo 153 § 3.º está assim redigido:

"Satisfeitas as condições exigidas pela lei, entre as quais a de possuírem os necessários serviços técnicos e administrativos, os Estados passarão a exercer nos seus territórios a atribuição constante deste artigo."

"*Data venia*", propomos a redação seguinte:

"Os Estados exercerão nos respectivos territórios as atribuições constantes deste artigo, uma vez satisfeitas as condições exigidas pela lei, entre as quais de possuírem os necessários serviços técnicos e administrativos."

Justificação

A nova redação proposta, além da vantagem nunca despendida, de estar baseada na ordem direta, substitue a fórmula "passarão a exercer" por "exercerão", mais sintética, mais precisa e mais enérgica, e mais acertada com o sentido e o alcance do preceito constitucional, e, finalmente, *pluraliza* a palavra "atribuição", que substitue por "atribuições". Em verdade são várias as "atribuições": autorização — concessão — e preferência.

Sala das Sessões da Assembléa Nacional Constituinte, em 14 de setembro de 1946. — *Lameira Bittencourt*. — *Magalhães Barata*. — *Rocha Ribas*. — *João Botelho*. — *Nelson Parifós*.

EMENDAS GERAIS

I — SISTEMATIZAÇÃO

Proponho a seguinte sistematização da matéria constitucional:

Título I. — Da Federação e da República.

Título II. — Da organização Federal.

Capítulo I. — Disposições gerais.

Capítulo II. — Do Poder Legislativo.

Capítulo III. — Do Poder Executivo.

Capítulo IV. — Do Poder Judiciário.

Título III. — Dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

Capítulo I. — Dos Estados.

Capítulo II. — Do Distrito Federal e dos Territórios.

Capítulo III. — Dos Municípios.

Título IV. — Da organização financeira.

Capítulo I. — Das rendas públicas.

Capítulo II. — Dos orçamentos e dos créditos orçamentários.

Capítulo III. — Da fiscalização da administração financeira.

Título V. — Dos Direitos Fundamentais.

Capítulo I. — Dos direitos políticos.

Capítulo II. — Dos direitos e garantias individuais.

Capítulo III. — Da ordem econômica.

Capítulo IV. — Da família.

Capítulo V. — Da educação e da cultura.

Título VI. — Das Forças Armadas.

Título VII. — Dos Funcionários.

Título VIII. — Do Estado de Sítio.

Título IX. — Disposições gerais.

Justificação

1. As declarações sobre a forma de Estado e sobre a forma de governo são os preceitos iniciais e fundamentais, que presidem a toda a Constituição. É lógico que se separem num título próprio, o primeiro título do texto constitucional. A denominação *Da Federação e da República*, constante do projeto primitivo, poderia ser substituído por *Disposições fundamentais*, de conformidade com o pensamento da emenda n.º 1.638, do Deputado Manuel Vitor, segundo a qual esses preceitos iniciais e fundamentais devem formar um título próprio e separado.

2. A melhor, a mais segura tradição do nosso direito constitucional republicano está na Constituição de 1891. Segundo essa Constituição, os preceitos que dizem respeito à organização dos Estados e dos Municípios não se incluem no título *Da Organização Federal*, mas constituem matéria de títulos próprios e especiais. A Constituição de 1934 colocou indevidamente esses assuntos sob o título *Da Organização Federal*, contrariando não apenas a nossa tradição, mas também a orientação das constituições dos principais Estados federais da América: a Constituição dos Estados Unidos, que reserva o seu Título IV (Article IV) aos Estados; a Constituição do México, cujo Título V se denomina *De los Estados de la Federación*; e a Constituição da Argentina, cuja segunda parte

é dividida em dois títulos, o primeiro denominado *Gobierno Federal* e o segundo *Gobiernos de Provincia*. Não parece aconselhável abandonar tais e tão seguros modelos, para retomar uma orientação que não tem a seu favor nem a tradição nem a lógica.

3. A matéria financeira, escassamente admitida na Constituição de 1891, é longa e importante no projeto de 1946. Parece conveniente reuni-la num sistema, e dar-lhe um título especial. Outras Constituições o têm feito, acertadamente.

4. Foi a Constituição de Weimar que, com segurança e autoridade, tornou matéria constitucional os preceitos gerais referentes à ordem econômica, à família, à educação e à cultura. E é nela que achamos o melhor modo de sistematizar esses assuntos. A segunda parte da Constituição de Weimar se denomina *Direitos e deveres fundamentais dos alemães* (*Grundrechte und Grundpflichten der Deutschen*). Divide-se essa segunda parte em cinco capítulos, a saber:

I. O indivíduo (*Die Einzelperson*).

II. A vida social (*Das Gemeinschaftsleben*).

III. Religião e igrejas (*Religion und Religionsgesellschaften*).

IV. Educação e escolas (*Bildung und Schule*).

V. A vida econômica (*Das Wirtschaftsleben*).

Reune-se, como se vê, num mesmo título, destinado aos direitos e deveres fundamentais, a velha matéria dos direitos políticos e dos direitos individuais e a nova referente aos direitos sociais e aos direitos econômicos. É a orientação lógica, que deveríamos seguir.

5. O conjunto dos preceitos que dispõem sobre as forças armadas deve formar um título próprio. Assim também a matéria relativa aos funcionários. Quanto à matéria do estado de sítio, pela sua relevância, e dado o grande número de artigos que a disciplinam, deve igualmente dar lugar à constituição de um título especial.

6. Não parece lógico abrir um título que trate exclusivamente da justiça dos Estados. Este assunto tem sua natural colocação num título mais amplo, que abranja toda a matéria constitucional relativa aos Estados. Também a matéria relativa ao Ministério Público é insuficiente e inadequada à constituição de um título próprio e separado.

II. ESTRUTURA DOS ARTIGOS

Na composição dos artigos, seria conveniente observar as seguintes diretrizes:

I. Os incisos devem ter numeração romana. Cada número será seguido, não de travessão, mas de ponto final. O texto do inciso, iniciando-se com maiúscula, terminará não por ponto e vírgula, mas por ponto final. Assim, se escreverá:

"Art. 132. Não podem alistar-se eleitores:

I. Os analfabetos.

II. Os que não sabem exprimir-se.

III. Os que estão privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos."

Esta regra é seguida invariavelmente pelo Código Civil, modelo de boa técnica legislativa.

O projeto não a segue, embora ordene os incisos com números romanos, salvo no art. 23, § 36 do art. 141, no art. 191, no § 2.º do art. 205 e no art. 209, em que eles estão precedidos de letras, com parêntesis.

II. Quando os incisos se desdobram em alíneas, serão estas precedidas de letras, com parêntesis, iniciando-se com minúscula e terminando, salvo a última, por ponto e vírgula. O projeto, em todos os casos, adota o preceito.

III. Os desdobramentos, num artigo, quando não tiverem o caráter de incisos, formarão parágrafos. Assim, nos artigos 124 e 168. Nestes dois casos, os desdobramentos não constituem incisos; devem formar parágrafos, à semelhança dos desdobramentos do art. 141.

E' de notar que a segunda parte do art. 209 (indicada pelo n.º I) constitui matéria, não de um inciso, mas de um parágrafo único, desdobrado em cinco incisos.

III. REMISSÕES E OUTROS PONTOS DE TÉCNICA LEGISLATIVA

IV. REMISSÕES

Torna-se necessário verificar a exatidão das remissões. Noto o seguinte:

1. No § 4.º do art. 60, a remissão deve ser ao art. 52, e não ao art. 53.

2. No art. 70, a remissão deve ser ao art. 65, e não ao art. 66.

Por outro lado, seria conveniente manter uniformidade na forma das remissões.

Assim, a remissão a um inciso deverá ser feita como no § 2.º do artigo 9.º: "§ 2.º. No segundo caso previsto pelo art. 7.º, n.º II, só no Estado invasor será decretada a intervenção". Evitar, pois, a remissão nos termos do § 2.º do art. 15 ou do § 2.º do art. 19.

Com relação às alíneas, a remissão deve obedecer ao processo do artigo 8.º: "Art. 6.º. A competência federal para legislar sobre as matérias do artigo 5.º, n.º XV, letras l, c, d, f, h, k l, o e r, não exclui a legislação estadual supletiva ou complementar". Já adotam processo diferente, para remissão a alínea, o art. 124, n.º XII, e o art. 139, n.º II, letra d.

A referência a parágrafos, no plural, faz-se de um modo no art. 29, e de outro no art. 87, n.º IV. Também nisto convém buscar a uniformidade.

O projeto também não observa uniformidade no modo de grafar os números.

Assim, no § 2.º do art. 15, se escreve "80%", e logo no § 4.º do mesmo artigo, se escreve "dez por cento".

No art. 210, se escreve "trinta dias", mas logo no art. 214, parágrafo único, se escreve "15 dias".

Em tais casos, parece preferível a grafia por extenso.

E' ainda de notar que no alfabeto da língua portuguesa não se inclui mais a letra k, que o projeto deixa de usar na enumeração do art. 101 n.º I, mas adota na enumeração do artigo 5.º, XV, e na remissão do art. 6.º.

IV. EMPRÉGO DE INICIAIS MAIÚSCULAS:

Seria aconselhável observar, neste ponto, a devida coerência. Now, entre outros casos, os seguintes.

I. O projeto escreve *Estado* (Estado-membro da Federação), com inicial maiúscula, e *município*, com inicial minúscula. As pessoas jurídicas de direito público interno, escreve-os o Código Civil com inicial maiúscula (artigo 14). Esta parece ser a boa regra.

II. As palavras *Prefeito*, *Governador*, *Presidente*, *Vice-Presidente*, *Deputado*, *Senador*, *Interventor*, *Ministro* se escrevem ora com inicial minúscula, ora com inicial maiúscula. Usar a maiúscula, em todos esses casos é o que recomenda o *Formulário Ortográfico* da Academia Brasileira de Letras (XVI, 49, 7.º).

III. O projeto grava a palavra *câmara*, *cámaras*, quando empregada para designar indeterminadamente uma das casas cu as duas casas do Congresso Nacional, com inicial maiúscula.

Nome comum não individualizado, melhor se escreveria com inicial minúscula.

IV. No art. 40, se escreve *regimento interno*, com iniciais minúsculas; o mesmo nome se escreve com iniciais maiúsculas no art. 52. A palavra *mesa* está com inicial minúscula no artigo 52; todavia se escreve com inicial maiúscula no art. 101, n.º I, alínea i.

V. O substantivo *Tribunal de Justiça*, com iniciais maiúsculas, designa, em todo o texto constitucional, o mais alto tribunal da justiça local. Mas, no art. 62, § 1.º, *Tribunal de Justiça* é um substantivo comum, devendo escrever-se com iniciais minúsculas.

V. A PALAVRA "ESTADO"

O projeto usa a palavra *Estado*, em três sentidos:

1. Para designar os Estados-membros, as unidades autônomas, da Federação.

2. Para designar, de um modo geral, a República ou o poder público.

3. Para designar as nações estrangeiras, como pessoas jurídicas do direito público externo.

Parece que a Constituição só deve empregar a palavra no primeiro sentido.

O projeto emprega a palavra *Estado*, no segundo sentido, em três lugares: no art. 135, § 2.º, n.º III, no artigo 163 e no art. 174.

Poderiam, nestes três casos, ser feitas as mudanças seguintes:

No art. 135, § 2.º, n.º III, em vez de: "que importe restrição de direito ou dever perante o Estado", dizer: "que importe restrição de direitos ou deveres perante a República". (Constituição de 1891, art. 72, § 29; Constituição de 1934, art. 111, alínea c).

No art. 163, em vez de: "proteção especial do Estado", dizer: "proteção especial do poder público".

No art. 174, em vez de: "é dever do Estado", dizer: "é dever do poder público".

O projeto usa a palavra *Estado*, no terceiro sentido, em sete lugares: no art. 4, no art. 5, n.º I, no art. 66, n.º I, no art. 87, n.º VI, no art. 101, n.º I, alínea d, no art. 101, n.º I, alínea g e no art. 101, n.º II, alínea b.

Em todos este casos poderia ser usada a palavra *nação*. Esta palavra, em rigor, não designa as pessoas jurídicas soberanas de direito público. Todavia, o seu emprego com este sentido é correto e legítimo, abonado que é pelo uso geral. Nas constituições estrangeiras, encontra-se a palavra, frequen-

temente, com tal acepção. E o uso é igualmente consagrado pelas nossas constituições, tanto pela do Império, como pelas de 1891, de 1934 e de 1937.

Proponho, assim, as alterações seguintes:

No art. 4 em vez de: "em aliança com outro Estado", dizer: "em aliança com outra nação".

No art. 5, n.º I, em vez de "relações com os Estados estrangeiros", dizer: "relações com as nações estrangeiras".

No art. 66, n.º I, em vez de: "tratados e convenções celebrados com os estados estrangeiros", dizer: "tratados e convenções celebrados com as nações estrangeiras".

No art. 87, n.º VI, em vez de: "relações com estados estrangeiros", dizer: "relações com as nações estrangeiras".

No art. 101, n.º I, alínea d, em vez de: "os litígios entre estados estrangeiros e a União", dizer: "os litígios entre nações estrangeiras e a União".

No art. 101, n.º I, alínea g, em vez de: "requisitada por estados estrangeiros", dizer: "requisitada por outras nações".

No art. 101, n.º II, alínea b, em vez de: "as causas decididas por juizes locais, fundadas em contrato ou tratado entre estado estrangeiro e a União, assim como os em que forem partes um estado estrangeiro e pessoa domiciliada no País", dizer: "as causas decididas por juizes locais, fundadas em contrato ou tratado entre nação estrangeira e a União, assim como as em que forem partes nação estrangeira e pessoa domiciliada no País".
— *Gustavo Capanema*.

EMENDAS AOS ARTIGOS

(ARTS. 1 A 93)

Art. 1

Diz o projeto:

"Art. 1.º. Os Estados Unidos do Brasil mantêm, sob o regime representativo, a Federação e a República.

Todo o poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido.

§ 1.º A União compreende, além dos Estados, o Distrito Federal e os Territórios.

§ 2.º O Distrito Federal é a capital da União".

Proponho que se desdobre o texto em dois artigos, nos termos seguintes:

"Art. 1.º O Brasil é uma Federação, sob a denominação de Estados Unidos do Brasil.

§ 1.º A União compreende, além dos Estados, o Distrito Federal e os Territórios.

§ 2.º O Distrito Federal é a capital da República.

Art. 2.º O Brasil é uma República. Todo o poder emana do povo e em seu nome é exercido".

Justificação

1. Parece de boa técnica constitucional desdobrar o texto, de modo que um artigo trate da forma de estado, e outro da forma de governo. É o que faz a constituição austríaca de 1920.

2. A frase sob o regime representativo é desnecessária, uma vez que governo republicano é, por definição, governo de regime representativo.

3. No segundo período do princípio do art. 1, parece de rigor que, em vez de *em seu nome deve ser exercido*, se diga *em seu nome é exercido*.

Art. 3

Reza o projeto:

"Art. 3.º Os Territórios poderão, mediante lei especial, constituir-se em Estado, subdividir-se em novos Territórios ou volver a participar dos Estados de que forem desmembrados".

Diga-se:

"Art. 3.º Os Territórios poderão, mediante lei especial, constituir-se em Estado, subdividir-se em novos Territórios ou reincorporar-se ao Estado ou aos Estados de que tiverem sido desmembrados".

Art. 4

Diz o texto:

"Art. 4.º O Brasil só recorrerá à guerra, se não couber ou se malograr o recurso de arbitramento ou os meios pacíficos de solução do conflito, regulados por órgão internacional de segurança, de que participe; e em caso nenhum se empenhará em guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outro Estado".

Proponho esta redação:

"Art. 4.º Os Estados Unidos do Brasil só recorrerão à guerra se não couber ou malograr-se o arbitramento ou outro meio pacífico de solução do conflito; e em caso nenhum se empenharão em guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outra nação".

Justificação

1. Estados Unidos do Brasil é a expressão que, no caso, é a mais própria (Constituição de 1891, art. 88; Clóvis Beviláqua, Código Civil, vol. I, página 202).

2. Em direito internacional, não se diz *recurso de arbitramento*, mas simplesmente *arbitramento* ou *arbitragem*.

Observação: — O art. 4.º deve ser transposto para as *Disposições Gerais*. O Título I versa sobre a forma de governo e a forma de estado, adotadas pela Constituição. Ora, o art. 4.º não se relaciona com essas matérias. Os seus preceitos podem ser inscritos na Constituição tanto de uma república como de uma monarquia, tanto de um estado unitário como de uma federação ou confederação.

Art. 5, n.º II

Redação do projeto:

"II — declarar guerra e fazer a paz";

Diga-se:

"II — Declarar guerra e fazer paz", ou

"II — Declarar a guerra e fazer a paz".

Justificação

Tão correto é dizer *declarar guerra* como *declarar a guerra*, *fazer a paz*, como *fazer paz*. Convém, pois, uniformizar. O uso do artigo é, sem dúvida, preferível.

Art. 5, n.º III

Diz o projeto:

"III — Decretar, prorrogar e suspender o estado de sítio";

Proponho:

"III — Dispor sobre o estado de sítio".

Justificação

A especificação está contida nos textos sobre a matéria (art. 206-215).

Art. 5.º n.º VII

Diz o projeto:

"VII — Superintender, em todo o território nacional, os serviços de polícia marítima, aérea e de fronteiras;"

Redija-se assim:

"VII — Superintender os serviços de polícia marítima, aérea e de fronteiras."

Justificação

A frase em todo o território nacional é desnecessária. Sem ela, terá o texto o mesmo alcance e significação.

Art. 5.º n.º XI

O projeto reza:

"XI — Manter o serviço postal e o Correio Aéreo Nacional;"

Diga-se:

"XI — Manter o serviço de correios."

Justificação

O substitutivo vem das Constituições de 1934 e de 1937. É simples e suficiente.

Art. 5.º n.º XII

Diz o texto:

"XII — Explorar, conceder ou autorizar a exploração dos serviços de telégrafos, de radiocomunicação, de radiodifusão, de telefones interestaduais e internacionais, de navegação aérea e de vias férreas que liguem portos marítimos a fronteiras nacionais ou transponham os limites estaduais;"

Diga-se:

"XII. Explorar os serviços de telégrafos, de radiocomunicação, de radiodifusão, de telefones interestaduais e internacionais, de navegação aérea e de vias férreas que liguem portos marítimos a fronteiras nacionais ou transponham os limites estaduais, assim como conceder ou autorizar a sua exploração."

Justificação

O verbo *explorar* exige o objeto direto. Este objeto direto é os *serviços*. Não pode ser dos *serviços*.

Art. 5.º, n.º XIII

Diz o texto:

"XIII — organizar defesa permanente contra os efeitos da seca, das endemias rurais e das inundações;"

Diga-se:

"XIII. Organizar defesa permanente contra os efeitos das secas, das inundações e das endemias."

Art. 5.º, n.º XV, alínea b

Reza o projeto:

"b) normas gerais de direito financeiro; de seguro e previdência social; de defesa e proteção da saúde; de regime penitenciário, assegurando-se, com a individualização da pena, o trabalho e a educação dos sentenciados;"

Diga-se:

"b) direito financeiro; previdência social; defesa e proteção da saúde; regime penitenciário;"

Justificação

1. Não parece conveniente manter nessa alínea a expressão *normas gerais*, cujo pensamento está claramente contido na disposição do art. 8.º.

2. A cláusula final *assegurando-se, com a individualização da pena, o trabalho e a educação dos sentenciados* deve constituir preceito de outro capítulo da Constituição. O art. 5.º tem por objetivo somente enumerar as matérias da competência da União; não deve dispor sobre tais matérias.

Art. 5.º, n.º XV, alínea m

Diz o projeto:

"m) sistema monetário e métrico; título e garantia dos metais;"

Diga-se:

"m) sistema monetário; sistema de medidas; título e garantia dos metais;"

Art. 7.º, princípio

Diz o princípio do art. 7.º:

Art. 7.º O Governo Federal não intervirá nos Estados, salvo:"

Diga-se:

"Art. 7.º O Governo Federal não intervirá em negócios peculiares aos Estados, salvo:"

Art. 7.º, n.º VII, alínea a:

Diz o projeto:

"a) forma republicana representativa;"

Diga-se:

"a) forma republicana;"

Art. 10

1. Transforme-se o art. 10 num parágrafo do art. 9.º. O art. 10 diz respeito exclusivamente à intervenção decretada pelo Presidente da República; e o art. 9.º é o texto destinado a essa matéria.

2. Em vez de: "... o Presidente da República decretará a intervenção e submetê-la-á...", parece mais de acôrdo com a lógica do texto dizer: "...o Presidente da República, decretada a intervenção, submetê-la-á...".

Art. 12

Em vez de "Interventor", diga-se "Interventor Federal", que é a denominação da autoridade a que o texto se refere. (Art. 139, n.º II, alínea a; art. 140, n.º II).

Art. 15, § 4.º

Em vez de "A União entregará aos municípios, com exclusão dos da capital, dez por cento...", dizer "A União entregará aos Municípios, com exclusão dos das capitais, dez por cento...".

Art. 16

Reza o texto:

"Art. 16. Compete ainda à União decretar os impostos previstos no artigo 19, que devam ser cobrados pelos Territórios."

Diga-se:

"Art. 16. Compete ainda à União decretar, nos Territórios, os impostos de que trata o art. 19."

Justificação

Os Territórios não são pessoas jurídicas de direito público; não têm economia própria; não cobram impostos. Os impostos referidos no artigo 16, é a União que os cobra.

Art. 17

Diz o texto:

"Art. 17. A União é vedado decretar tributos que não sejam uniformes em todo o território nacional, ou que importem distinção ou preferência para este ou aquêle porto, em detrimento de outro de qualquer Estado."

Proponho a seguinte redação:

"Art. 17. A União é vedado decretar tributos que não sejam uniformes em todo o território nacional, ou que importem distinções ou preferências em favor dos portos de uma contra os de outros Estados."

Art. 18, § 2.º

Diz o projeto:

"§ 2.º. Os Estados proverão às necessidades do seu governo e da sua administração; mas, em caso de cala-

midade pública, a União prestar-lhes-á socorros".

Diga-se:

"§ 2.º. Os Estados proverão, a expensas próprias, às necessidades do seu governo e administração; mas, em caso de calamidade pública, a União prestar-lhe-á socorros."

Justificação

No verbo *proverão*, não está implícita a cláusula *a expensas próprias*, na qual se encerra uma idéa essencial do sistema federativo.

Art. 18, § 3.º

Texto do projeto:

"§ 3.º. Mediante acôrdo com a União, os Estados poderão encarregar funcionários federais da execução de leis e serviços estaduais ou de atos e decisões das suas autoridades; e, reciprocamente, a União poderá, em matéria da sua competência, cometer a funcionários estaduais, encargos análogos, provendo às necessárias despesas."

Redação proposta:

"§ 3.º. Mediante acôrdo com a União, os Estados poderão encarregar funcionários federais da execução de leis e serviços estaduais ou de atos e decisões das suas autoridades; e, reciprocamente, mediante acôrdo com os Estados, a União poderá cometer a funcionários estaduais encargos da mesma natureza, em matéria da sua competência, provendo às necessárias despesas."

Art. 19, n.º IV

A expressão "inclusive industriais" é desnecessária. Não cabe no texto constitucional.

Art. 19, n.º VI

O emprêgo do artigo definitivo, neste inciso, diverge da orientação dada à redação do n.º VI do artigo 15.

Art. 19, § 1.º

Diz o projeto:

§ 1.º. O imposto territorial não incidirá sobre sítios que não excedam vinte hectares, quando neles trabalhe, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel".

Diga-se "sobre sítios cuja área não exceda vinte hectares...".

Art. 19, § 6.º

Falta uma vírgula, indispensável, antes do adjunto adverbial "por determinado tempo".

Art. 22

Reza o projeto:

"Art. 22. A administração financeira, especialmente a execução do orçamento será fiscalizada na União Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas, e nos Estados e municípios pela forma que for estabelecida nas suas Constituições".

Diga-se:

"Art. 22. A administração financeira, especialmente a execução do orçamento, será fiscalizada na União pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas, e nos Estados e Municípios pela forma que for estabelecida nas constituições estaduais".

Justificação

Como está redigido, a palavra *Constituições* se refere também aos *Municípios*, os quais não têm constituição.

Art. 23

Diz o texto:

"Art. 23. Os Estados não intervirão nos municípios, salvo para lhes regularizar as finanças, quando:

a) se verificar impontualidade no serviço de empréstimo garantido pelo Estado;

b) deixarem de pagar por dois anos consecutivos a sua dívida fundada".

Redija-se assim:

"Art. 23. O Estado não intervirá em negócios peculiares aos Municípios, salvo para lhes regularizar as finanças, quando:

a) se verificar impontualidade no serviço de empréstimo que tenha garantia estadual;

b) deixarem de pagar por dois anos consecutivos a sua dívida fundada".

Art. 25

Texto do projeto:

"Art. 25. A organização administrativa e a judiciária do Distrito Federal e dos Territórios regular-se-ão por lei federal, observado o disposto no art. 124".

Redação proposta:

"Art. 25. A organização administrativa e a judiciária do Distrito Federal e dos Territórios regular-se-ão por lei federal, observado, quanto à organização judiciária, o disposto no art. 124".

Art. 26, princípio

Diz o texto:

"Art. 26. O Distrito Federal será administrado por prefeito, de nomeação do Presidente da República, e Câmara eleita pelo povo, com funções legislativas".

Diga-se:

"Art. 26. O Distrito Federal será administrado por um Prefeito, de nomeação do Presidente da República, e por uma Câmara eleita pelo povo, com funções, legislativas".

Art. 27, início

Em vez de:

"E' vedado à União, aos Estados, aos municípios e ao Distrito Federal..."

dizer:

"E' vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios..."

Justificação: E' a sequência que o projeto adota nos arts. 30 e 32, e é a conveniente (Código Civil, art. 14).

Observação: Fazer igual alteração no art. 31.

Art. 27, *in fine*

Em vez de:

"taxas destinadas exclusivamente à indenização das despesas feitas com a construção e para conservação e melhoramento de estradas",

diga-se:

"taxas destinadas exclusivamente às despesas de construção, conservação e melhoramento de estradas".

Art. 28, § 1.º

Texto do projeto:

"§ 1.º. Poderão ser nomeados pelos Governadores dos Estados ou dos Territórios os prefeitos das capitais, bem como os dos municípios onde houver estâncias hidrominerais naturais, quando beneficiadas pelo Estado ou pela União".

Texto proposto:

“§ 1.º. Poderão ser nomeados pelos Governadores dos Estados ou dos Territórios os prefeitos das capitais bem como os dos Municípios onde houver estâncias de águas minerais naturais, quando beneficiadas pela iniciativa estadual ou federal”.

Art. 29

O advérbio *privativamente*, considerado desnecessário nos arts. 15 e 19, também o é no art. 29.

Art. 30, n.º III

Em vez de:

“dos seus bens e do seu serviço”, diga-se:

“dos seus bens e dos seus serviços”, ou “dos seus bens e serviços”.

Art. 31, n.º II

Diz o texto:

“II. estabelecer, subvencionar ou embarçar o exercício de cultos religiosos;”

Diga-se:

“II — Estabelecer ou subvencionar cultos religiosos, nem embarçar o seu exercício”.

Justificação

O objeto direto dos verbos *estabelecer* e *subvencionar* não é o *exercício de cultos religiosos*, mas *cultos religiosos*

Art. 31, n.º V, alínea c

Falta uma vírgula de pois da palavra *jornais*. Engano tipográfico.

Art. 31, parágrafo único:

Diz o texto:

“Parágrafo único. Os serviços públicos concedidos não gozam de isenção tributária, salvo quando o dispuser o poder competente ou quando, a União em relação aos próprios serviços, a conceder em lei especial, tendo em mira interesse comum”.

Diga-se:

“Parágrafo único. Os serviços públicos concedidos não gozam de isenção tributária, salvo quando o dispuser o poder competente. A União, em relação aos próprios serviços, se estes forem de interesse comum, poderá concedê-la mediante lei especial”.

Art. 38, parágrafo único.

Diz o projeto:

“Parágrafo único. São condições de elegibilidade:

I — para o Congresso Nacional, ser brasileiro (art. 129, ns. I e II) e estar no exercício dos direitos políticos;

II — para a Câmara dos Deputados, ser maior de vinte e um anos;

III — para o Senado Federal, ser maior de trinta e cinco anos”.

Proponho:

1. Que se faça deste parágrafo um artigo, segundo o critério adotado na redação do art. 80.

2. Que, em vez de *brasileiro*, se diga *brasileiro nato*. Só há duas espécies de brasileiros, quanto à nacionalidade, a saber: os brasileiros natos e os brasileiros naturalizados. São natos os de que trata os ns. I e II do art. 129; são naturalizados os a que se refere os ns. III e IV do mesmo artigo.

Proponho, em suma, a seguinte redação:

“Art. 39. São condições de elegibilidade para o Congresso Nacional:

I — Ser brasileiro nato (art. 129, ns. I e II).

II — Estar no exercício dos direitos políticos.

III — Ser maior de vinte e um anos, para a Câmara dos Deputados, e maior de trinta e cinco anos, para o Senado Federal”.

Art. 40

Deve ser eliminada do art. 40 a declaração de que a cada uma das câmaras compete a criação de cargos. Criar cargos é atribuição do Congresso Nacional (art. 65, n.º IV).

O texto poderia ser assim redigido:

“Art. 40. A cada uma das câmaras compete dispor em regimento interno, sobre a sua organização, inclusive provimento de cargos, e sobre a sua polícia”.

Art. 42

Diz o texto:

“Art. 42. Em cada uma das Câmaras, salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta dos seus membros”.

Diga-se: “presente a maioria dos seus membros”. A palavra *absoluta*,

neste passo, nada significa, e não tem razão de ser.

Observação: A supressão da mesma palavra deve ser feita nos arts. 45, 59, 72 e 88.

Art. 43

A enumeração dos artigos citados não tem a seqüência natural. Diga-se: "nos artigos 45, 66, n.º IX, 70, § 2.º, 211 e 214".

Artigo 45, princípio

Não deve ser usada, no princípio do artigo 45, a palavra legislatura, e o preceito é comum aos deputados e aos senadores. Em vez de "inauguração da legislatura seguinte" diga-se: "início do período seguinte".

Art. 45, § 2.º

Diz o texto:

"§ 2.º. A Câmara interessada deliberará sempre por maioria absoluta dos seus membros".

Este preceito pode tornar impossível a deliberação.

Parece que o pensamento do legislador é este:

"§ 2.º. A Câmara interessada só proferirá deliberação contrária ao deputado ou senador, pelo voto da maioria dos seus membros".

Art. 62, § 1.º

Diz o texto que, quando o Senado Federal funcionar como tribunal de justiça, será "dirigido" pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal.

O verbo próprio é "presidido". O Presidente do Supremo Tribunal Federal presidirá o Senado; não o dirigirá.

Art. 65, n.º VIII

Reza o texto:

"VIII — legislar, ressalvado o disposto no artigo seguinte, sobre bens do domínio federal e sobre todas as matérias da competência da União".

Este inciso deve ser desdobrado em dois, visto como a cláusula "ressalvado o disposto no artigo seguinte" não diz respeito à legislação sobre os bens do domínio federal, mas somente à legislação sobre as matérias da competência da União.

Art. 66, n.º X

Este dispositivo parece atribuir ao Presidente e ao Vice-Presidente da República direito a subsídio e a ajuda de custo; todavia, o artigo 86 só se refere a subsídios. Cumpre harmonizar os dois textos.

Art. 68

Diz o texto:

"Art. 68. O projeto de lei adotado numa das Câmaras será revisto pela outra, que, aprovando-o, o enviará à sanção".

Este artigo é de sentido geral, rege a elaboração da lei, tanto nos casos do artigo 65 como nos casos do artigo 66. Ora, só nos casos do artigo 65 é que o projeto vai à sanção do Presidente da República; nos casos do artigo 66, vai à promulgação do Presidente do Senado. Portanto, força é dizer:

"Artigo 68. O projeto de lei adotado numa das câmaras será revisto pela outra, que, aprovando-o, o enviará, à sanção ou à promulgação (arts. 70 e 71)".

Observação: A emenda diz respeito também ao parágrafo único do art. 69.

Art. 74

Diz o texto:

"Art. 74. Se o orçamento não tiver sido enviado à sanção até 30 de novembro, prorrogar-se-á para o exercício seguinte o que estava em vigor".
Proponho:

"Art. 74. Se o orçamento não for enviado à sanção até 30 de novembro, prorrogar-se-á para o exercício seguinte o que estiver em vigor".

Poder-se-ia ainda dizer: "prorrogar-se-á para o exercício seguinte o orçamento em vigor".

Art. 72, § 1.º

Em vez de *Tribunal*, dizer *Tribunal de Contas*.

Art. 79, § 2.º

Reza o projeto:

"§ 2.º Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição sessenta dias depois de aberta a última vaga. Se as vagas ocorrerem na segunda metade do período governamental a eleição para ambos os cargos será feita trinta dias depois da última vaga pelo Congresso Nacional na forma esta-

belecida em lei. Em qualquer dos casos os eleitos deverão completar o período dos seus antecessores”.

Proponho a seguinte redação:

“§ 2.º Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á nova eleição sessenta dias depois de aberta a última vaga. Se esta ocorrer na segunda metade do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita, ao cabo de trinta dias, pelo Congresso Nacional, na forma prescrita em lei. Os eleitos, num e noutro caso, completarão o período dos seus antecessores”.

Justificação

1. O legislador constituinte parece ter a intenção de que a eleição, para preenchimento das vagas de Presidente e Vice-Presidente da República mediante sufrágio direto, só se faça na primeira metade do período presidencial. Na segunda metade, a eleição deve ser indireta. A redação do projeto, entretanto, pode conduzir a outra solução. Segundo o texto, a eleição só será indireta, se as duas vagas ocorrerem na segunda metade do período presidencial. E assim se o cargo de Presidente vagar no primeiro ano desse período, e o de Vice-Presidente no último, a eleição há de ser direta, porquanto somente uma vaga, e não as duas, terá ocorrido na segunda metade do mesmo período. A redação que proponho, parece atender com mais fidelidade ao pensamento do legislador constituinte.

2. Parece preferível substituir a expressão *período governamental* por *período presidencial*. *Período presidencial* é a expressão consagrada pelo nosso direito constitucional, para designar o período de governo do Presidente da República. É a terminologia invariável das Constituições de 1891, de 1934 e de 1937. O adjetivo *governamental* é adequado para designar o período dos governadores. O projeto, no art. 139, n.º II, alínea a, emprega-o com este fim.

Art. 89, § 2.º

§ 2.º do art. 39 repete o que preceitua o § 3.º do art. 63. A única inovação está na cláusula “até cinco anos”. Os dois textos podem ser reduzidos a um só.

Art. 90 parágrafo único

O parágrafo único do art. 90 poderia ser transformado em artigo, à semelhança da redação dada ao art. 80.

Proponho para o primeiro inciso a seguinte redação:

“I. Ser brasileiro nato (art. 129, ns. I e II)”.

Art. 91

Se, no n.º I do art. 87, se diz “decretos e regulamentos”, também no n.º II do art. 91 deve caber referência a regulamentos.

No n.º III do art. 91, dever-se-á dizer “serviços de cada ano realizado no seu Ministério”.

Artigo 93, parágrafo único

Não há razão para o emprêgo da locução conjuntiva *ainda* que, porquanto a referenda do Ministro de Estado é sempre em ato assinado pelo Presidente da República. — *Gustavo Capanema*.

ARTIGOS DO PROF. HAROLDO VALADÃO REFERIDOS NO REQUERIMENTO DO SR. ADROALDO COSTA

O Professor Haroldo Valadão disse, inicialmente, que merecia louvores a Comissão da Constituição pela realização e pela conclusão do trabalho. Passando a examinar o Projeto pelo seu lado extrínseco mostrou a sua grande prolixidade, com 197 artigos e alguns, o 159 e o 164 com 45 e 49 incisivos, um deles subdividido em 14 itens maior do que as Constituições de 24, de 91, de 34 e o Projeto da Comissão do Instituto que só tem 158; com sete Títulos, 21 Capítulos e numerosas Secções. Tudo decorrente do desdobramento de textos tradicionalmente classificacionistas, ora por desnecessária repetição, quais os artigos 1 — e seu § 1.º; arts. 3 e 4, art. 4, ns. VI e VII; XVIII e art. 189: 74 e 75; art. 4, VII e 164, § 14; 159 § 31 e 164, § 2.º; 47, 48 e 49; 112 e 114, etc... Discordou do Plano de Divisão do Projeto por se afastar da forma tradicional e ser deficiente e confuso: o Tit. I deveria se referir ao Brasil, seu governo, território, símbolos, e não apenas à Federação e à República; os Tít. II e III, dividindo atribuições da União, de uma parte, e dos Estados, D. Federal, Municípios e

Territórios, de outra, com a supressão do Tit. clássico insubstituível da *Organização Federal* falharam completamente, pois, houve que espalhar atribuições da União do Tit. II por outros Tit. como auxílio e intervenção aos Estados, arts. 114 e 117 a 120 do Tit. III, foi mister crear um novo Tit. o IV, comum à União, Estados e Municípios em suas relações de caráter financeiro, e distribuir todas as relações entre a União e aos Estados em vários outros Títulos, inclusive no último, VI, Disposições Gerais, arts. 174, 187 e 188, 191, 193, 194, com dois Capítulos VII e VIII, este Disposições Diversas equivalendo ao despedaçamento da federação no Projeto.

Também o Tit. V, Dos Direitos Fundamentais, de enunciado amplíssimo, deixa direitos fundamentais que se acham noutros capítulos (militares, funcionários, etc.), abrange a Nacionalidade que estaria melhor em Tit. II, Dos Brasileiros (const. de 24 e Anteprojeto Com. Especial do Instituto), pois aos fins da sociedade política, Tit. I, seguem-se os sócios, Título II, e teve o gravíssimo defeito de tomar partido em questões altamente doutrinárias e profundamente controversas, da distinção entre Direitos Individuais e Direitos Sociais, classificando-os em dois Capítulos, II e III, afastando-se na classificação de orientação de especialistas como Gurvitch, partindo certos direitos para colocá-los num e noutro, como a propriedade, etc., sendo preferível a orientação do Anteprojeto da Comis. Esp. do Instituto que fez um Capítulo só, Dos Direitos Individuais e Sociais, onde englobou todos sem discriminação, que não tem interesse prático e deve caber aos juristas e não aos Constituintes. O Tit. VI, Disposições Gerais, é uma lei completa, com 33 artigos com 10 Capítulos, abrangendo assuntos ou que não são gerais ou que cabem na organização federal, como Forças Armadas, Funcionários Públicos, Bens da União e dos Estados, Pagamento em virtude de sentença ou que são absolutamente injustificáveis como Política Exterior. Apontou numerosos defeitos de redação, muitos dos quais vindos de 91; salientado pelos comentadores e por Aurelino Leal e ainda repetidos no Projeto, embora desaparecido no Anteprojeto da Comis. Esp. do Instituto, assim a palavra *ramos por câmaras*, art. 7.º e arts. 11, 13, 15 e 30; assim os arts. 13 § 2.º e 55 compara-

dos com os arts. 33 § 2.º e 69 do Anteprojeto, etc...

Louva a invocação no Preâmbulo do nome de Deus, preferindo a fórmula do Anteprojeto, "com a ajuda de Deus", que se vê na Constituição de Cuba de 1940. Discordo dos arts. 1 e 2, sobre a Federação e a República, achando que o 1.º deveria abranger na "união indissolúvel" também o Distrito Federal e os Territórios, e o segundo não devia se limitar a falar em república como fez a Carta de 1937 no artigo 1.º, mas aludir ao regime representativo qual sempre se fez em 24, 91 e 34, ou na forma do Anteprojeto, "república democrática e representativa".

Passou a seguir ao Capítulo do Poder Judiciário declarando ser o trabalho da Sub-Comissão preferível ao da Comissão e divergir desde logo da mudança de nomes de instituições tradicionais, quais Superior Tribunal Militar, e nos Estados e D. Federal, Tribunal de Justiça em lugar de Tribunal de Apelação, alterações acarretadoras de confusões e despesas e afinal infelizes pois o Supremo Tribunal Militar jamais se confundiu com Supremo Tribunal Federal, e Tribunal de Justiça para os Tribunais de 2.ª instância estaduais está errado, pois, há e já tivemos Tribunais de Justiça, também, de 1.ª instância.

Na divisão do Capítulo criou-se uma Seção, Disposições Finais, arts. 110 e 111, manifestamente inútil, com dois artigos que deviam estar nas Disposições Gerais, e se o estivessem seria evitada, por exemplo, a repetição do art. 111 no art. 116, XV pois estaria compreendido no art. 116 *caput*. Acha, também, defeituoso, transferir para o Tit. VI, Disposições Gerais, o art. 186, e em Capítulo autónomo, VI, referente aos pagamentos devidos pela Fazenda em virtude de sentença, e o art. 190, Capítulo, Disposições Diversas, VIII, referente ao *quorum* para a decretação da inconstitucionalidade das leis, e o art. 159, 4.º do Título V, Capítulo II, sobre a competência judicial em matéria de direito — tudo assunto privativo das Disposições Gerais do Capítulo do Poder Judiciário. Aliás tais textos deixam a desejar não dando solução quando o pedido de requisição de verba do Poder Judiciário não é atendido, não tratando da inconstitucionalidade do ato do Governo, usando a expressão "violação de direito" quando a melhor se-

ria "relação de direito" como se vê comparando com os correspondentes artigos 93, 92 e 89 do Anteprojeto da Com. do Instituto.

Ainda nas Disposições Gerais acha desnecessário estabelecer preceitos especiais sobre a contagem de tempo e os vencimentos dos magistrados aposentados, preferindo a fórmula genérica, para todos os funcionários do artigo 157 do Anteprojeto. A proibição de percentagem pelos juizes nos feitos submetidos ao seu *verdictum* deve ser ampla qual está no Anteprojeto, art. 9, e não restrita. Proj. artigo 70. A proibição absoluta do art. 71, confirmado nos arts. 75, 80, 86, IV, de ser nomeado juiz inclusive de todos os tribunais até o Supremo para quem tiver mais de sessenta anos, fecha a entrada, tão útil, nos últimos, aos advogados e membros do Ministério Público, de alto valor intelectual e moral, abandonando-se o ótimo sistema de lhes dar no fim da carreira aqueles postos, qual se faz na Inglaterra, e tão mais absurda quando o Projeto aumentou a compulsória para 72 anos.

Na Seção II, do Supremo Tribunal Federal, além de pequenas omissões do Supremo Tribunal e seu Presidente na letra e do art. 77 I, e defeitos de redação, *locais* por de um *Estado* na letra f, etc., e de fundo como julgar os Ministros nos crimes *comuns* também pelo Senado.

.....

Ao lado d'este aumento despropositado e inútil da competência ordinária do Supremo que passa a decidir recursos também de juizes locais, e, novamente, a ficar abarrotado de revisões criminais, *se diminue profundamente a sua única e fundamental competência, a de defesa da Constituição e das leis federais, a de decidir os recursos extraordinários*, reservando-se-lhe, artigo 77, III, apenas decidir questões fundadas na Constituição, e só conhecer da lei federal no caso de divergirem em sua interpretação os Tribunais Federais de Recurso. Não se descarregou o Supremo e se lhe amputou atribuição precípua. A solução é extirpar do Projeto toda essa competência nova dada ao Supremo e melhorar a redação dos casos de recurso extraordinário na forma constante do anteprojeto da Comissão do Instituto, art. 96, III. Quanto à Seção III, aos finalmente, que noutra oportunidade falaria sobre Declaração de Direitos.

Tribunais Federais de Recursos, a mudança do nome geralmente proposto, Trib. Federal de Apelação, talvez concorrido para desviá-lo da finalidade única com que sua criação foi aplaudida: um tribunal intermédio para julgar apelações e agravos em causas cíveis e criminais de interesse da União. Lendo-se o art. 81 vê-se como ele foi entumescendo na sua competência a ponto de se tornar um órgão descomunal e avassalador de competência, julgando: 1) em recurso ordinário causas cíveis e criminais e "habeas-corpus" decididos pelos juizes locais em que fôr interessada a União; 2) em revisão criminal todas as causas criminais decididas pelos tribunais de 2.^a instância do Distrito Federal e dos Estados e 3) em recursos extraordinários quaisquer decisões dos mesmos tribunais locais, para defesa da lei federal, violada na sua letra, interpretada diversamente entre eles ou um deles e o Tribunal Federal, ou derogada por uma lei local. Esse Tribunal em vez de ser um simples tribunal federal de apelações passa, além disto a revisor de todos os acórdãos estaduais e com atribuições próprias do Supremo Tribunal, desnaturando o recurso extraordinário, que é e sempre foi um recurso último, subordinando os mais altos tribunais dos Estados a um órgão federal intermédio. Doutra parte não é fácil separar numa decisão a Constituição e a lei federal de regra invocadas conjuntamente e, também, a invalidade de lei estadual face a lei federal, dada ao Tribunal Federal de Recurso, é sempre matéria constitucional, e pois, a ser dada ao Supremo Tribunal. Demais a lei federal só pode ser defendida pelo Supremo quando divergirem entre si os Tribunais Federais ou um com o Supremo, deixando insolúvel o problema da divergência do tribunal estadual com qual dos vários tribunais federais e com o próprio Supremo Tribunal; não haverá recurso para o Supremo das decisões dos Tribunais e dos outros Tribunais Superiores da União, Trabalho, Eleitoral, Militar, por decisão contrária à lei federal. Em compensação haverá uma 4.^a instância, um aumento de recursos para eternização proferidas pelos Tribunais Federais em matéria de recurso extraordinário quando envolverem matéria constitucional, ou divergirem entre si ou com o Supremo. Por tudo isto se criaram 3 Tribunais Federais de Re-

curso, quando o que se reclamava era apenas um. E' uma revolução inútil e perniciosa na hierarquia e na competência judiciária que virá causas conflitos, confusões e uma eternização completa das causas. Na Seção IV da Justiça Militar se exige para nomeação de juristas para o Superior Tribunal Militar aprovação de maioria do Senado no passo que para o Supremo Tribunal e o Tribunal Federal se exige maioria absoluta, sendo preferível o 1.º critério, pois o último equivale a exigir mais de 2/3 dos presentes; o parágrafo único do artigo 88 é a repetição inútil do que está no artigo 68, n.º III por ele referido. Na Seção V, Justiça Eleitoral, não se dá o critério para a escolha dos juizes, devendo ser ou o do sorteio, do Anteprojeto ou o da eleição, da Sub-Comissão; o artigo 99 está incompleto e o artigo 101 é inútil pois os casos de recurso ali estabelecidos valem para todos os Tribunais Superiores e já se acham no artigo 77. Na Seção VI, Justiça do Trabalho, é criticável a criação obrigatória na Constituição, dada a falta de movimento que o justifique, de um Tribunal Regional em cada Estado ou Território, devendo o assunto ficar para a lei ordinária. No Título III, capítulo II, Seção II, Justiça dos Estados, acha que os preceitos sobre a manutenção do juri e acesso do ministério público art. 116, XI e XIV, estariam melhor nas Disposições Gerais do Poder Judiciário, que as normas sobre aumento de desembargadores e organização da Justiça Militar Estadual, ns. VIII e XIII deviam ser suprimidas, sendo próprias das Constituições Estaduais; que a fixação dos vencimentos dos desembargadores em função dos percebidos pelos Ministros do Supremo é misturar cousas heterogêneas, sendo preferível a regra do Anteprojeto, artigo 106, "g" que fixa os de desembargadores os que percebem por qualquer título os Secretários de Estado; que o afastamento do acesso ao juiz mais antigo só deve ser decretado por dois terços e não por simples maioria de votos dos desembargadores. Declarou,

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIREITO INTERNACIONAL

O Direito Internacional e o Projeto da Constituição pelo Professor Haroldo Valadão

COMENTARIOS AO PROJETO DE CONSTITUIÇÃO — Teve em se-

guida a palavra o Vice-Presidente da Sociedade, Sr. Dr. Haroldo Valadão, para fazer algumas considerações e comentários sobre certos tópicos de Direito Internacional no projeto de Constituição, elaborado pela Assembléa Nacional Constituinte.

O Professor Haroldo Valadão discorreu sobre princípios de direito internacional público e privado, constantes ou ausentes, do Projeto da Comissão de Constituição, afirmando que ali deveriam estar só os fundamentais e tradicionais do Brasil e não quaisquer outros por mais teóricos de simples opiniões individuais, doutrinários, não compatíveis com o direito pátrio. Mostrou que o Capítulo I, da Política Exterior, do Título VI, D. Gerais, devia ser suprimido, salvo o § 3.º condenatório da guerra de conquista e defensor do arbitramento, que se manteria na melhor forma, do art. 5.º do Anteprojeto da Comissão do Instituto que não fale em União, mas em Brasil, nem "recorrerá" e "recurso", mas "declarará", etc., e sempre, no Título I. Os outros textos, arts. 165, I e II, e §§ 1.º e 2.º ou eram desnecessários, § 1.º pois a independência do Brasil (e não da nação) melhor ficará em artigo inicial, art. 1.º do Anteprojeto, e dizer que os tratados são leis internas, § 2.º e repetir o que já está nos artigos 35 e 40, ou absurdo se se refere aos tratados apenas celebrados e não aprovados. Também muito nocivos os princípios amarrando na vida internacional o desenvolvimento futuro do Brasil ou com regras, profundamente técnicas e controvertidas, qual a da *observância das normas universais* (quais são?) de direito internacional envolvendo a *exata questão* do primado do direito internacional ou do direito interno, ou com restrições sobre as organizações internacionais em que podemos entrar, apresentadas no *caput* do art. 165 e logo admitindo exceções no § 2.º para a União Pan-americana, no art. 166, para a valorização do Amazonas, o porque não, amanhã, para a do rio Paraguai ou para a do rio Paraná, etc.

Nas atribuições da União, art. 3.º, I, nas do Congresso Nacional artigo 35, I, do Presidente, do VI, do Supremo Tribunal, 77, e II, b, fala-se em nação estrangeira devendo-se preferir *Estado estrangeiro*; no artigo 3.º, III, em limites "do território nacional com outras nações" devendo-se suprimir estas três últimas

palavras; nos arts. 3.º, V, 35, III, 60, XI se usa "território do país" por "território nacional" nos arts. 32, I e 77, I, b, seria melhor chefes de missões diplomáticas. Acha muito louvável a adoção no art. 130, § 2.º dos princípios de direito fiscal interestadual e internacional, constantes do art. 8.º, § 1.º da Constituição de 1934 e deturpados no artigo correspondente da Carta de 1937.

Na parte referente à nacionalidade elogia substituir-se no art. 147, II, para a época da opção, prioridade II, para a época da opção, maioridade por maioridade política que ainda coincide com a ocasião do alistamento militar, mas julga necessário só permiti-la para o que se vier, antes, domiciliar no Brasil, unindo a vontade com a radicação efetiva no país, na forma do art. 6.º, b, do Anteprojeto. Na perda da nacionalidade, art. 148, II, retirou-se da palavra comissão o adjetivo remunerado aumentando sem razão os casos de perda por aceitação de pensão empregado ou comissão; a ordem desse texto não foi respeitada no art. 60, VIII, da competência do Presidente para autorizar a aceitação. Não se previu a *requisição da nacionalidade*, mas só a de direitos políticos, artigo 155, quando o Anteprojeto o fez e com razão, expressamente; art. 12, quando se facilita até a naturalização para o ascendente, o descendente, o cônjuge e até o viúvo ou viúva de brasileiro...

Na declaração de Direito abandonou-se a norma tradicional de equiparar brasileiros e estrangeiros residentes para permitir, no assunto, fora das restrições clássicas constitucionais, aos alienígenas, outras, gerais, a vir por lei ordinária, artigos 159, caput e 160, o que acha injustificável, pois tiram a força do preceito; havia necessidade, apenas, de restrições em matéria de atividade política, em manifestações, associações, desfiles, etc... que se fizeram no artigo 119 do Anteprojeto. O detestoso sistema de classificação do Projeto, entrando em preocupação teórica, sem nenhum alcance prático, de separar Direitos Individuais e Sociais, afastou a entrada no território nacional, da imigração, artigos 159, 13 e 164, 16 e suprimiu com sério prejuízo para os interesses nacionais, a quota imigratória, que nada tem a ver com a diminuição da imigração, decorrente esta de política dos

países de imigração e de criação em nossas leis de sub-quotas por profissão, de exigências burocráticas absurdas para o visto, até com distinções por motivo de raça, ou religião, etc. O erro da política imigracionista de 1933, para cá, além das sub-quotas e burocracia apontadas, foi restringir ao máximo os direitos dos imigrantes e tornar difficilissima a natureza, daí ocorrendo a continua volta de estrangeiros, em especial portugueses, para os seus países de origem. A quota imigratória constitucional permite a entrada no Brasil por ano do número, muito sufficiente de .. 80.000 imigrantes, dando altíssimas quotas, *há muitos e muitos unos não preenchidas*, aos melhores elementos, aos italianos e portugueses. Será, como quis Miguel Couto contra o Japão, o argumento básico, de sempre, contra qualquer nação imperialista que pretende hoje ou amanhã, descarregar em nosso território massas humanas perigosas ao nosso futuro do povo cristão e independente. Sobre a expulsão dos estrangeiros estabeleceu o Projeto, artigo 160, parágrafo único, uma exceção que sempre foi e, assim deve continuar sendo, de lei ordinária. Ainda na Declaração de Direitos Sociais, correspondente à antiga Organização Econômica e Social, ao lado de vários preceitos básicos de proteção aos brasileiros, foi omitido um, fundamental, cristalizado no direito internacional privado brasileiro, desde o império, de amparo do cônjuge e dos filhos brasileiros nas heranças de estrangeiros quanto aos bens sitos no Brasil, mandando-se, sempre, aplicar a lei mais favorável aos brasileiros. Vem das Convenções Consulares do Brasil, nos meados do século passado, da nossa jurisprudência através de pareceres de Nabuco, Teixeira de Freitas, Ribas e Saldanha Marinho, em causa célebre no Rio Grande do Sul, em Santa Vitória do Palmar, foi consolidada por Carlos de Carvalho, reproduzida em forma deficiente no artigo 14 da antiga Introdução do Código Civil, repetida ainda em forma deficiente, na nova Lei de Introdução de 1942, artigo 10, § 1.º e adotada em termos felizes na Constituição de 1934, repetidos em 1937, e agora, no Anteprojeto artigo 123, e no trabalho da Sub-Comissão. O Projeto suprimiu-o ligando a uma questão que nada tem a ver com o

assunto, à lei reguladora da sucessão. É uma norma que cada país adota para proteger os seus nacionais em matéria de sucessão, dando-lhes nos bens sítos no país, um tratamento compensador do que possam sofrer nos bens sítos no estrangeiro. Assim a *França, que rege a sucessão dos imóveis pela lei da situação e a dos móveis pela lei do domicílio, adota o princípio a favor dos herdeiros franceses; o Chile que rege a sucessão pela lei do domicílio, adota o preceito em benefício dos chilenos; a Argentina, o mesmo, e ampliativamente a favor de argentinos e domiciliados na Argentina; etc...* É uma norma básica de amparo do cônjuge e dos filhos brasileiros que não pode ser retirada da Constituição como o fez o Projeto.

O Presidente agradeceu o trabalho do professor Haroldo Valadão, felicitando-o pela importante contribuição trazida à elaboração constitucional e pediu que seu autor apresentasse as conclusões em forma de emendas a serem remetidas à Assembléa Constituinte, declarando desde logo que concordava plenamente, com a supressão do Capítulo, da Política Exterior, já tendo tido oportunidade em 1934, de propor, com sucesso, a retirada do Projeto da Constituição, do texto semelhante ao do atual artigo 165, § 2.º, princípio.

O SISTEMA DO PROJETO DA CONSTITUIÇÃO

A futura Constituição do Brasil não pode ser uma obra inteiramente nova, algo imaginado por teóricos para um Estado ideal num sistema e estilo de estréia, para uma nação que jamais teve organização política fundamental.

Temos uma tradição constitucional que remonta a 1823; tivemos a Constituição Imperial de 25 de março de 1824 e as Republicanas de 24 de fevereiro de 1891 e de 16 de julho de 1934, esta última desaparecida com o golpe e a carta totalitária de 10 de novembro de 1937. A de 1934, inspirou-se na de 1891, aperfeiçoando-a, qual o fizera, embora em dose menor, dada a mudança do regime, a de 1891 com a de 1824. A de 1946 deverá seguir a de 1934, melhorando esta no que a experiência e o progresso aconselharam.

Examinando o sistema de distribuição das matérias do Projeto da Ilustre Comissão Constitucional da Assembléa verifica-se, entretanto, que não seguiu qualquer dos modelos anterior-

res, tendo, ao contrário, tentado uma original, excessivamente particularizada, e, por infelicidade, de todo confusa, classificação de assuntos e textos.

Abre o Projeto com um Título novo, I, Da Federação e da República com dois artigos sobre essas duas formas, de Estado e de Governo, mas com omissão dos artigos sobre os poderes, os símbolos, etc. ... que colocou no Título II, Seção II, e no fim do Projeto, nas Disposições Gerais, Capítulos I e IX, arts. 6, 165, 189. e em divergência com 1891 e 1934 que tratam do assunto nos artigos iniciais do Título I, da Organização Federal. Há conveniência de dois Títulos iniciais, qual fez o Anteprojeto da Comissão do Instituto dos Advogados, e de n.º I do Brasil, seu governo, território, símbolos, e o de n.º II, dos Brasileiros e seus Direitos Políticos, inspirando-se na Constituição de 1824 que tinha esses dois Títulos e, mui logicamente, pois abria-se o Estatuto da Associação política como os fins e princípios básicos, seguindo-se os sócios, o elemento pessoal, ou seja tratando do Brasil e dos Brasileiros.

Substitui, a seguir, o Projeto, o Título fundamental clássico da Organização Federal, que trata da União, dos Estados, Municípios e Territórios e de suas relações, por dois Títulos, o II, da União e o III, dos Estados, do Direito Federal, dos Municípios.

A Organização Federal é um título insubstituível e a nossa orientação nunca foi suprimi-lo, porém, não incluir outros Títulos. Assim o fez e, bem, a Constituição de 1934, a ele incorporando os Títulos II e III, Dos Estados e Do Município, de 1891, aquele, abrangendo o Distrito Federal, com 5 artigos, e esse, apenas, com um texto. Suprimindo o Título, Da Organização Federal, despedaçou o Projeto toda a Federação, espalhando os seus princípios fundamentais sempre unidos naquele Título, por toda parte ... Foi mister, assim, criar um novo Título, Da Organização Financeira, Federal, Estadual e Municipal; incluir no Título dos Estados, atribuições tipicamente da União, quais, auxílio federal, art. 114, intervenção federal, artigos 117/120, Territórios e Distrito Federal, arts. 121/123: colocar as clássicas proibições feitas à União, Estados, Municípios e Distrito Federal, na Declaração de Direitos, art. 150, §§ 3º e 38 ou nas

Disposições Gerais, Capítulo IX, nos últimos artigos, 193/194; relegar também para o fim, os textos sobre Bens da União e dos Estados, Disposições Gerais, 187/188; etc. ...

Impõe-se, assim, a volta ao padrão clássico, de 1891 e de 1934, do Título, Da Organização Federal, onde se concentram atribuições, relações, e restrições da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

Substituiu, ainda, o Projeto, o Título, assente, Declaração de Direitos, de 1891 e de 1934, por um outro, de enunciado amplíssimo, V, Dos Direitos Fundamentais, subdividido em três Capítulos, Direitos Políticos, Individuais e Sociais, I, II e III, o primeiro abrangendo, desnecessariamente, quatro Seções, quando a matéria respectiva sempre foi una, em 1824, artigos 6 e 7, 1891, arts. 69/71, e 1934, arts. 106/112. A distinção entre Direitos Individuais e Sociais, em forma absoluta, arts. 159/162 e 164, dogmatizando em assunto altamente controvertido na doutrina, foi conseguida por um curioso processo de despedaçamentos de textos pacíficos de anteriores Constituições. Assim, por exemplo, o direito de propriedade foi partido, entrando nos Direitos Individuais quando é garantido salvo a desapropriação, e nos Direitos Sociais, quando deve ser condicionado ao bem-estar social, arts. 159, 21.º e 164, 3.º ... O Anteprojeto da Comissão do Instituto não entrou nessa distinção, de nenhum efeito prático inadmissível que é o art. 162, *preferindo incluir o trabalho e a subsistência na Declaração de Direitos* ao lado da liberdade, da segurança, e antes da propriedade, e intitulá-la *Declaração dos Direitos Individuais e Sociais*.

Definir e distinguir uns e outros não pode ser obra de legislador mas do jurista teórico. Finalmente, o Projeto, não querendo abrir outros Títulos qual o fizera, com justo critério de progresso, a Constituição de 1934, para a Família, Educação e Cultura teve que esparramar os textos a elas referentes pelos Direitos Individuais e pelos Direitos Sociais, e criar um Título colossal, Disposições Gerais antes sempre uno, que se viu forçado a dividir em *X Capítulos*, qual se fôra uma grande lei ou um Código, onde aparecem Forças Armadas, Funcionários Públicos, etc., inclusive toda a matéria restante da Organização

Federal, que ficara sem domicílio com a supressão desse Título...

Essas ligeiras considerações mostram que o Projeto deve ser alterado no seu sistema para seguir a forma tradicional, melhorada, que foi a de 1934, criando-se se se quiser mais perfeição técnica, os dois Títulos iniciais, I e II, Do Brasil e dos Brasileiros, substituindo-se Declaração de Direitos por Declaração dos Direitos Individuais e Sociais onde se incluía também, o trabalho com todas as garantias que atualmente se concede a esse direito de todos nós e suprimindo-se os Capítulos substituídos daquela Constituição.

A profunda modificação das matérias dos Títulos, o excessivo e condenável "*classificacionismo*", com abertura de muitos Capítulos, de numerosas Seções, e com o desdobramento de artigos tradicionalmente unos em vários textos colocados em lugares os mais diversos, quais art. 4.º, XVIII e 189; VI e 164, § 14; etc., cria uma impressionante atmosfera de novidade e confusão qual se estivessemos a ler a Constituição de um país desconhecido... — *Haroldo Valadão*.

O TÍTULO INICIAL DO PROJETO DA CONSTITUIÇÃO

Os artigos que devem ficar no Título I "*Do Brasil, seu governo, organização, símbolos*" não são apenas os que o Projeto ali colocou 1.º com dois parágrafos, sobre a Federação, Territórios e Capital Federal e 2.º, sobre manutenção da República e declarando que todo poder emana do povo. Ali encontram lugar preciso, também, os textos referentes à independência e unidade nacionais, de 1824, art. 1.º, e aos poderes e sua divisão, aos símbolos, aos princípios tradicionais de nossa política internacional, arts. 1 a 4, no entanto essa matéria foi relegada para outros Títulos, no da União, art. 6, inclusive para o último, Disposições Gerais, e até nos derradeiros artigos 165, § 1.º e 189...

Preferível para o artigo 1.º pois dá as bases fundamentais o seguinte texto, proposto no Anteprojeto: "O Brasil, independente e uno adota como forma de governo a República democrática e representativa".

Aí vemos inicialmente, o Brasil, *independente e uno*, princípios primeiros que não podem estar num § 2.º de um artigo remoto 165 *nem ser precedidos pela Federação*, artigo 1.º do Projeto. Encontramos a seguir, o Brasil *adota*

a República e não *mantém* como diz o Projeto, pois vimos de nove anos que só irrisoriamente se podem chamar de governo republicano... E, afinal, república *democrática e representativa* e não somente *república* qual diz o Projeto, inspirando-se diretamente na Carta de 1937, art. 1, eis que, há república oligárquica, aristocrática e *democrática*, que é a que a futura Constituição vai adotar e há governo direto ou *representativo* sendo esta última palavra que tanto horror causa aos totalitários, usada em todas as nossas Constituições de 1824, art. 3.º 1891, art. 1.º, 1934, art. 1.º, só desaparecendo em 1937... As expressões que todo poder emana do povo e que em seu nome é exercido são desnecessárias após *república democrática e representativa* e importam em equívoco quanto ao poder judiciário.

No art. 2.º virá a Federação, mas num só texto, na forma de 1891, melhorada em 1934, "constituída pela união perpétua e indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios", sem omitir o Distrito Federal, e os Territórios no corpo do artigo e depois incluídos em dois parágrafos.

Após a independência e unidade nacionais a república democrática e representativa, e a federação, entrará, muito logicamente, como princípio geral, em art. 3.º, a divisão, harmonia e independência dos poderes, prevista em 1824, art. 9.º, como "o princípio conservador dos direitos dos cidadãos, e o mais seguro meio de fazer efetivas as garantias, que a Constituição concede", adotada em fórmula feliz em 1891, art. 15, aperfeiçoada em 1934, art. 3.º e que deve ser mantida: "São órgãos da soberania nacional nos limites desta Constituição, o Poder Legislativo, o Executivo e o Judiciário, harmônicos e independentes entre si". O Projeto, no Título Da União, art. 6.º, referindo-se apenas aos *poderes da União* é restrito e inferior, pois, aqueles três poderes encarnam, realmente, *toda a nação* e desde 1891, na revisão de 1926, artigo 6.º, II d e ainda no Projeto artigo 117, I, c a independência e harmonia dos poderes legislativos, executivo e judiciário são princípios constitucionais a *ser expressamente observados pelo Estado*... A proibição absoluta de delegação de poderes, do § 2.º, do art. 6.º do Projeto, vindo do art. 3, § 1.º de 1934, não foi acolhida no Anteprojeto, art. 3.º, pois, deve ser admitida, em casos excepcionais.

como a função legislativa em tempo de guerra, e assim a previu o mesmo Anteprojeto no seu art. 60.

O artigo seguinte do Título I, Do Brasil, o 4.º foi consagrado no Anteprojeto aos símbolos nacionais. No Projeto, todavia, a matéria ficou num dos artigos finais, 189, quando é evidentemente primordial. A fórmula proposta em emenda enviada pela Presidência do Instituto dos Advogados (*Diário da Assembléia*, de 22-6-46, págs. 2.814), que melhora a redação do Anteprojeto e do Projeto, caracterizando os símbolos e o seu uso obrigatório, foi a seguinte: "A bandeira, o hino, o selo e as armas nacionais, são de uso obrigatório que a lei regulará".

O Título I termina no Anteprojeto com o art. 5, consagrado a dois princípios primeiros da política internacional do Brasil, o recurso ao arbitramento e à condenação da guerra de conquista, tão exaltados aquém e além fronteiras, e, ainda nos últimos anos perante a nação argentina, pelo saudoso professor Rodolfo Rivarola, e perante a opinião pública mundial, como exemplo, pelo insigne presidente Franklin Delano Roosevelt.

Apareceram gloriosamente na Constituição de 1891 arts. 34, n.º 11 e 88, provindos do art. 115 do Projeto Magalhães Castro, foram reunidos em forma lapidar no art. 4.º da Constituição de 1934. O Anteprojeto da Comissão do Instituto dos Advogados reproduziu-a e atendendo à evolução histórica, ao estágio atual do direito das gentes, acrescentou apenas as palavras que vão grifadas: "O Brasil só declarará guerra se não couber ou malograr-se o recurso ao arbitramento ou as *instituições internacionais criadas para preservar a paz*; e não se empenhará jamais em guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outra Nação".

O Projeto afastando-se profundamente, do sistema e redação perfeitos de 1934, retirou aqueles nossos gloriosos princípios do frontispício, jogou-os para o termo da Constituição, em lugar remoto e secundário, como o § 3.º de um art. 165, de novo e condenável Capítulo, Da Política Exterior, do Título final, Disposições Gerais, com esta, defetiva e restritiva redação: "A União só recorrerá à guerra, se não couber ou se malograr o recurso do arbitramento, ou se não tiverem lugar os meios pacíficos de solução de conflito, regulados por ór-

ção internacional de segurança, de que participe; e, em caso nenhum se empenhará em guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outra nação". Note-se que não é "A União" mas "O Brasil", qual vem de 1891, 1934, e do Anteprojeto, pois, na ordem internacional, quem aparece é o Brasil; observa-se que a redação clássica "declarará guerra" é muito preferível àquela "recorrerá à guerra se não couber ou se malograr o recurso"... O acréscimo ao texto de 1934 "ou se não tiverem lugar os meios pacíficos do conflito, regulados por órgão internacional de segurança de que participe" é, no final desnecessário e pode ser restritivo, pois, é implícito que o uso de tais meios supõe a nossa filiação ao órgão internacional que os estabeleceu e disciplina, e falar em "órgão de segurança" é excluir a Corte de Arbitramento, ou Corte de Justiça Internacional, etc... O simples aditamento do Anteprojeto "ou às instituições internacionais destinadas a preservar a paz" não tem a prolixidade e os defeitos acima sendo, destarte, manifestamente preferível.

Haroldo Valadão.

A NACIONALIDADE NO PROJETO DA CONSTITUIÇÃO

A aquisição da nacionalidade de origem, com o princípio básico e que não tolera quaisquer transigências, do nascimento no Brasil (*jus soli*), e a perda da nacionalidade matérias fundamentalmente constitucionais regem-se por preceitos seculares, vindos da Constituição Imperial de 1824, arts. 6.º e 7.º, mantidos na Constituição Republicana de 1891 arts. 69 e 71, e alterados ligeiramente em 1934, artigos 106 e 107.

A Subcomissão VI da Comissão de Constituição da Assembléa, atendendo ao relatório do ilustre constituinte, Dr. Ivo de Aquino, teve a mui louvável orientação de manter em assunto tão importante os princípios tradicionais de nosso direito, inspirando-se no modelo de 1934. Afinal o Projeto da Constituição seguiu-a, artigos 147 e 148, modificando contudo, para pior a redação.

A matéria estaria melhor no sistema de 1824 e do Anteprojeto, como Tit. II, Dos Brasileiros, pois nos fins primeiros da sociedade seguem-se os sócios, ao Título I sobre o Brasil segue-se o Título II sobre os Brasileiros. Foi a orientação da Constitui-

ção do Império; é a mais lógica e razoável. A nacionalidade não pode entrar na declaração dos direitos, segundo fez o Projeto. Diz respeito à formação do corpo social, do elemento pessoal do Brasil, a vir, pois, anteriormente.

Observe-se inicialmente, que a Seção, com dois artigos apenas sobre nacionalidade, se intitula, também, *Da Cidadania, assunto de que não trata*, e mui diverso do precedente, pois, cidadão é o eleitor, é o nacional no gozo dos direitos políticos. Em 1934 a técnica foi melhor, quando ao definir-se a nacionalidade brasileira se disse: "são brasileiros", artigo 106, apenas, e não: "são cidadãos brasileiros" qual em 1891, art. 69 e agora no Projeto art. 147. Por ter, erroneamente, se referido a cidadão em vez de o fazer a brasileiros quando tratou da simples aquisição da nacionalidade teve a Constituição de 1824, artigo 6.º, de, posteriormente, ao tratar dos eleitores, denominá-los cidadãos ativos, art. 90, e a de 1891, por tê-lo repetido no art. 69 chegou ao absurdo de prever no art. 71 1.º a suspensão (?) da nacionalidade por incapacidade física ou moral ou condenação criminal. Daí a crítica, condenando o emprêgo do palavra cidadãos quando se tratar de simples aquisição da nacionalidade; crítica atendida em 1934 e 1937, e agora desprezada sem razão.

No que se refere à substância dos textos, a primeira alteração do Projeto foi no terceiro caso de aquisição originária da nacionalidade, de *jus sanguinis* com opção, de filhos de brasileiro, nascidos em país estrangeiro, não estando os pais a serviço do Brasil, que ao atingir a maioridade política, optarem pela nacionalidade brasileira. A opção foi instituída em 1934, para substituir o critério de 1824 e de 1891, de *estabelecimento de domicílio vago*, pois não fixando prazo deixava brasileiros potenciais, condicionais, até à extrema velhice... e defeituoso, ao permitir com o puro critério do domicílio, que menores, mulheres casadas, interditos, adquirissem nossa nacionalidade sem jamais aqui virem, bastando o domicílio no Brasil dos pais, tutores maridos, curadores... A opção à nacionalidade, isto é, aos 21 anos de 1934, dava a precisão do tempo e assegurava o respeito à vontade individual, mas era de simplicidade perigosa, admitindo que por mera declaração perante os consules do Brasil ficassem brasileiros, pessoas que jamais aqui vieram e até

descendentes de quem nunca pôs os pés no Brasil. Doutra parte impedia se tornassem nacionais aqueles filhos de brasileiros, antes de vinte e um anos, quando na menoridade civil em especial de 18 a 21 ou seja na época de alistamento militar e eleitoral, da matrícula em estabelecimentos de ensino civis ou militares, tempo em que é interesse precípua do Brasil e dêles a sua incorporação à nossa Pátria. Tentando corrigir esses defeitos, o Decreto-lei n.º 389, de 1938, e o Decreto n.º 13.556, de 1943, vieram inconstitucionalmente, estabelecer proibições de prazo... O Projeto, art. 147, b, reproduzindo texto da Subcomissão VI, correspondeu e bem, embora em parte, à crítica acima, abaixando a data da opção para a da maioria política, isto é, para 18 anos. Falta, somente, tornar essa data inicial, autorizar a opção, por exemplo, até quatro anos após atingir a maioria política, ou seja até 22 anos... Acima desse limite não interessa mais ao Brasil, eis que a personalidade do interessado já está formada. Requeira, quando quiser, a naturalização.

Para corresponder à outra crítica justa no assunto, devia o Projeto ter combinado a opção com o estabelecimento de residência definitiva no Brasil qual o fixou, embora imperfeitamente, o Anteprojeto, art. 8, b, pois falava em domicílio. Ter-se-ia, assim, no final da letra b, "e, fora deste caso, se vierem estabelecer residência definitiva no Brasil e optarem pela nacionalidade brasileira até quatro anos após atingir a maioria política".

Quanto à perda da nacionalidade, o Projeto suprimiu, art. 148, b após a palavra "comissão", estoutro "remunerada" que vinha de 1934. A aceitação de simples comissão não remunerada, jamais se julgou pusesse em dúvida a lealdade do nacional a ponto de exigir autorização expressa do Presidente da República não estando, assim a pedir criação de um caso novo de perda da nacionalidade. A palavra "comissão" inexistia nos textos correspondentes de 1824, art. 7.º, e de 1891, art. 71, § 2.º. Foi inovação de 1934, art. 107, b, mantida em 1937, art. 116, b, com redação defeituosa, mas sempre restritivamente, "comissão remunerada". Não há porque ampliá-la.

Também quanto à perda "da naturalização por exercer atividade no-

civa ao interesse nacional" o Projeto, art. 148, c, exigiu a prova de tal atividade "mediante o processo que a lei estabelecer", quando o razoável e justo é outra fórmula proposta em emenda do ilustre Constituinte Doutor Adroaldo Mesquita da Costa, "*mediante processo judicial*". Esse caso extraordinário de perda da nacionalidade, criado pela Constituição de 1934, para o naturalizado que se tornar desleal ao Brasil, ali o foi com a garantia do processo judicial, artigo 116, c, suprimida, naturalmente, na Carta de 1937, art. 117, c, mas que no regime democrático e de direito a ser implantado deve ser restabelecida. O indivíduo que se naturaliza brasileiro passa pelas mais sérias dificuldades, renuncia a sua nacionalidade de origem... Não é justo que perca o que foi tão difícil não por um processo com garantias, que só pode ser o judicial.

Finalmente, a reaquisição facilitada da nacionalidade brasileira prevista desde 1891, art. 71, § 3.º foi omitida no Projeto que a restringe apenas aos direitos políticos art. 155 c, por certo decorreu de defeito de redação, pois é princípio brasileiro tradicional, e repudiá-lo seria desconhecer o critério humano do melhor tratamento de um compatriota, seria desprezar o apólogo que é de todos os tempos, do filho pródigo. — *Haroldo Valadão*.

O PODER JUDICIÁRIO NO PROJETO DA CONSTITUIÇÃO

A compreensão e distribuição de matéria no Capítulo do Poder Judiciário do Projeto da Constituição não merece louvores: criaram-se Seções desnecessárias. VII e VIII, dispersaram-se textos por outros Títulos e Capítulos Título V, Capítulo II, artigo 159, § 4.º, Título VI, Capítulos VI e VIII, arts. 15 e 190/192, com matérias todas da Seção I Disposições Gerais, deixando, ainda, toda daquele Capítulo A Justiça dos Estados, tudo, afinal, como consequência da absurda supressão do Título básico, da Organização Federal.

O preceito do citado art. 159 § 4.º "Nenhuma violação de direito poderá ser excluída da apreciação do Poder Judiciário" deve voltar às Disposições Gerais do Poder Judiciário com esta redação: "Nenhuma relação de direito poderá ser subtraída ao conhecimento do Poder Judiciário. A este é vedado conhecer de questões exclusiva-

mente políticas". A redação proposta, falando em "relação de direito" é mais ampla e justa, pois nenhuma *relação de direito*, e não apenas, nenhuma *violação de direito* poderá ser *subtraída* ao conhecimento do Poder Judiciário. A ressalva final das questões exclusivamente pontuais é tradicional artigo 68 de 1934 e útil.

Outro princípio básico também a regressar às Disposições Gerais, é o do *quorum* para a decretação da inconstitucionalidade e com esta forma: "Só *lidade* dos seus juizes, poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou de ato do poder público". A redação do art. 190 do Projeto omitiu a inconstitucionalidade, também, dos "atos do poder público" na forma que vem desde 1934, art. 179, que deve exigir o mesmo *quorum*. A comunicação ao Senado prevista no final do art. 190, para os fins do art. 33, para que o Senado suspenda a *lei, decreto ou ato*, declarado inconstitucional deve ser suprimida conjuntamente com o referido art. 33. Essa atribuição do Senado, criada na Constituição de 1934, onde ele aparecia como órgão coordenador, não deu qualquer resultado, antes provou muito mal, não tendo o Senado suspenso leis declaradas inconstitucionais pelo Supremo. Considere-se, ainda, que o próprio Supremo Tribunal, evolui, não raro, em sua jurisprudência, passando a julgar constitucionais leis que antes fulminara por serem contrárias à lei básica. Haja vista o caso do imposto de renda sobre juros de apólices da dívida pública. A atribuição do Senado no assunto coarctava o desenvolvimento do direito através a evolução da jurisprudência.

Ainda a retornar àquela Seção, a norma do artigo 186, modificada assim, em sua parte final: "Se isto não for feito no período orçamentário seguinte ao da requisição, poderá o credor penhorar rendas de bens patrimoniais da União, dos Estados e dos Municípios". Para o caso de *não ser atendida* a requisição do Poder Judiciário de consignação de verba no orçamento, estabelecia o Anteprojeto, art. 93, § 1.º *fine*, a faculdade de penhorar o credor rendas de bens públicos patrimoniais. O projeto manda "comunicar a omissão ao poder competente". Quem será esse poder? O povo que elegeu os parlamentares que não votaram a verba? Se se tratar de omissão em atender pedido da autoridade judiciária estadual ainda poder-se-ia indicar como solução comunica-

ção ao Supremo Tribunal Federal, para que este requistasse a intervenção federal no Estado, artigos 117, V, c, 119, II, do Projeto. Mas se se tratar da União? Se se tratar de entidade autárquica como previu, e bem, o § 3.º do citado art. 186? O único remédio é o que consta da emenda proposta (D. Assembléia, 22-6-946, pág. 2.820, n.º 41), que serve, também, para os Estados, para os Municípios, para as entidades autárquicas e cujo simples enunciado obstará a negação das verbas.

Também a ser princípio *genérico*, o referente ao estabelecimento do Juri, art. 118, n.º XI, que se acha apenas na Justiça dos Estados. O Juri tanto pode existir na Justiça dos Estados quanto na da União. O próprio Projeto, no art. 67, VI *permite à União criar outros juizes e Tribunais*, e restabelece competência de Tribunais da União, Federal de Recursos e Supremo Tribunal artigos 81, II, *a*, e 77, II, *e*, para crimes em prejuízo de bens serviços ou interesse da União e para *crimes políticos*. Por que motivo, pois, o Juri só será obrigatório para as justiças estaduais e não também *para a União, se esta quiser*, como lhe foi facultado criar juizes e tribunais *criminais*? Ficando nas Disposições Gerais, como estava em 1934 artigo 72, abrange a Justiça da União e a dos Estados.

Uma novidade infeliz e injusta é a que se encontra no art. 71 proibindo ser nomeado juiz quem tiver mais de sessenta anos de idade. Foi prescrição genérica, para todos juizes e tribunais, art. 166 pr. e reproduzida expressamente para o Supremo Tribunal Federal, art. 75, para o Tribunal de Recursos art. 80 para o Supremo Tribunal Militar artigo 86, IV. Proíbe a entrada dos advogados e dos membros do Ministério Público na magistratura, justamente no período mais propício no fim de uma longa experiência profissional, quando vem trazer aos tribunais os conhecimentos hauridos na defesa dos indivíduos e da sociedade. Na Inglaterra, terra afamada como a dos melhores juizes são eles nomeados dentre os advogados com cerca de trinta anos de prática; ali a magistratura é a *aposentadoria* do grande advogado, pela *competência* e pelo caráter. Agora que a Constituição, no art. 68, § 1.º, aumentou para 72 anos a compulsória para os magistrados, não se compreende que

limite a 60 a admissão. Doutra parte não havia necessidade de preceito tão amplo obrigatório, até nos Estados, art. 116 pr., eis que o assunto poderia, salvo quanto ao Supremo Tribunal Federal, ficar para a lei ordinária. Quanto ao Ministério Público, a fórmula do Anteprojeto, melhorada: "Os membros do Ministério Público Federal e Estadual que sirvam nos juízes comuns serão nomeados mediante concurso de provas e só perderão os cargos, nos termos da lei, por sentença judiciária ou processo administrativo, no qual lhes seja assegurada ampla defesa. Parágrafo único — O Procurador Geral da República, Chefe do Ministério Público da União, será nomeado pelo Presidente da República, dentre juristas com os requisitos do art. 111" nas Disposições Gerais, é mais asseguradora do que a Seção VII e seus três artigos, 107 a 109, com matéria de lei ordinária enumerativa, repetindo o art. 190, § 2.º, e tratando até de vencimentos, e do que o restrito n.º XIV do art. 116. O texto proposto atende ao bom recrutamento e concede reais garantias. — *Haroldo Valadão*.

P. S. — Quero agradecer ao illustre colega e distinto jurista, Dr. Nestor Massena, as delicadas referências a artigo anterior meu congratulando-me pela sua concordância em que a matéria de nacionalidade "deve pospor-se à declaração de direitos", e em que a "a palavra cidadãos não se deve empregar quando se trata de simples aquisição de nacionalidade". Lamentando, sinceramente, não o acompanhar na conceituação de seu importante trabalho Direito Político, de 1929 sobre a cidadania. Aos interessados no ponto de vista sobre a distinção entre naturalidade, lugar do nascimento, nacionalidade, vínculo jurídico e cidadania, vínculo político, p. ex., o filho, com 5 anos, nascido em Paris, de brasileiro a serviço de nosso governo, é natural de Paris, nacional de origem do Brasil ou seja brasileiro nato com toda a proteção de nossas leis, e ainda não é cidadão brasileiro (eleitor) — bem como sobre o defeito da Constituição de 1891, usando a palavra cidadãos para o simples nacional e para o nacional eleitor, artigos 69 e 71, para ler o Parecer que profere como Relator Geral da 15.ª Sub-Comissão Legislativa (Avulso, de 6-12-1932) acolhido nos Projetos de Leis de Entrada de

Estrangeiros e de Naturalização, adotado nas respectivas leis, nos passaportes, e carteiras de identidade de nacionais e estrangeiros. — *H. V.*

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO PROJETO DA CONSTITUIÇÃO

Os artigos sobre o Supremo Tribunal Federal e sua composição, artigos 74 e 75 do Projeto, pedem alteração, quer para reuni-los num só texto, qual no Anteprojeto da Comissão Especial do Instituto dos Advogados, art. 94, quer para aumentar de 60 para 65 anos o limite máximo de entrada para estranhos à magistratura, tanto mais justificável quanto foi elevada a aposentadoria compulsória de 68 para 72 anos, quer a suprimir a novidade da exigência para aprovação da nomeação dos ministros, da *maioria absoluta* do Senado, *quorum* altíssimo, superior de regra, a 2/3 dos presentes que coarta em excesso a escolha do presidente da República e pode facilitar a politicagem no caso... Desaconselhável ainda, a inovação do art. 76 e 77, I, a de retirar do Supremo Tribunal e passar ao Senado o julgamento daqueles juízes nos crimes comuns, não havendo porque desconfiar da imparcialidade da alta Corte quando o próprio Projeto determina que o Senado, na hipótese, será presidido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, art. 31...

Quanto à competência ordinária do Supremo Tribunal, art. 77, I, há apenas ligeiros senões: na letra a, o já apontado; na letra b, preferindo-se a chefes de missão diplomática, chefes de missões diplomáticas, na letra c, acrescentando-se o final do n.º II, b, que prevê também, um caso de competência originária, "nação estrangeira e pessoa domiciliada no país", ficando, assim, o texto: "Os litígios entre Estados estrangeiros e a União, os Estados, os Municípios ou pessoa domiciliada ou residente no Brasil"; na letra e, adotando-se a fórmula: "os conflitos de atribuição e de autoridades judiciárias e administrativas da União ou entre as judiciárias de um Estado e as administrativas de outro, do Distrito Federal ou dos Territórios; ou entre estas e as da União" que foi a redigida pelo Tribunal no seu Regimento Interno, tendo o Projeto para melhorá-lo caído na confusão de ver conflito entre "autoridades judiciárias locais" e "de outro (?) Estado" quando o texto oferecido diz, precisamente "autoridades judiciárias

de um Estado" e "de outro"; na letra *n* admitindo-se, "do Supremo Tribunal ou do seu presidente", corrigindo-se omissão injustificável eis que o mandado de segurança contra ato do Supremo ou de seu presidente, admitido na lei e no Regimento Interno, é de processo e julgamento *do próprio Tribunal*; e, finalmente, transferindo-se a letra *k*, para o n.º II como a letra *a*, a fim de retirar do Supremo, qual se vem fazendo com vantagem desde 1934, o processo das ações rescisórias de seus acórdãos, cabendo-lhe, na hipótese, apenas o respectivo julgamento.

A competência ordinária, em grau de recurso do Supremo Tribunal, artigo 77 II, *a*, *b* e *c*, foi aumentada desnecessariamente, devendo tais letras substituírem-se pelas seguintes, que serão *b* e *c*, dado que a letra *k* do n.º 1 passaria a ser letra *a* desse n.º II: "*b*) as decisões de única ou última instância dos tribunais da União sobre mandado de segurança". *c*) "as decisões de única ou última instância das justiças locais e dos tribunais da União em matéria de *habea-corpus* quando denegatória, e, quando concessitando-se com pequena alteração ao regime vigente. Inadmissível dar, ainda, ao Supremo Tribunal Federal, em recurso ordinário o julgamento de mandados de segurança decididos pelos tribunais dos Estados. Nesses casos o assunto virá ao Supremo Tribunal, qual atualmente se faz, sem nenhum inconveniente, em recurso extraordinário se for o caso. Nas causas fundadas em contrato ou tratado da União com Estado estrangeiro e nos crimes políticos como em muitas outras questões de direito internacional privado, de direito marítimo, etc... que eram julgadas pela antiga Justiça Federal havia recurso ordinário para o Supremo, que no sistema do Projeto não se justifica pois serão julgadas em 1.ª instância pela Justiça Estadual e em 2.ª instância pelos Tribunais Federais de Recursos, reservado ao Supremo o seu conhecimento só por via de recurso extraordinário."

Pede, outrossim, supressão, o número IV do art. 17 dando ao Supremo Tribunal competência ampla para rever os processos findos em matéria criminal, julgados pelos Tribunais Federais de Recursos pelo Tribunal Su-

perior Eleitoral ou pelo Supremo Tribunal Militar. É absurdo que no momento de se descongestionar o Supremo Tribunal Federal deixando-o apenas na sua função máxima de supremo intérprete e defensor da Constituição e das Leis Forenses, se venha, novamente atarrotá-lo até de questões de prova, dando-lhe competência para o processo e julgamento de revisões criminais...

Finalmente, quanto à função precípua do Supremo nos recursos extraordinários impõe-se a substituição do n.º III e do parágrafo único do art. 77 pelo seguinte: "em recurso extraordinário, as causas decididas em única ou última instância: *a*) quando se questiona sobre aplicabilidade ou aplicar de qualquer preceito da Constituição Federal; *b*) quando se questionar sobre a aplicação de lei federal e a decisão for contra ela; *c*) quando se contestar a validade de lei ou atos dos governos locais em face da Constituição, ou de lei federal, e a decisão do tribunal local julgar válido o ato ou a lei impugnados; *d*) quando ocorrer diversidade de interpretação definitiva da lei federal entre dois tribunais ou entre um deles é o Supremo Tribunal Federal. Neste caso o recurso poderá também ser interposto pelo Ministério Público e, uma vez fixada pelo Supremo Tribunal Federal a interpretação da lei, pela forma e nos termos determinados no Regimento, dela será tomado assento que os tribunais e juizes deverão observar" do Anteprojeto.

A letra *a* "quando se questionar sobre aplicabilidade ou aplicação de qualquer preceito da Constituição Federal" é preferível, por mais precisa e técnica, à correspondente do Projeto, "quando a decisão for contrária a qualquer dispositivo da Constituição". A letra *b* mantém a forma de 1891, a melhor que a atual, *a*. A letra *c* é clássica, achando-se em todos os textos e no Projeto apenas neste suprimida ineficazmente, qual se verá em artigo sobre o Tribunal Federal de Recursos a expressão "ou de lei federal". Finalmente, a forma da letra *a*, proposta, é inequalitavelmente superior à letra *d* de texto do Projeto bastando o simples confronto, como síntese, compreensão e ponderação. — Haroldo Valadão.

177.^a Sessão, em 16 de Setembro de 1946

Presidência do Senhor Melo Viana, Presidente

As 14 horas comparecem os Senhores:

Partido Social Democrático

Acre:

Castelo Branco.
Hugo Carneiro.

Amazonas:

Valdemar Pedrosa.
Pereira da Silva.

Pará:

Nelson Parijós.
João Botelho.

Maranhão:
Clodomir Cardoso.

Piauí:

Areia Leão.

Ceará:

Moreira da Rocha.
Almeida Monte.
Oswaldo Studart.

Rio G. do Norte:

Dioclécio Duarte.
José Varela.
Valfredo Gurgel.
Mota Neto.

Paraíba:

Janduí Carneiro.
Samuel Duarte.

Pernambuco:

Agamemnon Magalhães.
Gercino Pontes.
Costa Porto.
Ferreira Lima.

Alagoas:

Teixeira de Vasconcelos.
Silvestre Péricles.
Medeiros Neto.
Lauro Montenegro.
Afonso de Carvalho.

Sergipe:

Leite Neto.
Graco Cardoso.

Bahia:

Aloísio de Castro.
Fróis da Mota.

Espírito Santo:

Atílio Vivaqua.
Henrique de Novais.
Asdrubal Soares.

Rio de Janeiro:

Carlos Pinto.
Heitor Collet.
Acúrcio Tôrres.

Minas Gerais:

Levindo Coelho.
Melo Viana.
Benedito Valadares.
Bias Fortes.
Duque de Mesquita.
Israel Pinheiro.
José Alkmim.
Olinto Fonseca.

São Paulo:

Antônio Feliciano.
Cesar Costa.
Sampaio Vidal.

Goiás:

Dario Cardoso.
João d'Abreu.
Caiado Godói.
Galeno Paranhos.
Guilherme Xavier.

Paraná:

Lauro Lopes.
Aramis Ataíde.

Santa Catarina:

Ivo d'Aquino.
Otacílio Costa.
Orlando Brasil.

Roberto Grossembacher.
Hans Jordan.

Rio G. do Sul:

Teodomiro Fonseca.
Damaso Rocha.
Sousa Costa.
Bitencourt Azambuja.
Nicolau Vergueiro.

União Democrática Nacional

Pará:

Epilogo Campos.

Piauí:

Adelmar Rocha.

Ceará:

Plínio Pompeu.
Edgard de Arruda.

Rio G. do Norte:

Aluísio Alves.

Paraíba:

Argemiro Figueiredo.
João Agripino.
Plínio Lemos.
Ernani Sátiro.

Pernambuco:

Gilberto Freire.

Bahia:

Aloísio de Carvalho.
Nestor Duarte.

Rio de Janeiro:

Soares Filho.

Minas Gerais:

José Bonifácio.
Lopes Cançado.
Licurgo Leite.

São Paulo:

Mário Masagão.
Plínio Barreto.
Toledo Piza.
Aureliano Leite.

Mato Grosso:

Dolor de Andrade.

Rio G. do Sul:

Flores da Cunha.

Partido Trabalhista Brasileiro

Amazonas:

Leopoldo Neves.

Distrito Federal:

Gurgel do Amaral.
Baeta Neves.

São Paulo:

Pedroso Júnior.
Berto Condé.

Partido Comunista do Brasil

Pernambuco:

Gregório Bezerra.

Bahia:

Carlos Marighela.

Distrito Federal:

Carlos Prestes.

Rio de Janeiro:

Alcides Sabença.

São Paulo:

Osvaldo Pacheco.

Rio G. do Sul:

Abílio Fernandes.

Partido Republicano

Maranhão:

Lino Machado.

Minas Gerais:

Felipe Balbi.

São Paulo:

Altino Arantes.

Paraná:

Munhoz da Rocha.

Partido Social Progressista

Ceará:

Stênio Gomes.

Rio G. do Norte:

Café Filho.

Partido Democrata Cristão

Pernambuco:

Arruda Câmara.

O SR. PRESIDENTE — Achando-se presentes 104 Senhores Representantes, declaro aberta a sessão.

Passa-se à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. LAURO MONTENEGRO (3.º Secretário, servindo como 2.º) procede à leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão a ata.

O SR. PRESIDENTE — Não havendo quem peça a palavra sobre a ata, encerro a sua discussão e vou submetê-la a votos.

(Pausa.)

Está aprovada.

Passa-se à leitura do expediente.

O SR. LAURO MONTENEGRO (3.º Secretário, servindo como 1.º) procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Telegramas:

Do Sr. Borges de Medeiros, ex-Constituinte de 1891, nos seguintes termos:

Não podendo por motivos insuperáveis assistir promulgação nossa Constituição valho-me deste meio para manifestar meu profundo reconhecimento pela honrosíssima homenagem que tributou-me essa Augusta Digníssima Assembléia a cujas luzes patriotismo vamos dever restabelecimento do genuíno regime republicano democrático federativo. — Congratulações pelo magno evento. — *Borges de Medeiros.*

— Da Associação dos Funcionários Públicos Civis, apresentando seu profundo reconhecimento pelos dispositivos constitucionais constantes do Título dos funcionários públicos — *Inteirada.*

— Da Comissão Organizadora, convidando esta Assembléia para a Missa Campal, que será celebrada no dia 22 do corrente, às 7 horas e 30 minutos no morro do Coruja, em São Cristóvão. — *Inteirada.*

INDICAÇÃO N.º 275, DE 1945

Sugere seja sustada a liquidação da fábrica de máquinas Helo Sociedade Anônima, com sede em São Paulo.

Considerando:

1) que conforme consta de publicações feitas nos grandes diários paulistas nos dias 18 e 25 do mês próximo passado, foi deferida uma petição de protesto da fábrica de máquinas Helo Sociedade Anônima, pelo Dr. Juiz de Direito dos Feitos da Fazenda Na-

cional, em São Paulo, contra atos do Governo Federal e de seus mandatários, praticados em prejuízo de interesses dessa firma industrial;

2) (pelo que se depreende daquele protesto) que se trata de sociedade anônima, constituída regularmente em 24 de fevereiro de 1942, por brasileiros natos, em virtude da transformação, permitida em lei, que se operou noutra por cotas de responsabilidade limitada, com existência anterior, em São Paulo, sob a firma Helinserling & Loch Ltda.;

3) que o Decreto-lei n.º 4.166, de 1942, que regula as indenizações por atos de guerra não invalida a constituição daquela sociedade anônima, por isso que o referido Decreto-lei é de 11 de março, enquanto a escritura pública de transformação da referida firma é de 24 de fevereiro, não se lhe aplicando, portanto, a disposição de nulidade, pelo fato da transformação ter-se operado numa firma de alemães;

4) que, pela Portaria n.º 5.408, de 28 de abril de 1942, do Ministério da Justiça, contendo instruções para execução do referido Decreto número 4.166, ficou reforçado o preceito de que eram nulas as transações operadas com alemães, italianos e japoneses, somente quando realizadas a partir de 11 de março de 1942;

5) que, pela portaria retro citada, são excluídas das disposições e efeitos do Decreto n.º 4.166 as pessoas jurídicas, organizadas na conformidade das leis brasileiras e que tem, no Brasil, a sede e sua administração, para incluir, tão somente, os lucros que, nessas pessoas jurídicas tiverem alemães, italianos e japoneses;

6) que, outra fôsse a atitude do poder público, a Fábrica de Máquinas Helo S. A. deveria estar hoje em plena função e em próspera situação econômica, de vez que a máquina de costura é indispensável em todos os lares;

7) que se trata de indústria nacional, ligada diretamente aos interesses da nação, embora tendo sido aparelhada pelos seus proprietários brasileiros, para fabricar máquinas de costura, 100% nacional, teve seu desenvolvimento impedido por atos de Governo Federal, resultando daí grandes prejuízos para a economia pública e privada;

8) que não parece ser de prosperidade a situação daquela firma, porquanto está para ser vendido o seu

acervo em leilão público, quando, em virtude de má administração, contrasta com quase todas as indústrias que prosperaram notavelmente em São Paulo;

9) que maiores serão as possíveis indenizações e prejuízos à Fazenda Nacional, se a referida Fábrica fôr levada à hasta pública, ao correr do martelo:

Requeiro a V. Ex.^a, consultada a colenda Assembléia, solicitar à digna Comissão de Reparações de Guerra seja sustada, até ulterior deliberação, a liquidação da Fábrica de Máquinas Helo S. A., com sede em São Paulo, encaminhando seu processo à Comissão de Inquérito de Casos de Interesse Nacional, desta augusta Assembléia, a fim de que se apurem as responsabilidades.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 1946. — *Campos Vergal*.

— *A imprimir*.

REQUERIMENTO N.º 405, DE 1946

Solicita informações ao Poder Executivo sobre o ativo e passivo da balança geral de pagamentos.

Considerando que nem o Ministério da Fazenda nem o Banco do Brasil publicam nossa balança geral de pagamentos;

Considerando que o único elemento regularmente publicado no Brasil em matéria de movimento cambial é a balança comercial, com o valor das exportações e importações;

Considerando que o desconhecimento da balança geral dificulta seriamente a compreensão de vários problemas fundamentais da Nação e impede o estudo de vários desses problemas do interesse dos banqueiros, industriais, comerciantes e agricultores;

Considerando que o Congresso Nacional a que estão afetos todos os interesses da Nação não pode prescindir, para defender esses interesses, do conhecimento dos vários itens da balança geral;

Considerando a necessidade específica de se ter presentes os vários elementos da balança geral para aquilatar da atual situação do câmbio, dos saldos no exterior e das possibilidades de aplicação desses saldos;

Considerando que a balança geral de pagamentos na maioria dos países é conhecida e publicada e que não se admite que no Brasil se faça segredo sobre seus elementos.

Requeremos, por intermédio da Mesa, seja solicitado ao Ministério da Fazenda informar sobre os seguintes dados totais, relativos aos anos de 1943 a 1945 e 1.º semestre de 1946, em cruzeiros e o equivalente em dólares, segundo o câmbio das operações:

I — Ativo da balança geral de pagamentos

- 1 — exportação de mercadorias;
- 2 — entrada de capitais estrangeiros para negócios, exploração ou empresa de qualquer natureza;
- 3 — despesas de comissões e representações estrangeiras, turismo, trânsito, etc.;
- 4 — outros itens do ativo.

II — Passivo da Balança Geral de Pagamentos

- 5 — importação de mercadorias;
- 6 — transferência de juros, dividendos, lucros e outras rendas do capital estrangeiro colocado no Brasil em negócios, exploração ou empresas de qualquer natureza;
- 7 — saída, em retorno, de capitais estrangeiros colocados no Brasil;
- 8 — serviço da Dívida Externa da União, Estados e Municípios;
- 9 — pagamento de fretes, seguros e transferências semelhantes;
- 10 — despesas das missões e representações brasileiras permanentes ou especiais;
- 11 — outros itens do passivo.

III — Saldo da Balança

- 12 — total dos saldos;
- 13 — parte em ouro;
- 14 — parte em depósitos bancários;
- 15 — outros tipos de disponibilidades.

IV — Movimento de Câmbio

- 16 — total do câmbio comprado e vendido pelo Banco do Brasil.
- 17 — total do câmbio comprado e vendido pelos demais bancos;
- 18 — total do câmbio comprado pelos governos federal, estaduais, municipais e autarquias para as suas necessidades.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1946. — *Carlos Prestes*. — *Maurício Grabois*. — *Abílio Fernandes*. — *Gregório Bezerra*. — *Batista Neto*. — *Oswaldo Pacheco*. — *José Crispim*. — *Carlos Marighella*. — *João Amazonas*. — *Jorge Amado*. — *Claudino Silva*. — *Alcides Sabença*. — *Agostinho*

Um voto de louvor, na ata dos nossos trabalhos, para a autora de "*José Marcelino de Sousa e sua obra administrativa no São Francisco*" e da biografia "*Um estadista quase desconhecido*", premiada em concurso pelo Governo do Estado da Bahia em 1945;

e, por se tratar de funcionária do Congresso Nacional, onde ingressou por concurso de provas, realizado em 1926, seja esse voto de louvor inserto nos assentamentos de D. Maria Mercedes Lopes de Sousa, Oficial Legislativo L, da Secretaria da Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Vieira de Mello*. — *Manoel Novaes*. — *Altamirando Requião*. — *Negreiros Falcão*. — *Eunápio de Queiroz*. — *Fróes da Matta*. — *Regis Pacheco*. — *Aristides Milton*. — *Rogério Vieira*. — *Hans Jordan*. — *Melo Braga*. — *Nestor Duarte*. — *Dario Cardoso*. — *Leite Neto*. — *Rui Santos*. — *Lauro Freitas*. — *Domingos Velasco*. — *Alberico Fraga*. — *Alfredo Sá*. — *Pinto Aleixo*. — *José Augusto*. — *Graccho Cardoso*. — *Duarte d'Oliveira*. — *Soares Filho*.

O SR. PRESIDENTE — É enviada à Mesa a seguinte

DECLARAÇÃO DE VOTO

Ao assinar a Carta Constitucional de Quarenta e Seis, que o Regimento Interno impede assinar com restrições, cumpre-me fazer constar dos Anais até onde vai a minha responsabilidade individual, a respeito de dispositivos que, a meu ver, longe de tornar estável a base de nossa estruturação jurídico-social, contribuem para a permanência dos fatores de angústia e insatisfação de alguns milhões de brasileiros que ainda não lograram adquirir um estado de alma impregnado de confiança absoluta na honestidade e patriotismo dos que manipulam, nos pontos políticos de responsabilidade, os interesses nacionais, quase sempre sacrificados pelos mesquinhos reclamos das hostes beneficiadas pelos cargos públicos.

Felizmente, não tenho restrições quanto às chamadas emendas religiosas. Apenas me importa, nesta justificação de voto, esclarecer ao eleitorado, tanto evangélico como trabalhista, as imperiosas razões que influíram para que adotasse uma posição diferente daquela que assumi quando Constituinte em Trinta e Quatro.

Durante os trabalhos constitucionais da Segunda República as imposições católicas me pareciam mais de origem político-clerical do que necessidades de ordem espiritual. Era impossível que os líderes religiosos do catolicismo ignorassem que o prestígio de uma Igreja cresce, quando se-

para o Estado, diminuindo, sensivelmente, na potência moral, bafejada pelos governos temporais, ou a eles unidas. Nossa pátria era frisan-te exemplo dessa realidade. Tudo nos levava a crer que a Igreja pretendia apoiar-se no governo para realizar um programa destinado a asfixiar as liberdades religiosas, apanágio dos povos cultos e às quais se devia o violento progresso de nações protestantes onde os católicos gozavam de todas as regalias, respeito e garantias, como bem o fizeram os bispos brasileiros na Pastoral Coletiva de 1910.

Esse receio estava firmado na atitude de bispos e jornais católicos que acusavam os evangélicos de agentes internacionais, pontas de lança, inimigos do Brasil, responsáveis pelo comunismo, ao mesmo tempo que, em muitos lugares, indivíduos fanáticos, acorçoados por frades estrangeiros, como no caso da Aparecida do Norte, queimavam nossos templos, móveis, livros, expulsavam nossos pastores, sem que as autoridades, na maior parte das vezes, tomassem qualquer providência para punir os culpados. Por tudo isso, as Emendas Religiosas me pareciam de procedência suspeita, maiormente quando ouvia os apertes de alguns colegas, afirmando que pretendiam, futuramente, muito mais do que estavam pedindo em Trinta e Quatro.

Minha eleição à Constituinte da Segunda República, como também à Constituinte de Quarenta e Seis, fora procedida de índices de que algo transcendental a havia determinado. (Vide "Carta aos Evangélicos" documento anexo a esta justificação.) Lutei pelos princípios republicanos de absoluta separação entre a Igreja e o Estado, em Trinta e Quatro. Ao meio da jornada constitucional, entretanto, chegaremos a um acôrdo, graças ao espírito dos sacerdotes católicos que integravam a Assembléia e aos genuínos expoentes do pensamento religioso da maioria dos brasileiros que, ao lado do respeito que a Igreja Católica lhes merecia, defendiam os princípios de liberdade de consciência e de culto, concedendo iguais direitos a todas as comunidades religiosas cujos preceitos não entravam em conflito com a ordem pública e os bons costumes. Para esses entendimentos muito contribuíram o elevado senso cívico e religioso de homens da tempera de Carlos Maximiliano, Alcântara Machado, Raul Fernandes, Augusto de Lima, Levi Carneiro, Ferreira de Souza, Medeiros Neto, Seabra, Odilon

Braga, Aloísio de Carvalho, Adroaldo Mesquita, Agamemnon Magalhães, Miguel Couto e muitos outros que, a despeito de profundas convicções religiosas, não desejavam para o Brasil uma situação inferior à dos povos cultos que fazem das liberdades religiosas uma questão pacífica, já resolvida em definitivo, para pacificação e felicidade de todas as nações.

Foi, destarte, cerceada a pretensão daqueles que em Trinta e Quatro, como em Vinte e Seis, desejavam uma declaração de que a Igreja Católica, constituía a quase totalidade do povo brasileiro, para que dessa declaração, redundassem favores específicos e unilaterais. Restava-me, entretanto, o receio de que, no exercício dos privilégios concedidos pelas emendas, a luta religiosa se alastrasse por toda a parte e as minorias religiosas sofressem constrangimentos por parte de autoridades que não estivessem na altura de compreender os seus deveres para com o povo, no respeito aos preceitos constitucionais.

Devo confessar, entretanto, que nestes doze anos foram em menor número do que era lícito esperar, as perseguições religiosas, quasi sempre movidas por frades estrangeiros para os quais nossa Constituição não passa de farrapos de papel. As autoridades nacionais, para honra de nossas tradições de liberdade, usaram de grande energia, e o Tribunal de Segurança Nacional, tão diminuído aos olhos dos políticos da oposição, usou de tanta severidade nesses casos que de certa maneira, tendia a extinguir esses abusos inqualificáveis.

E' verdade que, prestigiadas pelos poderes públicos em contradição com os preceitos constitucionais que proíbe a aliança do estado com a igreja, admitindo apenas a colaboração recíproca, em prol do interesse coletivo, e em desobediência ao inciso que nega a subvenção aos cultos, vimos, dentro das repartições públicas, cerimônias religiosas de puro culto confessional e dolorosas subvenções para vestes cardinalícias e patrimônio de bispados, mas tais fatos e concessões apenas recaíram sobre os administradores que não souberam respeitar os textos sagrados de nossas leis básicas. Contra tais abusos teremos que protestar durante a legislação ordinária.

Não resta a menor dúvida sobre o fato de que a minha presença na Assembléia Constituinte de Trinta e Quatro veio modificar fundamental-

mente a situação político-religiosa da nossa pátria, a despeito da incapacidade daquêle que, por uma série de circunstâncias que só Deus poderia estabelecer, teve o alto privilégio de participar daquêle colendo Parlamento cujas decisões, — digamo-lo sem rebuços, — facilitaram grandemente a confecção da Carta Constitucional de Quarenta e Seis.

Pela primeira vez na vida parlamentar do Brasil, um Ministro do Evangelho tornava assento entre os membros de uma Assembléia Nacional Constituinte. Não havia notícia de caso semelhante, quer nos parlamentos regulares, quer nas câmaras constituintes, em qualquer país católico do mundo, e isso aumentava sobremaneira a minha responsabilidade. Ao que parece, todavia, nenhum acontecimento em nossa pátria contribuiu mais para mútuo entendimento entre os credos cristãos em nossa terra do que esse. Todas as discussões em torno das emendas religiosas foram irradiadas e publicadas nos jornais das capitais e cidades do interior. As idéias erradas sobre o protestantismo, apresentado ao público como "*inimigo de Deus, da Virgem Maria, dos santos e de tudo quanto é bom*", conforme escrevera o Bispo de Coimbra, dissiparam-se, tornando-se patente que eramos patriotas, fiéis às leis de nosso país, obedientes aos mandamentos de nosso Senhor Jesus Cristo e excelentes cooperadores da ordem social. Em todo os recantos do país, a atenção dos brasileiros nos foram satisfatórias.

De outro lado, pudemos compreender melhor os nossos irmãos da Igreja Católica, e cheguei à conclusão de que laços morais profundos nos uniam, e que esses laços eram mais fortes do que os dogmas que nos separavam. Já antes de Trinta e Quatro, o V Congresso Evangélico, por minha proposta, havia incluído nas suas decisões um item recomendando que nos abstivéssemos de lutas religiosas, para nos unirmos com todas as forças espirituais, na luta em favor de tudo quanto fôsse útil à formação moral de nosso povo. Livros como "*A Largueza do Reino de Deus*", do padre Correia Alves, insistiam em provar que os protestantes estavam dentro desse redil, realizando uma obra meritória que não seria lícito ignorar. E esse livro tinha o prefácio do Cardeal Cerejeira.

Ao deixar a Constituinte de Trinta e Quatro, cujo resultado foi de efêmera duração, levava em meu espírito con-

vicções novas a respeito das necessidades de nosso povo e da cooperação que deveríamos dar às forças religiosas da maioria, em benefício de nossa terra.

Foi com esta disposição que emprestei meu apoio ao Partido Trabalhista Brasileiro, em cujo programa havia um item com este inciso: — *sem preconceito de religião*. Não vinha, pois, para combater os interesses religiosos de nosso povo, mas vinha para defender a igualdade de direitos para todos os credos, e para os que os não possuem, a fim de que pudessem os brasileiros viver em harmonia, sem as odiosidades e separações que trazem a intransigência e o fanatismo religiosos, tão alheios aos ensinos de Cristo, à concessão divina do livre arbítrio e ao princípio sapientíssimo de separação entre Deus e César, contido nos Evangelhos.

Evidentemente, era uma imposição do amor à terra do Cruzeiro do Sul que estava atravessando uma das suas maiores crises, cujas causas deveriam ser afastadas para sempre.

Já em Trinta e Quatro tive uma grande surpresa ao verificar que eleito deputado por um partido que apresentara aos eleitores um programa socialista genuinamente cristão, me fôra impôsto, na primeira reunião de candidatos e eleitos, uma filiação à Segunda Internacional, como escala para a Terceira, segundo então me foi dito. Certo de que com princípio não se fazem transições, preferi arrostar todos os perigos, negando perentoriamente a minha assinatura.

Achava uma indignidade que um deputado apresentasse em público um programa socialista cristão, antes das eleições, para depois adotar um outro, de caráter internacional e condenado pela religião. Excluído por um grande congresso partidário sofri intimamente essa injúria, injusta e infamante, e mais ainda porque até os jornais católicos, em lugar de aplaudirem e animarem a minha decisão, estamparam, pejorativamente, em letras garrafais, a notícia dessa exclusão.

Todavia, mais me firmei em meus princípios contra o totalitarismo, por força de minhas convicções cristãs. Aprofundei-me no estudo de suas origens e cheguei às conclusões fixadas em meu livro "Lutero, Loiola e o Totalitarismo": *só a democracia pura, pela valorização do homem, pelo respeito à sua personalidade exaltada*

pelo exercício da livre determinação, convém aos homens, derimidos pelo sangue precioso de nosso Senhor Jesus Cristo, destinados a vida eterna, onde não entram nem escravos nem máquinas, mas seres que evoluíram na luta, à custa da própria vontade fortalecida pela fé.

Foi assim que, nos umbrais da Assembleia Constituinte, tive que decidir entre o Cristianismo e o materialismo, entre a vida cristã e o agnosticismo. Foi dêsse ângulo que encarei as emendas religiosas, vendo-as de modo diferente, em comparação com a minha posição de 1946.

Força é confessar que a gente brasileira, em matéria de religião, marcha assustadoramente para a superstição, o indiferentismo, o tradicionalismo religioso, o fatalismo, um desprezo absoluto às doutrinas fundamentais do Cristianismo de Cristo: a justiça, a verdade, o respeito às leis, a obediência às autoridades, a observância dos mandamentos e a solidariedade humana. Essa decadência religiosa reflete na administração pública, onde tem predominado o nepotismo, a falta de respeito para com a pessoa humana, o favoritismo, a improbidade administrativa, a exploração dos cargos em benefícios do partido que se encontre no poder, o desprezo para com os direitos dos cidadãos, sem falar nas falhas que devemos atribuir à tremenda fragilidade da natureza decaída, tão impressionante em nossa terra onde as convicções religiosas não foram estabelecidos de tal modo que possam opor considerável barreira aos impulsos que nos foram legados pelas taras das raças de onde emergimos.

Como cristão evangélico contemplando de cima os problemas espirituais de nosso povo, concluí que era de meu dever cooperar com a Igreja Católica de nossa terra, concedendo-lhe todos os meios de que necessitasse para levantamento do nível moral dos brasileiros. E' possível que algum protestante tenha dado em seu coração mais lugar ao ódio religioso do que ao amor cristão. Tal indivíduo não me poderá entender. Mas aqueles que não se deixaram dominar por um sentimento mesquinho entendem que, a despeito de tudo quanto acreditamos ser erro na doutrina católica, interessa mais aos destinos de nossa terra que um homem seja, católico do que agnóstico; religioso, ainda que tradicional, do que mate-

rialista. Concedeu, pois, certos privilégios pedidos pela igreja, para cooperar com o Estado na elevação religiosa de nossa gente, é um dever iniludível, maiormente quando estendidos a tôdas as religiões.

Havia, é fato, um aadvertência poderosa: no uso de tais privilégios seriam sufocados os interesses das minorias religiosas. Dois argumentos se levantavam perante minha consciência de legislador contra essa ponderação: em primeiro lugar, não deveríamos fugir ao nosso dever pelo receio de que houvesse exploração por parte das autoridades no futuro, e em segundo lugar porque os acontecimentos constitucionais provaram à evidência que não deveríamos temer semelhante hipótese.

Meu primeiro contato com o Senhor Presidente da República, católico eminente e de elevado senso moral, ao lado do General Alcio Souto, também possuidor dos mesmos sentimentos, e em presença do Deputado Noveli Júnior, outro católico praticante que irradia honestidade e princípio, me convenceu de que outro era, em 1946, o aspecto da questão religiosa. Sua Excelência o Sr. Presidente, concordou plenamente em que os evangélicos, qualquer que fôsse o número dos seus adeptos chamados às fileiras do exército, tinham direito sagrado à nomeação de capelães militares. Nossos filhos, chamados ao Exército, em meio perigoso aos seus princípios, pela convergência de indivíduos de todos os matizes morais, tinham direitos à assistência de seus pastores. Convencionamos, entretanto que bastava um ministro para cada grupo, com a permissão de viajarem, visitarem todos os grupos militares, organizando o serviço religioso educativo, para todos os evangélicos. A atitude humana do Sr. Presidente deu-me a certeza de que *não haveria lugar mais para as lutas religiosas, iniciando-se uma era de cooperação entre todos os ramos do cristianismo, contra o materialismo os extremismos de toda espécie.*

No plenário da Assembléia Constituinte a impressão foi a mesma.

Tanto o deputado padre Arruda Câmara, como o Senador Hamilton Nogueira, da tribuna, declaram solenemente que não estavam procurando regalias para a Igreja Católica, mas, em igualdade de condições, para tôdas as religiões contempladas no texto constitucional. O nobre depu-

tado padre Medeiros Neto fez um dos mais tocantes panegíricos de Roosevelt que eu já ouvi, e o líder católico deputado Manuel Vitor teceu um hino de louvor a êsse cristão de outro credo, sentindo-se, ao ouvir sua palavra tocante, que havia entre os cristãos verdadeiros de todos os credos uma ligação espiritual que superava, unindo-os, as diferenças dogmáticas que os separavam.

Fora do plenário levantou-se a voz de Tristão de Ataíde, incontestável orientador do laicismo católico, numa entrevista ao Jornal de Debates, para dizer que o momento era de união de tôdas as forças morais do Cristianismo, e não mais de lutas e retaliações.

Nesse ambiente foram estudadas as Emendas Religiosas. Na confecção de tôdas elas fui consultado e ouvido. Minhas sugestões sobre o texto de assistência, religiosa às tropas e nos estabelecimentos de internação coletiva, para assegurar direitos iguais, e respeito à consciência dos internados, foram imediatamente aceitas. E como, na emenda de redação, desapparecessem essas garantias, por engano do encarregado, estranho às discussões, foi o próprio líder da maioria, Senador Nereu Ramos, que, a meu pedido, indicou à Casa a correção que deveria ser feita, como de fato o foi. Minha emenda, para impedir a cassação de direitos de cidadãos aos Adventistas do Sétimo Dia, que, por ventura, se negassem a matar em guerra, desde que estivessem dispostos a expôr a vida em outros setores, no serviço da pátria — a despeito de estar declarado que visava os direitos de consciência de uma minoria religiosa do protestantismo, foi apoiada e aprovada pelos deputados sacerdotes e pelos católicos num elevado espírito de respeito à consciência daqueles nossos irmãos.

O ensino religioso foi proposto em nova fórmula, mas em absoluto não me insurgi contra ela. Passou a ser matéria de ensino, embora de matrícula facultativa. A despeito da opinião valiosa do ilustre Senador Ferreira de Souza, — que a frequência também é facultativa, quando a matrícula o é, — desejo que essa não seja a interpretação. Está assegurado que os alunos capazes, ou os responsáveis, em caso contrário, tem liberdade para realizar a matrícula ou não. Desde, porém, que a matrícula fôr feita é justo que os alunos sejam obrigados à frequência. Temos

que acabar com essa falsa religião que se resume em declarações, mas que foge à prática. Nenhuma criança, ainda que obrigada pelos pais, perderá por aprender religião. Para mim, pelo menos, foi valiosíssimo o ensino que recebi a respeito da pessoa de Cristo e de sua morte redentora, — a base de toda a minha vida religiosa, e essa noção eu a recebi dentro de uma igreja católica.

Todos os dispositivos da Constituição de Quarenta e Seis, a respeito das liberdades religiosas, são insofismavelmente pelos direitos iguais a todos os credos que não entrem em conflito com a ordem pública e os bons costumes. Guardo dos deputados católicos da Assembléia Constituinte de Quarenta e Seis a mais grata recordação. Não houve nela o fanatismo revelado por alguns membros da Constituinte de Trinta e Quatro. A publicação que fiz de alguns discursos daquêle tempo visam mostrar apenas que a culpa não estava de meu lado. Como membro da Comissão de Constituição discuti agora amplamente toda a matéria que era de meu conhecimento, e posso atestar que os meus pontos de vista na questão religiosa foram acatados por todos, embora, no terreno social nem tudo pudesse conseguir, ainda que — e o declaro com toda a justiça, — neste terreno estivesse sempre de acôrdo com o outro membro eclesiástico da Comissão, — deputado padre Arruda Câmara, — sempre pronto a defender os interesses das massas trabalhadoras.

Assim, pois, ao assinar a Constituição, não tenho restrições quanto às chamadas Emendas Religiosas. Todas elas visaram o bem do Brasil, a salvação dos brasileiros em marcha perigosa para o agnosticismo e materialismo, no sentido de firmar a democracia, e erigir uma comunidade cristã, com os mesmos princípios morais e éticos, ainda que portadores, muitos de seus membros, de diferente dogmática. Aguardo, confiante em Deus e nos homens que lhe são fiéis, uma união afetuosa de todos os cristãos, no terreno da moral e da cooperação em benefício da pátria, tão íntima como aquela que pude manter com meus irmãos católicos da Assembléia Constituinte de Quarenta e Seis. Não somente porque isso é agradável a Deus, pai comum dos certos e dos errados que o amam de todo o coração, como

porque convém ao Brasil na luta contra o materialismo e contra os abusos dos falsos cristãos, tanto entre o povo como entre os governantes, que teimam em abusar dos poderes praticando atos que envergonham o Mestre Divino, desmoralizam o Cristianismo e arastam o povo à incredulidade.

Restrições as tenho, entretanto, que não posso deixar de enumerar.

Uma quanto ao casamento religioso com validade civil. Depois de estudar maduramente a matéria, — e digamos sinceramente, — depois de orar muito e pedir a orientação divina, admiti duas espécies de casamentos religiosos que poderiam ser validados: o primeiro, iniciado com a “intenção” de ser celebrado na igreja com efeito civil. Para êsse se exigia a prévia declaração, pela autoridade competente, de não haver impedimentos de ordem legal, sendo obrigatória, por parte dos noivos, o registro dentro do prazo de dez dias, sob as penas da lei. Todo êsse cuidado visava impedir que indivíduos perversos efetuassem casamentos religiosos, com a promessa de lhes dar validade civil, e não os registrassem, para depois abandonarem as espôsas, para contraírem nupcias com outras no civil. Lutei bravamente perante a Comissão de Constituição, e venci na primeira votação, para perder na segunda. Em todo o caso, ainda que o registro obrigatório tenha caído, resta a esperança que a legislação ordinária, exigida pelo texto constitucional, regule a matéria para impedir abusos.

O segundo caso tinha em vista os casamentos religiosos realizados pela Igreja, em qualquer tempo, anterior ou posterior à Constituição. Foi de minha autoria o parágrafo que permitia o registro civil de tais casamentos, desde que fôsse provada a inexistência de impedimentos, no ato do casamento religioso. A consciência jurídica do próprio Senador Ferreira de Sousa relutava, mas terminou concordando. Na Comissão de Constituição, entretanto, a causa foi perdida, limitando-nos, o Senador e eu, a consignar nosso voto de protesto. Todavia, muitos outros deputados entre êles o líder católico Senhor Daniel Faraco, acharam que a razão estava de nosso lado. Não se podia evitar que os padres celebrassem casamentos em missões, sem formalidades civis, e que outros padres menos

conscienciosos, facilitassem o casamento religioso, sem conseguir que os nubentes assegurassem os direitos civis para eles e seus filhos. Nada mais justo do que permitir um registro posterior, sem que os filhos fôsem acoimados de ilegítimos e sem que dessem a entender que se tratava de meros amancebados, que legalizavam a união natural. Os evangélicos lucraram com o dispositivo, pois, ao receberem na igreja convertidos casados só pelo religioso, em lugar de exigir o casamento civil basta requerer o registro, sem estigmatizar os filhos, como ilegítimos.

No plenário esse parágrafo foi aprovado. Apenas com uma modificação da minha proposta inicial: o registro só se fará com o pedido em conjunto dos cônjuges, quando eu pretendia que esse direito fôsse de qualquer deles, para dar, principalmente à mulher, uma arma contra os que pretendem um certo tipo de divórcio: casar só no religioso para depois, se não se der bem como o casamento, abandonar a esposa para casar com outra no civil. Tenho esperança, entretanto, de que, na lei ordinária, possamos dar um remédio contra tais intruções.

Reconheço que houve a máxima boa vontade para a solução da questão social brasileira, mas lamento que as medidas radicais para que o fim fôsse colimado não obtiveram a aprovação da Assembléa Constituinte. Citarei alguns dispositivos que foram rejeitados: 1) Autorização ao poder executivo para levantamento do nosso censo econômico, para facilitar a modificação do sistema tributário vesgo e ineficiente que temos, porque o imposto indireto recai sobre a grande massa trabalhadora, enquanto os produtores, livres do ônus, aumentam vertiginosamente suas posses sufocando a raça que se encontra faminta e sub-alimentada; 2) Organização do Exército produtivo, para o qual enviaríamos nossos filhos, certos de que contribuiriam para abrir estradas, sanear zonas, divulgar conhecimentos, formar artifices, voltando alfabetizados, preparados para a vida curados de enfermidades os que precisassem de saúde; 3) Obrigatoriedade do ensino físico, moral e cívico, de que tanto carecem nossas crianças, e pelo qual desde Trinta e Quatro venho me batendo; 4) Cerceamento dos poderes dos governantes, no que diz respeito à no-

meação de extranumerários, para impedir que os inescrupulosos se valham dos cofres públicos, desviando o dinheiro sagrado dos impostos, para aumentar, assustadoramente, o exército de funcionários improdutivos, num protecionismo vergonhoso, principalmente nos governos transitórios.

Finalmente, houve um dispositivo, nas Disposições Transitórias, para o qual devo negar perentoriamente a minha aprovação: o artigo 41, que declara ser insucetível de apreciação judiciária a reclamação dos maquinistas e plantadores de algodão, que deram suas safras em penhor ao governo federal, Repito o que já disse da tribuna: uma Constituição estrutura o estado, por meio de dispositivos, outorga direitos e estabelece princípios. Na estruturação do estado pode, transitoriamente modificar dispositivos; na outorga de direitos pode limitá-los, transitória ou permanentemente, mas os princípios estabelecidos são intangíveis. Quando um povo não sabe respeitar os princípios que ele mesmo estabelece, sua derrocada será fatal.

Nossa Constituinte estabeleceu um princípio: "A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão do direito individual". Art. 141, § 4.º. Em desobediência ao princípio que a própria Assembléa estabeleceu a lei transitória excluiu da apreciação judiciária uma reclamação que já estava em curso, determinando, pois, que aquêle princípio não será aplicado a uma certa e determinada causa, que atinge a certos e determinados brasileiros.

Existe ainda o lado moral. Porque a exclusão? Pelo receio de que o Poder Judiciário desse ganho de causa aos reclamantes, fazendo com que lhes fôsem devolvidos seiscentos milhões de cruzeiros, indêbitamente recolhidos aos cofres públicos? Mas, se eles tinham direito, como a Nação vai conservar, por uma determinação constitucional, o que não lhe pertence? Como classificar esse procedimento da Assembléa Terão razão os que a acusarem de haver incluído na lei constitucional um dispositivo, não somente contra os princípios que ela estabeleceu, mas com o fito de não permitir que a justiça determinasse uma devolução de uma quantia indêbitamente apropriada? A proibição constitucional modificará a moral dos fatos?

Evidentemente, não me parece um direito da Assembléia transformar-se em Poder Judiciário, para impedir uma reclamação em juízo, sem sequer examinar os direitos dos reclamantes. Vão-se os anéis, mas fiquem-se os dedos: uma nação pode perder milhões de cruzeiros, mas não pode impedir que o Poder Judiciário se manifeste, quando acusa de apropriação indébita. A honra nacional paira acima do dinheiro. O ouro se desgasta, mas os princípios são eternos. E nossas Disposições Transitórias quebraram um princípio de elevada moral e justiça para, evidentemente, impedir o pronunciamento da Justiça, quando acuso o estado de apropriação indébita.

Fiz observações mas é, na realidade, a única restrição que faço, ao votar a Carta Constitucional de minha querida terra.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1946. — *Guaracy Silveira*, Deputado por São Paulo às Constituintes de Trinta e Quatro e Quarenta e Seis.

Carta aos Cristãos Evangélicos

Eleito, tanto em trinta e quatro, com em quarenta e seis, pela preponderância do voto dos Cristãos Evangélicos, devo aos irmãos em Cristo uma resenha de minha atividade na Assembléia Nacional Constituinte. E maior é o meu dever porquanto, tendo encaminhado a votação dos Evangélicos para a legenda do partido em que eu laborava, das duas vezes verificou-se uma coincidência notável: a votação independente das igrejas, em 1935 como em 1946, recolhida aos poucos, de cada uma das milhares de urnas de meu Estado veio completar o cociente necessário para mais um Deputado, de modo que os partidos deram às igrejas um Representante, mas as igrejas completaram o cociente para que eles obtivessem mais um eleito.

Desta feita, a contribuição dos cristãos afeiçoados ao credo político trabalhista, que resultou na vitória do meu nome nas urnas, e dos meus amigos que sacrificaram inclinações partidárias para me dar apoio individual, foi mais acertada do que em Trinta e Quatro, pois o programa do PTB satisfaz plenamente o ideal de todos os trabalhadores, entre os quais não poderiam deixar de estar os que pertencem às igrejas evangélicas.

E' a esses meus eleitores, em primeiro lugar, aos meus amigos de todos

os Estados, depois, e a quantos amam a nosso Senhor Jesus Cristo acima das paixões políticas, que dirijo estas explicações, ao votar a Carta Constitucional de 1946.

O primeiro incidente que despertou celeuma incompreensível, levando tristeza e desapontamento ao coração de tantos irmãos, foi a minha aprovação ao telegrama de felicitações aos Arcebispos do Rio de Janeiro, e São Paulo, elevados ao cardinalato. Tratava-se, entretanto, de mera ignorância das praxes parlamentares. E' comum nos Parlamentos, requerimentos de felicitações, pêsames, solidariedade dependendo dos termos de justificação no requerimento e alcance da votação. No caso vertente o requerimento consignava, exclusivamente, um voto de felicitações. Entenderam, entretanto, os comunistas, que isso significava solidariedade com o catolicismo, provocando uma agitação tremenda no plenário. Os ânimos serenaram quando assomei à tribuna e fiz sentir que não se tratava de aliança a credo religioso. Disse textualmente: "*Qualquer brasileiro, em setor das atividades públicas, em que haja distinguido, e tenha seus méritos reconhecidos dentro ou fora dos limites do país, merece nossos aplausos a nossa solidariedade. Não se trata aqui de uma questão religiosa*". Não permiti, pois que se explorasse de fato comum nos Anais do Congresso, para transformá-lo em questão religiosa, pois se assim procedesse, meus pares só poderiam julgar essa atitude como ignorância das normas parlamentares e mesquinhas quanto à apreciação dos fatos. De resto, minha atitude não encontrou qualquer censura, quer dos pastores do Rio, especialmente reunidos para ouvir-me, quer do Supremo Concílio da Igreja Presbiteriana, o qual tanto nesse caso, como a respeito de minha atuação integral, fortaleceu-me gradamente com seu apóio cristão e inteligente.

Na discussão dos problemas religiosos tinha duas atitudes a tomar: uma, de franca oposição, usando da tribuna para combater a igreja católica, apontar suas atividades e doutrinas que nos parecem erradas, protestar contra todos os abusos dos governantes, em favor do clero romanista; outra, de colaboração nas Emendas Religiosas, para que dessem iguais direitos aos evangélicos, discutindo apenas matéria puramente constitucional. A primeira atitude me daria uma grande popularidade nos meios anticleri-

cais, e evangélicos, onde se encontra o meu eleitorado; a segunda faria acreditar, como certas pessoas insidiosamente propalaram, que eu havia traído os ideais evangélicos, mas a despeito de qualquer perda de prestígio eleitoral, atendia, aos reclamos de minha consciência, Aliás, todos os ministros ouvidos a respeito, nas reuniões a que me aludi, acharam que era tão grande a responsabilidade de decidir entre as duas alternativas que só uma coisa poderia fazer: recomendar-me a Deus em oração e deixar que eu decidisse como entendesse. Essa foi a atitude do Supremo Conselho da Igreja Presbiteriana. Mas não foi de alguns indivíduos. Acreditavam eles que só eu estaria certo se pusesse em prática suas atitudes apaixonadas, embora fôsse eu, e não eles, e escolhido pelo voto dos crentes.

Dentro dêsse princípio colaborei em todas as emendas religiosas e posso assegurar que hoje, mais do que nunca são iguais os direitos de todas as religiões. Mais do que isso: predomina no Brasil o espírito de solidariedade entre os crentes de diversas seitas, como existe nos Estados Unidos.

Hoje o direito de atender aos que solicitarem nossos ofícios nas penitenciárias, nos quartéis, nos educandários, nos hospitais, é um direito constitucional e não um favor das diretorias, que antes o concediam com exclusão dos evangélicos. Posso dizer mais; a nação deseja que todas as Igrejas exerçam êsse direito, porque reconhece que a falência moral é a base de todos os nossos males e misérias.

Também estranharam alguns evangélicos que não usasse da tribuna para protestar contra abusos das autoridades, em detrimento dos nossos irmãos. Trata-se de um equívoco: não me permiti perturbar os trabalhos constitucionais, mas todas as reclamações que me foram enviadas foram solucionadas. Diversas bancadas dos estados me ajudaram a remover as dificuldades, por meio de telegramas, não sabendo de uma só que não tivesse solução satisfatória.

Minha indicação pelo PTB, para integrar a Comissão de Trinta e Sete membros, encarregados de organizar o projeto de Constituição facilitou muito minha atuação, pois foi ali que se travaram os mais sérios debates, e foi dali que saíram vencedores os textos das Emendas Religio-

sas no sentido de iguais direitos a todos os credos.

No setor social também consegui, cooperando com os demais, grandes vitórias, de modo que não posso dar o meu tempo como mal empregado.

Devo, entretanto, informar que minha posição, a respeito do comunismo, não foi a que esperavam alguns crentes extraviados dos princípios cristãos da livre determinação, e da preponderância do fator espiritual sobre o materialismo. Disse extraviados, pois minha experiência tem recolhido fatos que atestam, iniludivelmente: o crente, mesmo ministro, que abraça o comunismo, termina sacrificando os princípios eternos do Evangelho, para adotar a justificação dos meios pelos fins, incluindo a mentira, quando necessária à defesa de suas posições. Mesmo nessa campanha eleitoral houve crentes, inclinados ao comunismo, que não tiveram pejo de acusar de fascistas, até em lugares sagrados, os candidatos evangélicos cuja posição anti-totalitária, tanto contra a esquerda como contra a direita, era conhecido por toda a parte.

Entre o comunismo, com seu materialismo histórico, que empolga todos os seus dirigentes, a Igreja Católica, com erros doutrinários segundo nossa posição, preferi unir-me ao catolicismo na aprovação das Emendas Religiosas a apoiar as pretensões do comunismo, pois, evidentemente, nunca poderemos crer na felicidade de um povo que pretenda viver, fundado na vida material, sem reconhecer a existência e superioridade do espírito. Tendo apresentado ao VI Congresso Evangélico uma tese, mostrando que a Democracia Cristã, edificada sobre o homem livre, espiritual e inteligente, não poderia ceder lugar ao Comunismo, fundado nas exigências da matéria, considerando o homem mero animal inteligente, tive a satisfação de ver que êsse Congresso recomendou fôsse intensificada a pregação sobre as doutrinas fundamentais do Cristianismo: predomínio do espírito sobre a matéria, direção divina concedida ao homem através do Espírito Santo, e livre determinação do indivíduo, como condição de progresso, tanto no terreno espiritual como no material.

Cumpre-me agora dizer aos prezados irmãos que grande foi a minha responsabilidade nas Assembléias de 1934 e de 1946, porque ambas as eleições foram precedidas de impressionantes coincidências.

Tendo serviço como capelão militar em trinta e dois, embora, para atender a um convite do General Isidoro, subordinasse minha aceitação ao voto de junta governativa de minha congregação, êsse encargo trouxe certa popularidade que aumentou o número dos desafetos que tive pela posição de líder que fui da autonomia da Igreja Metodista do Brasil, eleito pelos meus pares, por motivo dessa liderança, para receber do Bispo Mouson americano, o texto da Constituição Metodista que havíamos votado. Desgostoso com essa situação, escrevi ao Bispo Tarboux, afirmando que nunca mais aceitaria qualquer função social, fora do meu pastorado. Um dia, porém, depois de longa oração, veio à minha mente a idéia de que estaria, nesse caso, preferindo obedecer aos homens, do que obedecer a Deus.

Com escrúpulos de consciência, escrevi de novo ao bispo retirando minha promessa e declarando que, quantas portas Deus abrisse, eu haveria de entrar por elas. Mal sabia eu que, descendo a Santos para sermões de Semana Santa, seria convidado por um grupo insignificante de crentes, no dia 14 de abril, *vinte dias apenas, antes das eleições mais apaixonadas que houve em São Paulo*, me indicariam para um dos vinte e dois homens que meu grande estado havia de eleger. Parecia pura estultícia aceitar essa indicação, mas, lembrando-me da promessa feita a Deus, aceitei, ainda que fôsse para simples propaganda dos ideais evangélicos, e mesmo que o fracasso significasse uma humilhação para mim, e testemunha de uma pseudo ambição. Mas os caminhos de Deus são misteriosos: foram tais as circunstâncias despertadas, uma após outras, que em 3 de maio, eu estava eleito, tanto em primeiro como em segundo turno. Esses fatos foram publicados durante a vida do Bispo Taboux, testemunha de sua veracidade.

Desta feita trabalhei o elemento evangélico para cooperar com o PTB. Antes do início dos trabalhos deveria optar pelo funcionalismo estadual ou federal. Êste me deixaria em contato com as massas trabalhistas, enquanto aquêle me afastaria delas, devendo regressar à Igreja, após uma disponibilidade. Prefiri optar pelo Estado, tendo sido convidado para professor da Faculdade de Teologia da Igreja Metodista. Estava, entretanto,

perplexo. Só minha família sabe do que aconteceu: por sete vezes oramos e tiramos sortes, sendo uma só a decisão: deveria ficar no funcionalismo federal, entre as massas trabalhadoras. A eleição de um outro professor para a Faculdade era sinal de que meu caminho estava determinado por Deus. Mesmo assim, providenciei todos os meios para que outro fôsse o representante dos crentes dentro de meu partido, de que são testemunhas os pastores de Santos os quais em reunião, encarregaram-me de congregar as forças e indicar outro candidato, com exclusão de meu nome.

Ogolpe de 29 de outubro levou-me à prisão, a despeito de ter tido em Santos uma administração limpa e apolítica, saindo da prisão não havia tempo a perder. Tive que propugnar pela inclusão de meu próprio nome, a não ser que o PTB me autorizasse a indicar outro. Ainda que indivíduos ignorantes dos acontecimentos acreditassem ser pretensão de minha parte conseguir eleger-me, a votação decidiu em contrário.

Devo essas explicações aos irmãos para dizer aos tímidos, que se sentem tentados pelas promessas comunistas, em face de muitos erros e abusos das autoridades governamentais: sempre acreditei que vinha ao Congresso para ajudar a edificar, dentro do Cristianismo, a felicidade de nosso povo. Mas que isso seria contra as doutrinas do comunismo bem o sabia desde 1934, quando fui excluído do partido por não assinar um documento de filiação à Segunda Internacional. Tinha que me conduzir pela minha consciência e não pela opinião de indivíduos que nem sequer conhecem o terreno em que devo pisar. Mas Deus e minha Pátria traçam as linhas de minha atuação.

Finalmente, devo informar que, embora o divórcio fôsse compreendido por uma grande maioria, como um direito legítimo dos desquitados, não conseguimos que fôsse afastado da matéria constitucional, ainda que nunca, como agora, a opinião popular e intelectual lhe fôsse mais favorável.

Terminando, não só agradeço aos cristãos evangélicos, aos trabalhadores e aos meus amigos, a votação que me deram, como lhes peço que se lembrem de mim em suas orações, para que eu possa, se Deus me conservar em vida, cooperar na legislação ordinária pela felicidade do Brasil.

Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1946. — *Guaraci Silveira*.

O SR. PRESIDENTE — O Senhor Fernandes Teles envia à Mesa o seguinte discurso para ser dado como lido:

“Somos daquêles que inscritos para a ordem do dia, ao ser anunciada a discussão do projeto constitucional, ficaram privados da justificação ou defesa de emendas que lhe foram oferecidas, vencido que foi o prazo regimental, sem atingir o número de nossa inscrição.

Requeremos destaque de duas das nossas emendas o que, por sua vez, não se nos ofereceu oportunidade de submetê-las à apreciação da Casa, no encaminhamento das votações, e isto devido a coincidência de ser a matéria, a que as mesmas se referiam, tratada quando da eclosão das lamentáveis ocorrências de que foi teatro a capital da República, e ser tomada acertada deliberação de se acelerar o ritmo dos nossos trabalhos. E não seríamos nós quem, de maneira alguma iria contribuir, nem por um só minuto, para protelar a promulgação de nossa lei básica, já aguardada com tanta ansiedade pela opinião pública.

Dai não termos solicitado reexame e reconsideração do ato do Sr. Presidente, negando destaques às mesmas, o que naquela ocasião fizera às de tantos outros.

Não poderíamos, porém, neste pôr de sol da Constituinte de 1946, deixar de registrar em seus anais, o nosso reparo a um cochilo da nobre e esforçada Comissão da Constituição, pelo menor aprêço dado a um assunto de relevo como seja o da saúde pública.

Sempre julgamos que, em qualquer plano de governo, devem figurar em primeiro lugar e inseparavelmente, os problemas da educação e saúde, maximé em se tratando de um povo como o nosso, já de si mal formado étnicamente e em luta constante com a variadíssima e vasta nosologia de país tropical.

O professor Oscar Clark — entusiasta propugnador em nosso meio — das *escolas-hospitais* — escrevendo sobre educação e saúde diz: “A idéia da saúde e a nova vida econômica criada pela influência civilizadora da máquina são os principais motivos que fizeram da educação assunto de magna importância neste século.

A escola primária deixou de ser no mundo inteiro, apenas um centro de instrução intelectual, para se tornar um centro de saúde e de cooperação pelo trabalho, onde se investigam os interesses de cada aluno.

A falsa pedagogia e a doença, entretanto, contrariam a natural prosperidade do Brasil.”

“A civilização moderna, com efeito, baseia-se na máquina, na agricultura e nos milagres realizados pela medicina preventiva. Logo, para que a escola (e isso desde o ensino primário) seja útil a humanidade deve ao mesmo tempo em que alfabetiza e instrui, cuidar da saúde dos alunos e ensinarlhes a utilidade das mãos.”

“A experiência clínica universal depõe no sentido de que a saúde durante a vida inteira do homem depende em grande parte dos cuidados dispensados, à criança durante todo o período do crescimento, isto é, da *constituição* que lhe contribuimos. Por este motivo a alimentação dos escolares, a adoção de uma vida fisiologicamente equilibrada, ou em outros termos, os sagrados princípios fisiológicos da medicina preventiva e educativa são, para o Estado, deveres tão importantes, quanto o combate ao analfabetismo”.

A rude eloquência da cifra da estatística oficial, exibida à saciedade, desta tribuna do povo, que não foi nem poderá ser contestada, é a triste revelação do impressionante e desolador estado em que se acham a educação e saúde de nossa gente, estado este que está a reclamar um ingente sacrifício da Nação em seu próprio benefício.

No tocante à educação, a dedicada Comissão Constitucional, refletindo melhor, houve de bem, consagrar-lhe um Capítulo no texto do projeto revisto, que em boa hora, foi ampliado, com a aprovação no plenário da emenda Capanema, ficando assim sanada, neste setor, a lacuna verificada no projeto primitivo.

No que diz respeito à saúde pública, porém, sua sorte ficou confiada a poucas referências em meio de dois ou três incisos.

Não seria preciso repetirmos que não se trata de assunto de somenos importância, pois, o mesmo corre *pari-passu* ao educacional. São problemas básicos que se entrosam com a finalidade precípua da valorização do fator homem, quinta-essência da subsistência e prosperidade de uma Nação.

Não tenhamos ilusões, Srs. Constituintes, o baixo índice de alfabetização, e não só de alfabetização, como o da educação em geral mormente, em relação à *técnica-profissional*, de que tanto necessita o Brasil, está na

razão direta do elevado coeficiente da nati-mortalidade, da letalidade e morbidez do nosso povo. Mas, para obviar esta precária situação precisaríamos e precisamos de meios, de recursos que possibilitem levar-se o ensino, a assistência hospitalar e a higiene a todos os quadrantes do país, até às mais reconditas paragens do *intellectual* brasileiro.

O fato de se tratar de país vasto, como o nosso, dispondo de poucos meios de transporte em relação ao seu imenso território, levou-nos a anexar o problema rodoviário aos dois outros de que nos vimos referindo, como meio subsidiário para facilitar a solução dos mesmos.

E' bem sabido, Sr. Presidente, que a circulação arterial, é um dos imperativos da vida. E para que a mesma se processe normalmente, fisiologicamente, necessário se faz que a luz dos vasos seja perfeita, sem asperezas em suas paredes internas ou impediço de qualquer natureza que venha retardar ou obstruir a passagem da torrente sanguínea. Não menos sabido também é que as rodovias fazem verdadeiro papel de artérias colaterais, por onde em grande parte circulam os elementos essenciais de nova vida comercial. E quando tecnicamente construídas e bem conservadas, tornam-se por si mesmas, fatores de ordem econômica, já facultando a maior rapidez dos transportes, já pela diminuição do consumo de combustível ou seja pelo menor desgaste do material rodante.

Dai a nossa emenda n.º 2.978 ao artigo 138 do projeto primitivo equivalente ao 171 do projeto revisto, agora transformado no 769 da Constituição.

Ela consistia em elevar de dez para vinte por cento a cota da União e por parte dos Estados, do Distrito Federal e Municípios de vinte para quarenta a percentagem mínima. Em compensação, porém, tratava-se da renda líquida e em vez de ser aplicada somente na manutenção e desenvolvimento do ensino, destinava-se também a saúde pública e rodovias.

A primeira vista pareceria exagerada ou mesmo absurda, a exigência de semelhantes percentagens. Bem meditada, porém, é evidente que a mesma logo se transforma em exigua, e longe estaria de satisfazer aos seus patrióticos fins.

Lembremo-nos, Srs. Constituintes, do velho aforisma: Para os grandes males só os grandes remédios. — Com meias medidas pouco ou nada se resolve.

E assim sendo, o nosso desejo era entregarmos à consciência esclarecida e ponderada dos nossos pares a boa sorte da medida pleiteada, que um complexo de circunstâncias impediram de o fazermos. E o teríamos feito, com o mais elevado dos propósitos, com o fito de assegurar recursos indispensáveis para solucionar problemas chaves que se enleiam, se interpenetram, elementos primaciais que são na planificação de sólidos sistemas que viessem atender com maior prestesa a grave situação socio-econômica do país.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do expediente.

O SR. PRESIDENTE — Meus Senhores, tenho sobre a Mesa requerimento do Sr. Otávio Mangabeira e muitos outros Srs. Representantes, solicitando um voto de profunda saudade à memória do professor Paulo de Frontin.

REQUERIMENTO

Requeremos conste da ata da sessão de hoje, um voto de profunda saudade, admiração e respeito, em memória do Dr. André Gustavo Paulo de Frontin, engenheiro, emérito professor e insigne brasileiro e patriota, que foi Diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil por duas vezes, Prefeito do Distrito Federal, Deputado e Senador por este Distrito, e cujo aniversário natalício decorreria no próximo dia 17.

Rio de Janeiro, 15 de setembro de 1946. — *Octavio Mangabeira*. — *Flores da Cunha*. — *Daniel Carvalho*. — *Munhoz da Rocha*. — *Henrique de Novais*. — *Domingos Velasco*. — *Carlos Prestes*. — *Jurandir Pires*. — *Gercino de Pontes*. — *Oswaldo Stuard*. — *Eunápio de Queiroz*. — *Aristides Milton*. — *Israel Pinheiro*. — *Sampaio Vidal*. — *Leandro Maciel*. — *Jalles Machado*. — *Brochado da Rocha*. — *Plínio Pompeu*. — *Alde Sampaio*. — *João Cleophas*. — *Egberto Rodrigues*. — *Asdrubal Soares*. — *José Augusto*. — *Hugo Carneiro*. — *Fernando de Mello Vianna*. — *Lauro de Freitas*.

O SR. HENRIQUE DE NOVAIS (*Lê o seguinte discurso*) — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o requerimento que V. Ex.^a acabou de ler, assinado por vários engenheiros com assento nesta Assembléia e representantes outros que tiveram a ventura de conhecer em vida o Dr. Paulo

de Frontin, pede uma homenagem desta Casa para a memória desse grande homem, falecido em fevereiro de 1935, e cujo aniversário transcorreria a 17 do corrente.

Há dias, aqui se cultuou o nome de outro notável luminar da nossa classe, o professor emérito José Matoso Sampaio Corrêa, o qual, com o homenageado de hoje, constituíram as columnas mestras da Engenharia Nacional, durante quase meio século, já preparando para nela servir a mocidade estudiosa da Escola Politécnica do Rio de Janeiro, da qual ambos foram catedráticos e diretores; já congregando a classe de que foram respeitados expoentes, para a defesa dos respectivos interesses, e a orientando como Presidentes, que ambos sucessivamente foram do Clube de Engenharia; já, ainda, como chefes incomparáveis de comissões técnicas e organizações industriais, em realizações que lhes assinalaram a passagem em várias regiões do país.

Frontin, revelou cedo formidável capacidade de trabalho, servida por extraordinário talento, que lhe abriu as portas das Congregações do Ginásio D. Pedro II e da Escola Politécnica, pouco depois de completados seus 20 anos, entrando desde logo a discutir e colaborar nos problemas máximos de interesse nacional.

Assim, distinguuiu-se, ainda na Monarquia, pela arrojada solução de emergência, por ele proposta e fulminantemente dada, ao abastecimento d'agua desta cidade. Foi o célebre episódio da "água em seis dias". Na Presidência Campos Sales, dirigiu, pela primeira vez, a Estrada de Ferro Central do Brasil. Com Rodrigues Alves, operou o milagre da abertura em quatro anos da Avenida Rio Branco, transfigurando e desafogando o velho centro urbano do Rio de Janeiro, como coooperador dileto e eficiente do notável Ministro Lauro Müller. Com o venerando Afonso Pena, fez a organização e foi primeiro diretor da Inspeção Federal de Estradas de Ferro, promovendo, com patriotismo e entusiasmo, a extensão da rede ferroviária brasileira para Mato Grosso, Goiás e para o Sul, de par com criteriosa adaptação de condições técnica mais favoráveis ao tráfego e a exploração; foi o interlocutor dos 300 m de raio mínimo e 1% de rampa máxima. Com o Presidente Hermes da Fonseca, ocupou pela segunda vez a Dire-

toria da Central do Brasil, duplicando a via na Serra do Mar, unificando-lhe o sistema de bitola estreita, e promovendo, com grande visão, os estudos de seus prolongamentos, de Pirapora até Belém do Pará, que deixou concluídos.

Na curta Presidência Delfim Moreira, foi Prefeito infatigável do Distrito Federal.

Em toda parte deixou indeléveis traços de iniciativas arrojadas, cuja execução a todos assombrava pela energia com que ele as tomava e levava a termo feliz e proveitoso para a Nação.

Entrou, já na Presidência Epitácio Pessoa, para a Câmara dos Deputados e aí como depois no Senado Federal, foi um dos maiores parlamentares de sua época, empolgando pela ilustração imensa e sólida, pela coragem invulgar e pelo estudo profundo, com os quais abordava qualquer assunto em discussão.

É a memória deste vulto querido e sempre pranteado de nossa classe e da nacionalidade, que se refere a homenagem solicitada no requerimento que vamos votar e para o qual peço a aprovação da Assembléia. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE — Tenho outro requerimento do Sr. Ataliba Nogueira e outros, solicitando voto de congratulações ao Sr. Presidente da República pelo decreto de encampação da S. Paulo Railway, nos seguintes termos:

REQUERIMENTO

Requeremos a inserção em ata de um voto de congratulações com o Exmo. Sr. General Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República, pela assinatura do decreto de encampação da S. Paulo Railway Company, ato que dignifica o seu Governo pelo seu elevado patriotismo, visto constituir o marco inicial de novos e consideráveis progressos a grande Zona Territorial nacional.

Sala das Sessões, 16 de setembro de 1945. — *Ataliba Nogueira.*

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Sampaio Vidal.

O SR. SAMPAIO VIDAL — (*pela ordem*) — Sr. Presidente, o decreto-lei expedido pelo eminente Sr. Presidente da República e referendado pelos ilustres Ministros da Fazenda e da Viação, respectivamente, Sr. Gastão Vidigal e Cel. Macedo Sares e Silva,

incorporando ao patrimônio da União a S. Paulo Railway, merece, nesta Assembléa, destaque especial.

O ato de encampação revelando consciente determinação e corajosa decisão, representa, no momento, a nacionalização necessária da principal ferrovia que, constituindo verdadeiro funil para todo o Brasil central, impedia o escoamento das mercadorias destinadas à exportação e produzidas em São Paulo, Sul de Minas, Goiás, Triângulo Mineiro, norte do Paraná e Mato Grosso.

Pela S. Paulo Railway se escoavam obrigatoriamente 3/4 da produção nacional exportável e por ela hoje ainda se escoam 2/3 dessa produção.

Era, em dúvida, imperativo inadiável esse ato de nacionalização, porquanto a descida da produção nacional para o porto de Santos não podia ficar à mercê de companhia que, longe de servir, estava desservindo. Ele é seguramente ato de suma importância e, em nossa fraca opinião, sobreleva a todos os outros praticados pelo Sr. Presidente da República.

O Sr. Aureliano Leite — E' a volta à Nação de uma estrada que, como V. Ex^a, sabe foi iniciada por capitais brasileiros, exclusivamente brasileiros...

O Sr. Plino Barreto — Do Visconde de Mauá.

O SR. SAMPAIO VIDAL — ... capitais do Visconde de Mauá, como salienta o nobre Representante Sr. Plínio Barreto, e de outros companheiros dessa grande empreitada.

Poderia, na mesma ordem de idéias de V. Ex^a, adiantar que era a realização do sonho de Mauá, gênio de visão e de iniciativa.

Será necessário recuarmos 90 anos, para melhor apreciarmos o vulto desse gigante que foi Irineu Evangelista de Sousa, ao idear e executar obra que, galgando a Serra do Mar, um século após ainda é empreendimento respeitável.

Basta recordar a viagem empreendida pelo Visconde depois Barão de Mauá, para levantar os capitais na Inglaterra em 1856 em navio a vela. Tinha ele a concessão com garantia de juros de 5% da União e 6 meses de prazo para iniciar. Gastou esse tempo na viagem e nada conseguiu pois os mercados financeiros não se interessavam, tendo caducado a concessão. Consegue renová-la acrescida de garantia de mais 2% pelo Governo de São Paulo e em nova viagem organiza

a companhia. Iniciam-se as obras. Os acionistas não estão com o capital subscrito. A Casa Bancária Mauá & Cia. financia o grande empreendimento. Depois vem a demanda célebre ganha em todas as instâncias, vem a falência, em que Mauá saiu maior, engrandecido e a história aí está a lhe fazer justiça, consagrando-o grande entre os grandes da nacionalidade.

A S.P.R. permaneceu em mãos estrangeiras durante 90 anos e foi apenas conservada. Não acompanhou o progresso mundial, nem o brasileiro. Estacionou, constituindo um entrave ao desenvolvimento ferroviário e econômico, das mais ricas regiões do país. E' um gargalo que representa a saída da produção, e impedia a importação de alcançar o planalto.

No século da eletricidade, com força motriz ao lado de suas linhas, mantinha o sistema de cremalheira e cabos nos planos. Não possuía material rodante suficiente e não se aparelhava.

São Paulo não podia permanecer na dependência de empresa estrangeira que desservia. E como São Paulo, todo o Brasil Central.

Quando o Embaixador Macedo Soares, entabou com o Presidente da República as negociações para a encampação, encontrou da parte dos Ministros da Fazenda e da Viação dois homens de elevado espírito público, que nas exposições de motivos, sob os aspectos financeiros e técnicos ferroviários não deixavam qualquer dúvida para a alta decisão do General Eurico Dutra.

Econômicamente era um imperativo que se impunha. Financeiramente a operação é de uma clareza e simplicidade meridiana: incorporação ao patrimônio da União por 600 milhões de cruzeiros, pagos em apólices da dívida pública a 50 anos juros de 7% ao ano, de acôrdo com as cláusulas contratuais.

Revestindo-se como se reveste de ato de grande alcance nacional, a nacionalização dessa ferrovia, como representante de São Paulo, nesta Assembléa, desejei com estas rápidas palavras, congratular-me com o Senhor Presidente da República e as altas autoridades que assistiram o Chefe da Nação. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. José Armando.

O SR. JOSE' ARMANDO — Sr. Presidente, Srs. Constituintes, o eminente Presidente Eurico Gaspar Dutra acaba de assinar um decreto passando para o patrimônio nacional a Estrada de Ferro São Paulo Railway.

No Brasil a estrada de ferro mais importante, pela sua posição estratégica em face da economia nacional, é, sem dúvida, a São Paulo Railway. Esta empresa tem de inglesa apenas o nome, porque ela foi de iniciativa, trabalho e financiamento de três grandes brasileiros: o Visconde de Mauá, o Marquês de São Vicente e o Marquês de Monte Alegre. Foram estes ilustres patricios que obtiveram a concessão da estrada. Foram eles que mandaram fazer os estudos preliminares onde gastaram cerca de 25.000 libras esterlinas.

Depois de realizados todos os estudos, o Visconde de Mauá, de acordo com o seu hábito na sua atividade financeira, foi a Londres para lançar a empresa e para obter capitais estrangeiros. Nessa ocasião, o grande brasileiro sofreu a sua primeira desilusão: Os banqueiros Rotschild, que eram os banqueiros do Governo Imperial Inglês, haviam se comprometido a subscrever o prospecto de lançamento da nova companhia. Na véspera do lançamento, na Bolsa de Londres, os banqueiros Rotschild exigiram do Visconde de Mauá a soma de 20.000 libras esterlinas para emprestarem o seu nome ao prospecto. O Visconde de Mauá ficou com a maioria das ações e, para conseguir o seu objetivo, que era levantar o capital necessário, foi forçado a espalhar suas ações largamente por pequenos acionistas.

Mauá voltou ao Brasil trazendo em sua companhia um engenheiro inglês com quem contratou a construção da estrada. Esse engenheiro, dois anos depois de iniciados os trabalhos, abriu falência, e o Banco Mauá teve que adiantar à S.P.R. vultosa soma, cerca de 5.000 contos — quantia fabulosa para a época, — a fim de terminar a construção da estrada. Já estava funcionando a estrada de ferro quando dois ingleses, pequenos acionistas da S.P.R., fizeram uma viagem de turismo ao Brasil e verificaram que a estrada ligando São Paulo ao porto de Santos era o funil de toda a produção de parte do Brasil Central. Observando o grande valor dessa estrada de ferro, esses viajantes ingleses, voltando a Londres, organizaram um grupo para

comprar as ações da S.P.R. Quando alcançaram maioria, convocaram uma assembleia e tomaram conta da estrada, expulsando da empresa os brasileiros. A atitude desse grupo de ingleses determinou a falência do maior dos comerciantes, do maior dos industriais que o Brasil já produziu: Irineu Evangelista de Sousa — Visconde de Mauá.

O grande sul-riograndense foi o construtor da primeira estrada de ferro em nosso país: a Rio-Petrópolis; foi concessionário e promoveu a construção do primeiro cabo submarino ligando o Brasil à Europa; foi o organizador do terceiro banco no Brasil; foi quem iluminou a gás a cidade do Rio de Janeiro; foi quem criou o estabelecimento de Ponta da Areia — a primeira fundição de ferro do Brasil; foi quem organizou a navegação a vapor no Rio Amazonas; foi quem criou o primeiro cortume no Brasil; foi quem instalou o primeiro dique flutuante; foi, Sr. Presidente e Senhores Constituintes, esse super-homem quem idealizou e construiu a S.P.R. E, agora, um outro grande brasileiro, o eminente Presidente Eurico Gaspar Dutra, devolve aos brasileiros a estrada que foi de iniciativa e construção de brasileiros.

Sr. Presidente, tendo nascido na cidade de Santos, ponto inicial da S.P.R., tomei conhecimento com grande alegria do notável decreto assinado pelo nosso ilustre Presidente Dutra incorporando ao patrimônio nacional a S.P.R. A atitude do Sr. Presidente da República constitui uma página magnífica que, pela sua alta importância, enche sósinha um glorioso período governamental. Teve Sua Excelência a colaboração preciosa e patriótica de seus eminentes Ministros, da Viação, Coronel Edmundo de Macedo Soares e Silva e da Fazenda, Dr. Gastão Vidigal e, ainda, do Embaixador Macedo Soares, Interventor Federal no Estado de São Paulo.

Como santista e como brasileiro, é de coração aberto que trago meus entusiásticos aplausos ao ato patriótico do Presidente Eurico Dutra e chamo a atenção da Assembleia Constituinte para tão importante deliberação do Governo da República. *(Muito bem; muito bem. Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Senhor Ataliba Nogueira.

O SR. ATALIBA NOGUEIRA (*)
(*Pela ordem*) — Sr. Presidente, a auspiciosa notícia da encampação da São Paulo Railway pelo Governo Federal encheu de júbilo, não apenas a população do Estado, de que sou representante nesta Casa, mas uma larga zona do Brasil Central, porque a inglesa, como a chamamos em toda essa região, constitui de fato um dos pontos capitais, por assim dizer, da economia de tão vasta porção do país.

Primeiramente, deveríamos analisar como grande vitória para a nossa Pátria, conquistada pelo Sr. General Eurico Gaspar Dutra, a encampação dessa excelente via férrea, que, num percurso diminuto, porque somente de Jundiaí a Santos, encerra trecho de importância vital em nossa vida econômica e financeira. Poderemos examinar, ainda que de modo breve, o aspecto jurídico, econômico e financeiro dêsse ato do Presidente da República que, na simplicidade de meia dúzia de artigos, dentre outras benemerências tem a de constituir verdadeiro ato de soberania nacional.

Assim, pela cláusula 36 do contrato estabelecido entre Sua Majestade D. Pedro II e os primeiros arrendatários da Companhia, verificamos, acompanhando o decreto 1.832, de 12 de setembro de 1856, o verdadeiro alcance daquilo que é hoje para nós uma realidade. Vejamos a aludida cláusula 36. Diz que o Governo, quando julgasse conveniente, poderia efetuar a desapropriação, calculado o resgate pelo termo médio dos últimos cinco anos, contanto que não fosse inferior a 7%.

Diz mais que o pagamento poderia ser feito em fundos públicos. Ora, a renda da São Paulo Railway, nos últimos anos, jamais atingiu, além do quinquênio, a importância de 7%. Os acionistas, como consequência, pelo decreto do Presidente Dutra, vão ser beneficiados, pois receberão invariavelmente o seu crédito de 7% ao ano.

O Sr. Carlos Prestes — Logicamente, a encampação é contra os interesses nacionais e a favor dos acionistas estrangeiros.

O SR. ATALIBA NOGUEIRA — V. Ex.^a está completamente enganado.

O Sr. Carlos Prestes — V. Ex.^a o está dizendo.

O SR. ATALIBA NOGUEIRA — Pelo fato, que estou assinalando, de a empresa nos últimos anos não rendia 7%, com o maior simplismo de

raciocínio conclui, V. Ex.^a, ter sido a encampação contrária aos interesses nacionais.

O Sr. Carlos Prestes — Obrigando-se a pagar 7% ao ano a encampação representa a importância de 37 milhões de cruzeiros de obrigação anual do Estado brasileiro em benefício de acionistas ingleses.

O SR. ATALIBA NOGUEIRA — Se V. Ex.^a estivesse inteirado do assunto, não seria tão afoito em dar o aparte, que só revela desconhecimento total da matéria.

O Sr. Carlos Prestes — Argumente V. Ex.^a para provar o contrário.

O SR. ATALIBA NOGUEIRA — V. Ex.^a, diante da primeira afirmação, sem conhecer as demais, já vai chegando às últimas ilações.

O Sr. Carlos Prestes — O contrato estava, ou não, findo?

O SR. ATALIBA NOGUEIRA — Sabe V. Ex.^a ou deve saber, como legislador da República, que toda aquela nossa força de importação e de exportação (*muito bem*) se encontrava nas mãos dos ingleses, e, ao que me parece, com grande injustiça. Vossa Ex.^a, que vive a gritar contra o que chama de imperialismo, condena encampação que coloca essa força nas mãos do Brasil.

O Sr. Carlos Prestes — Se o contrato estava terminado, por que despendem 531 milhões de cruzeiros, em pleno ano de 1946, pagando juros de 7 por cento ao ano?

O SR. ATALIBA NOGUEIRA — Peço a V. Ex.^a que não me interrompa o discurso. Ouça-o e, em seguida, venha à tribuna, se tiver a coragem e a certeza de estar com a verdade.

A palavra é livre a qualquer Representante.

Para provar a quem o ignore, trago o texto da cláusula 36, pelo qual ficará demonstrada a vontade de fazer oposição ao gesto do Governo, que qualifico ao contrário, de ato em favor da soberania nacional.

O Sr. José Armando — Trata-se da estrada de ferro mais importante do Brasil.

O SR. ATALIBA NOGUEIRA — Analizo juridicamente a questão, porque do ponto de vista histórico o nobre Deputado José Armando já prestou seu depoimento saudando 1946, em face de 90 anos. O Deputado Senhor Sampaio Vidal já analisou, sob outro aspecto o assunto. Agora, o nobre Senador Sr. Carlos Prestes, que

(*) — Não foi revisto pelo orador.

desconhece completamente a questão, quer denegir o ato do Presidente da República para o qual requeremos voto de louvor.

O Sr. Carlos Prestes — Todos os acionistas a esta hora estão saudando o ano de 1946.

O SR. ATALIBA NOGUEIRA — Senhores, o capital a que aludiu o ilustre Senador — e é o que está no Decreto — veio da Inglaterra para o Brasil há noventa anos e daqui não sairá mais. Por que? Porque, precisamente, o Decreto de encampação se traduz na renda que ali está consignada.

Eis a grande vitória.

O Sr. Carlos Prestes — O nobre orador pensa que fala para beócios?

O SR. ATALIBA NOGUEIRA — O digno Senador ignora que um ato dessa natureza foi alheio às *demarches* diplomáticas e às dificuldades que o Governo teve de vencer, visto como a estrada de ferro poderá dar, e dará no futuro, lucro extraordinário? Ignora, então, o Sr. Carlos Prestes o que seja para o Brasil operação dêsse vulto? Se o pretendesse ignorar concorreria para que o Partido Comunista fosse tachado, em São Paulo, de protetor do capitalismo e do imperialismo estrangeiros.

O Sr. Carlos Prestes — V. Ex.^a já disse que os acionistas da empresa estão satisfeitos com esse decreto.

O SR. ATALIBA NOGUEIRA — Não disse que estão satisfeitos, porque, na realidade, isso não ocorre. Afirmar apenas que, juridicamente, a cláusula 36 estava cumprida. Esta prevê o rédito de 7% e os acionistas não poderão demandar o Governo. Eis a minha afirmação. Louvo o Governo e não defendo os acionistas.

O Sr. Carlos Prestes — O Governo brasileiro poderia conseguir empréstimo a juros de três ou quatro por cento para pagar imediatamente essa encampação e ficar pagando essa taxa — mais concebível na época em que vivemos — e não 7% conforme consta do decreto.

O SR. ATALIBA NOGUEIRA — Deixo a tribuna e não responderei à V. Ex.^a porque os meus 10 minutos já estão esgotados.

O SR. PRESIDENTE — O tempo do orador está findo.

O SR. ATALIBA NOGUEIRA — Pois não, Sr. Presidente. O nobre Se-

nador Carlos Prestes obteve o que queria — sabotar-me. (Riso)

Senhores, quanto ao aspecto econômico, estamos diante de uma garganta, pela qual, obrigatoriamente, há de passar toda importação e exportação de uma larga zona do Brasil. Não se trata, apenas, do Estado de São Paulo, mais do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso, Minas Gerais e Goiás. Principalmente aquela grande zona do Brasil Central há de se socorrer obrigatoriamente do pórtio de Santos; e, como consequência, da São Paulo Railway, ou como melhor a conhecemos, da Companhia Inglesa.

O sistema rotineiro daquela Companhia impediu que sua direção, com sede na Inglaterra, para aqui viesse. Havia apenas um superintendente em São Paulo. Os poderes da superintendência, porém, jamais compreenderam os de Diretoria e qualquer reclamação ou melhoramento, dependia da City em Londres.

A rotina vai a ponto das locomotivas a vapor da São Paulo Railway, neste tempo de eletricidade, principalmente em São Paulo, onde já se contam por várias centenas os quilômetros de estradas de ferro eletrificadas, ainda serem iluminadas a lampião de querosene.

Vista essa rotina sob outro aspecto. Sr. Presidente, observamos que os maquinistas, ordinariamente examinados de 3 em 3 anos, quase normalmente apresentam defeitos da vista. Esses homens, em plena vitalidade, aos 45 anos de idade, são aposentados. Por que? Porque os regulamentos da São Paulo Railway não admitiam uso de vidros para proteger a visão. Nem era corrente o uso de óculos.

Na última greve, o Sr. Interventor no Estado acabou com esse estado de coisas, obrigando a Estrada a permitir que seus maquinistas utilizassem óculos.

Nessas condições, tanto pelo grande vulto da transação, como pelas minúcias que acabo de mencionar, São Paulo traz sua palavra de felicitações, que é também de outras partes do Brasil, ao Exmo. Sr. General Eurico Dutra pelo benemérito decreto-lei, que abre àquela zona novo surto de extraordinário progresso. Esta palavra de felicitações e congratulações envolvem o Exmo. Sr. Edmundo de Macedo Soares e Silva, digno Ministro da Viação, o Exmo. Sr. Gastão Vidigal, ilustre Ministro da Fazenda, o Sr. Embaixador José Carlos de Macedo Soares, benemérito iniciador

do movimento em prol da encampação da Inglêsa.

Como Parlamento Nacional e nos últimos momentos da Assembléa Constituinte, recebemos auspiciosamente essa notícia e congratulamo-nos com o Governo da República; esperamos que gestos como esse se multipliquem em bem do Brasil, pela grandeza e prosperidade da economia nacional (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

O SR. PRESIDENTE — Srs. Representantes. Submeto à votação o requerimento de autoria dos Srs. Otávio Mangabeira e outros, já lido.

Os Senhores que aprovam o requerimento lido, queiram levantar-se. (*Pausa*).

Está aprovado.

Submeto, agora, à Casa o requerimento do Sr. Ataliba Nogueira, sobre a São Paulo Railway, já lido.

Os Senhores que o aprovam, queiram levantar-se. (*Pausa*).

Está aprovado.

E' enviada à Mesa a seguinte:

DECLARAÇÃO DE VOTO

Votamos contra o requerimento do deputado Ataliba Nogueira, se bem sejamos partidários da nacionalização das empresas de serviços públicos.

Não podemos, por isso, concordar com a forma por que foi encampada a São Paulo Railway.

Levantado o assunto na Assembléa Constituinte, discordou a bancada comunista de muitos dos pontos do decreto-lei.

Os juros de 7% ali determinados significam uma verdadeira escorcha do povo brasileiro. Já hoje, em quase nenhum outro país, se pagam juros tão elevados como retribuição do capital.

Razoável seria o pagamento de juros de 3 ou 4%, no máximo.

Depois de explorar nosso povo durante 90 anos, a Cia. imperialista obtém recompensa tanto mais avultada quanto a indenização do capital não é feita pelo custo histórico.

A estas horas, os acionistas da São Paulo Railway devem estar saudando o ato do governo que tanto os beneficiou.

O ato do governo — passível de crítica — por não ter resguardado os interesses nacionais sobrevém precisamente no momento em que nesta Assembléa estão a findar os trabalhos de votação da carta constitucio-

nal, e em que passaremos à função legislativa.

Muito melhor reguiada poderia ser a matéria na Câmara, quando então o texto constitucional teria oportunidade de ser aplicado com maior proveito para o interesse nacional.

Essas as razões do nosso voto ao requerimento e das restrições ao decreto em causa.

Sala das Sessões, 15 de setembro de 1946. — Carlos Prestes. — Mauricio Grabóis. — Carlos Marighella. — Caires de Brito. — Jorge Amado. — João Amazonas. — Gregório Bezerra. — Claudino Silva. — Alcides Sabença. — Alcêdo Coutinho. — Agostinho Oliveira. — Osvaldo Pacheco. — José Crispim. — Abílio Fernandes. — Batista Neto.

O SR. PRESIDENTE — Tenho, ainda, sobre a Mesa o seguinte requerimento do Sr. Pereira da Silva.

REQUERIMENTO

Coincidindo a proclamação, na próxima quarta-feira, da Carta Constitucional, com a data da primeira vitória das Forças Expedicionárias Brasileiras em luta contra os exércitos nazi-fascistas, no "front" italiano, requeiro seja requisitada ao Exmo. Sr. Ministro da Guerra, a bandeira Nacional que tremulou no objetivo conquistado pela bravura de nossos "pracinhas", a fim de, colocado em pedestal condigno, entre flores, receber as homenagens cívicas dos Constituintes de 1946, ao iniciar-se a solenidade, logo após ser entoado o Hino Nacional.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1946. — Pereira da Silva.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Senhor Pereira da Silva.

O SR. PEREIRA DA SILVA (*Lê o seguinte discurso*) — Sr. Presidente: Não é preciso justificar o requerimento que acabo de ler.

Todos compreenderão, na Santidade de seu culto pela Pátria, de seu amor ao pavilhão verde-amarelo, o sentido cívico de minha proposição. A bandeira que panejou vitoriosa, nas alturas nevadas da Itália dominada por Hitler e Mussolini, no episódio imortal de 18 de setembro de 1944, não pode, nem deve estar ausente desta Casa, no dia em que vamos dar à Nação a sua nova Carta política.

É preciso que todos nós, por ocasião das solenidades anunciadas, estejamos com os olhos fitos nessa bandeira que levou os nossos homens a en-

frentar todos os perigos, a sangrar e a morrer, até a conquista das cumeadas fortificadas, onde os fanáticos do totalitarismos resistiam, na sua fúria infernal, contra as forças da democracia!

Que essa bandeira de glórias coloque-se diante de todos nós, nos irmane cada vez mais e nos inspire, nesta hora em que ainda há homens cheios de recalques, que pensam mais na satisfação de seus ódios pessoais de suas vinditas mesquinhas, do que na unidade e na intangibilidade da Pátria, que é toda a razão de ser destes quarenta milhões de brasileiros que constituem um mundo novo, ensolarado de esperanças dentro da civilização ocidental!

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem, muito bem*).

O SR. PRESIDENTE — Os Senhores, que aprovam o requerimento do Sr. Pereira da Silva que acaba de ser justificado, queiram levantar-se.

Está aprovado.

(*Pausa*).

Submeto, ainda, à Casa o seguinte requerimento, de autoria do Sr. Ataliba Nogueira e outros Srs. Representantes, assim concebido:

REQUERIMENTO

Requeremos que seja consignado em ata um voto de respeito e de saudade pela passagem, hoje, do cinquentenário da morte de Antônio de Carlos Gomes, oficiando a Mesa à Prefeitura Municipal de Campinas, congratulando-se com as homenagens que estão sendo prestadas à memória desse brasileiro insigne.

Sala das Sessões, 16 de setembro de 1946. — *Ataliba Nogueira*. — *Pedro Junior*. — *Plínio Barreto*. — *Mario Masagão*. — *Aureliano Leite*. — *Paulo Nogueira*. — *Toledo Pisa*.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Ataliba Nogueira.

O SR. ATALIBA NOGUEIRA (*) — Sr. Presidente, quero apenas dizer algumas palavras, em adendo ao meu requerimento e ao de autoria de ilustres membros da bancada paulista, de que são primeiros signatários cinco filhos de Campinas, com assento nesta Casa.

Peço que também se faça a comunicação nêle consignada, ao Governo do Pará. Desde os últimos anos de vida de Carlos Gomes, grande glória

nacional, tem êle seu nome vinculado à cidade de seu berço e à de sua morte.

O Pará, grandioso Estado do Norte do Brasil, acolheu maravilhosamente como ato de patriotismo, próprio daquela boa gente, o grande mestre e insigne compositor brasileiro, quando seu gênio já havia atingido as alturas, repousando num corpo enfermo, que não podia mais sustentar com a materialidade da vida aquele espírito formoso.

Por isso, a cidade de Campinas traz o nome desse Estado em uma de suas principais praças. Chama-se o logradouro Praça do Pará, em gratidão ao grande Estado nortista, por ter o Governador paraense acolhido nosso grande Carlos Gomes, colocando-o à testa do Conservatório Musical de Belém.

Requerendo esta homenagem, os brasileiros que a subscrevem, saudosos do grande mestre e inspirado músico, podem, num relance, recordar aquela vida maravilhosa, desde os primeiros instantes em que teve contato com a mocidade da Faculdade de Direito de São Paulo, através da mão de um de meus antepassados, até, quando, recentemente formado por aquela Academia, ocorreu sua fuga para a Corte, onde teve a proteção daquele grande mecenas brasileiro que foi Pedro II. Aí alçou vôo, e sua primeira ópera, cuja composição começou em Campinas, aqui teve término e foi representada na primeira exposição internacional em 1861.

Foi aqui, portanto, que o gênio se revelou em sua plenitude, indo depois, diamante já lapidado, para Milão, tão só para que esse grande centro musical da Itália também o coroasse, reconhecendo o mérito que a Corte de um país longínquo — Pátria de Carlos Gomes — já lhe havia deferido.

Saudosos embora, ufanam-se os brasileiros, no cinquentenário da morte de Carlos Gomes, com a certeza que seu nome se projetou por todo mundo e principalmente pela América Latina, onde, entre outros brasileiros, nunca faltou menção, nos domínios da arte, ao gênio de Carlos Gomes, aquele gênio esquisito e extraordinário que conquistou corações e aplausos para o Brasil e cuja música, notadamente a protofonia do "Guarani", é um pedaço da alma nacional. Podemos dizer, na Assembléia Constituinte, que essa protofonia é um segundo hino nacional, tal o entusiasmo que desperta onde quer

(*) Não foi revisto pelo orador.

que se faça ouvir, trazendo à mente de todos o nome do grande campineiro, do notável brasileiro — Antônio Carlos Gomes. (*Muito bem. Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Senhor João Botelho.

O SR. JOÃO BOTELHO (*) — Senhor Presidente, se é certo que em vida o Estado do Pará — em cujo nome, falo pela sua representação nesta Casa — tributou as maiores homenagens e demonstrou a maior amizade ao grande filho de São Paulo, glorioso brasileiro Carlos Gomes, amparando-o nas horas da tormenta e fazendo com que seus últimos anos decorressem nos limites da cidade de Belém onde o seu plano maravilhoso arrancava, nas melodias, a prova mais eficiente da sua magnitude de maestro que ergueu bem alto o nome de nossa pátria no estrangeiro; se é certo que em vida o Estado do Pará deu provas dêsse afeto a Carlos Gomes, não será agora, na ocasião em que se comemora seu cinquentenário já que suas pompas também foram feitas pelo Governo do meu Estado; já que o seu plano, como relicário, permaneceu guardado sob os cuidados dos paraenses, que nele viam uma jóia da arte brasileira; já que naquela quadra tormentosa da existência de Carlos Gomes soubemos tributar-lhe o respeito e a consideração que merecia — não será agora, Sr. Presidente, — que o Estado do Pará, deixará de se associar às homenagens pedidas à memória tão ilustre consagrada no coração de todos os brasileiros.

O Sr. Aureliano Leite — V. Ex.^a, falando no carinho que o grande Estado do Pará prestou a Carlos Gomes em vida, não deve esquecer-se de que, quando seus restos mortais foram transferidos para cidade de Campinas, São Paulo, tributou ao Pará uma das maiores homenagens que se podem conceder a um Estado irmão: fez izar na cruz mais alta da bela Catedral de Campinas, a bandeira gloriosa do Estado do Pará.

O SR. JOÃO BOTELHO — Obrigado a V. Ex.^a.

O aparte de V. Ex.^a antecipou-se ao entrecho, que iria ser por mim referido. Efetivamente, na cidade de Campinas quando lá chegaram os restos mortais de Carlos Gomes, quando o corpo inanimado descia à terra, o Estado de São Paulo tributava seus

sentimentos de gratidão ao do Pará, içando, como disse V. Ex.^a a bandeira dêsse na cruz da Catedral, numa demonstração altiloquente do civismo e da amizade do povo paulista.

V. Ex.^a sabe muito bem, ilustre aparteante, que não é de hoje a simpatia reinante entre paraenses e paulistas, porque nos habituamos a ver, nas homenagens prestadas no Pará a Carlos Gomes, uma reverência a um grande brasileiro vivo e a um grande brasileiro morto, quando, no instante agudo de sua vida, veio a falecer na cidade de Belém.

A homenagem a Carlos Gomes, Sr. Presidente, toca de perto ao coração de qualquer brasileiro. Tendo o ilustre morto convivido com os paraenses e escolhido para seus últimos dias a cidade de Belém, o Estado do Pará por meu intermédio vem reverentemente associar-se ao voto pedido, e o faz como a maior prova de sentimento de brasilidade e a melhor demonstração de amizade a tudo que é grande em nossa Pátria, como o foi Carlos Gomes. (*Muito bem. Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE — Os Senhores, que aprovam o requerimento sobre Carlos Gomes, queiram levantar-se. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Acha-se sobre a Mesa, subscrito pelo Sr. Deputado Barreto Pinto, requerimento de urgência para imediata votação de projeto referente à instalação do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, nos seguintes termos:

REQUERIMENTO

Requeiro urgência para votação do projeto de indicação n.º 276, de 1946, regulando a instalação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ontem publicada.

Sala das Sessões, 14 de setembro de 1946. — *Barreto Pinto.* — *Lauro Montenegro.* — *Gurgel Amaral.*

O SR. BARRETO PINTO (*) (*Para encaminhar a votação*) — Sr. Presidente, a indicação que V. Ex.^a acaba de anunciar, em virtude de requerimento de urgência, já é do conhecimento da Casa e regula o modo de instalação da Câmara logo após sua separação do Senado Federal.

Na parte relativa ao Senado, a matéria está regularizada: seu Presidente será o Vice-Presidente da República.

(*) Não foi revisto pelo orador.

Quanto à Câmara, aplico o princípio geral de que a primeira Sessão preparatória deva ser presidida pelo Deputado mais idoso.

Tenho assim justificado o requerimento apresentado na sessão de sábado último. (*Muito bem.*)

O SR. ACÚRCIO TÔRRES (*) (*Para encaminhar a votação*) — Sr. Presidente, não vejo necessidade da urgência requerida pelo Sr. Deputado Barreto Pinto para que a Assembléa vote indicação da instalação da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O Regimento da Assembléa estabelece...

O Sr. Barreto Pinto — O Regimento da Assembléa não pode regular situação completamente nova entre nós; somente por analogia poderá ser aplicado.

O SR. ACÚRCIO TÔRRES — ... que promulgada a Constituição, eleito o Vice-Presidente da República e fixados os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República, as duas Casas do Poder Legislativo passarão, de imediato, a agir separadamente, na forma dos seus Regimentos normais, Regimentos que estabeleciam as normas de funcionamento, quer do Senado quer da Câmara dos Deputados, até 10 de novembro de 1937, sendo que o desta última Casa, no particular, é subsidiário do Regimento da Assembléa Constituinte. E, Sr. Presidente, separadas as Casas Legislativas, o primeiro ato de cada qual será a nomeação de uma Comissão para adaptar o Regimento antigo aos dias que correm, não havendo assim necessidade de pronunciar-se agora a Assembléa sobre matéria que vai interessar particularmente a cada uma das Casas do Congresso, quando passarem a funcionar separadamente.

É por isto que o meu Partido não pode apoiar o requerimento de urgência do nobre Representante Sr. Barreto Pinto. (*Muito bem.*)

O SR. BARRETO PINTO (*) (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, bem se vê que o ilustre Representante Sr. Acúrcio Tôrres, não leu atentamente a indicação, porque então, estou certo, não teria afirmado o que disse.

O Sr. Acúrcio Tôrres — Estatui o próprio Regimento que, na falta do órgão normal da Mesa, presidirá as sessões o Deputado mais idoso.

(*) Não foi revisto pelo orador.

O SR. BARRETO PINTO — Sugiro, apenas, com o meu requerimento, continuem a prevalecer os Regimentos que se encontravam em vigor a 10 de novembro de 1937, tendo procurado tão somente regular o modo de funcionamento da Câmara logo após separar-se do Senado.

Não tenho dúvida, entretanto, em pedir o adiamento do requerimento de urgência, e isso porque — permita-me a liberdade — tanto faz dar na cabeça, como na cabeça dar. É que vamos concluir por fazer o que peço na indicação.

Lamento apenas que o vice-líder do Partido Social Democrático não tivesse tomado a iniciativa da medida. (*Muito bem.*)

O SR. PRESIDENTE — Está finda a hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA

Comparecem mais 201 Senhores Representantes:

Partido Social Democrático

Amazonas:

Alvaro Maia.
Leopoldo Péres.
Cosme Ferreira.

Pará:

Magalhães Barata.
Alvaro Adolfo.
Duarte de Oliveira.
Lameira Bittencourt.
Carlos Nogueira.
Rocha Ribas.

Maranhão:

Crepori Franco.
Vitorino Freire.
Odilon Soares.
Luiz Carvalho.
José Neiva.
Afonso Matos.

Piauí:

Sigefredo Pacheco.

Ceará:

Frota Gentil.
Raul Barbosa.

Rio Grande do Norte:

Georgino Avelino.

Paraíba:

José Jofili.

Pernambuco:

Novais Filho.
Etelvino Lins.
Jarbas Maranhão.
Oscar Carneiro.
Osvaldo Lima.
Ulisses Lins.
Barbosa Lima.
Pessoa Guerra.

Alagças:

Góes Monteiro.
José Maria.
Antônio Mafra.

Bahia:

Pinto Aleixo.
Lauro de Freitas.
Regis Pacheco.
Negreiros Falcão.
Vieira de Melo.
Altamirando Requião.
Eunápio de Queiroz.
Aristides Milton.

Espírito Santo:

Ari Viana.
Carlos Lindemberg.
Eurico Sales.
Vieira de Rezende.
Alvaro Castelo.

Distrito Federal:

Jonas Correia.
José Romero.

Rio de Janeiro:

Pereira Pinto.
Alfredo Neves.
Amaral Peixoto.
Eduardo Duvivier.
Bastos Tavares.
Brígido Tinoco.
Miguel Couto.

Minas Gerais:

Juscelino Kubitschek.
Rodrigues Seabra.
Pedro Dutra.
João Henrique.
Cristiano Machado.
Wellington Brandão.
Augusto Viegas.
Gustavo Capanema.
Celso Machado.
Lair Tostes.
Milton Prates.

São Paulo:

Noveli Júnior.
Costa Neto.
Sílvio de Campos.
José Armando.
Horácio Lafer.

Ataliba Nogueira.
João Abdala.
Alves Palma.
Honório Monteiro.
Machado Coelho.

Goiás:

Pedro Ludovico.
Diógenes Magalhães.

Mato Grosso:

Ponce de Arruda.
Argemiro Fialho.
Martiniano Araújo.

Paraná:

Flávio Guimarães.
Roberto Glasser.
Fernando Flores.
Munhoz de Melo.
João Aguiar.
Gomi Júnior.

S. Catarina:

Nereu Ramos.
Aderbal Silva.
Rogério Vieira.

Rio Grande do Sul:

Ernesto Dorneles.
Gaston Englert.
Adroaldo Costa.
Brochado da Rocha.
Elói Rocha.
Daniel Faraco.
Antero Leivas.
Manoel Duarte.
Glicério Alves.
Mércio Teixeira.
Pedro Vergara.
Herofilo Azambuja.
Bayard Lima.

União Democrática Nacional

Amazonas:

Severiano Nunes.

Pará:

Agostinho Monteiro.

Maranhão:

Antenor Bogéia.

Piauí:

Matias Olímpio.
José Cândido.

Ceará:

Fernandes Távora.
Paulo Sarasate.
Gentil Barreira.
Beni Carvalho.
Egberto Rodrigues.

Fernandes Teles.
Leão Sampaio.
Alencar Araripe.

Rio Grande do Norte:

Ferreira de Souza.
José Augusto.

Paraíba:

Vergniaud Wanderley.
João Ursulo.
Fernando Nobrega.
Osinar Aquino.

Pernambuco:

Lima Cavalcanti.
Alde Sampaio.
João Cleofas.

Alagoas:

Freitas Cavalcanti.
Mário Gomes.
Rui Palmeira.

Sergipe:

Valter Franco.
Leandro Maciel.
Heribaldo Vieira.

Bahia:

Juraci Magalhães.
Otávio Mangabeira.
Manuel Novais.
Luiz Viana.
Clemente Mariani.
Dantas Júnior.
Rafael Cincurá.
Aliomar Baleeiro.
João Mendes.
Albérico Fraga.
Rui Santos.

Espírito Santo:

Luís Cláudio.

Distrito Federal:

Hamilton Nogueira.
Euclides Figueiredo.
Jurandir Pires.

Rio de Janeiro:

Prado Kelly.
Romão Júnior.
José Leomil.

Minas Gerais:

Monteiro de Castro.
Magalhães Pinto.
Gabriel Passos.

São Paulo:

Paulo Nogueira.
Romeu Lourenção.

Goiás:

Jales Machado.

Mato Grosso:

Vespasiano Martins.
João Vilasboas.
Agrícola de Barros.

Paraná:

Erasto Gaertner.
Santa Catarina:
Tavares d'Amaral.
Tomás Fontes.

Rio Grande do Sul:

Osorio Tuiuti.

Partido Trabalhista Brasileiro

Bahia:

Luiz Lago.

Distrito Federal:

Rui Almeida.
Vargas Neto.
Segadas Viana.
Antônio Silva.
Barreto Pinto.

Rio de Janeiro:

Abelardo Mata.

Minas Gerais:

Leri Santos.
Ezequiel Mendes.

São Paulo:

Marcondes Filho.
Guaraci Silveira.
Romeu Fiori.
Eusébio Rocha.

Paraná:

Melo Braga.

Rio Grande do Sul:

Artur Fischer.

Partido Comunista do Brasil

Pernambuco:

Agostinho Oliveira.
Alcêdo Coutinho.

Distrito Federal:

João Amazonas.
Maurício Grabois.
Batista Neto.

Rio de Janeiro:

Claudino Silva.

São Paulo:
José Crispim.
Jorge Amado.
Caires de Brito.

Partido Republicano

Pernambuco:
Souza Leão.
Sergipe:

Durval Cruz.
Amando Fontes.

Minas Gerais:
Jacé Figueiredo.
Daniel Carvalho.
Bernardes Filho.
Mário Brant.
Artur Bernardes.

Partido Social Progressista

Pará:
Deodoro de Mendonça.

Ceará:
Olavo Oliveira.
João Adeodato.

Bahia:
Teódulo Albuquerque.

São Paulo:
Campos Vergal.

Partido Democrata Cristão

São Paulo:
Manuel Vitor.

Esquerda Democrática

Distrito Federal:
Hermes Lima.
Goiás:
Domingós Velasco.

Partido Libertador

Rio Grande do Sul:
Raul Pila.

O SR. PRESIDENTE — Comunico aos Srs. Representantes, que S. Ex.^a o Sr. General João Mascarenhas de Moraes acaba de chegar à Casa e vai ser introduzido no recinto.

Logo em seguida, à sessão especial, continuaremos a sessão comum.

(*Entra no recinto, sob prolongada e vibrante salva de palmas, o Sr. General João Mascarenhas*

de Moraes, que ocupa lugar na Mesa, à direita do Sr. Presidente. À esquerda de S. Ex.^a toma assento S. Ex.^a Revma. D. Rosalvo Costa Rego, representante de S. Eminência o Cardeal D. Jaime de Barros Câmara.)

O SR. PRESIDENTE — Srs. Representantes, defrontais o grande homem, que soube elevar bem alto o nome do Brasil no estrangeiro, como expoente da nossa bravura, da dignidade do brasileiro, sempre que é chamado a derramar o sangue pela honra e pela glória da pátria.

A Assembléia, num gesto de justiça, presta-lhe significativa e merecida homenagem.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Vieira de Melo, para em nome da Casa, exprimir a S. Ex.^a o reconhecimento de todos os brasileiros. (*Palmas.*)

O SR. VIEIRA DE MELO — Senhor Presidente, Sr. General Mascarenhas de Moraes, Srs. Representantes, Ilustres Representantes do Corpo Diplomático das Nações Amigas e do Eminentíssimo Sr. Cardeal, Srs. Ministros de Estado, Exmas. Famílias, Meus Senhores. Desde o dia em que a Assembléia Nacional Constituinte reunida extraordinariamente, na mais bela e suntuosa de suas sessões, recebeu e homenageou o valoroso General Dwight Eisenhower — Comandante-Chefe dos Exércitos Aliados de Libertação da Europa — contraiu dívida a cujo resgate não se poderia furtar. Cometeríamos, de fato, grande injustiça se, aclamando, como aclamamos, o grande Cabo de Guerra norte-americano, que, segundo a palavra sempre lapidar de Otávio Mangabeira, “conduziu à vitória as forças da liberdade”, deixasse no olvido esta outra figura, hoje tão cara aos nossos sentimentos patrióticos: — João Batista Mascarenhas de Moraes. (*Palmas.*)

De mim, Sr. Presidente, é com verdadeira ufania que me desincumbo da gratíssima tarefa que V. Ex.^a me confiou de saudar, em nome da Assembléia Nacional Constituinte, a figura dêsse egrégio cidadão e grande militar a quem coube, em hora crucial para a vida nacional, conduzir aos campos de batalha da Europa, para a luta contra o fascismo, os defensores da honra e da dignidade do Brasil.

Naqueles dias amargurados, quando a nação brasileira, possuída de cólera

indescritível, improvisava a Fôrça Expedicionária, a quem cometeria a tarefa suprema de dar ao inimigo traiçoeiro resposta à altura da ofensa recebida, era para o Comando em Chefe que se voltava, em angustiosa expectativa, a alma nacional. Éramos, e ainda hoje somos, nação pacifista por índole e por tradição. Amparados pela lisura das nossas relações internacionais, escudados no escrúpulo com que sempre respeitamos a integridade territorial dos nossos vizinhos, acalentados com a suposição de que tal política externa nos asseguraria, para sempre, a paz e a tranquilidade, jamais tivemos a guerra em nossas cogitações.

Colhidos de surpresa, inteiramente desprevenidos e despreparados, quase tudo nos faltava: desde o equipamento necessário a um exército moderno, até a preparação psicológica para uma guerra semi-total. Mas se à primeira falta caberia aos nossos aliados suprir, conosco ficaria a responsabilidade, e não pequena, da segunda. Sabíamos todos que nossa contribuição para a vitória da causa democrática não poderia ser decisiva. Cumpríamos, porém, sob os imperativos da honra nacional, não malograr na execução das tarefas, pequenas que fossem, cometidas ao nosso patriotismo.

Entretanto, o que vimos aparecer em Montése e Monte Castelo, em arrancadas soberbas, em escaladas espetaculares, em investidas indômitas foi uma Fôrça, quantitativamente pequena, sim, mas qualitativamente capaz de hombrar-se com as melhores do mundo.

De como o seringueiro amazonense conseguiu transformar-se, de relance em hábil explorador do terreno; de como o pernambucano audaz soube trocar a faca pelo fuzil; de como o capoeira baiano aprendeu a fazer malabarismo na motocicleta blindada; de como o mineiro desconfiado se tornou perito no atirar granadas mortíferas; de como o carioca anedotista soube contá-las ao troar dos canhões; de como o paulista altivo soube agachar-se por detrás de uma metralhadora; de como o gaúcho voluntarioso aprendeu a cavalgar o tanque de assalto; de como se operou toda essa transformação miraculosa, que fez de um exército de recrutas mestiços uma poderosa fôrça de veteranos disciplinados, dizem-nos duas condições principais: a bravura congenita dos bra-

sileiros e a grande habilidade do chefe que os conduziu. (*Palmas*).

Prefaciando sua famosa obra sobre a arte de comandar, escreveu André Gavet que, para se ter a justa medida do valor de um chefe militar, é preciso, antes de mais nada, conhecer as condições da tropa por ele comandada. De fato. Milhares não teria sido grande se, com nove mil homens apenas, de tropa regular, não houvesse conseguido desbaratar, nas planícies de Maratona, o grande Exército que Dario I enviara contra a Grécia. Leonidas não se tornou famoso senão depois que, com sete mil espartanos apenas, deteve na garganta das Termópilas, as avalanches de Xerxes, precisando, para cair, que a traição viesse ao encontro dos invasores. Alexandre não se tornou imortal senão depois que, com quatorze mil homens de sua famosa Legião Macedônica, impôs a Dario III, a frente de um exército de seiscentos mil homens, a mais fragorosa derrota de que nos dá notícia a História. E Napoleão, nunca foi tão admirável como quando, assumindo na Itália o comando de um exército de famintos e esfarrapados, soube conduzi-lo às grandes vitórias de Lodi, Arcole e Rivoli.

É, portanto, Senhores Constituintes, na improvisação, na heterogenidade, na inexperiência, na desambientação climática e topográfica, na despreparação psicológica, enfim, dos homens que integravam a nossa Fôrça Expedicionária, que vamos encontrar os principais motivos para exaltar a grandiosa tarefa de que tão galhardamente se desincumbiu o valoroso General Mascarenhas de Moraes.

Instruindo, disciplinando, homogeneizando, caldeando aquela massa confusa de um exército bisonho, conseguiu o veterano militar surpreender os arrogantes teutônicos, atirando-lhes em cima, na hora precisa, uma legião de demônios morenos que, em poucos dias, lhes aniquilou as últimas pretensões de superioridade racial.

Mas, Srs. Constituintes, se alguém antes da guerra, em qualquer parte do território nacional, pronunciasse o nome desse bravo, pouca gente, estranha aos quadros das nossas fôrças militares, saberia dizer de quem se tratava. É que o General Mascarenhas de Moraes viveu sempre no Exército, pelo Exército e para o Exército. Simples, modesto, reservado, jamais ambicionou, e por isso mes-

mo jamais ocupou, postos administrativos de relevância. Fiel à ordem republicana, como poucos, jamais se deixou seduzir pelo espírito de aventura de alguns surtos revolucionários que tantas vezes a puseram em perigo.

Começou a carreira militar como simples praça. Matriculou-se na Escola Militar, em 1905, de onde saiu 2.º Tenente dois anos depois. Foi 1.º Tenente em 1910; Capitão, em 1918; Major, em 1923; Tenente-Coronel, em 1928; Coronel, em 1931, General de Brigada, em 1937; e, finalmente, General de Divisão em 1940. Estes ligeiros traços não levam a preocupação de uma biografia. Falam porém, com eloquência que dispensa comentários, de uma existência de 63 anos, dos quais 45 pelo menos, de contínuos e relevantes serviços prestados ao Exército e ao Brasil. Ela só, esta existência, faria honra a todas as glórias, a todos os louvores e a todas as homenagens.

Quis, porém, a Providência Divina, nos seus desígnios insondáveis, coroar a longa e afanosa carreira desse militar, com a glória imarcessível de haver conduzido à vitória a Força Expedicionária Brasileira, numa guerra santa, a que fomos levados para defender a nossa soberania e ajudar a construir um mundo melhor.

Sr. General Mascarenhas de Moraes: a Assembléia Nacional Constituinte, como expressão da democracia que tanto ajudastes a reimplantar no mundo e, portanto, em nossa Pátria, e da vontade do povo brasileiro, que tanto fizestes para que hoje se pudesse livremente exercer, a Assembléia Nacional Constituinte, repito, não vos poderia regatear, nesta hora, em que, coberto de louros, vos retirais para a vida privada, as homenagens a que tendes direito. Conferindo-vos, no texto da Magna Carta, que dentro em pouco outorgará ao País, as honras de Marechal do Exército Brasileiro, quis ela premiar o vosso mérito militar inconfundível. Recebendo-vos hoje, em seu seio, com as expansões desta homenagem expressiva, pretende ela, se lhe posso adivinhar o pensamento, conferir-vos, ao lado das muitas medalhas e condecorações que já ostentais ao peito varonil, esta que é a maior de todas — a medalha simbólica da eterna gratidão do povo brasileiro (*Muito bem; muito bem. Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado.*)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Senhor Carlos Marighéla.

O SR. CARLOS MARIGHÉLA — (*Lê o seguinte discurso*) — Sr. Presidente, Sr. Marechal Mascarenhas de Moraes; Srs. Representantes; Senhores Ministros e demais autoridades presentes:

Grande honra é para o Partido Comunista interpretar os sentimentos de nosso povo, saudando a gloriosa Força Expedicionária Brasileira na pessoa de seu Comandante em Chefe.

Para isso nos reunimos nesta Casa — a mais alta encarnação da soberania popular — e como se fossemos uma única vontade — todos os partidos aqui representados — confraternizamos nesta homenagem a um valeroso cabo de guerra.

Sr. Marechal:

Confirma agora esta Assembléia o apêço em que vos tem, pois — como sabeis — antes, neste mesmo recinto, por unanimidade de votos, vos haviam sido concedidas, sem a vossa presença, aliás, as honras de Marechal de nosso glorioso Exército.

A verdade é que nenhum patriota pode desconhecer o papel de nossos soldados e marinheiros de guerra e mercantes, aviadores e oficiais, que combateram o nazismo nas frentes de batalha. Mas nos sentimos todos irmanados nesse duro combate — os que empenhavam armas na linha de frente ou os que desenvolviam o esforço de guerra na retaguarda.

Somos insuspeitos para dizê-lo, Senhor Marechal, nós os comunistas, que vos saudamos. Perseguidos durante duas décadas, reduzidos a uma ilegalidade brutal, presos e deportados não negamos o nosso apoio ao governo que fazia a guerra patriótica contra o banditismo nazista.

Conheceis a campanha surda que a “quinta-coluna” levava a cabo em nossa Pátria para nos afastar da guerra ou abater a nossa moral.

Era de dentro do próprio Governo, dos setores mais reacionários nele enquistados, que partiam os golpes contra os preparativos de guerra.

Nesse momento, o nosso Partido trabalhava apoiando o Governo. E o fazia ilegalmente — uma vez que lhe negavam a liberdade — como um anônimo dentro das organizações patrióticas — de que a Liga de Defesa Nacional constitui o exemplo mais dignificante.

Ficou, porém, para traz o caminho percorrido, semeado de mortos

mas cimentado nos mesmos anseios de paz, união e progresso.

De mãos dadas, derrotado o inimigo, colhemos nesta hora os frutos das canseiras e dos sacrifícios de ontem.

Dentro em pouco, terá o País uma Carta constitucional, elaborada e votada por uma Assembléia Constituinte livremente eleita.

Quando mais não bastassem os esforços conjugados das Forças Armadas, do povo e do Governo para esmagar o fascismo, pelo menos haveríamos de nos sentir recompensados com o resultado obtido — a volta do País à legalidade democrática.

Vossa presença nesta Casa, Sr. Marechal, significa, por sem dúvida, um marco histórico na marcha da democracia, uma nova fase nos costumes políticos do País.

É o próprio Exército que aqui comparece à face da Assembléia Constituinte, para a homenagem do acatamento e do respeito que lhe merece pelos serviços prestados à Pátria.

Sr. Marechal!

São os próprios pracinhas que aqui se fazem representar através da farda que vestís e que soubestes, como eles, honrar nos campos de batalha. São esses bravos filhos do povo que simbolizais. Assim, nesta Assembléia, pela primeira vez após a vitória sobre os bandos nazistas e o esmagamento das forças do mal, confundimo-nos povo e Exército — o povo na figura de seus representantes legitimamente eleitos, o Exército na vossa pessoa.

Sim, o mesmo Exército de tradições democráticas, de Benjamim Constant, de Floriano Peixoto ou de Siqueira Campos. O mesmo Exército que se negou o papel de capitão do mato nos tempos da escravatura, e que, pela voz de um de seus mais valorosos chefes, ameaçou de responder à bala ao desembarque de tropas estrangeiras em nossa Capital! (Aplausos). O mesmo Exército que em vão tentaram os fascistas atirar contra as instituições democráticas, e que nunca aceitaria o laquêu de instigar a ditadura!

Fácil não é, entretanto, Srs. Representantes e Sr. Marechal, desarticular o que vai pela nossa Pátria, de tramas e manobras dos restos do fascismo e das forças do imperialismo retrógrado e ameaçador.

A guerra passou — bem que para nossa felicidade, com a vitória das Nações Unidas a que nos fillamos

com honra — mas o fantasma da guerra, em consequência dos focos fascistas ainda subsistentes no mundo — nos ameaça, exigindo de todos os patriotas a maior vigilância para a garantia da paz.

Ai de nós se não detivermos o braço assassino dos forjadores de conflitos armados!

A realidade, senhores, é que os povos não querem a guerra. Se há governos que, por intermédio de planos maquiavélicos, visam a guerra nesta altura, estão enveredando pelo mau caminho. Se conseguissem atirar o mundo a uma nova guerra, teriam esmagados seus próprios povos, abandonado a democracia, e restaurado o fascismo. Não deveriam contar, pois, com o apoio dos patriotas.

De nós. — afirmamo-lo com conhecimento de causa — pouco poderiam obter os fomentadores de guerra.

Ainda agora, no texto constitucional que dentro em horas promulgaremos, voltamos a fixar a velha tradição brasileira, que Rui Barbosa tão bem encarou na carta de 91, condenando as guerras de conquista.

Eis porque consagramos no artigo 4.º da Carta de 1946:

“O Brasil só recorrerá à guerra, se não couber ou se malograr o recurso de arbitramento ou os meios pacíficos de solução do conflito, regulados por órgão internacional de segurança, de que participe; e em caso nenhum se empenhará em guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outro Estado”.

O perigo são esses senhores imperialistas, representados pelos setores mais reacionários da indústria e das finanças americanas, a que se filiam figuras conhecidas da clique internacional devotada ao trabalho ingrato de provocar a guerra contra a URSS.

O que causa apreensões são essas nossas bases ainda em mãos de tropas estrangeiras, permanente ameaça ao nosso sossego, ao soberano direito de dispormos dos nossos próprios destinos.

Mau seria se, pelo nosso atraso industrial e a dependência econômica em que nos encontramos perante as nações imperialistas, fôssemos arrastados às guerras de conquistas que a Nação Brasileira e os nossos textos constitucionais condenam.

Resta-nos, porém, a confiança em nós mesmos, em nosso povo tão rico de recursos patrióticos na defesa de

nossa independência e de nossa democracia, e — mais ainda — a certeza de que as reservas morais de nossas Forças Armadas, seu desprendimento e alta compreensão dos deveres para com a Pátria, nos conduzirão a repeller os remanescentes fascistas, a aniquilar os fomentadores de guerra, e a construir uma paz duradoura com apoio na organização internacional dos povos para a segurança coletiva.

E além disso, nossa esperança também na união nacional, no esforço conjunto de todos os partidos, sem dissensões ou ressentimentos do passado, e nossa convicção em que chegaremos a um governo de confiança nacional.

Porque, Sr. Marechal, se devemos — como é necessário — buscar o governo para a solução dos graves problemas do momento, não há de ser senão com os homens da confiança pública.

E — vós o sabeis — tais homens se formam aos embates duros da vida, no convívio com o povo, no enfrentar as angustias e os sofrimentos da coletividade.

Sois vós mesmo um desses homens da confiança popular, que adquiristes sob o fogo do inimigo, servindo a Pátria.

Outros existem, de igual ténpera e formação, todos merecedores do apreço e respeito dos brasileiros.

Ninguém nos dirá que o governo deverá prescindir do concurso de todos esses patriotas.

Já o havíamos afirmado aqui: Quando tanto restava fazer para afastar do governo os homens que ainda o comprometem, era a notícia da vossa transferência para a reserva que ecoava nesta Casa.

Creemos, porém, tenha sido o nosso governo advertido dos desejos da Nação. O Exmo. Sr. General Eurico Gaspar Dutra é homem da lei, e — como vós — rijo soldado de nosso Exército. No alto posto que ocupa hade ver e sentir o que reina por entre nós.

Como comunistas — e não cremos que outro seja o propósito das demais forças políticas aqui agrupadas — o nosso desejo é o apoio franco, leal e sincero ao governo.

Possa, assim, Sr. Marechal a vossa presença nesta Casa servir mais uma vez aos altos interesses da Pátria, e que, pela saudação que ora vos fazemos, saiba a Nação do clamor de

todos os brasileiros por um governo de confiança nacional, pelo asseguramento da democracia com a nova carta constitucional, por cuja aplicação o Partido Comunista se baterá e da qual será defensor intransigente. (*Muito bem; muito bem Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Senhor Hermes Lima.

O SR. HERMES LIMA (*Palmas*) — Sr. Presidente. Srs. Constituintes, meus Senhores.

Sr. Marechal Mascarenhas de Moraes.

(*Lendo*) — Tive a satisfação patriótica de propor na Comissão Constitucional que vos fôsem conferidas as honras de Marechal do Exército brasileiro. Nós da Esquerda Democrática estamos certos que o povo brasileiros jamais esquecerá o vosso nome, os generais, oficiais, sargentos e soldados que lutaram nos campos da Itália contra o nazi-fascismo. As Forças Expedicionárias brasileiras representaram no teatro da luta a reação democrática do Brasil.

Lutamos contra um inimigo bem conhecido: o nazi-fascismo. Repelimos pelas armas a tentativa de enquadrar o mundo dentro de uma concepção política totalitária e de uma filosofia política que fazia da supremacia da força e da supremacia da raça os princípios fundamentais da organização do Estado. Este país acabou mobilizando-se pela vontade do povo para defender a democracia como a única forma possível de convívio político-social, em que o homem não perde a dignidade de ser livre e a possibilidade de enriquecer sua existência com as experiências morais e intelectuais de que fôr capaz. (*Muito bem.*)

Parece, Sr. Marechal Mascarenhas de Moraes, que a melhor maneira que o povo brasileiro tem de continuar, na frente interna, a luta em que na frente externa se imortalizou a F. E. B. é organizar-se para defender o progresso social em nossa terra. Quando vos conferiu as honras de Marechal do nosso glorioso Exército, o pensamento desta Constituinte foi certamente o de homenagear no seu comandante o espírito, a bravura, a consciência cívica com que a F. E. B. se batia. (*Palmas.*)

Em nome do meu partido, a Esquerda Democrática, saúdo os bravos expedicionários brasileiros; saúdo Vossa Ex.^a Sr. Marechal, e os generais, os oficiais, os sargentos e soldados que atravessaram o Atlântico para pele-

jar contra o hitlerismo e o fascismo, os grandes inimigos da paz e da colaboração entre os povos. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Senhor Manoel Vitor.

O SR. MANOEL VITOR (*lê o seguinte discurso*) — Sr. Presidente, Exm.^o Sr. General — Sempre andou a espada ao lado da cruz porque nunca faltou ao cristão o arrojo do combate na defesa da sua fé, como nunca esqueceu o militar do Brasil o amor pela sua crença com a qual nasceu e pela qual vive.

A um partido cristão é, pois, muito grata a aproximação das classes armadas e, principalmente, a homenagem que ora se presta à firma sem par de V. Ex.^a Sr. General.

Há qualquer coisa de sublime nesta solenidade porque ela tem o aspecto de uma real consagração.

Consagração do valor, consagração da coragem, consagração do patriotismo.

Nem poderia esta Assembléia encerrar os seus trabalhos sem que vos prestasse, Sr. General, contas da sua gratidão que é a própria gratidão do Brasil.

Colocam os representantes do povo sobre a vossa cabeça o diadema da glória, na mais alta expressão de distinção militar.

Sabem eles que esta Assembléia seria um mito sem o milagre da paz e sabem que a paz estaria distante se não houvesse a arquetípica a energia férrea dos homens que como vós colocaram na aurora de um novo mundo.

Esse novo mundo é em parte obra vossa, Sr. General, porque na estruturação dos seus novos alicerces representastes vasta tarefa, tarefa americana, tarefa do Brasil.

Ali esteve, exurgindo do caos, afrontando a fornalha do ódio, no cumprimento do seu destino histórico, a alma do Brasil, — o verde-amarelo da nossa personalidade, tingido do sangue rubro da juventude que conduziste com galhardia maéstrica até à redenção final.

É justo que a Assembléia da paz se curve, com respeito ante o homem da guerra e, na exaltação da sua glória, lhe marque, em novo laurel, a distinção devida aos heróis.

Os democratas-cristãos se associam ao júbilo nacional e aqui vos vêm trazer também o preito da sua homenagem especialíssima, pedindo a Deus

que, além das graças da terra, possais haurir sempre da sua Divina Providência, os benefícios do céu. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Senhor Barreto Pinto.

O SR. BARRETO PINTO (*) — Sr. Presidente, cidadão João Batista Mascarenhas de Moraes, Srs. Generais, Almirantes, Brigadeiros, gloriosos militares de mar, e terra e ar do meu querido Brasil, Sr. Presidente, Senhores Representantes, acostumado a enfrentar as grandes lutas parlamentares, subi a essa tribuna, tímido, e mesmo profundamente emocionado, no momento em que venho trazer as minhas saudações afetuosas a esse incomparável cidadão que, pela bravura, inteligência e patriotismo, alcançou o mais alto posto que o militar pode atingir: o de marechal do Exército. (*Muito bem*).

Coube-me a fortuna de ter sido o iniciador das homenagens prestadas a V. Ex.^a no dia em que passava o comando e, voluntariamente, deixava as fileiras do Exército.

Hoje, perante esta Assembléia Constituinte, diante de todo o Ministério do Exmo. Sr. Presidente da República, o honrado Sr. General Eurico Gaspar Dutra, de todos os Generais, Almirantes e Brigadeiros presentes na capital da República, V. Ex.^a, Sr. Mascarenhas de Moraes, receberá a excepcional homenagem representada pelo alto posto de Marechal que lhe foi conferida.

Não foi por vontade própria que a Assembléia Constituinte conferiu a V. Ex.^a o alto posto — e único em nosso Exército — de Marechal. Ao ser sugerida na Comissão Constitucional a inclusão de dispositivo concedendo-lhe tão alta glória, nada mais se fez que cumprir os imperativos do povo brasileiro (*Muito bem. Palmas*).

V. Ex.^a Sr. Mascarenhas de Moraes, já era Marechal do povo. A Assembléia Constituinte, portanto, nada mais fez que homologar a vontade consagrada pelos brasileiros.

É, portanto, com grande e imensa satisfação que envio a V. Ex.^a, Sr. Marechal Mascarenhas de Moraes, minhas saudações de afeto e cordialidade, fazendo votos pela sua felicidade pessoal, porque na pessoa de V. Ex.^a vemos e veremos sempre o defensor do Brasil.

(*) Não foi revisto pelo orador.

Sr. Presidente, ao concluir estas considerações, permito-me dirigir a V. Ex.^a requerimento, cuja votação peço seja feita imediatamente — no sentido de que a Assembléia se mantenha de pé, como saudação especial às gloriosas Forças Armadas — do Exército, Armada e Aeronáutica — aqui presentes, em homenagem a esta extraordinária figura de militar que é Mascarenhas de Moraes, a quem acabamos de conceder o elevado posto de Marechal, em nome do povo. (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

O orador envia à Mesa o seguinte:

REQUERIMENTO

Requeiro que a Assembléia se mantenha de pé, como uma saudação especial às gloriosas forças do Exército, da Armada e da Aeronáutica, aqui presentes para homenagear essa extraordinária figura de militar que é João Batista Mascarenhas de Moraes a quem vamos conceder o alto posto de Marechal.

S.S. em 16- de setembro de 1946.
Barreto Pinto.

O SR. PRESIDENTE — Embora se trate de sessão especial, não hesito em considerar aprovado o requerimento, que acaba de ser formulado pelo Sr. Representante Barreto Pinto.

A homenagem prestada às gloriosas Forças Armadas — Exército, Armada e Aeronáutica brasileiras — aqui presentes na pessoa do Sr. General Mascarenhas de Moraes, está no coração e no espírito de todos os brasileiros.

De pé, portanto, meus Senhores:

(Assembléia, de pé, aplaude demoradamente.)

O Sr. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Gurgel do Amaral.

O SR. GURGEL DO AMARAL (*) — Sr. Presidente, Srs. Representantes do Corpo Diplomático, Srs. Ministros, Representante do Cardeal, Senhores Constituintes, Meus Senhores.

E' ainda sob a emoção da tocante homenagem prestada a V. Ex.^a, Senhor Marechal Mascarenhas de Moraes, que subo à tribuna para falar em nome do Partido Trabalhista Brasileiro.

Não podia deixar de aqui vir, porque esta solenidade foi iniciativa do meu Partido, em petição votada pela

(*) Não foi revisto pelo orador.

unanimidade desta Casa e subscrita pelo nosso companheiro, Sr. Deputado Rui Almeida. E, também, não podia deixar de falar neste momento, porque, muito de proposito, às vésperas da promulgação da nossa Lei Orgânica, é que se convida V. Ex.^a, Senhor Marechal, para receber as homenagens dos representantes do povo.

V. Ex.^a comandou uma força expedicionária, que não foi simbólica, porque esteve no campo da luta e derramou sangue generoso para a obtenção da vitória, mas que é um símbolo do sentimento democrático, incoercível no coração dos nossos patriotas. Foi esse sentimento que fez com que, o povo brasileiro — pacífico amante da ordem e do trabalho — se levantasse e se constituísse nessa grandiosa força expedicionária que V. Ex.^a conduziu à vitória em terras de Europa, e que derramou seu sangue, empapando o solo da Itália como adubo precioso a alimentar a árvore frondosa da democracia, fazendo-a ressurgir para o mundo e estender seus galhos até o nosso querido Brasil.

A F.E.B. composta de homens do povo, de trabalhadores, teve também a seu lado, toda a retaguarda trabalhista que, com suor, com esforço, com patriotismo, ajudou o Brasil e o mundo a vencer a grande luta contra o obscurantismo, contra a reação, contra o nazi-fascismo.

Este ato, Sr. Marechal Mascarenhas de Moraes, transcende do seu significado, e visa ainda, na pessoa de Vossa Excelência, o corajoso povo do Brasil, (*palmas*), suas forças de terra, mar e ar. (*Palmas.*) E' uma homenagem que se rende à história, a qual, mais uma vez, se repetiu, para proclamar, a todo continente, a todo mundo, o valor do soldado brasileiro, já imortalizado desde os tempos de Caxias, de Tamandaré e de Osório. (*Muito bem.*)

Esta homenagem que se presta a V. Ex.^a, Sr. Marechal da vitória das grandiosas Forças Expedicionárias Brasileiras, é, ao mesmo tempo, um apelo dramático e sentido ao mundo, para que não ressurgja aquela situação de catástrofe e de calamidade pública, que obrigou os nossos patriotas a irem ao campo da luta defender o mais sagrado de todos os bens humanos: a Liberdade. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Flores da Cunha.

O SR. FLORES DA CUNHA — (Palmas) — Sr. Marechal, não pretendia vir à tribuna, mas dizer-os, apenas, lá do meio de minha bancada, duas palavras, em nome do torrão abençoado de V. Ex.^a que também é o meu. Tive, porém, neste momento, a incumbência de meu brilhante chefe e líder Otávio Mangabeira de aqui comparecer para falar em nome da União Democrática Nacional. — (Palmas).

O Exército Brasileiro, onde Vossa Excelência se fez e que tanto amo, deve engalanar-se pela ascensão de V. Ex.^a ao marechalato. Quanto à gente boa do Rio Grande, sinto que ela exulta de alegria sincera, pela glorificação de V. Ex.^a.

Sempre fui um grande e leal amigo do Exército Brasileiro, embora civilista e pacifista de medula. É que o meu pacifismo e o meu civilismo não vão a ponto de querer, enquanto o mundo não se desarmar, ver meu país desamparelhado para defender-se e conservar a sua independência.

Sei da tarefa rude e formidável de V. Ex.^a na Itália. Nos Estados Maiores examinam-se os planos de guerra e sobre eles se delibera. Sei, por experiência própria, que quando planejam e mandam agir em consequência, aqueles que vão montar o ataque representam, em verdade, a alma da Pátria de que são filhos. (*Muito bem. Palmas.*)

Conheço a brilhante equipe de oficiais que serviu sob o comando de V. Ex.^a e as esplêndidas unidades de infantaria e de artilharia que lá pelejaram: o Coronel Segadas Viana, o Chefe do Estado Maior de V. Ex.^a, Coronel Brajnes, o Coronel Mário Travassos, o Coronel Castelo Branco, o Coronel Caiado de Castro, esse bravo soldado, a quem não conheço pessoalmente, Belmiro de Andrade, e o mais jovem de todos, Nelson de Melo, meu coestadano que, nem por ser o mais jovem é o menos valoroso e brilhante, porque, já o disse um grande poeta trágico francês: "Aux âmes bien nées, la valeur n'attend pas le nombre des années".

Não vi, entretanto, Sr. Marechal, que na nossa terra se tenha dado o aprêço devido ao esforço feito pelas armas brasileiras na Europa. É preciso — estou convencido de que uma reparação será feita — não esquecer os que lutaram e ainda voltaram

vivos, mas, prestemos sobretudo, reverência à memória dos que ficaram soterrados nos gelos de Monte Castelo e dos contrafortes dos Apeninos. De mim, digo que, constantemente, penso neles e que, na minha ação parlamentar, hei de alguma coisa fazer pelas suas famílias, guardando-lhes a memória.

Sr. Marechal: agora, que Vossa Excelência vai repousar de nobres e afadigados labores, tendo passado para a reserva, digo, em nome do meu Partido e da nossa doce e heróica terra: sirvam os bordados do marechalato de V. Ex.^a de paradigma a todos quantos se atiram às brilhantes conquistas da carreira militar! (*Muito bem; palmas prolongadas.*)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. General Mascarenhas de Moraes.

O SR. GENERAL MASCARENHAS DE MORAIS (*Aplausos prolongados, levantando-se todos os Srs. Constituintes*):

Exmo. Sr. Presidente:

Exmos. Srs. Constituintes:

Como comandante da Fôrça Expedicionária Brasileira, represento aqui, neste momento, uma parcela das fôrças materiais e morais que varreram da face da terra a tirania nazi-fascista.

Faz, hoje, precisamente dois anos que um destacamento da F. E. B., sob esperanças gerais, foi submetido ao batismo de fogo no vale do Arno e se lançou de sua base de partida, em busca dos objetivos designados.

O dia 18 de setembro de 1944 marca o início de uma série de vitórias, a que não faltaram, porém, como é da sorte da guerra, reveses, dificuldades e sofrimentos.

Mas, ao término da campanha, o comando da F. E. B., em ordem do dia, assim rematava:

"Regressamos com feridas ainda sangrando dos últimos encontros, mas, nunca pela nossa atuação, o prestígio e o nome do Brasil periclitaram ou foram comprometidos. É bem verdade, e vale a pena afirmar, que preço bem alto pagámos por esse resultado. O sangue dos nossos bravos camaradas tingiu de vermelho essas belas e verde escuras montanhas dos Apeninos e algumas centenas de nossos valentes companheiros já não retornarão à Pátria conosco, porque dormem o sono eterno, sob as terras úmidas e verdejantes das planícies da Toscana.

Não foram muitos os meses que aqui passámos; muitos foram, entretanto, os triunfos que incorporámos ao nosso rico patrimônio e às nossas belas tradições militares: Camaiore, Monte Prano e Barga, no vale do Rio Sercchio; Monte Castelo, La Serra, Castelnuovo, no vale do Rio Reno; Zocca, Marano do Panaro, no vale do Rio Panaro; Collecchio e Fornovo de Taro, na rica planície do Pó. Esses nomes se inscreverão, por certo, entre aqueles que recebem o culto das gerações patrícias, porque, na Itália, como nos campos de batalha sul-americanos o Exército Brasileiro se mostrou digno do seu passado e à altura do conceito que os seus chefes e soldados de outrora firmaram com a espada e selaram com o sangue dos seus legítimos e sempre venerados heróis. (*Palmas.*)

Esta preclara Assembléia, na sua incontestável sabedoria, reconhece, sem dúvida, que as vitórias e as glórias dos expedicionários brasileiros tiveram uma grande ressonância nos acontecimentos políticos, que ora culminam na constitucionalização do país. (*Palmas.*)

Nos últimos meses da guerra, quando o sucesso das nossas armas empolgava a opinião pública brasileira, nos seus anseios democráticos, os chefes expedicionários de todos os escalões de comando souberam ser graves, comedidos e patriotas, diante de suas responsabilidades pela coesão e disciplina da tropa; souberam ser hábeis e enérgicos no evitar que os seus comandados se inflammassem nos comentários político-partidários, vindos da Pátria distante.

Na azáfama das operações militares, preocupava-me a conduta da F. E. B. no seu regresso à Pátria, após a vitória final; inquietavam-me, sobretudo, os exemplos históricos de outros povos e de outras expedições militares no delírio de seus triunfos, pretenciosa e glorificada. (*Muito*

Entretanto, por elevada compreensão cívica, que soube irradiar a todos os meus comandados, consegui, mercê de Deus, restituir ao Brasil a sua falange libertadora, que da Itália regressava vitoriosa e disciplinada, desprentenciosa e florificada. (*Muito bem.*)

Naquela época, o poder público talvez não se apercebesse do mérito de nossas atitudes e nem de seu alcance político e cívico, mas neste momento a soberana Assembléia Constituinte dá-nos a palma nas homenagens

que nos tributa com tanto calor e espontaneidade. (*Palmas.*)

A F. E. B. foi grande na sua dignidade militar e cívica, porque as glórias que ela conquistou nos campos de batalha não as explorou nas competições político-partidárias. (*Palmas.*)

E' minha preocupação ressaltar, neste momento, o valor cívico da F. E. B. ao lado de seu merecimento militar, (*muito bem*) como um exemplo edificante para as organizações militares do presente e do futuro. (*Muito bem.*)

Quando refloresce a evolução política do Brasil na Carta Magna a se promulgar em breve, sinto-me orgulhoso e confortado de receber neste recinto histórico as honras de Marechal do Exército, que me confere a soberana Assembléia Constituinte de 1946.

E' uma homenagem singular ao Comandante da F. E. B., é uma expressão de confiança nas suas ações, é o reconhecimento dos serviços prestados pela brava tropa de seu comando.

Aos Constituintes de 1946 toda a minha admiração e respeito, pela sua patriótica operosidade e pelo seu corajoso civismo, postos à prova na elaboração da nossa Carta Magna.

Aos Constituintes de 1946 o meu sincero agradecimento e de todos os meus antigos comandados pelas excepcionais honras que desassombradamente me conferem na magnitude de suas atribuições.

Por Deus e pelo Brasil, honra e glória à Assembléia Constituinte de 1946. (*Muito bem; muito bem. Toda a Assembléia de pé, aplaude demoradamente o orador.*)

O SR. PRESIDENTE — Está suspensa, por alguns momentos, a sessão.

Suspende-se a sessão às 16 horas e 30 minutos.

Reabre-se a sessão às 16 horas e 45 minutos.

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a sessão.

O SR. CAFÉ FILHO (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, consulto V. Ex.^a sobre se já pode ser anunciada a data da promulgação da Constituição.

O SR. PRESIDENTE — Pelo curso dos trabalhos, espera-se que a Carta Magna seja promulgada no próximo dia 18. Salvo algum motivo de força maior.

O SR. CAFÉ FILHO — Obrigado a V. Ex.^a. (*Muito bem.*)

O SR. PRESIDENTE — Não havendo matéria, que justifique o prosseguimento dos trabalhos, pois não puderam ser ainda distribuídos os avulsos do parecer sobre as emendas oferecidas ao projeto da redação final da Constituição, vou encerrar a sessão, convocando os Srs. Representantes para outra, extraordinária, hoje, às 20 horas e 30 minutos, com a seguinte

Ordem do dia

Distribuição e votação da redação final do projeto da Constituição e do Ato Constitucional das Disposições Transitórias.

Deixaram de comparecer 19 Senhores Representantes:

Partido Social Democrático

Piauí:

Renault Leite.

Rio de Janeiro:

Paulo Fernandes.
Getúlio Moura.

Minas Gerais:

Joaquim Libânio.
Rodrigues Pereira.
Alfredo Sá.

São Paulo:

Gofredo Teles.
Martins Filho.
Batista Pereira.

Rio Grande do Sul:

Getúlio Vargas.

União Democrática Nacional

Maranhão:

Alarico Pacheco.

Piauí:

Antônio Correia.
Coelho Rodrigues.

Ceará:

José de Borba.

Paraíba:

Adalberto Ribeiro.

Minas Gerais:

Milton Campos.

Partido Trabalhista Brasileiro

Distrito Federal:

Benjamin Farah.
Benício Fontenele.

São Paulo:

Hugo Borghi.

Levanta-se a sessão às 17 horas.

Não foram muitos os meses que aqui passámos; muitos foram, entretanto, os triunfos que incorporámos ao nosso rico patrimônio e às nossas belas tradições militares: Camaioire, Monte Prano e Barga, no vale do Rio Serchio; Monte Castelo, La Serra, Castelnuovo, no vale do Rio Reno; Zocca, Marano do Panaro, no vale do Rio Panaro; Collecchio e Fornovo de Taro, na rica planície do Pó. Esses nomes se inscreverão, por certo, entre aqueles que recebem o culto das gerações patricias, porque, na Itália, como nos campos de batalha sul americanos o Exército Brasileiro se mostrou digno do seu passado e à altura do conceito que os seus chefes e soldados de outrora firmaram com a espada e selaram com o sangue dos seus legítimos e sempre venerados heróis. (*Palmas.*)

Esta preclara Assembléia, na sua incontestável sabedoria, reconhece, sem dúvida, que as vitórias, e as glórias dos expedicionários brasileiros tiveram uma grande ressonância nos acontecimentos políticos, que ora culminam na constitucionalização do país. (*Palmas.*)

Nos últimos meses da guerra, quando o sucesso das nossas armas enrugava a opinião pública brasileira, nos seus anseios democráticos, os chefes expedicionários de todos os escalões de comando souberam ser graves, comedidos e patriotas, diante de suas responsabilidades pela coesão e disciplina da tropa; souberam ser hábeis e enérgicos no evitar que os seus comandados se inflammassem nos comentários político-partidários, vindos da Pátria distante.

Na azáfama das operações militares, preocupava-me a conduta da F. E. B. no seu regresso à Pátria, após a vitória final; inquietavam-me, sobretudo, os exemplos históricos de outros povos e de outras expedições militares no delírio de seus triunfos, pretenciosa e glorificada. (*Muito bem.*)

Entretanto, por elevada compreensão cívica, que soube irradiar a todos os meus comandados, consegui, mercê de Deus, restituir ao Brasil a sua falange libertadora, que da Itália regressava vitoriosa e disciplinada, despretenciosa e florificada. (*Muito bem.*)

Naquela época, o poder público talvez não se apercebesse do mérito de nossas atitudes e nem de seu alcance político e cívico, mas neste momento a soberana Assembléia Constituinte dá-nos a palma nas homenagens

que nos tributa com tanto calor e espontaneidade. (*Palmas.*)

A F. E. B. foi grande na sua dignidade militar e cívica, porque as glórias que ela conquistou nos campos de batalha não as explorou nas competições político-partidárias. (*Palmas.*)

E' minha preocupação ressaltar, neste momento, o valor cívico da F. E. B. ao lado de seu merecimento militar, (*muito bem*) como um exemplo edificante para as organizações militares do presente e do futuro. (*Muito bem.*)

Quando refloresce a evolução política do Brasil na Carta Magna a se promulgar em breve, sinto-me orgulhoso e confortado de receber neste recinto histórico as honras de Marechal do Exército, que me confere a soberana Assembléia Constituinte de 1946.

E' uma homenagem singular ao Comandante da F. E. B., é uma expressão de confiança nas suas ações, é o reconhecimento dos serviços prestados pela brava tropa de seu comando.

Aos Constituintes de 1946 toda a minha admiração e respeito, pela sua patriótica operosidade e pelo seu corajoso civismo, postos à prova na elaboração da nossa Carta Magna.

Aos Constituintes de 1946 o meu sincero agradecimento e de todos os meus antigos comandados pelas excepcionais honras que desassombradamente me conferem na magnitude de suas atribuições.

Por Deus e pelo Brasil, honra e glória à Assembléia Constituinte de 1946. (*Muito bem; muito bem. Toda a Assembléia de pé, aplaude demoradamente o orador.*)

O SR. PRESIDENTE — Está suspensa, por alguns momentos, a sessão.

Suspende-se a sessão às 16 horas e 30 minutos.

Reabre-se a sessão às 16 horas e 45 minutos.

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a sessão.

O SR. CAFÉ FILHO (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, consulto V. Ex.^a sobre se já pode ser anunciada a data da promulgação da Constituição.

O SR. PRESIDENTE — Pelo curso dos trabalhos, espera-se que a Carta Magna seja promulgada no próximo dia 18. Salvo algum motivo de força maior.

O SR. CAFÉ FILHO — Obrigado a V. Ex.^a. (*Muito bem.*)

O SR. PRESIDENTE — Não havendo matéria, que justifique o prosseguimento dos trabalhos, pois não puderam ser ainda distribuídos os avulsos do parecer sobre as emendas oferecidas ao projeto da redação final da Constituição, vou encerrar a sessão, convocando os Srs. Representantes para outra, extraordinária, hoje, às 20 horas e 30 minutos, com a seguinte

Ordem do dia

Distribuição e votação da redação final do projeto da Constituição e do Ato Constitucional das Disposições Transitórias.

Deixaram de comparecer 19 Senhores Representantes:

Partido Social Democrático

Piauí:

Renault Leite.

Rio de Janeiro:

Paulo Fernandes.

Getúlio Moura.

Minas Gerais:

Joaquim Libânio.

Rodrigues Pereira.

Alfredo Sá.

São Paulo:

Gofredo Teles.

Martins Filho.

Batista Pereira.

Rio Grande do Sul:

Getúlio Vargas.

União Democrática Nacional

Maranhão:

Alarico Pacheco.

Piauí:

Antônio Correia.

Coelho Rodrigues.

Ceará:

José de Borba.

Paraíba:

Adalberto Ribeiro.

Minas Gerais:

Milton Campos.

Partido Trabalhista Brasileiro

Distrito Federal:

Benjamin Farah.

Benício Fontenele.

São Paulo:

Hugo Borghi.

Levanta-se a sessão às 17 horas.

178.^a Sessão, em 16 de Setembro de 1946

(Extraordinária)

Presidência do Senhor Melo Viana, Presidente

As 20 horas e 45 minutos comparecem os Senhores:

Partido Social Democrático

Acre:

Castelo Branco.
Hugo Carneiro.

Amazonas:

Alvaro Maia.
Pereira da Silva.
Cosme Ferreira.

Pará:

Magalhães Barata.
Alvaro Adolfo.
Duarte de Oliveira.
Lameira Bitencourt.
Carlos Nogueira.
Nelson Parijós.
João Botelho.
Rocha Ribas.

Maranhão:

Clodomir Cardoso.
Crepori Franco.
Vitorino Freire.
Luís Carvalho.
Afonso Matos.

Piauí:

Renaut Leite.
Sigefredo Pacheco.

Ceará:

Moreira da Rocha.
Frota Gentil.
Almeida Monte.
Oswaldo Studart.
Raul Barbosa.

Rio G. do Norte:

Georgino Avelino.
Dioclécio Duarte.
José Varela.

Valfredo Gurgel.
Mota Neto.

Paraíba:

Janduí Carneiro.
Samuel Duarte.
José Jofili.

Pernambuco:

Novais Filho.
Etelvino Lins.
Agamemnon Magalhães.
Jarbas Maranhão.
Gercino Pontes.
Oscar Carneiro.
Osvaldo Lima.
Ferreira Lima.
Pessoa Guerra.

Alagoas:

Góes Monteiro.
Silvestre Péricles.
Medeiros Neto.
Lauro Montenegro.
José Maria.
Antônio Mafra.

Sergipe:

Graco Cardoso.

Bahia:

Pinto Aleixo.
Lauro de Freitas.
Aloísio de Carvalho.
Regis Pacheco.
Vieira de Melo.
Altamirando Requião.
Eunápio de Queiroz.
Fróes da Mota.
Aristides Milton.

Espírito Santo:

Atílio Vivaqua.
Henrique de Novais.
Ari Viana.

Carlos Lindemberg.
Eurico Sales.
Vieira de Rezende.
Alvaro Castelo.
Asdrubal Soares.

Distrito Federal:

Jonas Correia.
José Romero.

Rio de Janeiro:

Pereira Pinto.
Amaral Peixoto.
Eduardo Duvivier.
Carlos Pinto.
Heitor Collet.
Bastos Tavares.
Acúrcio Tôrres.
Brígido Tinoco.
Miguel Couto.

Minas Gerais:

Levindo Coelho.
Melo Viana.
Benedito Valadares.
Juscelino Kubitschek.
Pedro Dutra.
Bias Fortes.
Duque de Mesquita.
Israel Pinheiro.
Cristiano Machado.
Wellington Brandão.
José Alkmim.
Augusto Viegas.
Gustavo Capanema.
Celso Machado.
Olinto Fonseca.
Lair Tostes.

São Paulo:

Novelli Júnior.
Antônio Feliciano.
Costa Neto.
Sílvio de Campos.
Horácio Lafer.
João Abdala.
Sampaio Vidal.
Alves Palma.
Honório Monteiro.
Machado Coelho.

Goiás:

Pedro Ludovico.
Dario Cardoso.
Diógenes Magalhães.
João d'Abreu.
Calado Godói.
Galeno Paranhos.
Guilherme Xavier.

Mato Grosso:

Ponce de Arruda.
Martiniano Araújo.

Paraná:

Fernando Flores.
Munhoz de Melo.
Lauro Lopes.
João Aguiar.
Aramis Ataíde.
Gomi Júnior.

Santa Catarina:

Nereu Ramos.
Ivo d'Aquino.
Aderbal Silva.
Otacílio Costa.
Orlando Brasil.
Roberto Grossembacher.
Rogério Vieira.
Hans Jondan.

Rio G. do Sul:

Ernesto Dorneles.
Gaston Englert.
Adroaldo Costa.
Brochado da Rocha.
Elói Rocha.
Daniel Faraco.
Antero Leivas.
Manuel Duarte.
Sousa Costa.
Bitencourt Azambuja.
Glicério Alves.
Pedro Vergara.
Herofilo Azambuja.
Bayard Lima.

União Democrática Nacional

Amazonas:

Severiano Nunes.

Pará:

Agostinho Monteiro.
Epílogo Campos.

Maranhão:

Antenor Borgéa.

Piauí:

José Cândido.
Adelmar Rocha.

Ceará:

Plínio Pompeu.
Paulo Sarasate.
Gentil Barreira.
Egberto Rodrigues.
Fernandes Teles.
Leão Sampaio.
Edgar de Arruda.

Rio G. do Norte:

Ferreira de Sousa.
Aluísio Alves.

Paraíba:

Adalberto Ribeiro.
Verginaud Vanderlei.
João Ursulo.
Ernani Sátiro.
Fernando Nóbrega.

Pernambuco:

Alde Sampaio.
João Cleofas.
Gilberto Freire.

Alagoas:

Freitas Cavalcante.
Mário Gomes.
Rui Palmeira.

Sergipe:

Valter Franco.
Leandro Maciel.
Heribaldo Vieira.

Bahia:

Aloísio de Carvalho.
Juraci Magalhães.
Otávio Mangabeira.
Manuel Novais.
Luís Viana.
Clemente Mariani.
Dantas Júnior.
Rafael Cincurá.
Nestor Duarte.
Aliomar Baleeiro.
João Mendes.
Alberico Fraga.
Rui Santos.

Espírito Santo:

Luís Cláudio.

Distrito Federal:

Hamilton Nogueira.
Euclides Figueiredo.
Jurandir Pires.

Rio de Janeiro:

Prado Kelly.
Romão Júnior.
José Leomil.
Soares Filho.

Minas Gerais:

Monteiro de Castro.
Magalhães Pinto.
Gabriel Passos.
Lopes Cançado.
Licurgo Leite.

São Paulo:

Mário Masagão.
Romeu Lourenção.
Toledo Piza.
Aureliano Leite.

Mato Grosso:

Dolor de Andrade.

Santa Catarina:

Tavares d'Amaral.
Tomás Fontes.

Rio G. do Sul:

Flores da Cunha.
Osório Tuiuti.

Partido Trabalhista Brasileiro

Amazonas:

Leopoldo Neves.

Bahia:

Luís Lago.

Distrito Federal:

Rui Almeida.
Benjamin Farah.
Vargas Neto.
Gurgel do Amaral.
Benício Fontenele.
Baeta Neves.
Antônio Silva.
Barreto Pinto.

Minas Gerais:

Leri Santos.
Ezequiel Mendes.

São Paulo:

Romeu Fiori.
Berto Condé.
Eusébio Rocha.

Paraná:

Melo Braga.

Rio G. do Sul:

Artur Fischer.

Partido Comunista do Brasil

Pernambuco:

Gregório Bezerra.
Agostinho Oliveira.
Alcêdo Coutinho.

Bahia:

Carlos Marighela.

Distrito Federal:

Carlos Prestes.
João Amazonas.
Maurício Grabois.
Batista Neto.

Rio de Janeiro:

Claudino Silva.
Alcides Sabença.

São Paulo:
José Crispim.
Osvaldo Pacheco.
Jorge Amado.
Caires de Brito.

Rio G. do Sul:
Abílio Fernandes.

Partido Republicano

Maranhão:
Lino Machado.
Sergipe:
Durval Cruz.
Amando Fontes.

Minas Gerais:
Jací Figueiredo.
Daniel Carvalho.
Bernardes Filho.
Felipe Balbi.

São Paulo:
Altino Arantes.

Paraná:
Munhoz da Rocha.

Partido Social Progressista

Ceará:
Olavo Oliveira.
João Adeodato.
Rio G. do Norte:
Café Filho.

Bahia:
Teódulo Albuquerque.

São Paulo:
Campos Vergal.

Partido Democrata Cristão

Pernambuco:
Arruda Câmara.

Esquerda Democrática

Distrito Federal:
Hermes Lima.

Goiás:
Domingos Velasco.

O SR. PRESIDENTE — Achando-se presentes 252 Senhores Representantes, declaro aberta a sessão.

Passa-se à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. LAURO MONTENEGRO (3.º Secretário servindo como 2.º) procede à leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE — Na forma do Regimento Interno, dou a ata por aprovada, ressalvada qualquer retificação escrita, que seja apresentada.

O SR. LAURO LOPES (2.º Secretário, servindo como 1.º) procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Avisos:

Do Sr. Ministro da Guerra, prestando informações solicitadas pelo requerimento do Sr. Deputado Medeiros Neto. — *Ao requerente.*

— Do Sr. Ministro da Justiça, comunicando haver solicitado da Interventoria Federal do Espírito Santo as informações pedidas pelo Requerimento n.º 356. — *Ao requerente.*

— Do Sr. Ministro da Viação, prestando esclarecimentos solicitados pelo Requerimento n.º 316 do Sr. Deputado Café Filho. — *Ao requerente.*

REQUERIMENTO

Requeiro que, com o assentimento do Plenário, faça V. Ex.^a constar dos nossos Anais um voto de louvor aos funcionários, que serviram junto à Constituinte durante os trabalhos da elaboração constitucional, cujos nomes constam das listas juntas, os quais pela dedicação, inteligência e devotamento patriótico, tanto concorreram para que pudéssemos, dentro do mais breve lapso de tempo, dar ao Brasil a sua Lei Básica.

Salas das Sessões, 16 de setembro de 1946. — *João Vilasboas.*

Relação dos funcionários da Secretaria da Câmara dos Deputados, que prestaram serviços à Assembléia Constituinte:

Adolpho Gigliotti.
Oto Prazeres.
Nestor Massena.
Ângelo Lazari de Sousa Guedes.
Armando de Oliveira Carvalho.
Elói Pontes.
Luís Ferreira Guimarães.
Raul de Paula Lopes.
Sílvio Correia de Brito.
Agenor Homem de Carvalho.
Francisco Tozzi Galvão.
Dacio Custódio Ferreira.
Benedita Fochi.
Rodolfo de Almeida Prado Costalat.
Benedito Henrique.
Democracino Félix.

Maria Cecília Coelho.
Rosalina de Barros Araújo Vieira.
Luís José de Moraes.
Aristeu Aquiles dos Santos.
Eduardo Jara.
Geraldo de Andrade Werneck.
Jorge Odilon dos Anjos.
José Luz de Magalhães.
José Vasques Bernardes.
Mário Alves da Fonseca Filho.
Wilson Almeida de Aguiar.
Cid Buarque de Gusmão.
Manuel Isidoro Vieira.
Mário da Fonseca Saraiva.
Pedro Pereira da Cunha.
Rui Afonseca de Alencar.
João Barbosa de Almeida Portugal.
Alberto da Rocha Camões.
Artur Dutra Barroso.
Dalila Fernandes Brasil.
Francisco Alberto da Silva Reis.
Francisco Sebastião Maestralli.
Júlia da Costa Ribeiro Pessoa.
Zeferino Silva.
Amarílio de Albuquerque.
Branca Portinho de Assis.
Euterpe Maciel Soares.
Lucília Amarinho de Oliveira.
Nadir de Figueiredo Martins Costa.
Sílvia Evelin Didier.
Azor Gigliotti.
Zulma Leite de Castro.
Naide Figueiredo.
Reinardo Leão de Ortegá Barbosa.
Iná de Oliveira Santos.
Teobaldo de Almeida Prado.
Gerson da Costa Rodrigues.
Agar Maria Medeiros de Queiroga.
Lia de Castro Cavalcanti.
Luzia Portinho Serzedelo Correia.
Stela d'Alva Salgado Dutra.
Arnaldo Vaz Marques Pinto.
Oscar Diniz Magalhães.
Gilda de Assis Republicano.
Dhilo Guardia de Carvalho.
Elena Simas.
Zeina Moreira Guimarães.
Ernesto Francisco de Assis.
Angelo José Varela.
Carlos Tavares de Lira.
Dora Pederneiras Linnemann.
Eduardo Guimarães Alves.
Maria Gertrudes da Silva Reis.
Maria Conceição Watzl.
Paulo Rocha.
Honória Ribeiro.
Elias Gouveia.
Luís Maria de Aboim Mac Dowell da Costa.
Joaquim Mário Ribeiro de Albuquerque Lima.
Valentim Ferreira Filho.
Cid Vellez.

Maria José Aguiar Barbosa.
Francisco Béjar.
João da Silva Baltazar.
Peapeguara Brício do Vale Pereira.
Sílvia Viana Freire.
Válter Godinho.
Ari Godinho.
Alfredo Bibiano Tôrres.
Antônio Celso Barroso.
Arlindo Moreira Drumond.
Guilherme de Sá Vinhais.
Milton Godinho.
Osvaldo Soares de Sousa.
Samuel Teitel.
Dagmar Vitério de Oliveira Coutinho.
Cecília de Assis Almeida.
Maria José Campos Ribeiro
Marina dos Santos Lopes.
Hélio Martins de Sousa
Henrique Ferreira Filho
Fábio Luís Maria Zevacô de Oliveira Carvalho.
Jovelina Mendes de Oliveira
Mozart Medeiros do Carmo
Edgar da Cruz Ferreira
Nilza Silveira Silva
Murilo Benevides de Azeredo.
Viola Rosa Helena Casaccia
Anita Barbosa da Cruz
Romãoeth Cordeiro da Silva.
Paulo Afonso Martins de Oliveira
Osmarina Sales de Santa Medeiros
Maria da Glória Carpinheiro Peres
Hubert Richard Pontes
Paulo Alberto Portinho da Silva
Ester Maria Piquet Martin
Violeta Albino Nogueira
Leopoldina Bulhões
Vanda da Silva Salmhofer
Alzira Muniz Teles
Mari Leite Passos
Henriqueta Paura
Lêda Machado Câmara
Sílvia Mubarak Curi
Luci Soares Maciel
Saul Toné Drumond Coelho dos Reis
Rosália de Carvalho
Inocência de Sabóia e Silva
Téo Cordeiro da Silva
Augusto César da Costa Galvão
Julieta Angélica Gomes do Amaral
Dulce Almeida Vasconcelos
Vera Moreira Ericson
Domingos Pinheiro Magalhães
Érico Ferreira Pacheco
Olavo Fernandes Galvão
Joaquim Simões
Antônio Carlos Trindade
Alfredo Soares
Amadeu Correia de Azevedo
Carlos Ribeiro da Silva
José Drumond Ribeiro

Jair Monteiro
João Manuel Pinto
José Pires de Azevedo
Manuel Honório Ferreira
Manuel José Viçoso
Manuel Martins Loureiro
Romário de Moura
Sebastião Pinto da Silva
Antônio Gomes de Oliveira
Américo Lemos
Genésio Iguatemi Filho
Osvaldo Silva de Siqueira
Erasmo Tognetti
Antar Mariano Rebêlo de Oliveira
Abdias de Holanda Cavalcanti
Alberto Costa Barbosa
Daciano Imênis
Francisco do Espírito Santo
Gabriel de Lima Sanchez
Jorge Leopoldino da Costa
João da Silva Pureza.
Joaquim Gomes Farnezi
José da Silva Braga
Júlio Pereira Subtil
Moisés Felinto de Oliveira
Oscar Elias do Couto
Simeão de Oliveira
Virgolino da Silva Portela
Davi Gomes Braga
Abel Lopes
Alcides Soares Botelho
Alfredo Maurício da Silva
Antônio Rodrigues Mira
Armando de Miranda Dowsley
Artur da Costa Oliveira
Benjamim de Sousa
Geraldo Pereira de Castro
Hercílio de Mendonça
Jerônimo Rufino de Almeida
João Antônio de Lima
João Bernardo do Nascimento
Júlio Alves Simões
Manuel Brum de Andrade
Rubem Simões
Valdemar Dias Braga
Adelino Alves do Amaral Filho
Antônio Castelo Branco
Argemiro da Costa Bastos
Diamantino Pereira Cordeiro
Dejardo da Cunha Coelho
Eliseu Freire de Carvalho
Gedion Rodrigues Pereira
Henrique Sampaio da Silva Filho
Isaías Fortunato Gama
João Araújo
Joaquim da Costa
José Antônio Roque de Amorim
José Pinto Teixeira
Nilo de Moraes Peçanha
Salvador Eleotério
Viterbo Vilela Valença
Wilson Carlos Caputo.
Manuel Perez Rodriguez

Acácio da Conceição
Adolfo Ferreira Bastos
Alcides Martins Toledo
Alcimaco Dutra Correia
Valeriano de Sousa
Álvaro de Castro Filho
Álvaro Pereira Pinto
Aloísio Gomes da Silva
Antônio Cardoso de Oliveira
Astrogildo Pinto Tourinho
Clóvis Sereno
Válter Pano
Israel Rodrigues da Silva
Jaime Dias Lima
João Francisco da Costa
Joaquim Gomes Farnezi Filho
José Bernardo de Sousa
José Tenório de Albuquerque
Manuel de Holanda Cavalcanti
Mariano Januário
Nélson Novelino
Orlando Ribeiro Cervo
Pedro Bispo dos Santos.
Pedro Carvalho de Almeida Filho
Davi de Azevedo Silva
Haroldo Adolfo Lemos da Silva
Júlio da Câmara Pereira Simões
Mário Marins
Osvaldo Lino de Paula
Paulo Procópio Machado
Hercílio de Mendonça
José Sales de Oliveira
Joaquim José Alves
Osvaldo José do Espírito Santo

Nomes dos funcionários do Departamento dos Correios e Telégrafos que serviram desde o início dos trabalhos da Assembléia Constituinte, na apt. da Câmara:

Chefe: Carlos Ferreira.

Auxiliares:

Alfredo Van Ervan Filho.
Arnoso de Faria.
Alpio Cardim de Barros.
Carlos Gustavo de Sousa.
Claudionor José Cabral.
Ildelfonso Caetano Vieira.
Jorge Florentino de Albuquerque.
Pedro Barroso do Rêgo Luna.
Silplício Rodrigues Moreira.
Tancredo Ferreira.
Ubirajara Bernardes da Gama.
Valdemar Atanúcio de Oliveira.
Válter Guimarães Garcez.
Valdir Lucena Costa.

O SR. PRESIDENTE — O Sr. Atílio Vivaqua envia à Mesa o seguinte discurso para ser dado como lido.

Sr. Presidente — A exiguidade de tempo regimental não me permitiu examinar determinados aspectos da

propriedade das minas. Envio, assim, à Mesa, para ser publicado, uma contribuição sobre o assunto, elaborado em torno de temas e pontos de vista que focalizei perante a Comissão Constitucional e no plenário.

Na Grande Comissão formulei, uma emenda no sentido de ficar assegurado ao superficiário o direito a indenização pela utilização do solo onde se achar encravada a jazida.

Não logrou êxito essa emenda e, com a nossa impugnação, vingou dispositivo que atribui ao proprietário do terreno preferência para aproveitamento do depósito mineral.

Em seguida, aprovou a Casa a proposição do ilustre Deputado José Jofili, assim redigida:

“O aproveitamento dos recursos minerais e de energia hidráulica depende de autorização ou concessão federal na forma da lei.

§ 1.º As autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a pessoas físicas ou jurídicas brasileiras, garantida ao proprietário do solo indenização pelo dano — ou pela ocupação de suas terras”.

Finalmente, prevaleceu a emenda do Deputado Israel Pinheiro, em virtude de que se entregue à lei ordinária a regulação do direito da preferência do *dominus soli*, tendo em vista a natureza das jazidas e das minas (art. 153, § 1.º).

A Constituição de 1946 manteve o regime concessional, com restrição ao sistema da Carta de 1937 (art. 143) — eis que não atribuiu ao superficiário direito à participação nos lucros da lavra.

Ao lado da propriedade mineral da União subsistem situações jurídicas especiais decorrentes da legislação anterior, o que procuramos objetivar neste estudo, a par de outros subsídios que interessam a matéria.

O dualismo das propriedades territorial e mineral — os direitos do superficiário — a propriedade do concessionário — propriedade institucional.

1. As riquezas minerais não se acham, geralmente, entesouradas no solo em correspondência com a sua divisão superficial, arbitrária e contingente, sujeita como o é às convenções humanas e a disposição e situação do terreno. O filão aurífero origina-se numa propriedade e prolonga-se co-

mumente através de outros donos. E, quantas vezes, como observava Mirabeau na Assembléia Constituinte, o mineiro ao vislumbrar, na sua galeria, um esplendor de esperança, já se encontra na área do vizinho. O petróleo aflorado em determinado sítio provém, não raro, de um depósito encravado no terreno do terceiro.

O óleo e os gases minerais caminham e se distribuem através das fraturas geológicas, obedecendo à força da gravidade e da capilaridade, e assim estas substâncias fugitivas e errantes o “wildcat” o *gato selvagem* dos americanos, podem aparecer em lote diferente daquele da situação real da jazida. Por isto, a legislação prevê, a respeito, área para pesquisa e lavra, de maior extensão que as fixadas para outras substâncias, conforme estabelece o Decreto-lei n.º 366, de 11 de abril de 1938.

A massa de um depósito petrolífero de uma extensa região, devido à fluidez do produto e ao equilíbrio do líquido, que deve restabelecer-se no subsolo, tende a fluir pelo primeiro poço que se abre. Isto significa, concluem o Dr. José Lopes Portillo e Y. Weber, engenheiro de minas mexicano, que os direitos de propriedade traçados pelo homem, na superfície, são desenhados pela natureza no interior da terra. Daí, a luta entre as empresas de petróleo, e o costume já estabelecido no México entre elas de, uma vez iniciada uma perfuração, fazer a companhia vizinha tão depressa outra — o *chamado obseteo* — o mais próximo possível do primeiro poço localizado (Revista de Indústria, Maio, 1938, na “Gazeta de Notícias” de 27-8-39).

É certo que as massas minerais em casos como os depósitos carboníferos e, principalmente, em se tratando de domínio latifundiário, ou de extensos lotes de lavra, podem corresponder à área do superficiário. Mas, esse estado de coisas é uma exceção. As particularidades e a natureza da mina bastariam, entretanto, independente de outras razões e circunstâncias, para justificar a dicotomia jurídica e econômica da propriedade mineral e territorial. A concepção de uma propriedade existindo sobre si mesma, como coisa destacada do terreno, qual a jazida mineral, é originariamente uma *abstração*, criada como instrumento teórico da destinação prática da riqueza mineral. “A aleatoriedade da mineração”, *éste noble juego de azar amparado por la ley*”. (Enrique Ro-

driguez. Código de Minerio de la República Argentina, pg. 3. Buenos Aires, 1932) — exige normas jurídicas diferentes das comuns, e impõe logicamente a modelação de uma propriedade especial.

Empiricamente sentida desde o mais distante passado, a separação jurídica das duas propriedades — a do solo e a da mina — assume a sua sistematização científica no Código mineiro napoleônico de 1810. Destacadas do solo pelo ato da concessão, *les mines sont des propriétés nouvelles*, dizia Napoleão no Conselho de Estado, na memorável discussão da lei. Essa construção abstrata atuando, por sua vez, como meio de ação prática, transformou a mina numa integridade material orgânica pela integração desta nos diversos elementos necessários ao seu aproveitamento, pondo em função para esse fim a superfície e as camadas subterrâneas. Aquela *propriedade nova* adquire, desta forma, um completo primado. O dualismo legal desses *domínios* — o do solo e o da mina — traduz uma necessidade lógica e econômica, imposta pela própria natureza ao seu objeto e das exigências e condições da mineração, por sua finalidade, eminentemente de ordem social.

O dualismo jurídico dessas propriedades instituiu-se por uma imposição da realidade e do interesse público. O artifício da separação legal das duas propriedades deriva da própria razão das coisas. É um dado real e originário, portanto, de direito natural, segundo a concepção de Geny (*Science et Technique*, tomo II, pag. 371) — No sistema jurídico nacional, essa separação para o efeito do aproveitamento da jazida é um imperativo constitucional (art. 143 da Const.).

A legislação colonial brasileira atendida à situação de incoincidência de jazida com os limites da superfície, permitindo o seguimento da *beta* que se prolongasse através da *data* vizinha (1.º Regimento de terras mineiras do Brasil, de 11 de agosto de 1613). É o princípio do *extra-lateral-right* do direito norte americano (*Costigan-Handbook* ou *American Mining Law*, página 138) e do antigo direito mineiro das colônias hispânicas, *da internacion de labores en pertenencias ajenas*, consagrado na "Ordenanzas" do Perú, quando se tratasse de filão principal, e conservado, com modificações, no regime legal de algumas repúblicas da Amé-

rica Latina (Enrique Rodriguez — Código de Minerio da República Argentina — páginas 203.204).

Todavia, apesar dos progressos científicos modernos que facilitam a localização da jazida, prevalece em geral, no direito positivo como ocorre entre nós, o critério da mina concebida como um volume geométrico correspondente, na sua extensão, à área territorial e limitada, na sua profundidade, por planos verticais indefinidos. (art. 64, do Cód. de Minas).

A propriedade mineral compreende geralmente a substância principal e as secundárias com que ela estiver associada no depósito (art. 4.º, número XV e 46 do Código de Minas).

As espécies minerais se apresentam freqüentemente em associações e mostram, segundo a bela imagem do notável geólogo Georges Mureau, quase sempre as mesmas simpatias, provando assim ter uma lei presidido ao seu nascimento. Aparecem comumente agrupados, conforme os exemplos fornecidos por de Launey, a blenda e a galena, a pirita de ferro e a de cobre, o ouro, o quartzo, o níquel e o cobalto, o ouro e o telúrio, o estanho e o volfrâmico, o mercúrio e a tetracrita, etc., e ainda combinações múltiplas como as seguintes: ouro, quartzo, pirita de ferro e de cobre; galena, blenda, ferro spático, dioligita, calcita, baritina; urânio, cobalto, cobre e níquel e molibdeno, como ocorre nas jazidas de Katanga. Estas, observam M. F. D. Prince Ringuet e M. L. Dumas, exibem gama mineralógica que permitia constituir uma coleção única no gênero, com a circunstância de apresentarem alguns minérios de alto valor econômico.

Às vezes torna-se difícil estabelecer, sob o ponto de vista econômico, a distinção entre as substâncias principal e secundária.

Ainda se nos deparam, no curso da exploração da mina, hipóteses de substituições metalíferas. Nas jazidas de Corwall, desaparecido o cobre, encontrou-se nas camadas mais profundas o estanho.

É a geologia determinando a ordem jurídica, pois estas diversas ocorrências mineralógicas exigem correspondente disciplina legal. Em alguns casos, surgem situações que não encontram solução prescrita no direito positivo, conforme registra Mar-

cel Ondedieu (de *Permis d'exploitation des mines*). Na lavra de uma *mineira* (*miniére*), de ferro verificou-se a existência de dois depósitos de minério de manganês, cuja disposição, sob o ponto de vista técnico, não permitia considerar estes últimos como substâncias conexas das já exploradas. Acontece, porém, que a legislação francesa, sobre as *miniéres* somente sendo aplicável aos minérios de ferro e de alumínio, viu-se a empresa legalmente impossibilitada de extrair o minério de manganês, por meio de *autorização do Prefeito*.

A dificuldade, observa Aguillon, reside no caso da instituição de concessões distintas para substâncias diferentes, em consequência de jazidas organicamente separadas e desde que se venha descobrir a existência de depósitos em que as duas substâncias se encontram intimamente mescladas, ao ponto de serem conexas.

A conexidade de jazidas de ferro e de zinco é de tal natureza que um e outro devem ser explorados simultaneamente pelo mesmo sistema de trabalho. (Louis Aguillon, *Legislation des Mines*. Paris, 1886).

A propriedade mineral pode abranger, na conformidade de extensão do título institucional, uma ou diversas substâncias. O direito inglês, moldado no sistema acessionista, permite esse regime, que a legislação dos diversos países consagra.

Há, neste sentido, uma propriedade *monovalente* ou *polivalente*.

Os minerais de valor econômico, não concedidos, são suscetíveis de uma nova concessão ou independente. (Cód. de Minas art. 42, n.º XV e art. 6).

E' a superposição das concessões, isto é, de propriedade, taxada por Lamé Fleury, de nefasta, pelas perturbações que costuma gerar em consequência do conflito de interesses entre os vários concessionários. E não é só. O sistema permite a criação da indústria dos *piratas brancos*, como os denominam os franceses, verificado já, em considerável proporção, na *Indo-China* — a indústria da obtenção de concessões superpostas, ante cujos incômodos e embaraços os empresários reais se vêem forçados a comprar, a bom preço, a sua própria tranquilidade. (De Lafaulotte — *Le Réglementations Miniére en Indo Chine*, pág. 42).

De acôrdo com o Decreto-lei número 366, de 11 de abril de 1938, quando, durante a pesquisa ou lavra de um jazigo petrolífero, forem encontrados hélio e outros gases raros, puros ou misturados com hidro-carburetos gasosos, o concessionário será obrigado a separá-los e entregar os primeiros, em sua totalidade, ao Governo federal. (art. 9º, § 3.º).

A propriedade mineral desintegra-se desta forma de seus elementos materiais. O assunto é fértil em dificuldades de ordem prática e jurídica.

A criação dessa *propriedade nova*, a mina, como a denominava Napoleão, mesmo no regime acessionista, da Constituição de 1891, em nossos dias, cada vez mais raro, se opera à custa dos direitos do proprietário territorial sobre as substâncias minerais. Os direitos dêste, no sistema jurídico brasileiro, ficaram, com exceções adiante estudadas, circunscritos às jazidas manifestadas, e limitados ou à preferência para explorá-la ou à participação nos lucros da lavra. (Const. Federal, art. 143, n.º 1.º — Cód. de Minas, art. 6.º).

Na realidade, porém, as jazidas brasileiras, em sua quase totalidade, sujeitas ao manifesto, não tendo sido declaradas, foram incorporadas ao domínio do Estado, *ex-vi* do art. 5.º daquele Código. A nacionalização do subsolo mineral, consumou-se desta maneira, em amplas proporções, mas imperceptível à opinião pública, com a mesma indiferença geral, como em 1891 se operou dentro da primitiva Carta Republicana, a *desnacionalização*, de passarem as minas do domínio nacional para o domínio privado. Os direitos de *dominus soli*, nos países onde eles ainda subsistem, sofrem progressivas limitações, reduzindo-se, já, como entre nós a um *minimum jurídico e econômico*.

A quota devida ao proprietário pelo concessionário nos termos da lei vigente, a *redevence* do direito francês, e consoante a tem concebido a jurisprudência e a doutrina estrangeira, é uma indenização pela expropriação parcial que sofre o dono do solo, retirando-se, como se retira, do seu domínio, a jazida. E, como temos sustentado, o direito do superficiário a essa participação nos resultados ou produção da lavra, constitui um *direito real*.

A propriedade do concessionário da jazida é uma propriedade resolúvel, (art. 7.º do Cód. de Minas), organizada, dirigida e finalizada social-

mente, assim como a propriedade do superficiário, sobre as riquezas minerais do seu fundo, limitada, como se acha em nossa lei, não corresponde à nação do domínio máximo do Código Civil, integrado pelo direito de usar, gozar e dispor, livremente da coisa, de sua substância e de suas utilidades. O caráter básico da propriedade privada é a afetação da riqueza aos interesses exclusivos de uma pessoa, "*ratione personae*". A. Desqueyrat, *Propriété Privé et Propriété Institutionnelle*, in *Archives de Philosophie du Droit et de Sociologie Juridique*, — n.º 1-2 — 1935, pg. 156).

A propriedade mineral, com o seu reduzido grau de subjetividade, se caracteriza, ao contrário, como afetação da riqueza — *ratione materiae*, isto é, tendo em vista a natureza da coisa, considerada como um bem eminentemente social. O autor citado, conclui ante o vigente regime legal francês de minas e de energia hidráulica, que o problema do proprietário desapareceu — "Et il a disparu parce que nous ne sommes pas en face d'une propriété privé, mais que nous sommes en face d'une propriété institutionnelle". (ob. cit., pg. 178).

Não parece exata a conclusão de que, no sistema da lei francesa de 1919, não há proprietário da jazida. Antes da concessão, o superficiário é um proprietário-guarda, um senhor inativo das riquezas minerais do seu fundo. Pesquisada a jazida, nasce uma propriedade independente, existindo sobre si mesma, a qual, até ser atribuída ao concessionário, não tem um proprietário formal, — situação, entretanto, que não se confunde com a da *res nullius*, porque êsse bem tem uma destinação especial e inevitável. A esta altura existem os direitos do inventor decorrentes da descoberta e do proprietário do solo, o *redevence*, na qual se concretizará o domínio que lhe assistia sobre os minerais encravados em seu terreno. As relações jurídicas, assim engendradas escapam à autonomia de vontade, predeterminadas e controladas como são, legalmente. Os interessados particulares perdem a condição clássica de contratantes e se transformam em funcionários da coletividade. Até a investidura da concessão, a propriedade não tem um dono determinado, e, por outro lado, não é coisa de ninguém.

Finalmente, quando aparece o proprietário, neste descobrimos antes o

administrador de uma riqueza pública, que um *dominus*.

Em toda essa série de relações e instrumentos jurídicos, criados e finalizados sob o imperativo de uma idéia social, a partir da própria separação das duas propriedades, revela-se a *técnica-função da instituição*, cuja teoria ganha terreno dentro de uma concepção mais ampla. "Le temps travaillé pour l'institution, e avec le temps, l'opinion" — L'institution entendue d'une raison analogique, désignera-t-elle, en définitive, la série indéfiniment nuancée e des sujets de droit constitués par l'incorporation idéale de personnes humaines, les institution — personnes, du doyen Hauriou? y englobera-t-on les objets de droit constitués par l'incorporation idéale de choses matérielles — les "institutions-choses"? L'élargira-t-on jusqu' aux "institutio regles" (le regime politique, les lois, la coutume) et aux "instituition-mecanismes" de M. Buche (Le cadastre, le caseur judiciaire)? la theologie systematique viendret-t-elle à s'emparer (il y a une si remarquable sumétrie entre le donné juridique et de donné révélé, la formation législative et la formation dogmatique, la science droit et la sacra doctrine, dans la graduation de leur continuité et l'homogénéité de leur developpement, que la confrontation des deux methodologies peut bien reserver des surprises)? Nous n'en savons rien. Qui decidera? L'usage! Mais l'usage n'est pas fixé; et la raison analogique d'institution sera plus ou moins compréhensive suivant l'extension qu'au fin de compte l'opinion consacra; elle s'est prononcée sur la raison de contrat, et cette raison est claire: *duorum pluriumve in idem placitum consensus*; quant à la raison d'institution, il est bien possible à la technique de la cristalliser pour l'usage pratique, dans l'un ou l'autre des modes entre lesquels elle oscille: précisément parce que, comme la si bien montré Fr. Geny, la technique est artifice et contrainte; mais la science ne peut que constater; la science sociale s'accommode de la complexité de la vie collective; la science juridique que n'as pas le droit de sacrifier l'exactitude à la clarté. — Georges Renard, de l'Institution à la Conception Analogique du Droit — *Archives de Philosophie du droit et de Sociologie Juridique* — n.º 1-2, pg. 112).

A teoria da propriedade da mina, como propriedade institucional, não

contraria o sistema jurídico brasileiro, antes, com ele se harmoniza.

Os diversos sistemas de conceituação jurídica do domínio e exploração das minas.

2. De acôrdo com os fundamentos filosóficos, econômicos, jurídicos, históricos e sociais, em que se baseiam, surgiram, a começar dos fins do século XVIII, vários sistemas doutrinários de conceituação do domínio e exploração das minas. Esses sistemas revelam os vivos debates, que assinalam as vicissitudes da evolução da propriedade mineral, e, particularmente, a luta dos juristas e economistas contra o regime do domínio absoluto do superficiário sobre as riquezas do sub-solo. A matéria assumiu revelância na história da política mineral, e de modo especial na elaboração do nosso Código Mineiro de 1934.

Sistema Dominial e Regaliano.

Os referidos sistemas podem classificar-se da seguinte forma: dominial regaliano, o da *res nullius*, o da *res omnium*, o da inapropriabilidade do ignôto, o da ocupação ou da liberdade industrial ou mineira, o da mina aos mineiros, o da reserva estatal, o da adjudicação em hasta pública, o da acessão ou fundiário, aos quais juntamos o sistema *fundiário-concessional*.

No sistema dominial, as minas, consideradas, por alguns de seus defensores, *res omnium*, pertencem ao Estado, que as explora diretamente ou mediante concessão.

Este é o conceito dominante do regime da dominialidade (J. H. N. de Fooz, *Legislation des Minas*, pg. 24; P. Gaillard; *Legislation des Mines*, pg. 159; Louis Aguilhon — *Legislation des Mines*, vol. I, pg. 8; M. Paul, Weis et René Etienne — *Mines et Minières et Carrières*, pg. 6; Louis Hypolyte Biot — *De la propriété des Mines et ses rapports avec la propriété superficière*, pg. 13; Edmond Bocquet — *Modifications récentes apportées à la Legislation Minière*; pg. 14; Fernand Giraud — *Code de Mines et Mineurs*, T. 1.º, pg. 12; Furtado de Menezes — *Memorial apresentado ao Cons. de Minas do Estado de Minas Gerais*; Henrique Carpenter, *Exposição sobre o ante-projecto da lei de Minas* — *Diário Oficial* de 30-11-31; T. Cuvillier — *Legislation Minière et Contrôle des Mines*, pg. 4).

O sistema dominial distingue-se, assim teoricamente do regaliano, conforme uma corrente talvez, predominante. Estes regimes têm sido, porém equiparados, com inteiro fundamento, por muitos juristas (— Henrique Rodrigues — *Código de Mineração*, pg. 10 — Rudolf Isay — *Le Droit Minier des Principaux Etats Civilisés*, pg. 34; — Estevam Lobo *Justificação de projeto de 11-11-1902*. Ans. pg. 69; Figueira de Mello — *Tese do Concurso*, pg. 105. —)

Na realidade, estudado na sua gênese histórica, o sistema regaliano se confunde com o dominial, porque a *regalia* surge no direito feudal, como um direito de propriedade do subsolo, exercido pelo príncipe como atributo de soberania. Neste sentido, pode-se dizer que esse regime só existe na história (*Dizionario Pratico del Diritto Privato*, Vittorio Scialoja — V. Miniera).

Mas, as necessidades da construção teórica levaram seus preconizadores a desnaturá-lo e a dar-lhe como fundamento a concepção da mina como *res nullius*, cabendo dest'arte, ao Estado, como entidade política soberana e representante da coletividade e não como proprietário, conceder a jazida e fiscalizar seu meneio.

O sistema dominial é também assim denominado, na acepção adictada por Vassali, de regime concessional, contraposto ao fundiário e ao da liberdade industrial, sem implicar a propriedade do Estado.

Daí invocar-se, muita vez, erroneamente a opinião de juristas e juizes, nas quais a confusão dessa nomenclatura importa em graves consequências de interpretação.

Na maior parte das Nações, as minas se acham incorporadas ao patrimônio do Estado, que as entrega ao particular para exploração conforme o respectivo regime legal, ou explora diretamente como entidade industrial. Exemplos desta última forma são, dentre outros, os Jacimientos Petrolíferos Fiscales da Argentina, algumas minas alemãs, as antigas minas de carvão do Sarre, as de potassa da Alsácia, que passaram a título de indenização de prejuízos de guerra, a propriedade da França, em virtude do Tratado de Versailles — os do Sarre, com curiosa alienação do subsolo de um Estado a outro. De acôrdo com o art. 74 do mesmo Tratado, a Alemanha ficou obrigada a indenizar os industriais e proprietários expropriados.

São conhecidos os argumentos contra a gestão comercial ou industrial do Estado — ausência de incentivo individual e burocratismo da administração. Em contraposição a esses argumentos, sustenta-se que o Estado, como chefe da empresa econômica deve objetivar o bem da coletividade, e que precisamente a ausência de lucro é o corolário de uma gestão desinteressada, organizada para fornecer à sociedade produtos e serviços mediante preços mais baixos pela razão mesma da inexistência de fins lucrativos. Após a guerra mundial, com as transformações que ela determinou, o Estado evoluiu consideravelmente como organismo econômico, mesmo pela absorção que ele hoje pode fazer em certos casos dos elementos técnicos da experiência e da organização da empresa. Acresce, ainda, particularmente quanto à indústria mineral, que os riscos de exploração e a necessidade de vultuosos capitais para sua movimentação, nem sempre ficam ao alcance das possibilidades individuais. Assim, não é lógico condenar-se de um modo absoluto o regime do Estado industrial, regime, cujo limite de aplicação depende da capacidade e vigor de iniciativa particular e das circunstâncias peculiares às condições da indústria estatizada.

Finalmente, o Parlamento inglês votou a nacionalização das minas de carvão e de sua indústria (Government's Coal Industry Nationalization Bill), de acordo com o programa do Partido Trabalhista.

Esse ato que envolve uma das mais profundas transformações da ordem jurídica, econômica e social, do mundo moderno estabelece a indenização dos proprietários mediante a avaliação fixada por um tribunal composto de 2 Juizes da Suprema Corte e um membro escolhido pelo Ministro dos Combustíveis e a Força e pela Associação de Minas da Grã-Bretanha.

Foi instituído o Monopólio das explorações carboníferas, o qual ficará a cargo do Departamento Nacional do Carvão (National Coal Board).

A nacionalização abrange 750 empresas. Combatida pelos conservadores, foi adotada na Câmara dos Comuns, nas diversas votações, por 359 votos contra 182.

Mignerón definiu o conteúdo do direito regaliano, nas seguintes atribuições que este confere ao Estado: 1.º) — a de regular o destino da proprie-

dade subterrânea, ou em outros termos, conferir o privilégio de explorá-la às pessoas que possam dar-lhe valor; 2.º) — a de vigiar sua exploração em suas relações com a ordem pública, com a conservação do solo e com a segurança dos operários; 3.º) — a de perceber certos tributos sobre a produção da mina.

Passando em revista as diversas conceituações desse sistema, Louis Aguilhon, salienta que ele não tem sido invocado, muitas vezes, senão em oposição ao direito privado do proprietário da mina, por acessão, a fim de assinalar a natureza das duas propriedades — a do solo e a do subsolo. (*Legislation des Mines, Vol. I, pág. 14*).

O sistema regaliano, segundo o concebe grande número de juristas, não difere do da *res nullius*, e como este, é também, antes, um instrumento teórico que um dado do direito positivo.

Sistema da "Res Nullius". teorias de Werenberg e Gosterding — Deturpação do Instituto da "Res Nullius", sua noção jurídica.

3 — O sistema das *res nullius*, preconizado por Dalloz, que foi o seu mais eloquente defensor Foucroy, Dupont, Duffour, Niot, Lamé Fleury e outros, considera a jazida mineral coisa sem dono até o dia em que o Estado, representando os interesses da sociedade, ou segundo a concepção de Dalloz, "como tutor da riqueza pública", as atribuir a um particular de sua eleição. As minas antes de atribuídas a alguém, pertencem *virtualmente* a todos, e *atualmente* a ninguém, porque toda pessoa pode pedir a concessão e obtê-la, porque enquanto não forem concedidas, não são disponíveis nem exploráveis. (Dalloz — De la propriété des mines. T. I, página 28).

Este sistema — sustenta Biot — não é contrário ao direito natural, mas pode conter-se nos limites da imparcialidade e dar a cada um o que lhe é legitimamente devido: ao Estado, encarregado da inspeção das minas, uma retribuição (*redevance*) anual, ao proprietário, cujo terreno é depreciado pela criação de uma propriedade subterrânea, uma indenização anual, uma indenização, outro sim, ao inventor, que procurou para seu país uma nova fonte de riqueza. (Ob. cit., pág. 17).

Em suma êle se confunde com o *regaliano*, tomado êste no seu sentido desvirtuado, qual deixamos definido, e repousa na *ficção* engendrada, da mesma forma que a da mina equipada a bens vacantes, de Detrootz, para solucionar o conflito entre a noção individualista do domínio e o interesse público da exploração das riquezas minerais. A teoria da mina, concedida como *res-communis*, defendida por Werenberg e outros, e a da inapropriabilidade do ignoto (Gósterding), identificam-se nas suas consequências com a da *res nullius*.

A noção jurídica da *res nullius* e da *res derelicta*, herdada do direito romano, não se aplica às minas desconhecidas ou inexploráveis, no sistema legal dos diversos países.

Ela é uma noção referente aos móveis. *Res nullius* é a coisa que não está sujeita ao direito de propriedade ou não pertence a pessoa alguma em oposição a *res alicujus*, que está subordinada a êsse direito ou pertence a determinada pessoa. (Ribas — Direito Civil, pág. 416, § 32).

Sem qualquer influência doutrinária estranha, a jurisprudência americana amparando o petróleo e os gases naturais, quando ocorrem em terreno diferente ao de seu depósito, *a ferae naturae*, consideram-os apropriáveis "These minerals are of afiguracions nature and Celong to the one who brings there to the surface (Morissons Mining Rights — pág. 660)". Mas isto não se relaciona em absoluto com os fundamentos e as teorias citadas, que jamais preocuparam os americanos e ingleses, dentro de sua concepção prática e ao mesmo tempo simples, inteiramente alheia às sutilezas metafísicas em torno da questão da propriedade mineral.

A *res derelicta* é a coisa que tendo sido apropriada foi abandonada voluntariamente pelo proprietário. A derelicção pressupõe a vontade de renunciar ao domínio. São umas e outras, coisas móveis que a lei expressamente influe na categoria de coisas de ninguém, como susceptíveis de apropriação, isto é, aquisição breviter por meio de ocupação ou invenção. (Lacerda de Almeida, Princípios Gerais — Direito das Coisas, pág. 124).

Cristalizando em normas precisas os princípios vigorantes a êste respeito no Direito Brasileiro e consagrados tradicionalmente no direito em geral, dispõe o Código Civil (art. 593):

"São coisas sem dono e sujeitas à apropriação:

I — Os animais bravios enquanto entregues a sua natural liberdade;

II — Os mansos e domesticados, que não forem assinalados, se tiverem o ato de voltar ao lugar, onde costumam recolher-se, salvo a hipótese do art. 546;

III — Os enxames de abelhas anteriormente apropriados, se o dono da colméia a que pertenciam os não reclamarem imediatamente;

IV — As pedras, conchas e outras substâncias minerais, vegetais ou animais arrojados às praias pelo mar, se não apresentarem sinal de domínio anterior".

Já antes da nossa codificação civil, era possível, e, também hoje, dentro do sistema jurídico das nações cultas, adquirir-se como *res nullius* ou *res pro derelicto*, os imóveis, mas por via de prescrição, pois êstes como então e atualmente, ou pertencem aos particulares ou aos Estados.

O imóvel, de acôrdo com a tradição jurídica fixada em nosso Código Civil, tornava-se bem vago, si praticadas tôdas as exigências legais, não aparecerem herdeiros (art. 1.593 e somente passados 30 anos da data da abertura da sucessão, o Estado ou a União os adquira por via prescricional (art. 1.593). O Decreto-lei n.º 1.907, de 26 de dezembro de 1939, modificou profundamente o instituto, reduzindo não só o prazo para 6 meses, mas, restringindo a vocação hereditária. Finalmente, o Decreto-lei n.º 8.207 de 22 de novembro de 1945 alterou o regime de vacância da herança.

A Teoria de *res nullius* aplicada no âmbito do Direito das Gentes, justifica-se, porque se trata de zonas não incorporadas ao domínio de qualquer Estado.

A história da evolução jurídica, e tão pouco os regimes legais vigentes ao tempo da elaboração da teoria da *res nullius*, não autorizam concluir-se que determinado sistema legislativo a tenha aplicado quanto à propriedade mineral. A teoria, formulada ao alvorecer do século XIX com construção engendrada para atacar, dentro da própria cidadela do direito de propriedade individual, o domínio dos superficiários sobre os minerais, repetida sem maior exame, mesmo por juristas de prôl, confundida por outros e algumas vezes utilizada intencionalmente, atravessou os tempos, atuando, não raro perturbadoramente, na mentalidade de legisladores e estadistas.

12) — *Influência perturbadora da "res nullius" na legislação brasileira — Aplicação da Teoria do Instituto.*

4 — O Código de Minas, conforme confessou seu ilustre e principal inspirador, o então Ministro Juarez Távora, a cuja sinceridade patriótica rendemos homenagem, reflète a influência dessa errônea concepção doutrinária, inconciliável com o sistema jurídico brasileiro. Na exposição de motivos anexa ao Decreto n.º 24.642 de 10 de julho de 1934 (Código de Minas) publicado após a Constituição daquele ano, diz S. Ex.^a "na realidade por estas circunstâncias, o regime jurídico instituído para as minas no Brasil é o de autorizações de concessões dos poderes públicos, como méros administradores, não sendo, em suma, senão o da *res nullius* em sua mais pura acepção. A ninguém pertencem de fato as minas; como detentores as terão aqueles que as lavrarem enquanto mantiverem a lavra em plena atividade".

Essa influência vinha já do seio da 9.^a Sub-Comissão Legislativa, onde parecia o ponto de vista de que a mina descoberta é coisa sem dono. E esse raciocínio fundava-se na erronea de De Launay, de que a lei francesa declarou a jazida ainda irrevelada *res nullius*.

Era o velho princípio metajurídico, bebidos nas suas próprias nascentes teóricas, que reaparecia mais uma vez como instrumento preparatório de denominação ampla, e como se fora uma realidade viva do direito.

Dentro da nossa organização constitucional ontem, assim como na atual, ou de um modo geral, dentro do sistema jurídico brasileiro, não ha lugar para esse princípio. O subsolo mineral pertence ou ao domínio do Estado, ou dos particulares.

Sistema de ocupação ou da liberdade industrial.

5.º Turgot, em sua célebre "Mémoire sur les Mines et Carrières", assim justifica a construção do sistema de ocupação ou da liberdade industrial; "as substâncias não pertencem a ninguém até que o subsolo seja lavrado. Quem as extrai, delas se apropria a título de seu trabalho, como primeiro ocupante, e o proprietário do solo que minera em seu terreno não tem outros direitos".

A teoria de Turgot surgiu justamente em oposição a da acessão da

mina ao solo defendida na Assembléa Constituinte Francesa por Lamarviller e outros Deputados na Legislatura de 1791.

O grande economista sob o influxo das idéias de liberdade individual não preconizava a intervenção do Estado para regular a aquisição e aproveitamento da propriedade mineral e sua relação com a propriedade superficial. E, por isso Mirabeau, na Assembléa Constituinte Francesa, disse ironicamente, combatendo o sistema: "on aura bientôt d'autres mines "que des mines de privés".

Na Assembléa Constituinte venceu, porém o ponto de vista sustentado por Mirabeau, de que as minas por sua utilidade geral, deviam ficar à *disposição da nação*, de acôrdo com o fórmula da lei n.º 1.791, a qual mantém o direito do proprietário, subordinado ao poder conferido ao Estado para conceder a jazida, (P. Gaillard. *Legislation des Mines*), sem o prevalecimento da noção do subsolo concebido como *res nullius* — Thiers defendeu o sistema da ocupação, acentuando-lhe o fundamento básico: le fonds pouvant treatre d'un nouveau travail, devient le theatre d'une nouvelle propriété, que, sous la surface qui appartient au labourieur se forme une autre possession, qui appartient ou mineur".

Aplicação do sistema em diversos países sem fundamento na "Res Nullius" — Artificio doutrinário para conciliar o princípio da dominialidade e o de propriedade individual.

O sistema de ocupação consoante concebeu Turgot no presuposto de que a jazida inexplorada não pertence a ninguém, não teve foros de cidadania na legislação. Esta acolheu o princípio da ocupação como meio aquisitivo do direito e lavra ou a propriedade da mina, o que já figurava no direito romano e nas antigas leis de minas das colônias da América Latina, sem base porém na *res nullius*, pois o subsolo era do Estado. A ocupação aí está no sentido de uma apropriação jurídica do descobridor ou explorador, traduzida em atos de prioridade.

A *mining law* americana votada nos *miner's meetings*, da Califórnia em 1850 e mais tarde pelos de Alaska (1897), basea-se na posse, como base do direito do explorador sobre as jazidas das *public lands*. E, ao alvore-

cer do século XX, vemos, como meio de encorajar a iniciativa privada, o sistema de ocupação preconizado por Lamé-Fleury e Aguillon, no relatório de 1884, sobre o projeto de regulamentação das minas da Indo-China, as quais sendo originariamente de propriedade do Rei de Annam, passaram, em virtude da convenção de 1885, a ser exploradas, de acordo com a legislação adotada pelo governo francês, sem perder ela porém, o caráter de bens do Estado. (111). A. Lafolette — La Reglementation minière en Indo-China, pág. 24.)

O direito germânico assentava largamente no princípio da liberdade de violação aparente ou formal do direito individual, decorrente da acesão e ainda sem reconhecer-se ostensivamente o direito dominial do Estado.

A legislação dos diversos países jamais consagrou entretanto, como *res nullius* ou *res pro derelicto* as riquezas do subsolo.

Uma engenhosa construção teórica, que tem resistido os tempos, sem que uma boa parte de juristas se apercebesse do culto desse *idolum fori*.

Mas a verdade é que essa construção não figura no direito positivo, e nem dele emana o princípio em que se funda. E, assim, os dois primeiros monumentos legislativos básicos do direito mineiro, construídos pelo gênio jurídico da França, a lei de 28 de junho de 1791, com a sua fórmula — “as minas à disposição da Nação”, e a lei napoleônica de 21 de abril de 1810, com a concessão gerando uma propriedade nova, não deixam de consagrar, em última análise, o regime da acessão, sob uma forma restritiva, instituída a bem da utilidade pública, com se demonstra com o apoio na doutrina e na jurisprudência.

O regime denominado da ocupação ou da invenção não deixa, por sua vez, de ser uma criação em oposição ao sistema acessionista, muito embora aquele regime possa combinar-se com este como ocorria no sistema da lei n.º 4.265, de 15 de janeiro de 1921, e também com o dominial. A sua instituição quem num, quer noutro caso visa satisfazer aos interesses da iniciativa e atividade individuais.

Em qualquer dessas hipóteses o direito do ocupante ou inventor nasce,

(111) — La Reglementation minière en Indo-Chine A. Lafolette, op. cit. 24. porém, independente do instituto da *res nullius*, que mal concebido e interpretado entre nós, tem nesses úl-

timos tempos influído desorientadoramente na formação do nosso novo direito mineiro.

O sistema da mina aos mineiros ou sindicalistas — Sistema de reserva estatal — Sistema de adjudicação.

7 — O sistema da mina aos mineiros, ou sindicalista assenta no princípio do trabalho, como fonte originária do direito de propriedade e da justiça distributiva. Tomou relevo sob a influência dos ideais socialistas. Os operários deverão participar dos lucros da empresa, o que já se pratica largamente, ou mesmo serem proprietários de ações, com a faculdade de intervir na direção industrial e econômica ou exercê-la integralmente, por meio de seus órgãos de classe. Um exemplo invocado, embora não seja o de uma exploração meramente operária, é o das minas de ferro de Rancie, exploradas por 8 comunas de Ariège, desde data imemorial, que aliás tem sido deficitárias. (Edmund Bocquet — *Defiactions récentes opportées à la législation minière*, pg. 20).

Algumas sociedades mineiras ensaiaram, ao amanhecer do século atual, o regime, como as Companhias de Revi-de Gier e Monlhieux, instituindo ações para os mineiros. A lei francesa de 1919 estabelece o direito de participação nos lucros da lavra.

O sistema da reserva estatal.

8 — O sistema de reserva estatal, como conceitua Rudolf Isay, é uma forma intermediária entre a da livre ocupação da jazida e a da concessão governamental. O Estado tendo em vista o interesse público ligado a determinadas substâncias minerais, exclui-a da pesquisa e exploração pelos particulares, como a reserva instituída na Alemanha, em relação ao lenhito e carvão, em certas regiões, e a instituída pelo decreto-lei brasileiro n.º 366 de 11 de abril de 1933, sobre o hélio e outros gases raros que se encontrem, puros ou de mistura com os demais gases naturais.

O decreto n.º 3.701 de 7 de fevereiro de 1939, de acordo com o disposto no citado decreto de n.º 366, converteu em reserva petrolífera a região do Recôncavo, no Estado da Bahia, depois do auspicioso acontecimento da ocorrência do óleo em Lobato, naquela região.

Ao lado das reservas instituídas de um modo geral, abrangendo jazidas particulares, há o regime de reservas

de zonas minerais em terrenos públicos, como as posta em prática nos Estados Unidos, a partir da lei de 25 de junho de 1910, em relação às zonas petrolíferas, gasíferas e carboníferas, e na Argentina, quanto ao petróleo depois da descoberta dêste. (1907).

O sistema de adjudicação.

9 — O sistema de adjudicação em hasta pública é um regime subsidiário. Vigorou no Brasil no período monárquico quanto ao arrendamento de lotes diamantinos, (lei de 25 de outubro de 1832, art. 11, lei n.º 374, de setembro de 1845), e é adotado na Indo-China, nos termos da legislação francesa que reserva para essas fins determinadas regiões. (Dec. de 26 de janeiro de 1930. Segundo a justificação feita por Lamé Fleury no seu célebre relatório sobre as minas daquele país, somente as conhecidas deviam ser adjudicadas em praça, pois que não exigiam a iniciativa e esforços do descobridor. E conclui que o sistema é o meio mais natural de dar satisfação a dois interesses: o do Tesouro, que não deve ser desprezado em vista da responsabilidade incumbente ao Estado no desempenho de sua função civilizadora no Protetorado, e o interesse da indústria. — (A. Lafaletto — Ob. cit. supra, páginas 25-177).

Sistema de acessão e sua atenuação na Constituição de 1891.

O sistema de acessão ou fundiário considera as minas acessórias da superfície, como uma extensão do domínio absoluto do superficiário. Praticamente, ele não subsiste mais com essa amplitude.

É o sistema do domínio *usque ad inferos et ad coelum* que os glosadores vinculam infundadamente ao direito romano, em cujas fontes não se encontram, segundo a conclusão de eminentes romanistas, vestígios dessa hiperbole.

Por direito natural — disse Marlin justificando — o sistema — o proprietário do solo pode extrair livremente das minas contidas num terreno as substâncias minerais, como pode cultivá-lo e colher seus frutos.

Os fisiocratas, tendo à frente Quesney, sustentaram o acessionismo.

Esse era o regime da constituição brasileira de 1891, cujo artigo 72, § 17 o consagrou como demonstra Calógeras sob uma forma atenuada: "As minas pertencem aos proprietários do solo, salvo as limitações que forem

estabelecidas por lei a bem da exploração dêste ramo de indústria". A Constituição de 1891, mal interpretada sob a influência de tendências individualistas, instituiu, em substância nesse dispositivo, uma propriedade de caráter social, destituída da superfície. — Adotam-no a Inglaterra, exceto quanto ao ouro e à prata, os Estados Unidos, ao lado do sistema de ocupação quanto às minas das *public lands*. É certo que esse sistema já não conserva a sua amplitude original. Muitas limitações lhe tem sido impostas como fizera o artigo 72 do nosso 1.º estatuto republicano sob cujos princípios foi elaborada a lei número 4.265, de 15 de janeiro de 1921, regulamentada pelo decreto n.º 15.211, de 28 de dezembro do mesmo ano, estabelecendo o direito do descobridor e a fiscalização do Estado sobre a exploração da lavra.

A legislação do período discricionário a Constituição de 16 de julho de 1934, assim como o Código de Minas de 10 de julho daquele ano, e publicado, porém, em 20 do mesmo mês, e a Const. de 10 de novembro de 1937, no que diz respeito ao *artificio legal*, da conversão da mina em imóvel juridicamente destacado do solo, já encontram a instituição da propriedade mineral cristalizada em clara e definida evolução.

A disposição do artigo 118 do Estatuto de 1934, reproduzida no § 4.º do art. 142 da atual Carta — de que as minas formam propriedade distinta do solo — tinha suas raízes numa velha tradição jurídica nacional.

O chamado regime acessionista não era, pois, incompatível, com a separação das duas propriedades — dualismo jurídico perfeitamente conciliado no direito anterior do Código de Minas. Entretanto não faltaram, principalmente na fase da construção do novo direito mineiro, proeminentes vultos do governo do país, que enxergassem na abolição daquele regime a providencial solução do problema da mineração nacional. Essa falsa noção não encontra apoio também na experiência jurídica das nações estrangeiras. Assim, no sistema de acessão da *common law* inglesa, com a sua base fundamentalmente costumeira, a estrutura da propriedade mineral utilizou-se em numerosas formas — propriedades independente em planos horizontais — uma espécie de domínio superpôsto e estratificado, propriedade limitada a alguns ou a todos os minerais, coexistindo com outras mo-

dalidades jurídicas de exploração da mina — *a lease e a licence*.

A *Common law* inglesa que, aliás, criou diversos institutos atenuadores do domínio absoluto do *land lord* experimentou no curso da grande guerra e após esta, importantes restrições ao acessionismo, como o Petroleum Production Act., de 1918, submetendo as pesquisas e explorações petrolíferas no Reino Unido a um verdadeiro regime concessional, o Coal Emergency Act de 30 de março de 1920, instituindo o controle da produção, exploração e venda do carvão; a lei de 1.º de agosto de 1930, regulamentando a extração e comércio desse produto: (Fernand Pupré — *L'Industrie Minière Inglaïse*, pg. 115 — Editions et Publications Contemporaines — Paris — 1931) (114) e coroando essa evolução, temos o Petroleum Production Act de 12 de julho de 1934, a que até então nos referimos, atribuindo ao Estado a propriedade das jazidas petrolíferas.

Por fim a Grã-Bretanha chegou a nacionalização das minas de carvão.

Aliás nos Estados Unidos, o petróleo e o gás combustível escapam, em certos casos, à acessão.

O direito sobre estas substâncias, errantes e fugídias, firmam-se pela apropriação onde afloram, embora procedam de outro terreno. A lei de 1919 do Texas, destinadas a assegurar a conservação de jazidas petrolíferas do Estado, e cuja validade foi reclamada pela Justiça, e uma restrição ao domínio do proprietário (115) (Filhal *Legislation de Pétroleo*, pág. III).

11. As objeções à teoria clássica da acessão, concebida como o direito de veto absoluto do superficiário sobre a moralização da jazida, fundam-se em razões de ordem prática e técnica, além das razões de ordem social e filosófica. Dentre as primeiras, figura a necessidade da unidade da exploração da lavra, a qual exige a independência da mina em relação à propriedade do solo.

A indivisibilidade da mina é condição indispensável para seu manejo econômico e científico.

São evidentes os conflitos e antagonismos entre o destino da superfície e indústria mineira. Além disto, importa assinalar os embaraços decorrentes do condomínio territorial, já por si mesmo fonte de tantos entraves para a utilização do solo, os quais não desaparecem com a divisão de coisa, porque, afinal, parti-

lhada e individualizado, o solo permanece a localização das jazidas, sem correspondência com a superfície.

A sorte da mina acompanha no sistema acessionista puro as incertezas e vicissitudes jurídicas do terreno, quanto à sua legitimidade, divisão, confrontação, etc.

A indústria mineira, exigindo por sua vez recursos e capacidades técnicas especiais, não poderia ficar à mercê das possibilidades do superficiário.

Finalmente, tendo-se em vista que as reservas mineiras são exgotáveis, decrescentes no tempo, e que sua exploração interessa essencialmente à sociedade, além do mais, pela necessidade de um manejo regular, econômico e preservativo, não podem porém, por todos estes motivos, deixar de revestir as condições e destinos de um bem social. Repele a própria razão natural, ficarem ao arbítrio do proprietário, segundo a noção do acessionismo clássico, a utilização de riquezas de interesse fundamental para a vida humana e a civilização, como o carvão, o petróleo, o ferro e outros, distribuídos sem equidade, pela Natureza.

Objeta-se também que, em virtude de sua importância, a jazida assume a natureza de coisa principal em relação ao terreno. Essas objeções serão, em breve, puras reminiscências históricas, pois, não se compreende hoje, a sobrevivência do regime acessionista clássico.

E' sempre fundamental, sobretudo nos países que começam a criar a sua indústria minerária, combinar o interesse do *dominus soli*, com o do explorador da mina.

O interesse do proprietário territorial estimula-o a fomentar a descoberta e, ao mesmo tempo, traduz-se em útil colaboração com o mineador, especialmente na solução dos antagonismos que a mineração comumente cria entre um e outro.

Sistema fundiário-concessional.
A jazida antes da concessão é "pars fundi".

12 — A lei francesa de 1810, se bem que não considere constituída a propriedade da mina, senão *ex-vi* do ato concessionário administrativo, é uma evolução do regime acessionista. Reconhece conforme jurisprudência fixada pelo Ac. de 4 de janeiro de 1841, de Corte de Cassapio a propriedade do sub-solo, antes da concessão, como um

em do superficiário, mas extra-comércio.

O princípio da lei napoléonica, foi com admirável clareza fixado por M. Cheppe: "Não se quiz proclamar o direito do Estado e tão pouco se quiz reconhecer de uma maneira absoluta o direito do proprietário. Adotou-se por isso, o sistema mixto que, por um lado, autoriza o governo a outorgar as concessões, não em virtude da dominialidade, mas em virtude de sua alta missão de velar pelos interesses gerais, e que, por outro lado, atribui ao dono do solo, a quem se expropria, uma indenização correspondente a esta real e positiva expropriação." (Annales des Mines, tome 14, pág. 529. Ferraud-lyard, deode des Mines et Minneurs, vol. I, pág. 17. Planiol, Droit Civil, II, n.º 2.397; Bondry Lacantinerie-Lei Beni n.º 333; Sphngard, Concessions des Mines, pág.: Planiol Rippert, III, n.º 530, pág. 510, (Confere). Ai temos a essência e estrutura do sistema fundiário-concessional.

A exploração da mina pode, assim, harmonizar-se com o regime de propriedade privada da jazida. Este sistema é que classificamos como fundiário-concessional. A mina, antes de concedida forma *pars fundi*, do qual o Estado a separa, para transformá-la no *propriété nouvelle*, como a denominou Napoleão, sujeita às limitações e exigências, imposta pela utilidade geral e pelas peculiaridades da mineração. A cota de exploração devida pelo concessionário ao proprietário do terreno de que é destacada essa propriedade nova, equiva-le a uma indenização pelo desfalque das substâncias minerais, que o terreno sofre, ao lado dos demais sacrificios de seu destino econômico (Acs. Côte de Cassipio de 4 de janeiro de 1841 e 3 de fevereiro; vide autores citos e A. Colin e Capitant, Droit curt Francois, I, pág. 721). O assunto será estudado, sob este aspecto, em nosso Direito de Minas. O sistema acessionista puro, representa, como vimos, a escola do individualismo econômico e entrou na sua fase de radical transformação, ou mesmo de liquidação. Ele, salvo raras exceções, já não permitem o *vêto* do proprietário contra o aproveitamento das riquezas encravadas no solo.

Finalmente, as minas ou são do Estado ou dos particulares. A lei criou

diversos processos jurídicos em benefício da sua exploração, a fim de colocá-las à disposição da coletividade, chegando para isso ao ponto de retirá-las do domínio do superficiário e transformá-la num domínio independente.

O exame do sistema concessional em sua fonte, a lei de 1810 — e através de sua vida legislativa, de sua prática e da jurisprudência e da doutrina, evidencia a inconsistência da concepção da mina considerada como *res nullius*, antes de concedida, e ainda a sem razão daqueles que sob outro aspecto, vêem no regime da concessão uma exclusão do direito superficiário sobre as riquezas minerais encravadas no seu terreno, não abrangidas pela incorporação ao domínio público. O ar. 118, da Constituição de 1934, e o art. 143 da Constituição de 1937 não poderão ser compreendidos senão dentro desses princípios fundamentais do instituto de individualização jurídica da mina e da concessão. O direito do superficiário, seja o de preferência para a exploração da jazida, seja o de participação nos produtos da lavra (artigo 143, § 1.º da Constituição), adere à coisa — a mina —, e a acompanha. Revela-se aí, um direito real, um novo *jus in re aliena*. (Vide cap. XII páginas 262 e 263).

"C'est toujours un droit réel principal, que ce soit la propriété ou un droit sur chose d'autrui, selon ladéfinition des droits réels principaux qui consistent á se servir d'une chose, d'en tirer toute la jouissance et toute l'utilité dans une mesure plus ou moins complète. Ce droit n'est jamais l'accessoire d'une créance

La conséquence est qu'il sera mobilier ou immobilier suivant que la chose considérée par la foi comme un meuble ou un immeuble... (Modifications récents apportées á la législation minière — Edmond Bocquet, pág. 118). Esse direito real separado da propriedade em consequência de uma cessão, torna-se um direito de caráter mobiliário, segundo a doutrina e a jurisprudência (Féraud Giraud — Codes de Mines et Mineurs, T. I., pág. 151.)

Antes do Código de 1940, com apoio em autorizadas opiniões (Francisco Campos — Pareceres, 2.ª parte. página 185) e Daniel de Carvalho em estudo publicado no "Jornal do Comércio", sustentamos que o § 6.º do artigo 119 da Constituição de 1934 e o

§ 4.º do art. 143 da Constituição de 1937, asseguravam independente de manifesto o direito às minas em lavra, já utilizadas quando da promulgação daqueles Estatutos. O artigo 69 reconhece, dentro da harmonia orgânica da lei, esta situação. Tais minas, não estando sujeitas à autorização federal, e tendo as constituições de 1934 e 1937, respeitando os direitos de propriedade sobre essas minas, podem constitucionalmente ser exploradas por estrangeiros. Naturalmente, sem prejuízo das restrições que a lei ordinária criar. Este entendimento se manifesta no Decreto-lei n.º 3.553, de 25-8-941, permitindo às emprêsas que exploram as minas em lavra amparadas pelo § 4.º do art. 143 da Constituição, emitirem ações ao portador e admitirem, como sócios, ou acionistas, as sociedades nacionais, além dos acionistas brasileiros.

Dispõe o art. 7.º: "As jazidas manifestadas ao Governo Federal e registradas na forma do art. 10 do Decreto n.º 24.642, de 10 de junho de 1934, e da Lei n.º 94, de 10 de setembro de 1935, estão oneradas em benefício dos respectivos manifestantes, pelo prazo de cinco anos, a contar desta data, com a preferência para a autorização da lavra ou quando a outrem autorizada, com uma percentagem nunca superior a cinco por cento da produção efetiva.

§ 1.º — A percentagem do manifestante será em dinheiro ou em minério, à sua escolha:

a) — No caso de percentagem em dinheiro, o valor da produção efetiva será calculada na boca da mina.

b) — Não havendo acôrdo entre as partes, o valor será determinado por arbitramento, na forma do direito comum.

§ 2.º — Se o direito de preferência, na forma deste artigo não fôr exercida no prazo estipulado, ficará *ipso-facto* resolvido e a jazida incorporar-se-á ao patrimônio da União".

O art. 7.º deve ser interpretado tendo-se em vista que as jazidas manifestadas, nele referidas, passaram a pertencer ao proprietário do solo onde se encontrassem ou a quem pertencessem por outro título legítimo (artigo 5.º do Decreto 24.642, de 10 de julho de 1943, combinado com o seu § 2.º e art. 10). Esta situação foi respeitada expressamente pelo Decreto-lei n.º 66, de 14 de dezembro de 1937. O direito sobre as

jazidas declaradas era o assegurado na Constituição de 1934. (art. 119, § 1.º) e reafirmado pela Constituição de 1937 (art. 143, § 1.º), isto é, limitado à preferência para a lavra ou quando a outrem concedida esta, a uma participação nos lucros.

Quanto às jazidas de que trata o art. 5.º do Código antigo, o manifesto deveria ser feito pelo dono do terreno ou por interessado no aproveitamento dessas jazidas, em virtude de direitos relativos às mesmas (art. 10 do Decreto n.º 24.642, n.º IV, letra f e artigos 11 e 12).

A lei concedeu aos manifestantes o direito, por 5 anos, de preferência para a autorização da lavra sem prejuízo do direito de exploração por terceiro (art. 15 do C. M.) e assegurou uma percentagem não superior a 5%, ao proprietário da jazida — o manifestante — quando concedida a lavra a outrem.

A percentagem segundo o texto legal se limita também ao prazo de 5 anos.

Esse dispositivo não alterou as situações anteriores ao Decreto-lei número 1.895, de 29-1-1940, referentes a jazidas concedidas e nas quais já estivesse garantida ao respectivo proprietário qualquer participação convencional ou participação legal estabelecida no art. 42, n.º IX, letra a, do Código de 1934, e correspondente a 1,5% do valor efetivo da mina (Decreto n.º 24.663, de 11-7-1934, combinado com o citado n.º IX, letras a e b do art. 40 do C. M. de 1934).

A lei não fez qualquer restrição aos direitos preexistentes nesta matéria, já perfeitamente adquiridos.

O direito de preferência deverá ser exercido no quinquênio, sob pena de decadência e de incorporação da jazida ao patrimônio da União. Se, entretanto, a autorização fôr concedida a outrem, logicamente não se verificará a decadência, e caberá ao manifestante a percentagem legal. Este esclarecimento afigura-se-nos necessário dada a imperfeita redação do § 2.º do art. 7.º, onde uma interpretação literal levaria, à primeira vista, à conclusão de que a decadência se opera simplesmente pelo fato de não ter o manifestante exercido a preferência, sem atender à hipótese da outorga da concessão de lavra a terceiro.

14 — Alguns juristas, como Louis Aguillon e J. B. Isay, seguido por Odilon Braga (As quedas d'água e as

riquezas do sub-solo, pág. 182), procuram classificar essa legislação, de acôrdo com a sua identidade ou parentesco com os regimes Jurídicos das nações, cujo direito oferece nesta matéria, formas tradicionais ou teóricas definidas. Daí, os sistemas denominados *anglo-saxônico*, baseado na *commun law* dos ingleses e no direito mineiro norte-americano, o *germânico*, na legislação da Prússia, e o *francês* ou *néo-latino*, fundado na lei de 21 de abril de 1810. Cada um deles constitui importantes padrões legislativos.

A classificação não é perfeita de um modo geral. Na Inglaterra escapam à accessão as minas de ouro e prata, e, atualmente, o petróleo. Petroleum Act de 1934 e as de carvão que passaram do domínio do Estado. Nos Estados Unidos, onde também o *mining right* relativo às terras públicas, fundado no direito californiano, se baseia na ocupação, o petróleo e gases naturais podem fugir às regras do acesso. A ocupação é também o meio jurídico da aquisição do direito de minerar as aluviões auríferas e as diamantíferas brasileiras.

A liberdade mineira na Alemanha ofereceu peculiaridades típicas e, ali, ao lado do regime de livre ocupação há o de reserva de determinadas substâncias, como o petróleo. O direito francês é o que se erige em modelo legal e doutrinário, mais orgânico e preciso, e como ficou evidenciado, ele não se embasa no sistema dominial, e, tão pouco, no do *res nullius*.

Os princípios da legislação das minas, sobretudo, após as transformações profundas por que tem passado, depois da guerra mundial, caracterizada por particularidades de ordem nacional, não poderão enquadrar-se, precisamente nesses sistemas. Todavia, eles revelam uma linha de homogeneidade de formas e de diretrizes, no processo formativo e evolutivo do direito mineiro das diversas nações.

Mas, não há como em nossos dias, buscar-se para a modelação de propriedade mineral ou do seu regime jurídico, um arquétipo ou um padrão determinado. Em cada país a matéria assume sua idionomia, mas, segundo e sob o império de interesse público.

A propriedade da União sobre as jazidas manifestadas.

(Tese apresentada do Congresso Jurídico Nacional realizado em 1943).

15 — O direito mineiro entrou no Brasil numa nova fase, que assinala uma transformação completa em sua essência e estrutura.

Abandonamos, sob o influxo das idéias sociais e de altas razões de interesse nacional, o regime acessionista da Constituição de 1891, instituído, aliás, com restrições que não correspondiam ao domínio ilimitado do superficiário sobre a mina. Esta já era então, como salientou Castro Nunes, uma propriedade pública.

O Código de Minas, Decreto número 24.642, de 10 de julho de 1934, (publicado em 20 de julho do mesmo ano) antecipando os princípios da Constituição de 16 de julho de 1934, e antes dêle, a legislação do governo provisório, relativa à exploração da propriedade mineral, o Decreto n.º 24.193, de 3 de maio de 1934, sobre faiscagem de ouro e garimpagem de pedras preciosas, marcam a fase de legislação mineira modelada dentro das novas idéias.

A questão surgida em torno da existência legal do Código de Minas, apareceu com a controversia levantada, pelo mesmo motivo, sobre o Código de Águas.

O ac. de 8 de dezembro de 1936, do Trib. de São Paulo, inspirado na opinião de Astolfo Rezende, Azevedo Marques, Alfredo Bernardes, Pires e Albuquerque, Plínio Barreto, J. Miranda Valverde e de outros juristas pátrios, declarou juridicamente inexistente e inaplicável o Código de Águas, sob o fundamento de que, publicado 4 dias após a Constituição de 16 de julho de 1934, não fôra aprovado pelo art. 18 das Disposições Transitórias desta. O mesmo fundamento se applicava ao Código de Minas. Entretanto, o Sup. Trib. Federal, em acórdão de 2 de junho de 1937, proclamou a validade do Código de Águas, e, consequentemente a do Código de Minas, sem, todavia, ter entrado na apreciação do sistema daquêle Código em face do estatuto constitucional.

No acórdão de 24 de setembro de 1937, proferido no Mandado de Segurança n.º 448, a Córte Suprema reconheceu implicitamente a vigência do Código de Minas. Com relação a êste, o acórdão de 5 de setembro de 1939, relatado pelo Ministro Costa Manso, confirmou expressamente a jurisprudência fixada no citado aresto de 2 de junho de 1937.

O Código de Minas de 1934 declarou incorporadas ao patrimônio da Nação, como propriedade imprescritível e inalienável, as jazidas não manifestadas no prazo e na forma legais (arts. 5 § 1.º e 10.)

Adiante estudaremos a matéria relativa à aplicação desses dispositivos.)

16. A Constituição de 1934, da mesma forma que a atual (art. 143), seguindo as linhas mestras do modelo do Código Mineiro Napoleônico (Lei de 1810) separou a propriedade do solo da propriedade mineral para efeito de exploração ou aproveitamento industrial (art. 118), limita esses direitos do proprietário do solo à participação nos resultados da lavra ou à preferência para explorar a jazida (art. 119 § 1.º). O dispositivo constitucional estabelece uma opção em favor do superficiário.

Disposições da Constituição de 1934:

“Artigo 118 — As minas e demais riquezas do sub-solo, bem como as quedas d’água, constituem propriedade distinta da do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial.

“Artigo 119 — O aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, bem como das águas e da energia hidráulica, ainda que de propriedade privada, depende de autorização ou concessão federal, na forma da lei.

“§ 1.º — As autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a empresas organizadas no Brasil, reservada ao proprietário preferência na exploração ou coparticipação nos lucros.

“§ 2.º — O aproveitamento da energia hidráulica, de potência reduzida e para uso exclusivo do proprietário, independe de autorização ou concessão.

“O acórdão da antiga Corte Suprema de 24-9-37, relatado pelo Ministro Eduardo Espínola, apreciando a hipótese em que se discutia a aplicação do art. 119 da Constituição de 1934 — parte final — que corresponde ao art. 143, § 1.º da carta vigente declara: “A idéia de preferência exclui a de um direito absoluto, pressupõe duas ou mais situações iguais; a preferência se exerce depois de apreciados os títulos e requisitos previstos na lei, a que se refere o artigo 119, tendo em vista a natureza, a finalidade e a ineficácia da exploração.

Não é a meu ver um direito que se possa proclamar em mandado de segurança”.

A lei ordinária, em nosso sentir, pode proporcionar ao dominus soli a alternativa prevista no art. 141, § 1.º, para o que naturalmente cumpre ao interessado satisfazer os requisitos legais.

Parece-nos que foi a interpretação fixada no aludido acórdão. Todavia, há divergência neste ponto de vista, manifestada na opinião de que a lei ordinária, sem ofender a Constituição, poderá declarar qual o direito assegurado ao proprietário: se o de preferência ou de coparticipação. (Alcides Pinheiro — Direito das Minas, página 27).

Na participação do superficiário nos resultados na exploração ou na preferência para fazê-la — preferência para explorar a riqueza revelada após as dificuldades e trabalhos superados pelo pesquisador — nesse direito se concentra e resume o direito de propriedade, que a lei lhe confere sobre as jazidas. E’ como que um direito residual, isto é, que remanesce do desmembramento sofrido no domínio do solo. E’ uma nova modalidade de *jus in re*, oriundo do domínio da superfície, originariamente existente, como assinalou Aguillon. O Código de Minas de 1934 foi iterativo em proclamar o direito da propriedade privada sobre a jazida. (arts. 6.º, 42, n.º XI, 84, e da mesma forma o decreto número 24.673, de 10-6-1934), (art. 1.º, § 1.º e 2.º). E não poderia a Constituição de 1934 ter considerado incorporadas ao domínio público as jazidas minerais, pois isto conflitava com o sistema de discriminação de bens da União e do Estado estabelecido no seu artigo 20 (Messias Junqueira — Inconstitucionalidade do Código de Minas). A Comissão de Justiça da extinta Câmara dos Deputados, respondendo à consulta formulada pela Comissão especial sobre o Código de Minas, conclui em seu notável parecer de 22 de setembro de 1936, relatado pelo Sr. Raul Fernandes, subscrito pelos Srs. Valdemar Ferreira, Lavi Carneiro, Carlos de Oliveira, Artur Santos, Pedro Aleixo, Sampaio Costa, A. Celso, Ascânio Tubino, Rêgo Barros, Carlos Gomes de Oliveira: “A subsistência de tal propriedade afirma-se enérgicamente no próprio texto constitucional quando este assegura ao senhor da mina, alternativamente, a preferência

para a explorar ou a participação nos lucros da exploração concedida a terceiros o que só se entende precisamente com as minas ainda não exploradas na data da Constituição, ou descobertas depois dessa data visto que as já conhecidas e exploradas contemporaneamente foram executadas do regime de aproveitamento industrial por meio de concessão ou autorização do poder público”.

Temístocles Cavalcante observou a respeito:

“Em todo caso, a não ser nas hipóteses previstas no § 4.º (art. 119), em que se verifica a nacionalização das minas, o princípio de propriedade privada ainda caracteriza o regime vigente. E’ a contra-gosto que reconhecemos a vitória desse princípio.

E isto, porque sustentamos na elaboração do ante-projeto constitucional, a necessidade da nacionalização de todas as minas, cuja inscrição no registro competente não se fizesse dentro de certo prazo”. (*Instituições de Direito Administrativo Brasileiro*, pg. 425, 1936).

A INCORPORAÇÃO AO DOMÍNIO DO ESTADO DAS JAZIDAS NÃO MANIFESTADAS.

17. A questão, segundo nos parece, deve ser considerada sob aspecto do prazo de decadência estatuída no art. 10 do Código de 1934, em função das disposições do art. 5.º.

O art. 5.º do Código anterior, dispunha:

“As jazidas desconhecidas, quando descobertas, serão incorporadas ao patrimônio da Nação, como propriedade imprescritível e inalienável, § 2.º: Só serão consideradas conhecidas, para os efeitos deste Código, as jazidas que forem manifestadas ao poder público na forma e prazo prescritos no art. 10.

O art. 5.º, § 2.º, estabeleceu uma condição para a conservação da propriedade mineral, pelo *dominus soli* — o manifesto instituído no art. 10 — e fixou aí um termo peremptório, dentro do qual deveria ser cumprida aquela condição, sob pena de perda do direito (art. 11). Esse prazo foi prorrogado pela lei n.º 94 de 10 de setembro de 1935. Trata-se do instituto da decadência, aplicado à perda do direito de propriedade, em benefício do Estado — o que não ofendia a garantia constitucional do art. 113, n.º 17 da Constituição de 1934, onde

aquele direito ficou sujeito a limitações que a lei determinasse, no interesse social e coletivo.

Não está em jogo, pois, a tese da inconstitucionalidade do diploma legal nesta parte. Aliás, se considerarmos o instituto do usucapião fazendo surgir da posse do domínio de terceiros independente de indenização ao proprietário, e se tivermos em conta a prescrição em geral, vemos que a garantia constitucional do direito de propriedade mesmo sob os regimes clássicos do individualismo jurídico, jamais conflitou com as normas legais que instituem a extinção desse direito em consequência da inatividade do seu exercício.

As minas que estavam em exploração em 10 de julho de 1934, ou já exploradas anteriormente, embora inativas naquela data, não dependiam de manifesto de que cogitava o art. 10 do Código de Minas, para o efeito do reconhecimento do direito do interessado, (§ 6.º do art. 119 da Constituição de 1934). E cumpre considerar que a perda do direito instituída no art. 11 do citado Código, por falta de manifesto, só se aplicava a jazida e não a minas, cuja distinção se acha claramente definida na lei. A Constituição vigente retificou o *statu quo* relativo às lavras existentes com os requisitos do § 6.º do art. 109 da Constituição de 1934, e o Código de Minas reafirmou os direitos do minerador garantido por aqueles dispositivos constitucionais (art. 68). Nesta situação se encontra apreciável número de minas nestas incluídas fontes hidro-minerais.

Com o advento da Constituição de 1937, não se alterou o regime dos arts. 118 e 119 § 1.º da Constituição anterior, concernente à propriedade das minas, inclusive das que foram dominializadas por força do Código de 1934. A atual Constituição prescreve:

“Art. 143. As minas e demais riquezas do sub-solo, bem como as quedas d’água, constituem propriedade distinta da propriedade do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial. O aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, das águas e da energia hidráulica, ainda que de propriedade privada, depende de autorização federal.

§ 1.º Autroização só poderá ser concedida a brasileiro, ou empresas

constituídas por acionistas brasileiros, reservadas ao proprietário preferência na exploração, ou participação nos lucros”.

5. O atual Código de Minas (Decreto-lei n.º 1.895 de 29-1-1940), confirmando a domínialização das jazidas não declaradas, dispõe no seu artigo 10:

“As jazidas não manifestadas na forma do art. 7.º são bens patrimoniais da União”.

A domínialização das riquezas minerais subsistência do domínio privado sobre determinadas minas e jazidas.

13. A domínialização das riquezas minerais se operou, não por força do dispositivo constitucional, mas em virtude da legislação ordinária — conforme sustentamos em nosso trabalho “A Nova Política do Subsolo”. Essa domínialização não abrangeu, segundo concluímos, todas as minas e jazidas e consoante esclarecemos, a concessão não exclui o direito do superficiário, assegurado no art. 141 § 1.º da Constituição, em relação às jazidas e minas não incorporadas ao patrimônio da União.

Empregamos domínialização no sentido de incorporação da propriedade ao domínio do Estado, para distingui-la de nacionalização, quando concebida como atribuição da propriedade ou de sua exploração aos nacionais. Entretanto, o conceito de nacionalização identifica-se no art. 128, § 4.º da Constituição de 1934, e no art. 144, da atual com a idéia de estadização, consoante a noção dominante. (Henri Creon — La Question de la Nationalisation des Mines en Angletette, págs. 6-7 — J. Meade — Economie Politique et Politique Economique, pgs 281-354). A propósito cabe lembrar o recente “Nationalization Coal Brel, da Grã-Bretanha.

Esse foi o conceito adotado no seio da Comissão Elaboradora do Anteprojeto da Constituição de 1934, consoante entenderam o General Góis Monteiro, Temístocles Covalcante e os demais membros da mesma comissão. (Ata da Sessão de 17-4-31. — Afonso de Mendonça Azevedo. — Elaborando a Constituição Nacional, páginas 966-967) — “Nacionalização é termo ambíguo; ora o empregam com a significação de não ficar em mãos de pessoa física ou jurídica estrangeira. No art. 117 nacionalização também quer dizer passar a pertenc-

er a nacionais, inclusive passar ao Estado.

Assim, nacionalizar não é só tornar brasileiras as empresas ou preferentes os capitais brasileiros, ou ser brasileira a administração: “é também passar ao Estado, mas a isso proveu o artigo 116” (Pontes de Miranda Comentários à Constituição de 1934, vol. II, pág. 308).

Conforme as conclusões a que chegamos, tendo em vista o exame feito da matéria em diversos estudos, procuramos discriminar, em seguida, o domínio público e o domínio particular sobre as riquezas minerais do país, num ligeiro esboço em que se destacam as principais hipóteses decorrentes do regime legal em vigor.

I — São do domínio privado, com o caráter de propriedade, suscetível, porém, de extinção por motivo de suspensão definitiva da exploração (art. 70 do C.M.) as minas em lavra mesmo transitóriamente suspensa, existentes na data da promulgação da Constituição de 1934 e das minas, nas mesmas condições, existentes na data da promulgação da Constituição de 1937 — tenham sido ou não manifestadas nos termos do art. 10 do Código de Minas de 1934, (§ 1.º do art. 119 da Constituição de 1934, § 4.º, do art. 143 da Const. de 1937; art. 81 do Código atual, dispositivo que revogou o Decreto lei número 66 de 14-12-934, o qual incluía como bens do Estado, não só as jazidas, mas também as minas não declaradas). A propriedade mineral nas condições deste item tem caráter jurídico especial, eis que independe da concessão (art. 143, § 4.º da Constituição Federal).

Incluem-se na categoria de mina para os efeitos do § 6.º do art. 119, da Constituição de 1934 e do § 4.º do art. 143, da Const. de 1937: — as antigas datas minerais, as minas que tenham sido objeto de concessão de acôrdo com o direito vigente no Império, as minas juridicamente individualizadas, com propriedade distinta do solo, por ato unilateral do proprietário, ou convenção deste com terceiro, celebrados sob a vigência da Constituição de 1891 arts. 72, 17, dessa Constituição; (art. 810 n.º VI, do Código Civil e art. 6 da Lei n.º 4.265, do solo em virtude da referida lei de 15-1-1931, ou quando destacadas n.º 4.265, e de seu Reg., Decreto número 15.211, de 28-1-1921; as minas

concedidas pela União e pelos Estados, na forma da legislação preexistente ao Código de Minas de 1934; as reservas de minas, previstas no art. 126, do Decreto n.º 15.211, e nas antigas leis estaduais.

II — Não foram incorporadas ao domínio da União as seguintes jazidas:

a) As jazidas manifestadas na forma do art. 10 do Código de Minas de 1936, (Lei n.º 94, de 10 de setembro de 1934, ao poder público, até 20 de julho de 1935) e mandadas registrar nos termos daquele Código, Art. 2.º, I, do Decreto-lei n.º 66, de 14 de dezembro de 1937, art. 7.º do Código vigente) gases naturais, ainda que regular e excetuadas as jazidas de petróleo e tempestivamente declaradas (art. 96 do Decreto-lei n.º 366, de 11 de abril de 1938 e Decreto-lei n.º 3.236).

b) As jazidas de substâncias para construção, isto é, as pedreiras propriamente ditas, e as demais que, não obstante, terem sido posteriormente submetidas ao regime de C. M. de 1934, ex-vi do art. 7.º do Decreto n.º 585 de 14 de janeiro de 1936, não foram, todavia alcançadas, pelos efeitos do artigo 5.º, § 1.º do mesmo Código, visto não estarem sujeitas a manifesto.

c) As fontes de águas minerais — classe XI do C. M. de 1934 e do Código de Minas vigente, não abrangidas pela dominialização imposta pelo art. 5.º, § 1.º do C. M. A. (ex-argumento do art. 93 do C. M. de 1934 combinado com o seu § único). É que, quanto a essas jazidas, aquele Código não teve aplicação desde logo. Assim o Código de 1934, tendo mandado observar provisoriamente o Decreto número 15.211 de 28-12-1921, no tocante à determinação da área de pesquisas e de lavra, esse decreto não previa, entretanto, as fontes de águas minerais, então excluídas do regime legal das minas. E só posteriormente, pelo Decreto n.º 585 de 14-1-1936, (artigo 1.º) foi que se estabeleceu a limitação de áreas para a classe XI, quando já estava esgotado o prazo de um ano para manifesto, fixado no artigo 5.º § 2.º do Código de Minas de 1934 e já haviam decorrido 4 meses e dias da prorrogação estabelecida na lei n.º 94, de 10 de setembro de 1935.

Existem, portanto, situações jurídicas sobre as quais a lei ordinária deverá prover, com resguardo dos direitos adquiridos, cuja garantia a

nosso futura Carta Magna instituiu expressamente (art. 141, § 3.º).

Nos termos do § 1.º do artigo 153 do Projeto já aprovado, os direitos de preferência dos proprietários do solo serão regulados de acordo com a natureza das minas e das jazidas. Não se trata, pois, de um dispositivo auto-executável. Assim, as autorizações de pesquisas e de lavra concedidas antes da vigência da lei que dispuser sobre a matéria, não serão atingidas pelo preceito constitucional.

CONCLUSÕES APROVADAS

I — A propriedade da União sobre as jazidas de que trata o Art. 10 do atual Código de Minas, não manifestadas na forma do art. 10 do Decreto n.º 24.642, de 10-7-1934, e da lei n.º 54, de 10-9-1935, resulta da decadência do direito do interessado, pela inobservância, dentro do prazo legal, das exigências estabelecidas no art. 10 do citado Decreto número 24.642.

II — Trata-se do prazo de decadência, aplicado à perda do direito de propriedade, em benefício do Estado — o que não ofendia a garantia constitucional do art. 113, número 17 da Constituição de 1934, onde o direito de propriedade ficou subordinado, como, na Constituição vigente, às limitações da lei ordinária, instituídas no interesse social e coletivo.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do expediente.

O SR. BARRETO PINTO — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Representante.

O SR. BARRETO PINTO (*) (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, os ponteiros de nosso relógio já se aproximam das 22 horas. Hoje, às 17 horas, os trabalhos foram suspensos porque os avulsos da Redação final ainda não haviam chegado, como até agora não vieram. Temos informações de que dentro de quarenta minutos, ou cerca de uma hora, quer dizer, às 23 horas, aqui deverão estar.

Não sei se me adiantaria, se iria demasiado longe permitindo-me sugerir a V. Ex.^a medida que, estou certo, conciliaria perfeitamente os in-

(*) Não foi revisto pelo orador.

teresses da Assembléia e os nossos, pois queremos votar com pleno conhecimento aquilo que foi elaborado pela egrégia Comissão de Redação. Lembraria que hoje se fizesse a distribuição dos avulsos, e amanhã, em sessão que poderia ser realizada às 9,30, iniciássemos a votação. Se não fôsse possível terminá-la levaríamos a efeito outra, ordinária, às 14 horas; e se não houvessemos concluído a grande tarefa, iríamos noite a dentro, para que possamos promulgar a Carta Constitucional no dia 18, de acôrdo com os convites já expedidos por V. Ex.^a.

Em resumo: proponho que os trabalhos sejam suspensos às 22 horas, que se distribuam os avulsos e se convoque, para amanhã, às 9,30, uma sessão, a fim de iniciarmos a última fase da redação final.

E' a sugestão que submeto à alta consideração de V. Ex.^a. (*Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE — Eu ia expor a Casa a situação.

Recebi da illustrada Comissão a redação final do projeto e do Ato Das Disposições Transitórias. Esperei um pouco, não pelos avulsos, mas pelo *quorum*, porque, não havendo discussão da matéria, tínhamos de entrar, logo, na sua votação e só há pouco se verificou a existência de 165 Srs. Representantes na Casa. Efetivamente, ainda não chegaram à Mesa os avulsos, mas como não é a Presidência quem vota e sim os Senhores Representantes, faço consulta para que deliberem como melhor entenderem: deveria, desde logo, submeter à votação a redação final, que acabo de receber, ou proceder de acôrdo com o que sugere S. Ex.^a o Sr. Barreto Pinto, isto é, aguardar a distribuição dos avulsos e realizarmos uma sessão amanhã, pela manhã, para votação.

Nesta última hipótese, os Srs. Representantes terão algumas horas desta noite e parte da amanhã para tomar conhecimento do assunto e deliberar.

E' a sugestão que está em foco e que submeto a esclarecida apreciação da Casa.

São os seguintes os textos das redações finais do projeto da Constituição e do Ato dos Disposições Constitucionais Transitórias:

Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos, sob a proteção de Deus, em Assembléia Constituinte para organizar um regime democrá-

tico, decretamos e promulgamos a seguinte

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

TÍTULO I

Da Organização Federal

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.^o Os Estados Unidos do Brasil mantêm, sob o regime representativo, a Federação e a República.

Todo o poder emana do povo e em seu nome será exercido.

§ 1.^o A União compreende, além dos Estados, o Distrito Federal e os Territórios.

§ 2.^o o Distrito Federal é a capital da União.

Art. 2.^o Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros ou formarem novos Estados, mediante voto das respectivas assembleias legislativas, plebiscito das populações diretamente interessadas e aprovação do Congresso Nacional.

Art. 3.^o Os Territórios poderão mediante lei especial, constituir-se em Estados, subdividir-se em novos Territórios ou volver a participar dos Estados de que tenham sido desmembrados.

Art. 4.^o O Brasil só recorrerá à guerra, se não couber ou se malograr o recurso ao arbitramento ou aos meios pacíficos de solução do conflito, regulados por órgão internacional de segurança, de que participe; e em caso nenhum se empenhará em guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outro Estado.

Art. 5.^o Compete à União:

I — manter relações com os Estados estrangeiros e com eles celebrar tratados e convenções;

II — declarar guerra e fazer a paz;

III — decretar, prorrogar e suspender o estado de sítio;

IV — organizar as forças armadas, a seguranda das fronteiras e a defesa externa;

V — permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou, por motivo de guerra, nelle permaneçam temporariamente;

VI — autorizar a produção e fiscalizar o comércio de material bélico;

VII — superintender, em todo o território nacional, os serviços de polícia marítima, aérea e de fronteiras;

VIII — cunhar e emitir moeda e instituir bancos de emissão;

IX — fiscalizar as operações de estabelecimentos de crédito, de capitalização e de seguro;

X — estabelecer o plano nacional de viação;

XI — manter o serviço postal e o Correio Aéreo Nacional;

XII — Explorar, diretamente ou mediante autorização ou concessão, os serviços de telégrafos, de radiocomunicação, de radiodifusão, de telefones interestaduais e internacionais, de navegação aérea e de vias férreas que liguem portos marítimos a fronteiras nacionais ou transponham os limites de um Estado;

XIII — organizar defesa permanente contra os efeitos da seca, das endemias rurais e das inundações;

XIV — conceder anistia;

XV — legislar sobre:

a) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, aeronáutico e do trabalho;

b) normas gerais de direito financeiro; de seguro e previdência social; de defesa e proteção da saúde; e de regime penitenciário;

c) produção e consumo;

d) diretrizes e bases da educação nacional;

e) registros públicos e juntas comerciais;

f) organização, instrução, justiça e garantias das polícias militares e condições gerais da sua utilização pelo Governo Federal nos casos de mobilização ou de guerra;

g) desapropriação;

h) requisições civis e militares em tempo de guerra;

i) regime dos portos e da navegação de cabotagem;

j) tráfego interestadual;

k) comércio exterior e interestadual; instituições de crédito câmbio e transferência de valores para fora do País;

l) riquezas do subsolo, mineração, metalúrgica, águas, energia elétrica, florestas, caça e pesca;

m) sistema monetário e de medidas; título e garantia dos metais;

n) naturalização, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;

o) emigração e imigração;

p) condições de capacidade para o exercício das profissões técnico-científicas e liberais;

q) uso dos símbolos nacionais;

r) incorporação dos silvícolas à comunidade nacional.

Art. 6.º A competência federal para legislar sobre as matérias do art. 5.º, n.º XV, letras b, c, d, f, h, j, l, o, e r, não exclui a legislação estadual supletiva ou complementar.

Art. 7.º O Governo Federal não intervirá nos Estados, salvo para:

I — manter a integridade nacional;

II — repelir invasão estrangeira ou a de um Estado em outro;

III — pôr termo a guerra civil;

IV — garantir o livre exercício de qualquer dos poderes estaduais;

V — assegurar a execução de ordem ou decisão judiciária;

VI — reorganizar as finanças do Estado que, sem motivo de força maior suspender, por mais de dois anos consecutivos, o serviço da sua dívida externa fundada;

VII — assegurar a observância dos seguintes princípios:

a) forma republicana representativa;

b) independência e harmonia dos poderes;

c) temporariedade das funções eletivas, limitada a duração destas e das funções federais correspondentes;

d) proibição da reeleição de governadores e prefeitos para o período imediato;

e) autonomia municipal;

f) prestação de contas da administração;

g) garantias do Poder Judiciário.

Art. 8.º A intervenção será decretada por lei federal nos casos dos ns. VI e VII do artigo anterior.

Parágrafo único. No caso do n.º VII, o ato arguido de inconstitucionalidade será submetido pelo Procurador Geral da República ao exame do Supremo Tribunal Federal, e, se éste a declarar, será decretada a intervenção.

Art. 9.º Compete ao Presidente da República decretar a intervenção nos casos dos ns. I a V do art. 7.º.

§ 1.º A decretação dependerá:

I — no caso do n.º V, de requisição do Supremo Tribunal Federal ou, se a ordem ou decisão fôr da Justiça Eleitoral, de requisição do Tribunal Superior Eleitoral.

II — no caso do n.º IV, de solicitação do Poder Legislativo ou do Executivo, coato ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação fôr exercida contra o Poder Judiciário.

§ 2.º N o segundo caso previsto pelo art. 7.º, n.º II, só no Estado invasor será decretada a intervenção.

Art. 10. A não ser nos casos de requisição do Supremo Tribunal Federal ou do Tribunal Superior Eleitoral, o Presidente da República decretará a intervenção e submetê-la-á, sem prejuízo da sua imediata execução, à aprovação do Congresso Nacional, que, se não estiver funcionando, será convocado extraordinariamente para esse fim.

Art. 11. A lei ou o decreto de intervenção fixar-lhe-á a amplitude, a duração e as condições em que deverá ser executada.

Art. 12. Compete ao Presidente da República tornar efetiva a intervenção e, sendo necessário, nomear o Interventor.

Art. 13. Nos casos do art. 7.º, n.º VII, observado o disposto no art. 8.º, parágrafo único, o Congresso Nacional se limitará a suspender a execução do ato arguido de inconstitucionalidade, se essa medida bastar para o restabelecimento da normalidade no Estado.

Art. 14. Cessados os motivos que houverem determinado a intervenção, tornarão ao exercício dos seus cargos as autoridades estaduais afastadas em consequência dela.

Art. 15. Compete à União decretar impostos sobre:

I — importação de mercadorias de procedência estrangeira;

II — consumo de mercadorias;

III — produção, comércio, distribuição e consumo, e bem assim importação e exportação de lubrificantes e de combustíveis líquidos ou gasosos de qualquer origem ou natureza, estendendo-se esse regime, no que for aplicável, aos minerais do país e à energia elétrica;

IV — renda e proventos de qualquer natureza;

V — transferência de fundos para o exterior;

VI — negócios de sua economia, atos e instrumentos regulados por lei federal.

§ 1.º São isentos do imposto de consumo os artigos que a lei classificar como o mínimo indispensável à habitação, vestuário, alimentação e tratamento médico das pessoas de restrita capacidade econômica.

§ 2.º A tributação de que trata o n.º III terá a forma de imposto único, que incidirá sobre cada espécie de produto. Da renda resultante, 60%

no mínimo serão entregues aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, proporcionalmente à sua superfície, população, consumo e produção, nos termos e para os fins estabelecidos em lei federal.

§ 3.º A União poderá tributar a renda das obrigações da dívida pública estadual ou municipal e os proventos dos agentes dos Estados e dos Municípios; mas não poderá fazê-lo em limites superiores aos que fixar para as suas próprias obrigações e para os proventos dos seus próprios agentes.

§ 4.º A União entregará aos Municípios, excluído os das capitais, dez por cento do total que arrecadar do imposto de que trata o n.º IV, feita a distribuição em partes iguais e aplicando-se pelo menos metade da importância em benefícios de ordem rural.

§ 5.º Não se compreendem nas disposições do inciso VI os atos jurídicos ou seus instrumentos, quando forem partes a União, os Estados ou os Municípios, ou quando incluído na competência tributária estabelecida nos arts. 19 e 29.

§ 6.º Na iminência ou no caso de guerra externa, é facultado à União decretar impostos extraordinários, que não serão partilhados na forma do art. 21, e que deverão suprimir-se gradualmente, dentro em cinco anos, contados da data da assinatura da paz.

Art. 16. Compete ainda à União decretar os impostos previstos no artigo 19, que devam ser cobrados pelos Territórios.

Art. 17. A União é vedado decretar tributos que não sejam uniformes em todo o território nacional ou que importem distinção ou preferência para este ou aquele porto, em detrimento de outro de qualquer Estado.

Art. 18. Cada Estado se regerá pela Constituição e pelas leis que adotar, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição.

§ 1.º Aos Estados se reservam todos os poderes que, implícita ou explicitamente, não lhes sejam vedados por esta Constituição.

§ 2.º Os Estados proverão às necessidades do seu governo e da sua administração, cabendo à União prestar-lhes socorro, em caso de calamidade pública.

§ 3.º Mediante acordo com a União, os Estados poderão encarregar fun-

cionários federais da execução de leis e serviços estaduais ou de atos e decisões das suas autoridades; e, reciprocamente, a União poderá, em matéria da sua competência, cometer a funcionários estaduais encargos análogos provendo às necessárias despesas.

Art. 19. Compete aos Estados decretar impostos sobre:

I — propriedade territorial, exceto a urbana;

II — Transmissão de propriedade *causa mortis*;

III — transmissão de propriedade imobiliária *inter vivos* e sua incorporação ao capital de sociedades;

IV — vendas e consignações efetuadas por comerciantes e produtores, inclusive industriais, isenta, porém, a primeira operação do pequeno produtor, conforme o definir a lei estadual;

V — exportação de mercadorias de sua produção para o estrangeiro, até o máximo de cinco por cento *ad valorem*, vedados quaisquer adicionais;

VI — os atos regulados por lei estadual, os do serviço de sua justiça e os negócios de sua economia.

§ 1.º O imposto territorial não incidirá sobre sítios de área inferior a vinte hectares, quando os cultive, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel.

§ 2.º Os impostos sobre transmissão de bens corpóreos (ns. II e III) cabem ao Estado em cujo território se achem situados.

§ 3.º O imposto sobre transmissão *causa mortis* de bens incorpóreos, inclusive títulos e créditos, pertence, ainda quando a sucessão se tenha aberto no estrangeiro, ao Estado em cujo território os valores da herança forem liquidados ou transferidos aos herdeiros.

§ 4.º Os Estados não poderão tributar títulos da dívida pública emitidos por outras pessoas jurídicas de direito público interno em limite superior ao estabelecido para as suas próprias obrigações.

§ 5.º O imposto sobre vendas e consignações será uniforme, sem distinção de procedência ou destino.

§ 6.º Em casos excepcionais, o Senado Federal poderá autorizar o aumento, por determinado tempo, do imposto de exportação até o máximo de dez por cento *ad valorem*.

Art. 20. Quando a arrecadação estadual de impostos, salvo a do imposto de exportação, exceder, em Município que não seja o da capital, o

total das rendas locais de qualquer natureza, o Estado dar-lhe-á anualmente trinta por cento do excesso arrecadado.

Art. 21. A União e os Estados poderão decretar outros tributos além dos que lhes são atribuídos por esta Constituição, mas o imposto federal excluirá o estadual idêntico. Os Estados farão a arrecadação de tais impostos e, à medida que ela se efetuar, entregarão vinte por cento do produto à União e quarenta por cento aos Municípios onde se tiver realizado a cobrança.

Art. 22. A administração financeira, especialmente a execução do orçamento, será fiscalizada na União pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas, e nos Estados e Municípios pela forma que for estabelecida nas Constituições estaduais.

Parágrafo único. Na elaboração orçamentária se observará o disposto nos artigos 73 a 75.

Art. 23. Os Estados não intervirão nos Municípios, senão para lhes regularizar as finanças, quando:

a) se verificar impontualidade no serviço de empréstimo garantido pelo Estado;

b) deixarem de pagar, por dois anos consecutivos, a sua dívida fundada.

Art. 24. É permitida ao Estado a criação de órgãos de assistência técnica aos Municípios.

Art. 25. A organização administrativa e a judiciária do Distrito Federal e dos Territórios regular-se-ão por lei federal, observado o disposto no art. 124.

Art. 26. O Distrito Federal será administrado por Prefeito de nomeação do Presidente da República, e terá Câmara eleita pelo povo, com funções legislativas.

§ 1.º Far-se-á a nomeação depois que o Senado Federal houver dado assentimento ao nome proposto pelo Presidente da República.

§ 2.º O Prefeito será demissível *ad nutum*.

§ 3.º Os desembargadores do Tribunal de Justiça terão vencimentos não inferiores a mais alta remuneração dos magistrados de igual categoria nos Estados.

§ 4.º Ao Distrito Federal cabem os mesmos impostos atribuídos por esta Constituição aos Estados e aos Municípios.

Art. 27. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Muni-

cípios estabelecer limitações ao tráfego de qualquer natureza por meio de impostos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de taxas, inclusive pedágio, destinadas exclusivamente à indenização das despesas de construção, conservação e melhoramento de estradas.

Art. 28. A autonomia dos Municípios será assegurada:

I — pela eleição do Prefeito e dos vereadores;

II — pela administração própria, no que concerne ao seu peculiar interesse e, especialmente:

a) à decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e à aplicação das suas rendas;

b) à organização dos serviços públicos locais.

§ 1.º Poderão ser nomeados pelos governadores dos Estados ou dos Territórios os prefeitos das capitais, bem como os dos Municípios onde houver estâncias hidrominerais naturais, quando beneficiadas pelo Estado ou pela União.

§ 2.º Serão nomeados pelos Governadores dos Estados ou dos Territórios os prefeitos dos municípios que a lei federal, mediante parecer do Conselho de Segurança Nacional, declarar bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do País.

Art. 29. Além da renda que lhes é atribuída por força dos §§ 2.º e 4.º do art. 15, e dos impostos que, no todo ou em parte, lhes forem transferidos pelo Estado, pertencem privativamente aos Municípios os impostos:

I — predial e territorial urbano;

II — de licença;

III — de indústrias e profissões;

IV — sobre diversões públicas;

V — sobre atos de sua economia ou assuntos de sua competência;

Art. 30. Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar:

I — contribuição de melhoria, quando se verificar valorização do imóvel, em consequência de obras públicas;

II — taxas;

III — quaisquer outras rendas que possam provir do exercício de suas atribuições e da utilização de seus bens e serviços.

Parágrafo único. A contribuição de melhoria não poderá ser exigida em limites superiores à despesa realizada, nem ao acréscimo de valor

que da obra decorrer para o imóvel beneficiado.

Art. 31. A União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é vedado:

I — criar distinções entre brasileiros ou preferências em favor de uns contra outros Estados ou Municípios;

II — estabelecer ou subvencionar cultos religiosos, ou embaralhá-los o exercício;

III — ter relação de aliança ou dependência com qualquer culto ou igreja, sem prejuízo da colaboração recíproca em prol do interesse coletivo;

IV — recusar fé aos documentos públicos;

V — lançar imposto sobre:

a) bens, rendas e serviços uns dos outros, sem prejuízo da tributação dos serviços públicos concedidos, observado o disposto no parágrafo único deste artigo;

b) templos de qualquer culto, bens e serviços de partidos políticos, instituições de educação e de assistência social, desde que as suas rendas sejam aplicadas integralmente no País para os devidos fins;

c) papel destinado exclusivamente à impressão de jornais periódicos e livros.

Parágrafo único. Os serviços públicos concedidos não gozam de isenção tributária, salvo quando estabelecida pelo poder competente ou quando a União a instituir, em lei especial, relativamente aos próprios serviços, tendo em vista o interesse comum.

Art. 32. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão estabelecer diferença tributária, em razão da procedência entre bens de qualquer natureza.

Art. 33. É defeso aos Estados e aos Municípios contrair empréstimos externo sem prévia autorização do Senado Federal.

Art. 34. Incluem-se entre os bens da União:

I — os lagos e quaisquer correntes de água em terrenos do seu domínio ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limite com outros países ou se estendam a território estrangeiro, e bem assim as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países.

II — a porção de terras devolutas indispensável à defesa das fronteiras,

fortificações, construções militares e estradas de ferro.

Art. 35. Incluem-se entre os bens do Estado os lagos e rios em terrenos do seu domínio e os que têm a sua nascente e foz no território estadual.

Art. 36. São Poderes da União o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, independentes e harmônicos entre si.

§ 1.º O cidadão investido na função de um deles não poderá exercer a de outro, salvo as exceções previstas nesta Constituição.

§ 2.º É vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições.

CAPÍTULO II

DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO I

Disposições preliminares

Art. 37. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Art. 38. A eleição para deputados e senadores far-se-á simultaneamente em todo o País.

Parágrafo único. São condições de elegibilidade para o Congresso Nacional:

I — ser brasileiro (art. 129, ns. I e II);

II — estar no exercício dos direitos políticos;

III — ser maior de vinte e um anos para a Câmara dos Deputados e de trinta e cinco para o Senado Federal.

Art. 39. O Congresso Nacional reunir-se-á na Capital da República, a 15 de março de cada ano, e funcionará até 15 de dezembro.

Parágrafo único. O Congresso Nacional só poderá ser convocado extraordinariamente pelo Presidente da República ou por iniciativa do terço de uma das Câmaras.

Art. 40. A cada uma das Câmaras compete dispor, em regimento interno, sobre sua organização, polícia, criação e provimento de cargos.

Parágrafo único. Na constituição das comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos nacionais que participem da respectiva Câmara.

Art. 41. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, sob a direção da mesa dêste, reunir-se-ão em sessão conjunta para:

I — inaugurar a sessão legislativa;

II — elaborar o regimento comum;

III — receber o compromisso do Presidente e o do Vice-Presidente da República;

IV — deliberar sobre o veto.

Art. 42. Em cada uma das Câmaras, salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria dos seus membros.

Art. 43. O voto será secreto nos eleições e nos casos estabelecidos nos arts. 45, § 2.º, 63, n.º I, 66, n.º IX, 70, § 3.º, 211 e 214.

Art. 44. Os deputados e os senadores são invioláveis no exercício do mandato por suas opiniões, palavras e votos.

Art. 45. Desde a expedição do diploma até a inauguração da legislatura seguinte, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença de sua Câmara.

§ 1.º No caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de quarenta e oito horas, à Câmara respectiva para que resolva sobre a prisão e autorize, ou não, a formação da culpa.

§ 2.º A Câmara interessada deliberará sempre pelo voto da maioria dos seus membros.

Art. 46. Os deputados e senadores, quer civis, quer militares, não poderão ser incorporados às forças armadas senão em tempo de guerra e mediante licença de sua Câmara, ficando então sujeitos à legislação militar.

Art. 47. Os deputados e senadores vencerão anualmente subsídio igual e terão igual ajuda de custo.

§ 1.º O subsídio será dividido em duas partes: uma fixa, que se pagará no decurso do ano, e outra variável, correspondente ao comparecimento.

§ 2.º A ajuda de custo e o subsídio serão fixados no fim de cada legislatura.

Art. 48. Os deputados e senadores não poderão:

I — desde a expedição do diploma:

a) celebrar contrato com pessoa jurídica de direito público, inclusive entidade autárquica, ou com sociedade de economia mista, salvo quando o contrato obedecer a normas uniformes;

b) aceitar nem exercer comissão ou emprego remunerado de pessoa jurídica de direito público, inclusive entidade autárquica, de sociedade de

economia mista ou de empresa concessionária de serviço público;

II — desde a posse:

a) ser proprietário ou diretor de empresa que goze de favor derrorente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo público do qual possa ser demitido *ad nutum*;

c) exercer outro mandato legislativo, seja federal, estadual ou municipal;

d) patrocinar causa contra pessoa jurídica de direito público.

§ 1.º A infração do disposto neste artigo, ou a falta, sem licença, às sessões, por mais de seis meses consecutivos, importa perda do mandato, declarada pela Câmara a que pertença o deputado ou senador, mediante provocação de qualquer dos seus membros ou representação documentada de partido político ou do Procurador-Geral da República.

§ 2.º Perderá, igualmente, o mandato o deputado ou senador cujo procedimento seja reputado, pelo voto de dois terços dos membros de sua Câmara, incompatível com o decôro parlamentar.

Art. 49. É permitido ao deputado ou senador, com prévia licença da sua Câmara, desempenhar missão diplomática de caráter transitório, ou participar, no estrangeiro, de congressos, conferências e missões culturais.

Art. 50. Enquanto durar o mandato, o funcionário público ficará afastado do exercício do cargo, contando-se-lhe tempo de serviço apenas para promoção por antiguidade e aposentadoria.

Art. 51. O deputado ou senador investido na função de ministro de Estado, interventor federal ou secretário de Estado não perde o mandato.

Art. 52. No caso do artigo antecedente e no de licença, conforme estabelecer o Regimento Interno, ou de vaga de deputado ou senador, será convocado o respectivo suplente.

Parágrafo único. Não havendo suplente para preencher a vaga, o presidente da Câmara interessada comunicará o fato ao Tribunal Superior Eleitoral para providenciar a eleição, salvo se faltarem menos de nove meses para o termo do período. O deputado ou senador eleito para a vaga exercerá o mandato pelo tempo restante.

Art. 53. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal criarão comissões de inquérito sobre fato determinado, sempre que o requerer um terço dos seus membros.

Parágrafo único. Na organização dessas comissões se observará o critério estabelecido no parágrafo único do art. 40.

Art. 54. Os Ministros de Estado são obrigados a comparecer perante a Câmara dos Deputados, o Senado Federal ou qualquer das suas comissões, quando uma ou outra Câmara os convocar para, pessoalmente, prestar informações acerca de assunto previamente determinado.

Parágrafo único. A falta do comparecimento, sem justificação, importa crime de responsabilidade.

Art. 55. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, assim como as suas comissões, designarão dia e hora para ouvir o Ministro de Estado que lhes queira prestar esclarecimentos ou solicitar providências legislativas.

SEÇÃO II

Da Câmara dos Deputados

Art. 56. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, segundo o sistema de representação proporcional, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Territórios.

Art. 57. Cada legislatura durará quatro anos.

Art. 58. O número de deputados será fixado por lei, em proporção que não exceda um para cada cento e cinquenta mil habitantes até vinte deputados, e, além desse limite, um para cada duzentos e cinquenta mil habitantes.

§ 1.º Cada Território terá um deputado, e será de sete deputados o número mínimo por Estado e pelo Distrito Federal.

§ 2.º Não poderá ser reduzida a representação já fixada.

Art. 59. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

I — a declaração, pelo voto da maioria absoluta dos seus membros, da procedência ou improcedência da acusação contra o presidente da República, nos termos do art. 88, e contra os ministros de Estado, nos crimes conexos com os do Presidente da República.

II — a iniciativa da tomada de contas do Presidente da República, mediante designação comissão especial, quando não forem apresentadas

ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

SEÇÃO III

Do Senado Federal

Art. 60. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

§ 1.º Cada Estado, e bem o Distrito Federal, elegerá três senadores.

§ 2.º O mandato de senador será de oito anos.

§ 3.º A representação de cada Estado e a do Distrito Federal renovam-se de quatro anos, alternadamente, por um e por dois terços.

§ 4.º Substituirá o senador, ou suceder-lhe-á nos termos do art. 52, o suplente com ele eleito.

Art. 61. O Vice-Presidente da República exercerá as funções de Presidente do Senado Federal, onde só terá voto de qualidade.

Art. 62. Compete privativamente ao Senado Federal:

I — julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade e os Ministros de Estado nos crimes da mesma natureza conexos com os daquele;

II — processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal e o Procurador Geral da República nos crimes de responsabilidade.

§ 1.º Nos casos dêste artigo, funcionará como presidente do Senado o do Supremo Tribunal Federal.

§ 2.º O Senado Federal só proferirá sentença condenatória pelo voto de dois terços dos seus membros.

§ 3.º Não poderá o Senado Federal impor outra pena que não seja a de perda do cargo com inabilitação, até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública, sem prejuízo da ação da justiça ordinária.

Art. 63. Também compete privativamente ao Senado Federal:

I — aprovar, mediante voto secreto, a escolha de magistrados, nos casos estabelecidos por esta Constituição, do Procurador Geral da República, dos Ministros do Tribunal de Contas, do Prefeito do Distrito Federal, dos membros do Conselho Nacional de Economia e dos chefes de missão diplomática de caráter permanente; Economia, e dos chefes de missão di-

II — autorizar os empréstimos externos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 64. Incumbe ao Senado Federal suspender a execução no todo ou em parte, de lei ou decreto declarados inconstitucionais por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

SEÇÃO IV

Das atribuições do Poder Legislativo

Art. 65. Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República:

I — votar o orçamento;

II — votar os tributos próprios da União e regular a arrecadação e a distribuição das suas rendas;

III — dispor sobre a dívida pública federal e os meios de solvê-las;

IV — criar e extinguir cargos públicos e fixar-lhes os vencimentos, sempre por lei especial.

V — votar a lei de fixação das forças armadas para o tempo de paz;

VI — autorizar abertura e operações de créditos e emissões de curso forçado;

VII — transferir temporariamente a sede do Governo Federal;

VIII — resolver sobre limites do território nacional;

IX — legislar sobre bens do domínio federal e sobre todas as matérias da competência da União, ressalvado o disposto no artigo seguinte;

Art. 66. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I — resolver definitivamente sobre os tratados e convenções celebrados com os estados estrangeiros pelo Presidente da República;

II — autorizar o Presidente da República a declarar guerra e a fazer a paz;

III — autorizar o Presidente da República a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional, ou, por motivo de guerra, nele permaneçam temporariamente;

IV — aprovar ou suspender a intervenção federal, quando decretada pelo Presidente da República;

V — conceder anistia;

VI — aprovar as resoluções das assembleias legislativas estaduais sobre a incorporação, subdivisão ou desmembramento de Estados;

VII — autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do país;

VIII — julgar as contas do Presidente da República;

IX — fixar a ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional, bem

como o subsídio dêstes e os do Presidente e do Vice-Presidente da República;

X — mudar temporariamente a sua sede.

SEÇÃO V

Das leis

Art. 67. A iniciativa das leis, ressaltados os casos de competência exclusiva, cabe ao Presidente da República e a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

§ 1.º Cabe à Câmara dos Deputados e ao Presidente da República a iniciativa da lei de fixação das forças armadas e a de todas as leis sobre matéria financeira.

§ 2.º Ressalvada a competência da Câmara dos Deputados, do Senado e dos tribunais federais, no que concerne aos respectivos serviços administrativos, compete exclusivamente ao Presidente da República a iniciativa das leis que criem empregos em serviços existentes, aumentem vencimentos ou modifiquem, no decurso de cada legislatura, o lei de fixação das forças armadas.

§ 3.º A discussão dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República terá início na Câmara dos Deputados.

Art. 68. O projeto de lei adotado numa das câmaras será revisto pela outra, que, aprovando-o, o enviará a sanção a a promulgação. (Arts. 70 e 71).

Parágrafo único. A revisão será discutida e votada num só turno.

Art. 69. Se o projeto de uma câmara fôr emendado na outra, volverá à primeira para que se pronuncie acerca da modificação, aprovando-a ou não.

Parágrafo único. Nos termos da votação final, será o projeto enviado à sanção.

Art. 70. Nos casos do art. 65, a câmara onde se concluir a votação de um projeto envia-lo-á ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1.º Se o Presidente da República julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário aos interesses nacionais veta-lo-á, total ou parcialmente, dentro de dez dias úteis, contados daquele em que o receber, e comunicará no mesmo prazo, ao Presidente do Senado Federal, os motivos do veto. Se a sanção fôr

negada quando estiver finda a sessão legislativa, o Presidente da República publicará o veto.

§ 2.º Decorrido o decêndio, o silêncio do Presidente da República importa sanção.

§ 3.º Comunicado o veto ao Presidente do Senado Federal, este convocará as duas câmaras para, em sessão conjunta dêle conhecerem, considerando-se aprovado o projeto que obtiver o voto de dois terços dos representantes presentes. Nesse caso, será o projeto enviado para promulgação ao Presidente da República.

§ 4.º Se a lei não fôr promulgada dentro de 48 horas pelo Presidente da República, nos casos dos parágrafos 2.º e 3.º, o Presidente do Senado a promulgará; e, se este o não fizer em igual prazo, fá-lo-á o Vice-Presidente do Senado.

Art. 71. Nos casos do art. 66, considerar-se-á com a votação final encerrada a elaboração da lei, que será promulgada pelo Presidente do Senado.

Art. 72. Os projetos de lei rejeitados ou não sancionados só se poderão renovar na mesma sessão legislativa mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Câmaras.

SEÇÃO VI

Do orçamento

Art. 73. O orçamento será uno, incorporando-se à receita obrigatoriamente, todas as rendas e suprimentos de fundos e incluindo-se discriminadamente na despesa as dotações necessárias ao custeio de todos os serviços públicos.

§ 1.º A lei de orçamento não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa para os serviços anteriormente criados. Não se incluem nessa proibição:

I — a autorização para abertura de créditos suplementares e operações de crédito por antecipação da receita;

II — a aplicação de saldo e o modo de cobrir o *deficit*.

§ 2.º O orçamento da despesa dividir-se-á em duas partes: uma fixa, que não poderá ser alterada senão em virtude de lei anterior; outra variável, que obedecerá a rigorosa especialização.

Art. 74. Se o orçamento não tiver sido enviado à sanção até 30 de novembro, prorrogar-se-á para o exercício seguinte o que estiver em vigor.

Art. 75. São vedados o estôrno de verbas, a concessão de créditos ilimitados e a abertura, sem autorização legislativa, de crédito especial.

Parágrafo único. A abertura de crédito extraordinário só será admitida por necessidade urgente ou imprevistas, em caso de guerra comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 76. O Tribunal de Contas tem a sua sede na Capital da República e jurisdição em todo o território nacional.

§ 1.º Os Ministros do Tribunal de Contas serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, e terão os mesmos direitos, garantias, prerrogativas, e vencimentos dos juizes do Tribunal Federal de Recursos.

§ 2.º O Tribunal de Contas exercerá, no que lhe diz respeito, as atribuições constantes do art. 97, e terá quadro próprio para o seu pessoal.

Art. 77. Compete ao Tribunal de Contas:

I — acompanhar e fiscalizar diretamente, ou por delegações criadas em lei, a execução do orçamento;

II — julgar previamente as contas dos responsáveis por dinheiros e outros bens públicos, e as dos administradores das entidades autárquicas;

III — julgar da legalidade dos contratos e das aposentadorias, reformas e pensões.

§ 1.º Os contratos que, por qualquer modo, interessarem à receita ou à despesa só se reputarão perfeitos depois de registrados pelo Tribunal de Contas. A recusa do registro suspenderá a execução do contrato até que se pronuncie o Congresso Nacional.

§ 2.º Será sujeito a registro no Tribunal de Contas, prévio ou posterior, conforme a lei o estabelecer, qualquer ato de administração pública de que resulte obrigação de pagamento pelo Tesouro Nacional ou por conta deste.

§ 3.º Em qualquer caso, a recusa do registro por falta de saldo, no crédito ou por imputação a crédito impróprio terá caráter proibitivo. Quando a recusa tiver outro fundamento, a despesa poderá efetuar-se após despacho do Presidente da República, registro sob reserva do Tribunal de Contas e recurso *ex-officio* para o Congresso Nacional.

§ 4.º O Tribunal de Contas dará parecer prévio, no prazo de sessenta dias, sobre as contas que o Presidente da República deverá prestar anualmente ao Congresso Nacional. Se

elas não lhe forem enviadas no prazo da lei, comunicará o fato ao Congresso Nacional para os fins de direito, apresentando-lhe, num e noutro caso, minucioso relatório do exercício financeiro encerrado.

CAPÍTULO III

DO PODER EXECUTIVO

SEÇÃO I

Do Presidente e do Vice-Presidente da República

Art. 78. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República.

Art. 79. Substitui o Presidente, no caso de impedimento, e sucede-lhe, no de vaga, o Vice-Presidente da República.

§ 1.º Em caso de impedimento ou vaga do Presidente e do Vice-Presidente da República, serão sucessivamente chamados ao exercício da presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o Vice-Presidente do Senado Federal e o Presidente do Supremo Tribunal Federal.

§ 2.º Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição sessenta dias depois de aberta a última vaga. Se as vagas ocorrerem na segunda metade do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita, trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma estabelecida em lei. Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período dos seus antecessores.

Art. 80. São condições de elegibilidade para Presidente e Vice-Presidente da República:

I — ser brasileiro nato (art. 129, ns. I e II);

II — estar no exercício dos direitos políticos;

III — ser maior de trinta e cinco anos.

Art. 81. O Presidente e o Vice-Presidente da República serão eleitos simultaneamente, em todo o país, cento e vinte dias antes do termo do período presidencial.

Art. 82. O Presidente e o Vice-Presidente da República exercerão o cargo por cinco anos.

Art. 83. O Presidente e o Vice-presidente da República tomarão posse em sessão do Congresso Nacional ou, se este não estiver reunido, perante o Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. O Presidente da República prestará, no ato da posse,

como o subsídio dêstes e os do Presidente e do Vice-Presidente da República;

X — mudar temporariamente a sua sede.

SEÇÃO V

Das leis

Art. 67. A iniciativa das leis, ressaltados os casos de competência exclusiva, cabe ao Presidente da República e a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

§ 1.º Cabe à Câmara dos Deputados e ao Presidente da República a iniciativa da lei de fixação das forças armadas e a de todas as leis sobre matéria financeira.

§ 2.º Ressalvada a competência da Câmara dos Deputados, do Senado e dos tribunais federais, no que concerne aos respectivos serviços administrativos, compete exclusivamente ao Presidente da República a iniciativa das leis que criem empregos em serviços existentes, aumentem vencimentos ou modifiquem, no decurso de cada legislatura, o lei de fixação das forças armadas.

§ 3.º A discussão dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República terá início na Câmara dos Deputados.

Art. 68. O projeto de lei adotado numa das câmaras será revisto pela outra, que, aprovando-o, o enviará a sanção a à promulgação. (Arts. 70 e 71).

Parágrafo único. A revisão será discutida e votada num só turno.

Art. 69. Se o projeto de uma câmara fôr emendado na outra, volverá à primeira para que se pronuncie acerca da modificação, aprovando-a ou não.

Parágrafo único. Nos termos da votação final, será o projeto enviado à sanção.

Art. 70. Nos casos do art. 65, a câmara onde se concluir a votação de um projeto envia-lo-á ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1.º Se o Presidente da República julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário aos interesses nacionais veta-lo-á, total ou parcialmente, dentro de dez dias úteis, contados daquele em que o receber, e comunicará no mesmo prazo, ao Presidente do Senado Federal, os motivos do veto. Se a sanção fôr

negada quando estiver finda a sessão legislativa, o Presidente da República publicará o veto.

§ 2.º Decorrido o decêndio, o silêncio do Presidente da República importa sanção.

§ 3.º Comunicado o veto ao Presidente do Senado Federal, êste convocará as duas câmaras para, em sessão conjunta dêle conhecerem, considerando-se aprovado o projeto que obtiver o voto de dois terços dos representantes presentes. Nesse caso, será o projeto enviado para promulgação ao Presidente da República.

§ 4.º Se a lei não fôr promulgada dentro de 48 horas pelo Presidente da República, nos casos dos parágrafos 2.º e 3.º, o Presidente do Senado a promulgará; e, se êste o não fizer em igual prazo, fá-lo-á o Vice-Presidente do Senado.

Art. 71. Nos casos do art. 66, considerar-se-á com a votação final encerrada a elaboração da lei, que será promulgada pelo Presidente do Senado.

Art. 72. Os projetos de lei rejeitados ou não sancionados só se poderão renovar na mesma sessão legislativa mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Câmaras.

SEÇÃO VI

Do orçamento

Art. 73. O orçamento será uno, incorporando-se à receita obrigatoriamente, todas as rendas e suprimentos de fundos e incluindo-se discriminadamente na despesa as dotações necessárias ao custeio de todos os serviços públicos.

§ 1.º A lei de orçamento não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa para os serviços anteriormente criados. Não se incluem nessa proibição:

I — a autorização para abertura de créditos suplementares e operações de crédito por antecipação da receita;

II — a aplicação de saldo e o modo de cobrir o *deficit*.

§ 2.º O orçamento da despesa dividir-se-á em duas partes: uma fixa, que não poderá ser alterada senão em virtude de lei anterior; outra variável, que obedecerá a rigorosa especialização.

Art. 74. Se o orçamento não tiver sido enviado à sanção até 30 de novembro, prorrogar-se-á para o exercício seguinte o que estiver em vigor.

Art. 75. São vedados o estôrno de verbas, a concessão de créditos ilimitados e a abertura, sem autorização legislativa, de crédito especial.

Parágrafo único. A abertura de crédito extraordinário só será admitida por necessidade urgente ou imprevistas, em caso de guerra comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 76. O Tribunal de Contas tem a sua sede na Capital da República e jurisdição em todo o território nacional.

§ 1.º Os Ministros do Tribunal de Contas serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, e terão os mesmos direitos, garantias, prerrogativas, e vencimentos dos juizes do Tribunal Federal de Recursos.

§ 2.º O Tribunal de Contas exercerá, no que lhe diz respeito, as atribuições constantes do art. 97, e terá quadro próprio para o seu pessoal.

Art. 77. Compete ao Tribunal de Contas:

I — acompanhar e fiscalizar diretamente, ou por delegações criadas em lei, a execução do orçamento;

II — julgar previamente as contas dos responsáveis por dinheiros e outros bens públicos, e as dos administradores das entidades autárquicas;

III — julgar da legalidade dos contratos e das aposentadorias, reformas e pensões.

§ 1.º Os contratos que, por qualquer modo, interessarem à receita ou à despesa só se reputarão perfeitos depois de registrados pelo Tribunal de Contas. A recusa do registro suspenderá a execução do contrato até que se pronuncie o Congresso Nacional.

§ 2.º Será sujeito a registro no Tribunal de Contas, prévio ou posterior, conforme a lei o estabelecer, qualquer ato de administração pública de que resulte obrigação de pagamento pelo Tesouro Nacional ou por conta dêste.

§ 3.º Em qualquer caso, a recusa do registro por falta de saldo, no crédito ou por imputação a crédito impróprio terá caráter proibitivo. Quando a recusa tiver outro fundamento, a despesa poderá efetuar-se após despacho do Presidente da República, registro sob reserva do Tribunal de Contas e recurso *ex-officio* para o Congresso Nacional.

§ 4.º O Tribunal de Contas dará parecer prévio, no prazo de sessenta dias, sobre as contas que o Presidente da República deverá prestar anualmente ao Congresso Nacional. Se

elas não lhe forem enviadas no prazo da lei, comunicará o fato ao Congresso Nacional para os fins de direito, apresentando-lhe, num e noutro caso, minucioso relatório do exercício financeiro encerrado.

CAPÍTULO III

DO PODER EXECUTIVO

SEÇÃO I

Do Presidente e do Vice-Presidente da República

Art. 78. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República.

Art. 79. Substitui o Presidente, no caso de impedimento, e sucede-lhe, no de vaga, o Vice-Presidente da República.

§ 1.º Em caso de impedimento ou vaga do Presidente e do Vice-Presidente da República, serão sucessivamente chamados ao exercício da presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o Vice-Presidente do Senado Federal e o Presidente do Supremo Tribunal Federal.

§ 2.º Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição sessenta dias depois de aberta a última vaga. Se as vagas ocorrerem na segunda metade do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita, trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma estabelecida em lei. Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período dos seus antecessores.

Art. 80. São condições de elegibilidade para Presidente e Vice-Presidente da República:

I — ser brasileiro nato (art. 129, ns. I e II);

II — estar no exercício dos direitos políticos;

III — ser maior de trinta e cinco anos.

Art. 81. O Presidente e o Vice-Presidente da República serão eleitos simultaneamente, em todo o país, cento e vinte dias antes do termo do período presidencial.

Art. 82. O Presidente e o Vice-Presidente da República exercerão o cargo por cinco anos.

Art. 83. O Presidente e o Vice-presidente da República tomarão posse em sessão do Congresso Nacional ou, se este não estiver reunido, perante o Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. O Presidente da República prestará, no ato da posse,

êste compromisso: “Prometo manter, defender e cumprir a Constituição da República, observar as suas leis, promover o bem estar do Brasil, sustentar-lhe a união, a integridade e a independência”.

Art. 84. Se, decorridos trinta dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente da República não tiver, salvo por motivo de doença, assumido o cargo, êste será declarado vago pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 85. O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão ausentar-se do país sem permissão do Congresso Nacional, sob pena de perda do cargo.

Art. 86. No último ano da legislatura anterior à eleição para Presidente e Vice-Presidente da República, serão fixados os seus subsídios pelo Congresso Nacional.

SEÇÃO II

Das atribuições do Presidente da República

Art. 87. Compete privativamente ao Presidente da República:

I — sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução;

II — vetar, nos termos do art. 70 § 1.º, os projetos de lei;

III — nomear e demitir os Ministros de Estado;

IV — nomear e demitir o Prefeito do Distrito Federal (artigo 26, § 1.º e 2.º) e os membros do Conselho Nacional de Economia (art. 205 § 1.º);

V — prover, na forma da lei e com as ressalvas estatuídas por esta Constituição, os cargos públicos federais;

VI — manter relações com estados estrangeiros;

VII — celebrar tratados e convenções internacionais *ad referendum* do Congresso Nacional;

VIII — declarar guerra, depois de autorizado pelo Congresso Nacional, ou sem essa autorização no caso de agressão estrangeira, quando verificada no intervalo das sessões legislativas;

IX — fazer a paz, com autorização e *ad referendum* do Congresso Nacional;

X — permitir, depois de autorizado pelo Congresso Nacional, ou sem essa autorização no intervalo das sessões legislativas, que forças estrangeiras transitem pelo território do país, ou, por motivo de guerra, nele permaneçam temporariamente;

XI — exercer o comando supremo das forças armadas, administrando-as por intermédio dos órgãos competentes;

XII — decretar a mobilização total ou parcial das forças armadas;

XIII — decretar o estado de sítio nos termos desta Constituição;

XIV — decretar e executar a intervenção federal nos termos dos artigos 7.º a 14;

XV — autorizar brasileiros a aceitarem pensão, emprego ou comissão de governo estrangeiro;

XVI — enviar à Câmara dos Deputados, dentro dos primeiros dois meses da sessão legislativa, a proposta de orçamento;

XVII — prestar anualmente ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao exercício anterior;

XVIII — remeter mensagem ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, dando-lhe conta da situação do país e solicitando as providências que julgar necessárias;

XIX — conceder indulto e comutar penas, com audiência dos órgãos instituídos em lei.

SEÇÃO III

Das responsabilidades do Presidente da República

Art. 88. O Presidente da República, depois que a Câmara dos Deputados, pelo voto da maioria absoluta dos seus membros, declarar procedente a acusação, será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal nos crimes comuns, ou perante o Senado Federal nos de responsabilidade.

Parágrafo único. Declarada a procedência da acusação, ficará o Presidente da República suspenso das suas funções.

Art. 89. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

I — a existência da União;

II — o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados;

III — o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;

IV — a segurança interna do País;

V — a probidade na administração;

VI — a lei orçamentária;

VII — a guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos;

VIII — o cumprimento das decisões judiciárias.

Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.

SEÇÃO IV

Dos Ministros de Estado

Art. 90. O Presidente da República é auxiliado pelos Ministros de Estado.

Parágrafo único. São condições essenciais para a investidura no cargo de Ministro de Estado:

I — ser brasileiro (art. 129 n.º I e II);
II — estar no exercício dos direitos políticos;

III — ser maior de vinte e cinco anos.

Art. 91. Além das atribuições que a lei fixar, compete aos Ministros de Estado:

I — referendar os atos assinados pelo Presidente da República;

II — expedir instruções para a boa execução das leis, decretos e regulamentos;

III — apresentar ao Presidente da República relatório dos serviços de cada ano realizados no Ministério;

IV — comparecer à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal nos casos e para os fins indicados nesta Constituição.

Art. 92. Os Ministros de Estado serão, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, processados e julgados pelo Supremo Tribunal Federal, e, nos conexos com os do Presidente da República, pelos órgãos competentes para o processo e julgamento deste.

Art. 93. São crimes de responsabilidade, além do previsto no art. 54, parágrafo único, os atos definidos em lei (art. 89), quando praticados ou ordenados pelos Ministros de Estado.

Parágrafo único. Os Ministros de Estado são responsáveis pelos atos que assinarem, ainda que juntamente com o Presidente da República, ou que praticarem por ordem deste.

CAPÍTULO IV

DO PODER JUDICIÁRIO

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 94. O Poder Judiciário é exercido pelos seguintes órgãos:

- I — Supremo Tribunal Federal;
- II — Tribunal Federal de Recursos;
- III — Juízes e tribunais militares;
- IV — Juízes e tribunais eleitorais;

V — Juízes e tribunais do trabalho.

Art. 95. Salvo as restrições expressas nesta Constituição, os juízes gozarão das garantias seguintes:

I — vitaliciedade, não podendo perder o cargo senão por sentença judiciária;

II — inamovibilidade, salvo quando ocorrer motivo de interesse público, reconhecido pelo voto de dois terços dos membros efetivos do tribunal superior competente;

III — irredutibilidade dos vencimentos, que, todavia, ficarão sujeitos aos impostos gerais.

§ 1.º A aposentadoria será compulsória aos setenta anos de idade ou por invalidez comprovada, e facultativa após trinta anos de serviço público, contados na forma da lei.

§ 2.º A aposentadoria, em qualquer caso, será decretada com vencimentos integrais.

§ 3.º A vitaliciedade não se estenderá obrigatoriamente aos juízes com atribuições limitadas ao preparo dos processos e à substituição de juízes julgadores, salvo após dez anos de contínuo exercício no cargo.

Art. 96. É vedado ao juiz:

I — exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo o magistério secundário e superior e os casos previstos nesta Constituição, sob pena de perda do cargo judiciário;

II — receber, sob qualquer pretexto, percentagens, nas causas sujeitas a seu despacho e julgamento;

III — exercer atividade político-partidária.

Art. 97. Compete ao tribunais:

I — eleger seus presidentes e demais órgãos de direção;

II — elaborar seus regimentos internos e organizar os serviços auxiliares, provendo-lhes os cargos na forma da lei; e bem assim propor ao Poder Legislativo competente a criação ou a extinção de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos;

III — conceder licença e férias, nos termos da lei, aos seus membros e aos juízes e serventuários que lhes forem imediatamente subordinados.

SEÇÃO II

Do Supremo Tribunal Federal

Art. 98. O Supremo Tribunal Federal com sede na Capital da República e jurisdição em todo o território nacional, compor-se-á de onze ministros. Esse número mediante

proposta do próprio Tribunal, poderá ser elevado por lei.

Art. 99. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre brasileiros (art. 129, I e II), maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Art. 100. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão, nos crimes de responsabilidade, processados e julgados pelo Senado Federal.

Art. 101. Ao Supremo Tribunal Federal compete:

I — processar e julgar originariamente:

a) o Presidente da República nos crimes comuns;

b) os seus próprios Ministros e o Procurador Geral da República nos crimes comuns;

c) os Ministros de Estado, os juizes dos tribunais superiores federais, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, os Ministros do Tribunal de Contas e os chefes de missão diplomática em caráter permanente, assim nos crimes comuns como nos de responsabilidade, ressalvado, quanto aos Ministros de Estado, o disposto no final do art. 92.

d) os litígios entre estados estrangeiros e a União, os Estados, o Distrito Federal ou os municípios;

e) e as causas e conflitos entre a União e os Estados ou entre estes;

f) os conflitos de jurisdição entre juizes ou tribunais federais de justiça diversas, entre quaisquer juizes ou tribunais federais e os dos Estados, e entre juizes ou tribunais de Estados diferentes, inclusive os do Distrito Federal e os dos Territórios;

g) a extradição de criminosos, requisitada por estados estrangeiros e a homologação das sentenças estrangeiras;

h) o *habeas-corpus*, quando o coator ou paciente fôr tribunal, funcionário ou autoridade cujos atos estejam diretamente sujeitos à jurisdição do Supremo Tribunal Federal; quando se tratar de crime sujeito a essa mesma jurisdição em única instância; e quando houver perigo de se consumir a violência, antes que outro juiz ou tribunal possa conhecer do pedido;

i) os mandados de segurança contra ato do Presidente da República, da Mesa da Câmara ou do Senado e do

Presidente do próprio Supremo Tribunal Federal;

j) a execução das sentenças, nas causas da sua competência originária, sendo facultada a delegação de atos processuais a juiz inferior ou a outro tribunal;

l) as ações rescisórias de seus acórdãos;

II — julgar em recurso ordinário:

a) os mandados de segurança e os *habeas-corpus* decididos em última instância pelos tribunais locais ou federais quando denegatória a decisão;

b) as causas decididas por juizes locais, fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro, assim como as em que forem partes um Estado estrangeiro e pessoa domiciliada no país;

c) os crimes políticos;

III — julgar em recurso extraordinário as causas decididas em única ou última instância por outros tribunais ou juizes:

a) quando a decisão fôr contrária a dispositivo da Constituição ou à letra de tratado ou lei federal;

b) quando se questionar sobre a validade de lei federal em face da Constituição, e a decisão recorrida negar aplicação à lei impugnada;

c) quando se contestar a validade de lei ou ato de governo local em face desta Constituição ou de lei federal, e a decisão recorrida julgar válida a lei ou o ato;

d) quando na decisão recorrida a interpretação da lei federal invocada fôr diversa da que lhe haja dado qualquer dos outros Tribunais ou o próprio Supremo Tribunal Federal.

IV — Rever, em benefício dos condenados, as suas decisões criminais em processos findos.

Art. 102. Com recurso voluntário para o Supremo Tribunal Federal, é da competência do seu Presidente conceder *exequatur* a cartas rogatórias de tribunais estrangeiros.

SEÇÃO III

Do Tribunal Federal de Recursos

Art. 103. O Tribunal Federal de Recursos, com sede na Capital Federal, compor-se-á de nove juizes, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, sendo dois terços entre magistrados e um terço entre advogados e membros do ministério público, com os requisitos do art. 99.

Parágrafo único. Esse Tribunal poderá dividir-se em câmaras ou turmas.

Art. 104. Compete ao Tribunal Federal de Recursos:

I — processar e julgar originariamente:

a) as ações rescisórias de seus acórdãos;

b) os mandados de segurança, quando a autoridade coatora for Ministro de Estado, o próprio Tribunal ou o seu Presidente;

II — julgar em grau de recurso:

a) as causas decididas em primeira instância, quando a União for interessada como autora, ré, assistente ou oponente, exceto as de falência, ou quando se tratar de crimes praticados em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral e a da Justiça Eleitoral e a da Justiça Militar;

b) as decisões de juízes locais, denegatórias de *habeas-corpus*, e as proferidas em mandados de segurança, se federal a autoridade apontada como coatora;

III — rever, em benefício dos condenados, as suas decisões criminais em processos findos.

Art. 105. A lei poderá criar, em diferentes regiões do país, outros Tribunais Federais de Recursos, mediante proposta do próprio Tribunal e aprovação do Supremo Tribunal Federal, fixando-lhes sede e jurisdição territorial e observados os preceitos dos arts. 103 e 104.

SEÇÃO IV

Dos juízes e tribunais militares

Art. 106. São órgãos da justiça militar o Superior Tribunal Militar e os tribunais e Juizes inferiores que a lei instituir.

Parágrafo único. A lei disporá sobre o número e a forma de escolha dos juízes militares e togados do Superior Tribunal Militar, os quais terão vencimentos iguais aos dos juízes do Tribunal Federal de Recursos, e estabelecerá as condições de acesso dos auditores.

Art. 107. A inamovibilidade assegurada aos membros da Justiça Militar não os exime da obrigação de acompanhar as forças junto às quais tenham de servir.

Art. 108. A Justiça Militar compete processar e julgar, nos crimes militares definidos em lei, os militares e as pessoas que lhes são assemelhadas.

§ 1.º Esse fôro especial poderá estender-se aos civis, nos casos expressos em lei, para a repressão de crimes contra a segurança externa do país ou as instituições militares.

§ 2.º A lei regulará a aplicação das penas da legislação militar em tempo de guerra.

SEÇÃO V

Dos juízes e tribunais eleitorais

Art. 109. Os órgãos da justiça eleitoral são os seguintes:

I — Tribunal Superior Eleitoral;

II — Tribunais Regionais Eleitorais;

III — Juntas eleitorais;

IV — Juízes eleitorais.

Art. 110. O Tribunal Superior Eleitoral, com sede na Capital da República, compor-se-á:

I — mediante eleição em escrutínio secreto:

a) de dois juízes escolhidos pelo Supremo Tribunal Federal dentre os seus Ministros;

b) de dois juízes escolhidos pelo Tribunal Federal de Recursos dentre os seus juízes;

c) e de um juiz escolhido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal dentre os seus desembargadores;

II — por nomeação do Presidente da República:

De dois dentre seis cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, que não sejam incompatíveis por lei, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral elegerá para seu presidente um dos dois Ministros do Supremo Tribunal Federal, cabendo ao outro a vice-presidência.

Art. 111. Haverá um Tribunal Regional Eleitoral na capital de cada Estado e no Distrito Federal.

Parágrafo único. Mediante proposta do Tribunal Superior Eleitoral, poderá criar-se por lei um Tribunal Regional Eleitoral na Capital de qualquer Território.

Art. 112. Os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão:

I — mediante eleição em escrutínio secreto:

a) de três juízes escolhidos pelo Tribunal de Justiça dentre os seus membros;

b) de dois juízes escolhidos pelo Tribunal de Justiça dentre os juízes de direito;

II — por nomeação do Presidente da República:

De dois dentre seis cidadãos de notável saber e reputação ilibada, que

não sejam incompatíveis por lei, indicados pelo Tribunal de Justiça.

Parágrafo único. O Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral serão escolhidos dentre os três desembargadores do Tribunal de Justiça.

Art. 113. O número dos juízes dos tribunais eleitorais não será reduzido, mas poderá ser elevado, até nove, mediante proposta do Tribunal Superior Eleitoral e na forma por ele sugerida.

Art. 114. Os juízes dos tribunais eleitorais, a menos que ocorra motivo justificado, servirão obrigatoriamente por dois anos, e não poderão servir por mais de dois biênios consecutivos.

Art. 115. Os substitutos dos membros efetivos dos Tribunais Eleitorais serão escolhidos, na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.

Art. 116. Será regulada por lei a organização das juntas eleitorais, a que presidirá um juiz de direito, e os seus membros serão nomeados, depois da aprovação do Tribunal Regional Eleitoral pelo presidente deste.

Art. 117. Compete aos Juízes de direito exercer, com jurisdição plena e na forma da lei, as funções de juízes eleitorais.

Parágrafo único. A lei poderá outorgar a outros juízes competência para funções não decisórias.

Art. 118. Enquanto servirem, os magistrados eleitorais gozarão, no que lhes for aplicável, das garantias estabelecidas no art. 95 números I e II e, como tais, não terão outras incompatibilidades senão as declaradas por lei.

Art. 119. A lei regulará a competência dos juízes e tribunais eleitorais. Entre as atribuições da justiça eleitoral, inclui-se:

I — o registro e a cassação de registro dos partidos políticos;

II — a divisão eleitoral em todo o País;

III — o alistamento eleitoral;

IV — a fixação da data das eleições, quando não determinada por disposição constitucional ou legal;

V — o processo eleitoral, a apuração das eleições e a expedição de diplomas aos eleitos;

VI — o conhecimento e a decisão das arguições de inelegibilidade;

VII — o processo e julgamento dos crimes eleitorais e dos comuns que lhes forem conexos, e bem assim o de *habeas-corpus* e mandados de segurança em matéria eleitoral;

VIII — o conhecimento de reclamações relativa a obrigações impostas por lei aos partidos políticos, quanto à sua contabilidade e à apuração da origem dos seus recursos.

Art. 120. São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que declararem a invalidade de lei ou ato contrários a esta Constituição e as denegatórias de *habeas-corpus* ou mandado de segurança, das quais caberá recurso para o Supremo Tribunal Federal.

Art. 121. Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais somente caberá recurso para o Tribunal Superior Eleitoral quando:

I — forem tomadas contra expressa disposição de lei;

II — ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais;

III — versarem sobre expedição de diploma nas eleições federais e estaduais.

IV — denegarem *habeas-corpus* ou mandado de segurança.

SEÇÃO VI

Dos juízes e tribunais do trabalho

Art. 122. Os órgãos da justiça do trabalho são os seguintes:

I — Tribunal Superior do Trabalho;

II — Tribunais Regionais do Trabalho;

III — Juntas ou juízes de conciliação e julgamento.

§ 1.º O Tribunal Superior do Trabalho tem a sua sede na Capital Federal.

§ 2.º A lei fixará o número dos tribunais Regionais do Trabalho e as suas sedes.

§ 3.º A lei instituirá as juntas de conciliação e julgamento, podendo, nas comarcas onde elas não forem instituídas, atribuir as suas funções aos juízes de direito.

§ 4.º poderão ser criados por lei outros órgãos da justiça do trabalho.

§ 5.º A constituição, investidura, jurisdição, competência, garantias e condições de exercício dos órgãos da justiça do trabalho serão reguladas por lei, ficando assegurada a paridade de representação de empregados e empregadores.

Art. 123. Compete à justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre empregados e empregadores, e as demais controvérsias oriundas de relações do trabalho regidas por legislação especial.

§ 1.º Os dissídios relativos a acidentes do trabalho são da competência da justiça ordinária.

§ 2.º A lei especificará os casos em que as decisões, nos dissídios coletivos, poderão estabelecer normas e condições do trabalho.

TÍTULO II

Da justiça dos Estados

Art. 124. Os Estados organizarão a sua justiça com observância dos artigos 95 a 97 e também dos seguintes princípios:

I — Serão inalteráveis a divisão e a organização judiciárias, dentro de cinco anos da data da lei que as estabelecer, salvo proposta motivada do Tribunal de Justiça.

II — Poderão ser criados tribunais de alçada inferior à dos Tribunais de Justiça.

III — O ingresso na magistratura vitalícia dependerá de concurso de provas, organizado pelo Tribunal de Justiça com a colaboração do Conselho Secional da Ordem dos Advogados do Brasil, e far-se-á a indicação dos candidatos, sempre que fôr possível, em lista triplíce.

IV — A promoção dos juizes far-se-á de entrância para entrância, por antiguidade e por merecimento, alternadamente, e, no segundo caso, dependerá de lista triplíce organizada pelo Tribunal de Justiça. Igual proporção se observará no acesso a esse Tribunal, ressalvado o disposto no n.º V d'este artigo. Para isso, nos casos de merecimento, a lista triplíce se comporá de nomes escolhidos dentre os dos juizes de qualquer entrância. Em se tratando de antiguidade, que se apurará na última entrância, o Tribunal resolverá preliminarmente se deve ser indicado o Juiz mais antigo; e, se este fôr recusado por três quartos dos desembargadores, repetirá a votação em relação ao imediato, e assim por diante, até se fixar a indicação. Somente após dois anos de efetivo exercício na respectiva entrância poderá o juiz ser promovido.

V — Na composição de qualquer tribunal, um quinto dos lugares será preenchido por advogados e membros do Ministério Público, de notório merecimento e reputação ilibada, com dez anos, pelo menos, de prática forense. Para cada vaga, o tribunal, em sessão e scrutinio secreto, votará lista triplíce. Escolhido um membro do Ministério Público, será preenchida por advogado a vaga seguinte.

VI — Os vencimentos dos desembargadores serão fixados em quantia não inferior à que recebem, a qualquer título, os secretários de Estado; e os dos demais juizes vitalícios, com diferença não excedente a trinta por cento de uma para outra entrância, atribuindo-se aos de entrância mais elevada não menos de dois terços dos vencimentos dos desembargadores.

VII — Em caso de mudança de sede do juízo, é facultado ao juiz remover-se para a nova sede, ou para comarca de igual entrância, ou pedir disponibilidade com vencimentos integrais.

VIII — Só por proposta do Tribunal de Justiça poderá ser alterado o número dos seus membros e dos de qualquer outro tribunal.

IX — É da competência privativa do Tribunal de Justiça processar e julgar os juizes de inferior instância nos crimes comuns e nos de responsabilidade.

X — Poderá ser instituída a justiça de paz temporária, com atribuição judiciária de substituição, exceto para julgamentos finais ou recorríveis, e competência para a habilitação e celebração de casamentos e outros atos previstos em lei.

XI — Poderão ser criados juizes togados com investidura limitada a certo tempo e competência para julgamento das causas de pequeno valor. Esses juizes poderão substituir os juizes vitalícios.

XII — A justiça militar estadual, organizada com observância dos preceitos gerais da lei federal (art. 5.º, n.º XV, f), terá como órgãos de primeira instância os conselhos de justiça e como órgão de segunda instância o tribunal especial ou o Tribunal de Justiça.

TÍTULO III

Do Ministério Público

Art. 125. A lei organizará o Ministério Público da União perante a justiça comum, a militar, a eleitoral e a do trabalho.

Art. 126. O Ministério Público Federal tem por chefe o Procurador Geral da República, nomeado pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre cidadãos com os requisitos indicados no art. 99, e que será demissível *ad nutum*.

Parágrafo único. A União será representada em juízo pelos procuradores da República, podendo a lei co-

não sejam incompatíveis por lei, indicados pelo Tribunal de Justiça.

Parágrafo único. O Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral serão escolhidos dentre os três desembargadores do Tribunal de Justiça.

Art. 113. O número dos juizes dos tribunais eleitorais não será reduzido, mas poderá ser elevado, até nove, mediante proposta do Tribunal Superior Eleitoral e na forma por ele sugerida.

Art. 114. Os juizes dos tribunais eleitorais, a menos que ocorra motivo justificado, servirão obrigatoriamente por dois anos, e não poderão servir por mais de dois biênios consecutivos.

Art. 115. Os substitutos dos membros efetivos dos Tribunais Eleitorais serão escolhidos, na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.

Art. 116. Será regulada por lei a organização das juntas eleitorais, a que presidirá um juiz de direito, e os seus membros serão nomeados, depois da aprovação do Tribunal Regional Eleitoral pelo presidente dêste.

Art. 117. Compete aos Juizes de direito exercer, com jurisdição plena e na forma da lei, as funções de juizes eleitorais.

Parágrafo único. A lei poderá outorgar a outros juizes competência para funções não decisórias.

Art. 118. Enquanto servirem, os magistrados eleitorais gozarão, no que lhes fôr aplicável, das garantias estabelecidas no art. 95 números I e II e, como tais, não terão outras incompatibilidades senão as declaradas por lei.

Art. 119. A lei regulará a competência dos juizes e tribunais eleitorais. Entre as atribuições da justiça eleitoral, inclui-se:

I — o registro e a cassação de registro dos partidos políticos;

II — a divisão eleitoral em todo o País;

III — o alistamento eleitoral;

IV — a fixação da data das eleições, quando não determinada por disposição constitucional ou legal;

V — o processo eleitoral, a apuração das eleições e a expedição de diplomas aos eleitos;

VI — o conhecimento e a decisão das arguições de inelegibilidade;

VII — o processo e julgamento dos crimes eleitorais e dos comuns que lhes forem conexos, e bem assim o de *habeas-corpus* e mandados de segurança em matéria eleitoral;

VIII — o conhecimento de reclamações relativa a obrigações impostas por lei aos partidos políticos, quanto à sua contabilidade e à apuração da origem dos seus recursos.

Art. 120. São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que declararem a invalidade de lei ou ato contrários a esta Constituição e as denegatórias de *habeas-corpus* ou mandado de segurança, das quais caberá recurso para o Supremo Tribunal Federal.

Art. 121. Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais somente caberá recurso para o Tribunal Superior Eleitoral quando:

I — forem tomadas contra expressa disposição de lei;

II — ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais;

III — versarem sobre expedição de diploma nas eleições federais e estaduais.

IV — denegarem *habeas-corpus* ou mandado de segurança.

SEÇÃO VI

Dos juizes e tribunais do trabalho

Art. 122. Os órgãos da justiça do trabalho são os seguintes:

I — Tribunal Superior do Trabalho;

II — Tribunais Regionais do Trabalho;

III — Juntas ou juizes de conciliação e julgamento.

§ 1.º O Tribunal Superior do Trabalho tem a sua sede na Capital Federal.

§ 2.º A lei fixará o número dos tribunais Regionais do Trabalho e as suas sedes.

§ 3.º A lei instituirá as juntas de conciliação e julgamento, podendo, nas comarcas onde elas não forem instituídas, atribuir as suas funções aos juizes de direito.

§ 4.º poderão ser criados por lei outros órgãos da justiça do trabalho.

§ 5.º A constituição, investidura, jurisdição, competência, garantias e condições de exercício dos órgãos da justiça do trabalho serão reguladas por lei, ficando assegurada a paridade de representação de empregados e empregadores.

Art. 123. Compete à justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre empregados e empregadores, e as demais controvérsias oriundas de relações do trabalho regidas por legislação especial.

§ 1.º Os dissídios relativos a acidentes do trabalho são da competência da justiça ordinária.

§ 2.º A lei especificará os casos em que as decisões, nos dissídios coletivos, poderão estabelecer normas e condições do trabalho.

TÍTULO II

Da justiça dos Estados

Art. 124. Os Estados organizarão a sua justiça com observância dos artigos 95 a 97 e também dos seguintes princípios:

I — Serão inalteráveis a divisão e a organização judiciárias, dentro de cinco anos da data da lei que as estabelecer, salvo proposta motivada do Tribunal de Justiça.

II — Poderão ser criados tribunais de alçada inferior à dos Tribunais de Justiça.

III — O ingresso na magistratura vitalícia dependerá de concurso de provas, organizado pelo Tribunal de Justiça com a colaboração do Conselho Secional da Ordem dos Advogados do Brasil, e far-se-á a indicação dos candidatos, sempre que fôr possível, em lista tríplice.

IV — A promoção dos juizes far-se-á de entrância para entrância, por antiguidade e por merecimento, alternadamente, e, no segundo caso, dependerá de lista tríplice organizada pelo Tribunal de Justiça. Igual proporção se observará no acesso a êsse Tribunal, ressalvado o disposto no n.º V dêste artigo. Para isso, nos casos de merecimento, a lista tríplice se comporá de nomes escolhidos dentre os dos juizes de qualquer entrância. Em se tratando de antiguidade, que se apurará na última entrância, o Tribunal resolverá preliminarmente se deve ser indicado o Juiz mais antigo; e, se êste fôr recusado por três quartos dos desembargadores, repetirá a votação em relação ao imediato, e assim por diante, até se fixar a indicação. Somente após dois anos de efetivo exercício na respectiva entrância poderá o juiz ser promovido.

V — Na composição de qualquer tribunal, um quinto dos lugares será preenchido por advogados e membros do Ministério Público, de notório merecimento e reputação ilibada, com dez anos, pelo menos, de prática forense. Para cada vaga, o tribunal, em sessão e escrutínio secreto, votará lista tríplice. Escolhido um membro do Ministério Público, será preenchida por advogado a vaga seguinte.

VI — Os vencimentos dos desembargadores serão fixados em quantia não inferior à que recebem, a qualquer título, os secretários de Estado; e os dos demais juizes vitalícios, com diferença não excedente a trinta por cento de uma para outra entrância, atribuindo-se aos de entrância mais elevada não menos de dois terços dos vencimentos dos desembargadores.

VII — Em caso de mudança de sede do juízo, é facultado ao juiz remover-se para a nova sede, ou para comarca de igual entrância, ou pedir disponibilidade com vencimentos integrais.

VIII — Só por proposta do Tribunal de Justiça poderá ser alterado o número dos seus membros e dos de qualquer outro tribunal.

IX — E' da competência privativa do Tribunal de Justiça processar e julgar os juizes de inferior instância nos crimes comuns e nos de responsabilidade.

X — Poderá ser instituída a justiça de paz temporária, com atribuição judiciária de substituição, exceto para julgamentos finais ou recorríveis, e competência para a habilitação e celebração de casamentos e outros atos previstos em lei.

XI — Poderão ser criados juizes togados com investidura limitada a certo tempo e competência para julgamento das causas de pequeno valor. Êsses juizes poderão substituir os juizes vitalícios.

XII — A justiça militar estadual, organizada com observância dos preceitos gerais da lei federal (art. 5.º, n.º XV, f), terá como órgãos de primeira instância os conselhos de justiça e como órgão de segunda instância o tribunal especial ou o Tribunal de Justiça.

TÍTULO III

Do Ministério Público

Art. 125. A lei organizará o Ministério Público da União perante a justiça comum, a militar, a eleitoral e a do trabalho.

Art. 126. O Ministério Público Federal tem por chefe o Procurador Geral da República, nomeado pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre cidadãos com os requisitos indicados no art. 99, e que será demissível *ad nutum*.

Parágrafo único. A União será representada em juízo pelos procuradores da República, podendo a lei co-

meter êsse encargo, nas comarcas do interior, ao ministério público local.

Art. 127. Os membros do Ministério Público da União, do Distrito Federal e dos Territórios ingressarão nos cargos iniciais da carreira mediante concurso. Após dois anos de exercício, não poderão ser demitidos senão por sentença judiciária ou mediante processo administrativo em que se lhes faculte ampla defesa; nem removidos a não ser mediante representação motivada do chefe do Ministério Público, com fundamento em conveniência do serviço.

Art. 128. Nos Estados, o Ministério Público será organizado em carreira, observados os preceitos do artigo anterior, e o princípio de promoção de entrância a entrância.

TÍTULO IV

Da declaração de direitos

CAPÍTULO I

Da nacionalidade e da cidadania

Art. 139 São brasileiros:

I — os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, não residindo êstes a serviço do governo do seu país;

II — os filhos de brasileiro ou brasileira, nascidos no estrangeiro, se os pais estiverem a serviço do Brasil, ou não o estando, se vierem residir no País. Nêste caso, atingida a maioria, deverão, para conservar a nacionalidade brasileira, optar por ela, dentro em quatro anos.

III — os que adquiriram a nacionalidade brasileira nos têrmos do artigo 69, ns. IV e V, da Constituição de 24 de fevereiro de 1891;

IV — os naturalizados pela forma que a lei estabelecer, exigidas aos portugueses apenas a residência no País por um ano ininterrupto, idoneidade moral e sanidade física.

Art. 130. Perde a nacionalidade o brasileiro:

I — que, por naturalização voluntária, adquirir outra nacionalidade;

II — que, sem licença do Presidente da República, aceitar de governo estrangeiro comissão, emprêgo ou pensão;

III — que, por sentença judiciária, em processo que a lei estabelecer, tiver cancelada a sua naturalização, por exercer atividade nociva ao interesse nacional.

Art. 131. São eleitores os brasileiros maiores de dezoito anos que se alistarem na forma da lei.

Art. 132. Não podem alistar-se eleitores:

I — os analfabetos;

II — os que não saibam exprimir-se na língua nacional;

III — os que estejam privados, temporariamente ou definitivamente, dos direitos políticos.

Parágrafo único. Também não podem alistar-se eleitores as praças de pré, salvo os aspirantes a oficial, os suboficiais, os subtenentes, os sargentos e os alunos das escolas militares de ensino superior.

Art. 133. O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo as exceções previstas em lei.

Art. 134. O sufrágio é universal e direto, o voto é secreto, e fica assegurada a representação proporcional dos partidos políticos nacionais na forma que a lei estabelecer.

Art. 135. Só se suspendem ou se perdem os direitos políticos nos casos dêste artigo.

§ 1.º Suspendem-se:

I — por incapacidade civil absoluta;

II — por condenação criminal, enquanto durarem os seus efeitos.

§ 2.º Perdem-se:

I — nos casos estabelecidos no artigo 130;

II — pela recusa prevista no artigo 141, § 8.º;

III — pela aceitação de títulos nobiliário ou condecoração estrangeira que importe restrição de direito ou dever perante o Estado.

Art. 136. A perda dos direitos políticos acarreta simultaneamente a do cargo ou função pública.

Art. 137. A lei estabelecerá as condições de reaquisição dos direitos políticos e da nacionalidade.

Art. 138. São inelegíveis os inalistáveis e os mencionados no parágrafo único do art. 132.

Art. 139. São também inelegíveis:

I — para Presidente e Vice-Presidente da República:

a) o Presidente que tenha exercido o cargo por qualquer tempo no período imediatamente anterior e bem assim o vice-presidente que lhe tenha sucedido ou quem, dentro dos seis meses anteriores ao pleito, o haja substituído;

b) até seis meses depois de afastados definitivamente das funções, os governadores, os interventores federais, nomeados de acôrdo com o art. 12, os Ministros de Estado e o Prefeito do Distrito Federal;

c) até três meses depois de cessadas definitivamente as funções, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e o Procurador Geral da República, os chefes de estado-maior, os juizes, o procurador geral e os procuradores regionais da justiça eleitoral, os secretários de Estado e os chefes de polícia;

II — para Governador:

a) em cada Estado, o Governador que haja exercido o cargo por qualquer tempo no período imediatamente anterior ou quem lhe haja sucedido, ou dentro dos seis meses anteriores ao pleito, o tenha substituído; e o interventor federal nomeado na forma do art. 12, que tenha exercido as funções por qualquer tempo no período governamental imediatamente anterior;

b) até um ano depois de afastados definitivamente das funções, o Presidente, o Vice-Presidente da República e os substitutos que hajam assumido a presidência;

c) em cada Estado, até três meses depois de cessadas definitivamente as funções, os secretários de Estado, os comandantes das regiões militares, os chefes e os comandantes de polícia, os magistrados federais e estaduais e o chefe do Ministério Público;

d) até três meses depois de cessadas definitivamente as funções, os que forem inelegíveis para Presidente da República salvo os mencionados nas letras a e b d'este número;

III — para Prefeito, o que houver exercido o cargo por qualquer tempo, no período imediatamente anterior, e bem assim o que lhe tenha sucedido, ou dentro dos seis meses anteriores ao pleito o haja substituído; e, igualmente, pelo mesmo parzo as autoridades policiais com jurisdição no Município;

IV — para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, as autoridades em os ns. I e II, nas mesmas condições em ambos estabelecidas se em exercício nos três meses anteriores ao pleito;

V — para as assembleias legislativas, os governadores, secretários de Estado e chefes de polícia, até dois meses depois de cessadas definitivamente as funções.

Parágrafo único. Os preceitos d'este artigo aplicam-se aos titulares, assim efetivos como interinos, dos cargos mencionados.

Art. 140. São ainda inelegíveis, nas mesmas condições do artigo anterior,

o cônjuge e os parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau:

I — do Presidente e do Vice-Presidente da República ou do substituto que assumir a presidência:

a) para Presidente e Vice-Presidente;

b) para governador;

c) para deputado ou senador, salvo se já tiverem exercido o mandato ou forem eleitos simultaneamente com o Presidente e o Vice-Presidente da República;

II — do Governador ou Interventor Federal, nomeado de acôrdo com o art. 12, em cada Estado:

a) para governador;

b) para deputado ou senador, salvo se já tiveram exercido o mandato ou forem eleitos simultaneamente com o governador;

III — do prefeito, para o mesmo cargo.

CAPÍTULO II

Dos direitos e das garantias individuais

Art. 141. A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 1.º Todos são iguais perante a lei.

§ 2.º Ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

§ 3.º A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

§ 4.º A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual.

§ 5.º E' livre a manifestação do pensamento, sem que dependa de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar, pelos abusos que cometer. Não é permitido o anonimato. E' assegurado o direito de resposta. A publicação de livros e periódicos não dependerá de licença do poder público. Não será, porém, tolerada propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou de classe..

§ 6.º E' inviolável o sigilo da correspondência.

§ 7.º E' inviolável a liberdade de consciência e de crenças e assegurado o livre exercício dos cultos religiosos, salvo o dos que contrariem a ordem

pública ou os bons costumes. As associações religiosas adquirirão personalidade jurídica na forma da lei civil.

§ 8.º Por motivo de convicção religiosa, filosófica ou política, ninguém será privado de nenhum dos seus direitos, salvo se a invocar para se eximir de obrigação, encargo ou serviço impostos pela lei aos brasileiros em geral, ou recusar os que ela estabelecer em substituição daqueles deveres, a fim de atender escusa de consciência.

§ 9.º Sem constrangimento dos favorecidos, será prestada por brasileiros (art. 129, ns. I e II) assistência religiosa às forças armadas e, quando solicitada pelos interessados ou seus representantes legais, também nos estabelecimentos de internação coletiva.

§ 10. Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal. E' permitido a todas as confissões religiosas praticar nelas os seus ritos. As associações religiosas poderão, na forma da lei, manter cemitérios particulares.

§ 11. Todos podem reunir-se, sem armas, não intervindo a polícia senão para assegurar a ordem pública. Com esse intuito, poderá a polícia designar o local para a reunião, contanto que, assim procedendo, não a fruste ou impossibilite.

§ 12. E' garantida a liberdade de associação para fins lícitos.

Nenhuma associação poderá ser compulsoriamente dissolvida senão em virtude de sentença judiciária.

§ 13. E' vedada a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer partido político ou associação, cujo programa ou ação contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem.

§ 14. E' livre o exercício de qualquer profissão, observadas as condições e capacidade que a lei estabelecer.

§ 15. A casa é o asilo inviolável do indivíduo. Ninguém poderá nela penetrar à noite, sem consentimento do morador, a não ser para acudir a vítima de crime ou desastre, nem durante o dia, fora dos casos e pela forma que a lei estabelecer.

§ 16. E' garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim

o exigir o bem público, fitando, todavia, assegurado o direito a indenização ulterior.

§ 17. Os inventos industriais pertencem aos seus autores, aos quais a lei garantirá privilégio temporário ou, se a vulgarização convier à coletividade, concederá justo prêmio.

§ 18. E' assegurada a propriedade das marcas de indústria e comércio, bem como a exclusividade do uso do nome comercial.

§ 19. Aos autores de obras literárias, artísticas ou científicas pertence o direito exclusivo de reproduzi-las. Os herdeiros dos autores gozarão desse direito pelo tempo que a lei fixar.

§ 20. Ninguém será prêso senão em flagrante delito ou, por ordem escrita da autoridade competente, nos casos expressos em lei.

§ 21. Ninguém será levado à prisão ou nela detido se prestar fiança permitida em lei.

§ 22. A prisão ou detenção de qualquer pessoa será imediatamente comunicada ao juiz competente, que a relaxará, se não fôr legal, e, nos casos previstos em lei, promoverá a responsabilidade da autoridade coatora.

§ 23. Dar-se-á *habeas-corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. Nas transgressões disciplinares, não cabe o *habeas-corpus*.

§ 24. Para proteger direito líquido e certo não amparado por *habeas-corpus*, conceder-se-á mandado de segurança, seja qual fôr a autoridade responsável pela ilegalidade ou abuso de poder.

§ 25. E' assegurado aos acusados plena defesa, com todos os meios e recursos essenciais a ela, desde a nota de culpa, que, assinada pela autoridade competente, com os nomes do acusador e das testemunhas, será entregue ao prêso dentro em vinte e quatro horas. A instrução criminal será contraditória.

§ 26. Não haverá fôro privilegiado nem juízes e tribunais de exceção.

§ 27. Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente e na forma de lei anterior.

§ 28. E' mantida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, contanto que seja sempre impar o número dos seus membros e garantido o sigilo das votações, a plenitude da defesa do réu e a soberania dos veredictos. Será obrigatoriamente da

sua competência o julgamento dos crimes contra a vida.

§ 29. A lei penal regulará a individualização da pena e só retroagirá quando beneficiar o réu.

§ 30. Nenhuma pena passará da pessoa do delinquente.

§ 31. Não haverá pena de morte, de banimento, de cofisco nem de caráter perpétuo. São ressalvadas, quando à pena de morte, as disposições da legislação militar em tempo de guerra com país estrangeiro. A lei disporá sobre o seqüestro e a perda de bens, no caso de enriquecimento ilícito, por influência ou com abuso de cargo ou função pública, ou de emprego em entidade autárquica.

§ 32. Não haverá prisão civil por dívida, multa ou custas, salvo o caso do depositário infiel e o de inadimplemento de obrigação alimentar, na forma da lei.

§ 33. Não será concedida a extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião e, em caso nenhum, a de brasileiro.

§ 34. Nenhum tributo será exigido nem aumentado sem que a lei o estabeleça; nenhum será cobrado em cada exercício sem prévia autorização orçamentária, ressalvada, porém, a tarifa aduaneira e o imposto lançado por motivo de guerra.

§ 35. O Poder Público, na forma que a lei estabelecer, concederá assistência judiciária aos necessitados.

§ 36. A lei assegurará:

I — o rápido andamento dos processos nas repartições públicas;

II — a ciência aos interessados dos despachos e das informações a que eles se refiram;

III — a expedição das certidões requeridas para defesa de direitos;

IV — a expedição das certidões requeridas para esclarecimento de negócios administrativos, salvo se o interesse público impuser sigilo.

§ 37. E' assegurado a quem quer que seja o direito de representar, mediante petição dirigida aos poderes públicos, contra abusos de autoridades, e promover a responsabilidade delas.

§ 38. Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos do patrimônio da União, dos Estados ou dos municípios, e bem assim das entidades autárquicas e das sociedades econômica mista.

Art. 142. Em tempo de paz, qualquer pessoa poderá com os seus bens entrar no território nacional, nele

permanecer ou dêle sair, respeitados os preceitos da lei.

Art. 143. O Governo Federal poderá expulsar do território nacional o estrangeiro nocivo à ordem pública, salvo se o seu cônjuge fôr brasileiro, e se tiver filho brasileiro (art. 129, n.º I e II), dependente da economia paterna.

Art. 144. A especificação dos direitos e garantias expressas nesta Constituição não exclui outros direitos e garantias decorrentes do regime e dos princípios que ela adota.

TÍTULO V

Da ordem econômica e social

Art. 145. A ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça social, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano.

Parágrafo único. E' assegurado a todos trabalho que possibilite existência digna. O trabalho é obrigação social.

Art. 146. A União poderá, mediante lei especial, intervir no domínio econômico e monopolizar determinada indústria ou atividade. A intervenção terá por base o interesse público e por limite os direitos fundamentais assegurados nesta Constituição.

Art. 147. O uso da propriedade será condicionando ao bem estar social. A lei poderá, com observância do disposto no artigo 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade com igual oportunidade para todos.

Art. 148. A lei reprimirá toda e qualquer forma de abuso do poder econômico, inclusive as uniões ou agrupamentos de empresas individuais ou sociais, seja qual fôr a sua natureza, com o fim de dominar os mercados nacionais, eliminar a concorrência e aumentar arbitrariamente os lucros.

Art. 149. A lei disporá sobre o regime dos bancos de depósito, das empresas de seguro, de capitalização e de fins análogos.

Art. 150. A lei criará estabelecimentos de crédito especializado de amparo à lavoura e à pecuária.

Art. 151. A lei disporá sobre o regime das empresas concessionárias de serviços públicos federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único. Será determinada a fiscalização e a revisão das tarifas dos serviços executados por concessão, a fim de que os lucros dos concessionários, não excedendo a justiça remuneração do capital, lhes permitam

atender as necessidades de melhoramentos e a expansão desses serviços. Aplicar-se-á a lei às concessões feitas no regime anterior de tarifas estipuladas para todo o tempo de duração do contrato.

Art. 152. As minas e demais riquezas do subsolo, bem como as quedas de água, constituem propriedade distinta da do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento individual.

Art. 153. O aproveitamento dos recursos minerais e de energia hidráulica depende de autorização ou concessão federal na forma da lei.

§ 1.º As autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a empresas organizadas no País, assegurada ao proprietário do solo preferência para a exploração. Os direitos de preferência do proprietário do solo, quanto às minas e jazidas, serão regulados de acordo com a natureza delas.

§ 2.º Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida.

§ 3.º Satisfeitas as condições exigidas pela lei, entre as quais a de possuírem os necessários serviços técnicos e administrativos, os Estados passarão a exercer nos seus territórios a atribuição constante deste artigo.

§ 4.º A União, nos casos de interesse geral indicados em lei, auxiliará os Estados nos estudos referentes às águas termominerais de aplicação medicinal e no aparelhamento das estâncias destinadas ao uso delas.

Art. 154. A usura, em todas as suas modalidades, será punida na forma da lei.

Art. 155. A navegação de cabotagem para o transporte de mercadorias é privativa dos navios nacionais, salvo caso de necessidade pública.

Parágrafo único. Os proprietários, armadores e comandantes de navios nacionais, bem como dois terços, pelo menos, dos seus tripulantes, devem ser brasileiros (art. 129, ns. I e II).

Art. 156. A lei facilitará a fixação do homem no campo, estabelecendo planos de colonização e de aproveitamento das terras públicas. Para esse fim, serão preferidos os nacionais e, dentre eles, os habitantes das zonas empobrecidas e os desempregados.

§ 1.º Os Estados assegurarão aos posseiros de terras devolutas, que nelas têm morada habitual, preferência para aquisição delas, até vinte e cinco hectares.

§ 2.º Sem prévia autorização do Senado Federal, não se fará qualquer alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dez mil hectares.

§ 3.º Todo aquele que, não sendo proprietário rural nem urbano, ocupar, por dez anos ininterruptos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, trecho de terra não superior a vinte e cinco hectares, tornando-o produtivo por seu trabalho e tendo nele sua morada, adquirir-lhe-á a propriedade, mediante sentença declaratória devidamente transcrita.

Art. 157. A legislação do trabalho e a da previdência social obedecerão aos seguintes preceitos, além de outros que visem à melhoria da condição dos trabalhadores:

I — salário mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades normais do trabalhador e de sua família;

II — proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil;

III — salário do trabalho noturno superior ao do diurno;

IV — participação obrigatória e direta do trabalhador nos lucros da empresa, nos termos e pela forma que a lei determinar;

V — duração diária do trabalho não excedente a oito horas, exceto nos casos e condições previstos em lei;

VI — Repouso semanal remunerado, preferentemente aos domingos e, no limite das exigências técnicas das empresas, nos feriados civis e religiosos de acordo com a tradição local;

VII — férias anuais remuneradas;

VIII — higiene e segurança do trabalho;

IX — proibição de trabalho a menores de quatorze anos; em indústrias insalubres, a mulheres e a menores de dezoito anos; e de trabalho noturno, a menores de dezoito anos, respeitadas, em qualquer caso, as condições estabelecidas em lei e as exceções admitidas pelo juiz competente;

X — direito de gestante a descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do emprego nem do salário;

XI — fixação das percentagens de empregados brasileiros nos serviços públicos dados em concessão e nos estabelecimentos de determinados ramos do comércio e da indústria;

XII — estabilidade na empresa ou na exploração rural, e indenização ao trabalhador despedido, nos casos e nas condições que a lei estatuir;

XIII — reconhecimento das convenções coletivas de trabalho;

XIV — assistência sanitária, inclusive hospitalar e médica preventiva, ao trabalhador e à gestante;

XV — assistência aos desempregados;

XVI — previdência, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado, em favor da maternidade e contra as consequências da doença da velhice, da invalidez e da morte;

XVII — obrigatoriedade de instituição do seguro pelo empregador contra os acidentes no trabalho.

Parágrafo único. Não se admitirá distinção entre o trabalho manual ou técnico e o trabalho intelectual, nem entre os profissionais respectivos, no que concerne a direitos, garantias e benefícios.

Art. 158. E' reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará.

Art. 159. E' livre a associação profissional ou sindical, sendo reguladas por lei a forma de sua constituição, a sua representação legal nos contratos coletivos de trabalho e o exercício de funções delegadas pelo poder público.

Art. 160. E' vedada a propriedade de empresas jornalísticas, sejam políticas ou simplesmente noticiosas, assim como a de radiodifusão, a sociedades anônimas por ações ao portador e a estrangeiros. Nem esses, nem pessoas jurídicas, excetuados os partidos políticos nacionais, poderão ser acionistas de sociedades anônimas proprietárias dessas empresas. A brasileiros (Art. 129, ns. I e II) caberá, exclusivamente, a responsabilidade principal delas e a sua orientação intelectual e administrativa.

Art. 161. A lei regulará o exercício das profissões liberais e a revalidação de diploma expedido por estabelecimento estrangeiro de ensino.

Art. 162. A seleção, entrada, distribuição e fixação de imigrantes ficarão sujeitas, na forma da lei, às exigências do interesse nacional.

Parágrafo único. Caberá a um órgão federal orientar esses serviços e coordená-los com os de naturalização e de colonização, aproveitando nacionais.

TÍTULO VI

Da Família, da Educação e da Cultura

CAPÍTULO I

Da Família

Art. 163. A família é constituída pelo casamento de vínculo indissolú-

vel e terá direito à proteção especial do Estado.

§ 1.º O casamento será civil, e gratuita a sua celebração. O casamento religioso equivalerá ao civil se, observados os impedimentos e as prescrições da lei, assim o requerer o celebrante ou qualquer interessado, contanto que seja o ato inscrito no registro civil.

§ 2.º O casamento religioso, celebrado sem as formalidades deste artigo, terá efeitos civis, se a requerimento dos nubentes, for inscrito no registro público mediante prévia habilitação perante a autoridade competente.

Art. 164. E' obrigatória, em todo o território nacional, a assistência à maternidade, à infância e à adolescência. A lei instituirá o amparo das famílias de prole numerosa.

Art. 165. A vocação para suceder em bens de estrangeiros existentes no Brasil será regulada pela lei brasileira e em benefício do cônjuge ou de filhos brasileiros sempre que lhes não seja mais favorável a lei nacional do de cujus.

CAPÍTULO II

Da Educação e da Cultura

Art. 166. A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

Art. 167. O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos poderes públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulam.

Art. 168. A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

I — O ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional.

II — O ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos.

III — os estabelecimentos industriais comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigados a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes;

IV — As empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitadas os direitos dos professores;

V — o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas ofi-

ciais, é de matrícula facultativa, e será ministrado de acôrdo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por êle, se fôr capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável;

VI — para o provimento das cátedras, no ensino secundário oficial e no superior oficial ou livre, exigir-se-á concurso de títulos e provas. Aos professores, admitidos por concurso de títulos e provas, será assegurada a vitaliciedade;

VII — E' garantida a liberdade de cátedra.

Art. 169. Anualmente, a União aplicará nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 170. A União organizará o sistema federal de ensino, e o dos Territórios.

Parágrafo único. O sistema federal de ensino tem caráter supletivo, estendendo-se a todo país nos estritos limites das deficiências locais.

Art. 171. Cada Estado, assim como o Distrito Federal, organizará o seu próprio sistema de ensino.

Parágrafo único. Para o desenvolvimento desses sistemas a União cooperará com auxílio pecuniário, o qual, em relação ao ensino primário, provirá do respectivo Fundo Nacional.

Art. 172. Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.

Art. 173. As ciências, as letras e as artes são livres.

Art. 174. O amparo à cultura é dever do Estado.

Parágrafo único. A lei promoverá a criação de institutos de pesquisas, de preferência junto aos estabelecimentos de ensino superior.

Art. 175. As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do poder público.

TÍTULO VII

Das Forças Armadas

Art. 176. As Forças armadas, constituídas essencialmente pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes, organizadas com base na hierarquia e na dis-

ciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei.

Art. 177. Destinam-se as Forças armadas a defender a Pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem.

Art. 178. Cabe ao Presidente da República a direção política da guerra e a escolha dos comandantes-chefes das forças em operação.

Art. 179. Os problemas relativos à defesa do País serão estudados pelo Conselho de Segurança Nacional e pelos órgãos especiais das Forças armadas, incumbidos de prepará-las para a mobilização e as operações militares.

§ 1.º O Conselho de Segurança Nacional será dirigido pelo presidente da República, e dêle participarão, no caráter de membros efetivos, os ministros de Estado e os chefes de estado-maior que a lei determinar. Nos impedimentos, indicará o Presidente da República o seu substituto.

§ 2.º A lei regulará a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 180 — Nas zonas indispensáveis à defesa do País, não se permitirá, sem prévio assentimento do Conselho de Segurança Nacional:

I — qualquer ato referente a concessão de terras, a abertura de vias de comunicação e a instalação de meios de transmissão;

II — a construção de pontes e estradas internacionais;

III — o estabelecimento ou exploração de quaisquer indústrias que interessem à segurança do País.

§ 1.º A lei especificará as zonas indispensáveis à defesa nacional, regulará a sua utilização e assegurará, nas indústrias nelas situadas, predominância de capitais e trabalhadores brasileiros.

§ 2.º As autorizações de que tratam os ns. I, II e III poderão, em qualquer tempo, ser modificadas ou cassadas pelo Conselho de Segurança Nacional.

Art. 181. Todos os brasileiros são obrigados ao serviço militar ou a outros encargos necessários à defesa da Pátria, nos termos e sob as penas da lei.

§ 1.º As mulheres ficam isentas do serviço militar, mas sujeitas aos encargos que a lei estabelecer.

§ 2.º A obrigação militar dos eclesiásticos será cumprida nos serviços das Forças armadas ou na sua assistência espiritual.

§ 3.º Nenhum brasileiro poderá, a partir da idade inicial, fixada em lei, para prestação de serviço militar, exercer função pública ou ocupar emprego em instituição autárquica, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, sem a prova de ter se alistado, ser reservista ou gozar de isenção.

§ 4.º Para favorecer o cumprimento das obrigações militares, são permitidos os tiros de guerra e outros órgãos de formação de reservistas.

Art. 182. As patentes, com as vantagens, regalias e prerrogativas a elas inerentes, são garantidas em toda a plenitude, assim aos oficiais da ativa e da reserva, como aos reformados.

§ 1.º Os títulos, postos e uniformes militares são privativos do militar da ativa ou da reserva, bem como do reformado.

§ 2.º O oficial das Forças armadas só perderá o posto e a patente por sentença condenatória passada em julgado, cuja pena restritiva da liberdade individual ultrapasse dois anos; ou, nos casos previstos em lei, se for declarado indigno do oficialato ou com ele incompatível, conforme decisão de tribunal militar de caráter permanente em tempo de paz, ou de tribunal especial em tempo de guerra, externa ou civil.

§ 3.º O militar em atividade que aceitar cargo público permanente, estranho à sua carreira, será transferido para a reserva, com os direitos e deveres definidos em lei.

§ 4.º O militar em atividade que aceitar cargo público temporário eletivo ou não, será agregado ao respectivo quadro e somente contará tempo de serviço para a promoção por antiguidade, transferência para a reserva ou reforma. Depois de oito anos de afastamento, contínuo ou não, será transferido, na forma da lei, para a reserva, sem prejuízo da contagem de tempo para a reforma.

§ 5.º Enquanto perceber remuneração de cargo permanente ou temporário, não terá direito o militar aos proventos do seu posto, quer esteja em atividade, na reserva ou reformado.

§ 6.º Aos militares se aplica o disposto nos arts. 192 e 193.

Art. 183. As polícias militares, instituídas para a segurança interna e a manutenção da ordem nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, são consideradas como força auxiliar, reservas do Exército.

Parágrafo único. Quando mobilizado a serviço da União em tempo de

guerra externa ou civil, o seu pessoal gozará das mesmas vantagens atribuídas ao pessoal do Exército.

TÍTULO VIII

Dos Funcionários Públicos

Art. 184. Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, observados os requisitos que a lei estabelecer.

Art. 185. É vedada a acumulação de quaisquer cargos, exceto a prevista no art. 96, I, e a de dois cargos de magistrado ou a de um destes com outro técnico ou científico, contanto que haja correlação de matérias e compatibilidade de horários.

Art. 186. A primeira investidura em cargo de carreira e em outros que a lei determinar efetuar-se-á mediante concurso precedendo inspeção de saúde.

Art. 187. São vitalícios somente os magistrados, os Ministros do Tribunal de Contas, os titulares de ofício da justiça e os professores catedráticos.

Art. 188. São estáveis:

I — depois de dois anos de exercício, os funcionários efetivos nomeados por concurso;

II — depois de cinco anos de exercício, os funcionários efetivos nomeados sem concurso.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos cargos de confiança nem aos que a lei declare de livre nomeação e demissão.

Art. 189. Os funcionários públicos perderão o cargo:

I — quando vitalícios, somente em virtude de sentença judiciária;

II — quando estáveis, no caso do número anterior, no de se extinguir o cargo ou no de serem demitidos mediante processo administrativo em que se lhes tenha assegurado ampla defesa.

Parágrafo único. Extinguindo-se o cargo, o funcionário estável ficará em disponibilidade remunerada até o seu obrigatório aproveitamento em outro cargo de natureza e vencimentos compatíveis com o que ocupara.

Art. 190. Invalidada por sentença a demissão de qualquer funcionário, será ele reintegrado; e quem lhe houver ocupado o lugar ficará destituído de plano ou será reconduzido ao cargo anterior, mas sem direito a indenização.

Art. 191. O funcionário será aposentado:

I — por invalidez;

II — compulsoriamente, aos 70 anos de idade.

§ 1.º Será aposentado, se o requerer, o funcionário que contar 35 anos de serviço.

§ 2.º Os vencimentos de aposentadoria serão integrais, se o funcionário contar 30 anos de serviço; e proporcionais, se contar tempo menor.

§ 3.º Serão integrais os vencimentos da aposentadoria, quando o funcionário se invalidar por acidente ocorrido no serviço, por moléstia profissional ou por doença grave contagiosa ou incurável especificada em lei.

§ 4.º Atendendo à natureza especial do serviço, poderá a lei reduzir os limites referidos em o n.º II e no § 2.º d'este artigo.

Art. 192. O tempo de serviço público, federal, estadual ou municipal computar-se-á integralmente para efeitos de disponibilidade e aposentadoria.

Art. 193. Os proventos da inatividade serão revistos sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, se modificarem os vencimentos dos funcionários em atividade.

Art. 194. As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis pelos danos que os seus funcionários, nessa qualidade, causam a terceiros.

Parágrafo único. Caber-lhes-á ação regressiva contra os funcionários causadores do dano, quando tiver havido culpa destes.

TÍTULO IX

Disposições Gerais

Art. 195. São símbolos nacionais a bandeira, o hino o selo e as armas vigorantes na data da promulgação desta Constituição.

Parágrafo único. Os Estados e os municípios podem ter símbolos próprios.

Art. 196. É mantida a representação diplomática junto à Santa Sé.

Art. 197. As incompatibilidades declaradas no art. 48 estendem-se, no que for aplicável, ao Presidente e ao Vice-Presidente da República, aos Ministros e Estado e aos membros do Poder Judiciário.

Art. 198. Na execução do plano de defesa contra os efeitos da denominada seca do Nordeste, a União despendará, anualmente, com as obras e com os serviços de assistência econômica e social, quantia nunca inferior a três por cento da sua renda tributária.

§ 1.º Um terço dessa quantia será depositada em caixa especial, destinada ao socorro das populações atingidas pela calamidade, podendo essa reserva, ou parte dela, ser aplicada a juro módico, consoante as determinações legais, em empréstimos a agricultores e industriais estabelecidos na área abrangida pela seca.

§ 2.º Os Estados compreendidos na área da seca deverão aplicar três por cento da sua renda tributária na construção de açudes, pelo regime de cooperação, e noutros serviços necessários à assistência das suas populações.

Art. 199. Na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária.

Parágrafo único. Os Estados e os Territórios daquela região, bem como os respectivos municípios, reservarão para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias. Os recursos de que trata este parágrafo serão aplicados por intermédio do Governo Federal.

Art. 200. Só pelo voto da maioria absoluta dos seus membros poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou de ato do poder público.

Art. 201. As causas em que a União for autora serão aforadas, no Estado em que tiver domicílio a outra parte, perante o juízo da capital que tiver competência para conhecer dos feitos contra a Fazenda Estadual; e as que forem intentadas contra a União poderá o autor propô-las no referido juízo, no especial do Distrito Federal ou no da capital do Estado onde se tiver verificado o ato ou fato lesivo.

§ 1.º As causas propostas perante outros juízos, se a União nelas intervier como assistente ou opoente, passarão a ser da competência de um dos juízos da Capital.

§ 2.º A lei poderá permitir que a ação seja proposta noutro fóro, comtendo ao Ministério Público estadual a representação judicial da União.

Art. 202. Os tributos terão caráter pessoal, sempre que isso possível, e serão graduados conforme a capacidade econômica do contribuinte.

Art. 203. Nenhum imposto gravará diretamente os direitos de autor, nem a remuneração de professores e jornalistas.

Art. 204. Os pagamentos devidos pela Fazenda federal, estadual ou municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão na ordem de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, sendo proibida a designação de casos ou de pessoa nas dotações orçamentárias e nos créditos extra-orçamentários abertos para esse fim.

Parágrafo único. As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias à repartição competente. Cabe ao Presidente do Tribunal Federal de Recursos ou, conforme o caso, ao Presidente do Tribunal de Justiça expedir as ordens de pagamento, segundo as possibilidades do depósito, e autorizar a requerimento do credor preterido no seu direito de precedência, e depois de ouvido o chefe do Ministério Público, o sequestro da quantia necessária para satisfazer o débito.

Art. 205. É instituído o Conselho Nacional de Economia, cuja organização será regulada em lei.

§ 1.º Os seus membros serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre cidadãos de notória competência em assuntos econômicos.

§ 2.º Incumbe ao Conselho estudar a vida econômica do país e sugerir ao poder competente as medidas que considerar necessárias.

Art. 206. O Congresso Nacional poderá decretar o estado de sítio nos casos:

I — de comoção intestina grave ou de fatos que evidenciem estar mesma a irromper;

II — de guerra externa.

Art. 207. A lei que decretar o estado de sítio, no caso de guerra externa ou no de comoção intestina grave com o caráter de guerra civil, estabelecerá as normas a que deverá obedecer a sua execução e indicará as garantias constitucionais que continuarão em vigor, e bem assim os casos em que os crimes contra a segurança da Nação ou das suas instituições políticas e sociais devam ficar sujeitos à jurisdição e à legislação militares, ainda quando cometidos por civis, mas fora das zonas de operação somente quando com elas se relacionarem e influírem no seu curso.

Parágrafo único. Publicada a lei, o Presidente da República designará

por decreto as pessoas a quem é cometida a execução do estado de sítio e as zonas de operação que, de acordo com a referida lei, ficarão submetidas à jurisdição e à legislação militares.

Art. 208. No intervalo das sessões legislativas, será da competência exclusiva do Presidente da República a decretação ou a prorrogação do estado de sítio, observados os preceitos do artigo anterior.

Parágrafo único. Decretado o estado de sítio, o Presidente do Senado Federal convocará imediatamente o Congresso Nacional para se reunir dentro em quinze dias, a fim de o aprovar ou não.

Art. 209. Durante o estado de sítio decretado com fundamento em o n.º I do art. 206, só se poderão tomar contra as pessoas as seguintes medidas;

I — obrigação de permanência em localidade determinada;

II — detenção em edifício não destinado a réus de crimes comuns;

III — desterro para qualquer localidade, povoada e salubre, do território nacional.

Parágrafo único. O Presidente da República poderá, outrossim, determinar:

I — a censura de correspondência ou de publicidade, inclusive a de radio-difusão, cinema e teatro;

II — a suspensão da liberdade de reunião, inclusive a exercida no seio das associações;

III — a busca e apreensão em domicílio;

IV — a suspensão do exercício do cargo ou função a funcionário público ou empregado de autarquia, de entidade de economia mista ou de empresa concessionária de serviço público;

V — a intervenção nas empresas de serviços públicos.

Art. 210. O estado de sítio, no caso do n.º I do art. 206, não poderá ser decretado por mais de trinta dias nem prorrogação, de cada vez, por prazo superior a esse. No caso do n.º II, poderá ser decretado por todo o tempo em que perdurar a guerra externa ou a comoção intestina grave com caráter de guerra civil.

Art. 211. Quando o estado de sítio for decretado pelo Presidente da República (art. 208), este, logo que se reunir o Congresso Nacional, relatará, em mensagem especial, os motivos determinantes da decretação e justificará as medidas que tiverem sido

adotadas. O Congresso Nacional passará, em sessão secreta, a deliberar sobre o decreto expedido, para revogá-lo ou mantê-lo, podendo também apreciar as providências do Governo que lhe chegarem ao conhecimento, e, quando necessário, autorizar a prorrogação da medida.

Art. 212. O decreto do estado de sítio especificará sempre as regiões que deva abranger.

Art. 213. As imunidades dos membros do Congresso Nacional subsistirão durante o estado de sítio; todavia, poderão ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Câmara ou do Senado, as de determinados deputados ou senadores cuja liberdade se torne manifestamente incompatível com a defesa da Nação ou com a segurança das instituições políticas ou sociais.

Parágrafo único. No intervalo das sessões legislativas, a autorização será dada pelo Presidente da Câmara dos Deputados ou pelo Vice-Presidente do Senado Federal, conforme se trate de membros de uma ou de outra câmara, mas *ad referendum* da câmara competente, que deverá ser imediatamente convocada para se reunir dentro em quinze dias.

Art. 214. Expirado o estado de sítio, com ele cessarão os seus efeitos.

Parágrafo único. As medidas aplicadas na vigência do estado de sítio, assim que ele terminar, serão relatadas pelo Presidente da República, em mensagem ao Congresso Nacional, com especificação e justificação das providências adotadas.

Art. 215. A inobservância de qualquer das prescrições dos arts. 206 a 214 tornará ilegal a coação e permitirá aos pacientes recorrerem ao Poder Judiciário.

Art. 216. Será respeitada aos silvícolas a posse das terras onde se achem permanentemente localizados, com a condição, porém de não as transferirem.

Art. 217. A Constituição poderá ser emendada.

§ 1.º Considerar-se-á proposta a emenda, se for apresentada pela quarta parte, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, ou por mais da metade das assembleias legislativas dos Estados, no decurso de dois anos, manifestando-se cada uma delas pela maioria dos seus membros.

§ 2.º Dar-se-á por aceita a emenda que for aprovada em duas discussões

pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal em duas sessões legislativas ordinárias e consecutivas.

§ 3.º Se a emenda obtiver numa das câmaras, em duas discussões, o voto de dois terços dos seus membros, será logo submetida à outra: e sendo nesta aprovada pelo mesmo trâmite e por igual maioria, dar-se-á por aceita.

§ 4.º A emenda será promulgada pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Publicada com assinatura dos membros das duas mesas será anexada, com o respectivo número de ordem, ao texto da Constituição.

§ 5.º Não se reformará a Constituição na vigência do estado de sítio.

§ 6.º Não serão admitidos como objeto de deliberação projetos tendentes a abolir a Federação ou a República.

Art. 218. Esta Constituição e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, depois de assinados pelos deputados e senadores presentes, serão promulgados simultaneamente pela Mesa da Assembleia Constituinte e entrarão em vigor na data da sua publicação.

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

A Assembleia Constituinte decreta e promulga o seguinte:

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 1.º A Assembleia Constituinte elegerá no dia que se seguir ao da promulgação deste Ato, o Vice-Presidente da República para o primeiro período constitucional.

§ 1.º Essa eleição, para a qual não haverá inelegibilidades, far-se-á por escrutínio secreto e, em primeiro turno, por maioria absoluta de votos, ou em segundo turno, por maioria relativa.

§ 2.º O Vice-Presidente eleito tomará posse perante a Assembleia, na mesma data, ou perante o Senado Federal.

§ 3.º O mandato do Vice-Presidente terminará simultaneamente com o atual Presidente da República.

Art. 2.º O mandato do atual Presidente da República (art. 82 da Constituição) será contado a partir da posse.

§ 1.º Os mandatos dos atuais deputados e os dos senadores federais que forem eleitos para completar o

número de que trata o § 1.º do art. 60 da Constituição, coincidirão com o do Presidente da República.

§ 2.º Os mandatos dos demais senadores terminarão a 31 de janeiro de 1955.

§ 3.º Os mandatos dos governadores e dos deputados às assembleias Legislativas e dos vereadores do Distrito Federal, eleitos na forma do art. 11 d'este Ato, terminarão na data em que findar o do Presidente da República.

Art. 3.º A Assembleia Constituinte, depois de fixar o subsídio do Presidente e do Vice-Presidente da República para o primeiro período constitucional (Constituição, art. 86), dará por terminada a sua missão e separar-se-á em Câmara e Senado, os quais encetarão o exercício da função legislativa.

Art. 4.º A Capital da União será transferida para a região do planalto central do país.

§ 1.º Promulgado este Ato, o Presidente da República, dentro em sessenta dias, nomeará uma comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localização da nova capital.

§ 2.º O estudo previsto no parágrafo antecedente será encaminhado ao Congresso Nacional, que deliberará a respeito, em lei especial, e estabelecerá o prazo para o início da delimitação da área a ser incorporada ao domínio da União.

§ 3.º Findos os trabalhos demarcatórios, o Congresso Nacional resolverá sobre a data em que se efetue a mudança da Capital.

§ 4.º Efetuada a transferência, o atual Distrito Federal passará a constituir o Estado da Guanabará.

Art. 5.º A intervenção federal, no caso do n.º VI, do art. 7.º da Constituição, ainda quanto aos Estados já em atraso no pagamento da sua dívida fundada, não se poderá efetuar antes de dois anos, contados da promulgação d'este Ato.

Art. 6.º Os Estados deverão, no prazo de três anos, a contar da promulgação d'este Ato, promover, por acôrdo, a demarcação de suas linhas de fronteira, podendo, para isso, fazer alterações e compensações de áreas, que atendam aos acidentes naturais do terreno, às conveniências administrativas e à comodidade das populações fronteiriças.

§ 1.º Se o solicitarem os Estados interessados, o Governo da União deverá

encarregar dos trabalhos demarcatórios o Serviço Geográfico do Exército.

§ 2.º Se não cumprirem tais Estados o disposto neste artigo, o Senado Federal deliberará a respeito, sem prejuízo da competência estabelecida no art. 101, n.º I, letra c, da Constituição.

Art. 7.º Passam à propriedade do Estado do Piauí as fazendas de gado do domínio da União, situadas no Território daquele Estado e remanescentes do de confisco aos jesuítas no período colonial.

Art. 8.º Ficam extintos os atuais Territórios de Iguaçu e Ponta Perá, cujas áreas volverão aos Estados de onde foram desmembradas.

Parágrafo único. Os juizes e, quando estáveis, os membros do Ministério Público dos Territórios extintos ficarão em disponibilidade remunerada, até que sejam aproveitados em cargos federais ou estaduais, de natureza e vencimentos compatíveis com os dos que estiverem ocupando na data da promulgação d'este Ato.

Art. 9.º O Território do Acre será elevado à categoria de Estado, com a denominação de Estado do Acre, logo que as suas rendas se tornem iguais às do Estado atualmente de menor arrecadação.

Art. 10. O disposto no art. 56, da Constituição não se aplica ao Território de Fernando de Noronha.

Art. 11. No primeiro domingo após cento e vinte dias contados da promulgação d'este Ato, proceder-se-á, em cada Estado, às eleições de Governador e de deputados às Assembleias Legislativas, as quais terão inicialmente função constituinte.

§ 1.º O número dos deputados às Assembleias estaduais será, na primeira eleição, o seguinte: Amazonas, trinta e sete; Maranhão, trinta e seis; Piauí, trinta e dois; Ceará, quarenta e cinco; Rio Grande do Norte, trinta e dois; Paraíba, trinta e sete; Pernambuco, cinquenta e cinco; Alagoas, trinta e cinco; Sergipe, trinta e dois; Bahia, sessenta; Espírito Santo, trinta e dois; Rio de Janeiro, cinquenta e quatro; São Paulo, setenta e cinco; Paraná, trinta e sete; Santa Catarina, trinta e sete; Rio Grande do Sul, cinquenta e cinco; Minas Gerais, setenta e dois; Goiás, trinta e dois e Mato Grosso, trinta.

§ 2.º Na mesma data se realizará, nos Estados e no Distrito Federal eleições:

I — Para o terceiro lugar de Senador e seus suplentes (Const. art. 60, parágrafos 1.º, 3.º e 4.º);

II — para os suplentes partidários dos senadores eleitos em 2 de dezembro de 1945, se, em relação a estes, não tiver ocorrido vaga;

III — nos Estados onde o número dos representantes à Câmara dos Deputados não corresponda ao estabelecido na Constituição, na base da última estimativa oficial do Instituto de Geografia e Estatística;

IV — nos territórios, exceto os do Acre e de Fernando de Noronha, para um deputado federal;

V — no Distrito Federal, para cinquenta vereadores;

VI — nas circunscrições eleitorais respectivas, para preenchimento das vagas existentes ou que vierem a ocorrer até trinta dias antes do pleito, e para os próprios suplentes, se se tratar de senadores.

§ 3.º Os partidos poderão inscrever, em cada Estado, para a Câmara Federal, nas eleições referidas neste artigo, mais dois candidatos além do número de deputados a eleger. Os suplentes que resultarem dessa eleição substituirão, nos casos mencionados na Constituição e na lei, os que forem eleitos nos termos deste parágrafo e os da mesma legenda cuja lista de suplentes se tenha esgotado.

§ 4.º Não será permitida a inscrição do mesmo candidato por mais de um Estado.

§ 5.º O Tribunal Superior Eleitoral providenciará o cumprimento deste artigo e dos parágrafos procedentes. No exercício dessa competência, o mesmo Tribunal fixará, à vista de dados estatísticos oficiais, o número de novos lugares na representação federal, consoante o critério estabelecido no art. 58 e §§ 1.º e 2.º da Constituição.

§ 6.º O mandato do terceiro senador será o de menor duração. Se pelo mesmo Estado ou pelo Distrito Federal, fôr eleito mais de um senador, o mandato do mais votado será o de maior duração.

§ 7.º Nas eleições de que trata este artigo só prevalecerão as seguintes inelegibilidades:

I — Para Governador:

a) Os Ministros de Estado que estiverem em exercício nos três meses anteriores à eleição

b) os que até dezoito meses antes da eleição, houverem exercido a função de Presidente da República ou, no

respectivo Estado, embora interinamente, a função de Governador ou Interventor; e bem assim os secretários de Estado, os comandantes de regiões militares, os chefes e os comandantes de polícia, os magistrados; o chefe do Ministério Público, que estiverem no exercício dos cargos nos dois meses anteriores à eleição.

II — Para Senadores e Deputados Federais e respectivos suplentes, os que, até seis meses antes da eleição, houverem exercido o cargo de Governador ou Interventor, no respectivo Estado, e as demais autoridades referidas no n.º I, que estiverem nos exercícios dos cargos nos dois meses anteriores à eleição.

III — Para Deputado às Assembleias estaduais as autoridades referidas no n.º I, letra a e b, segunda parte, que estiverem no exercício dos cargos nos dois meses anteriores à eleição;

IV — Para Vereadores à Câmara do Distrito Federal, o Presidente e as autoridades referidas no n.º I, letra a e b, segunda parte, que estiverem no exercício dos cargos nos dois meses anteriores à eleição.

§ 8.º Diplomados os Deputados às Assembleias Estaduais, reunir-se-ão dentro de dez dias, sob a presidência do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, por convocação deste, que promoverá a eleição da Mesa.

§ 9.º O Estado que, até quatro meses após a instalação de sua Assembleia, não houver decretado a Constituição será submetido, por deliberação do Congresso Nacional, à de um dos outros que parecer mais conveniente, a' é que a reforme pelo processo nela determinado.

Art. 12. Os Estados e os municípios, enquanto não se promulgarem as Constituições estaduais, e o Distrito Federal, até ser decretada a sua lei orgânica, serão administrados de conformidade com a legislação vigente na data de promulgação deste ato.

Parágrafo único. Dos atos dos Interventores caberá, dentro de dez dias, a contar da publicação oficial, recurso de qualquer cidadão para o Presidente da República; e, nos mesmos termos, recurso, para o Interventor, dos atos dos Prefeitos municipais.

Art. 13. A discriminação de rendas estabelecidas nos arts. 19 a 21 e 29 da Constituição Federal entrará em vigor a 1 de janeiro de 1948, na parte em que modifica o regime anterior.

§ 1.º Os Estados, que cobrarem impostos de exportação acima do limite previsto no art. 19, n.º V, reduzirão gradativamente o excesso, dentro no prazo de quatro anos, salvo o disposto no § 5.º daquele dispositivo.

§ 2.º A partir de 1948 se cumprirá gradativamente:

I — no curso de dois anos, o disposto no art. 15, § 4.º, entregando a União aos municípios a metade da cota no primeiro ano e a totalidade dela no segundo;

II — no curso de quatro anos, a extinção dos impostos que pela Constituição, se não incluíam na competência dos governos que atualmente os arrecadam;

III — e, no curso de dez anos, o disposto no art. 20 da Constituição.

§ 3.º A lei federal ou estadual conforme o caso, poderá estabelecer prazo mais breve para o cumprimento dos dispositivos indicados nos parágrafos anteriores.

Art. 14. Para composição do Tribunal Federal de Recursos, na parte constituída de magistrados, o Supremo Tribunal Federal indicará, a fim de serem nomeados pelo Presidente da República, até três dos juizes seccionais e substitutos da extinta Justiça Federal, se satisfizerem os requisitos do art. 99 da Constituição. A indicação será feita, sempre que possível, em lista dupla para cada caso.

§ 1.º Logo após o prazo designado no art. 3.º, o Congresso Nacional fixará em lei os vencimentos dos Juizes do Tribunal Federal de Recursos; e, dentro de trinta dias a contar da sanção ou promulgação da mesma lei, o Presidente da República efetuará as nomeações para os respectivos cargos.

§ 2.º Instalado o Tribunal, elaborará ele o seu regimento interno e disporá sobre a organização de sua Secretaria, Cartórios e demais serviços, propondo, em consequência, ao Congresso Nacional a criação dos cargos administrativos e a fixação dos vencimentos que lhes são inerentes (Constituição, art. 97, n.º II).

§ 3.º Enquanto não funcionar o Tribunal Federal de Recursos, o Supremo Tribunal Federal continuará a julgar todos os processos de sua competência, nos termos da legislação anterior.

§ 4.º Votada a lei prevista no § 1.º, o Supremo Tribunal Federal remeterá ao Tribunal Federal de Recursos os processos de competência dêste que

não tenham o visto do respectivo Relator.

§ 5.º Os embargos aos acórdãos proferidos pelo Supremo Tribunal Federal continuarão a ser por ele processados e julgados.

Art. 15. Dentro de dez dias contados da promulgação dêste Ato será organizada a Justiça Eleitoral, nos termos da Seção V da Constituição.

§ 1.º Para composição do Tribunal Superior Eleitoral, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal elegerá, em escrutínio secreto, dentre os seus desembargadores, um membro efetivo, e, bem assim dos interinos, que funcionarão até que o Tribunal Federal de Recursos cumpra o disposto no artigo 110, n.º I, letra o, da Constituição.

§ 2.º Instalados os Tribunais Eleitorais, procederão na forma do § 2.º do art. 14 dêste Ato.

§ 3.º No provimento dos cargos das Secretarias do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais, serão aproveitados os funcionários efetivos dos Tribunais extintos em 10 de novembro de 1937, se ainda estiverem em serviço ativo da União, e o que requererem, e, para completar os respectivos quadros, o pessoal que atualmente integra as Secretarias dos mesmos Tribunais.

§ 4.º Enquanto não se organizarem definitivamente as Secretarias dos mesmos Tribunais, continuará em exercício o pessoal a que alude o final do § 3.º dêste artigo.

Art. 16. A começar de 1 de janeiro de 1947, os magistrados do Distrito Federal e dos Estados passarão a perceber os vencimentos fixados com observância do estabelecido na Constituição.

Art. 17. O atual Tribunal Marítimo continuará com a organização e competência que lhe atribui a legislação vigente, até que a lei federal disponha a respeito de acôrdo com as normas desta Constituição.

Art. 18. Não perderam a nacionalidade os brasileiros que, na última guerra, prestaram serviço militar às Nações aliadas, embora sem licença do governo brasileiro, nem menores que, nas mesmas condições, os tenham prestado a outras Nações.

Parágrafo único. São considerados estáveis os atuais servidores da União, dos Estados e Municípios que tenham participado das forças expedicionárias brasileiras.

Art. 19. São elegíveis para cargos de representação popular, salvo os de

Presidente e Vice-Presidente da República e o de Governador os que, tendo adquirido a nacionalidade brasileira na vigência de Constituições anteriores, hajam exercido qualquer mandato eletivo.

Art. 20. O preceito do parágrafo único do art. 155 da Constituição Federal não se aplica aos brasileiros naturalizados que, na data deste Ato, estiverem exercendo as profissões a que o mesmo dispositivo se refere.

Art. 21. Não depende de concessão ou autorização o aproveitamento das quedas d'água já utilizadas industrialmente a 15 de julho de 1934 e, nestes mesmos termos, a exploração das minas em lavra, ainda que transitóriamente suspensa; mas tais aproveitamentos e explorações ficam sujeitos às normas de regulamentação e revisão de contratos, na forma da lei.

Art. 22. O disposto no art. 180, § 1.º, da Constituição não prejudica as concessões honoríficas efetuadas antes deste Ato e que ficam mantidas ou restabelecidas.

Art. 23. Os atuais funcionários interinos da União, dos Estados e Municípios, que contem, pelo menos, cinco anos de exercício, serão automaticamente efetivados na data da promulgação deste Ato; e os atuais extranumerários que exerçam função de caráter permanente há mais de cinco anos ou em virtude de concurso ou prova de habilitação serão equiparados aos funcionários, para efeito de estabilidade, aposentadoria, licença, disponibilidade e férias.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica:

I — aos que exerçam interinamente cargo vitalício como tais considerados na Constituição;

II — aos que exerçam cargos para cujo provimento se tenha aberto concurso, com inscrições encerradas na data da promulgação deste Ato;

III — aos que tenham sido inabilitados em concurso para o cargo exercido.

Art. 24. Os funcionários que, conforme a legislação então vigente, acumulavam funções de magistério, técnicas ou científicas e que, pela desacumulação ordenada pela Carta de 10 de novembro de 1937 e Decreto-lei número 24, de 1 de dezembro do mesmo ano, perderam cargo efetivo, são nêle considerados em disponibilidade remunerada até que sejam reaproveitados, sem direito a vencimentos ante-

rioros à data da promulgação deste Ato.

Parágrafo único. Ficam restabelecidas as vantagens da aposentadoria aos que as perderam por força do mencionado Decreto, sem direito igualmente a percepção de vencimentos anteriores à data da promulgação deste Ato.

Art. 25. Fica assegurado aos funcionários das Secretarias das Casas do Poder Legislativo o direito à percepção de gratificações adicionais, por tempo de serviço público.

Art. 26. A Mesa da Assembléia Constituinte expedirá títulos de nomeação efetiva aos funcionários interinos das Secretarias e do Senado e da Câmara dos Deputados, ocupantes de cargos vagos, que até 3 de setembro de 1946 prestaram serviços durante os trabalhos da elaboração da Constituição.

Parágrafo único. Nos cargos iniciais, que vierem a vagar, serão aproveitados os interinos em exercício até a mesma data, não beneficiados por este artigo.

Art. 27. Durante o prazo de quinze anos a contar da instalação da Assembléia Constituinte, o imóvel adquirido, para sua residência, por jornalista que outro não possua, será isento do imposto de transmissão e, enquanto servir ao fim previsto neste artigo, do respectivo imposto predial.

Parágrafo único. Será considerado jornalista, para benefício deste artigo, aquêle que comprovar estar no exercício da profissão, de acôrdo com a legislação vigente, ou nela houver sido aposentado.

Art. 28. E' concedida anistia a todos os cidadãos considerados insubmissos ou desertores até à data da promulgação deste Ato, e igualmente aos trabalhadores que tenham sofrido penas disciplinares, em consequência de greves ou dissídios do trabalho.

Art. 29. O Governo Federal fica obrigado, dentro do prazo de vinte anos, a contar da data da promulgação desta Constituição, a traçar e executar um plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do Rio de São Francisco e seus afluentes, no qual aplicará, anualmente, quantia não inferior a um por cento de suas rendas tributárias.

Art. 30. Fica assegurado aos que se valerem do direito de reclamação instituído pelo parágrafo único do artigo 13 das Disposições Transitórias da Constituição de 16 de julho de

1934, a faculdade de pleitear perante o Poder Judiciário o reconhecimento de seus direitos, salvo quanto aos vencimentos atrasados, relevadas, destarte, quaisquer perscrições, desde que sejam preenchidos os seguintes requisitos:

I — terem obtido, nos respectivos processos, parecer favorável, e definitivo, da Comissão Revisora, a que se refere o Decreto n.º 254, de 1 de agosto de 1935, e

II — não ter o Poder Executivo providenciado na conformidade do parecer da Comissão Revisora, a fim de reparar os direitos dos reclamantes.

Art. 31. E' insuscetível da apreciação judicial a incorporação ao patrimônio da União dos bens dados em penhor pelos beneficiados do financiamento das safras algodoeiras, desde a de 1942 até a de 1945 e 1946.

Art. 32. Dentro de dois anos, a contar da promulgação d'este Ato, a União deverá concluir a rodovia Rio-Nordeste.

Art. 33. O Governo mandará erigir na Capital da República um monumento a Rui Barbosa, em consagração dos seus serviços à Pátria, à liberdade e à Justiça.

Art. 34. São concedidas honras de Marechal do Exército brasileiro ao General de Divisão João Batista Mascarenhas de Moraes, Comandante das Forças Expedicionárias Brasileiras, na última guerra.

Art. 35. O Governo nomeará comissão de professores, escritores e jornalistas, que opine sobre a denominação do idioma nacional.

Art. 36. Este Ato será promulgado pela Mesa da Assembléia Constituinte, na forma do art. 28 da Constituição.

O SR. ARRUDA CÂMARA — Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Representante.

O SR. ARRUDA CÂMARA (*) (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, quero parecer que não podemos votar sem ter os avulsos, ao menos para acompanhar e tomar conhecimento do que foi redigido.

O Sr. Barreto Pinto — V. Ex.^a tem inteira razão.

O SR. ARRUDA CÂMARA — Afigura-se-me coisa esquisita que façamos a votação sem os avulsos.

O Sr. Barreto Pinto — Daí, minha proposta para uma sessão amanhã, às 9,30 horas.

O Sr. Rui Santos — Acompanho, sempre, a desconfiança do ilustre viário....

O SR. ARRUDA CÂMARA — Não é desconfiança, mas o desejo de votar conscientemente; e sem os avulsos para uma leitura, ainda que ligeira, não será possível. (*Muito bem*).

O SR. LUÍS VIANA — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Representante.

O SR. LUÍS VIANA (*) (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, tenho duas questões de ordem a levantar. A primeira refere-se a uma lacuna do Regimento, que me parece omisso quanto ao modo por que deverá ser votada a redação final.

Realmente, o parágrafo único do artigo 34 do Regimento limita-se a dizer que essa redação será submetida à aprovação do plenário 48 horas depois de publicada no "Diário da Assembléia". Diz ainda, que, durante três sessões, no máximo, poderão ser apresentadas, com fundamentação escrita ou verbal, emendas de redação, o que, aliás, já foi feito. E continua o Regimento: "para a fundamentação verbal, cada Senador ou Deputado terá o prazo máximo de cinco minutos, cabendo exclusivamente ao relator geral da Comissão da Constituição opinar sobre tais emendas".

A primeira questão de ordem é para indagar de V. Ex.^a, Sr. Presidente, se o Relator Geral já opinou sobre as emendas apresentadas.

O Sr. Nestor Duarte — E' evidente.

OSR. LUÍS VIANA — Não me parece evidente, como diz o nobre colega, que o Relator Geral tenha opinado sobre as emendas, porque as coisas aqui só são evidentes quando estampadas no Diário da Casa. Pelo menos, para mim é assim. Enquanto não publicada no órgão oficial, enquanto não tivermos conhecimento, pelo menos pela palavra do Relator Geral, da sua opinião sobre cada emenda apresentada, não posso ter como julgado que S. Ex.^a haja opinado a respeito.

O Sr. Nestor Duarte — Tôda escolha implica uma opinião. Se a Comissão da Constituição escolheu esta

(*) Não foi revisto pelo crador.

(*) Não foi revisto pelo crador.

ou aquela emenda, é claro que opinou a favor de uma e rejeitou a outra. E se não fôr assim, não teremos Constituição nem no fim de outubro!

O SR. LUÍS VIANA — Sr. Presidente, diz o nobre colega que, se não fôr assim, não teremos Constituição nem no fim de outubro.

Já que não pudemos fazê-la para o dia 7 de setembro, não tenho êsse fetichismo do tempo.

O Sr. Aureliano Leite — Agora já não é possível adiar mais. Está tudo marcado.

O SR. LUÍS VIANA — Entendo que o Regimento deve ter preferência sobre o protocolo. Pouco importa as providências já tomadas para que a promulgação seja depois de amanhã.

O Sr. Gabriel Passos — Quem marcou a data da promulgação?

O SR. LUÍS VIANA — Ignoro, mas dizem que já está marcada. E' pelo menos o que se lê nos jornais.

O Sr. Gabriel Passos — Não é a Assembléia que marca?

O SR. LUÍS VIANA — Vou além. Quando o Regimento reza que o Relator deverá opinar sobre as emendas, não acredito que se possa ter como cumprida essa formalidade pelo simples fato de ser apresentada a plenário uma redação final, que exclui, evidentemente, as emendas não aproveitadas.

Se o Regimento estabelecesse que ao Relator Geral cabe adotar ou não as emendas que julgar conveniente, muito bem; estaria perfeitamente cumprido o dispositivo da Lei Interna com a apresentação da redação final.

Entretanto, o que o Regimento diz — e nem poderia deixar de fazê-lo — é que o Relator Geral deve opinar. E essa opinião é, realmente, uma satisfação a cada um dos Srs. Representantes.

Aliás, cumpre-me esclarecer a V. Ex.^a, Sr. Presidente, que da minha parte não há qualquer emenda de redação. Portanto, não estou em jogo no assunto, quer dizer, não estou maguado, não tenho queixas relativamente à redação constitucional.

Apresento, assim, uma questão de ordem que me parece pertinente e da maior importância, porque não se poderia ter como opinado, por parte do Relator Geral, apenas pelo fato de nos ser apresentado aqui um texto de redação. Devemos, desejamos saber por quais motivos foram rejeitadas

tais ou quais emendas, muitas delas da maior procedência; e poderia até invocar, — já que S. Ex.^a está presente — a emenda do Deputado Antônio Feliciano, restabelecendo o que fôra vencido em plenário e que, infelizmente, não apareceu no texto.

O Sr. Lopes Cançado — Isto é grave!

O Sr. Costa Neto — Posso informar ao nobre orador que todo o vencido em plenário foi aproveitado integralmente.

O SR. LUÍS VIANA — É a informação que me foi apresentada pelo nobre Deputado Sr. Antônio Feliciano, colega de bancada de V. Ex.^a e que se acha presente.

O Sr. Costa Neto — V. Ex.^a se referiu à redação aprovada anteriormente; na que vai ser votada, foram contempladas tôdas as emendas aprovadas.

O SR. LUÍS VIANA — Não duvido.

O Sr. Costa Neto — Se porventura a redação final não traduziu fielmente o vencido em plenário ainda haverá tempo para retificação.

O Sr. Arruda Câmara — E' que sobre as emendas que não mereceram ser contempladas pela Comissão, a Assembléia não teve oportunidade de se pronunciar. O pronunciamento foi feito pela Comissão. E' o regime de rôlha.

O SR. LUÍS VIANA — Diz o illustre colega Sr. Deputado Arruda Câmara que é o regime da rôlha. E' contra êsse regime que me insurjo. Nesse particular sou inconformado. Poderei ser vencido, não, porém, convencido de que seja êste o melhor regime para se aprovar uma Constituição. Quanto mais amplo, mais largo fôr o debate em torno da Constituição; quanto mais puder ser aprimorada, limada, polida, aperfeiçoada, tanto melhor para todos nós. (Muito bem).

Sr. Presidente, de referência à redação, ou melhor, à opinião que haja sido emitida pelo Sr. Relator Geral, pergunto a S. Ex.^a como, quando e onde foi emitida a opinião a que se refere o § 1.^o do art. 32, do Regimento Interno.

Em meu socorro ainda tenho depoimento do Sr. Senador Góes Monteiro, que me afirma ter sido inteiramente desvirtuado o que fôra aprovado em relação ao confisco, matéria, aliás, largamente debatida e que tanto dividiu esta Casa.

O Sr. Costa Neto — Permita-me V. Ex.^a um esclarecimento. Quando o nobre Deputado Sr. Silvestre Péricles ofereceu sua emenda, conhecida como emenda do confisco, S. Ex.^a declarou, em discurso, que consta dos "Anais", aceitar se desse ao instituto que S. Ex.^a introduziu no texto da Constituição qualquer denominação equivalente ao confisco.

O Sr. Osvaldo Lima — Lembro-me perfeitamente.

O Sr. Silvestre Péricles — Disse que concordaria com o "perdimento" a que se referiu o nobre Representante Sr. Mário Masagão, que é a *bonurum confiscatio*, mas não o sequestro, sendo o "perdimento de bens" a mesma coisa que a *res fisco addicta*, das origens romanas. Sequestro não tem a mesma significação: é ato preliminar, em depósito. Ainda temos na lembrança aquela votação nominal memorável, quando S. Ex.^a, o Sr. Presidente desta Assembléia, leu a emenda com a palavra "confisco", e que foi aprovada pela Egrégia Assembléia.

O Sr. Costa Neto — Permita-me o nobre orador responda ao Sr. Deputado Silvestre Péricles. A palavra que representa o pensamento de S. Ex.^a na redação que vai ser apresentada não é "sequestro", e, sim "perda".

O Sr. Silvestre Péricles — Ao lado da palavra sequestro existe a palavra perdimento.

O Sr. Prado Kelly — Existe diferença entre perdimento e perda?

O Sr. Silvestre Péricles — Segundo o nobre Deputado Mário Masagão, a palavra perdimento é empregada na linguagem clássica.

O Sr. Prado Kelly — Mas, S. Ex.^a empregou-a como sinônimo de perda, portanto, o sentido é o mesmo.

O Sr. Silvestre Péricles — Perdimento de bens é cousa diferente: é a *bonorum confiscatio*. Confisco é a *res fisco addicta*.

A expressão aprovada foi mesmo confisco. Eu é que, pessoalmente, não me incomodaria que fôsse perdimento ou confisco.

O Sr. Lino Machado — A Assembléia aprovou "confisco". A palavra perdimento pode ser muito respeitável, mas é opinião pessoal de Vossa Excelência ...

O Sr. Costa Neto — Sr. Presidente, esclarecerei os nobres Representantes Silvestre Péricles e Lino Machado quando V. Ex.^a me der a palavra para responder ao nobre Deputado Sr. Luís Viana.

O SR. LUÍS VIANA — Sr. Presidente, estimarei muito que o illustre relator geral possa, neste caso, dar resposta ou explicação perfeitamente à altura que o caso está a merecer. Porque, de fato não se compreendia houvesse uma emenda ou modificação do texto, apenas por uma insinuação ou declaração do autor da emenda, quando o que se deve ter em conta é o que foi aprovado pelo plenário. Somente a Assembléia tem poderes para tal, mas mesmo em relação a esse caso, ponho dúvidas, porque já não se pode reformar o que foi votado. Não é mais possível alterar o vencido com outra votação. Era esta, Sr. Presidente, a primeira questão de ordem a que me referi.

Tenho ainda outra, e esta é em relação à maneira por que se vai dar a votação da redação final. E' que, no particular, quer me parecer que o Regimento é omissivo, uma vez que o artigo 33 apenas dispõe o seguinte:

"Aprovada a redação final, será o projeto mandado a imprimir".

Não encontramos aqui qualquer dispositivo que nos oriente sobre a maneira por que deva ser essa aprovação, isto é, se a votação será em globo ou artigo por artigo, capítulo por capítulo, título por título, enfim como melhor entender a Casa. De qualquer modo, acredito que não seja impertinência da minha parte, nem julgo haver tomado inutilmente o tempo desta Casa, solicitando a atenção de V. Ex.^a para esse dispositivo, para que, com suas luzes, nos oriente a respeito. Assim de antemão antes de iniciada a votação, os Srs. Representantes poderão conhecer o modo pelo qual, será feita a votação da redação final. Era o que tinha a dizer. (*Muito bem; muito bem.*) •

O SR. COSTA NETO — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Representante.

O SR. COSTA NETO (*) — Sr. Presidente, as considerações que acabam de ser feitas pelo nobre deputado Sr. Luís Viana são de toda oportunidade, porque proporcionam ao relator geral a única ocasião que tem nesta Constituinte de explicar a V. Ex.^a e à Casa a maneira pela qual seu parecer foi proferido sobre as emendas, e, ao mesmo tempo, demons-

(*) Não foi revisto pelo orador.

trar que a lacuna do Regimento observada por S. Ex.^a foi preenchida de maneira mais liberal que se possa imaginar.

Realmente, Sr. Presidente, terá V. Ex.^a verificado, como todos os Srs. Representantes, que se a Comissão da Constituição, em primeiro lugar, e o Relator, em segundo, tivessem de emitir parecer cumpridamente sobre todas as emendas oferecidas ao projeto, não teríamos a Constituição dentro do prazo de 365 dias.

Por este motivo, quando o projeto e emendas voltaram à Comissão da Constituição, algumas subcomissões entenderam que poderiam emitir pareceres, conjuntamente, de maneira sintética. Ss. Excias. devem ter notado que as 475 emendas ao projeto da subcomissão do Poder Legislativo receberam pequenos, porém, incisivos pareceres, nos quais se acham as razões por que eram aprovadas, rejeitadas ou prejudicadas.

Ao lado delas foram oferecidos três avulsos...

O Sr. *Luis Viana* — Não me referi a todas as emendas, mas, apenas, às de redação.

O SR. COSTA NETO — Chegarei lá. Estou me manifestando sobre a fonte que constituiu o nosso direito costumeiro.

Verificou, nessa oportunidade, a Comissão da Constituição que poderia elaborar trabalho orgânico muito mais perfeito, e sobretudo mais esclarecedor da Assembléia, vencendo mais rapidamente o tempo, se convertesse seu parecer nos artigos da Constituição que devesse, mais tarde, constituir a redação do vencido, na votação das emendas. Elaborou, assim, o substitutivo que a Assembléia votou.

Agora, defrontamos uma situação semelhante. Recebemos mais de 800 emendas de redação. Que fez, em tal conjuntura, o Relator Geral?

Reuniu-se aos outros componentes da Comissão de Redação, examinou uma por uma as emendas e fez a classificação que se imponha. As emendas aprovadas, em número de 274, foram incorporadas ao texto; e as demais, coincidentes ou colidentes, foram consideradas prejudicadas ou rejeitadas.

O que o nobre Representante desejava era que, a cada emenda rejeitada, acompanhasse parecer desenvolvendo sobre a razão de recusa. Isto, Sr. Presidente, era impossível.

O Sr. *Luis Viana* — Nem tanto ao mar, nem tanto à terra.

O SR. COSTA NETO — No entanto, o desejo do nobre Deputado será atendido, ao ler, amanhã, no "Diário da Assembléia" todos os pareceres aprovados e verificar que as emendas aprovadas por esses pareceres foram incluídas no texto. O nobre Deputado depreenderá, por essa leitura por que razão emendas coincidentes foram consideradas prejudicadas, e as colidentes, foram tidas como rejeitadas.

O Sr. *Arruda Câmara* — Permite-me V. Ex.^a um esclarecimento?

O SR. COSTA NETO — Talvez, no fim da explicação que vou dar, tenha V. Ex.^a encontrado os esclarecimentos que deseja.

Examinadas todas as emendas, reunidas e adaptadas ao texto do substitutivo, foi esse trabalho mandado imprimir e, provavelmente, dentro de meia hora, será distribuído ao plenário.

Se os nobres Constituintes, procederem à sua leitura com cuidado, estarão amanhã, na sessão matutina, que consta será convocada, habilitados a saber quais as emendas aproveitadas e quais as consideradas prejudicadas. Sem esta orientação, Sr. Presidente, não seria possível à Casa votar a Constituição dentro de um espaço de tempo, já não digo curto, mas razoável.

O que o Regimento estipula é que para, fundamentação verbal, cada Senador ou Deputado tenha prazo máximo de 5 minutos, cabendo ao relator geral da Comissão da Constituição combinar sobre a escolha de tais emendas. Temos duas considerações a fazer: em primeiro lugar, ao lado da justificação verbal, o Regimento previa também a escrita, e todas as emendas que chegavam às nossas mãos foram justificadas por escrito, mais desenvolvidas ou mais sinteticamente. O relator geral incorporando ao texto as que foram aprovadas, cumpriu seu dever, no sentido de orientação profundamente liberal.

O Sr. *Auréliano Leite* — E para as que forem rejeitadas qual o recurso?

O Sr. *Lino Machado* — Não poderão ser defendidas sequer!

O SR. COSTA NETO — Naturalmente, não há recurso algum para as que foram rejeitadas porque, uma vez que a Assembléia aprove o texto,

essa aprovação importa necessariamente na rejeição de outras emendas.

O Sr. Aureliano Leite — E se a Assembléia rejeitar a aprovação do texto?

O SR. COSTA NETO — Ninguém forçará, estou certo, os Srs. Constituintes a aprovar a redação final. Estamos diante desta situação: é necessária a redação final; se esta redação fôr aprovada, *ipso facto* a vontade da Assembléia estará manifestada. Ninguém, porém, repito, forçará os Senhores Representantes a aprová-la.

Sr. Presidente, tenho a impressão de que a Constituinte não poderá deixar de aprovar esta redação, porque o processo final do exame das emendas representa a última fase da depuração dos trabalhos de todos os Senhores Representantes.

Realmente, foram apresentadas cerca de 6.000 emendas, algumas das quais contendo diversas subemendas que fazem o total de 8.000

Inúmeras foram incluídas no texto e aprovadas. Agora, defrontamos situação semelhante. Recebemos oitocentas e tantas emendas. Que fez, então, o Relator Geral?

Reuniu-se aos outros componentes da Comissão de Redação, examinou todas as emendas uma por uma e fez a classificação que devia fazer. Foram aproveitadas duzentas e oitenta e quatro; muitas foram rejeitadas porque colidentes ou coincidentes, não na integralidade, mas na maior parte.

O relator geral, todavia, não quis fazer esse trabalho sozinho; fê-lo em companhia dos componentes da Comissão de Redação. Essa tarefa foi dirigida e fiscalizada, nela tendo tomado parte direta o ilustre líder da maioria, Sr. Nereu Ramos, o nobre sublíder da U.D.N. Sr. Prado Kelly e o nobre Deputado Sr. Paulo Sarate. O relator geral poderia também ter solicitado a contribuição de muitos outros Srs. Representantes, a fim de o ajudarem.

O trabalho se delongaria, demasiadamente. O texto definitivo vai ser distribuído hoje. Os Srs. Constituintes terão tempo de examiná-lo.

Se, porventura, a maioria da Casa se pronunciar pela sua aprovação, entendendo que teremos alcançado nosso objetivo, que não é o de elaborar Constituição unanimemente aprovada, mas Constituição que seja homologada pela maioria dos Constituintes.

O Sr. Ferreira de Sousa — A maioria aceita ou rejeita em globo, por-

que o julgamento já foi feito pela Comissão.

O SR. COSTA NETO — Não é tanto assim.

O Sr. Gabriel Passos — Quer dizer que deve ser mera homologação e não aprovação.

O Sr. Lino Machado — Nesse ponto não apoiado, deve haver a média de aspiração do povo.

O Sr. Lopes Cançado — Vamos homologar o que veio feito na Comissão.

O SR. COSTA NETO — A sessão de amanhã, segundo me parece, vai ser convocada para que os Srs. Constituintes possam expressar seu pensamento sobre a redação final.

SS. Ex.^{as}. terão oportunidade de verificar se o vencido foi reproduzido fielmente na redação final e se há aperfeiçoamento a introduzir, sob o ponto de vista da clareza ou da beleza.

O Sr. Aureliano Leite — Ninguém poderá manifestar-se, a não ser pelo voto.

O SR. COSTA NETO — Como não poderá? A sessão não é convocada somente para aprovação, mas para que os senhores Representantes manifestem sua opinião.

Estranho, porém, que se pretenda levantar restrições à orientação dos trabalhos do Relator Geral, quando, na verdade, isso deveria ter sido feito por ocasião da votação do Regimento, de modo a não colocar o Relator Geral diante da situação de apresentar trabalho como este.

O Sr. Gabriel Passos — Pedimos a V. Ex.^a, apenas informações. Não estamos criticando.

O SR. COSTA NETO — Agradeço a explicação do nobre colega.

Adotei, portanto, critério geral, Julguei-o liberal e segui, a meu ver, a orientação mais sábia e sensata. Em lugar de emitir parecer escrito ou verbal às emendas, o Relator procurou incluí-las diretamente no texto, de modo que cada um dos Srs. Representantes possa apreciar sua significação dentro da própria Lei que vai votar.

Como última explicação, Sr. Presidente, tenho a impressão de que nenhuma parte do texto da redação que vai ser distribuído deixou de ser fiel ao vencido.

Se, porventura, houver alguma infidelidade, serei o primeiro a dar as mãos à palmatória. Além disso, have-

rá sempre oportunidade para remover incorreção, porque serão retificadas em tempo, a fim de ser a Constituição promulgada depois de amanhã. (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

O SR. PRESIDENTE — Respondendo à pergunta do nobre Representante, Sr. Luís Viana, sobre o processo de votação do projeto ora em redação final, tenho a declarar que, regimentalmente, deve ser votada emenda por emenda; mediante requerimento aprovado pela Casa, entretanto, a orientação poderá ser outra.

O SR. CARLOS PRESTES — Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Representante.

O SR. CARLOS PRESTES — (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, a Mesa só pode receber requerimento na forma do Regimento; e não contra seus dispositivos.

O SR. PRESIDENTE — Perfeitamente.

O SR. CAFÉ FILHO — Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Representante.

O SR. CAFÉ FILHO (*) (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, já tive oportunidade de levantar questão de ordem sobre o processo de votação da redação final. Parece-me que a suscitei quando V. Ex.^a não se encontrava na presidência e sim o seu ilustre substituto. Vou, por isso, renová-la, acrescentando outros argumentos para os quais peço a esclarecida atenção de V. Ex.^a.

Vou recordar o processo de votação da Constituição desde a elaboração do projeto.

O Regimento estabelece estas normas: o projeto, descendo da Comissão da Constituição, será apresentada à Assembléia, que oferecerá emendas dentro do prazo fixado. Encerrado este, as emendas serão presentes à Comissão da Constituição, que emitirá parecer, elaborando a redação final do projeto definitivo. Este projeto volta a plenário e, aí, regula o processo o art. 32, parágrafo único do Regimento.

(*) Não foi revisto pelo orador.

Para melhor esclarecimento, não só de V. Ex.^a, Sr. Presidente, como dos nobres colegas, que têm naturalmente, como eu, dúvidas sobre como deviam votar a redação final, vou reler o parágrafo único do art. 32:

“Esta redação final será submetida à aprovação do plenário da Assembléia, 48 horas depois da publicação no “Diário da Assembléia”.

Isto foi feito. A Assembléia já aprovou, em razão de requerimento do Sr. Representante Costa Neto, a redação final. Dispensou, até, o prazo do interstício.

Continua o parágrafo único:

“Durante três sessões, no máximo, poderão ser apresentadas, com fundamentação escrita ou verbal, emendas de redação”.

O Sr. Aureliano Leite — Também isso já se executou.

O SR. CAFÉ FILHO — Isto foi feito: deputados e senadores tiveram o prazo de três sessões para apresentação de emendas e sua fundamentação. Muitos colegas ofereceram fundamentação, outros fizeram-no verbalmente.

O Sr. Gabriel Passos — Outros não fizeram justificção.

O SR. CAFÉ FILHO — Acrescenta o parágrafo único:

“Para fundamentação verbal, cada Senador ou Deputado terá o prazo máximo de cinco minutos, cabendo *exclusivamente* ao relator geral da Comissão da Constituição opinar sobre tais emendas”.

Aqui o Regimento, de fato, impede o exame, não só da Comissão da Constituição como do plenário, como a de qualquer outro órgãos, atribuindo, exclusivamente, ao relator geral.

Estamos diante do texto do Regimento. Que se segue? Que determina o Regimento? Que com esse parecer opinativo, isto é, com a aceitação ou não das emendas oferecidas naquele prazo,...

O Sr. Luís Viana — Parecer que, ainda não foi publicado.

O SR. CAFÉ FILHO — ...seja o texto redigido, com a incorporação das emendas aceitas, voltando a redação a plenário.

O Sr. Lopes Cançado — Só essa seria a redação final. Aí é que estaríamos em face da redação final.

O SR. CAFÉ FILHO — Diz o Regimento, no artigo 33:

“Aprovada a redação final, será o projeto mandado a imprimir, com urgência, para que o Presidente da Assembléia convoque, logo em seguida, uma sessão especial em que seja declarada promulgada a Constituição, que será assinada pela Mesa e pelos Senadores e Deputados presentes...”

Se a Mesa aplicar à votação da redação final o disposto nos artigos 29 e 30, aquêles que correspondem ao processo de votação das emendas ao projeto, V. Ex.^a, Sr. Presidente, terá de permitir, fatalmente, a apresentação de requerimento de destaque, para aceitação ou não, das emendas que tiverem parecer contrário.

Minha dúvida está em saber se V. Ex.^a vai aplicar os artigos 29 e 30, ou os artigos 32, parágrafo único e 33.

Se V. Ex.^a aplicar os artigos 29 e 30, repito, teremos direito aos destaques e aceitação ou não dos trabalhos da Comissão; se seguir, porém, o que diz o parágrafo único do artigo 32 e o que consta do art. 33, não temos para onde fugir: aprovar ou rejeitar o trabalho do Relator Geral.

O Sr. Aureliano Leite — Tanto entendendo assim que ontem defendi as emendas de redação por mim apresentadas e não pretendo defendê-las hoje.

O SR. CAFÉ FILHO — Ora, se o que resta fazer é aprovar ou não o trabalho do Relator Geral, se a Assembléia rejeitá-lo elle terá de voltar, naturalmente, à grande Comissão, para modificação, de acôrdo com o voto da Assembléia, e, se a Assembléia aprová-lo, cabe a V. Ex.^a, ômente, marcar dia e hora para a promulgação da Constituinte.

Esta, Sr. Presidente, a questão de ordem: Qual a fórmula que Vossa Ex.^a vai adotar?

Creio que a Comissão Constitucional, composta de representantes dos dois grandes Partidos, agiu com a probidade precisa.

Não podemos admitir haja sido incorporada matéria que não seja o vencido. Porque se a redação final não fôsse a expressão do voto da maioria da Assembléia Constituinte, preferível seria não promulgarmos nossa Lei Orgânica. (*Muito bem.*)

O SR. LUÍS VIANA — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Representante.

O SR. LUÍS VIANA (*) (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, dentro das considerações tão brilhantemente expandidas pelo nobre colega Sr. Café Filho, queria dizer a V. Ex.^a que, no meu entender, o parágrafo único do art. 32 do Regimento, ao declarar que cabe, exclusivamente ao Relator Geral, opinar sobre as emendas de redação, por certo não teve como objetivo privar a Assembléia do exame das emendas. O Relator Geral é o único a opinar a respeito, mas não lhe cabe aprovar ou rejeitar. Isso é tanto mais evidente, Sr. Presidente, quanto, lendo-se o Regimento, se encontra o poder, dado a V. Ex.^a, de referência aos destaques.

O Regimento é claro ao conferir essa competência, declarando expressamente que a V. Ex.^a, Sr. Presidente, cabe conclusivamente, conceder ou negar os destaques. Foi clara a intenção de que a Assembléia não mais se manifestaria sobre os destaques, de vez que a V. Ex.^a cabia, em única instância, resolver quanto aos mesmos.

Isso, entretanto, não acontece em relação às emendas de redação. O texto regimental é outro e o entendimento também deve ser diverso: ao Relator compete emitir parecer, cabendo à Assembléia decidir. (*Muito bem.*)

O SR. PRESIDENTE — O nobre Representante, Sr. Luís Viana, está integralmente com a razão: O Relator, apenas, opina; quem vota e decide é a Assembléia, aceitando ou rejeitando a redação final. Se não a aceita, fa-la voltar ao Relator, a fim de que seja adaptada ao vencido.

Trata-se, evidentemente, da aplicação dos arts. 32 e 33 do Regimento, o qual foi observado rigorosamente na elaboração Constitucional. (*Pausa.*)

Srs. Representantes, vou submeter à Assembléia procedimento, que adotarei, salvo deliberação em contrário, à qual, na forma do costume, me submeterei com tôda a satisfação.

Tendo recebido os originais da redação final da Constituição e das Disposições Transitórias, não se me

(*) — Não foi revisto pelo orador

figurou, entretanto, devesse anunciar a votação, única formalidade que nos resta cumprir. E' que não foi ainda possível distribuir aos Srs. Representantes os avulsos, embóra a Mesa esteja envidando os possíveis esforços nêsse sentido, talvez, até, com certa impertinência. Estou informado de que os impressos se acham a caminho da Assembléia; logo que cheguem, serão distribuídos. Suspenderei os trabalhos para que os Senhores Representantes possam lêr e examinar os referidos avulsos; e, então, amanhã, às nove horas, faremos nova sessão, a fim de continuarmos em nossas deliberações.

Essa a ordem, que pretendo imprimir aos trabalhos e que sujeito á apreciação dos Srs Representantes, os quais poderão alvitrar outra qualquer solução mais condizente com o nosso propósito. Se, porém, não houver qualquer sugestão em contrário, agirei da fôrma pela qual já expuz: logo sejam distribuídos os avulsos, suspenderei a sessão, convocando outra para amanhã, às 9 horas. — *(Pausa.)*

Reabre-se a sessão às 23 horas e 40 minutos.

O SR. PRESIDENTE — Está reaberta a sessão.

O SR. LINO MACHADO — Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Representante.

O SR. LINO MACHADO (*) *(Pela oração)* — Sr. Presidente, várias questões de ordem já foram levantadas na sessão de hoje. Tenho assistido religiosamente a tôdas elas e à resolução que V. Ex.^a vem dando às mesmas.

No instante, não quero fazer mais comentários sôbre êsse regime que houve quem classificasse de "rôlha", por isso que por ele permaneceríamos, desta hora até às quatro da manhã — digamos — para ficar em dia com o projeto de redação que veio até nós por intermédio do Sr. Relator Geral.

Isso, entretanto, seria nada, em face do que pretendo comunicar a V. Ex.^a. V. Ex.^a anunciou, como tá-

boa de salvação, que teríamos o projeto, para lê-lo durante a noite e ficarmos ao corrente do resolvido pelo Sr. Relator Geral; mas talvez esteja a ignorar V. Ex.^a que avulsos aqui chegaram em número tão insignificante que, em derredor de mim, nenhum Sr. Representante os conseguiu.

O Sr. Lopes Cançado — Vários Srs. Representantes não os obtiveram. Também sou um dêles.

O SR. LINO MACHADO — Aqueles Srs. Representantes do povo que se não sujeitaram a fazer fila, que não saíram à procura dos bedéis da Casa, êsses, Sr. Presidente, não obtiveram os folhetos.

Quero levantar esta questão de ordem, e espero que V. Ex.^a a resolva a contento da Casa, porque não poderemos, de maneira alguma, votar segundo se pretende. *(Muito bem)*.

O SR. PRESIDENTE — Devo informar ao nobre Deputado que os avulsos chegaram em número muito superior ao de Representantes.

O Sr. Aliomar Baleeiro — Os avulsos já chegaram, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE — Já chegaram e foram distribuídos.

O Sr. Aliomar Baleeiro — Não tive o prazer de os receber.

O Sr. Lopes Cançado — Peço licença para informar ao ilustre Presidente que me mantive durante todo o tempo em meu lugar e, entretanto, não recebi qualquer avulso.

O SR. LINO MACHADO *(Pela ordem)* — Sr. Presidente, segundo me informa o nobre Deputado, Sr. Luís Lago, os avulsos foram largamente distribuídos na Sala do Café a pessoas que não fazem parte da Assembléia, ao passo que grande número de nós outros, Representantes do povo, não tivemos tal fortuna.

Desse modo, como poderemos votar a matéria, na sessão da amanhã?

Lavro meu protesto contra o regime que não pode vigorar nesta Casa. *(Muito bem)*.

O SR. PRESIDENTE — Mandei colher informações, para responder aos nobres Representantes. Devo esclarecer, porém, que, quando o Diretor da Imprensa Nacional me comunicou o envio dos avulsos, imediatamente levei o fato ao conhecimento da Casa e dei ordem no sentido de que fossem encaminhados diretamente à Mesa, para que se fizesse a dis-

(*) Não foi revisto pelo orador.

tribuição a todos os Srs. Representantes, em lugares, neste recinto. Estou informado de que a Portaria recebeu os ditos avulsos, e não sei por ordem de quem permitiu sua distribuição. Os fatos estão sendo apurados, para que seja devidamente censurado o responsável.

O SR. ARRUDA CÂMARA (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, desejo que V. Ex.^a informe se concederá destaque às emendas, que não mereceram parecer favorável, nem a simpatia da Casa e, no caso positivo, qual será o prazo.

O SR. PRESIDENTE — Estamos na fase do artigo 33. As emendas apresentadas vão ao Relator para o respectivo parecer. Agora, o que vamos votar é a redação final. Não há oportunidade de destacar emendas antes da redação. Os destaques são feitos em outras fases do processo, que já passaram.

O Sr. Arruda Câmara — Mas o plenário não terá oportunidade de se manifestar sobre essas emendas?

O SR. PRESIDENTE — O plenário é soberano, sendo-lhe lícito resolver com o Regimento, mas não posso antecipar a V. Ex.^a o que vai decidir.

O SR. JURANDIR PIRES — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Representante.

O SR. JURANDIR PIRES (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, desejaria recordar uma questão de ordem, já levantada por duas vezes, e de ambas decidida por V. Ex.^a...

O SR. PRESIDENTE — Se já foi decidida duas vezes ...

O SR. JURANDIR PIRES — ... mas não cumprida, e é precisamente por isso que apelo de novo para V. Ex.^a. Trata-se do artigo 193. Por ocasião de sua votação, o sr. deputado Euclides Figueiredo levantou questão de ordem no sentido de que esse artigo fôsse transferido para as Disposições Gerais, tendo em vista tratar-se de matéria dessa natureza. Solucionada essa questão, V. Ex.^a declarou que eu requeresse a transposição, o que tive ensejo de fazer. Acontece, agora, que, além de não ter sido feita a transferência, tirou ao artigo a generalidade de que se revestia, de for-

ma a perder de muito, o dispositivo o sentido primeiro, que por grande maioria da Casa fôra aprovado.

Sr. Presidente, o que faço apenas é não direi lavrar um protesto, mas assinalar uma falha grave, em referência à redação do artigo.

Quanto à questão de ordem, duas vezes resolvida por V. Ex.^a apelo para os seus bons officios no sentido da transposição, de acôrdo com suas determinações. (*Muito bem; muito bem.*)

O SR. PRESIDENTE — O orador fez uma ponderação que reputo legítima. Mandeí à Comissão o pedido de V. Ex.^a, e não determinei à mesma que o atendesse, porque não tenho competência para tanto. Não posso mandar que a Comissão coloque esse artigo aqui ou ali. Apenas solicitei àquele órgão, que apreciasse a ponderação feita. Cabe, agora, ao plenário decidir, na ocasião oportuna, porque a Comissão sómente opina e a Casa é que aprova.

O SR. JURANDIR PIRES — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Representante.

O SR. JURANDIR PIRES (*) (*Pela ordem*) — Se V. Ex.^a permite, Sr. Presidente, embora eu não possa dialogar com a Mesa, desejo apenas solicitar um esclarecimento sobre o assunto. Tenho o ensejo de lembrar a V. Ex.^a que foi por ocasião da votação que a questão de ordem resolvida por V. Ex.^a deu lugar ao pronunciamento do plenário.

O SR. PRESIDENTE — Não resolvi questão alguma de ordem de V. Ex.^a.

O SR. JURANDIR PIRES — A questão de ordem a que aludo foi levantada pelo nobre Deputado Euclides de Figueiredo.

O SR. PRESIDENTE — Qual essa questão?

O SR. JURANDIR PIRES — Foi a relativa à emenda sobre militares. Perguntava o nobre Deputado se a sua emenda estaria prejudicada e V. Ex.^a respondeu afirmativamente, porque a aludida emenda já estava contida na de minha autoria. Declarou mais V. Ex.^a que, neste caso, a Co-

(*) Não foi revisto pelo orador

missão de Redação a passaria, na devida oportunidade, para as Disposições Gerais.

O SR. PRESIDENTE — A Comissão passaria, disse eu. Pode ter tido razões para não fazer essa transposição. O plenário, porém, é que vai decidir em última análise. A Comissão nada mais faz do que dar parecer. Quanto a mim, afirmei que remeteria a ponderação de V. Ex.^a àquele órgão, para opinar. No caso, a Comissão era soberana e seu parecer apenas pode ser modificado pela Assembléia.

O SR. JURANDIR PIRES — Agradeço o esclarecimento de V. Ex.^a, Sr. Presidente, e aguardarei o pronunciamento da Casa a esse respeito. (*Muito bem.*)

O SR. LINO MACHADO — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Representante.

O SR. LINO MACHADO (*) (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, desejava saber se V. Ex.^a já encerrou a sessão. Se não encerrou, preciso ainda dizer, que estamos na impossibilidade de comparecer amanhã às 9 horas para votar, por não termos recebido os avulsos. Assim, pediria a V. Ex.^a só convocasse sessão para amanhã à tarde. V. Ex.^a há de reconhecer que tenho sido o defensor de sessões ininterruptas, mas, evidentemente, não poderemos, como pretende o nobre relator geral, votar no escuro. Esse protesto hei de fazer sempre.

Como sabe V. Ex.^a, só conhecem o assunto o Sr. Relator geral, e três outros companheiros da Comissão de Redação, que são o eminente líder da maioria Sr. Nereu Ramos, o nobre sub-líder Sr. Prado Kelly e o ilustre Deputado Sr. Paulo Sarasate; o próprio Sr. Costa Neto fez essa declaração peremptória de que conhecem a matéria tão somente os quatro membros da Comissão de Redação.

Nada sei o que se passou nessa Comissão, e assim pedia a V. Ex.^a não convocasse sessão sem a prévia distribuição dos avulsos a todos os Senhores Representantes. (*Muito bem.*)

O SR. PRESIDENTE — A fim de que, ainda hoje, seja feita a distribuição total dos avulsos vou sus-

pender a sessão até que os mesmos cheguem à Mesa para entrega a cada um dos Srs. Representantes. Está suspensa a sessão.

Suspende-se a sessão às 23 horas e 20 minutos.

Reabre-se a sessão às 23 horas e 35 minutos.

O SR. PRESIDENTE (*Fazendo soar os tímpanos*) — Está reaberta a sessão. Peço aos Srs. Representantes tomarem seus lugares, para que se proceda à distribuição da segunda remessa de avulsos, neste instante chegados da Imprensa Nacional.

(Procede-se à distribuição dos avulsos).

Uma vez feita a entrega dos impressos, declaro encerrada a sessão e convocada outra para amanhã, às 9 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

Distribuição dos avulsos e votação da redação final do projeto da Constituição e do ato das Disposições Transitórias.

Levanta-se a sessão às 23 horas e 45 minutos.

Deixaram de comparecer 72 Senhores Representantes:

Partido Social Democrático

Amazonas:

Valdemar Pedrosa.
Leopoldo Peres.

Maranhão:

Odilon Soares.
José Neiva.

Piauí:

Areia Leão.

Pernambuco:

Costa Pôrto.
Ulisses Lins.
Barbosa Lima.

Alagoas:

Teixeira de Vasconcelos.
Afonso de Carvalho.

Sergipe:

Leite Neto.

Bahia:

Negreiros Falcão.

Rio de Janeiro:

Alfredo Neves.
Paulo Fernandes.
Getúlio Moura.

(*) Não foi revisto pelo crador.

Minas Gerais:

Rodrigues Seabra.
João Henrique.
Joaquim Libânio.
Rodrigues Pereira.
Milton Prates.
Alfredo Sá.

São Paulo:

Gofredo Teles.
César Costa.
Martins Filho.
José Armando.
Ataliba Nogueira.
Batista Pereira.
Mato Grosso:
Argemiro Fialho.

Paraná:

Flávio Guimarães.
Roberto Glasser.

Rio Grande do Sul:

Getúlio Vargas.
Teodomiro Fonseca.
Damaso Rocha.
Nicolau Vergueiro.
Mércio Teixeira.

União Democrática Nacional

Maranhão:

Alarico Pacheco.

Piauí:

Matias Olímpio.
Antônio Correia.
Coelho Rodrigues.

Ceará:

Fernandes Távora.
Beni Carvalho.
José de Borba.
Alencar Araripe.

Rio Grande do Norte:

José Augusto.

Paraíba:

Adalberto Ribeiro.
Argemiro Figueiredo.
João Agripino.
Plínio Lemos.
Osmar Aquino.

Pernambuco:

Lima Cavalcanti.
José Bonifácio.

Minas Gerais:

Milton Campos.

São Paulo:

Paulo Nogueira.
Plínio Barreto.

Goiás:

Jales Machado.

Mato Grosso:

Vespasiano Martins.
João Vilasboas.
Agriculta de Barros.

Paraná:

Erasto Gaertner.

Partido Trabalhista Brasileiro

Distrito Federal:

Segadas Viana.

Rio de Janeiro:

Abelardo Mata.

São Paulo:

Marcondes Filho.
Hugo Borghi.
Guaraci Silveira.
Pedroso Júnior.

Partido Republicano

Sousa Leão.

Minas Gerais:

Mário Brant.
Artur Bernardes.

Partido Social Progressista

Pará:

Deodoro de Mendonça.

Ceará:

Stênio Gomes.

Partido Democrata Cristão

São Paulo:

Manuel Vitor.

Partido Libertador

Rio Grande do Sul:

Raul Pila.

Emendas de redação total ou parcialmente aceitas, e incorporadas ao texto, para a votação final.

N.º 3

Ao art. 10, no inciso:

Em vez de "Todo o poder", diga-se: "Todo poder".

Sala das Sessões, 10 de setembro de 1946. — Altino Arantes. — Aureliano Leite. — Romeu Lourenção. — Toledo Piza.

N.º 423

Ao art. 3.º:

Onde se lê: "Os Territórios poderão, mediante lei especial, constituir-se em *Estado*, etc.", leia-se: "Os Territórios poderão, mediante lei especial, constituir-se em *Estados*, etc.".

Justificação

E' tão clara a falta de congruência, entre as palavras "Territórios", no plural, e "Estado" no singular, que exclui qualquer necessidade de argumentos para provar que se trata, no caso, de um erro tipográfico, a exigir a indispensável corrigenda.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 1946. — *Altamirando Requião*.

N.º 421

Ao art. 3.º, *in fine*:

Em vez de "... de que forem desmembrados", diga-se: "... de que hajam sido desmembrados".

Justificação

O projeto não admite a hipótese de ainda virem a ser desmembrados territórios dos Estados a não ser para se anexarem a outros ou formarem novos Estados (art. 2.º). — *Clemente Mariani*.

N.º 12

Ao art. 5 (Redação):

Inciso n.º VI — Redija-se "material bélico" em lugar de "material de guerra".

Justificação

As leis e regulamentos já consagraram aquela primeira forma: Diretoria do Material Bélico, no Minist. Guerra, etc.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 1946. — *Aliomar Baleeiro*.

S/N

Art. 5, n.º XII.

Redija-se:

"Explorar diretamente, ou mediante autorização ou concessão, os servidos de..."

Sala das Sessões, 13 de setembro de 1946. — *Costa Neto*.

N.º 435

Inciso XII do art. 5.º:

Onde se diz, *in-fine*, "ou transponham os limites estaduais", diga-se: "ou transponham os limites de um Estado".

Justificação

Evita-se a rima: nacionais-estaduais, quando os vocábulos se acham tão perto um do outro. Recomenda-se também uma pontuação, que permita a leitura do inciso na parte final que está assim redigida: "de navegação aérea e de vias férreas que liguem portos marítimos e fronteiras nacionais ou transponham os limites estaduais". A estirada é grande, como se vê. Conteriam duas vírgulas: depois de *férreas* e de *nacionais*. — *Barbosa Lima*.

N.º 439

Ao art. 5.º, XV:

Diga-se "requisições civis e militares, em tempo de guerra".

A vírgula positiva melhor o espírito do dispositivo de só permitir as requisições em tempo de guerra. — *Clemente Mariani*.

N.º 207

Ao art. 5, n.º XV, letra b:

Diga-se "e de regime penitenciário" em vez de "de regime penitenciário". — *Paulo Sarasate*.

N.º 207-A

Art. 5, XV — *m* — Redigir assim: "Sistema monetário; de medidas; título e garantia dos metais".

Justificativa

O espírito do dispositivo não pode restringir-se a estabelecer a competência da União para legislar somente sobre sistema métrico. Tal competência deve ir mais longe, tem que ser necessariamente mais ampla, nesse particular.

Daí acharmos preferível redigir em vez de sistema métrico, sistema de medidas.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 1946. — *Carlos Prestes*.

N.º 9

Ao art. 5.º XV, n.º ...

Acrescente: "extradição".

Justificação

Foi manifesta omissão.

Sala das Sessões, em 19 de setembro de 1946. — *Adroaldo Costa*.

N.º 20

No art. 7.º, depois da palavra "salvo" acrescentar "para" e suprimir a preposição "para" no início dos incisos I a VII. — *Mário Brant*.

N.º 24

Ao art. 13:

Substituam-se as palavras: nos casos “enumerados no art. 7.º número VII” pelas seguintes: nos casos do art. 7.º, n.º VII”.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1946. — *Pedro Vergara*.

N.º 453

No art. 15, § 2.º:

- a) escreva-se *sessenta por cento* por extenso;
- b) coloquem-se, entre vírgulas, as expressões *no mínimo*.

Justificação

Sessenta por cento deve ser escrito por extenso, para atender a uniformidade dos textos.

O adjunto adverbial *no mínimo* requer seja colocado entre vírgulas, para adquirir força especial.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1946. — *Brigido Tinoco*.

N.º 725

Art. 15, § 2.º:

Em lugar de “consignados”

Diga-se: “estabelecidos”. — *Costa Neto*.

N.º 217

Ao § 4.º do art. 15.

Redija-se assim:

“A União entregará aos municípios, *excluídos os das Capitais*, dez por cento do total que arrecadar do imposto de que trata o n.º IV, feita a distribuição em partes iguais e *aplicando-se* pelo menos metade da importância em benefício de ordem rural”. — *Paulo Sarasate*.

N.º 460

Art. 15, § 5.º. Diga-se: “Não se compreendem, nas disposições do inciso VI, os atos jurídicos ou os seus instrumentos, quando forem partes a União, os Estados ou os municípios, ou quando incluídos na competência tributária estabelecida nos artigos 19 e 29. — *Barbosa Lima*.”

N.º 32

Ao art. 15, § 6.º:

Em vez de “é lícito”, diga-se: “é facultado”.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1946. — *Altino Arantes*. — *Aureliano Leite*.

N.º 726

Ao § 6.º do art. 15:

Onde se diz:

“Que se não partilharão”, diga-se: “que não serão partilhados”. — *Paulo Sarasate*.

N.º 39

Ao art. 17:

Corrija-se o erro de impressão que diz “para este ou aquele *pôsto*”; onde está *pôsto*, deve ser *pôrto*”.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1946. — *Pedro Vergara*.

Ao art. 17:

Diga-se: “*pôrto*”, ao invés de “*pôsto*”.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1946. — *Mário Masagão*.

N.º 40

No art. 18, em vez de “respeitados” diga-se: “observados”.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1946. — *Mário Brant*.

S/N.

Art. 18, § 2.º. — Diga-se: “Os Estados proverão às necessidades do seu governo e da sua administração, cabendo à União prestar-lhes socorro, em caso de calamidade pública.” — *Barbosa Lima*.

S/N.

No art. 18, § 3.º, substituir *provendo* às por *provendo as* (Comparar com os arts. 87, V. e 97 II). — *Antenor Bogéa*.

N.º 469

Ao art. 19 inc. III.

Diga-se: “... capital de sociedades”. — *Clemente Mariani*.

N.º 727

Art. 19 § 1.º.

Redija-se, em substituição:

“O imposto territorial não incidirá sobre sítios de área inferior a vinte hectares, quando os cultive, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel. — *Costa Neto*.”

N.º 226

Ao art. 19 § 2.º.

Diga-se “ns. II e III. — *Paulo Sarasate*.”

N.º 475

No § 3.º do inciso VI, art. 19, diga-se — Ainda Quando — em lugar de — Ainda Que. É a forma preferida pelos melhores exemplares da boa escrita, entre os mestres.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 1946 — *Manuel Duarte*.

N.º 476

No § 6.º do inciso VI, art. 19, diga-se: — “poderá autorizar o aumento, por determinado tempo, do imposto... pois que a locução — por determinado tempo — deve ficar separada por vírgula, para clareza do próprio sentido.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 1946 — *Manuel Duarte*.

N.º 728

Art. 20.

Em lugar de:

“os Estados são obrigados a dar-lhe anualmente, etc”

diga-se:

“O Estado dar-lhe-á anualmente, etc.”. — *Costa Neto*.

N.º 729

Art. 21, *in fine* acrescentar:

“onde se tiver realizado a cobrança”. — *Costa Neto*.

N.º 46

Ao art. 22.

Dizer, na parte final, “nas Constituições estaduais” em vez de “nas suas Constituições”.

Justificação

Redação mais lógica.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 1946. — *Daniel Faraco*.

N.º 232

No art. 23 — Substitua-se “salvo” por “senão” e elimine-se a primeira vírgula.

A. C. 13 de setembro de 1946. — *Costa Neto*.

N.º 235

Art. 26 — O Distrito Federal será administrado por Prefeito, de nomeação do Presidente da República e terá Câmara, eleita pelo povo, com funções legislativas. — *Paulo Sarasate*.

N.º 488

Ao art. 26, § 1.º, onde se lê: “... A nomeação se fará ...”, leia-se: “A nomeação far-se-á ...”

Justificação

Como no que se refere ao artigo 13 os argumentos não variam.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 1946. — *Altamirando Requião*.

N.º 491

Ainda ao art. 26, agora, no § 3.º, onde se lê: “... não inferiores à maior remuneração ...” é imprescindível expungir do texto aquela horrenda *maiorre*, que, sendo, evidentemente, uma cacofonia, não deixa de ser outra evitável colisão de êrros, condenada pelos mais reputados mestres.

(Rui, Carneiro, Figueiredo, J. Ribeiro, etc.)

Leia-se portanto: “... não inferiores à *mais alta* remuneração ...”

Justificação

Leia-se e confronte-se Vitório Berço (*Consultor de Gramática e Estatística*, pág. 48); Francisco da Silveira Bueno, (*Gramática Normativa da Língua Portuguesa*, pág. 484); além dos outros autores, (já citados).

Sala das Sessões, 13 de setembro de 1946. — *Altamirando Requião*.

S/N

Art. 27, início.

Em vez de:

“E’ vedado à União, aos Estados, aos municípios e ao Distrito Federal ...”,

dizer:

“E’ vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios ...”

Justificação

E’ a sequência que o projeto adota nos arts. 30 e 32, e é a conveniente (Código Civil, art. 14).

Observação: Fazer igual alteração no art. 31.

Em vez de:

“taxas destinadas exclusivamente à indenização das despesas feitas com a construção e para conservação e melhoramento de estradas”,

diga-se:

taxas destinadas exclusivamente às despesas de construção, conservação e melhoramento de estradas". — *Gustavo Capanema*.

N.º 730

Art. 27.

Redija-se:

"de taxas, inclusive pedágio" — *Jaci de Figueiredo*. — *Paulo Sarasate*.

N.º 240

Ao art. 29.

Onde se diz "pelo Estado".

Diga-se "pelos Estados" — *Paulo Sarasate*.

S/N.º

Art. 29:

O advérbio *privativamente*, considerado desnecessariamente nos artigos 15 e 19, também o é no artigo 29. — *Gustavo Capanema*.

N.º 51

Ao artigo 30, III.

Corrija-se a expressão final que diz "e do seu serviço", dêste modo: "e dos seus serviços".

Sala das Sessões, 12-9-1946. — *Pedro Vergara*.

N.º 501

Ao artigo 31-V, "b".

Diga-se "para os respectivos fins".

Não tem sentido a expressão "devi-dos fins". O que a norma determina é que a exclusão tributária se restrinja às rendas empregadas nos fins do templo e dos bens e serviços de partidos políticos, instituições de educação e de assistência social.

Logo, deve dizer-se "respectivos fins".

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1946. — *J. Ferreira de Souza*.

S/N.º

Art. 30, n.º II.

Em vez de:

"dos seus bens e do seu serviço",

Diga-se:

"dos seus bens e dos seus serviços", ou

"dos seus bens e serviços". — *Gustavo Capanema*.

S/N.º Diz o texto:

"II — estabelecer, subvencionar ou embarçar o exercício de cultos religiosos;

Diga-se:

"II — estabelecer ou subvencionar cultos religiosos, nem embarçar o seu exercício;

Justificação

O objeto direto dos verbos *estabelecer e subvencionar* não é o *exercício de cultos religiosos*, mas *cultos religiosos*. — *Gustavo Capanema*.

N.º 243

Art. 31-V-c) — Acrescentar uma vírgula entre as palavras "jornais" e "periódicos".

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1946. — *Luiz Carlos Prestes*.

Justificativa

A falta de vírgula é evidente e modifica o sentido da frase, excluindo os jornais diários. É essencial a vírgula entre as palavras "jornais" e "periódicos".

N.º 50

Ao artigo 31, parágrafo único:

Substitua-se pelo seguinte:

"Os Serviços públicos concedidos não gozam de isenção tributária, salvo quando estabelecida expressamente pelo poder competente ou quando a União a instituir, em lei especial, relativamente aos próprios serviços, tendo em vista o interesse comum".

Justificação

Dizendo o texto "Os serviços públicos concedidos não gozam de isenção tributária, salvo quando o dispuser o poder competente..." usou, evidentemente, linguagem contraditória. É como si rezasse: "Os serviços concedidos estão sujeitos a tributos, exceto quando o poder competente dispuser que estejam sujeitos," pois a tanto equivale a falta da negativa antes do verbo *dispor*. Não somos aferrados a gramatiquices; mas o sentido da frase, a elegância da expressão, a clareza do pensamento, nos textos legais, merecem cuidados que muito auxiliarão à obra do intérprete. Cremos que a redução proposta obvia aos inconvenientes do texto e lhe melhora o estilo, *data venia*.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1946. — *Samuel Duarte*.

N.º 54

Ao art. 31, V, a).

Onde se diz “ — bens, rendas e serviços *um do outro*”, — diga-se: “bens, rendas e serviços *uns dos outros*”.

Não se trata de *suas* entidades — mas de *quatro*: União, Estados, municípios, Distrito Federal”.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 1946. — *Pedro Vergara*.

N.º 506

Art. 34.

Suprimam-se, por desnecessário, as palavras: “do domínio”. — *Costa Neto*.

N.º 507

Ao art. 34, II.

Diga-se:

“a porção de terras devolutas indispensável... “O resto como está.

A elipse de “que foi” torna a frase mais agradável e mais elegante, sem o menor prejuízo para o seu sentido.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1946. — *J. Ferreira de Souza*.

N.º 508

Art. 35.

Substitutiva

“Incluem-se entre os bens do Estado os lagos e rios em terrenos do seu domínio e os que têm nascente e foz no território estadual”. — *Costa Neto*.

N.º 57

Ao art. 35.

Substitua-se a expressão: “Incluem-se entre os bens do domínio estadual os lagos e rios em terrenos do mesmo domínio...”, — por esta outra:

“Incluem-se entre os bens do domínio estadual os lagos e rios situados em seus terrenos...”

Sala das Sessões, 11 de setembro de 1946. — *Pedro Vergara*.

N.º 60

Redija-se o § 2.º do art. 36 do seguinte modo:

“E’ vedado a qualquer dos poderes delegar atribuições”.

Justificação

O dispositivo, como está redigido, proíbe apenas a delegação de todas as atribuições por parte de cada um

dos poderes, quando deve ser vedada a delegação de qualquer parcela dessas atribuições.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 1946. — *Dario Cardoso*.

N.º 731

Ao art. 38 parágrafo único.

Redija-se assim:

“São condições de ilegitimidade para o Congresso nacional:

I) ser brasileiro (art. 129, ns. I e II);

II) estar no exercício dos direitos políticos;

III) ser maior de 21 anos para a Câmara dos Deputados e de 35 para o Senado Federal. — *Paulo Saracate*.

N.º 245

Ao art. 393, § único, em lugar de “*um terço*” diga-se “*do terço*”.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 1946. — *Alves Palma*. — *Adroaldo Costa*.

N.º 512

Redija-se do seguinte modo o artigo 40:

“A cada uma das Câmaras compete dispor, em regimento interno, sobre sua organização, polícia, criação e provimento de cargos”.

Justificação

Para evitar a redundância de *sua e própria*, ambos possessivos é indispensável a eliminação de um deles. No caso, eliminou-se o adjetivo *própria*.

Encontra-se ainda no texto o emprego da conjunção *e*, três vezes consecutivas. A emenda desfaz a repetição.

Em 13 de setembro de 1946. — *Brígido Tinoco*.

S/n.

Art. 42.

Diz o texto:

“Art. 42. Em cada uma das Câmaras, salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta dos seus membros”.

Diga-se: “presente a maioria dos seus membros”. A palavra *absoluta*, neste passo, nada significa, e não tem razão de ser.

Observação: A supressão da mesma palavra deve ser feita nos artigos 45, 59, 72 e 88. — *Gustavo Campanema*.

N.º 62

Ao art. 43:

Redija-se: "O voto será secreto nas eleições e nos casos estabelecidos nos arts. 45, § 2.º; 63, n.º I; 66, n.º IX; 70, § 3.º; 211 e 214".

Justificação

Parece-nos mais acertada a redação proposta na emenda, de vez que coloca em ordem crescente os dispositivos referentes aos casos de voto secreto, corrige equívoco (art. 70, § 2.º, quando deve ser § 3.º) e omissões (arts. 45, § 2.º e 63).

Rio, em Assembléa Constituinte, 10 de setembro de 1946. — *Dantas Junior*.

N.º 249

Ao art. 45, redigir da seguinte forma:

"Desde a expedição do diploma até a inauguração de legislatura seguinte, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente sem prévia licença de sua Câmara".

Sala das Sessões, 12 de setembro de 1946. — *Alves Palma*. — *Adroaldo Costa*.

N.º 732

Ao art. 45, § 1.º:

Substitua-se, dizendo:

"no caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos dentro de quarenta e oito horas à Câmara respectiva para que resolva sobre a prisão e autorize, ou não a formação da culpa". — *Costa Netto*.

N.º 733

Ao art. 45, § 2.º:

Suprima-se: "absoluta". — *Costa Netto*.

N.º 518

Ao art. 48:

Redija-se:

"Os Deputados e Senadores não poderão."

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1946. — *Paulo Sarasate*.

N.º 67

Ao art. 48:

Substituir a palavra "nem" por "ou" na letra b do inciso I e na letra a do inciso II.

Justificação

Dispõe o artigo: "*Nenhum* Deputado ou Senador poderá," começando, portanto, por uma negativa absoluta. A repetição da negativa, ou o emprêgo da negativa "nem" antes das palavras *exercer* e *ser proprietário envolveria* uma idéia afirmativa que o texto pretende excluir, pois é sabido que duas negativas implicam numa afirmação. O correto é dizer: "aceitar ou exercer: exercer ou ser proprietário, integrando no segundo elemento da proposição que a disjuntiva separa, o sentido da proibição. Afigura-se-nos o texto incongruente e dissonante com os preceitos da boa linguagem. Mais uma vez nos socorre a lição de Rui Barbosa. A Constituição de 1891, modelo no assunto, dizia no art. 24: "O Deputado ou o Senador não pode também ser presidente ou fazer parte..." A de 1934, art. 33, n.º 2: "Nenhum Deputado, desde a expedição do diploma, poderá... aceitar ou exercer cargo, etc."

Nenhum dos textos invocados contém, em idêntico preceito, a originalidade que se insinua no da Constituição atual. Simplesmente porque a forma correta é a da disjuntiva.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1946. — *Samuel Duarte*.

N.º 520

Ao art. 48, I, a e b:

Redija-se assim:

a) Celebrar contrato com pessoa jurídica de Direito Público, inclusive entidade autárquica, ou com sociedade de economia mista, salvo quando se tratar de contrato, de normas uniformes, que alcance indistintamente a todos.

b) aceitar nem exercer comissão ou emprêgo remunerado de pessoa jurídica de direito público, inclusive entidade autárquica, de sociedade de economia mista ou de empresa concessionária de serviços públicos."

Justificação

Com esta redação pretendo evitar que se classifiquem as sociedades de economia mista como pessoas jurídicas de direito público, e bem assim procuro definir mais precisamente a

intenção do legislador quanto aos contratos que alcançam a todos da comunidade nacional, de maneira uniforme, não representando nenhum favor especial ao Deputado ou Senador beneficiar-se de seus termos.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1946. — *Amando Fontes*.

N.º 521

Redija-se, assim, a alínea *a*, inciso III, do art. 48:

“Ser proprietário ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contratos com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada.”

Justificação

A falta de precisão na primeira hipótese figurada na alínea *a*, do inciso II do art. 48, faz crer que ao Deputado ou Senador é vedado exercer qualquer função remunerada, quando a intenção foi proibir, apenas, em empresa sujeita à condição que especifica. É indispensável, pois, precisar.

Além do mais, *ser proprietário ou diretor* é maior infração que *exercer função remunerada*, pelo que deve anteceder esta.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1946. — *Brigido Tinoco*.

N.º 522

Ao art. 48, § 1.º:

Onde se diz “a que pertencer”, diga-se: “a que pertença”. — *Paulo Sarasate*.

N.º 526

No § 1.º, do art. 48, grave-se esta redação: — § 1.º A infração do disposto neste artigo, ou a falta, sem licença, às sessões,...

É de inegável mau gosto e não abonada pelos mestres da língua, a desnecessidade das palavras — “assim como” — Os melhores exemplares vernáculos diriam: — Assim a infração do disposto neste artigo, como a falta, sem licença...

Sala das Sessões, 13 de setembro de 1946. — *Manoel Duarte*.

N.º 527

Ao art. 48, § 2.º:

Onde se diz “com o decôro da Câmara a que pertencer”, diga-se “com o decôro Parlamentar”.

Sala das Sessões, em 14 de setembro de 1946. — *Paulo Sarasate*.

N.º 530

Ao art. 49, diga-se, depois de *caráter transitório*: “ou participar, no estrangeiro. ...”

Não há razão para se manter, ali, a locução — *bem como*.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 1946. — *Manuel Duarte*.

N.º 69

Art. 49:

Onde está “a que pertença”, diga-se — “a que pertencer”.

A emenda estabelece uniformidade de expressão entre o art. 49 e os §§ do artigo anterior.

Mas, para evitar a repetição (três vezes) da expressão “a que pertencer”, diga-se — em cada caso — *pela sua Câmara*” (art. 48, § 1.º), — “da sua Câmara” (art. 48, § 2.º) e “da sua Câmara” (art. 49).

Sala das Sessões, 12 de setembro de 1946. — *Pedro Vergara*.

N.º 255

Emenda ao art. 50

Suprimam-se no artigo as expressões “ou o militar”, *reserva ou reforma*”, ficando assim redigido o texto:

“*Enquanto durar o mandato, o funcionário público ficará afastado das funções do seu cargo ou posto, contando-se-lhe tempo de serviço apenas para promoção por antiguidade ou aposentadoria.*”

Justificação

A situação do militar, que aceitar cargo público eletivo ou de nomeação, está regulada no § 4.º do art. 182, com providências e detalhes peculiares à reserva e reforma do que resulta discordância entre o disposto nesse parágrafo e no art. 4.º, como se vê pelo confronto dos textos:

§ 4.º O militar em atividade que aceitar o cargo público temporário, eletivo ou não, será agregado ao respectivo quadro e somente contará tempo de serviço para a promoção por antiguidade, transferência para a reserva ou reforma. Depois de oito anos de afastamento, contínuos ou não, será transferido, na forma da lei, para a reserva, sem prejuízo de contagem de tempo para a reforma. — *Atilio Vivacqua*.

N.º 70

Ao art. 50:

Substituam-se as palavras “das funções do seu cargo ou posto” pelas palavras “do exercício do cargo ou posto”.

Justificação

A redação proposta evita a redundância (funcionário e funções) e elimina o possessivo onde desnecessário.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 1946. — *Samuel Duarte*.

S/N.º

Art. 52, parágrafo único

Em lugar de:

“Se o caso fôr de vaga e não houver suplente.” por “não havendo suplente para preencher a vaga”,. — *Costa Neto*.

N.º 532

Ao parágrafo único do art. 52

Redija-se assim a parte final:

“O Deputado ou Senador eleito para a vaga exercerá o mandato pelo tempo restante.” — *Paulo Sarasate*.

S/N.º

Ao art. 54

Suprima-se: “da sua pasta”. — *Costa Neto*.

N.º 74

Art. 54

Corrija-se, para a devida concordância: onde está “o convocar”, diga-se — “os convocar.”

Sala das Sessões, 12 de setembro de 1946. — *Pedro Vergara*.

S/N.º

Ao art. 54 — parágrafo único

Suprima-se: “do Ministro” — *Costa Neto*.

S/N.º

Artigo 55, *in fine*

Redija-se, *in fine*:

“que lhes queira prestar esclarecimentos ou solicitar providências legislativas.” — *Costa Neto*.

N.º 78

Ao art. 59

Retificar para 88 a número 89 citado no artigo.

Justificação

Restauração do vencido (art. 59 do Projeto Revisto). Não há motivo para a modificação feita na redação final.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 1946 — *Daniel Faraco*.

N.º 552

Ao art. 60, § 4.º

Suprima-se: “seu” — *Costa Neto*.

N.º 79

Ao art. 60, § 4.º

Retificar para 88 o número 89 citado no parágrafo.

Justificação

Restauração do vencido (art. 60 — § 4.º do Projeto Revisto). O artigo 53 não se relaciona com o preceito do art. 60, § 4.º

Sala das Sessões, 12 de setembro de 1946. — *Daniel Faraco*.

N.º 559

Ao art. 62

Onde se diz “conexos com os do Presidente da República”, diga-se “conexos com os daquele”. — *Paulo Sarasate*.

N.º 80

Ao artigo 62:

Substitua-se pelo seguinte:

Compete privativamente ao Senado Federal:

I) julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade e os Ministros de Estado nos crimes da mesma natureza conexos com os do Presidente da República;

II) processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal e o Procurador Geral da República nos crimes de responsabilidade.

Justificação

Com as mesmas palavras do texto, eliminando as locuções “bem como” e “bem assim”, parece-nos recomendável a nova disposição que oferecemos ao preceito. Melhor técnica e melhor linguagem. A elegância do estilo condena o emprêgo daquelas locuções, de aspecto vulgar.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1946. — *Samuel Duarte*.

N.º 32

No artigo 62, § 2.º, onde se diz “sentença”, diga-se: “sentença condenatória”.

Justificação

A omissão da palavra “condenatória” provem certamente de uma inadvertência. No caso de sentença *absolutória* por maioria como ficará a acusação? Sem sentença absolutória? — *Mario Brant*.

N.º 734

Ao artigo 62, § 3).

Redija-se assim:

“não poderá o Senado Federal impor outra pena que não seja a de perda de cargo, com inhabilitação, até cinco anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo da ação da justiça ordinária”.

Justificação

A redação que se propõe resulta da combinação do artigo 62, § 3.º com o § 2.º do artigo 89, cuja supressão se impõe. — *Paulo Sarasate*.

S/N.

Artigo 62, § 10:

Substitua-se:

“Nos casos dêste artigo, funcionará como Presidente do Senado o do Supremo Tribunal Federal”. — *Costa Neto*.

N.º 735

No artigo 63, n.º I.

Suprima-se: “e bem assim a”. — *Costa Neto*.

N.º 565

Ao artigo 65, caput:

Suprima-se o advérbio “privativamente”. — *Costa Neto*.

N.º 736

Ao artigo 65 — caput.

Acrescente-se: “com a sanção do Presidente da República”. — *Costa Neto*.

N.º 737

Ao artigo 65, n.º IV

Substitutiva:

“Criar e extinguir cargos públicos e fixar-lhes os vencimentos, sempre por lei especial”. — *Costa Neto*.

N.º 84

No artigo 66, III em vez de “território do país”, diga-se: “território nacional”.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1946. — *Mario Brant*.

N.º 571

Ao artigo 66, n.º VI

Onde se diz: “a incorporação”, diga-se: “incorporação”. — *Paulo Sarasate*.

N.º 738

Ao artigo 66, n.º VIII

Passe para o artigo 65 e redija-se:

“Autorizar abertura e operações de crédito e emissões de curso forçado” — *Costa Neto*.

S/N.

Artigo 66, n.º X

Este dispositivo parece atribuir ao Presidente e ao Vice-Presidente da República direito a subsídio e a ajuda de custo; todavia, o artigo 86 só se refere a subsídios. Cumpre harmonizar os dois textos. — *Gustavo Capanema*.

N.º 739

Artigo 66, n.º X.

Diga-se:

“Fixar a ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional bem como o subsídio destes e os do Presidente e do Vice-Presidente da República”. — *Costa Neto*.

N.º 740

Artigo 67.

Substitua-se para:

“...dos Deputados, do Senado Federal e Tribunais Federais...” — *Costa Neto*.

S/N.

Artigo 68.

Diz o texto:

“Artigo 68. O projeto de lei numa das Câmaras será revisto pela outra, que, aprovando-o, o enviará à sanção”.

Este artigo é de sentido geral, rege a elaboração da lei, tanto nos casos do artigo 65 como nos casos do artigo 66. Ora, só nos casos do artigo 65 é que o projeto vai à sanção do Pre-

sidente da República; nos casos do artigo 66 à promulgação do Presidente do Senado. Portanto, força é dizer:

“Artigo 68. O projeto de lei adotado numa das câmaras será revisto pela outra, que, aprovando-o, o enviará à sanção ou à promulgação (arts. 70 e 71)”.

Observação: A emenda diz respeito também ao parágrafo único do artigo 69 — *Gustavo Capanema*.

N.º 741

Ao art. 69:

Onde se lê: “a fim de se pronunciar”

Leia-se:

“para que se pronuncie”. — *Paulo Sarasate*.

N.º 87

No art. 69, parágrafo único, em vez de “será o projeto *mandado*” diga-se: “será o projeto enviado”.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 1946. — *Mario Brant*.

N.º 88

Art. 70:

Onde se diz: art. 66, diga-se: art. 65. — *Nestor Duarte*.

N.º 742

Art. 70:

Transpor o § 2.º para constituir o § 1.º e o § 1.º para constituir o § 2.º — *Costa Neto*.

N.º 743

Ao § 2.º do art. 70:

Suprima-se “que houver oposto”. — *Paulo Sarasate*.

N.º 92

Ao § 2.º do art. 70:

Onde se diz: “à Câmara onde ela se houver iniciado”, diga-se: ao Presidente do Senado”

Para coordenar as disposições com o § 3.º do mesmo art. 70.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1946. — *Nestor Duarte*.

N.º 93

Ao art. 70, § 2.º:

Substitua-se o final do primeiro período, a partir da palavra “contados”, pelo seguinte:

“...contados daquele em que o receber, e comunicará no mesmo prazo, à Câmara onde se houver iniciado o projeto, os motivos do veto”.

Justificação

A simples leitura das partes substituídas mostra a procedência da emenda. “Contados do em que o receber...” força um pouco a eufonia; por outro lado, o pronome pessoal “êle” que aparece no texto não atende à função que lhe é própria nos bons modelos de linguagem, que lhe condena o uso em referência a coisas ou seres irracionais. Daí tornarmos expresso o sujeito “projeto” para a locução verbal “se houver iniciado”, que reúne a vantagem de evitar se confunda com “prazo” a referência do pronome.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1946. — *Samuel Duarte*.

N.º 577

Ao art. 71:

Ponha-se entre vírgulas a frase — “com a votação final”. — *Clemente Mariani*.

S/N.º

Art. 72, § 1.º:

Em vez de *Tribunal*, dizer *Tribunal de Contas*. — *Gustavo Capanema*.

N.º 579

Ao art. 73, § 1.º, II.

Diga-se: “a aplicação do saldo...”

Justificação

O saldo de que cogita o inciso é, sem nenhuma dúvida, um saldo definido, o saldo orçamentário. — *Clemente Mariani*.

N.º 744

Art. 75.

Substitua-se a cláusula final pela seguinte:

“... e a abertura, sem autorização legislativa, de crédito especial”. — *Costa Netto*.

N.º 745

Art. 75, parágrafo único.

Substitua-se pelo seguinte:

“A abertura de crédito extraordinário só será admitida por necessidade urgente ou imprevista, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.” — *Costa Netto*.

N.º 95

Ao art. 76, § 1.º.

Em lugar de “depois de aprovação da escolha, diga-se “depois de aprovada a escolha”.

Justificação

Mais elegante nos parece a fórmula proposta, que evita a repetição da preposição “de”, no trecho considerado.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1946. — *Samuel Duarte*.

N.º 282

Art. 76, § 1.º.

Passar para o singular a expressão “*Tribunais Federais de Recursos*”, porque só foi criado um *Tribunal Federal de Recursos* (art. 94, II, e artigo 103).

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1946. — *Alves Palma*.

N.º 746

Emenda ao § 2.º do art. 76.

Redija-se:

“O Tribunal de Contas exercerá no que lhe diz respeito, as atribuições do art. 97 e terá quadro próprio para o seu pessoal. — *Paulo Sarasate*.”

N.º 285

Ao inciso II do art. 77, redija-se:

II — julgar previamente as contas dos responsáveis por dinheiros públicos e outros bens públicos e as dos administradores das entidades autárquicas.

Os mais conspícuos exemplares do bem falar e escrever abonam a forma proposta. De Rui, o insigne vernaculista se colhem milhares de exemplos. Na sua réplica estupenda liquida a questão. Até na oração predileta encontra o católico a inspiração: *Assim na terra como no céu*. E de Rui, este passo: Excelente companheiro, assim na boa, como na má fortuna.

No § 3.º, depois de — crédito próprio — intercale-se indispensável vírgula, para separar complementos e aclarar o próprio sentido.

No § 4.º, depois de Ao Congresso Nacional, acrescente-se vírgula, gramaticalmente necessária.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1946. — *Manoel Duarte*.
..Aceita, em parte.

N.º 585

Ao § 2.º do art. 77.

Onde se diz “será sujeito ao registro no Tribunal de Contas”, diga-se “será sujeito a registro no Tribunal de Contas.”.

Rio, 12 de setembro de 1946. — *Paulo Sarasate*.

N.º 256

No art. 79, em vez de “no caso de impedimento” diga-se “em caso de impedimento”.

Justificação

Os casos de impedimento são mais de um: doença, licença, ausência, etc.

Assembléia Constituinte, 12 de setembro de 1946. — *Mário Brant*.

S/N

Art. 79, § 2.º.

2. Parece preferível substituir a expressão *período governamental* por *período presidencial*. *Período presidencial* é a expressão consagrada pelo nosso direito constitucional, para designar o período de governo do Presidente da República. É a terminologia invariável das Constituições de 1891, de 1934 e de 1937. O adjetivo *governamental* é adequado para designar o período dos governadores. O projeto, no art. 139, n.º II, alínea a, emprega-o com este fim. — *Gustavo Capanema*.

N.º 97

Arts 80-I, 90, parágrafo único-I e 99. Acrescentar a palavra “nato” nos dois últimos artigos ou suprimi-lo no primeiro.

Justificação

A redação deve ser uniforme nos três artigos. Parece-me dispensável o adjetivo, de vez que se faz menção expressa do art. 129, I e II.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 1946. — *Daniel Faraco*.

Supressa.

N.º 288

No art. 81, em vez de “termino” diga-se “térmo.”

Assembléia Constituinte, 12 de setembro de 1946. — *Mário Brant*.

N.º 289

Art. 85, redija-se:
"O Presidente e o Vice-presidente da República não poderão ausentar-se do território nacional sem permissão do Congresso, sob pena de perda do cargo."

Justificação

Embora não se refira a palavra "nacional" depois de "Congresso" a redação é clara e parece que melhor. Assembléia Constituinte, 12 de setembro de 1946. — *Mario Brant*.

N.º 100

Ao art. 87.
Acrescentar, onde convier: "nomear os membros do Conselho Nacional de Economia."

Justificação

Consequência da aprovação da emenda n.º 1.618. (*Diário da Assembléia* n.º 149, págs. 4.699-700.)

Sala das Sessões, 12 de setembro de 1946. — *Daniel Faraco*.

N.º 295

No art. 87, VIII, em vez de "mas sem essa autorização" diga-se "ou sem essa autorização."

Assembléia Constituinte, 12 de setembro de 1946. — *Mario Brant*.

N.º 296

No art. 87, X, substitua-se "mas" por "ou". Substitua-se ainda, no mesmo inciso: "território do País" por "território nacional."

Assembléia Constituinte, 12 de setembro de 1946. — *Mario Brant*.

N.º 594

(Ao n.º XVIII do art. 87).
Onde se diz "dando-lhe conta" e "solicitando-lhes as providências", diga-se "dando conta" e "solicitando as providências." — *Paulo Sarasate*.

N.º 398

Redija-se o inciso II, do art. 89:
II — o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário ou dos poderes constitucionais dos Estados.

Se qualquer dos atentados ao livre exercício do Congresso Nacional, ao Poder Judiciário e aos poderes constitucionais dos Estados, importa crime de responsabilidade, por que aquê-
le — Assim Como?

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1946. — *Manuel Duarte*.

N.º 747

Ao § 1.º do art. 89.
Onde se diz:

"as normas do respectivos processo",

Diga-se.

"as normas do processo..." — *Costa Netto*.

S/N.º

Atr. 89, § 2.º

§ 2.º do art. 89 repete o que preceitua o § 3.º do art. 62: A única inovação está na cláusula "até cinco anos." Os dois textos podem ser reduzidos a um só. — *Gustavo Capanema*.

N.º 748

Art. 90 — N.º I
Substitutiva: em lugar de "bem como", diga: "e" — *Costa Netto*.

N.º 749

Emenda ao Art. 91, I:
Substituir "leis e decretos" por "atos." — *Costa Netto*.

N.º 750

Emenda ao Art. 91, III.
Acrescentar "regulamentos." — *Costa Netto*.

N.º 751

Emenda ao Art. 93.
Substitua-se "consoante o disposto no art. 89, por "(art. 89)." — *Paulo Sarasate*.

N.º 101

No inciso I do art. 95, suprimam-se as palavras "ou por exoneração a pedido".

Justificação

As palavras cuja supressão se propõe são absolutamente desnecessárias ao texto. Estabelecer, entre as exceções à garantia da vitaliciedade, a exoneração a pedido, é, data venia, grosseiro deslize. Garantia é proteção que se concede ao juiz contra o arbítrio do poder e não contra o exercício normal de um direito (ser ou deixar de ser juiz). Quando o juiz solicita exoneração do cargo, não fere o princípio da vitaliciedade, mas apenas usa da faculdade que é concedida a todo o cidadão, de só ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa em virtude de lei. Se se quiser sentir melhor a incoerência do texto, basta compará-lo com o inciso I do art. 129, que, dispondo sobre o mesmo assunto,

de referência aos funcionários públicos, estabelece que estes quando vitalícios, só perderão o cargo “em virtude de sentença judiciária”.

Para que houvesse coerência, deveria o legislador acrescentar, também aqui, as expressões “ou por exoneração a pedido”. Como isto é impossível e as expressões são absolutamente redundantes, a única solução é suprimí-las no art. 95.

Além do mais, “exoneração a pedido” não é perda, é renúncia.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 1946. — *Vieira de Mello*.

N.º 103

Ao inciso II do art. 95 dê-se a seguinte redação:

“II — inamovibilidade, salvo se ocorrer motivo de interesse público, reconhecido pelo voto de dois terços dos juizes efetivos do tribunal superior competente”.

Justificação

Prevalecem, aqui, as mesmas razões com que fundamentamos a emenda ao inciso I do mesmo artigo. Repetimos: as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos constituem medidas de proteção *em favor do juiz* e não contra ele. Em outras palavras: garante-se o juiz contra o que outrem lhe queira fazer e não contra aquilo que ele próprio deseja. Quando o magistrado aceita promoção ou pede remoção não fere o princípio da inamovibilidade e, portanto, nada justifica a inclusão daqueles casos entre as exceções ao princípio. Se o juiz é *inamovível*, claro está que, *contra a sua vontade*, ele só será afastado da comarca se o tribunal votar a medida por dois terços dos seus membros. E’ esta a única exceção que o texto realmente admite à regra da inamovibilidade. Porque esta é passiva e não ativa. Se o juiz quer a remoção ou a promoção, seria absurdo pretender-se que ele as não pudessem aceitar porque é inamovível. As expressões “se aceitar promoção ou remoção, que se fará a pedido” são devidamente redundantes. Chovem no molhado. Além disto, a confusão resultante daquele “promoção ou remoção, que se fará a pedido” é manifesta. Dá a idéia de que tanto uma medida como outra se podem decretar a pedido ou por votação do tribunal.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 1946. — *Vieira de Mello*.

N.º 752

Emenda ao n.º II do art. 95.

Onde se lê: “dois terços dos juizes”, leia-se: “dois terços dos membros”. — *Paulo Sarasate*.

N.º 753

Emenda ao art. 95 — § 3.º.

Onde se diz: “funções”, diga-se “atribuições”. — *Paulo Sarasate*.

N.º 105

Redija-se como se segue o § 3.º do art. 95:

A vitaliciedade não se estenderá obrigatoriamente aos juizes com funções limitadas ao preparo dos processos e à substituição de juizes julgadores, salvo após dez anos de contínuo exercício no cargo.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1946. — *Gabriel Passos*.

N.º 754

Emenda ao art. 96, n.º II.

Suprima-se: “sob qualquer pretexto”. — *Paulo Sarasate*.

N.º 306

Ao art. 96, n.º II.

Ao invés de “receber percentagens sob qualquer pretexto”, diga-se: “receber, sob qualquer pretexto, percentagens etc”.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1946. — *Mario Masagão*.

N.º 106

Redija-se como se segue o art. 97: Art. 97 — Compete aos Tribunais:

I — eleger seus Presidentes e demais órgãos de direção;

II — elaborar seus regimentos internos e organizar os serviços auxiliares, provendo-lhes os cargos na forma da lei, propor ao Poder Legislativo a criação ou supressão de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1946. — *Gabriel Passos*.

N.º 755

Ao art. 97, n.º II:

Substitua-se:

“Elaborar seus regimentos internos e organizar os serviços auxiliares, provendo-lhes os cargos na forma da lei; e bem assim, propor ao Poder Legislativo competente a criação ou a ex-

tação de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos". — *Costa Netto*.

N.º 310

Ao art. 98, depois de — *Esse número*, diga-se: *mediante* proposta ... Porque êsse participio — precedendo — usurpa o clássico *mediante*.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1946. — *Manuel Duarte*.

N.º 112

Redija-se como se segue a letra *l* do art. 101, n.º I:

— As ações rescisórias de seus acórdãos.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1946. — *Gabriel Passos*.

N.º 610

Ao art. 101, n.º I, letra *h*:

Onde se diz "o outro juiz", diga-se "outro juiz". — *Paulo Sarasate*.

N.º 612

Ao art. 101, II, letra *b*), onde se lê esta coisa desagradável ao ouvido, numa dupla aliteração de *aa* e de *tt*: "... contrato ou tratado entre estado etc", leia-se, com ligeira transposição de palavras: "... tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro etc."

Justificação

Ficará, diante da construção proposta, sem nenhuma alteração de substância, inteiramente garantida a correção oracional e rítmica do dispositivo.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1946. — *Altamirando Requião*.

N.º 615

Ao art. 101, n.º II, letra *b*), onde se lê "... sobre a validade da lei federal, em face da Constituição", leia-se: "sobre a validade *de* lei federal, em face da Constituição".

Justificação

Não deve haver preposição e artigo, nos termos da relação *validade da lei federal*. Não se trata, no caso, de uma certa lei, de uma lei federal determinada, porém de qualquer lei daquela espécie isto é, federal. Ora, se assim é, por que a determinar.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1946. — *Altamirando Requião*.

N.º 756

Ao art. 101, n.º III, *d*:

..Onde se diz: "Tribunais Judiciais", diga-se: "tribunais". — *Paulo Sarasate*.

N.º 757

Art. 104, n.º II, *a*

Substitua-se por: "as causas decididas em primeira instância, quando "a União fôr interessada como autora, ré, assistente ou oponente, exceto as de falência; ou quando se tratar de crimes..." — *Costa Netto*.

N.º 316

No art. 104, II, *b*) suprima-se "quando".

Assembléia Constituinte. — 12 de setembro de 1946. — *Mario Brant*.

N.º 621

Ainda no inciso 11 letra *b*) do artigo 104, depois de Segurança, diga-se: de segurança, se federal a autoridade apontada como coatora.

O gerúndio Sendo afeia o dispositivo e não tem boa origem vernácula naquele passo: deve, pois, ser eliminado.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 1946. — *Manoel Duarte*.

N.º 758

Artigo 105.

Redija-se:

"A lei poderá criar em diferentes regiões do país outros Tribunais Federais de Recursos, mediante proposta do próprio Tribunal e aprovação do Supremo Tribunal Federal, fixando-lhes sede e jurisdição territorial e observados os preceitos dos artigos 103 e 104". A primeira parte passará a ser parágrafo do artigo 103. — *Costa Netto*.

N.º 622

Ao § 1.º do artigo 106, depois de *E Determinará*, diga-se: *E Determinará as Condições de Acesso dos Auditores*.

Evita-se, aqui, a dispensável repetição do vocábulo *Forma*, no mesmo período.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 1946. — *Manoel Duarte*.

N.º 759

Art. 108, § 1.º

Diga-se: “para”
em lugar de “tendo em vista”. — *Costa Netto*.

N.º 760

Art. 108, § 1.º

Onde se lê: “em casos expressos na lei” diga-se: “nos casos expressos em lei”.

Onse se lê: “tendo em vista”, leia-se: “para”

Onde se lê: “ou contra as instituições militares”, leia-se: “ou as “instituições militares”. — *Costa Netto*.

N.º 626

Ao art. 109

Redija-se assim:

Art. 109 — Os órgãos da Justiça Eleitoral são os seguintes: — *Paulo Sarasate*.

N.º 318

Art. 110, I, c — Corrigir a denominação “Tribunal de Apelação” para “Tribunal de Justiça”.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 1946 — *Alves Palma*.

N.º 761

Art. 118

Diga-se: “estabelecidos no art. 95, ns. I e II”. — *Costa Netto*.

N.º 762

Art. 120.

Diga-se: “dos quais” em lugar de: “casos esses em que”. — *Costa Netto*.

N.º 763

Ao art. 121

Redija-se assim:

“Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais somente caberá recurso para o Tribunal Superior Eleitoral quando: — *Costa Netto*.”

N.º 764

Ao art. 121 n.º I

Onde se diz: “tomadas”: diga-se: “proferidas”. — *Costa Netto*.

N.º 765

Ao art. 121.

Acrescente-se:

“IV — Denegarem “habeas-corpus” ou mandado “de segurança”.

Justificação

Por equívoco, de certo, foi omitido esse item. — *Paulo Sarasate*.

N.º 632

Ao art. 122.

Redija-se assim:

Art. 122. Os órgãos da justiça de trabalhos são os seguintes: — *Paulo Sarasate*.

N.º 638

Ao art. 123, depois de *e empregadores*, — elimine-se *bem assim*, ali, desnecessário, de modo que fique:

... e empregadores, e as demais controvérsias oriundas de relações do trabalho, regidas por legislação especial.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 1946. — *Manuel Duarte*.

N.º 766

Ao art. 123, § 2.º:

Onde se diz: “possam”, diga-se “poderão”. — *Paulo Sarasate*.

N.º 767

Art. 123, § 2.º.

Diga-se: “especificará”, em lugar de: “determinará”. — *Costa Netto*.

N.º 121

Ao art. 124, V:

Substitua-se pelo seguinte:

“Na composição de qualquer tribunal, um quinto dos lugares será preenchido por advogados e membros do Ministério Público, etc.

Justificação

Diz o texto que “será reservado um quinto dos lugares *para serem preenchidos* por advogados e membros do Ministério Público, etc.” Afóra o defeito de forma, que, data venia, se nos afigura existir na linguagem, esta não exprime a idéia que o preceito pretende fixar. De todos os lugares do tribunal somente um quinto é que será preenchido por advogado e membro do Ministério Público; não se reserva esse quinto dos lugares *para serem* (os lugares) preenchidos, como está dito no texto. Daí a nossa emenda. —

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1946. — *Samuel Duarte*.

N.º 322

Ao art. 124, n.º IX.

Ao invés de “juizes inferiores”, diga-se: “juizes de inferior instância”.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1946. — *Mário Masagão*.

N.º 768

Art. 125.

Suprimam-se por desnecessárias as palavras: “instituinte, etc. até final.” — *Costa Neto*.

N.º 647

Redija-se como se segue o parágrafo único do art. 126:

Parágrafo único. A União será representada em Juízo pelos Procuradores da República, podendo a lei cometer esse encargo, nas comarcas do interior, ao Ministério Público local.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 1946. — *Gabriel Passos*.

N.º 769

Ao art. 127.

Onde se diz “nem serão removidos”, diga-se: “nem removidos”. — *Paulo Sarasate*.

N.º 124

Ao art. 128:

Substitua-se pelo seguinte:

“Nos Estados, o Ministério Público será organizado em carreira, observados os preceitos do artigo anterior e o princípio de promoção de entrada a entrada”.

Justificação

Desnecessário é dizer que nos Estados o Ministério Público será organizado pelas leis locais, pois a Constituição defere aos Estados a competência para os serviços de sua economia e interesse. A redação proposta é mais concisa.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1946. — *Samuel Duarte*.

N.º 126

Ao art. 129 n.º I:

Redija-se, no plural — “pai estrangeiros” e residindo estes” — ou “pai ou mãe”.

Justificação

Ou se elimine a referência aos pais, evidentemente superflua, ou, então, admita-se *mãe* estrangeira.

Sala das Sessões, em 10 de setembro de 1946. — *Alomar Baleeiro*.

N.º 770

Art. 129, III, última parte depois de Brasil:

“ou não o estando, se vieram residir no país. Neste caso, atingida a maioria, deverão para conservar a nacionalidade brasileira optar por ela dentro em quatro anos”. — *Costa Netto*.

N.º 654

Ao art. 129, IV:

Diga-se: “... residência no país por um ano ininterrupto,” — *Clemente Mariani*.

N.º 129

Suprima-se a palavra “estrangeiros”.

Justificação

Não nos parece acertado dizer-se que “são brasileiros os estrangeiros”. O emprego da palavra “naturalizados” é bastante, para que se saiba que se trata de estrangeiros que adquiriram a nacionalidade brasileira. E para se ver que estamos com a razão, solicitamos a atenção da douta Comissão e da Casa para o que dispõem o número III e o próprio n.º IV do artigo 129, bem como o preceito no artigo seguinte (130, n.º III).

Rio, em Assembléa Constituinte, 10 de setembro de 1946. — *Dantas Júnior*.

N.º 130

Ao art. 129, IV:

Suprima-se a palavra “estrangeiros”.

Justificação

Assim se evitará a anomalia de dizer-se que são *brasileiros* os *estrangeiros*, pois a frase ficará correta e escoimada daquela impropriedade, dizendo-se: “são brasileiros, os naturalizados...”

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1946. — *Adroaldo Costa*. — *Aureliano Leite*.

N.º 651

Ao art. 129, n.º IV, da Constituição:

Suprimir as palavras: “os estrangeiros”.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1946. — *Antonio Feliciano*.

N.º 771

Art. 132, n.º II:

Diga-se: “saibam” e não sabem”.

N.º III:

Diga-se “estejam” e não “então”.
— *Costa Netto*.

N.º 772

Art. 139, I, letra a:

Diga-se:

— “o presidente que tenha exercido o cargo, por qualquer tempo, no período imediatamente anterior —

— procedam-se às consequentes modificações. — *Costa Netto*.

N.º 330

Ao art. 139, inciso IV, depois de *nas condições*, diga-se: nas mesmas condições, em ambos, estabelecidas.

Em ambos, isto é, nos ns. 1 e 11, é o a que se refere o texto. Logo *em ambos* abrange o sentido que se tem em mira acautelar.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1946. — *Manoel Duarte*.

N.º 773

Art. 140:

Acrescentar, entre “parentes” e “ou”: “consanguíneos” depois de afins: — “vírgula (1). — *Costa Neto*.

N.º 138

Art. 140.

Requeremos destaque do início I, letra a, que deverá ter a seguinte redação:

I — Do Presidente e do Vice-Presidente da República ou do substituto que assumir a presidência:

a) para Presidente e Vice-Presidente da República:

Sala das Sessões, 12 de setembro de 1946. — *Aureliano Leite*. — *Plínio Barreto*. — *Toledo Piza*. — *Romeu Lourenção*. — *Paulo Nogueira*.

N.º 333

No § 5.º do art. 141, depois do Do Poder Público, emende-se:

Não será, porém, tolerada propaganda de guerra,

A proposta encara e busca dar solução exata à frase, pois, a adversativa — Porém — deve ficar sempre intercalada nos termos do verbo composto.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 1946. — *Manoel Duarte*.

N.º 141

No § 7.º do art. 141, substituam-se as expressões:

“desde que não” por

“excetuados os que”.

Justificação

A primeira vista, a emenda parece impertinente. Todavia, ela altera substancialmente o pensamento do legislador. Melhor dito, define o verdadeiro pensamento deste.

Consoante a redação atual, a Constituição assegura a liberdade de todos os cultos “desde que não contrariem a ordem pública e os bons costumes”. Engloba o legislador todos os cultos e admite a hipótese de que qualquer deles (o católico, o protestante, etc.) venha a se degenerar em prática atentatória da ordem e dos bons costumes. Ora, de minha parte, como católico, repilo a insinuação do texto, que não traduz fielmente o pensamento do legislador constituinte. O que este quer é *excetuar* aqueles que atentem contra a moral e os bons costumes. São os cultos indecentes, perniciosos, prejudiciais, como as formas baixas de espiritismo, etc.

A emenda — parece-nos dá ao texto o único sentido que se lhe poderia atribuir num país de formação acentuadamente cristã.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 1946. — *Vieira de Melo*.

N.º 142

Ao art. 141 § 8.º.

na parte final, redija-se:

... “ou recusar os que ela, para atender a escusa de consciência, estabelecer em substituição daqueles deveres”.

Sala das Sessões, 9 de setembro de 1946. — *Mário Masagão*.

Aceita em parte.

N.º 143

Ao art. 141, § 9.º:

Redija-se assim:

“§ 9.º — Sem constrangimento dos favorecidos, será prestada, por brasileiro nato, assistência religiosa às forças armadas, e, quando solicitada pelos interessados ou seus representantes legais também nos estabelecimentos de internação coletiva.”

Justificativa

Resulta da corporação do texto publicado e do proposto.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 1946. — *Mário Masagão*.

N.º 144

Ao art. 141, § 11:

Suprimam-se as palavras: “ou restabelecer”.

Justificativa

Restabelecer a ordem é uma das formas de a *assegurar*. Já estando este último verbo no texto, deve sair, por inútil, aquele outro.

Essa é, aliás, a forma preferida nas Constituições anteriores.

Sala das Sessões, 11 de setembro de 1946. — *Mário Masagão*.

N.º 145

Art. 141, § 16:

Ao invés de “exceptuado o caso”, diga-se: “Salvo o caso”.

Justificativa

A emenda restabelece a redação de Rui Barbosa. O grande brasileiro mostrou que a desapropriação *não é uma exceção*, mas um limite, à garantia da propriedade, pelo que se deve dizer: *Salvo*, e não “*excepto*”.

Sala das Sessões, 9 de setembro de 1946. — *Mário Masagão*.

N.º 661

Ao art. 141, § 21, redija-se assim:

“Ninguém será levado à prisão ou nela detido se, permitindo-o a lei, prestar fiança.”

Justificativa

São desnecessários as expressões finais. Basta que o dispositivo fale em fiança. Não há necessidade de que declare fiança idônea. Isto é da lei ordinária.

Além disso, entendo que devem ser excluídas estas palavras “nem poderá ser nela conservada, a não ser nos casos especificados em lei.” O assunto já está regulado pelo § 20 do art. 141.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 1946. — *Antônio Feliciano*.

N.º 662

No parágrafo 22, do artigo 141:

Substitua-se a expressão *se ela não for legal* por *se a julgar ilegal*.

Justificação

A emenda impõe-se em razão do oferecimento de maior clareza ao dispositivo, pois, como está redigido, há uma próxima dubiedade de sentido.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 1946. — *Brígido Tinoco*.

S/N

Dê-se ao § 22 do art. 141 a seguinte redação

“A prisão ou detenção de qualquer pessoa será imediatamente comunicada ao juiz competente, que a relaxará se não for legal e, nos casos previstos em lei, promoverá... etc. ... etc. ...”
— *Antenor Bogéa*.

N.º 664

Ao art. 141 § 23.

Coloque-se uma vírgula depois de “... alguém sofrer...”, ou retire-se a vírgula depois de “... ameaçado de sofrer.” — *Clemente Mariani*.

N.º 332

Ao art. 141, § 28, redija-se assim sua parte final:

“Será obrigatoriamente da sua competência o julgamento dos crimes dolosos contra a vida”.

S. S. 13 de setembro de 1946. — *Antônio Feliciano*.

N.º 666

Ao art. 141, § 28.

Acrescente-se, no período final, após a palavra “*crimes*”, o adjetivo “*dolosos*”.

É evidente que a intenção do constituinte foi deferir ao júri o julgamento dos crimes de maior gravidade; por isso, se faz, no texto, referência expressa a “*crimes contra a vida*”. Não se compreenderia, portanto, que, também, os crimes *culposos* contra a vida lhe ficassem sujeitos.

Sala das Sessões, 13-9-1946. — *Pedro Vergara*.

N.º 147

Art. 141, parágrafo 29 a lei penal regulará a individualização da pena e só retroagirá quando beneficiar o réu.

Este foi o princípio adotado pela Comissão da Constituinte e pelo plenário.

Incluir a individualização da pena entre as matérias que devem ser tratadas nas normas gerais do regime penitenciário, para assegurar-se com ela o trabalho e a educação dos sentenciados, é fulminar o princípio ado-

tado, segundo o qual, entre os direitos e as garantias individuais, se inclui a pena individualizada, isto é, própria para o delinquente e não dosada de acôrdo com o delito.

Assim restabelecida a redação do parágrafo 29, redija-se como segue o art. 5.º XV.

b) — normas gerais de direito financeiro; de seguro e previdência social; de defesa e proteção da saúde e de regime penitenciário. — *José Alkimim — Aloysio Carvalho.*

N.º 148

Art. 141 § 32

Redija-se assim:

§ 32 — Não haverá prisão civil por dívida, multa ou custas, salvo o caso do depositário infiel e o de inadimplemento de obrigação alimentar, na forma da lei.

Justificativa

O texto atual, por evidente engano, não comporta análise lógica.

S. S. 11-9-46 — *Mário Masagão.*

N.º 669

Ao art. 141, § 33

Redija-se:

Não será concedido a extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião e, em caso nenhum, a de brasileiro.

A emenda visa a expungir o texto da palavra “súditos” de ranço autoritário e usado, somente, nos países de regime monárquico. A república não conhece “súditos” e sim, nacionais ou cidadãos. Mas o melhor é usar a palavra “estrangeiro” como substantivo.

Sala das Sessões, 13-9-1946. — *Ferreira de Souza.*

N.º 346

Ao art. 141, § 33.

Substitua-se pelo seguinte:

“Não será concedida a extradição de estrangeiro, por crime político ou de opinião e, em caso algum, a de brasileiro.”

Justificação

Dispensa-se a palavra “súdito” antes de “estrangeiro” e se substitue o negativo “nenhum” pela palavra “algum”, que é a própria no caso, desde que a oração se iniciou pela negativa.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1946. — *Samuel Duarte.*

N.º 670

Ao art. 141, § 34.

Substitua-se pelo seguinte:

“Nenhum tributo será exigido ou aumentado sem lei que o determine; nenhum será cobrado em cada exercício sem prévia autorização orçamentária, ressalvados a tarifa aduaneira e o imposto lançado por motivo de guerra.”

Justificação

A emenda corrige o defeito da dupla negativa (suprimindo o “nem” antes da palavra aumentado), sugerindo melhor arranjo à construção da frase na segunda proposição coordenada.

S.S. em 11 de setembro de 1946. — *Samuel Duarte.*

N.º 150

Ao art. 141, § 36, letra d.

Redija-se a parte final assim:

“Salvo se o interesse público impedir sigilo.”

Justificativa

Diz-se a mesma coisa, com simplicidade e economia de palavras.

S.S., 11-9-46. — *Mário Masagão.*

N.º 151

No § 37 do art. 141, a palavra “concedido”, no princípio do §, deve ser substituída por “assegurado.”

A Constituição declara princípios e assegura direitos, mas não os *concede*, porque ela é o povo estabelecendo direitos para o próprio povo, não tendo, pois, o que conceder a si mesmo.

Sala das Sessões, 10-9-46. — *Guaracy Silveira.*

N.º 774

Art. 141, § 37.

Diga-se: “das sociedades de economia mista”. — *Costa Netto.*

N.º 345

Ao § 38 do art. 141, depois de Ou Dos Municípios, diga-se:

ou dos municípios, das entidades autárquicas e de economia mista. Com a redação eliminatória proposta, corta-se entrância a Bem Assim, que não deve permanecer no texto.

S.S., 13-9-46. — *Manoel Duarte.*

N.º 347

Art. 143 — Em vez de “Salvo se fôr casado com brasileira”, redigir:

“salvo se, tendo cônjuge brasileiro, tiver filho brasileiro nato.”

Sala das Sessões, 13 de setembro de 1946. — *Carlos Prestes*.

Justificativa

A emenda de que resultou a nova redação visava estender o benefício da lei à estrangeira casada com brasileiro. Por omissão, no texto constitucional, não figurou o que o plenário aprovara. A redação que apresentamos, introduzindo a expressão “cônjuge brasileiro”, atende plenamente ao caso.

Para melhor esclarecimento, consultar o “*Diário da Assembléia*” de 29 de agosto de 1946, pág. 4.422.

N.º 156

Ao art. 146:

Redija-se o início assim:

“Art. 146 — A União poderá, mediante lei especial, intervir”,... etc.

Justificativa

Compare-se com a frase inicial do art. 146, atual.

S.S., 11-946. — *Mario Masagão*.

N.º 157

Ao art. 147.

Retificar a menção do art. 142, § 16. que deve ser do art. 141, § 16.

Justificação

O engano é evidente, pois, o artigo 142 não tem parágrafos.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 1946. — *Dantel Faraco*.

N.º 158

Art. 148.

Diga-se “*Unões ou agrupamentos*”, ao invés de “*Unões em agrupamentos*.”

S.S., 11-946. — *Mario Masagão*.

N.º 775

Ao art. 150

“A lei criará estabelecimentos de crédito especializados de amparo à lavoura e à pecuária”. — *Costa Neto*.

N.º 351

Ao art. 151.

Ao invés de “explorados por concessão”, diga-se: “executados por concessão.”

Justificativa

O Serviço Público é executado, ou de forma direta, ou indireta. Não constitui objeto de “exploração” propriamente dita, nem a lei pode reconhecer semelhante exploração.

S.S. 12-9-1946. — *Mario Masagão*.

N.º 160

Requeiro destaque para a emenda de redação da parte final do parágrafo 1.º do art. 153, que deve ser assim:

Os direitos de preferência do proprietário do solo, quanto às minas e jazidas minerais, serão regulados de acordo com a natureza das mesmas.

Justificação

O art. 152 determina que “as minas e demais riquezas do subsolo, *bem como as quedas d’água*, constituem propriedade distinta da do solo, para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial.

Refere-se portanto, ao solo em que estão contidos esses bens — minas, jazidas e quedas d’água.

O art. 153 estatui que o aproveitamento industrial desses bens depende de autorização ou concessão federal.

O parágrafo 1.º desse artigo preceitua que essas autorizações ou concessões (para o aproveitamento industrial de minas, jazidas e quedas d’água, isto é, dos bens que constituem propriedade distinta da do solo, serão conferidas a brasileiros ou empresas organizadas no país, *assegurada* ao proprietário do solo *preferência* para a exploração.

Mas a parte final desse parágrafo, contém uma redação defeituosa, porque diz:

“Os direitos de preferência do proprietário do solo serão regulados de acordo com a natureza das minas e jazidas”.

Há como que uma omissão quanto ao proprietário do solo, em relação às quedas d’água, quando os artigos acima referidos se aplicam taxativamente a essas últimas, visto que, ligadas pelos mesmos dispositivos constitucionais já aprovados, como se viu. Certo é que essa parte final quer, apenas, referir-se a certas minas e jazidas minerais, como as de carvão e petróleo, e bem assim às jazidas de pouco valor e superficiais, como as pedreiras, hipóteses que a lei regulará, como tudo ficou bem claro nas discussões e votações que se procederam.

Todavia, para maior clareza do texto e melhor nexo jurídico com o que foi aprovado e é direito constitucional, a redação que proponho é a mais lógica e de melhor harmonia com os respectivos textos já definitivamente aprovados.

Requeiro ainda o direito de defender oralmente, conforme estatui o parágrafo único do art. 32 do Regimento.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1946. — *Oscar Carneiro*.

N.º 162

Ao art. 155.

Acrescentar: “salvo caso de necessidade pública”.

Justificação

Consequências de aprovação da emenda n.º 3.322.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 1946. — *Daniel Faraco*.

N.º 352

Art. 156 — Redigir assim o segundo período: “Para esse fim, terão preferência os nacionais, e dentre esses os habitantes das zonas empobrecidas e os desempregados”.

Justificativa

Redação mais clara. Além disso, a expressão “dentre esses”, acrescentada depois de “nacionais”, aclara o espírito do dispositivo que estabelece preferência para os nacionais.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1946. — *Carlos Prestes*.

N.º 354

Ao art. 156, § 1.º:

Redija-se assim:

“§ 1.º — Os Estados assegurarão concessões de terras devolutas”, que nelas tenham morada habitual, preferência para uma aquisição, até 25 hectares”.

Justificativa

Elimina-se a expressão inicial “Nas concessões de terras devolutas”, quem além de inútil é errônea, visto como “concessão” não é forma de alienação de terras. É contrato para incumbir a particular o funcionamento de algum serviço público.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 1946. — *Mario Masagão*.

N.º 356

Ao art. 156, § 2.º:

Substitua-se pelo seguinte:

“Sem prévia autorização do Senado Federal, não se fará qualquer alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dez mil hectares”.

Justificação

Evita-se, com a emenda, o emprego vicioso da dupla negativa em construção que não o comporta.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1946. — *Samuel Duarte*.

N.º 362

Ao art. 157:

Redija-se o art. 157 por esta forma:

“Art. 157 — A legislação do trabalho e da previdência social obedecerão aos seguintes preceitos, além de outros que visem a melhoria de condição dos trabalhadores:

I — Salário mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades normais do trabalhador e de sua família;

II — Proibição de diferença de salário para o mesmo trabalho por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil;

III — salário do trabalho noturno superior ao do diurno;

IV — participação obrigatória e direta do trabalhador nos lucros da empresa, nos termos e pela forma que a lei determinar;

V — duração diária do trabalho não excedente a oito horas, exceto nos casos e nas condições previstas em lei;

VI — repouso semanal com remuneração, preferentemente aos domingos e, no limite das exigências técnicas das empresas, nos feriados civis e religiosos, de acordo com a tradição local;

VII — férias anuais com remuneração;

VIII — higiene e segurança do trabalho;

IX — proibição de trabalho a menores de 14 anos; em indústrias insalubres, a mulheres e a menores de 18 anos; e de trabalho noturno, a menores de 18 anos; respeitadas, em qualquer caso, as condições estabelecidas em lei e as exceções admitidas pelo juiz competente;

X — direito da trabalhadora gestante a descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do emprego nem do salário;

XI — fixação das percentagens de empregados brasileiros nos serviços públicos dados em concessão e nos estabelecimentos de determinados ramos de comércio e indústria;

XII — estabilidade na empresa ou na exploração rural, bem como indenização ao trabalhador despedido, nos casos e nas condições que a lei estatuir;

XIII — reconhecimento das convenções coletivas de trabalho;

XIV — assistência sanitária, inclusive hospitalar e médica preventiva, ao trabalhador e à gestante;

XV — assistência aos desempregados;

XVI — previdência, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado, em favor da maternidade e contra as consequências da doença, da velhice, da invalidez e da morte;

XVII — obrigatoriedade de instituição do seguro, pelo empregador, contra acidentes do trabalho.

Parágrafo único. A legislação do trabalho e a da previdência social não admitirão distinção entre o trabalho manual ou técnico e o trabalho intelectual, nem entre os profissionais respectivos, no que concerne aos direitos, garantias e benefícios dessas legislações.

Justificação

Envolve dois aspectos a emenda de redação por mim apresentada: a redação propriamente dita do art. 157 do Projeto e a ordem de enumeração dos preceitos da legislação do trabalho e da previdência social.

1. Desde que o art. 5.º, inciso XV, em consequência de emendas oferecidas ao Projeto primitivo, trata, distintamente, do direito do trabalho — letra *a* — e de “normas gerais de seguro e previdência social” — letra *b*, não deve ser mantida, no art. 157, a expressão “legislação do trabalho”, para compreender preceitos do trabalho e da previdência social. Impõe-se outra redação, como esta: “A legislação do trabalho e da previdência social obedecerão aos seguintes preceitos, além de outros que visem a melhoria de condição dos trabalhadores...” Igual adoção reclama o parágrafo único.

Quanto a alguns incisos do mesmo art. 157, recomendam-se, também, pequenas alterações de forma.

Assim, no inciso III, parece que se deva dizer participação obrigatória e direta “nos lucros da empresa” (da-

quela empresa a que o trabalhador presta serviços), e não “nos lucros das empresas”.

No inciso IV, afigura-se exato “duração diária do trabalho não excedente a oito horas”, em lugar de “trabalho diário que não exceda oito horas”.

No inciso V, é de mister corrigir a omissão do aditivo aprovado na sessão de 29 de agosto, em virtude de parte da emenda n.º 3.252, do Sr. Afonso de Carvalho, com a redação dada pelo Sr. Hermes Lima: “e as exceções admitidas pelo juiz competente” (*Diário da Assembléia*, de n.º 143, de 31 de agosto, pág. 4.527).

No inciso IX, convém dizer “assistência sanitária, inclusive hospitalar e médica preventiva”, em vez de assistência médica preventiva, sanitária e hospitalar”. A expressão “assistência sanitária”, por ser ampla, abrange qualquer assistência referente à saúde: assistência médico-cirúrgica, fornecimento de remédios em outros meios terapêuticos, recolhimento a hospital. O propósito, dominante na elaboração do inciso, de menção explícita da assistência médica preventiva e da hospitalar, poderá ser atendido pelo modo indicado na emenda, sem o perigo de atribuir-se à “assistência sanitária” sentido restrito, que não deve ter. Por outro lado, é de aconselhar-se o destaque da última parte do inciso IX, para que o seu princípio seja especificado em separado. O direito a descanso que, diante da empresa, cabe à trabalhadora gestante, antes e depois do parto, sem prejuízo do emprego nem do salário, não se confunde com a assistência sanitária, que pode ficar a cargo da empresa ou de instituição de seguro social.

No inciso X, no objeto da previdência, convém, por uma questão de método, a referência, logo após a maternidade, à doença. Estas são duas situações de que, parcialmente, isto é, quanto à assistência sanitária, cuida o inciso IX. Daí a redação: “previdência, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado, em favor da maternidade e contra as consequências da doença, da velhice, da invalidez e da morte”. Mas, principalmente, destaco, para formar outro inciso, a parte final: “obrigatoriedade de instituição do seguro pelo empregador contra acidentes do trabalho”. Cogita-se, aqui, de risco, sujeito a regime legal especial, e que se distingue do que é objeto da previdência. Nesse mesmo ponto, introdu-

zo modificação de forma, para restaurar o texto do Projeto revisto, quando alude a “acidentes do trabalho”; expressão preferível à “acidentes no trabalho”.

No inciso XIII, suprimo as palavras “que devam ser mantidos obrigatoriamente”, posto que são dispensáveis. Dito que “devam ser mantidos”, não tem razão de ser a palavra “obrigatoriamente”. Parece mais correto: “fixação das percentagens de empregados brasileiros nos serviços públicos dados em concessão e nos estabelecimentos de determinados ramos de comércio e indústria”.

No inciso XV, substituo “trabalho noturno remunerado com salário superior ao diurno” por “salário do trabalho noturno superior ao do diurno”.

No parágrafo único do art. 157, com ligeira mudança de redação, incluiu o período final que constava do Projeto revisto: “no que concerne aos direitos, garantias e benefícios dessas legislações”.

2. Sem pretender sistematizar, com precisão, os preceitos contidos no artigo 157, que tiveram origens diversas, desde a elaboração da Constituição de 16 de junho de 1934 até ao atual Projeto de Constituição, proponho que lhes dê, na enumeração, esta ordem:

incisos I, II e III — princípios que, no tocante à fixação do salário, significam restrições à vontade das partes no contrato de trabalho: salário mínimo, proibição de diferença de salário de trabalho noturno;

inciso IV — participação do trabalhador nos lucros da empresa que se relaciona com a retribuição do trabalho;

incisos V, VI e VII — normas gerais de execução do trabalho: duração diária do trabalho, repouso semanal e nos feriados, férias anuais;

inciso VIII — o princípio de higiene e segurança do trabalho, que faz parte das normas gerais de execução do trabalho;

Incisos IX, X e XI — normas especiais do contrato de trabalho ou de sua execução: proibição de trabalho, de menores e de mulheres, em determinados casos; direito da trabalhadora gestante a descanso especial; fixação da proporcionalidade de trabalhadores brasileiros;

inciso XII — princípios que dizem respeito à extinção do contrato de

trabalho, obstando ou restringindo essa extinção; estabilidade e indenização de despedida;

inciso XIII — reconhecimento da convenção coletiva de trabalho;

incisos XIV, XV e XVI — normas gerais sobre assistência e previdência: assistência sanitária, assistência aos desempregados, previdência;

inciso XVII — o princípio do seguro, pelo empregador, contra acidentes do trabalho, matéria que, embora distinta da assistência e previdência, com elas tem afinidade.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 1946. — *Eloy Rocha*.

N.º 167

Ao art. 157, VII

Substitua-se o expressão “com remuneração” pela palavra “remuneradas”.

Justificação

Redação mais concisa e eufônica.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1946. — *Samuel Duarte*.

N.º 682

Ao art. 159.

Diga-se: “... sendo reguladas por lei a forma de sua constituição, a sua representação legal nos contratos coletivos de trabalho etc.” — *Clemente Mariani*.

N.º 365

Ao art. 160

Ao invés de “sociedades anônimas que são proprietárias”, diga-se: “sociedades anônimas proprietárias”.

Justificativa

E’ preciso evitar a interpretação que o texto não se aplicará às sociedades anônimas que venham a ser proprietárias de jornais no futuro.

Eliminando-se as palavras “que são”, aliás perfeitamente inúteis, consegue-se esse objetivo.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 1946. — *Mário Masagão*.

N.º 366

Ao art. 181, depois Das Profissões Liberais, diga-se:

Art. 161. A lei regulará o exercício das profissões liberais e a revalidação de diploma expedido por estabelecimento estrangeiro de ensino.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 1946. — *Manuel Duarte*.

N.º 171

Ao art. 162:

Substitua-se as palavras “às exigências e condições determinadas pelo interesse nacional”, pelas seguintes: “às exigências do interesse nacional”.

Justificação

Condensa-se a parte final do preceito em expressão mais concisa, pois as “condições” estão contidas nas “exigências”.

Sala das Sessões ... de setembro de 1946. — *Samuel Duarte*.

N.º 366-A

Ao Parágrafo único do art. 162, depois de Serviços, diga-se:

... serviços e os coordenará com de naturalização ...

Ambas as correções visam, ainda, retirar entrância a *bem como*.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 1946. — *Manuel Duarte*.

N.º 367

Ao art. 162 — Parágrafo único.

Redija-se assim:

Parágrafo único — Caberá a um órgão federal orientar esses serviços e coordená-los com os de naturalização e de colonização, aproveitando nacionais”.

Justificativa

Evitam-se inconvenientes da redação, inclusive o galicismo “um mesmo órgão”.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 1946. — *Mário Masagão*.

N.º 776

Art. 163 § 1.º

Diga-se:

“observados os impedimentos e as prescrições da lei ...” — *Costa Neto*.

N.º 777

Art. 163, § 1.º, in fine

Diga-se “registro Público” — *Costa Neto*.

N.º 178

Ao art. 163, § 2.º

Onde se lê: “no-registro civil”,

diga-se: “no registro público”.

Onde se lê: “perante as autoridades civis”,

Leia-se: “perante a autoridade competente”. — *Paulo Sarasate*.

N.º 173

Ao art. 164:

Em lugar de: *à maternidade e a infância*; diga-se: *à maternidade, à infância e à adolescência*.

Justificação

A emenda em apêço reproduz com exatidão a matéria que foi votada pelo Plenário quando aprovou a primeira parte da emenda n.º 133, ao art. 163 do projeto revisto cujo destaque foi por mim requerido. Essa emenda não era de caráter substitutivo. No discurso que proferi, ao encaminhar a votação do destaque, disse o seguinte, conforme se lê no *Diário da Assembléia* de 2 do corrente às páginas 4.580:

“Porque motivo não cercar também das garantias constitucionais o plano, eminentemente nacional, como disse, de proteção à maternidade, à infância e à adolescência, etc.”

E pouco adiante:

“... o que peço é que seja aprovada a emenda para ser incluída no texto do art. 163 do Projeto revisto com a redação que posteriormente lhe fôr dada”.

Falando pela Comissão da Constituição, o ilustre constituinte Sr. Paulo Sarasate, assim se expressou:

“Nestas condições, a Comissão concorda com a primeira parte, que declara o seguinte:

“E” obrigatório, em todo o território nacional, o amparo à maternidade e à infância”.

— para que a Comissão de Redação, em atenção ao art. 163, dê ao assunto a redação mais conveniente.

O art. 163, reza:

“A lei assegurará assistência a maternidade, à infância e a adolescência, e amparará as famílias de prole numerosa”.

Da combinação dos dois textos, temos finalmente o melhor dispositivo’.

Como vimos o voto da Assembléa nada de essencial suprimiu do texto do art. 163 do projeto revisto.

Modificou-lhe, sim, a redação quando preferiu a fórmula imperativa e explícita da emenda que aprovou.

Consequentemente a palavra *adolescência* deve ser mantida no art. 164 da Constituição.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1946. — *Leão Sampaio*.

N.º 174

Ao artigo 164.

Redigir assim a frase inicial:

“E’ obrigatória, em todo o território nacional, a assistência à maternidade, à infância e à *adolescência*”.

Justificação

Restauração do vencido (artigo 163 do Projeto Revisto).

Sala das Sessões, 12 de setembro de 1946. — *Daniel Faraco*.

N.º 371

Art. 164. Redigir assim: “E’ obrigatória, em todo o território nacional, a assistência à maternidade, à infância e à adolescência. A lei instituirá, etc...”.

Justificativa

A palavra “adolescência” figurava no artigo correspondente do Projeto Revisto. Tendo sido suprimida sem razão no texto constitucional, achamos útil incluí-la.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1946. — *Carlos Prestes*.

N.º 690

Ao art. 168, V.

Redija-se:

“o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, e de matrícula facultativa e será ministrado de acôrdo com a confissão religiosa...” (o resto como está, suprimindo-se a segunda parte.

Justificação

Não se justifica a segunda parte do período. Por que não tudo num só período? Por que a deselegância da repetição “o ensino religioso”? A redação do projeto, neste particular, era superior.

Em 13 de setembro de 1946. — *J. Ferreira de Sousa*.

N.º 779

Ao art. 170.

Onde se lê: “ainda o de cada Território”, leia-se: “o dos Territórios”. — *Costa Neto*.

N.º 780

Art. 171.

Redija-se:

Art. 171 — Os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino.

Parágrafo único — Para o desenvolvimento desses sistemas, a União cooperará com auxílio pecuniário, o qual, em relação ao ensino primário, provirá do respectivo Fundo Nacional. — *Paulo Sarasate*.

N.º 781

(Ao Parágrafo único do art. 174).

Onde -se diz: “Novamente”, diga-se: “de preferência”. — *Paulo Sarasate*.

N.º 378

Ao art. 177, depois de *constitucionais*, elimine-se *bem como*, desnecessário, pois nada exprime. Ou:

Art. 177 — Destinam-se as Forças armadas a defender a Pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 1946. — *Manoel Duarte*.

N.º 782

Art. 179, caput

Em lugar de “destinados a...” escrevase: “incumbidos de prepará-las para a mobilização e as operações militares”. — *Costa Neto*.

S/N.

Redação proposta para o § 1.º do artigo 180: “A lei especificará as zonas indispensáveis à defesa nacional, regulará sua utilização e assegurará,

nas indústrias nelas situadas, a predominância de capitais e trabalhadores brasileiros”. — *Antenor Borgéa*.

N.º 783

Emenda ao artigo 181, § 2.º.

Onde se lê: “mediante”, leia-se: “na sua”. Suprima-se “que lhes deva ser prestada”. — *Paulo Sarasate*.

N.º 695

Redija-se assim o parágrafo 3.º do artigo 181 do Projeto Definitivo: — “Nenhum brasileiro poderá, a partir da idade inicial para a prestação do serviço militar, exercer função pública ou ocupar emprego em instituição autárquica, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, sem a prova de alistamento, de ser reservista ou de isenção, na forma da lei”.

Justificação

A emenda acima não altera o vencido, tendo, ainda, a vantagem de simplificar o texto, de acordo com as necessidades da defesa nacional. O que a Comissão quiz — aceito, aliás, pela Egrégia Assembléia, conforme consta do “Diário da Assembléia”, por ser emenda de redação — foi resguardar o superior interesse do serviço militar, desde a idade inicial para a prestação desse serviço.

E’ evidente que essa idade pode variar, segundo os imperativos da guerra, na sua evolução pelos tempos, e daí a razão fundamental de atribuí-la ao legislador ordinário. A recente “Lei de Serviço Militar”, estudada por técnicos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, mantém, por outro lado, convenientemente, as garantias dos cidadãos (artigos 4 a 10), com os três principais casos de alistamento, de reservistas e de isenção. A guerra moderna e a do futuro produzirá surpresas: seria, pois um, erro fixar, rigidamente, a idade, no texto constitucional.

Rio, 12 de setembro de 1946. — *Silvestre Péricles*.

N.º 696

Redija-se assim o parágrafo 4.º do artigo 181 do Projeto Definitivo: “Para favorecer o cumprimento das obrigações militares, são permitidos os tiros de guerra e outros órgãos de formação de reservistas”.

Justificação

A emenda acima fica inteiramente de acordo com o vencido, à vista dos debates na Egrégia Assembléia, que autorizou a redação do dispositivo, harmonizando o Projeto Primitivo com o Projeto Revisto. Acresce que seria um erro conservar a expressão — *escolas de instrução militar*, porque, no caso, não traduz a idéia contida no texto.

Conforme se verifica da recente “Lei do Serviço Militar”, os tiros de guerra são completados por outros órgãos de formação de reservistas (artigo 39). Na terminologia militar é coisa muito diferente o que indica a citada expressão — *escolas de instrução militar*. Há, pois, perfeito cabimento na emenda ora apresentada, para que não surja contradição.

Rio, 12 de setembro de 1946. — *Silvestre Péricles*.

N.º 379

Redija-se o artigo 182:

Art. 182 — As patentes, com as vantagens, regalias e prerrogativas a elas inerentes, são garantidas em toda a plenitude, assim aos oficiais da ativa e da reserva, como aos reformados.

Este, o único emprego de *assim como*, aconselhado pelos clássicos e mestres do idioma.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1946. — *Manuel Duarte*.

N.º 380

Redija-se o § 1.º do art. 182:

§ 1.º. Os títulos, postos e uniformes militares são privativos do militar da ativa, da reserva e do reformado.

O dispositivo regulamentar que a Constituição vai abrigar, deve ser escrito como se propõe, porque não há necessidade naquêlê *senão também*.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 1946. — *Manuel Duarte*.

S/n

No § 2.º do art. 182, substituir, na parte final, *tempo de guerra, quer externa, quer civil por tempo de guerra externa ou civil*. — *Antenor Bogéa*.

N.º 784

Art. 182, § 3.º:

Diga-se no princípio:

“O militar em atividade que aceitar...” — *Costa Neto*.

O art. 163, reza:

“A lei assegurará assistência a maternidade, à infância e a adolescência, e amparará as famílias de prole numerosa”.

Da combinação dos dois textos, teremos finalmente o melhor dispositivo’.

Como vimos o voto da Assembléia nada de essencial suprimiu do texto do art. 163 do projeto revisto.

Modificou-lhe, sim, a redação quando preferiu a fórmula imperativa e explícita da emenda que aprovou.

Consequentemente a palavra *adolescência* deve ser mantida no art. 164 da Constituição.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 1946. — *Leão Sampaio*.

N.º 174

Ao artigo 164.

Redigir assim a frase inicial:

“E’ obrigatória, em todo o território nacional, a assistência à maternidade, à infância e à *adolescência*”.

Justificação

Restauração do vencido (artigo 163 do Projeto Revisto).

Sala das Sessões, 12 de setembro de 1946. — *Daniel Faraco*.

N.º 371

Art. 164. Redigir assim: “E’ obrigatória, em todo o território nacional, a assistência à maternidade, à infância e à adolescência. A lei instituirá, etc...”.

Justificativa

A palavra “adolescência” figurava no artigo correspondente do Projeto Revisto. Tendo sido suprimida sem razão no texto constitucional, achamos útil incluí-la.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1946. — *Carlos Prestes*.

N.º 690

Ao art. 168, V.

Redija-se:

“o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, e de matrícula facultativa e será ministrado de acôrdo com a confissão religiosa...” (o resto como está, suprimindo-se a segunda parte.

Justificação

Não se justifica a segunda parte do período. Por que não tudo num só período? Por que a deselegância da repetição “o ensino religioso”? A redação do projeto, neste particular, era superior.

Em 13 de setembro de 1946. — *J. Ferreira de Sousa*.

N.º 779

Ao art. 170.

Onde se lê: “ainda o de cada Território”, leia-se: “o dos Territórios”. — *Costa Neto*.

N.º 780

Art. 171.

Redija-se:

Art. 171 — Os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino.

Parágrafo único — Para o desenvolvimento desses sistemas, a União cooperará com auxílio pecuniário, o qual, em relação ao ensino primário, provirá do respectivo Fundo Nacional. — *Paulo Sarasate*.

N.º 781

(Ao Parágrafo único do art. 174).

Onde -se diz: “Novamente”, diga-se: “de preferência”. — *Paulo Sarasate*.

N.º 378

Ao art. 177, depois de *constitucionais*, elimine-se *bem como*, desnecessário, pois nada exprime. Ou:

Art. 177 — Destinam-se as Forças armadas a defender a Pátria e garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 1946. — *Manoel Duarte*.

N.º 782

Art. 179, caput

Em lugar de “destinados a...” escrevase: “incumbidos de prepará-las para a mobilização e as operações militares”. — *Costa Neto*.

S/N.

Redação proposta para o § 1.º do artigo 180: “A lei especificará as zonas indispensáveis à defesa nacional, regulará sua utilização e assegurará,

nas indústrias nelas situadas, a predominância de capitais e trabalhadores brasileiros”. — *Antenor Borgéa*.

N.º 783

Emenda ao artigo 181, § 2.º.

Onde se lê: “mediante”, leia-se: “na sua”. Suprima-se “que lhes deva ser prestada”. — *Paulo Sarasate*.

N.º 695

Redija-se assim o parágrafo 3.º do artigo 181 do Projeto Definitivo: — “Nenhum brasileiro poderá, a partir da idade inicial para a prestação do serviço militar, exercer função pública ou ocupar emprego em instituição autárquica, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, sem a prova de alistamento, de ser reservista ou de isenção, na forma da lei”.

Justificação

A emenda acima não altera o vencido, tendo, ainda, a vantagem de simplificar o texto, de acordo com as necessidades da defesa nacional. O que a Comissão quiz — aceito, aliás, pela Egrégia Assembléia, conforme consta do “Diário da Assembléia”, por ser emenda de redação — foi resguardar o superior interesse do serviço militar, desde a idade inicial para a prestação desse serviço.

E’ evidente que essa idade pode variar, segundo os imperativos da guerra, na sua evolução pelos tempos, e daí a razão fundamental de atribuí-la ao legislador ordinário. A recente “Lei de Serviço Militar”, estudada por técnicos do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, mantém, por outro lado, convenientemente, as garantias dos cidadãos (artigos 4 a 10), com os três principais casos de alistamento, de reservistas e de isenção. A guerra moderna e a do futuro produzirá surpresas: seria, pois um, erro fixar, rigidamente, a idade, no texto constitucional.

Rio, 12 de setembro de 1946. — *Silvestre Péricles*.

N.º 696

Redija-se assim o parágrafo 4.º do artigo 181 do Projeto Definitivo: “Para favorecer o cumprimento das obrigações militares, são permitidos os tiros de guerra e outros órgãos de formação de reservistas”.

Justificação

A emenda acima fica inteiramente de acordo com o vencido, à vista dos debates na Egrégia Assembléia, que autorizou a redação do dispositivo, harmonizando o Projeto Primitivo com o Projeto Revisto. Acresce que seria um erro conservar a expressão — *escolas de instrução militar*, porque, no caso, não traduz a idéia contida no texto.

Conforme se verifica da recente “Lei do Serviço Militar”, os tiros de guerra são completados por outros órgãos de formação de reservistas (artigo 39). Na terminologia militar é coisa muito diferente o que indica a citada expressão — *escolas de instrução militar*. Há, pois, perfeito cabimento na emenda ora apresentada, para que não surja contradição.

Rio, 12 de setembro de 1946. — *Silvestre Péricles*.

N.º 379

Redija-se o artigo 182:

Art. 182 — As patentes, com as vantagens, regalias e prerrogativas a elas inerentes, são garantidas em toda a plenitude, assim aos oficiais da ativa e da reserva, como aos reformados. Este, o único emprego de *assim como*, aconselhado pelos clássicos e mestres do idioma.

Sala das Sessões, em 13 de setembro de 1946. — *Manuel Duarte*.

N.º 380

Redija-se o § 1.º do art. 182:

§ 1.º. Os títulos, postos e uniformes militares são privativos do militar da ativa, da reserva e do reformado.

O dispositivo regulamentar que a Constituição vai abrigar, deve ser escrito como se propõe, porque não há necessidade naquêlê *senão também*.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 1946. — *Manuel Duarte*.

S/n

No § 2.º do art. 182, substituir, na parte final, *tempo de guerra, quer externa, quer civil por tempo de guerra externa ou civil*. — *Antenor Bogéa*.

N.º 784

Art. 182, § 3.º:

Diga-se no princípio:

“O militar em atividade que aceitar...” — *Costa Neto*.

N.º 697

Art. 182.

§ 4.º Redija-se assim:

O militar em atividade que aceitar cargo público temporário, eletivo ou não, será agregado ao respectivo quadro e somente poderá ser promovido por antiguidade, contando-se-lhe tempo de serviço para efeito de transferência para a reserva ou reforma. Depois de oito anos, de afastamento, contínuos ou não, será transferido, na forma da lei, para a reserva, sem prejuízo da contagem de tempo para a reforma.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 1946. — *Abelardo Mata*. — *Góis Monteiro*. — *Brochado da Rocha*. — *Silvestre Péricles*.

N.º 175

Ao art. 182, § 5.º:

Substitua-se pelo seguinte:

“Enquanto perceber remuneração de cargo permanente ou temporário, não terá direito o militar aos proventos do seu posto, quer esteja em atividade, na reserva ou reformado”.

Justificação

Deve ser modificada a redação do dispositivo, que contém a repetição, cinco vezes, da disjuntiva “ou”. Não diremos que seja a melhor a da emenda; parece-nos todavia preferível à do texto, pela concisão. A mesma idéia vai reproduzida em termos mais breves. Onde se diz: “subsídio ou os vencimentos” se fala, na emenda, em “remuneração”, termo genérico que abrange todo estipêndio pago a quem trabalha, a serviço do Estado ou dos particulares. Desnecessário é acrescentar à palavra “temporário”, como faz o texto, a locução “que exercer”, sabido que ninguém percebe salário de cargo que não exercer.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1946. — *Samuel Duarte*.

N.º 785

Ao art. 182, § 6.º:

Redija-se:

“Aos militares se aplica o disposto nos artigos 192 e 193”. — *Paulo Sara-sate*.

N.º 700

Ao art. 185

Diga-se — “... com outro técnico ou científico ...”, em vez de — “... como outro.” — *Clemente Mariani*.

N.º 181

Ao art. 188, parágrafo único:

Em vez de “As garantias estabelecidas neste artigo ...”, diga-se “O disposto neste artigo”.

Justificativa

Não se trata de *garantias*, mas de uma disposição que assegura *estabilidade*.

A estabilidade é *direito*, e não *garantia*. A garantia seria, por exemplo, o mandado de segurança, para proteger a estabilidade.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 1946. — *Mario Masagão*.

N.º 707

Ao art. 189, parágrafo único, *in fine*

Diga-se: “... vencimentos compatíveis com o que ocupava”, em vez de “ocupara”. — *Clemente Mariani*.

N.º 182

Ao art. 189 n.º II:

Redija-se assim:

“II — quando estáveis, no caso do número anterior, no de se extinguir o cargo, ou no de serem demitidos mediante processo administrativo em que se lhes tenha assegurada ampla defesa.”

Justificativa

A redação proposta apenas simplifica o enunciado, e corrige o erro de se dizer que ao funcionário se facultará “a mais ampla” defesa. A defesa será ampla, mas não *a mais ampla* de todas”.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 1946. — *Mario Masagão*.

N.º 708

Do art. 189, II.

Coloque-se uma vírgula depois de “processo administrativo”. — *Clemente Mariani*.

N.º 710

Redija-se assim o artigo 190:

“Invalidada, por sentença, a demissão de qualquer funcionário, será êle reintegrado, e quem lhe houver ocupado o lugar será exonerado de plano ou reconduzido ao cargo anterior, mas sem direito a indenização.”

Justificação

O adjunto adverbial *por sentença* deve aparecer entre vírgulas por estar intercalado.

O pronome relativo *quem* é preferível a *o que* por referir-se a pessoa. A substituição do ponto por vírgula, depois de *reintegrado*, dá unidade ao artigo.

Também é preferível o termo *exonerado* a *destituído*, pois é uso comum empregar-se aquêle para cargos e êste para funções gratificadas. É o que consagra o Estatuto dos Funcionários.

Sala de Sessões, 13 de setembro de 1946. — *Brígido Tinoco*.

N.º 711

Ao § 1.º do art. 191

Redija-se assim:

§ 1.º Será aposentado, se o requerer, o funcionário que contar mais de 35 anos de serviço.

Justificação

A redação proposta atende melhor, pois não deixa margem a dúvidas, ao que foi votado pela Assembléia *Diário da Assembléia* n.º 146, páginas 4.614 a 4.615). — *Paulo Saraute*.

N.º 183

Ao art. 191, § 2.º

Redija-se assim:

§ 2.º Os vencimentos da aposentadoria serão integrais se o funcionário contar 30 anos de serviço; e proporcionais, se contar tempo menor.”

Justificativa

Compare-se o texto publicado com o que ora se propõe.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 1946. — *Mario Masagão*.

N.º 184

Ao art. 192:

Redija-se assim:

“Art. 192. Para efeitos de disponibilidade e aposentadoria, computar-se-á integralmente o tempo de serviço federal, estadual ou municipal que o funcionário haja prestado.”

Justificativa

A contagem do tempo não se faz “para fins” de disponibilidade, ou de aposentadoria, mas para certos efeitos delas, entre os quais o da fixação de proventos.

O resto da redação proposta tende a dar maior clareza ao pensamento que inspirou o texto.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 1946. — *Mario Masagão*.

N.º 185

Ao art. 193:

Redija-se assim:

“Art. 193 — Os proventos da inatividade serão revistos sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, se modificarem os vencimentos dos funcionários em atividade.”

Justificativa

O texto publicado é de técnica muito defeituosa. Basta dizer que fala em “pensão” de inativos, quando a pensão é paga depois do falecimento dos funcionários, aos seus herdeiros.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 1946. — *Mario Masagão*.

N.º 188

Ao art. 194:

Ao invés de “que os seus funcionários, como tais, causem a terceiros”, diga-se: “que os seus funcionários, *nessa* qualidade, causem a terceiros.”

Justificativa

A expressão “funcionários que, *nessa* qualidade”, é a de Rui, e tem sido invariavelmente usada nas leis sobre responsabilidade civil do Estado, inclusive o art. 15, Parte Geral, do C. Civil.

As palavras “como tais” representam uma inovação infeliz.

Sala das Sessões, 10 de setembro de 1946. — *Mario Masagão*.

N.º 786

Art. 195, parágrafo único:

Diga-se:

“Os Estados e municípios podem ter símbolos próprios”. — *Paulo Sarasate*.

N.º 716

Ao art. 199, parágrafo único:

Diga-se: “... três por cento de suas rendas”, em vez de “quatro”.

Justificação

Havendo sido reduzida de quatro para três a contribuição da União (art. 199) deveria ter sido modificada na mesma proporção a dos Estados, Territórios e Municípios. — *Clemente Mariani*.

N.º 191

Propomos que a redação do parágrafo único do art. 199 das “Disposições Gerais” seja assim redigida:

“Parágrafo único — Os Estados e Territórios compreendidos naquela região, bem como os seus respectivos municípios, aplicarão para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias”. Os recursos de que trata este parágrafo serão aplicados pelo Governo Federal”.

Sala das Sessões da Assembléia Nacional Constituinte, 9 de setembro de 1946 — *João Botelho*. — *Magalhães Barata*. — *Nelson Parijós*. — *Alvaro Adolfo*. — *Duarte d'Oliveira*. — *Rocha Ribas*. — *Lameira Bittencourt*. — *Amaral Peixoto*. — *Alvaro Maia*. — *Waldemar Pedrosa*. — *Leopoldo Péres*. — *Paulo Fernandes*. — *Brígido Tinoco*. — *Aluisio de Carvalho*. — *Clodomir Cardoso*. — *Odilon Soares*. — *Crepory Franco*.

N.º 391

Redija-se o art. 203:

“Art. 203. Nenhum imposto gravará diretamente os direitos de autor, nem a remuneração de professores e jornalistas”.

Autoral é galicismo que não teve ingresso no Código Civil e mereceu

erudita impugnação do grande Rul. Mantenhâmo-lo afastado da chance-la oficial, de nossa Constituição.

Para mais disso, a forma assente apresenta os requisitos a clareza e exprime quanto deseja o legislador constituinte.

Sala das Sessões, 13 de setembro de 1946. — *Manoel Duarte*.

N.º 192

Ao art. 205.

Redigir assim:

Art. 205. E' instituido o Conselho Nacional de Economia, cuja organização será regulada em lei.

§ 1.º Os seus membros serão nomeados pelo Presidente da República, com prévia aprovação do Senado Federal, dentre cidadãos de notória competência em assuntos econômicos.

§ 2.º Incumbe ao Conselho estudar a vida econômica do País, sugerindo as medidas necessárias e mantê-la em ordem e promover-lhe o progresso.

Justificação

A redação final:

a) omitiu o preceito da aprovação pelo Senado Federal (Diário da Assembléia n.º 149, página 4.699-700);

b) incluiu, no § 1.º, a locução “servirão por quatro anos e poderão ser reconduzidos” que foi retirada quando da votação; (idem);

c) incluiu, no § 2.º, o conteúdo do pelo Senado Federal (Diário da Assembléia n.º 149, página 4.699-700); artigo 2.º da emenda n.º 1.618, o qual foi igualmente retirado (idem).

Sala das Sessões, 12 de setembro de 1946. — *Daniel Faraco*.

N.º 787

Ao art. 206.

Onde se diz: “nos seguintes casos” diga-se: “nos casos”. — *Paulo Sarasate*.

N.º 720

Ao art. 207.

Coloque-se entre vírgulas a expressão — “fora das zonas de operação”. — *Clemente Mariani*.

N.º 399

Ao art. 209 letra b.

Substitua-se a palavra “prédio” pela palavra “edifício”.

Justificativa

“Prédio”, em Direito, significa tanto *casa* como *terreno*. E’ nesse sentido, clássico e pacífico, que as nossas leis, inclusive o Código Civil, usam a expressão.

O intuito do dispositivo é o de que os detentos fiquem dentro de casas não destinadas a réus comuns; mas não se visa permitir que fiquem em terrenos, isto é, campos de concentração.

Diga-se, pois, “edifício”.

Sala das sessões em 13 de setembro de 1946. — *Mario Masagão*.

N.º 722

No art. 210 diga-se: “... não poderá ser decretado por mais de 30 dias, nem prorrogado” etc.

Justificação

A repetição de “poderá” do texto é inútil.

Assembléia Constituinte, 13 de setembro de 1946. — *Mario Brant*.

N.º 723

Ao art. 211.

Diga-se: “Quando o estado de sítio fôr decretado pelo Presidente da República, êste, logo que se reunir o Congresso Nacional, lhe relatará, em mensagem especial, os motivos determinantes da decretação e justificará as medidas *adotadas*. O Congresso Nacional etc.” — *Clemente Maria-ni*.

N.º 406

Art. 213.

Êste artigo deve ser colocado depois do de n.º 215 atual, corrigida a numeração e remissão.

Sala das Sessões, 12 de setembro de 1946. — *Mario Masagão*.

N.º 788

Art. 216.

Diga-se:

“Será respeitada aos servícolas a posse das terras onde se acham permanentemente localizados, com a condição de não as transferirem”. — *Costa Neto*.

N.º 789

Seção VI:

Onde se diz: “Da elaboração dos orçamentos”, diga-se: “Do orçamento”. — *Costa Netto*.

179.^a Sessão, em 17 de Setembro de 1946

Presidência do Senhor Melo Viana, Presidente

As 9 horas e 15 minutos, comparecem os Senhores

Partido Social Democrático

Acre:

Castelo Branco.
Hugo Carneiro.

Amazonas:

Alvaro Maia.
Valdemar Pedrosa.
Pereira da Silva.
Cosme Ferreira.

Pará:

Magalhães Barata.
Alvaro Adolfo.
Duarte do Oliveira.
Lameira Buttencorurt.
Carlos Nogueira.
Nelson Parijós.
João Botelho.
Rocha Ribas.

Maranhão:

Clodomir Cardoso.
Grepori Franco.
Luís Carvalho.
Afonso Matos.

Piauí:

Sigrefedo Pacheco.

Ceará:

Frota Gentil.
Osvaldo Barbosa.

Rio Grande do Norte:

Georgino Avelino.
Dioclécio Duarte.
José Varela.
Valfredo Gurgel.
Mota Neto.

Paraíba:

Janduí Carneiro.
Samuel Duarte.
José Jofili.

Pernambuco:

Novais Filho.
Etelvino Lins.
Agamemnon Magalhães.
Jarbas Maranhão.
Gercino Pontes.
Oscar Carneiro.
Osvaldo Lima.
Costa Pôrto.
Pessoa Guerra.

Alagoas:

Góes Monteiro.
Silvestre Péricles.
Medeiros Neto.
Lauro Montenegro.
José Maria.
Antônio Mafra.

Sergipe:

Leite Neto.
Graco Cardoso.

Bahia:

Pinto Aleixo.
Lauro de Freitas.
Aloísio de Castro.
Regis Pacheco.
Vieira de Melo.
Altamirando Requião.
Eunápio de Queiroz.
Fróes da Mota.
Aristides Milton.

Espírito Santo:

Atilio Vivaqua.
Ari Viana.
Carlos Lindemberg.
Eurico Sales.
Vieira de Rezende.
Asdrubal Soares.

Distrito Federal:

Jonas Correia.
José Romero.

Rio de Janeiro:

Alfredo Neves.
Amaral Peixoto.
Carlos Pinto.
Heitor Collet.
Bastos Tavares.
Acurcio Torres.
Brígido Tinoco.
Miguel Couto.

Minas Gerais:

Levindo Coelho.
Melo Viana.
Benedito Valadares.
Juscelino Kubitschek.
Pedro Dutra.
Bias Fortes.
Duque de Mesquita.
Israel Pinheiro.
João Henrique.
Wellington Brandão.
José Alkmim.
Augusto Viegas.
Gustavo Capanema.
Ceiso Machado.
Olinto Fonseca.
Lair Tostes.
Milton Prates.

São Paulo:

Antônio Feliciano.
Costa Neto.
Sílvio de Campos.
José Armando.
João Abdala.
Sampaio Vidal.
Alves Palma.
Honorio Monteiro.
Machado Coelho.

Goiás:

Pedro Ludovico.
Dario Cardoso.
Diogenes Godói.
Galeno Paranhos.
Guilherme Xavier.

Mato Grosso:

Ponce de Arruda.
Martiniano Araújo.

Paraná:

Roberto Glasser.
Fernando Flores.
Lauro Lopes.
João Aguiar.
Aramis Ataíde.
Gomi Júnior.

Santa Catarina:

Nereu Ramos.
Ivo d'Aquino.

Aderbal Silva.
Otacílio Costa.
Orlando Brasil.
Roberto Grossembacher.
Rogério Vieira.
Hans Jordan.

Rio Grande do Sul:

Ernesto Dorneles.
Gaston Englert.
Adroaldo Costa.
Brochado da Rocha.
Elói Rocha.
Daniel Faraco.
Manuel Duarte.
Sousa Costa.
Bittencourt Azambuja.
Glicério Alves.
Mércio Teixeira.
Pedro Vergara.
Herofilo Azambuja.
Bayard Lima.

União Democrática Nacional

Amazonas:

Severiano Nunes.

Pará:

Agostinho Monteiro.
Epílogo Campos.

Maranhão:

Antenor Bogéa.

Plauí:

José Cândido.
Adelmar Rocha.

Ceará:

Plínio Pompeu.
Fernandes Távora.
Paulo Sarasate.
Gentil Barreira.
Egberto Rodrigues.
Fernandes Teles.
José de Borba.
Leão Sampaio.
Alencar Araripe.
Edgar de Arruda.

Rio Grande do Norte:

Ferreira de Sousa.
José Augusto.
Aluísio Alves.
Vergnlaud Wanderley.
Argemiro Figueiredo.
João Agripino.
Plínio Lemos.
Ernani Nóbrega.
Osmar Aquino.

Pernambuco:

Alde Sampaio.
João Cleofas.
Gilberto Freire.

Alagoas:

Freitas Cavalcanti.
Mario Gomes.
Rui Palmeira.

Sergipe:

Valter Franco.
Leandro Maciel.
Heribaldo Vieira.

Bahia:

Aloísio de Carvalho.
Juraci Magalhães.
Otavio Mangabeira.
Manuel Novaes.
Luís Viana.
Clemente Mariani.
Dantas Júnior.
Rafael Cincurá.
Nestor Duarte.
Allomar Baleeiro.
João Mendes.
Alberico Fraga.
Rui Santos.

Espírito Santo:

Luís Cláudio.

Distrito Federal:

Hamilton Nogueira.
Euclides Figueiredo.
Jurandir Pires.

Rio de Janeiro:

Prado Kelly.
Romão Júnior.
José Leomil.
Soares Filho.

Minas Gerais:

Monteiro de Castro.
Magalhães Pinto.
Gabriel Passos.
Licurgo Leite.

São Paulo:

Mário Masagão.
Romeu Lourenção.
Plínio Barreto.
Toledo Piza.
Aureliano Leite.

Goiás:

Jales Machado.

Mato Grosso:

Vespasiano Martins.
Dolor de Andrade.

Paraná:

Erasto Gaertner.

Santa Catarina:

Tavares d'Amaral.
Tomás Fontes.

Rio Grande do Sul:

Flores da Cunha.
Osorio Tuluti.

Partido Trabalhista Brasileiro

Amazonas:

Leopoldo Neves.

Bahia:

Luís Lago.

Distrito Federal:

Rui Almeida.
Benjamin Farah.
Gurgel do Amaral.
Benício Fontenele.
Baeta Neves.
Antônio Silva.
Barreto Pinto.

Minas Gerais:

Leri Santos.
Ezequiel Mendes.

São Paulo:

Pedroso Júnior.
Romeu Fiori.
Berto Condé.
Eusébio Rocha.

Paraná:

Melo Braga.

Rio Grande do Sul:

Artur Fischer.

Partido Comunista do Brasil

Pernambuco:

Gregório Bezerra.
Agostinho Oliveira.
Alcêdo Coutinho.

Bahia:

Carlos Marighéla.

Distrito Federal:

Carlos Prestes.
João Amazonas.
Maurício Grabois.
Batista Neto.

Rio de Janeiro:

Claudino Silva.
Alcides Sabença.

São Paulo:

José Crispim.
Osvaldo Pacheco.
Jorge Amado.
Caires de Brito.

Rio Grande do Sul:

Abílio Fernandes.

Partido Republicano

Maranhão:

Lino Machado.

Pernambuco:

Sousa Leão.

Minas Gerais:

Jaci Figueiredo.
Daniel Carvalho.
Marlo Brant.
Felipe Balbi.

São Paulo:

Altino Arantes.

Paraná:

Munhoz da Rocha.

Partido Social Progressista

Ceará:

Olavo Oliveira.
Stênio Gomes.
João Machado.

Rio Grande do Norte:

Café Filho.

Bahia:

Teódulo Albuquerque.

São Paulo:

Campos Vergal.

Partido Democrata Cristão

Pernambuco:

Arruda Câmara.

São Paulo:

Manuel Vitor.

Esquerda Democrática

Distrito Federal:

Hermes Lima.

Goiás:

Domingos Velasco.

Partido Libertador

Raul Pila.

O SR. PRESIDENTE — Achando-se presentes 264 Senhores Representantes declaro aberta a sessão.

Passa-se à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. HUGO CARNEIRO (1.^o Suplente, servindo como 2.^o Secretário) procede à leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE — De acordo com o Regimento Interno, dou a ata por aprovada, ressalvada qualquer retificação escrita, que seja apresentada.

Passa-se à leitura do expediente.

O SR. LAURO MONTENEGRO (3.^o Secretário, servindo como 2.^o) procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Telegrama:

Da família Lopes Ferraz, nos seguintes termos:

A Família do Deputado Lopes Ferraz agradece seu telegrama comunicando que a requerimento do Deputado Costa Neto foi inserido em ata voto profundo pesar falecimento seu saudoso e querido Chefe associando-se a Mesa da Assembléa profundo reconhecimento. — *Viúva Lopes Ferraz.*

Requerimento:

Requeremos que se insira na ata dos nossos trabalhos um voto de profundo pesar pelo falecimento do Coronel-Aviador Amarílio Vieira Cortez,

Sala das Sessões, 17 de setembro de 1946. — *Hermes Lima — Domingos Velasco.*

REQUERIMENTO

Presidente da Assembléa Nacional Constituinte:

Pedimos a V. Ex.^a, que, promulgada a Constituição e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, seja dos dois textos feita imediatamente uma edição facsimilada, para distribuição entre os constituintes. — *Gustavo Capanema — Mario Masagão — Ferreira de Souza — Aureliano Leite —*

Mauricio Grabois — Toledo Piza — Lino Machado — Philippe Balbi — Daniel Carvalho — Jurandir Pires — José Crispim — Eloi Rocha — Benedito Valadares — Juracy Magalhães — Israel Pinheiro — José Alkmim — Duque de Mesquita — Souza Costa — — Georgino Avelino — Mario Brant — Altino Arantes — Raul Pila — Gilberto Freire — Soares Filho — Flores da Cunha — Teodoro Albuquerque.

INDICAÇÃO

Tendo em vista achar-se o plano rodoviário, organizado pela antiga Inspetoria de Obras contra as Secas, na parte limitada que coube a Pernambuco, quase concluído e considerando que o mesmo além de abranger uma pequena quilometragem em relação a outros Estados não contemplou várias utilidades, compreendidas na área do "polígono das secas", delimitado pela mesma Inspetoria, venho solicitar a V. Ex.^a encaminhar ao atual Departamento de Obras contra as Secas as seguintes sugestões para que sejam aproveitadas, na ampliação do novo programa rodoviário, sugerido pelos ilustres representantes da Bahia, além de outras que terão de ser apresentadas pelos dignos parlamentares de Alagoas e Sergipe, Estados esses também pouco beneficiados pelas obras realizadas no período da antiga IFOCS.

São as seguintes as obras rodoviárias, localizadas na "região das Secas" em Pernambuco: 1.º) Construção das 15 pontes que faltam na rodovia Parnamirim (antiga Leopoldina) a Petrolina, cuja terraplenagem foi executada pelo 7.º Batalhão de Engenharia do Exército com a cooperação do Estado de Pernambuco; 2.º) Prolongamento da rodovia de Floresta a Crispós (antiga Boavista) passando por Jatinam e Cobróbó; 3.º) Construção da rodovia de Parnamirim e Exú em direção ao Grato ligando este importante centro cearense ao Porto fluvial de Petrolina; 4.º) Construção da rodovia de Arapina até o mesmo porto fluvial, ligando-o à capital do Piauí através da rodovia central deste Estado; 5.º) Construção da rodovia Arcoverde a Garanhuns, de que o Estado de Pernambuco está concluindo o primeiro trecho de 22 kms. até a cidade de Pedra, iniciada pela IFOCS na seca de 1932 e abandonada; 6.º) Construção de rodovia ligando Arcoverde a Cacho-

eira de Paulo Afonso, passando por Bulque e Mata Grande, estrada esta que servirá à futura linha de transmissão da referida Cachoeira para os estados do Nordeste oriental; 7.º) Construção do trecho de Manissobal (antigo Belmonte) a Jardim, no Estado do Ceará, como prolongamento do trecho da Central de Pernambuco a Manissobal, construído pelo Estado de Pernambuco, aproveitando a terraplenagem executada durante a seca de 1932, e depois abandonada pela IFOCS; 8.º) Rodovia de Triunfo a Serra Talhada; 9.º) Rodovia de Timbaúba e Tabayana.

Sugerindo a inclusão destas Rodovias no plano original a ser revisto, vimos solicitar se proceda ao imediato estudo e execução progressiva de acordo com o que anualmente vem sendo realizado: cinquenta quilômetros de novas rodovias com todas as obras, d'arte, caso não seja possível dar maior amplitude, a fim de, no menor tempo possível dotar a região das secas de meios fáceis de comunicações no Estado de Pernambuco.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1946. — *Agamenon Magalhães. — Brochado da Rocha. — Lauro Lopes. — Café Filho. — Saul Barbosa. — Plínio Campos. — Edgard de Arruda. — Gecirno de Pontes — Osvaldo Lima. — Ferreira Lima. — Pessoa Guerra. — Arruda Câmara. — Alde Sampaio. — Antônio Mafra. — Eunápio de Queiroz. — Costa Porto. — Novais Filho. — Souza Leão. — Janduí Carneiro. — Oscar Carneiro. — Egberto Rodrigues. — Osvaldo Studart.*

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do expediente.

Srs. Constituintes, como a matéria é de votação e não há número, teremos de aguardar um pouco.

Em sessão, o plenário aguarda o número regimental para as votações.

O SR. PRESIDENTE — Senhores Representantes perdurando a falta de número, vou suspender a sessão por vinte minutos.

Suspende-se a sessão às 11 horas e 40 minutos.

Reabre-se a sessão às 12 horas.

O SR. PRESIDENTE — Senhores Representantes, já havendo número, dou a palavra ao Sr. Costa Neto, que acaba de solicitá-la.

O SR. COSTA NETO — Senhor Presidente, pedi a palavra para encaminhar a V. Ex.^a requerimento no sentido da aprovação da redação final do projeto da Constituição, constante dos avulsos distribuídos.

Acontece, entretanto, que essa redação é passível de ligeiras retificações; há retificação de letras, de pontuação e, também, de algumas palavras.

Como o espaço de tempo disponível para essas correções não permitiu fossem as mesmas indicadas em separado, apresento a V. Ex.^a requerimento a que aludi acompanhando do próprio texto do projeto.

Para que V. Ex.^a, Sr. Presidente, e os Senhores Representantes, verifiquem as aludidas retificações, vou passar a lê-las, dispensando-me, naturalmente, da referência às letras ou vírgulas ou mesmo remissões, porque tais retoques se imporiam, de qualquer forma, independentemente da resolução da Assembléia.

Assim, no art. 19, § 1.º onde se diz: “de área inferior”, retifica-se no sentido de dizer “de área não excedente”.

No art. 31, n.º V, letra b, no fim da linha, onde existe a palavra “devidos” ficará a palavra “respectivos”.

No art. 27, onde se encontra a palavra “impostos” deve ler-se a palavra “tributos”.

No art. 70, § 2.º onde se diz: “importa” deve ser lido “importará”.

No art. 101, n.º III, letra a, onde se lê: “da Constituição”, leia-se: “desta Constituição”.

Igual retificação deve ser feita na letra b.

No art. 101, n.º I, letra g: onde está “extradição de criminosos”, leia-se “extradição dos criminosos”.

No art. 121, n.º I, escrita a seguinte locução: “foram tomadas”, deve ser lido “forem proferidas”.

No art. 124, n.º XI, onde se diz: “poderão ser criados juizes togados” deve ser lido “poderão ser criados cargos de juizes togados”. E o número XII, antes de f, na referência entre parenteses, será incluída a palavra “letra”.

Onde está: “15 f” diga-se: 15, letra f”

O Sr. Aliomar Baleeiro — Permita-me V. Ex.^a um aparte, para deixar fixado nos Anais o esclarecimento de V. Ex.^a e dos nobres líderes da maioria e minoria, a respeito da interpretação do artigo 31, parágrafo único, que diz:

“Os serviços públicos concedidos não gozam de isenção tributária, salvo quando estabelecida pelo poder competente ou quando a União a instituir, em lei especial, relativamente aos próprios serviços, tendo em vista o interesse comum”.

Do que me ficou, como recordação, na qualidade de Relator parcial, acredito que o sentido desse dispositivo é de que o Estado dará isenção dos impostos estaduais, em qualquer concessão sua, federal ou municipal. O Município a dará, nos seus impostos, à União e aos Estados, e a lei federal, em se tratando de concessão federal, no interesse comum, poderá conceder isenção não só dos impostos federais, senão também dos Estados e Municípios.

O SR. COSTA NETO — Precisamente.

O Sr. Aliomar Baleeiro — Assim entendendo esse dispositivo. Entretanto, alguns colegas não o interpretam do mesmo modo. Pediria ao nobre colega manifestar-se a respeito.

O SR. COSTA NETO — Este assunto foi muito discutido, constituindo, até, objeto de memoriais. Pleiteavam diversas empresas se fixasse um preceito pelo qual a lei federal poderia isentar os serviços públicos concedidos de quaisquer impostos, de forma absoluta.

Nota-se, aliás, de divergência nascida, pode-se dizer, desde a Constituição de 1891, porque esta estabelecia somente a isenção para os serviços públicos executados diretamente por qualquer dessas três entidades — União, Estados e Municípios. Em consequência disso, procurava-se saber se os serviços públicos concedidos eram ou não isentos de tributação. E essa divergência manifestou-se por diversas vezes, inclusive em decisões dos tribunais.

A Constituição de 1934 estabelecia isenção dos serviços públicos concedidos, mas as consequências que esse princípio absoluto trouxe foram tão danosas ao erário público que a Carta de 1937 determinou o princípio da isenção somente para certos casos, ou, por outra, o princípio assentado foi o da não isenção.

Agora, o que o texto deste dispositivo dispõe é o seguinte: Quando a concessão é municipal, a entidade-município poderá isentar dos impostos

municipais. Claro está que não poderá fazê-lo em relação aos impostos estaduais ou federais. Quando a concessão é estadual, o Estado poderá estabelecer a isenção dos impostos estaduais, e quando o serviço é concedido pela União, esta poderá facultar a isenção dos impostos federais sempre e também poderá eximir dos impostos estaduais e municipais quando o serviço fôr de interesse comum, isto é, dos três entidades — União, Estados e Municípios.

Consulto o nobre Relator parcial sobre se está clara a idéia.

O Sr. Aliomar Baleeiro — Plenamente. Pediria ao nobre orador concedesse um aparte ao eminente Senador Presidente da Comissão Constitucional, para que S. Ex.^a manifeste, pessoalmente, a inteligência do texto.

O Sr. Nereu Ramos — Quem fala pela Comissão é o Relator Geral, de acordo com o Regimento, e não tenho motivo para divergir de S. Ex.^a.

O Sr. Aliomar Baleeiro — Meu pedido de esclarecimento se origina do fato de haver dúvida da parte de vários colegas.

O SR. COSTA NETO — Senhor Presidente, para atender à solicitação de um dos nobres Deputados, devo dizer, ainda uma vez, que, da leitura do texto, se evidencia que os Estados também podem estabelecer a isenção de impostos municipais, quando o serviço fôr do interesse comum dos Estados e Municípios.

Prossigo nas retificações:

Número IV do art. 139: depois da expressão — “autoridades” — diga-se “mencionadas”.

Para atender às solicitações, ontem desenvolvidas pelo nobre Deputado Silvestre Péricles, no § 31 do art. 141, em lugar da palavra — “perda” — leia-se “perdimento”.

O Sr. Silvestre Péricles — Perdimento de bens tem o mesmo valor que confisco?

O SR. COSTA NETO — Aqui, neste caso, tem o mesmo valor.

Na segunda linha do § 1.º do artigo 153, onde se encontra a palavra — “empresas”, — leia-se — “sociedades”.

O parágrafo único do art. 162 deverá ser assim redigido:

“Caberá a um órgão federal orientar esses serviços e coordena-

los com os de naturalização e de colonização, devendo, nestes aproveitarem-se os elementos nacionais”.

No § 1.º do art. 163, em lugar da expressão — “registro civil” — leia-se — “registro público” e, na segunda linha do § 2.º do mesmo artigo, a expressão “dos nubentes” — deve ser substituída por “do casal”.

No item III do art. 168, em lugar de — “estabelecimentos” — deve ser aditada a palavra — “empresas”.

O texto do art. 171 ficará redigido da seguinte forma:

“Os Estados e o Distrito Federal organizarão seus sistemas de ensino”.

No § 3.º do art. 181, 3.ª linha, onde está a expressão — “instituição autárquica” — leia-se “entidade autárquica”.

O art. 201 é redigido da seguinte forma:

“As causas em que a União fôr autora serão aforadas na Capital do Estado ou Território em que tiver domicílio a outra parte; as intentadas contra a União poderão ser aforadas na Capital do Estado ou Território em que fôr domiciliado o autor ou na do em que se verificar o ato ou fato originador da demanda ou esteja situada a coisa ou no Distrito Federal”.

O Sr. Barreto Pinto — Este artigo precisa ser burlado, porque está muito impreciso.

O SR. COSTA NETO — Sr. Presidente, são estas as retificações essenciais, que passarei à mãos de V. Ex.^a, feitas no próprio texto do projeto, a fim de ser encaminhado à Imprensa Nacional. E' para esta redação final, com as retificações que acabo de propor, que venho pedir à Casa a aprovação adequada. (Muito bem).

O SR. PRESIDENTE — Peço aos Srs. Representantes, a fineza de ocuparem os seus lugares, a fim de que eu possa submeter à apreciação da Casa, o requerimento do Sr. Relator Geral, no sentido da aprovação da redação final do projeto da Constituição, com as modificações que acabou de dar conhecimento ao plenário.

O SR. CARLOS PRESTES (*)
(Pela ordem) — Sr. Presidente, antes de ser votada a redação final do projeto de Constituição, desejo fazer pequenas ressalvas, pedindo a atenção do nobre Relator Geral da Comissão para algumas, as extremamente indispensáveis.

No artigo 19, § 1.º, S. Ex.ª já retificou a expressão "área inferior" para "área não excedente". Afigura-se-nos, entretanto, ser necessária outra correção. O plenário aprovou a expressão "quando neles trabalhe", mas no dispositivo se lê: "quando os cultive". Trabalhar num sítio não significa cultivá-lo. Cultivar pode ser atividade de trabalho que não o de cultivo. O pequeno proprietário pode ter criação, inclusive. Parece-nos mais amplo, mais justo, mas o sentido real da emenda aprovada pelo plenário foi este: "quando neles trabalhe".

O Sr. Costa Neto — Foi preferida a expressão "cultive" porque parece mais própria no texto. O verbo "trabalhe" não tem significação tão perfeita quanto o que foi adotado. O fato de criar, qualquer que seja a espécie de criação, também importa em trabalho para preparar o local. O pensamento da Comissão foi o de tornar bem mais claro o dispositivo, do que se fôsse empregada a palavra "trabalhe".

O SR. CARLOS PRESTES — Agradeço ao nobre Relator a explicação. Entretanto, creio que os argumentos de S. Ex.ª vieram confirmar, perante o plenário, nossa opinião. *Trabalhar* é mais amplo; portanto, a palavra a empregar deveria ser "trabalho".

No art. 21 foi acrescentado, na redação final, a expressão "onde se tiver realizado a cobrança". Também não foi isso o aprovado pela Casa.

Estava assim redigido o dispositivo:

"Os Estados farão a arrecadação de tais impostos e à medida que ela se efetuar, entregarão 20% do produto à União e 40% aos Municípios".

Mas não se diz que serão entregues exclusivamente aos municípios em que se fizer a cobrança. O Estado poderia somar todas essas cobranças e distribuí-las, igualmente entre os municípios. Caberia aos municípios mais atrasados, os que não tivessem esse excesso, um aumento de arrecadação.

(*) Não foi revisto pelo orador.

O sentido do dispositivo aprovado pela Casa não foi esse, modificado pela redação final — "onde se tiver realizado a cobrança" — que é limitativo.

O Sr. Costa Neto — Entendi eu que, todas as vezes que uma expressão não estivesse bem clara, deveria ser feito o possível para torná-la compreensível. Foi justamente o que aconteceu nesse texto.

O artigo estava redigido da seguinte forma:

"Os Estados farão a arrecadação de tais impostos e, à medida que eles forem feitos, serão entregues 20% à União e 40% aos Municípios".

O texto lido, sem a última cláusula — "onde se tiver realizado a cobrança" — não está suficientemente claro. Entendi, portanto, que deveria ser esclarecido esse período com o pensamento da Sub-comissão de Discriminação de Rendas, cujo testemunho invoco, com também o da Comissão da Constituição. Pretende-se que esse imposto seja distribuído pelos Estados e pelos Municípios "onde se tiver realizado a cobrança".

De modo que, tirando-se essa expressão do texto, o período teria o sentido que lhe dá o nobre Senador Carlos Prestes, mas que, parece-me não foi o que lhe quiz dar a subcomissão de Discriminação de Rendas nem a Comissão da Constituição nem, ainda, o plenário.

O SR. CARLOS PRESTES — Mas, é justamente o espírito da Constituição: a distribuição igualitária entre os Municípios. E foi nesse pressuposto que também votamos.

O Sr. Costa Neto — Entendo ter reproduzido o pensamento da Assembléia Constituinte com inteira fidelidade. Em todo caso, V. Ex.ª, Senhor Presidente, poderá consultá-la sobre a matéria.

O SR. CARLOS PRESTES — O art. 35, para maior clareza, contém a expressão "sua nascente".

O Sr. Paulo Sarasate — Estava escrito "sua nascente e foz". "Sua nascente" foi supressa.

O SR. CARLOS PRESTES — No art. 77, n.º II, está empregada a palavra "previamente".

O Sr. Paulo Sarasate — Também está supressa.

O SR. CARLOS PRESTES — Concordamos com a supressão.

No art. 141, § 7.º, foi substituída a expressão "desde que não contrarie a ordem pública", por "salvo o dos que contrariem a ordem pública ou os bons costumes". Quer dizer: é invariável a liberdade de consciência e de crença, assegurando o livre exercício dos cultos religiosos, salvo a dos que contrariem a ordem pública ou os bons costumes.

A nós nos parece muito mais limitada, muito mais forçada que a redação antiga, que era "desde que não contrarie a ordem pública".

O Sr. Paulo Sarasate — Mas o que contraria a ordem pública senão a prática? V. Ex.ª podia ouvir a opinião do autor, o Sr. Vieira de Melo.

O Sr. Vieira de Melo — Propuz a substituição da expressão "desde que não contrarie a ordem pública" porque engloba todos os cultos religiosos, admitindo a possibilidade de que qualquer deles — católicos, protestantes — viesse a definir fórmula contrária à moral e aos bons costumes, quando o pensamento do legislador é assegurar a liberdade de cultos, exceptuando-se aquêles que contrariem a ordem pública.

O SR. CARLOS PRESTES — Mas anteriormente não havia distinção entre os cultos. V. Ex.ª estabelece diferença, enquanto o projeto anterior apenas limitava: desde que na prática não contrariem a ordem pública e os bons costumes.

Como está redigido, a liberdade de culto vai depender da opinião da autoridade. A autoridade poderá julgar, de forma genérica, que determinada religião, no seu exercício será suscetível de prejudicar a ordem pública.

O Sr. Vieira de Melo — O pensamento é o mesmo. O poder público decidirá quais os cultos que, realmente, contrariam a ordem e os que não atentam contra a tradição brasileira.

O SR. CARLOS PRESTES — V. Ex.ª divide. De acôrdo com a opinião po. exemplo da polícia os negros da Bahia não poderiam exercer sua religião, quando é direito tão respeitável quanto o exercício de qualquer outro culto, desde que, no momento do exercício, não contrarie a ordem pública e os bons costumes. Assim, sim; mas não de maneira genérica, em tese, como ficou colocado no texto.

Solicitamos toda a boa vontade de V. Ex.ª, de seu espírito democrático e de baiano, para considerar quanto é limitativa a nova redação.

O Sr. Vieira de Melo — Creio que a redação primitiva, que V. Ex.ª hoje defende, é atentatória e ofensiva mesmo aos pundonores religiosos daquelles que cultuam a religião católica ou a protestante, ou qualquer outra das que formam o pensamento cristão do Brasil. Esta a minha opinião que, mercê de Deus, logrou acolhida da nobre Comissão da Redação.

O Sr. Jorge Amado — A emenda de V. Ex.ª ameaça diretamente o espiritismo.

O SR. CARLOS PRESTES — O que votamos foi que, desde que o exercício do culto pudesse prejudicar a ordem pública, e no entanto, o que está no texto é genérico, abrange qualquer culto, porque depende da opinião da autoridade julgar se perturba ou não a ordem pública. Nêsse caso, o culto não pode ter existência no país. Não foi o que votamos: aprovamos coisa muito diferente e por isso não podemos concordar com a limitação dada à actual redação.

O Sr. Jorge Amado — A emenda limita a liberdade religiosa no país, liberdade que fica seriamente ameaçada pela emenda Vieira de Melo.

O Sr. Costa Neto — As observações feitas pelo nobre Senador Carlos Prestes já foram elucidadas. Consiste no seguinte a diferença alegada e constante da emenda Vieira de Melo; na redação anterior dizia-se: "desde que não contrarie", e na redação actual, em face da emenda aceita, diz-se o seguinte: "salvo o dos que". De modo que o texto visa tornar inviolável a liberdade de consciência e de crença e assegurar o livre exercício dos cultos religiosos, salvo o dos que contrariem a ordem pública ou os bons costumes. Quer dizer que aos cultos que contrariem a ordem pública e os bons costumes não se assegura a garantia constantes do capítulo. Este, o pensamento da Comissão e da Assembléa, que deu origem à redação. Aliás, será muito fácil verificar êsse ponto, colocando frente à frente as duas formas, para que o plenário decida.

O Sr. Paulo Sarasate — Pediria a atenção do nobre Senador Senhor Carlos Prestes para a expressão "sal-

vo o dos que". A redação atende, exatamente, ao que S. Ex.^a objetiva.

O Sr. Jorge Amado — Absolutamente, não.

O SR. CARLOS PRESTES — Peço a atenção do nobre Deputado Sr. Paulo Sarasate: "desde que, a partir do momento", são expressões muito diferentes de "salvo o dos que".

O Sr. Paulo Sarasate — Esse "salvo o dos que" refere-se ao exercício do culto. Na hora em que a prática do culto se tornar nociva à ordem pública, aí cabe a ação proibitiva.

O Sr. Aloisio de Carvalho — O intuito da Comissão teria sido o melhor, não há dúvida; mas o Senador Prestes tem razão.

O SR. CARLOS PRESTES — Sr. Presidente, para que não percamos tempo, concordo com a proposta do nobre Relator em que seja consultada a Casa sobre quais das duas expressões prefere.

Relativamente ao parágrafo 21, do mesmo artigo, noto que foi supressa a parte final — "nem poderá ser nela conservado, a não ser nos casos especificados em lei".

Sallentou o nobre Representante Sr. Paulo Sarasate que esta parte se torna desnecessária por estar prevista no parágrafo anterior, que diz:

"§ 20. Ninguém será prêso senão em flagrante delito ou, por ordem escrita da autoridade competente, nos casos expressos em lei".

Não nos parece, absolutamente, uma redundância o fato de constar do § 21 esta segunda parte, aprovada pelo plenário nas duas discussões.

O Sr. Paulo Sarasate — A modificação feita atende a uma emenda do nobre Deputado Sr. Antônio Feliciano, cujo sentido explicarei. Dizia o a.t. 141, § 2.º.

"Ninguém será levado à prisão ou nela detido se, permitindo a lei, prestar fiança idônea, nem poderá ser nela conservado, a não ser nos casos especificados em lei".

Veja bem V. Ex.^a. A emenda do Sr. Deputado Antônio Feliciano visava excluir a fiança idônea, porque a fiança já é idônea. E como o pa-

rágrafo 20 estabelece que ninguém será preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita da autoridade competente, é evidente que não precisa ser reproduzida essa disposição. É a minha opinião. Salvo se houver uma terceira figura, além da prisão ou detenção. Conforme V. Ex.^a pretende vai dar margem a que se estabeleça nova forma de prisão.

O SR. CARLOS PRESTES — O que foi aprovado pela Casa, sem que ninguém tivesse pedido destaque oportunamente, era o que dispunha a redação anterior em primeira e em segunda discussão.

O Sr. Antônio Feliciano — A emenda de redação é de minha autoria, e apresentei-a com dois objetivos: primeiro de conciliar os dois parágrafos ora em causa; e, segundo, porque o texto determinava que a fiança deve ser idônea, o que seria desconhecer até o que é fiança.

O SR. CARLOS PRESTES — Estou de acôrdo. Refiro-me à segunda parte, que foi supressa.

O Sr. Paulo Sarasate — O § 20 do artigo 141 diz:

"Ninguém será prêso senão em flagrante delito ou, por ordem escrita da autoridade competente, nos casos expressos em lei".

O § 21 determina:

"Ninguém será levado à prisão ou nela detido se prestar fiança permitida em lei".

Lógicamente, ninguém será conservado prêso, uma vez que preste fiança legal. A detenção é distinta da prisão. A primeira parte refere-se à detenção, a segunda a prisão.

O Sr. Antônio Feliciano — Pode-se conservar como está, uma vez que a intenção de legislador está satisfeita com a análise conjunta dos dois dispositivos.

O SR. CARLOS PRESTES — No parágrafo único do artigo 151 foi substituída a palavra "explorados" pela "executados", ficando assim redigido:

"Será determinada a fiscalização e a revisão das tarifas dos serviços executados por concessão..."

A nós nos parece que "explorados" é mais comum, mais corriqueiro. É

lógico que nenhum serviço público é executado por concessão sem exploração.

O *Sr. Paulo Sarasate* — Está atendido no texto.

O SR. CARLOS PRESTES — O item I do artigo 183 determina:

I — “são estáveis: depois de dois anos de exercício, os funcionários efetivos nomeados por concurso”.

Queremos crer que a palavra efetivo, aí, é demais. Parece-nos ter sido incluída na Redação Final. Não foi o que votamos.

O *Sr. Paulo Sarasate* — Foi empregada para conciliar os dois dispositivos.

O SR. CARLOS PRESTES — Há quem possa ser nomeado por concurso para exercer cargo interinamente? A palavra “efetivos” é limitativa

O *Sr. Ivo d'Aquino* — O termo “efetivos” garante mais o funcionário. Se for retirada, estaremos fazendo distinção entre o concurso para funcionário efetivo e não efetivo. A Constituição tem por objetivo garantir, no concurso, não só os efetivos como também os vitalícios, porque o concurso tanto pode ser para cargo de carreira, como para cargo isolado. Não há diminuição de garantia, absolutamente. Ao contrário, se retiramos a palavra, o funcionário ficará prejudicado.

O *Sr. Paulo Sarasate* — Poderia haver prejuízo se se confundisse estável com efetivo. O funcionário estável permanece no cargo por diversos motivos, se tiver mais de dez ou cinco anos de exercício no cargo. E' efetivo no quadro do funcionalismo em razão do próprio cargo.

O SR. CARLOS PRESTES — Desejariamos que todo nomeado por concurso ficasse estável. E' fundamental. A palavra “efetivo”, no entanto, parece-nos por demais limitativa.

Quanto ao artigo 210, creio que já foi feita a revisão pelo nobre Relator Geral, se bem que S. Ex.^a nada tenha dito a respeito.

O *Sr. Paulo Sarasate* — Foi um engano da Imprensa Nacional. A última linha está supressa.

O SR. CARLOS PRESTES — Eram estas, Sr. Presidente, as observações

que tínhamos a fazer. (*Muito bem; muito bem*).

O SR. ARRUDA CAMARA (*) (*Para encaminhar a votação*) — Senhor Presidente, desejo fazer um apêlo à Comissão, no sentido de aceitar duas retificações, no meu entender importantes, a fim de evitar interpretações prejudiciais ao espírito com que foi votada a Constituição.

A primeira delas é ao artigo 157, número VI, onde se diz:

“Repouso semanal remunerado, preferentemente aos domingos e, no limite das exigências técnicas das empresas, nos feriados civis e religiosos, de acôrdo com a tradição local;”

Desejaria que se dissesse, conforme emenda que tive a honra de aprear, repouso remunerado, etc”, para que ficasse bem claro que o repouso dos domingos, bem como dos dias santos e feriados, é remunerado. Foi assim que se votou.

O *Sr. Prado Kelly* — E' claro que está assegurado.

O SR. ARRUDA CAMARA — A segunda se refere ao artigo 163. Nêle se diz:

“A família é constituída pelo casamento de vínculo indissolúvel e terá direito à proteção especial do Estado”.

Desejaria fôsse dividido em dois incisos. O primeiro ficaria assim: “o casamento é de vínculo indissolúvel”. O segundo compreenderia a parte final, nos seguintes termos: “a família terá direito à proteção especial do Estado”.

Teríamos, assim, a vantagem de tornar mais claro o pensamento da Assembléia, porque toda família, no sentido geral, na acepção universal, terá direito a essa proteção do Estado.

O *Sr. Aloisio de Carvalho* — Vossa Ex.^a deseja que só tenha proteção especial do Estado a família constituída pelo casamento indissolúvel?

O SR. ARRUDA CAMARA — Absolutamente. Desejo que todas as famílias gozem dessa proteção. Votamos a indissolubilidade do casamento e,

(*) Não foi revisto pelo crador.

também, que a família, no sentido geral, tem direito à proteção do Estado. A separação dos dois incisos traria o benefício de tornar claro o pensamento do legislador.

O Sr. Aloisio de Carvalho — Aqui no texto trata-se de família no sentido geral, porque a família é constituída pelo casamento e tem a proteção especial do Estado.

O SR. ARRUDA CAMARA — Senhor Presidente, eram essas, em suma as retificações que solicito à Comissão. (*Muito bem; muito bem*).

O SR. PRESIDENTE — Vamos votar o requerimento do Sr. Relator Geral, que pede a votação da redação final do projeto, com as retificações sugeridas oralmente.

O SR. COSTA NETO (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, deixei de fazer uma retificação importante ao art. 83, quanto à emenda do nobre Senador Aloisio de Carvalho. Assim, no parágrafo único, que trata do juramento do Presidente da República, onde se diz “promover o bem estar do Brasil”, lê-se “promover o bem geral do Brasil”.

O Sr. Aloisio de Carvalho — Na sessão de ante-ontem, fiz essa observação, atribuindo o fato a erro de revisão. Agradeço a V. Ex.^a a retificação, que está de acordo com o voto da Assembléia.

O SR. COSTA NETO — No artigo 112, n.º II, onde se diz “cidadão de notável saber e reputação ilibada”, acrescenta-se o adjetivo “jurídico”, para quo texto fique assim redigido:

“De dois dentre seis cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, que não sejam incompatíveis por lei, indicados pelo Tribunal de Justiça”.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE — Vamos proceder à votação da redação final, como solicitou o Sr. Relator Geral, destacando-se os arts. 21, 141, § 7.º, e 157, n.º VI.

Os Senhores, que aprovam a redação final, com essas ressalvas, queiram levantar-se. (*Pausa*).

Está aprovada. (*Pausa*).

Vamos votar as ressalvas.

Quanto ao art. 21 houve desinteligência, cumprindo à Assembléia pronunciar-se em definitivo.

Os Senhores, que aprovam o texto, queiram levantar-se.

O SR. CARLOS PRESTES (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, o artigo 21, a respeito da importância arrecadada nos municípios, foi acrescido “onde se tiver realizado a cobrança”. Primitivamente, votamos o seguinte:

“Os Estados farão a arrecadação de tais impostos e, à medida que ela se efetuar, entregarão 20% do produto à União e 40% aos municípios”.

Parece-nos que justamente os municípios mais atrasados precisam de ajuda com essa importância. Ao Estado, pois, caberia a distribuição igualitária pelos municípios.

Solicitamos, pois, a supressão dessas palavras finais.

O SR. PRESIDENTE — Entende a Comissão da Constituição que a renda deve ser entregue aos municípios, onde se fizer a arrecadação. O nobre Representante, Sr. Carlos Prestes, julga que se deve estender aos municípios em geral.

Vamos proceder à votação.

Os Senhores, que aprovam a redação do texto do art. 21, queiram levantar-se. (*Pausa*).

Está aprovada.

Vamos passar ao art. 141, § 7.

Houve divergência, em virtude do emprego da expressão “salvo o dos que contrariem a ordem pública”, em vez de “desde que”.

Os Senhores, que aprovam a redação do projeto, queiram levantar-se. (*Pausa*).

Votemos, agora, o art. 157, n.º VI, objeto de uma sugestão do nobre Representante Sr. Arruda Câmara.

O SR. ARRUDA CAMARA (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, o art. 157, n.º VI, se refere a repouso remunerado semanal, etc.

Peço que fiquem compreendidas nessa redação os dias feriados e santificados, além dos domingos, conforme a emenda que apresentei, de número 166.

O SR. PRESIDENTE — Submeto à votação.

Os Senhores, que consideram clara a redação do art. 157, n.º VI, do

projeto, queiram levantar-se. (*Pausa*).

Está aprovada a redação do projeto.

Srs. Representantes, está aprovada a redação do texto da Constituição. Vamos passar à votação da redação do ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

(*A Assembléia, de pé, aplande com vibrante salva de palmas*).

Observe à Casa que, em virtude da suspensão anterior desta sessão, será esta encerrada às 13 horas e 20 minutos.

O SR. PRADO KELLY — Sr. Presidente, dentro do tempo declarado poderemos votar as Disposições Transitórias.

Se tal não ocorrer, peço a V. Ex.^a a convocação imediata de outra sessão extraordinária.

O SR. COSTA NETO — Sr. Presidente, pedi a palavra para encaminhar a V. Ex.^a requerimento no sentido de que a Casa aprove o ato das Disposições Constitucionais Transitórias com as seguintes retificações do avulso distribuído:

No art. 1.^o, § 3.^o, onde se diz

“o mandato do Vice-Presidente terminará simultaneamente com o atual Presidente da República”.

Deve-se dizer:

“o mandato do Vice-Presidente terminará simultaneamente com o do atual Presidente da República”.

No art. 11, § 3.^o, quinta linha, onde se declara.

“os que forem eleitos nos termos deste parágrafo”.

proponho se retifique:

“os que forem eleitos nos termos do § 2.^o”.

O Sr. Pereira da Silva — Pediria licença para algumas considerações esclarecedoras.

O SR. COSTA NETO — Solicitaria do nobre Representante me informasse se deseja falar sobre alguma retificação, ou a respeito de outro assunto.

O Sr. Pereira da Silva — Pretendo se esclareça o texto.

O SR. COSTA NETO — Sendo sobre outro assunto, pediria licença para dizer quais são as retificações que proponho, podendo V. Ex.^a falar em seguida sobre os esclarecimentos que deseja.

O Sr. Pereira da Silva — Perfeitamente.

O SR. COSTA NETO — No artigo 15, § 1.^o, penúltima linha, menciona-se o art. 110, n.^o I, letra o, quando deve ser lido letra c. Na mesma linha, onde está “compra”, deve ser “cumpra”, do verbo cumprir.

No artigo 27, onde se lê:

“durante o prazo de 15 dias”,
deve ser

“durante o prazo de 15 anos”.

São estas, Sr. Presidente, as principais retificações que proponho à Casa. (*Muito bem*).

O SR. PEREIRA DA SILVA — Peço a palavra, Sr. Presidente, para solicitar alguns esclarecimentos do texto.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra pela ordem o Sr. Representante.

O SR. PEREIRA DA SILVA — (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, a clareza do texto constitucional deve ser a máxima preocupação do legislador Constituinte. No caso do inciso da letra b, do § 7.^o, I, do art. 11 das Disposições Transitórias, é preciso que estabeleçamos, nesta hora, para evitar dúvidas futuras: o que considera o legislador constituinte *intermentor* como tal, também alcançado pela inelegibilidade dos 18 meses, como o titular do cargo?

Será a pessoa nomeada pelo Chefe do Governo para exercer interinamente a função.

O Sr. Prado Kelly — Posso dar um esclarecimento a V. Ex.^a. A Comissão se limitou a manter o que foi votado pelo plenário. Falava-se em Interventor interino. Ora, não se confunde com o substituto eventual o Interventor interino. Interventor interino é o que substitue o eretivo mediante nomeação ou designação expressa para esse efeito. A substituição eventual, fora dessas condições, a meu ver, não está compreendido no dispositivo. Mas, deste dispositivo, como de todos os outros, o supremo intérprete é o Tribunal Superior da Justiça Eleitoral.

O SR. PEREIRA DA SILVA — Agradeço o esclarecimento a V. Ex.^a, mas peço permissão para concluir o meu raciocínio.

Pergunto: será a pessoa nomeada pelo Chefe do Governo para exercer interinamente a função do Interventor, no momento em que este tenha de se ausentar por licença ou se tenha tornado impedido, ou se pretende alcançar com essa inelegibilidade os Secretários dos governos estaduais que eventualmente substituíram a esses Interventores, na chefia da administração pública dos Estados?

O caso pede esclarecimento, por que, enquanto a primeira parte do inciso bem claramente se refere a "*Interventor* que tenha exercido a função, no respectivo Estado, *mesmo interinamente*", no período de dezoito meses, a segunda parte do citado dispositivo alude aos *Secretários dos Estados, Comandantes de Regiões, etc.*

Na emenda de redação n.º 37, constante às fls. 101 do folheto respectivo distribuído à Casa, focalisámos a ambigüidade do texto inicial do inciso em análise, parecendo que as nossas considerações foram acolhidas pela nobre "Comissão dos Quatro", que absorveu a Grande Comissão nestas últimas horas da elaboração da Carta Magna de 1946, tanto assim que, a redação final, se apresenta modificada.

Com efeito, no texto primitivo lê-se:

"no respectivo Estado, os que, até 18 meses antes da eleição, houverem exercido, *mesmo interinamente*, a função de Presidente da República, ou de Governador ou Interventor; etc".

No texto em redação final lê-se:

"os que até dezoito meses antes da eleição, houverem exercido a função de Presidente da República ou, *no respectivo Estado*, EMBORA INTERINAMENTE, a função de Governador ou de INTERVENTOR; etc".

Ainda assim, porém, a ambigüidade persiste, porque é preciso distinguir entre *interinidade de função e substituição eventual*.

No primeiro caso, a inelegibilidade dos dezoito meses poderá ser aplicá-

vel. Na segunda hipótese, porém, não, porque não há um Interventor *nomeado interinamente*, mas sim, um Secretário de Estado investido nas funções de Interventor, dado o imperativo da continuidade da administração pública.

Vim à tribuna, pois, com o objetivo de pedir a verdadeira inteligência do texto, para que fique fora de qualquer dúvida que a inelegibilidade dos Secretários dos Estados que substituíram eventualmente os Interventores, será disciplinada exclusivamente pela segunda parte do inciso em análise.

E penso ter alcançado o fim visado, pois que o nobre Deputado Prado Kelly, com a sua autoridade de constitucionalista e de membro da Comissão Constitucional acaba de esclarecer o plenário no sentido de minha tese, fornecendo o elemento histórico indispensável a uma fiel interpretação do pensamento do legislador constituinte, de modo a possibilitar uma perfeita exegese quando se apresentar o caso concreto.

Entretanto, ouvirei com prazer a douta opinião do Sr. Relator, como remate do que já foi esclarecido pelo nobre deputado Prado Kelly. (*Muito bem; muito bem*).

O SR. COSTA NETO — (*Pela ordem*) — Atendendo à sugestão de alguns dos Srs. Representantes e para maior clareza do texto, ainda proponho a seguinte retificação ao § 3.º do art. 1.º:

"O mandato do Vice-Presidente terminará simultaneamente com o primeiro período presidencial".

O SR. CARLOS PRESTES — Solicitaria a atenção do Ilustre Relator Geral para o parágrafo único do art. 8.º, que constitui matéria completamente nova, afigurando-se-nos perigosa para os outros funcionários dos Territórios. Pelas Disposições Transitórias ficam assegurados os direitos dos magistrados e do Ministério Público. E os demais funcionários terão também seus direitos garantidos?

Diz o parágrafo único do art. 8.º:

"Os juizes e, quando estáveis, os membros do Ministério Público dos Territórios extintos ficarão em disponibilidade remunerada, até que sejam aproveitados em cargos federais ou estaduais,

de natureza e vencimentos compatíveis com os dos que estiverem ocupando na data da promulgação deste Ato".

A matéria é completamente nova. Parece-nos, no entanto, redundante, porque, nos termos da Constituição que votámos, estão assegurados os direitos dos magistrados, bem como os dos funcionários federais dos Territórios.

O Sr. Prado Kelly — Desejaria prestar um esclarecimento a V. Ex.^a

Os juizes, pela própria Constituição, seriam inamovíveis e, se não houvesse uma ressalva dessa natureza, não poderiam ser aproveitados em cargo algum e ficariam sempre como pensionistas do Tesouro. Este seria, então, obrigado a pagar os vencimentos atuais, sem poder aproveitá-los. Foi para obviar esse inconveniente que se colocou isso, em decorrência do próprio texto aprovado.

O SR. CARLOS PRESTES — Agradecido a V. Ex.^a. (*Muito bem*).

O SR. COSTA NETO — Sr. Presidente, acabo de ser informado que, há poucos momentos, o nobre deputado Sr. Prado Kelly, deu uma interpretação ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em relação aos interventores interinos.

Declaro, Sr. Presidente, que estou de pleno acôrdo com a explicação dada por S. Ex.^a, explicação sobre a qual já havíamos conversado. Quanto à observação feita pelo ilustre Deputado Carlos Prestes, devo dizer que não concordo com S. Ex.^a.

O Sr. Nestor Duarte — Já foi explicado esse ponto e S. Ex.^a concordou.

O Sr. Prado Kelly — Dei a S. Ex.^a os esclarecimentos necessários.

O SR. COSTA NETO — Neste caso, era o que tinha a dizer. (*Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE — Resta-nos, apenas a aprovação do Ato das Disposições Transitórias.

Os Senhores que o aprovam, com as retificações feitas pelo ilustre Relator Geral, queiram levantar-se. (*Pausa*).

Está aprovado. (*Palmas prolongadas*).

Srs. Representantes: — Está, finda a alta missão da Assembléa Constituinte. Nestas condições, conforme já

havla particularmente combinado e o Regimento Interno e a Lei Constitucional mandam, convoco para amanhã às 15 horas, uma sessão extraordinária e especial, destinada à promulgação da Carta Magna.

Sôbre tal sessão, entretanto, e aproveitando a oportunidade, desejaria ouvir os Senhores Representantes sobre o modo por que devo proceder. Do Regimento Interno consta, apenas, a forma da promulgação, sem a indicação de outras formalidades.

Pergunto: devo designar oradores para a solenidad.?

O SR. PRADO KELLY — Vossa Ex.^a, Sr. Presidente, está fazendo uma consulta à Casa. Devo recordar, neste momento, o precedente de 1934, quando ficou deliberado que o Presidente da Assembléa pronunciaria as palavras, que a magnitude do ato estaria a exigir. (*Palmas*). Seria Vossa Ex.^a orador único, mesmo porque o tempo consumido com a assinatura dos diferentes autógrafos é considerável.

Acredito que V. Ex.^a interpretaria o pensamento da Casa, seguindo a tradição de 16 de julho de 1934. (*Palmas prolongadas*).

O SR. PRESIDENTE — Parece-me que, pela manifestação ouvida, a deliberação da Casa é essa. Cumpril-a-ei e, em breves palavras, promulgarei a Constituição de acôrdo com a fórmula tradicional. Em seguida, passaremos à sua assinatura.

Devo dizer que não convidei Sua Ex.^a o Sr. Presidente da República para a sessão solene, achando ser mais adequado que a Mesa vá cientificar a S. Ex.^a da aprovação da Constituição, sendo acompanhada pelos Representantes.

Neste sentido, os Srs. Representantes, logo após a sessão, poderão comparecer ao Palácio do Catete, onde serão recebidos por S. Ex.^a, o Senhor Presidente da República, os Senhores Ministros de Estado e outras autoridades.

Consulto, portanto, à Casa sobre se está de acôrdo com a minha sugestão. (*Palmas*).

Nestas condições, resta-me, apenas, cumprimentar os Srs. Representantes pelo inestimável serviço que prestaram ao país, dotando-o de uma Carta Política democrática, à altura de suas tradições liberais e de sua cultura. (*Palmas prolongadas*).

O SR. GLICÉRIO ALVES — Solicito uma salva de palmas dos nobres colegas ao Presidente da Assembléa.

(Todos os Srs. Representantes, de pé, em prolongada salva de palmas, homenageam o Senhor Presidente, que agradece).

O SR. PRESIDENTE — É a seguinte a redacção aprovada pela Assembléa Constituinte para a Constituição e para o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias dos Estados Unidos do Brasil:

Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos, sob a protecção de Deus, em Assembléa Constituinte para organizar um regime democrático, decretamos e promulgamos a seguinte

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

TÍTULO I

Da organização Federal

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º Os Estados Unidos do Brasil mantêm, sob o regime representativo, a Federação e a República.

§ 1.º A União compreende, além dos Estados, o Distrito Federal e os Territórios.

§ 2.º O Distrito Federal é a capital da União.

Art. 2.º Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros ou formarem novos Estados, mediante voto das respectivas assembléas legislativas, plebiscito das populações directamente interessadas e aprovação do Congresso Nacional.

Art. 3.º Os Territórios, poderão, mediante lei especial, constituir-se em Estados, subdividir-se em novos Territórios ou volver a participar dos Estados de que tenham sido desmembrados.

Art. 4.º O Brasil só recorrerá à guerra, se não couber ou se molograr o recurso ao arbitramento ou aos meios pacíficos de solução do conflito, regulados por órgão internacional de segurança, de que participe; e em caso nenhum se empenhará em guerra de conquista, directa ou indirectamente, por si ou em aliança com outro Estado.

Art. 5.º Compete à União:

I — manter relações com os Estados estrangeiros e com

êles celebrar tratados e convenções;

II — declarar guerra e fazer a paz;

III — decretar, prorrogar e suspender o estado de sítio;

IV — organizar as forças armadas, a segurança das fronteiras e a defesa externa;

V — permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou, por motivo de guerra, nelle permaneçam temporariamente;

VI — autorizar a produção e fiscalizar o comércio de material bélico;

VII — superintender, em todo o território nacional, os serviços de polícia marítima, aérea e de fronteiras;

VIII — cunhar e emitir moeda e instituir bancos de emissão;

IX — fiscalizar as operações de estabelecimentos de crédito, de capitalização e de seguro;

X — estabelecer o plano nacional de viação;

XI — manter o serviço postal e o Correio Aéreo Nacional;

XII — explorar, directamente ou mediante autorização ou concessão, os serviços de telefones interestaduais internacionais, de navegação aérea e de vias férreas que liguem portos marítimos a fronteiras nacionais ou transponham os limites de um Estado;

XIII — organizar defesa permanente contra os efeitos da sêca, das endemias rurais e das inundações;

XIV — conceder anistia;

XV — legislar sobre:

a) direito civil, comercial, penal processual, eleitoral, aeronáutico e do trabalho;

b) normas gerais de direito financeiro; de seguro e previdência social; de defesa e protecção da saúde, e de regime penitenciário;

c) produção e consumo;

d) diretrizes e bases da educação nacional;

e) registros públicos e juntas comerciais;

f) organização, instrução, justiça e garantias das polícias militares e condições gerais da sua utilização

pelo Governo Federal nos casos de mobilização ou de guerra;

g) desapropriação;
h) requisições civis e militares em tempo de guerra;

i) regime dos portos e da navegação de cabotagem;

j) tráfego interestadual;

l) comércio exterior e interestadual; instituições de crédito, câmbio e transferência de valores para fora do país;

m) riquezas do subsolo, mineração, metalurgia, águas, energia elétrica, florestas, caça e pesca;

n) sistema monetário e de medidas; título e garantia dos metais;

o) naturalização, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;

p) emigração e imigração;

q) condições de capacidade para o exercício das profissões técnico-científicas e liberais;

r) uso dos símbolos nacionais;

s) incorporação dos selvícolas à comunhão nacional.

Art. 6.º A competência federal para legislar sobre as matérias do art. 5.º, n.º XV, letras b, c, d, f, h, j, l, o e r não exclui a legislação estadual supletiva ou complementar.

Art. 7.º O Governo Federal não intervirá nos Estados, salvo para:

I — manter a integridade nacional;

II — repeller invasão estrangeira ou a de um Estado em outro;

III — pôr termo a guerra civil;

IV — garantir o livre exercício de qualquer dos poderes estaduais;

V — assegurar a execução de ordem ou decisão judiciária;

VI — reorganizar as finanças do Estado que, sem motivo de força maior, suspender, por mais de dois anos consecutivos, o serviço da sua dívida externa fundada;

VII — assegurar a observância dos seguintes princípios:

a) forma republicana representativa;

b) independência e harmonia dos poderes;

c) temporariedade das funções eletivas, limitada a duração destas e das funções federais correspondentes;

d) proibição da reeleição de governadores e prefeitos para o período imediato;

e) autonomia municipal;

f) prestação de contas da administração;

g) garantias do Poder Judiciário.

Art. 8.º A intervenção será decretada por lei federal nos casos dos ns. VI e VII do artigo anterior.

Parágrafo único. No caso do n.º VII, o ato arguido de inconstitucionalidade será submetido pelo Procurador-Geral da República ao exame do Supremo Tribunal Federal, e, se este a declarar, será decretada a intervenção.

Art. 9.º Compete ao Presidente da República decretar a intervenção nos casos dos ns. I a V do art. 7.º.

§ 1.º A decretação dependerá:

I — no caso do n.º V, de requisição do Supremo Tribunal Federal ou, se a ordem ou decisão fôr da Justiça Eleitoral, de requisição do Tribunal Superior Eleitoral.

II — no caso do n.º IV, de solicitação do Poder Legislativo ou do Executivo, coato ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação fôr exercida contra o Poder Judiciário.

§ 2.º No segundo caso previsto pelo art. 7.º n.º II, só no Estado invasor será decretada a intervenção.

Art. 10. A não ser nos casos de requisição do Supremo Tribunal Federal ou do Tribunal Superior Eleitoral, o Presidente da República decretará a intervenção e submetê-la-á, sem prejuízo da sua imediata execução, à aprovação do Congresso Nacional, que, se não estiver funcionando, será convocado extraordinariamente para esse fim.

Art. 11. A lei ou o decreto de intervenção fixar-lhe-á a amplitude, a duração e as condições em que deverá ser executada.

Art. 12. Compete ao Presidente da República tornar efetiva a intervenção e, sendo necessário, nomear o Interventor.

Art. 13. Nos casos do art. 7.º, n.º VII, observado o disposto no art. 8.º, parágrafo único, o Congresso Nacional se limitará a suspender a execução do ato arguido de inconstitucionalidade, se essa medida bastar para o restabelecimento da normalidade no Estado.

Art. 14. Cessados os motivos que houverem determinado a intervenção, tornarão ao exercício dos seus cargos as autoridades estaduais afastadas em consequência dela.

Art. 15. Compete à União decretar impostos sobre:

- I — importação de mercadorias de procedência estrangeira;
- II — consumo de mercadorias;
- III — produção, comércio, distribuição e consumo, e bem assim importação e exportação de lubrificantes e de combustíveis líquidos ou gasosos de qualquer origem ou natureza, estendendo-se esse regime, no que fôr aplicável, aos minerais do país e à energia elétrica;
- IV — renda e proventos de qualquer natureza;
- V — transferência de fundos para o exterior;
- VI — negócios de sua economia, atos e instrumentos regulados por lei federal.

§ 1.º São isentos do imposto de consumo os artigos que a lei classificar como o mínimo indispensável à habitação, vestuário, alimentação e tratamento médico das pessoas de restrita capacidade econômica.

§ 2.º A tributação de que trata o n.º III terá a forma de imposto único, que incidirá sobre cada espécie de produto. Da renda resultante, sessenta por cento no mínimo serão entregues aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, proporcionalmente à sua superfície, população, consumo e produção, nos termos e para os fins estabelecidos em lei federal.

§ 3.º A União poderá tributar a renda das obrigações da dívida pública estadual ou municipal e os proventos dos agentes dos Estados e dos Municípios; mas não poderá fazê-lo em limites superiores aos que fixar para as suas próprias obrigações e para os proventos dos seus próprios agentes.

§ 4.º A União entregará aos Municípios, excluídos os das capitais, dez por cento do total que arrecadar de imposto de que trata o n.º IV, feita a distribuição em partes iguais e aplicando-se, pelo menos, metade da importância em benefícios de ordem rural.

§ 5.º não se compreendem nas disposições do n.º VI os atos jurídicos ou os seus instrumentos, quando forem partes a União, os Estados ou os Municípios, ou quando incluídos na competência tributária estabelecida nos arts. 19 e 29.

§ 6.º Na eminência ou no caso de guerra externa, é facultado à União decretar impostos extraordinários, que

não serão partilhados na forma do art. 21 e que deverão suprimir-se gradualmente, dentro em cinco anos, contados da data da assinatura da paz.

Art. 16. Compete ainda à União decretar os impostos previstos no art. 19, que devam ser cobrados pelos Territórios.

Art. 17. A União é vedado decretar tributos que não sejam uniformes em todo o território nacional, ou que importem distinção ou preferência para este ou aquele porto, em detrimento de outro de qualquer Estado.

Art. 18. Cada Estado se regerá pela Constituição e pelas leis que adotar, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição.

§ 1.º Aos Estados se reservam todos os poderes que, implícita ou explicitamente, não lhes sejam vedados por esta Constituição.

§ 2.º Os Estados proverão às necessidades do seu governo e da sua administração, cabendo à União prestar-lhes socorro, em caso de calamidade pública.

§ 3.º Mediante acordo com a União, os Estados poderão encarregar funcionários federais da execução de leis e serviços estaduais ou de atos e decisões das suas autoridades; e, reciprocamente, a União poderá, em matéria da sua competência, cometer a funcionários estaduais encargos análogos, provendo às necessárias despesas.

Art. 19. Compete aos Estados decretar impostos sobre:

- I — propriedade territorial, exceto a urbana;
- II — transmissão de propriedade *Causa mortis*;
- III — transmissão de propriedade imobiliária *inter vivos* e sua incorporação ao capital de sociedades;
- IV — vendas e consignações efetuadas por comerciantes e produtores, inclusive industriais, isenta, porém, a primeira operação do pequeno produtor, conforme o definir a lei estadual;
- V — exportação de mercadorias de sua produção para o estrangeiro, até o máximo de cinco por cento *ad valorem*, vedados quaisquer adicionais;
- VI — os atos regulados por lei estadual, os do serviço de sua justiça e os negócios de sua economia.

§ 1.º O imposto territorial não incidirá sobre sítios de área não exce-

dente a vinte hectares, quando os cultive, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel.

§ 2.º Os impostos sobre transmissão de bens corpóreos (ns. II e III) cabem ao Estado em cujo território estes se achem situados.

§ 3.º O imposto sobre transmissão *causa mortis* de bens incorpóreos, inclusive títulos e créditos, pertence, ainda quando a sucessão se tenha aberto ao estrangeiro, ao Estado em cujo território os valores da herança forem liquidados ou transferidos aos herdeiros.

§ 4.º Os Estados não poderão tributar títulos da dívida pública emitidos por outras pessoas jurídicas de direito público interno, em limites superior ao estabelecido para as suas próprias obrigações.

§ 5.º O imposto sobre vendas e consignações será uniforme, sem distinção de procedência ou destino.

§ 6.º Em casos excepcionais, o Senado Federal poderá autorizar o aumento, por determinado tempo, do imposto de exportação até o máximo de dez por cento *ad valorem*.

Art. 20. Quando a arrecadação estadual de impostos, salvo a do imposto de exportação, exceder, em Município que não seja o da capital, o total das rendas locais de qualquer natureza, o Estado dar-lhe-á anualmente trinta por cento do excesso arrecadado.

Art. 21. A União e os Estados poderão decretar outros tributos além dos que lhes são atribuídos por esta Constituição, mas o imposto federal excluirá o estadual idêntico. Os Estados terão a arrecadação de tais impostos e, à medida que ela se efetuar, entregarão vinte por cento do produto à União e quarenta por cento aos Municípios onde se tiver realizado a cobrança.

Art. 22. A administração financeira, especialmente a execução do orçamento, será fiscalizada na União pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas, e nos Estados e Municípios pela forma que for estabelecida nas Constituições estaduais.

Parágrafo único. Na elaboração orçamentária se observará o disposto nos arts. 73 a 75.

Art. 23. Os Estados não intervirão nos Municípios, senão para lhes regularizar as finanças, quando:

- I — se verificar impontualidade no serviço de empréstimo garantido pelo Estado;

II — deixarem de pagar, por dois anos consecutivos, a sua dívida fundada.

Art. 24. É permitida ao Estado a criação de órgão de assistência técnica aos Municípios.

Art. 25. A organização administrativa e a judiciária do Distrito Federal e dos Territórios regular-se-ão por lei federal, observado o disposto no artigo 124.

Art. 26. O Distrito Federal será administrado por Prefeito, de nomeação do Presidente da República, e terá Câmara eleita pelo povo com funções legislativas.

§ 1.º Far-se-á a nomeação depois que o Senado Federal houver dado assentimento ao nome proposto pelo Presidente da República.

§ 2.º O Prefeito será demissível *ad nutum*.

§ 3.º Os desembargadores do Tribunal de Justiça terão vencimentos não inferiores à mais alta remuneração dos magistrados de igual categoria nos Estados.

§ 4.º Ao Distrito Federal cabem os mesmos impostos atribuídos por esta Constituição aos Estados e aos Municípios.

Art. 27. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer limitações ao tráfego de qualquer natureza por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de taxas, inclusive pedágio, destinadas exclusivamente à indenização das despesas de construção, conservação e melhoramento de estradas.

Art. 28. A autonomia dos Municípios será assegurada:

- I — pela eleição do Prefeito e dos vereadores;
- II — pela administração própria, no que concerne ao seu peculiar interesse e, especialmente,

a) à decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e à aplicação das suas rendas;

b) à organização dos serviços públicos locais.

§ 1.º Poderão ser nomeados pelos governadores dos Estados ou dos Territórios os prefeitos das capitais, bem como os dos Municípios onde houver estâncias hidromineais naturais, quando beneficiadas pelo Estado ou pela União.

§ 2.º Serão nomeados pelos governadores dos Estados ou dos Territórios

os prefeitos dos Municípios que a lei federal, mediante parecer do Conselho de Segurança Nacional, declarar bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do país.

Art. 29. Além da renda que lhes é atribuída por força dos §§ 2.º e 4.º do art. 15, e dos impostos que, no todo ou em parte, lhes forem transferidos pelo Estado, pertencem aos Municípios os impostos:

- I — predial e territorial urbano;
- II — de licença;
- III — de indústrias e profissões;
- IV — sobre diversões públicas;
- V — sobre atos de sua economia ou assuntos de sua competência.

Art. 30. Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar:

- I — contribuição de melhoria, quando se verificar valorização do imóvel, em consequência de obras públicas;
- II — taxas;
- III — quaisquer outras rendas que possam provir do exercício de suas atribuições e da utilização de seus bens e serviços.

Parágrafo único. A contribuição de melhoria não poderá ser exigida em limites superiores à despesa realizada, nem ao acréscimo de valor que da obra decorrer para o imóvel beneficiado.

Art. 31. A União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é vedado:

- I — criar distinções entre brasileiros ou preferências em favor de uns contra outros Estados ou Municípios;
- II — estabelecer ou subvencionar cultos religiosos, ou embarçar-lhes o exercício;
- III — ter relação de aliança ou dependência com qualquer culto ou igreja, sem prejuízo da colaboração recíproca em prol do interesse coletivo;
- IV — recusar fé aos documentos públicos;
- V — lançar impostos sobre:

a) bens, rendas e serviços uns dos outros, sem prejuízo da tributação dos serviços públicos concedidos, observado o disposto no parágrafo único deste artigo;

b) templos de qualquer culto, bens e serviços de partidos políticos, instituições de educação e de assistência

social, desde que as suas rendas sejam aplicadas integralmente no país para os respectivos fins;

c) papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos e livros.

Parágrafo único. Os serviços públicos concedidos não gozam de isenção tributária, salvo quando estabelecida pelo poder competente ou quando a União a instituir, em lei especial, relativamente aos próprios serviços, tendo em vista o interesse comum.

Art. 32. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão estabelecer diferença tributária, em razão da procedência entre bens de qualquer natureza.

Art. 33. É defeso aos Estados e aos Municípios contrair empréstimos externo sem prévia autorização do Senado Federal.

Art. 34. Incluem-se entre os bens da União:

- I — os lagos e quaisquer correntes de água em terrenos do seu domínio ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limite com outros países ou se estendam a território estrangeiro, e bem assim as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países;
- II — a porção de terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, às fortificações, construções militares e estradas de ferro.

Art. 35. Incluem-se entre os bens do Estado os lagos e rios em terrenos do seu domínio e os que têm nascente e foz no território estadual.

Art. 36. São Poderes da União o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, independentes e harmônicos entre si.

§ 1.º O cidadão investido na função de um deles não poderá exercer a de outro, salvo as exceções previstas nesta Constituição.

§ 2.º É vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições.

CAPÍTULO II

DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO I

Disposições preliminares

Art. 37. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Art. 38. A eleição para deputados e senadores far-se-á simultaneamente em todo o país.

Parágrafo único. São condições de elegibilidade para o Congresso Nacional:

- I — ser brasileiro (art. 129, ns. I e II);
- II — estar no exercício dos direitos políticos;
- III — ser maior de vinte e um anos para a Câmara dos Deputados e de trinta e cinco para o Senado Federal.

Art. 39. O Congresso Nacional reunir-se-á na Capital da República, a 15 de março de cada ano, e funcionará até 15 de dezembro.

Parágrafo único. O Congresso Nacional só poderá ser convocado extraordinariamente pelo Presidente da República ou por iniciativa do terço de uma das câmaras.

Art. 40. A cada uma das câmaras compete dispor, em regimento interno, sobre sua organização, polícia, criação e provimento de cargos.

Parágrafo único. Na constituição das comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos nacionais que participem da respectiva câmara.

Art. 41. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, sob a direção da mesa dêste, reunir-se-ão em sessão conjunta para:

- I — inaugurar a sessão legislativa;
- II — elaborar o regimento comum;
- III — receber o compromisso do Presidente e o do Vice-Presidente da República;
- IV — deliberar sobre o veto.

Art. 42. Em cada uma das câmaras, salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria dos seus membros.

Art. 43. O voto será secreto nas eleições e nos casos estabelecidos nos arts. 45, § 2.º, 63, n.º I, 66, n.º VIII, 70, § 3.º, 211 e 213.

Art. 44. Os deputados e os senadores são invioláveis no exercício do mandato por suas opiniões, palavras e votos.

Art. 45. Desde a expedição do diploma até a inauguração da legislatura seguinte, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença de sua câmara.

§ 1.º No caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de quarenta e oito horas à câmara respectiva, para que resolva sobre a prisão e autorize, ou não, a formação da culpa.

§ 2.º A câmara interessada deliberará sempre pelo voto da maioria dos seus membros.

Art. 46. Os deputados e senadores, quer civis, quer militares, não poderão ser incorporados às forças armadas senão em tempo de guerra e mediante licença de sua câmara, ficando então sujeitos à legislação militar.

Art. 47. Os deputados e senadores vencerão anualmente subsídio igual e terão igual ajuda de custo.

§ 1.º o subsídio será dividido em duas partes: uma fixa, que se pagará no decurso do ano, e outra variável, correspondente ao comparecimento.

§ 2.º A ajuda de custo e o subsídio serão fixados no fim de cada legislatura.

Art. 48. Os deputados e senadores não poderão

I — desde a expedição do diploma:

a) celebrar contrato com pessoa jurídica de direito público, entidade autárquica ou sociedade de economia mista, salvo quando o contrato obedecer a normas uniformes;

b) aceitar nem exercer comissão ou emprego remunerado de pessoa jurídica de direito público, entidade autárquica, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público;

II — desde a posse:

a) ser proprietário ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo público do qual possa ser demitido *ad nutum*;

c) exercer outro mandato legislativo, seja federal, estadual ou municipal;

d) patrocinar causa contra pessoa jurídica de direito público.

§ 1.º A infração do disposto neste artigo, ou a falta, sem licença, às sessões, por mais de seis meses consecutivos, importa perda do mandato, declarada pela câmara a que pertença o deputado ou senador, mediante provocação de qualquer dos seus membros ou representação documentada de partido político ou do Procurador-Geral da República.

§ 2.º Ferderá, igualmente, o mandato o deputado ou senador cujo procedi-

mento seja reputado, pelo voto de dois terços dos membros de sua câmara, incompatível com o decôro parlamentar.

Art. 49. É permitido ao deputado ou senador, com prévia licença da sua câmara, desempenhar missão diplomática de caráter transitório, ou participar, no estrangeiro, de congressos, conferências e missões culturais.

Art. 50. Enquanto durar o mandato, o funcionário público ficará afastado do exercício do cargo, contando-se-lhe tempo de serviço apenas para promoção por antiguidade e aposentadoria.

Art. 51. O deputado ou senador investido na função de ministro de Estado, interventor federal ou secretário de Estado não perde o mandato.

Art. 52. No caso do artigo antecedente e no de licença, conforme estabelecer o regimento interno, ou de vaga de deputado ou senador, será convocado o respectivo suplente.

Parágrafo único. Não havendo suplente para preencher a vaga, o presidente da câmara interessada comunicará o fato ao Tribunal Superior Eleitoral para providenciar a eleição, salvo se faltarem menos de nove meses para o termo do período. O deputado ou senador eleito para a vaga exercerá o mandato pelo tempo restante.

Art. 53. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal criarão comissões de inquérito sobre fato determinado, sempre que o requerer um terço dos seus membros.

Parágrafo único. Na organização dessas comissões se observará o critério estabelecido no parágrafo único do art. 40.

Art. 54. Os Ministros de Estado são obrigados a comparecer perante a Câmara dos Deputados, o Senado Federal ou qualquer das suas comissões, quando uma ou outra câmara os convocar para, pessoalmente, prestar informações acerca de assunto previamente determinado.

Parágrafo único. A falta do comparecimento, sem justificação, importa crime de responsabilidade.

Art. 55. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, assim como as suas comissões, designarão dia e hora para ouvir o Ministro de Estado que lhes queira prestar esclarecimentos ou solicitar providências legislativas.

SEÇÃO II

Da Câmara dos Deputados

Art. 56. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, segundo o sistema de representação proporcional, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Territórios.

Art. 17. Cada legislatura durará quatro anos.

Art. 58. O número de deputados será fixado por lei, em proporção que não exceda um para cada cento e cinquenta mil habitantes até vinte deputados, e, além desse limite, um para cada duzentos e cinquenta mil habitantes.

§ 1.º Cada Território terá um deputado, e será de sete deputados o número mínimo por Estado e pelo Distrito Federal.

§ 2.º Não poderá ser reduzida a representação já fixada.

Art. 59. compete privativamente à Câmara dos Deputados:

I — a declaração, pelo voto da maioria absoluta dos seus membros, da procedência ou improcedência da acusação contra o Presidente da República, nos termos do art. 88, e contra os ministros de Estado, nos crimes conexos com os do Presidente da República;

II — a iniciativa da tomada de contas do Presidente da República, mediante designação de comissão especial quando não forem apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

SEÇÃO III

Do Senado Federal

Art. 60. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

§ 1.º Cada Estado, e bem assim o Distrito Federal, elegerá três senadores.

§ 2.º O mandato de senador será de oito anos.

§ 3.º A representação de cada Estado e a do Distrito Federal renovar-se-ão de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e por dois terços.

§ 4.º Substituirá o senador, ou suceder-lhe-á nos termos do art. 52, o suplente com ele eleito.

Art. 61. O Vice-Presidente da República exercerá as funções de presidente do Senado Federal, onde só terá voto de qualidade.

Art. 62. Compete privativamente ao Senado Federal:

- I — julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade e os Ministros de Estado nos crimes da mesma natureza conexos com os daquele;
- II — processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal e o Procurador-Geral da República, nos crimes de responsabilidade.

§ 1.º Nos casos deste artigo, funcionará como presidente do Senado o do Supremo Tribunal Federal.

§ 2.º O Senado Federal só proferirá sentença condenatória pelo voto de dois terços dos seus membros.

§ 3.º Não poderá o Senado Federal impor outra pena que não seja a da perda do cargo com inabilitação, até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública, sem prejuízo da ação da justiça ordinária.

Art. 63. Também compete privativamente ao Senado Federal:

- I — Aprova, mediante voto secreto, a escolha de magistrados, nos casos estabelecidos por esta Constituição, do Procurador Geral da República, dos Ministros do Tribunal de Contas, do Prefeito do Distrito Federal, dos membros do Conselho Nacional de Economia e dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;
- II — autorizar os empréstimos externos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 64. Incumbe ao Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei ou decreto declarado inconstitucionais por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

SEÇÃO IV

Das atribuições do Poder Legislativo

Art. 65. Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República:

- I — votar o orçamento;
- II — votar os tributos próprios da União e regular a arrecadação e a distribuição das suas rendas;

- III — dispor sobre a dívida pública federal e os meios de solvê-la;
- IV — criar e extinguir cargos públicos e fixar-lhes os vencimentos, sempre por lei especial;
- V — votar a lei de fixação das forças armadas para o tempo de paz;
- VI — autorizar abertura e operações de crédito e emissões de curso forçado;
- VII — transferir temporariamente a sede do Governo Federal;
- VIII — resolver sobre limites do território nacional;
- IX — legislar sobre bens do domínio federal e sobre todas as matérias da competência da União, ressalvado o disposto no artigo seguinte.

Art. 66. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

- I — resolver definitivamente sobre os tratados e convenções celebradas com os Estados estrangeiros pelo Presidente da República;
- II — autorizar o Presidente da República a declarar guerra e a fazer a paz;
- III — autorizar o Presidente da República a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou, por motivo de guerra, nele permaneçam temporariamente;
- IV — aprovar ou suspender a intervenção federal, quando decretada pelo Presidente da República;
- V — conceder anistia;
- VI — aprovar as resoluções das assembleias legislativas estaduais sobre incorporação, subdivisão ou desmembramento de Estado;
- VII — autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do país;
- VIII — julgar as contas do Presidente da República;
- IX — fixar a ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional, bem como o subsídio destes e os do Presidente e do Vice-Presidente da República;
- X — mudar temporariamente a sua sede.

SEÇÃO V

Das leis

Art. 67. A iniciativa das leis, ressaltados os casos de competência exclusiva, cabe ao Presidente da República e a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

§ 1.º Cabe à Câmara dos Deputados e ao Presidente da República a iniciativa da lei de fixação das forças armadas e a de todas as leis sobre matéria financeira.

§ 2.º Ressalvada a competência da Câmara dos Deputados, do Senado e dos tribunais federais, no que concerne aos respectivos serviços administrativos, compete exclusivamente ao Presidente da República a iniciativa das leis que criem empregos em serviços existentes, aumentem vencimentos ou modifiquem, no decurso de cada legislatura, a lei de fixação das forças armadas.

§ 3.º A discussão dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República começará na Câmara dos Deputados.

Art. 68. O projeto de lei adotado numa das câmaras será revisto pela outra, que, aprovando-o, o enviará à sanção ou a promulgação (arts. 70 e 71).

Parágrafo único. A revisão será discutida e votada num só turno.

Art. 69. Se o projeto de uma câmara for emendado na outra, volverá à primeira para que se pronuncie acerca da modificação, aprovando-a ou não.

Parágrafo único. Nos termos da votação final, será o projeto enviado à sanção.

Art. 70. Nos casos do art. 65, a câmara onde se concluir a votação de um projeto envia-lo-á ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1.º Se o Presidente da República julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário aos interesses nacionais, veta-lo-á, total ou parcialmente, dentro de dez dias úteis, contados daquele em que o receber, e comunicará no mesmo prazo, ao Presidente do Senado Federal, os motivos do veto. Se a sanção for negada quando estiver finda a sessão legislativa, o Presidente da República publicará o veto.

§ 2.º Decorrido o decênio, o silêncio do Presidente da República importará sanção.

§ 3.º Comunicado o veto ao Presidente do Senado Federal este convocará as duas câmaras para, em sessão conjunta, dêle conhecerem, considerando-se aprovado o projeto que obtiver o voto de dois terços dos deputados e senadores presentes. Nesse caso, será o projeto enviado para promulgação ao Presidente da República.

§ 4.º Se a lei não for promulgada dentro de 48 horas pelo Presidente da República, nos casos dos §§ 2.º e 3.º, o Presidente do Senado a promulgará; e se este o não fizer em igual prazo, fá-lo-á o Vice-Presidente do Senado.

Art. 71. Nos casos do art. 66, considerar-se-á com a votação final encerrada a elaboração da lei, que será promulgada pelo Presidente do Senado.

Art. 72. Os projetos de lei rejeitados ou não sancionados só se poderão renovar na mesma sessão legislativa mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das câmaras.

SEÇÃO VI

Do orçamento

Art. 73. O orçamento será uno, incorporando-se à receita, obrigatoriamente, todas as rendas e suprimentos de fundos, e incluindo-se discriminadamente na despesa as dotações necessárias ao custeio de todos os serviços públicos.

§ 1.º A lei de orçamento não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa para os serviços anteriormente criados. Não se incluem nessa proibição:

- I — a autorização para abertura de créditos suplementares e operações de crédito por antecipação da receita;
- II — aplicação do saldo e o modo de cobrir o *deficit*.

§ 2.º O orçamento da despesa dividir-se-á em duas partes: uma fixa, que não poderá ser alterada senão em virtude de lei anterior; outra variável, que obedecerá a rigorosa especialização.

Art. 74. Se o orçamento não tiver sido enviado à sanção até 30 de novembro, prorrogar-se-á para o exercício seguinte o que estiver em vigor.

Art. 75. São vedados o estorno de verbas, concessão de créditos ilimitados e a abertura, sem autorização legislativa, de crédito especial.

Parágrafo único. A abertura de crédito extraordinário só será admitida por necessidade urgente ou imprevista, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 76. O Tribunal de Contas tem a sua sede na Capital da República e jurisdição em todo o território nacional.

§ 1.º Os Ministros do Tribunal de Contas serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, e terão os mesmos direitos, garantias, prerrogativas e vencimentos dos juizes do Tribunal Federal de Recursos.

§ 2.º O Tribunal de Contas exercerá, no que lhe diz respeito, as atribuições constantes do art. 97, e terá quadro próprio para o seu pessoal.

Art. 77. Compete ao Tribunal de Contas:

- I — acompanhar e fiscalizar diretamente, ou por delegações criadas em lei, a execução do orçamento;
- II — julgar as contas dos responsáveis por dinheiros e outros bens públicos, e as dos administradores das entidades autárquicas;
- III — julgar da legalidade dos contratos e das aposentadorias, reformas e pensões.

§ 1.º Os contratos que, por qualquer modo, interessarem à receita ou à despesa só se reputarão perfeitos depois de registrados pelo Tribunal de Contas. A recusa do registro suspenderá a execução do contrato até que se pronuncie o Congresso Nacional.

§ 2.º Será sujeito a registro no Tribunal de Contas, prévio ou posterior, conforme a lei o estabelecer, qualquer ato de administração pública de que resulte obrigação de pagamento pelo Tesouro Nacional ou por conta deste.

§ 3.º Em qualquer caso, a recusa do registro por falta de saldo no crédito ou por imputação a crédito impróprio terá caráter proibitivo. Quando a recusa tiver outro fundamento, a despesa poderá efetuar-se após despacho do Presidente da República, registro sob reserva do Tribunal de Contas e recurso *ex-officio* para o Congresso Nacional.

§ 4.º O Tribunal de Contas dará parecer prévio, no prazo de sessenta dias, sobre as contas que o Presidente da República deverá prestar anualmente ao Congresso Nacional. Se elas não lhe forem enviadas no prazo

da lei, comunicará o fato ao Congresso Nacional para os fins de direito, apresentando-lhe, num e noutro caso, minucioso relatório do exercício financeiro encerrado.

CAPÍTULO III

DO PODER EXECUTIVO

SEÇÃO I

Do Presidente e do Vice-Presidente da República

Art. 78. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República.

Art. 79. Substitui o Presidente, em caso de impedimento, e sucede-lhe, no de vaga, o Vice Presidente da República.

§ 1.º Em caso de impedimento ou vaga do Presidente e do Vice-Presidente da República, serão sucessivamente chamados ao exercício da presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o Vice-Presidente do Senado Federal e o Presidente do Supremo Tribunal Federal.

§ 2.º Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição sessenta dias depois de aberta a última vaga. Se as vagas ocorrerem na segunda metade do período presidencial, a eleição para ambos os cargos será feita, trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma estabelecida em lei. Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período dos seus antecessores.

Art. 80. São condições de elegibilidade para Presidente e Vice-Presidente da República.

- I — ser brasileiro (art. 129, ns. I e II);
- II — estar no exercício dos direitos políticos;
- III — ser maior de trinta e cinco anos.

Art. 81. O Presidente e o Vice-Presidente da República serão eleitos simultaneamente, em todo o país, cento e vinte dias antes do termo do período presidencial.

Art. 82. O Presidente e o Vice-Presidente da República exercerão o cargo por cinco anos.

Art. 83. O Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão posse em sessão do Congresso Nacional ou, se este não estiver reunido, perante o Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. O Presidente da República prestará, no ato da posse,

este compromisso: "Prometo manter, defender e cumprir a Constituição da República, observar as suas leis, promover o bem geral do Brasil, sustentar-lhe a união, a integridade e a independência".

Art. 84. Se, decorridos trinta dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente da República não tiver, saído por motivo de doença, assumido o cargo, éste será declarado vago pelo Tribunal Eleitoral.

Art. 85. O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão ausentar-se do país sem permissão do Congresso Nacional, sob pena de perda do cargo.

Art. 86. No último ano da legislatura anterior à eleição para Presidente e Vice-Presidente da República, serão fixados os seus subsídios pelo Congresso Nacional.

SEÇÃO II

Das atribuições do Presidente da República

Art. 87. Compete privativamente ao Presidente da República:

- I — sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução;
- II — vetar, nos termos do art. 70, § 1.º, os projetos de lei;
- III — nomear e demitir os Ministros de Estado;
- IV — nomear e demitir o Prefeito do Distrito Federal (art. 26, §§ 1.º e 2.º) e os membros do Conselho Nacional de Economia (art. 205, § 1.º);
- V — prover, na forma da lei e com as ressalvas estatuídas por esta Constituição, os cargos públicos federais;
- VI — manter relações com Estados estrangeiros;
- VII — celebrar tratados e convenções internacionais *ad referendum* do Congresso Nacional;
- VIII — declarar guerra, depois de autorizado pelo Congresso Nacional, ou sem essa autorização no caso de agressão estrangeira, quando verificada no intervalo das sessões legislativas;

IX — fazer a paz, com autorização e *ad referendum* do Congresso Nacional;

X — permitir, depois de autorizado pelo Congresso Nacional, ou sem essa autorização no intervalo das sessões legislativas, que forças estrangeiras transitem pelo território do país ou, por motivo de guerra, nêle permaneçam temporariamente;

XI — exercer o comando supremo das forças armadas, administrando-as por intermédio dos órgãos competentes;

XII — decretar a mobilização total ou parcial das forças armadas;

XIII — decretar o estado de sítio nos termos desta Constituição;

XIV — decretar e executar a intervenção federal nos termos dos arts. 7.º a 14;

XV — autorizar brasileiros a aceitarem pensão, emprêgo ou comissão de governo estrangeiro;

XVI — enviar à Câmara dos Deputados, dentro dos primeiros dois meses da sessão legislativa, a proposta de orçamento;

XVII — prestar anualmente ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao exercício anterior;

XVIII — remeter mensagem ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, dando conta da situação do país e solicitando as providências que julgar necessárias;

XIX — conceder indulto e comutar penas, com audiência dos órgãos instituídos em lei.

SEÇÃO III

Da responsabilidade do Presidente da República

Art. 88. O Presidente da República, depois que a Câmara dos Deputados, pelo voto da maioria absoluta dos seus membros, declarar procedente a

acusação, será submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal nos crimes comuns, ou perante o Senado Federal nos de responsabilidade.

Parágrafo único. Declarada a procedência da acusação, ficará o Presidente da República suspenso das suas funções.

Art. 89. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

- I — a existência da União;
- II — o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados;
- III — o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;
- IV — a segurança interna do país;
- V — a probidade na administração;
- VI — a lei orçamentária;
- VII — a guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos;
- VIII — o cumprimento das decisões judiciárias.

Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.

SEÇÃO IV

Dos Ministros de Estado

Art. 90. O Presidente da República é auxiliado pelos Ministros de Estado.

Parágrafo único. São condições essenciais para a investidura no cargo de Ministro de Estado:

- I — ser brasileiro (art. 129, ns. I e II);
- II — estar no exercício dos direitos políticos;
- III — ser maior de vinte e cinco anos.

Art. 91. Além das atribuições que a lei fixar, compete aos Ministros de Estado:

- I — referendar os atos assinados pelo Presidente da República;
- II — expedir instruções para a boa execução das leis, decretos e regulamentos;
- III — apresentar ao Presidente da República relatório dos serviços de cada ano realizados no ministério;
- IV — comparecer à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal nos casos e para os fins indicados nesta Constituição.

Art. 92. Os Ministros de Estado serão, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, processados e julgados pelo Supremo Tribunal Federal, e, nos conexos com os do Presidente da República, pelos órgãos competentes para o processo e julgamento deste.

Art. 93. São crimes de responsabilidade, além do previsto no art. 54, parágrafo único, os atos definidos em lei (art. 89), quando praticados ou ordenados pelos Ministros de Estado.

Parágrafo único. Os Ministros de Estado são responsáveis pelos atos que assinarem, ainda que juntamente com o Presidente da República, ou que praticarem por ordem deste.

CAPÍTULO IV

DO PODER JUDICIÁRIO

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 94. O Poder Judiciário é exercido pelos seguintes órgãos:

- I — Supremo Tribunal Federal;
- II — Tribunal Federal de Recursos;
- III — Juízes e tribunais militares;
- IV — Juízes e tribunais eleitorais;
- V — Juízes e tribunais do trabalho.

Art. 95. Salvo as restrições expressas nesta Constituição, os juízes gozarão das garantias seguintes:

- I — vitaliciedade, não podendo perder o cargo senão por sentença judiciária;
- II — inamovibilidade, salvo quando ocorrer motivo de interesse público, reconhecido pelo voto de dois terços dos membros efetivos do tribunal superior competente;
- III — irredutibilidade dos vencimentos, que, todavia, ficarão sujeitos aos impostos gerais.

§ 1.º A aposentadoria será compulsória aos setenta anos de idade ou por invalidez comprovada, e facultativa após trinta anos de serviço público, contados na forma da lei.

§ 2.º A aposentadoria, em qualquer desses casos, será decretada com vencimentos integrais.

§ 3.º A vitaliciedade não se estenderá obrigatoriamente aos juízes com atribuições limitadas ao preparo dos processos e à substituição de juízes julgadores, salvo após dez anos de contínuo exercício no cargo.

Art. 96. É vedado ao juiz:

- I — exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo o magistério secundário e superior e os casos previstos nesta Constituição, sob pena de perda do cargo judiciário;
- II — receber, sob qualquer pretexto, percentagens, nas causas sujeitas a seu despacho e julgamento;
- III — exercer atividade politico-partidária.

Art. 97. Compete aos tribunais:

- I — eleger seus presidentes e demais órgãos de direção;
- II — elaborar seus regimentos internos e organizar os serviços auxiliares, provendo-lhes os cargos na forma da lei; e bem assim propor ao Poder Legislativo competente a criação ou a extinção de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos;
- III — conceder licença e férias, nos termos da lei, aos seus membros e aos juizes e serventuários que lhes forem imediatamente subordinados.

SEÇÃO II

Do Supremo Tribunal Federal

Art. 98. O Supremo Tribunal Federal, com sede na Capital da República e jurisdição em todo o território nacional, compor-se-á de onze Ministros. Esse número, mediante proposta do próprio Tribunal, poderá ser elevado por lei.

Art. 99. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre brasileiros (art. 129, ns. I e II), maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Art. 100. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nos crimes de responsabilidade, processados e julgados pelo Senado Federal.

Art. 101. Ao Supremo Tribunal Federal compete:

I — processar e julgar originariamente:

a) o Presidente da República nos crimes comuns;

b) os seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República nos crimes comuns;

c) os Ministros de Estado, os juizes dos tribunais superiores federais, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, os Ministros do Tribunal de Contas e os chefes de missão diplomática em caráter permanente, assim nos crimes comuns como nos de responsabilidade, ressalvado, quanto aos Ministros de Estado, o disposto no final do art. 92;

d) os litígios entre Estados estrangeiros e a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios;

e) as causas e conflitos entre a União e os Estados ou entre estes;

f) os conflitos de jurisdição entre juizes ou tribunais federais de justiça diversas, entre quaisquer juizes ou tribunais federais e os dos Estados, e entre juizes ou tribunais de Estados diferentes, inclusive os do Distrito Federal e os dos Territórios;

g) a extradição dos criminosos, requisitada por Estados estrangeiros e a homologação das sentenças estrangeiras;

h) o *habeas-corpus*, quando o coator ou paciente fôr tribunal, funcionário ou autoridade cujos atos estejam diretamente sujeitos à jurisdição do Supremo Tribunal Federal; quando se tratar de crime sujeito a essa mesma jurisdição em única instância; e quando houver perigo de se consumar a violência, antes que outro juiz ou tribunal possa conhecer do pedido;

i) os mandados de segurança contra ato do Presidente da República, da Mesa da Câmara ou do Senado e do Presidente do próprio Supremo Tribunal Federal;

j) a execução das sentenças, nas causas da sua competência originária, sendo facultada a delegação de atos processuais a juiz inferior ou a outro tribunal;

k) as ações rescisórias de seus acórdãos;

II — julgar em recurso ordinário:

a) os mandados de segurança e os *habeas-corpus* decididos em última instância pelos tribunais locais ou federais, quando denegatória a decisão;

b) as causas decididas por juizes locais, fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro, assim como as em que forem partes um Estado estrangeiro e pessoa domiciliada no país;

c) os crimes políticos;

III — julgar em recurso extraordinário as causas decididas em

única ou última instância por outros tribunais ou juizes:

a) quando a decisão fôr contrária a dispositivo desta Constituição ou à letra de tratado ou lei federal;

b) quando se questionar sobre a validade de lei federal em face desta Constituição, e a decisão recorrida negar aplicação à lei impugnada;

c) quando se contestar a validade de lei ou ato de governo local em face desta Constituição ou de lei federal, e a decisão recorrida julgar válida a lei ou o ato;

d) quando na decisão recorrida a interpretação da lei federal invocada fôr diversa da que lhe haja dado qualquer dos outros tribunais ou o próprio Supremo Tribunal Federal.

IV — rever, em benefício dos condenados, as suas decisões criminais em processos findos.

Art. 102. Com recurso voluntário para o Supremo Tribunal Federal, é da competência do seu Presidente conceder *exequatur* a cartas rogatórias de tribunais estrangeiros.

SEÇÃO III

Do Tribunal Federal de Recursos

Art. 103. O Tribunal Federal de Recursos, com sede na Capital Federal, compor-se-á de nove juizes, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, sendo dois terços entre magistrados e um terço entre advogados e membros do Ministério Público, com os requisitos do art. 99.

Parágrafo único. O Tribunal poderá dividir-se em câmaras ou turmas.

Art. 104. Compete ao Tribunal Federal de Recursos:

I — processar e julgar originariamente:

a) as ações rescisórias de seus acórdãos;

b) os mandados de segurança, quando a autoridade coatora fôr Ministro de Estado, o próprio Tribunal ou o seu Presidente;

II — julgar em grau de recurso:

a) as causas decididas em primeira instância, quando a União fôr interessada como autora, ré, assistente ou oponente, exceto as de falência; ou quando se tratar de crimes praticados em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral e a da Justiça Militar;

b) as decisões de juizes locais, denegatórias de *habeas-corpus*, e as proferidas em mandados de segurança, se federal a autoridade apontada como coatora;

III — rever, em benefício dos condenados, as suas decisões criminais em processos findos.

Art. 105. A lei poderá criar, em diferentes regiões do país, outros Tribunais Federais de Recursos, mediante proposta do próprio Tribunal e aprovação do Supremo Tribunal Federal, fixando-lhes sede e jurisdição territorial e observados os preceitos dos arts. 103 e 104.

SEÇÃO IV

Dos juizes e tribunais militares

Art. 106. São órgãos da Justiça Militar o Superior Tribunal Militar e os tribunais e juizes inferiores que a lei instituir.

Parágrafo único. A lei disporá sobre o número e a forma de escolha dos juizes militares e togados do Superior Tribunal Militar, os quais terão vencimentos iguais aos dos juizes do Tribunal Federal de Recursos, e estabelecerá as condições de acesso dos auditores.

Art. 107. A inamovibilidade assegurada aos membros da Justiça Militar não os exime da obrigação de acompanhar as forças junto às quais tenham de servir.

Art. 108. A Justiça Militar compete processar e julgar, nos crimes militares definidos em lei, os militares e as pessoas que lhes são assemelhadas.

§ 1.º Esse fóro especial poderá estender-se aos civis, nos casos expressos em lei, para a repressão de crimes contra a segurança externa do país, ou as instituições militares.

§ 2.º A lei regulará a aplicação das penas de legislação militar em tempo de guerra.

SEÇÃO V

Dos juizes e tribunais eleitorais

Art. 109. Os órgãos da justiça eleitoral são os seguintes:

I — Tribunal Superior Eleitoral;

II — Tribunais Regionais Eleitorais;

III — Juntas eleitorais;

IV — Juizes eleitorais.

Ara. 110. O Tribunal Superior Eleitoral, com sede na Capital da República, compor-se-á,

I — mediante eleição em escrutínio secreto:

a) de dois juizes escolhidos pelo Supremo Tribunal Federal dentre os seus Ministros;

b) de dois juizes escolhidos pelo Tribunal Federal de Recursos dentre os seus juizes;

c) de um juiz escolhido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal dentre os seus desembargadores;

II — por nomeação do Presidente da República, de dois dentre seis cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, que não sejam incompatíveis por lei, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral elegerá para seu presidente um dos dois Ministros do Supremo Tribunal Federal, cabendo ao outro a vice-presidência.

Art. 111. Haverá um Tribunal Regional Eleitoral na capital de cada Estado e no Distrito Federal.

Parágrafo único. Mediante proposta do Tribunal Superior Eleitoral, poderá criar-se por lei um Tribunal Regional Eleitoral na capital de qualquer Território.

Art. 112. Os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão:

I — mediante eleição em escrutínio secreto:

a) de três juizes escolhidos pelo Tribunal de Justiça dentre os seus membros;

b) de dois juizes escolhidos pelo Tribunal de Justiça dentre os juizes de direito;

II — por nomeação do Presidente da República, de dois dentre seis cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, que não sejam incompatíveis por lei, indicados pelo Tribunal de Justiça.

Parágrafo único. O Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral serão escolhidos dentre os três desembargadores do Tribunal de Justiça.

Art. 113. O número dos juizes dos tribunais eleitorais não será reduzido, mas poderá ser elevado, até nove, mediante proposta do Tribunal Superior Eleitoral e na forma por ele sugerida.

Art. 114. Os juizes dos tribunais eleitorais, salvo motivo justificado,

servirão obrigatoriamente por dois anos, e nunca por mais de dois biênios consecutivos.

Art. 115. Os substitutos dos membros efetivos dos tribunais eleitorais serão escolhidos, na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.

Art. 116. Será regulada por lei a organização das juntas eleitorais, a que presidirá um juiz de direito, e os seus membros serão nomeados, depois de aprovação do Tribunal Regional Eleitoral pelo presidente dêste.

Art. 117. Compete aos juizes de direito exercer, com jurisdição plena e na forma da lei, as funções de juizes eleitorais.

Parágrafo único. A lei poderá outorgar a outros juizes competência para funções não decisórias.

Art. 118. Enquanto servirem, os magistrados eleitorais gozarão, no que lhes fôr aplicável, das garantias estabelecidas no art. 95, ns. I e II, e, como tais, não terão outras incompatibilidades senão as declaradas por lei.

Art. 119. A lei regulará a competência dos juizes e tribunais eleitorais. Entre as atribuições da justiça eleitoral, inclui-se:

I — o registro e a cassação dos partidos políticos;

II — a divisão eleitoral do país;

III — o alistamento eleitoral;

IV — a fixação da data das eleições, quando não determinada por disposição constitucional ou legal;

V — o processo eleitoral, a apuração das eleições e a expedição de diploma aos eleitos;

VI — o conhecimento e a decisão das arguições de inelegibilidade;

VII — o processo e julgamento dos crimes eleitorais e dos comuns que lhes forem conexos, e bem assim o de *habeas-corpus* e mandado de segurança em matéria eleitoral;

VIII — o conhecimento de reclamações relativas a obrigações impostas por lei aos partidos políticos, quanto à sua contabilidade e à apuração da origem dos seus recursos.

Art. 120. São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral,

salvo as que declararem a invalidade de lei ou ato contrários a esta Constituição e as denegatórias de *habeas-corpus* ou mandado de segurança, das quais caberá recurso para o Supremo Tribunal Federal.

Art. 121. Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais somente caberá recurso para o Tribunal Superior Eleitoral quando:

- I — forem proferidas contra expressa disposição de lei;
- II — ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais;
- III — versarem sobre expedição de diploma nas eleições federais e estaduais;
- IV — denegarem *habeas-corpus* ou mandado de segurança.

SEÇÃO VI

Dos juizes e tribunais do trabalho

Art. 122. Os órgãos da justiça do trabalho são os seguintes:

- I — Tribunal Superior do Trabalho;
- II — Tribunais Regionais do Trabalho;
- III — Juntas ou juizes de conciliação e julgamento.

§ 1.º O Tribunal Superior do Trabalho tem sede na Capital Federal.

§ 2.º A lei fixará o número dos Tribunais Regionais do Trabalho e respectivas sedes.

§ 3.º A lei instituirá as juntas de conciliação e julgamento, podendo, nas comarcas onde elas não forem instituídas, atribuir as suas funções aos juizes de direito.

§ 4.º Poderão ser criados por lei outros órgãos da Justiça do Trabalho.

§ 5.º A constituição, investidura, jurisdição, competência, garantias e condições de exercício dos órgãos da Justiça do Trabalho serão reguladas por lei, ficando assegurada a paridade de representação de empregados e empregadores.

Art. 123. Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre empregados e empregadores, e as demais controvérsias oriundas de relações do trabalho regidas por legislação especial.

§ 1.º Os dissídios relativos a acidentes do trabalho são da competência da justiça ordinária.

§ 2.º A lei especificará os casos em que as decisões, nos dissídios coletivos, poderão estabelecer normas e condições de trabalho.

TÍTULO II

Da Justiça dos Estados

Art. 124. Os Estados organizarão a sua justiça com observância dos arts. 95 a 97 e também dos seguintes princípios:

- I — serão inalteráveis a divisão e a organização judiciária dentro de cinco anos da data da lei que as estabelecer, salvo proposta motivada do Tribunal de Justiça;
- II — poderão ser criados tribunais de alçada inferior a dos Tribunais de Justiça;
- III — o ingresso na magistratura vitalícia dependerá de concurso de provas, organizado pelo Tribunal de Justiça com a colaboração do Conselho Secional da Ordem dos Advogados do Brasil, e far-se-á a indicação dos candidatos, sempre que for possível, em lista triplíce;
- IV — a promoção dos juizes far-se-á da entrância para entrância, por antiguidade e por merecimento, alternadamente, e, no segundo caso, dependerá de lista triplíce organizada pelo Tribunal de Justiça. Igual proporção se observará no acesso ao Tribunal, ressalvado o disposto no n.º V deste artigo. Para isso, nos casos de merecimento, a lista triplíce se comporá de nomes escolhidos dentre os dos juizes de qualquer entrância. Em se tratando de antiguidade, que se apurará na última entrância, o Tribunal resolverá preliminarmente se deve ser indicado o juiz mais antigo; e se este for recusado por três quartos dos desembargadores, repetirá a votação em relação ao imediato, e assim por diante, até se fixar a indicação. Somente após dois anos de efetivo exercício na respectiva entrância poderá o juiz ser promovido;
- V — na composição de qualquer tribunal, um quinto dos lu-

gares será preenchido por advogados e membros do Ministério Público, de notório merecimento e reputação ilibada, com dez anos, pelo menos, de prática iorense. Para cada vaga, o Tribunal, em sessão e escrutínio secretos, votará lista tríplice. Escolhido um membro do Ministério Público, a vaga seguinte será preenchida por advogado;

- VI — os vencimentos dos desembargadores serão fixados em quantia não inferior à que recebem, a qualquer título, os secretários de Estado; e dos demais juizes vitalícios, com diferença não excedente a trinta por cento de uma para outra entrância, atribuindo-se aos de entrância mais elevada não menos de dois terços dos vencimentos dos desembargadores;
- VII — em caso de mudança de sede do juízo, é facultado ao juiz remover-se para a nova sede, ou para comarca de igual entrância, ou pedir disponibilidade com vencimentos integrais;
- VIII — só por proposta do Tribunal de Justiça poderá ser alterado o número dos seus membros e dos de qualquer outro tribunal;
- IX — é da competência privativa do Tribunal de Justiça processar e julgar os juizes de inferior instância nos crimes comuns e nos de responsabilidade;
- X — poderá ser instituída a justiça de paz temporária, com atribuição judiciária de substituição, exceto para julgamentos finais ou recoráveis, e competência para a habilitação e celebração de casamentos e outros atos previstos em lei;
- XI — poderão ser criados cargos de juizes togados com investidura limitada a certo tempo e competência para julgamento das causas de pequeno valor. Esses juizes poderão substituir os juizes vitalícios;
- XII — a Justiça Militar estadual, organizada com observância dos preceitos gerais da lei

federal (art. 5.º, n.º XV, letra f)), terá como órgãos de primeira instância os conselhos de justiça e como órgão de segunda instância um tribunal especial ou o Tribunal de Justiça.

TÍTULO III

Do Ministério Público

Art. 125. A lei organizará o Ministério Público da União junto a justiça comum, a militar, a eleitoral e a do trabalho.

Art. 126. O Ministério Público Federal tem por chefe o Procurador-Geral da República. O Procurador, nomeado pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre cidadãos com os requisitos indicados no artigo 99, é demissível *ad nutum*.

Parágrafo único. A União será representada em juízo pelos Procuradores da República, podendo a lei cometer esse encargo, nas comarcas do interior, ao Ministério Público local.

Art. 127. Os membros do Ministério Público da União, do Distrito Federal e dos Territórios ingressarão nos cargos iniciais da carreira mediante concurso. Após dois anos de exercício, não poderão ser demitidos senão por sentença judiciária ou mediante processo administrativo em que se lhes faculte ampla defesa; nem removidos, a não ser mediante representação motivada do chefe do Ministério Público, com fundamento em conveniência do serviço.

Art. 128. Nos Estados, o Ministério Público será também organizado em carreira, observados os preceitos do artigo anterior e mais o princípio de promoção de entrância a entrância.

TÍTULO IV

Da declaração de direitos

CAPÍTULO I

Da nacionalidade e da cidadania

Art. 129. São brasileiros:

- I — os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, não residindo estes a serviço do seu país;
- II — os filhos de brasileiro ou brasileira, nascidos no estrangeiro, se os pais estiverem a

serviço do Brasil, ou, não o estando, se vierem residir no país. Neste caso, atingida a maioridade, deverão, para conservar a nacionalidade brasileira, optar por ela, dentro em quatro anos;

III — os que adquiriram a nacionalidade brasileira nos termos do art. 69, ns. IV e V, da Constituição de 24 de fevereiro de 1891;

IV — os naturalizados pela forma que a lei estabelecer, exigidas aos portugueses apenas residência no país por um ano ininterrupto, idoneidade moral e sanidade física.

Art. 130. Perde a nacionalidade o brasileiro.

I — que, por naturalização voluntária, adquirir outra nacionalidade;

II — que, sem licença do Presidente da República, aceitar de governo estrangeiro comissão emprego ou pensão;

III — que, por sentença judiciária, em processo que a lei estabelecer, tiver cancelada a sua naturalização, por exercer atividade nociva ao interesse nacional.

Art. 31. São eleitores os brasileiros maiores de dezoito anos que se alistarem na forma da lei

Art. 132. Não podem alistar-se eleitores:

I — os analfabetos;

II — os que não saibam exprimir-se na língua nacional;

III — os que estejam privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos.

Parágrafo único. Também não podem alistar-se eleitores as praças de pré, salvo os aspirantes a oficial, os sub-oficiais, os sub-tenentes, os sargentos e os alunos das escolas militares de ensino superior.

Art. 133. O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo as exceções previstas em lei.

Art. 134. O sufrágio é universal e direto; o voto é secreto; e fica assegurada a representação proporcional dos partidos políticos nacionais, na forma que a lei estabelecer.

Art. 135. Só se suspendem ou perdem os direitos políticos nos casos deste artigo.

§ 1.º Suspendem-se:

I — por incapacidade civil absoluta;

II — por condenação criminal, enquanto durarem os seus efeitos.

§ 2.º Perdem-se:

I — nos casos estabelecidos no art. 130;

II — pela recusa prevista no art. 141, § 8.º;

III — pela aquisição de título nobiliário ou condecoração estrangeira que importe restrição de direito ou dever perante o Estado.

Art. 136. A perda dos direitos políticos acarreta simultaneamente a do cargo ou função pública.

Art. 137. A lei estabelecerá as condições de reacquirição dos direitos políticos e da nacionalidade.

Art. 138. São inelegíveis os inalistáveis e os mencionados no parágrafo único do art. 132.

Art. 139. São também inelegíveis:

I — para Presidente e Vice-Presidente da República:

a) o Presidente que tenha exercido o cargo, por qualquer tempo, no período imediatamente anterior, e bem assim o Vice-Presidente que lhe tenha sucedido ou quem, dentro dos seis meses anteriores ao pleito, o haja substituído;

b) até seis meses depois de afastados definitivamente das funções, os governadores, os interventores federais, nomeados de acordo com o art. 12, os Ministros de Estado e o Prefeito do Distrito Federal;

c) até três meses depois de cessadas definitivamente as funções, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e o Procurador-Geral da República, os chefes de estado-maior, os juizes, o procurador-geral e os procuradores regionais da Justiça Eleitoral, os secretários de Estado e os chefes de polícia;

II — para governador:

a) em cada Estado, o Governador que haja exercido o cargo por qualquer tempo no período imediatamente anterior ou quem lhe haja sucedido, ou, dentro dos seis meses anteriores ao pleito, o tenha substituído; e o interventor federal, nomeado na forma do art. 12, que tenha exercido as

funções, por qualquer tempo, no período governamental imediatamente anterior;

b) até um ano depois de afastados definitivamente das funções, o Presidente, o Vice-Presidente da República e os substitutos que hajam assumido a presidência;

c) em cada Estado, até três meses depois de cessadas definitivamente as funções, os secretários de Estado, os comandantes das regiões militares, os chefes e os comandantes de polícia, os magistrados federais e estaduais e o chefe do Ministério Público;

d) até três meses depois de cessadas definitivamente as funções, os que forem inelegíveis para Presidente da República, salvo os mencionados nas letras a e b deste número;

III — para prefeito, o que houver exercido o cargo por qualquer tempo, no período imediatamente anterior, e bem assim o que lhe tenha sucedido, ou, dentro dos seis meses anteriores ao pleito, o haja substituído; e, igualmente, pelo mesmo prazo, as autoridades policiais com jurisdição no Município;

IV — para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, as autoridades mencionadas em os ns. I e II, nas mesmas condições de ambos estabelecidas, se em exercício nos três meses anteriores ao pleito;

V — para as assembleias legislativas, os governadores, secretários de Estado e chefes de polícia, até dois meses depois de cessadas definitivamente as funções.

Parágrafo único. Os preceitos deste artigo aplicam-se aos titulares, assim efetivos como interinos, dos cargos mencionados.

Art. 140. São ainda inelegíveis, nas mesmas condições do artigo anterior, o cônjuge e os parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau:

I — do Presidente e do Vice-Presidente da República ou do substituto que assumir a presidência:

a) para Presidente e Vice-Presidente;

b) para governador;

c) para deputado ou senador, salvo se já tiverem exercido o mandato ou

forem eleitos simultaneamente com o Presidente e o Vice-Presidente da República;

II — do Governador ou Interventor Federal, nomeado de acordo com o art. 12 em cada Estado:

a) para governador;

b) para deputado ou senador, salvo se já tiverem exercido o mandato ou forem eleitos simultaneamente com o governador;

III — do prefeito, para o mesmo cargo.

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS E DAS GARANTIAS INDIVIDUAIS

Atr. 141. A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 1.º Todos são iguais perante a lei.

§ 2.º Ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

§ 3.º A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

§ 4.º A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual.

§ 5.º É livre a manifestação do pensamento, sem que dependa de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar, pelos abusos que cometer. Não é permitido o anonimato. É assegurado o direito de resposta. A publicação de livros e periódicos não dependerá de licença do poder público. Não será, porém, tolerada propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou de classe.

§ 6.º É inviolável o sigilo da correspondência.

§ 7.º É inviolável a liberdade de consciência e de crença e assegurada o livre exercício dos cultos religiosos, salvo o dos que contrariem a ordem pública ou os bons costumes. As associações religiosas adquirirão personalidade jurídica na forma da lei civil.

§ 8.º Por motivo de convicção religiosa, filosófica ou política, ninguém será privado de nenhum dos seus direitos, salvo se a invocar para se eximir de obrigação, encargo ou serviço impostos pela lei aos brasileiros em

geral, ou recusar os que ela estabelecer em substituição daqueles deveres, a fim de atender excusa de consciência.

§ 9.º Sem constrangimento dos favorecidos, será prestada por brasileiro (art. 129, ns. I e II) assistência religiosa às forças armadas e, quando solicitada pelos interessados ou seus representantes legais, também nos estabelecimentos de internação coletiva.

§ 10. Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal. É permitido a todas as confissões religiosas praticar nêles os seus ritos. As associações religiosas poderão, na forma da lei, manter cemitérios particulares.

§ 11. Todos podem reunir-se, sem armas, não intervindo a polícia senão para assegurar a ordem pública. Com esse intuito poderá a polícia designar o local para a reunião, contanto que, assim procedendo, não a frustre ou impossibilite.

§ 12. É garantida a liberdade de associação para fins lícitos. Nenhuma associação poderá ser compulsoriamente dissolvida senão em virtude de sentença judiciária.

§ 13. É vedada a organização, o regime democrático, baseado na pluralidade de partidos políticos ou associação, cujo programa ou ação contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade dos partidos, e na garantia dos direitos fundamentais do homem.

§ 14. É livre o exercício de qualquer profissão, observadas as condições de capacidade que a lei estabelecer.

§ 15. A casa é o asilo inviolável do indivíduo. Ninguém poderá nela penetrar à noite, sem consentimento do morador, a não ser para acudir a vítimas de crime ou desastre, nem durante o dia, fora dos casos e pela forma que a lei estabelecer.

§ 16. É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito a indenização ulterior.

§ 17. Os inventos industriais pertencem aos seus autores aos quais a lei

garantirá privilégio temporário ou, se a vulgarização convier à coletividade, concederá justo prêmio.

§ 18. É assegurada a propriedade das marcas de indústrias e comércio, bem como a exclusividade do uso do nome comercial.

§ 19. Aos autores de obras literárias, artísticas ou científicas pertence o direito exclusivo de reproduzi-las. Os herdeiros dos autores gozarão desse direito pelo tempo que a lei fixar.

§ 20. Ninguém será preso senão em flagrante delito ou, por ordem escrita da autoridade competente, nos casos expressos em lei.

§ 21. Ninguém será levado a prisão ou nela detido se prestar fiança permitida em lei.

§ 22. A prisão ou detenção de qualquer pessoa será imediatamente comunicada ao juiz competente, que a relaxará, se não fôr legal, e, nos casos previstos em lei, promoverá a responsabilidade da autoridade coatora.

§ 23. Dar-se-á *habeas-corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. Nas transgressões disciplinares, não cabe o *habeas-corpus*.

§ 24. Para proteger direito líquido e certo não amparado por *habeas-corpus*, conceder-se-á mandado de segurança, seja qual fôr a autoridade responsável pela ilegalidade ou abuso de poder.

§ 25. É assegurada aos acusados plena defesa, com todos os meios e recursos essenciais a ela, desde a nota de culpa, que, assinada pela autoridade competente, com os nomes do acusador e das testemunhas, será entregue ao preso dentro em vinte e quatro horas. A instrução criminal será contraditória.

§ 26. Não haverá foro privilegiado nem juízes e tribunais de exceção.

§ 27. Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente e na forma de lei anterior.

§ 28. É mantida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, contanto que seja sempre ímpar o número dos seus membros e garantido o sigilo das votações, a plenitude da competência, o julgamento dos crimes, a defesa do réu e a soberania dos veredictos. Será obrigatoriamente da sua dolosos contra a vida.

§ 29. A lei penal regulará a individualização da pena e só retroagirá quando beneficiar o réu.

§ 30. Nenhuma pena passará da pessoa do delinqüente.

§ 31. Não haverá pena de morte, de banimento, de confisco nem de caráter perpétuo. São ressalvadas, quanto à pena de morte, as disposições da legislação militar em tempo de guerra com país estrangeiro. A lei disporá sobre o seqüestro e o perdimento de bens, no caso de enriquecimento ilícito por influência ou com abono de cargo ou função pública, ou de emprego em entidade autárquica.

§ 32. Não haverá prisão civil por dívida, multa ou custas, salvo o caso do depositário infiel e o de inadimplemento de obrigação alimentar, na forma da lei.

§ 33. Não será concedida a extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião e, em caso nenhum, a de brasileiro.

§ 34. Nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça; nenhum será cobrado em cada exercício sem prévia autorização orçamentária, ressalvada, porém, a tarifa aduaneira e o imposto lançado por motivo de guerra.

§ 35. O poder público, na forma que a lei estabelecer, concederá assistência judiciária aos necessitados.

§ 36. A lei assegurará:

I — o rápido andamento dos processos nas repartições públicas;

II — a ciência aos interessados dos despachos e das informações a que eles se refiram;

III — a expedição das certidões requeridas para defesa de direito;

IV — a expedição das certidões requeridas para esclarecimento de negócios administrativos, salvo se o interesse público impuser sigilo.

§ 37. É assegurado a quem quer que seja o direito de representar, mediante petição dirigida aos poderes públicos, contra abusos de autoridades, e promover a responsabilidade delas.

§ 38. Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos do patrimônio da União, dos Estados, dos Municípios, das entidades autárquicas e das sociedades de economia mista.

Art. 142. Em tempo de paz, qualquer pessoa poderá com os seus bens entrar no território nacional, nele permane-

cer ou dele sair, respeitados os preceitos da lei.

Art. 143. O Governo Federal poderá expulsar do território nacional o estrangeiro nocivo à ordem pública, salvo se o seu cônjuge for brasileiro, e se tiver filho brasileiro (art. 129, ns. I e II) dependente da economia paterna.

Art. 144. A especificação dos direitos e garantias expressos nesta Constituição não exclui outros direitos e garantias decorrentes do regime e dos princípios que ela adota.

TÍTULO V

Da ordem econômica e social

Art. 145. A ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça social, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano.

Parágrafo único. A todos é assegurado trabalho que possibilite existência digna. O trabalho é obrigação social.

Art. 146. A União poderá, mediante lei especial, intervir no domínio econômico e monopolizar determinada indústria ou atividade. A intervenção terá por base o interesse público e por limite os direitos fundamentais assegurados nesta Constituição.

Art. 147. O uso da propriedade será condicionada ao bem estar social. A lei poderá, com observância do disposto no artigo 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos.

Art. 148. A lei reprimirá toda e qualquer forma de abusos do poder econômico, inclusive as uniões ou agrupamentos de empresas individuais ou sociais, seja qual for a sua natureza, que tenham por fim dominar os mercados nacionais, eliminar a concorrência e aumentar arbitrariamente os lucros.

Art. 149. A lei disporá sobre o regime dos bancos de depósito, das empresas de seguro, de capitalização e de fins análogos.

Art. 150. A lei criará estabelecimentos de crédito especializado de amparo à lavoura e à pecuária.

Art. 151. A lei disporá sobre o regime das empresas concessionárias de serviços públicos federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único. Será determinada a fiscalização e a revisão das tarifas dos serviços explorados por concessão, a fim de que os lucros dos concessioná-

rios, não occidendo a justa remuneração do capital lhes permitem atender a necessidades de melhoramentos e expansão desses serviços. Aplicar-se-á a lei às concessões feitas no regime anterior, de tarifas estipuladas para todo o tempo de duração do contrato.

Art. 152. As minas e demais riquezas do subsolo, bem como as quedas d'água, constituem propriedade distinta da do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial.

Art. 153. O aproveitamento dos recursos minerais e de energia hidráulica depende de autorização ou concessão federal na forma da lei.

§ 1.º As autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no país, assegurada ao proprietário do solo preferência para a exploração. Os direitos de preferência do proprietário do solo, quanto às minas e jazidas, serão regulados de acôrdo com a natureza delas.

§ 2.º Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida.

§ 3.º Satisfeitas as condições exigidas pela lei, entre as quais a de possuírem os necessários serviços técnicos e administrativos, os Estados passarão a exercer nos seus territórios a atribuição constante deste artigo.

§ 4.º A União, nos casos de interesse geral indicados em lei, auxiliará os Estados nos estudos referentes às águas termominerais de aplicação medicinal e no aproveitamento das estâncias destinadas ao uso delas.

Art. 154. A usura, em tôdas as suas modalidades, será punida na forma da lei.

Art. 155. A navegação de cabotagem para o transporte de mercadorias é privativa dos navios nacionais, salvo caso de necessidade pública.

Parágrafo único. Os proprietários, armadores e comandantes de navios nacionais, bem como dois terços, pelo menos, dos seus tripulantes, devem ser brasileiros (art. 129, ns. I e II).

Art. 156. A lei facilitará a fixação do homem no campo, estabelecendo planos de colonização e de aproveitamento das terras públicas. Para esse fim, serão preferidos os nacionais e, dentre eles, os habitantes das zonas empobrecidas e os desempregados.

§ 1.º Os Estados assegurarão aos posseiros de terras devolutas, que nelas tenham morada habitual, prefe-

rência para aquisição até vinte e cinco hectares.

§ 2.º Sem prévia autorização do Senado Federal, não se fará qualquer alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dez mil hectares.

§ 3.º Todo aquêle que, não sendo proprietário rural nem urbano, ocupar, por dez anos interruptos, sem oposição nem reconhecimento de domínio alheio, trecho de terra não superior a vinte e cinco hectares, tornando-o produtivo por seu trabalho e tendo nêle sua morada, adquirir-lhe-á a propriedade, mediante sentença declaratória devidamente transcrita.

Art. 157. A legislação do trabalho e a da previdência social obedecerão aos seguintes preceitos, além de outros que visem à melhoria da condição dos trabalhadores:

- I — salário mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades normais do trabalhador e de sua família;
- II — proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho por motivo de sexo, nacionalidade ou estado civil;
- III — salário do trabalho noturno superior ao do diurno;
- IV — participação obrigatória e direta do trabalhador nos lucros da empresa, nos termos e pela forma que a lei determinar;
- V — duração diária do trabalho não excedente a oito horas, exceto nos casos e condições previstas em lei;
- VI — repouso semanal remunerado, preferentemente aos domingos e, no limite das exigências técnicas das empresas, nos feriados civis e religiosos, de acôrdo com a tradição local;
- VII — férias anuais remuneradas;
- VIII — higiene e segurança do trabalho;
- IX — proibição de trabalho a menores de quatorze anos; em indústrias insalubres, a mulheres e a menores de dezoito anos; e de trabalho noturno a menores de dezoito anos, respeitadas em qualquer caso, as condições estabelecidas em lei

e as exceções admitidas pelo juiz competente;

- X — direito da gestante a descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do emprego nem do salário;
- XI — fixação das percentagens de empregados brasileiros nos serviços públicos dados em concessão e nos estabelecimentos de determinados ramos de comércio e da indústria;
- XII — estabilidade, na empresa ou na exploração rural, e indenização ao trabalhador despedido, nos casos e nas condições que a lei estatuir;
- XIII — reconhecimento das convenções coletivas de trabalho;
- XIV — assistência sanitária, inclusive hospitalar e médica preventiva, ao trabalhador e à gestante;
- XV — assistência aos desempregados;
- XVI — previdência, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado, em favor da maternidade e contra as consequências da doença, da velhice, da invalidez e da morte;
- XVII — obrigatoriedade da instituição do seguro pelo empregador contra os acidentes do trabalho.

Parágrafo único. Não se admitirá distinção entre o trabalho manual ou técnico e o trabalho intelectual, nem entre os profissionais respectivos, no que concerne a direitos, garantias e benefícios.

Art. 158. É reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará.

Art. 159. É livre a associação profissional ou sindical, sendo reguladas por lei a forma de sua constituição, a sua representação legal nas convenções coletivas de trabalho e o exercício de funções delegadas pelo poder público.

Art. 160. É vedada a propriedade de empresas jornalísticas, sejam políticas ou simplesmente noticiosas, assim como a de radiodifusão, a sociedades anônimas por ações ao portador e a estrangeiros. Nem esses, nem pessoas jurídicas, excetuados os partidos políticos nacionais, poderão ser acio-

nistas de sociedades anônimas proprietárias dessas empresas. A brasileiros (art. 129, ns. I e II) caberá exclusivamente, a responsabilidade principal delas e a sua orientação intelectual e administrativa.

Art. 161. A lei regulará o exercício das profissões liberais e a revulgação de diploma expedido por estabelecimento estrangeiro de ensino.

Art. 162. A seleção, entrada, distribuição e fixação de imigrantes ficarão sujeitas, na forma da lei, às exigências do interesse nacional.

Parágrafo único. Caberá a um órgão federal orientar esses serviços e coordená-los com os de naturalização e de colonização, devendo nesta aproveitar nacionais.

TÍTULO VI

Da Família, da Educação e da Cultura

CAPÍTULO I

DA FAMÍLIA

Art. 163. A família é constituída pelo casamento de vínculo indissolúvel e terá direito à proteção especial do Estado.

§ 1.º O casamento será civil, e gratuita a sua celebração. O casamento religioso equivalerá ao civil se, observados os impedimentos e as prescrições da lei, assim o requerer o celebrante ou qualquer interessado, contanto que seja o ato inscrito no registro público.

§ 2.º O casamento religioso, celebrado sem as formalidades deste artigo, terá efeitos civis, se, a requerimento do casal, for inscrito no registro público, mediante prévia habilitação perante a autoridade competente.

Art. 164. É obrigatória, em todo o território nacional a assistência à maternidade, à infância e à adolescência. A lei instituirá o amparo de famílias de prole numerosa.

Art. 165. A vocação para suceder em bens de estrangeiro existentes no Brasil será regulada pela lei brasileira e em benefício do cônjuge ou de filhos brasileiros, sempre que lhes não seja mais favorável a lei nacional do *de cujus*.

CAPÍTULO II

DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA

Art. 166. A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

Art. 167. O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos poderes públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem.

Art. 168. A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

- I — o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional;
- II — o ensino primário oficial é gratuito para todos; o ensino oficial ulterior ao primário se-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos;
- III — as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes;
- IV — as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores;
- V — o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por ele, se for capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável;
- VI — para o provimento das cátedras, no ensino secundário oficial e no superior oficial ou livre, exigir-se-á concurso de títulos e provas. Aos professores, admitidos por concurso de títulos e provas, será assegurada a vitaliciedade;
- VII — é garantida a liberdade de cátedra.

Art. 169. Anualmente, a União aplicará nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 170. A União organizará o sistema federal de ensino e o dos territórios.

Parágrafo único. O sistema federal de ensino terá caráter supletivo, en-

tendendo-se a todo o país nos estritos limites das deficiências locais.

Art. 171. Os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino.

Parágrafo único. Para o desenvolvimento desses sistemas a União cooperará com auxílio pecuniário, o qual em relação ao ensino primário, provir do respectivo Fundo Nacional.

Art. 172. Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.

Art. 173. As ciências, as letras e as artes são livres.

Art. 174. O amparo à cultura é dever do Estado.

Parágrafo único. A lei promoverá a criação de institutos de pesquisas, de preferência junto aos estabelecimentos de ensino superior.

Art. 175. As obras, os monumentos e as antiguidades de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do poder público.

TÍTULO VII

Das Forças Armadas

Art. 176. As forças armadas, constituídas essencialmente pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei.

Art. 177. Destinam-se as forças armadas a defender a Pátria e a garantir aos poderes constitucionais, a lei e a ordem.

Art. 178. Cabe ao Presidente da República a direção política da guerra e a escolha dos comandantes-chefes das forças em operação.

Art. 179. Os problemas relativos à defesa do país serão estudados pelo Conselho de Segurança Nacional e pelos órgãos especiais das forças armadas, incumbidos de prepará-las para a mobilização e as operações militares.

§ 1.º O Conselho de Segurança Nacional será dirigido pelo Presidente da República, e dele participarão, no caráter de membros efetivos, os ministros de Estado e os chefes de estado-maior que a lei determinar. Nos impedimentos, indicará o Presidente da República o seu substituto.

§ 2.º A lei regulará a organização, a competência e o funcionamento, sem assentimento do Conselho de Segurança Nacional;

Art. 170. Nas zonas indispensáveis à defesa do país, não se permitirá, sem prévio assentimento do Conselho de Segurança Nacional:

- I — qualquer ato referente a concessão de terras, a abertura de vias de comunicação e a instalação de meios de transmissão;
- II — a construção de pontes e estradas internacionais;
- III — o estabelecimento ou exploração de quaisquer indústrias que interessem à segurança do país

§ 1.º A lei especificará as zonas indispensáveis à defesa nacional, regulará a sua utilização e assegurará, nas indústrias nelas situadas, predominância de capitais e trabalhadores brasileiros.

§ 2.º As autorizações de que tratam os ns. I, II e III poderão, em qualquer tempo, ser modificadas ou cassadas pelo Conselho de Segurança Nacional.

Art. 181. Todos os brasileiros são obrigados ao serviço militar ou a outros encargos necessários à defesa da Pátria, nos termos e sob as penas da lei.

§ 1.º As mulheres ficam isentas do serviço militar, mas sujeitas aos encargos que a lei estabelecer.

§ 2.º A obrigação militar dos eclesiásticos será cumprida nos serviços das forças armadas ou na sua assistência espiritual.

§ 3.º Nenhum brasileiro poderá, a partir da idade inicial fixada em lei, para prestação de serviço militar, exercer função pública ou ocupar emprego em entidade autárquica, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, sem a prova de ter-se alistado, ser reservista ou gozar de isenção.

§ 4.º Para favorecer o cumprimento das obrigações militares, são permitidos os tiros de guerra e outros órgãos de formação de reservistas.

Art. 182. As patentes, com as vantagens, regalias e prerrogativas a elas inerentes, são garantidas em toda a plenitude, assim aos oficiais da ativa e da reserva, como aos reformados.

§ 1.º Os títulos, postos e uniformes militares são privativos do militar da ativa ou da reserva e do reformado.

§ 2.º O oficial das forças armadas só perderá o posto e a patente por sentença condenatória passada em julgado, cuja pena restritiva da liberdade individual ultrapasse dois anos; ou, nos casos previstos em lei, se for declarado indigno do oficialato ou com ele incompatível, conforme decisão de tribunal militar de caráter permanente em tempo de paz, ou de tribunal especial em tempo de guerra externa ou civil.

§ 3.º O militar em atividade que aceitar cargo público permanente, estranho à sua carreira, será transferido para a reserva, com os direitos e deveres definidos em lei.

§ 4.º O militar em atividade que aceitar cargo público temporário, eletivo ou nãlo, será agregado ao respectivo quadro e somente contará tempo de serviço para a promoção por antiguidade, transferência para a reserva ou reforma. Depois de oito anos de afastamento contínuos ou não, será transferido, na forma da lei, para a reserva, sem prejuízo da contagem de tempo para a reforma.

§ 5.º Enquanto perceber remuneração de cargo permanente ou temporário, não terá direito o militar aos proventos do seu posto, quer esteja em atividade, na reserva ou reformado.

§ 6.º Aos militares se aplica o disposto nos artigos 192 e 193.

Art. 183. As polícias, instituídas para a segurança interna e a manutenção da ordem nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, são consideradas, como forças auxiliares, reservas do Exército.

Parágrafo único. Quando mobilizado a serviço da União em tempo de guerra externa ou civil, o seu pessoal gozará das mesmas vantagens atribuídas ao pessoal do Exército.

TÍTULO VIII

Das Funções Públicas

Art. 184. Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, observados os requisitos que a lei estabelecer.

Art. 185. É vedada a acumulação de quaisquer cargos, exceto a prevista no art. 90, n.º I, e a de dois cargos de ministério ou a de um destes com outro técnico ou científico, contanto que haja correlação de matérias e compatibilidade de horário.

Art. 186. A primeira investidura em cargo de carreira e em outros que a lei determinar efetuar-se-á mediante

concurso precedendo inspeção de saúde.

Art. 187. São vitalícios somente os magistrados, os Ministros do Tribunal de Contas, os titulares de ofício de justiça e os professores catedráticos.

Art. 188. São estáveis:

- I — depois de dois anos de exercício, os funcionários efetivos nomeados por concurso;
- II — depois de cinco anos de exercício, os funcionários efetivos nomeados sem concurso.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos cargos de confiança nem aos que a lei declare de livre nomeação e demissão.

Art. 189. Os funcionários públicos perderão o cargo:

- I — quando vitalício, somente em virtude de sentença judiciária;
- II — quando estáveis, no caso do número anterior, no de se extinguir o cargo ou no de serem demitidos mediante processo administrativo em que se lhes tenha assegurado ampla defesa.

Parágrafo único. Extinguindo-se o cargo, o funcionário estável ficará em disponibilidade remunerada até o seu obrigatório aproveitamento em outro cargo de natureza e vencimentos compatíveis com o que ocupava.

Art. 190. Invalidada por sentença a demissão de qualquer funcionário, será ele reintegrado; e quem lhe houver ocupado o lugar ficará destituído de plano ou será reconduzido ao cargo anterior, mas sem direito a indenização.

Art. 191. O funcionário será aposentado:

- I) por invalidez;
- II) compulsoriamente, aos 70 anos de idade.

§ 1.º Será aposentado, se o requerer, o funcionário que contar 35 anos de serviço.

§ 2.º Os vencimentos da aposentadoria serão integrais, se o funcionário contar 30 anos de serviço; e proporcionais, se contar tempo menor.

§ 3.º Serão integrais os vencimentos da aposentadoria, quando o funcionário se invalidar por acidente ocorrido no serviço, por moléstia profissional ou por doença grave contagiosa ou incurável especificada em lei.

§ 4.º Atendendo à natureza especial do serviço, poderá a lei reduzir os

limites referidos em o n.º 1.º e no § 2.º deste artigo.

Art. 192. O tempo de serviço público federal, estadual, ou municipal computa-se-á integralmente para efeitos de disponibilidade e aposentadoria.

Art. 193. Os proventos da inatividade serão revistos sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, se modificarem os vencimentos dos funcionários em atividade.

Art. 194. As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis pelos danos que os seus funcionários, nessa qualidade, causem a terceiros.

Parágrafo único. Caber-lhes-á ação regressiva contra os funcionários causadores do dano, quando tiver havido culpa destes.

TÍTULO IX

Disposições Gerais

Art. 195. São símbolos nacionais a bandeira, o hino, o selo e as armas vigorantes na data da promulgação desta Constituição.

Parágrafo único. Os Estados e os Municípios podem ter símbolos próprios.

Art. 196. É mantida a representação diplomática junto a Santa Sé.

Art. 197. As incompatibilidades declaradas no art. 48 estendem-se, no que for aplicável, ao Presidente e ao Vice-Presidente da República, aos Ministros de Estado e aos membros do Poder Judiciário.

Art. 198. Na execução do plano de defesa contra os efeitos da denominada seca do Nordeste, a União dependerá anualmente, com as obras e os serviços de assistência econômica e social quantia nunca inferior a três por cento da sua renda tributária.

§ 1.º Um terço dessa quantia será depositado em caixa especial, destinada ao socorro das populações atingidas pela calamidade podendo essa reserva, ou parte dela, ser aplicada a juro módico, consoante as determinações legais, em empréstimos a agricultores e industriais estabelecidos na área abrangida pela seca.

§ 2.º Os Estados compreendidos na área da seca deverão aplicar três por cento da sua renda tributária na construção de açudes pelo regime de cooperação, e noutros serviços necessários à assistência das suas populações.

Art. 199. A execução do plano de valorização econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária.

Parágrafo único. Os Estados e os Territórios daquela região, bem como os respectivos Municípios, reservarão para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias. Os recursos de que trata este parágrafo serão aplicados por intermédio do Governo Federal.

Art. 200. Só pelo voto da maioria absoluta dos seus membros poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou de ato do poder público.

Art. 201. As causas em que a União fôr autora serão aforadas na capital do Estado ou Território em que tiver domicílio a outra parte. As intentadas contra a União poderão ser aforadas na capital do Estado ou Território em que fôr domiciliado o autor; na capital do Estado em que se verificou o ato ou fato originador da demanda ou esteja situada a coisa; ou ainda no Distrito Federal.

§ 1.º As causas propostas perante outros juízos, se a União nelas intervier como assistente ou oponente, passarão a ser da competência de um dos juízos da capital.

§ 2.º A lei poderá permitir que a ação seja proposta noutro fóro, cometendo ao Ministério Público estadual a representação judicial da União.

Art. 202. Os tributos terão caráter pessoal, sempre que isso fôr possível, e serão graduados conforme a capacidade econômica do contribuinte.

Art. 203. Nenhum imposto gravará diretamente os direitos de autor, nem a remuneração de professores e jornalistas.

Art. 204. Os pagamentos devidos pela fazenda federal, estadual, ou municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão na ordem de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, sendo proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos extra-orçamentários abertos para esse fim.

Parágrafo único. As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as importâncias à repartição competente. Cabe ao Presidente do Tribunal Federal de Recursos ou, conforme o caso, ao Presidente do Tri-

bunal de Justiça expedir as ordens de pagamento, segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor preterido no seu direito de precedência, e depois de ouvido o chefe do Ministério Público, o sequestro da quantia necessária para satisfazer o débito.

Art. 205. É instituído o Conselho Nacional de Economia, cuja organização será regulada em lei.

§ 1.º Os seus membros serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre cidadãos de notória competência em assuntos econômicos.

§ 2.º Incumbe ao Conselho estudar a vida econômica do país e sugerir ao poder competente as medidas que considerar necessárias.

Art. 206. O Congresso Nacional poderá decretar o estado de sítio nos casos:

I — de comoção intestina grave ou de fatos que evidenciem estar a mesma a irromper;

II — de guerra externa;

Art. 207. A lei que decretar o estado de sítio, no caso de guerra externa ou no de comoção intestina grave com o caráter de guerra civil, estabelecerá as normas a que deverá obedecer a sua execução e indicará as garantias constitucionais que continuarão em vigor. Especificará também os casos em que os crimes contra a segurança da Nação ou das suas instituições políticas e sociais devam ficar sujeitos à jurisdição e à legislação militares, ainda quando cometidos por civis, mas fora das zonas de operação, somente quando com elas se relacionarem e influírem no seu curso.

Parágrafo único. Publicada a lei, o Presidente da República designará por decreto as pessoas a quem é cometida a execução do estado de sítio e as zonas de apuração que de acordo com a referida lei, ficarão submetidas à jurisdição e à legislação militares.

Art. 208. No intervalo das sessões legislativas, será da competência exclusiva do Presidente da República a decretação ou a prorrogação do estado de sítio, observados os preceitos do artigo anterior.

Parágrafo único. Decretado o estado de sítio, o Presidente do Senado Federal convocará imediatamente o Congresso Nacional para se reunir dentro em quinze dias, a fim de o aprovar ou não.

Art. 209. Durante o estado de sítio decretado com fundamento em o n.º I do art. 206, só se poderão tomar contra as pessoas as seguintes medidas:

- I — obrigação de permanência localidade determinada;
- II — detenção em edifício não destinado a réus de crimes comuns;
- III — desterro para qualquer localidade, povoada e salubre, do território nacional.

Parágrafo único. O Presidente da República poderá, outrossim, determinar:

- I — a censura de correspondência ou de publicidade, inclusive a de radiodifusão, cinema e teatro;
- II — a suspensão da liberdade de reunião, inclusive a exercida no seio das associações;
- III — a busca e apreensão em domicílio;
- IV — a suspensão do exercício do cargo ou função a funcionário público ou empregado de autarquia, de entidade de economia mista ou de empresa concessionária de serviço público;
- V — a intervenção nas empresas de serviços públicos.

Art. 210. O estado de sítio, no caso do n.º I do art. 206, não poderá ser decretado por mais de trinta dias nem prorrogado, de cada vez, por prazo superior a esse. No caso do n.º II, poderá ser decretado por todo o tempo em que perdurar a guerra externa.

Art. 211. Quando o estado de sítio fôr decretado pelo Presidente da República (art. 208), este, logo que se reunir o Congresso Nacional, relatará, em mensagem especial, os motivos determinantes da decretação e justificará as medidas que tiverem sido adotadas. O Congresso Nacional passará, em sessão secreta, a deliberar sobre o decreto expedido, para revogá-lo ou mantê-lo, podendo também apreciar as providências do Governo que lhe chegarem ao conhecimento, e, quando necessário, autorizar a prorrogação da medida.

Art. 212. O decreto do estado de sítio especificará sempre as regiões que deva abranger.

Art. 213. As imunidades dos membros do Congresso Nacional subsistirão durante o estado de sítio; todavia, poderão ser suspensas, mediante o

voto de dois terços dos membros da Câmara ou do Senado, as de determinados deputados ou senadores cuja liberdade se torne manifestamente incompatível com a defesa da Nação ou com a segurança das instituições políticas ou sociais.

Parágrafo único. No intervalo das sessões legislativas, a autorização será dada pelo Presidente da Câmara dos Deputados ou pelo Vice-Presidente do Senado Federal, conforme se trate de membros de uma ou de outra câmara mas *ad referendum* da câmara competente, que deverá ser imediatamente convocada para se reunir dentro em quinze dias.

Art. 214. Expirado o estado de sítio, com êle cessarão os seus efeitos.

Parágrafo único. As medidas aplicadas na vigência do estado de sítio serão, logo que êle termine, relatadas pelo Presidente da República, em mensagem ao Congresso Nacional, com especificação e justificação das providências adotadas.

Art. 215. A inobservância de qualquer das prescrições dos arts. 206 a 214 tornará ilegal a coação e permitirá aos pacientes recorrerem ao Poder Judiciário.

Art. 216. Será respeitada aos silvícolas a posse das terras onde se achem permanentemente localizados, com a condição de não a transferirem.

Art. 217. A Constituição poderá ser emendada.

§ 1.º Considerar-se-á proposta a emenda, se fôr apresentada pela quarta parte, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, ou por mais da metade das assembleias legislativas dos Estados no decurso de dois anos, manifestando-se cada uma delas pela maioria dos seus membros.

§ 2.º Dar-se-á por aceita a emenda que fôr aprovada em duas discussões pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em duas sessões legislativas ordinárias e consecutivas.

§ 3.º Se a emenda obtiver numa das câmaras, em duas discussões o voto de dois terços dos seus membros será logo submetida à outra; e, sendo nesta aprovada pelo mesmo trâmite e por igual maioria, dar-se-á por aceita.

§ 4.º A emenda será promulgada, pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Publicada com a assinatura dos membros das duas mesas, será anexada, com

o respectivo número de ordem, ao texto da Constituição.

§ 5.º Não se reformará a Constituição na vigência do estado de sítio.

§ 6.º Não serão admitidos como objeto de deliberação projetos tendentes a abolir a Federação ou a República.

Art. 218. Esta Constituição e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, depois de assinados pelos deputados e senadores presentes, serão promulgados simultaneamente pela Mesa da Assembléa Constituinte e entrarão em vigor na data da sua publicação.

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

A Assembléa Constituinte decreta e promulga o seguinte

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Art. 1.º A Assembléa Constituinte elegerá, no dia que se seguir ao da promulgação d'este Ato, o Vice-Presidente da República para o primeiro período Constitucional.

§ 1.º Essa eleição, para a qual não haverá inelegibilidades, far-se-á por escrutínio secreto e, em primeiro turno, por maioria absoluta de votos, ou, em segundo turno, por maioria relativa.

§ 2.º O Vice-Presidente eleito tomará posse perante a Assembléa, na mesma data, ou perante o Senado Federal.

§ 3.º O mandato do Vice-Presidente terminará simultaneamente com o do primeiro período presidencial.

Art. 2.º O mandato do atual Presidente da República (art. 82 da Constituição) será contado a partir da posse.

§ 1.º Os mandatos dos atuais deputados e os dos senadores federais que forem eleitos para completar o número de que trata o § 1.º do art. 60 da Constituição, coincidirão com o do Presidente da República.

§ 2.º Os mandatos dos demais senadores terminarão a 31 de janeiro de 1955.

§ 3.º Os mandatos dos governadores e dos deputados às Assembléas Legislativas e dos vereadores do Distrito Federal, eleitos na forma do art. 11 d'este Ato, terminarão na data em que findar o do Presidente da República.

Art. 3.º A Assembléa Constituinte, depois de fixar o subsídio do Presiden-

te e o do Vice-Presidente da República (Constituição, art. 88), dará por terminada a sua missão e separar-se-á em Câmara e Senado, os quais encetarão o exercício da função legislativa.

Art. 4.º A Capital da União será transferida para o planalto central do país.

§ 1.º Promulgado este Ato, o Presidente da República, dentro em sessenta dias, nomeará uma comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localização da nova capital.

§ 2.º O estudo previsto no parágrafo antecedente será encaminhado ao Congresso Nacional, que deliberará a respeito, em lei especial, e estabelecerá o prazo para o início da delimitação da área a ser incorporada ao domínio da União.

§ 3.º Findos os trabalhos demarcatórios, o Congresso Nacional resolverá sobre a data da mudança da capital.

§ 4.º Efetuada a transferência, o atual Distrito Federal passará a constituir o Estado da Guanabara.

Art. 5.º A intervenção federal, no caso do n.º VI do art. 7.º da Constituição, quanto aos Estados já em atraso no pagamento da sua dívida fundada, não se poderá efetuar antes de dois anos, contados da promulgação d'este Ato.

Art. 6.º Os Estados deverão, no prazo de três anos, a contar da promulgação d'este Ato, promover, por acôrdo, a demarcação de suas linhas de fronteira, podendo, para isso, fazer alterações e compensações de áreas, que atendam aos acidentes naturais do terreno, às conveniências administrativas e à comodidade das populações fronteiriças.

§ 1.º Se o solicitarem os Estados interessados, o Governo da União deverá encarregar dos trabalhos demarcatórios o Serviço Geográfico do Exército.

§ 2.º Se não cumprirem tais Estados o disposto neste artigo, o Senado Federal deliberará a respeito, sem prejuízo da competência estabelecida no art. 101, n.º I, letra e, da Constituição.

Art. 7.º Passam à propriedade do Estado do Piauí as fazendas de gado do domínio da União, situadas no Território daquele Estado e remanescentes do confisco aos jesuítas no período colonial.

Art. 8.º Ficam extintos os atuais Territórios de Iguaçu e Ponta Porã, cujas áreas volverão aos Estados de onde foram desmembradas.

Parágrafo único. Os juizes e, quando estáveis, os membros do Ministério Público dos Territórios extintos ficarão em disponibilidade remunerada, até que sejam aproveitados em cargos federais ou estaduais, de natureza e vencimentos compatíveis com os dos que estirem ocupando na data da promulgação deste Ato.

Art. 9.º O Território do Acre será elevado à categoria de Estado, com a denominação de Estado do Acre, logo que as suas rendas se tornem iguais às do Estado atualmente de menor arrecadação.

Art. 10. O disposto no art. 56 da Constituição não se aplica ao Território de Fernando de Noronha.

Art. 11. No primeiro domingo após cento e vinte dias contados da promulgação deste Ato, proceder-se-á, em cada Estado, às eleições de Governador e de deputados às Assembleias Legislativas, as quais terão inicialmente função constituinte.

§ 1.º O número dos deputados às Assembleias estaduais será, na primeira eleição, o seguinte: Amazonas, trinta; Pará, trinta e sete; Maranhão, trinta e seis; Piauí, trinta e dois; Ceará, quarenta e cinco; Rio Grande do Norte, trinta e dois; Paraíba, trinta e sete; Pernambuco, cinquenta e cinco; Alagoas, trinta e cinco; Sergipe, trinta e dois; Bahia, sessenta; Espírito Santo, trinta e dois; Rio de Janeiro, cinquenta e quatro; São Paulo, setenta e cinco; Paraná, trinta e sete; Santa Catarina, trinta e sete; Rio Grande do Sul, cinquenta e cinco; Minas Gerais, setenta e dois; Goiás, trinta e dois e Mato Grosso, trinta.

§ 2.º Na mesma data se realizarão eleições:

I — nos Estados e no Distrito Federal;

a) para o terceiro lugar de Senador e seus suplentes (Constituição, art. 60, §§ 1.º, 3.º e 4.º);

b) para os suplentes partidários dos senadores eleitos em 2 de dezembro de 1945, se, em relação a estes, não tiver ocorrido vaga;

II — nos Estados onde o número dos representantes à Câmara dos Deputados não corresponda ao estabelecido na

Constituição, na base da última estimativa oficial do Instituto de Geografia e Estatística, para os deputados federais que devem completar esse número.

III — nos Territórios, exceto os do Acre e de Fernando de Noronha, para um deputado federal;

IV — no Distrito Federal, para cinquenta vereadores;

— nas circunscrições eleitorais respectivas, para preenchimento das vagas existentes ou que vierem a ocorrer até trinta dias antes do pleito, e para os próprios suplentes, se se tratar de senadores.

§ 3.º Os partidos poderão inscrever, em cada Estado, para a Câmara Federal, nas eleições referidas neste artigo, mais dois candidatos além do número de deputados a eleger. Os suplentes que resultarem dessa eleição substituirão, nos casos mencionados na Constituição e na lei, os que forem eleitos nos termos do § 2.º e os da mesma legenda cuja lista de suplentes se tenha esgotado.

§ 4.º Não será permitida a inscrição do mesmo candidato por mais de um Estado.

§ 5.º O Tribunal Superior Eleitoral providenciará o cumprimento deste artigo e dos parágrafos precedentes. No exercício dessa competência, o mesmo Tribunal fixará, à vista de dados estatísticos oficiais, o número de novos lugares na representação federal, consoante o critério estabelecido no art. 58 e §§ 1.º e 2.º da Constituição.

§ 6.º O mandato do terceiro senador será o de menor duração. Se, pelo mesmo Estado ou pelo Distrito Federal, for eleito mais de um senador, o mandato do mais votado será o de maior duração.

§ 7.º Nas eleições de que trata este artigo só prevalecerão as seguintes inelegibilidades:

I — para governador:

a) os Ministros de Estado que estiverem em exercício nos três meses anteriores à eleição;

b) os que, até dezoito meses antes da eleição, houverem exercido a função de Presidente da República ou, no respectivo Estado, embora interinamente, a função de Governador ou Interventor; e bem assim os secretários de Estado, os comandantes de regiões militares, os chefes e os coman-

dantes de polícia, os magistrados e o chefe do Ministério Público, que estiverem no exercício dos cargos nos dois meses anteriores à eleição;

II — para Senadores e Deputados Federais e respectivos suplentes os que, até seis meses antes da eleição, houverem exercido o cargo de Governador ou Interventor, no respectivo Estado, e os demais autoridades referidos no n.º I, que estiverem nos exercícios dos cargos nos dois meses anteriores à eleição;

III — para deputados às Assembléias Estaduais as autoridades referidas no n.º I, letras a e b, segunda parte, que estiverem no exercício dos cargos nos dois meses anteriores à eleição;

IV — para Vereadores à Câmara do Distrito Federal, o Prefeito e as autoridades referidas no n.º I, letras a e b, segunda parte, que estiverem no exercício dos cargos nos dois meses anteriores à eleição.

§ 8.º Diplomados, os deputados às Assembléias Estaduais reunir-se-ão dentro de dez dias, sob a presidência do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, por convocação deste, que promoverá a eleição da Mesa.

§ 9.º O Estado que, até quatro meses após a instalação de sua Assembléia, não houver decretado a Constituição será submetido, por deliberação do Congresso Nacional, à de um dos outros que parecer mais conveniente, até que a reforma pelo processo nela determinado.

Art. 12. Os Estados e os Municípios, enquanto não se promulgarem as Constituições estaduais, e o Distrito Federal, até ser decretada a sua lei orgânica, serão administrados de conformidade com a legislação vigente na data da promulgação deste ato.

Parágrafo único. Dos atos dos Interventores caberá, dentro de dez dias, a contar da publicação oficial, recurso de qualquer cidadão para o Presidente da República; e, nos mesmos termos, recurso, para o Interventor, dos atos dos Prefeitos municipais.

Art. 13. A discriminação de rendas estabelecidas nos arts. 19 a 21 e 29 da Constituição Federal entrará em vigor a 1 de janeiro de 1948, na parte em que modifica o regime anterior.

§ 1.º Os Estados, que cobrarem impostos de exportação acima do limite previsto no art. 19, n.º V, reduzirão gradativamente o excesso, dentro no prazo de quatro anos, salvo o disposto no § 6.º daquele dispositivo.

§ 2.º A partir de 1948 se cumprirá gradativamente:

I — no curso de dois anos, o disposto no art. 15, § 4.º, entregando a União aos Municípios a metade da cota no primeiro ano e a totalidade dela no segundo;

II — no curso de quatro anos, a extinção dos impostos que, pela Constituição, se não incluam na competência dos governos que atualmente os arrecadam;

III — no curso de dez anos, o disposto no art. 20 da Constituição.

§ 3.º A lei federal ou estadual, conforme o caso, poderá estabelecer prazo mais breve para o cumprimento dos dispositivos indicados nos parágrafos anteriores.

Art. 14. Para composição do Tribunal Federal de Recursos, na parte constituída de magistrados, o Supremo Tribunal Federal indicará, a fim de serem nomeados pelo Presidente da República, até três dos juizes seccionais e substituídos da extinta Justiça Federal, se satisfizerem os requisitos do art. 99 da Constituição. A indicação será feita, sempre que possível, em lista dupla para cada caso.

§ 1.º Logo após o prazo designado no art. 3.º, o Congresso Nacional fixará em lei os vencimentos dos Juizes do Tribunal Federal de Recursos; e, dentro de trinta dias a contar da sanção ou promulgação da mesma lei, o Presidente da República efetuará as nomeações para os respectivos cargos.

§ 2.º Instalado o Tribunal, elaborará ele o seu regimento interno e disporá sobre a organização de sua secretaria, cartórios e demais serviços, propondo, em consequência, ao Congresso Nacional a criação dos cargos administrativos e a fixação dos respectivos vencimentos (Constituição, art. 97, n.º II).

§ 3.º Enquanto não funcionar o Tribunal Federal de Recursos, o Supremo Tribunal Federal continuará a julgar todos os processos de sua competência, nos termos da legislação anterior.

§ 4.º Votada a lei prevista no § 1.º, o Supremo Tribunal Federal remeterá ao Tribunal Federal de Recursos os processos de competência dêste que não tenham o visto do respectivo relator.

§ 5.º Os embargos aos acórdãos proferidos pelo Supremo Tribunal Federal continuarão a ser por êle processados e julgados.

Art. 15. Dentro de dez dias, contados da promulgação dêste Ato, será organizada a Justiça Eleitoral, nos termos do Título I, Capítulo IV, Seção V da Constituição.

§ 1.º Para composição do Tribunal Superior Eleitoral, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal elegerá, em escrutínio secreto, dentre os seus desembargadores, um membro efetivo, e, bem assim dois interinos que funcionarão até que o Tribunal Federal de Recursos cumpra o disposto no art. 110, n.º I, letra b, da Constituição.

§ 2.º Instalados os Tribunais Eleitorais, procederão na forma do § 2.º do artigo 14 dêste Ato.

§ 3.º No provimento dos cargos das Secretarias do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais, serão aproveitados os funcionários efetivos dos tribunais extintos em 10 de novembro de 1937, se ainda estiverem em serviço ativo da União, e o requererem, e, para completar os respectivos quadros, o pessoal que atualmente integra as secretarias dos mesmos tribunais.

§ 4.º Enquanto não se organizarem definitivamente as secretarias dos mesmos tribunais, continuará em exercício o pessoal a que alude o final do § 3.º dêste artigo.

Art. 16. A começar de 1.º de janeiro de 1947, os magistrados do Distrito Federal e dos Estados passarão a perceber os vencimentos fixados com observância do estabelecido na Constituição.

Art. 17. O atual Tribunal Marítimo continuará com a organização e competência que lhe atribui a legislação vigente, até que a lei federal disponha a respeito, de acordo com as normas da Constituição.

Art. 18. Não perderão a nacionalidade os brasileiros que, na última guerra, prestaram serviço militar às Nações aliadas, embora sem licença do governo brasileiro, nem os menores que, nas mesmas condições, os tenham prestado a outras Nações.

Parágrafo único. São considerados estáveis os atuais servidores da União,

dos Estados e dos Municípios que tenham participado das forças expedicionárias brasileiras.

Art. 19. São elegíveis para cargos de representação popular, salvo os de Presidente e Vice-Presidente da República e o de Governador, os que, tendo adquirido a nacionalidade brasileira na vigência de Constituições anteriores, hajam exercido qualquer mandato eletivo.

Art. 20. O preceito do parágrafo único do art. 155 da Constituição não se aplica aos brasileiros naturalizados que, na data dêste Ato, estiverem exercendo as profissões a que o mesmo dispositivo se refere.

Art. 21. Não depende de concessão ou autorização o aproveitamento das quedas d'água já utilizadas industrialmente a 16 de julho de 1934 e, nestes mesmos termos, a exploração das minas em lavra, ainda que transitariamente suspensa; mas tais aproveitamentos e explorações ficam sujeitos às normas de regulamentação e revisão de contratos, na forma da lei.

Art. 22. O disposto no art. 180, § 1.º, da Constituição não prejudica as concessões honoríficas anteriores a êste Ato e que ficam mantidas ou restabelecidas.

Art. 23. Os atuais funcionários interinos da União, dos Estados e Municípios que contêm, pelo menos, cinco anos de exercício, serão automaticamente efetivados na data da promulgação dêste Ato; e os atuais extranumerários que exerçam função de caráter permanente há mais de cinco anos ou em virtude de concurso ou prova de habilitação serão equiparados aos funcionários, para efeito de estabilidade, aposentadoria, licença, disponibilidade e férias.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica:

- I — aos que exerçam interinamente cargos vitalícios como tais considerados na Constituição;
- II — aos que exerçam cargos para cujo provimento se tenha aberto concurso, com inscrições encerradas na data da promulgação dêste Ato;
- III — aos que tenham sido inabilitados em concurso para o cargo exercido.

Art. 24. Os funcionários que, conforme a legislação então vigente, acumulavam funções de magistério, técnicas ou científicas e que, pela de-acumulação ordenada pela Carte de

10 de novembro de 1937 e Decreto-lei n.º 24 de 29 de novembro do mesmo ano, perderam cargo efetivo, são nela considerados em disponibilidade remunerada até que sejam reaproveitados, sem direito aos vencimentos anteriores à data da promulgação deste Ato.

Parágrafo único. Ficam restabelecidas as vantagens da aposentadoria aos que as perderam por força do mencionado Decreto, sem direito igualmente a percepção de vencimentos anteriores à data da promulgação deste Ato.

Art. 25. Fica assegurado aos funcionários das Secretarias das casas do Poder Legislativo o direito à percepção de gratificações adicionais, por tempo de serviço público.

Art. 26. A Mesa da Assembléia Constituinte expedirá títulos de nomeação efetiva aos funcionários interinos das Secretarias do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, ocupantes de cargos vagos, que até 3 de setembro de 1946 prestaram serviços durante os trabalhos da elaboração da Constituição.

Parágrafo único. Nos cargos iniciais, que vierem a vagar, serão aproveitados os interinos em exercício até a mesma data, não beneficiados por este artigo.

Art. 27. Durante o prazo de quinze anos, a contar da instalação da Assembléia Constituinte, o imóvel adquirido, para sua residência, por jornalista que outro não possua, será isento do imposto de transmissão e, enquanto servir ao fim previsto neste artigo, do respectivo imposto predial.

Parágrafo único. Será considerado jornalista, para os efeitos deste artigo, aquele que comprovar estar no exercício da profissão, de acordo com a legislação vigente, ou nela houver sido aposentado.

Art. 28. É concedida anistia a todos os cidadãos considerados insubmissos ou desertores até a data da promulgação deste Ato, e igualmente aos trabalhadores que tenham sofrido penas disciplinares, em consequência de greves ou dissídios do trabalho.

Art. 29. O Governo Federal fica obrigado, dentro do prazo de vinte anos, a contar da data da promulgação desta Constituição, a traçar e executar um plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do rio São Francisco e seus afluentes, no qual aplicará, anualmente, quantia não inferior a um por cento de suas rendas tributárias.

Art. 30. Fica assegurada, aos que se valeram do direito de reclamação instituído pelo parágrafo único do art. 18 das Disposições Transitórias da Constituição de 16 de julho de 1934, a faculdade de pleitear perante o Poder Judiciário o reconhecimento de seus direitos, salvo quanto aos vencimentos atrasados, relevadas, destarte, quaisquer prescrições, desde que sejam preenchidos os seguintes requisitos:

I — terem obtido, nos respectivos processos, parecer favorável, e definitivo, da Comissão Revisora, a que se refere o Decreto n.º 254, de 1 de agosto de 1935;

II — não ter o Poder Executivo providenciado na conformidade do parecer da Comissão Revisora, a fim de reparar os direitos dos reclamantes.

Art. 31. É insuscetível de apreção da União dos bens dados em penhor judicial a incorporação ao patrimônio pelos beneficiados do financiamento das sa ras algodoceiras, desde a de 1942 até as de 1945 e 1946.

Art. 32. Dentro de dois anos, a contar da promulgação deste Ato, a União deverá concluir a rodovia Rio-Nordeste.

Art. 33. O Governo mandará erigir na Capital da República um monumento a Rui Barbosa, em consagração dos seus serviços à Pátria, à liberdade e à justiça.

Art. 34. São concedidas honras de Marechal do Exército brasileiro ao General de Divisão João Batista Mascarenhas de Moraes, Comandante das Forças Expedicionárias Brasileiras na última guerra.

Art. 35. O Governo nomeará comissão de professores, escritores e jornalistas, que opine sobre a denominação do idioma nacional.

Art. 36. Este Ato será promulgado pela Mesa da Assembléia Constituinte, na forma do art. 218 da Constituição.

O SR. PRESIDENTE — Vou encerrar a sessão, convocando os Srs. Representantes para a de amanhã, às 16 horas, a fim de ser promulgada a Constituição.

Está levantada a sessão. (*Palmas prolongadas*).

Deixaram de comparecer 60 Senhores Representantes.

Partido Social Democrático

Amazonas:

Leopoldo Peres.

Maranhão:

Vitorino Freire.

Odilon Soares.

José Neiva.

Piauí:

Renault Leite.

Areia Leão.

Ceará:

Moreira da Rocha.

Pernambuco:

Ulisses Lins.

Barbosa Lima.

Alagoas:

Teixeira de Vasconcelos.

Afonso de Carvalho.

Bahia:

Negreiros Falcão.

Espírito Santo:

Alvaro Castelo.

Rio de Janeiro:

Pereira Pinto.

Eduardo Duvivier.

Paulo Fernandes.

Getúlio Moura.

Minas Gerais:

Rodrigues Seabra.

Joaquim Libânio.

Rodrigues Pereira.

Alfredo Sá.

São Paulo:

Gofredo Teles.

Novelli Júnior.

César Costa.

Martins Filho.

Horácio Lafer.

Ataliba Nogueira.

Botista Pereira.

Goiás:

João d'Abreu.

Mato Grosso:

Argemiro Fialho.

Paraná:

Flávio Guimarães.

Rio Grande do Sul:

Getúlio Vargas.

Teodomiro Fonseca.

Damaso Rocha.

Antero Leivas.

Nicolau Vergueiro.

União Democrática Nacional

Maranhão:

Matias Olímpio.

Alarico Pacheco.

Antônio Correia.

Coelho Rodrigues.

Ceará:

Beni Carvalho.

Paraíba:

Adalberto Ribeiro.

João Ursulo.

Pernambuco:

Lima Cavalcanti.

Minas Gerais:

José Bonifácio.

Milton Campos.

Lopes Cançado.

São Paulo:

Paulo Nogueira.

Matô Grosso:

Agrícola de Barros.

Partido Trabalhista Brasileiro

Distrito Federal:

Vargas Neto.

Segadas Viana.

Rio de Janeiro:

Abelardo Mata.

São Paulo:

Marcondes Filho.

Hugo Borghi.

Guaraci Silveira.

Partido Republicano

Sergipe:

Durval Cruz.

Amando Fontes.

Minas Gerais:

Bernardes Filho.

Artur Bernardes.

Partido Social Progressista

Pará:

Deodoro de Mendonça.

Levanta-se a sessão às 13 horas e 20 minutos.

180.^a Sessão em 18 de Setembro de 1946

(Extraordinária e Especial)

Presidência do Senhor Melo Viana, Presidente Otavio Mangabera, Vice-Presidente, e Lauro Lopes, 2.º Secretário

As 15 horas comparecem os Senhores.

Partido Social Democrático

Acre:

Castelo Branco.
Hugo Carneiro.

Amazonas:

Alvaro Maia.
Valdemar Pedrosa.
Leopoldo Peres.
Pereira da Silva.
Cosme Ferreira.

Pará:

Magalhães Barata.
Alvaro Adolfo.
Duarte de Oliveira.
Lameira Bittencourt.
Carlos Nogueira.
Nelson Parijós.
João Botelho.
Rocha Ribas.

Maranhão:

Clodomir Cardoso.
Crepori Franco.
Vitorino Freire.
Odilon Soares.
Luiz Carvalho.
José Neiva.
Afonso Matos.

Piauí:

Renault Leite.
Areia Leão.
Sigefredo Pacheco.

Ceará:

Moreira da Rocha.
Frota Gentil.
Almeida Monte.
Oswaldo Studart.
Raul Barbosa.

Rio Grande do Norte:

Georgino Avelino.
Dioclécio Duarte.
José Varela.
Valfredo Gurgel.
Mota Neto.

Paraíba:

Janduí Carneiro.
Samuel Duarte.
José Jofili.

Pernambuco:

Novais Filho.
Etelvino Lins.
Agamemnon Magalhães.
Jarbas Maranhão.
Gercino Pontes.
Oscar Carneiro.
Oswaldo Lima.
Costa Porto.
Ulisses Lins.
Ferreira Lima.
Barbosa Lima.
Pessoa Guerra.

Alagoas:

Teixeira de Vasconcelos.
Góes Monteiro.
Silvestre Péricles.
Medeiros Neto.
Lauro Montenegro.
José Maria.
Antonio Mafra.
Afonso de Carvalho.

Sergipe:

Leite Neto.
Graco Cardoso.

Bahia:

Pinto Aleixo.
Lauro de Freitas.
Aloísio de Castro.
Regis Pacheco.

Negreiros Falcão.
Vieira de Melo.
Altamirando Requião.
Eunápio de Queiroz.
Fróes da Motta.
Aristides Milton.

Espírito Santo:

Atilio Vivaqua.
Henrique de Novais.
Ari Viana.
Carlos Lindemberg.
Eurico Sales.
Vieira de Rezende.
Alvaro Castelo.
Asdrubal Soares.

Distrito Federal:

Jonas Correia.
José Romero.

Rio de Janeiro:

Pereira Pinto.
Alfredo Neves.
Amaral Peixoto.
Eduardo Duvivier.
Carlos Pinto.
Paulo Fernandes.
Getúlio Moura.
Heitor Collet.
Bastos Tavares.
Acúrcio Torres.
Brígido Tinoco.
Miguel Couto.

Minas Gerais:

Levindo Coelho.
Melo Viana.
Benedito Valadares.
Juscelino Kubitschek.
Rodrigues Seabra.
Pedro Dutra.
Blas Fortes.
Duque de Mesquita.
Israel Pinheiro.
João Henrique.
Cristiano Machado.
Wellington Brandão.
Joaquim Libânio.
José Alkmim.
Augusto Vlegas.
Gustavo Capanema.
Rodrigues Pereira.
Celso Machado.
Olinto Fonseca.
Lair Tostes.
Milton Prates.
Alfredo Sá.

São Paulo:

Gofredo Teles.
Novelli Júnior.
Antônio Feliciano.
César Costa.

Martins Filho.
Costa Neto.
Silvio de Campos.
José Armando.
Horácio Lafer.
Ataliba Nogueira.
João Abdala.
Sampalo Vidal.
Alves Palma.
Honorio Monteiro.
Machado Coelho.
Batista Pereira.

Goiás:

Pedro Ludovico.
Dario Cardoso.
Diogenes Magalhães.
João d'Abreu.
Calado Godói.
Galeno Paranhos.
Guilherme Xavier.

Mato Grosso:

Ponce de Arruda.
Argemiro Fialho.
Martiniano Araújo.

Paraná:

Flávio Guimarães.
Roberto Glasser.
Fernando Flores.
Munhoz de Melo.
Lauro Lopes.
João Aguiar.
Aramis Ataíde.
Gomi Júnior.

Santa Catarina:

Nereu Ramos.
Ivo d'Aquino.
Aderbal Silva.
Otacílio Costa.
Orlando Brasil.
Roberto Grossembacher.
Rogério Vieira.
Hans Jordan.

Rio Grande do Sul:

Ernesto Dorneles.
Gaston Englert.
Adroaldo Costa.
Brochado da Rocha.
Elói Rocha.
Teodomiro Fonseca.
Damaso Rocha.
Daniel Faraco.
Antero Leivas.
Manuel Duarte.
Souza Costa.
Bittencourt Azambuja.
Glicério Alves.
Nicolau Vergueiro.

Mércio Teixeira.
Pedro Veigara.
Herofillo Azambuja.
Bayard Lima.

União Democrática Nacional

Amazonas:

Severiano Monteiro.

Pará:

Agostinho Monteiro.
Epilogo Campos.

Maranhão:

Alarico Pacheco.
Antenor Bogéa.

Piauí:

Matias Olímpio.
José Cândido.
Antônio Corrêa.
Adelmar Rocha.
Coelho Rodrigues.

Ceará:

Plínio Pompeu.
Fernandes Távora.
Paulo Sarasate.
Gentil Barreira.
Beni Carvalho.
Egberto Rodrigues.
Fernandes Teles.
José de Borba.
Leão Sampaio.
Alencar Araripe.
Edgar de Arruda.

Rio Grande do Norte:

Ferreira de Souza.
José Augusto.
Aluísio Alves.

Paraíba:

Adalberto Ribeiro.
Vergniaud Wanderley.
Argemiro Figueiredo.
João Agripino.
João Ursulo.
Plínio Lemos.
Ernani Sátiro.
Fernando Nobrega.
Osmar Aquino.

Pernambuco:

Lima Cavalcanti.
Alde Sampaio.
João Cleofas.
Gilberto Freire.

Alagoas:

Freitas Cavalcanti.
Mário Gomes.
Rui Palmeira.

Sergipe:

Walter Franco.
Leandro Maciel.
Heribaldo Vieira.

Bahia:

Aloísio de Carvalho.
Juraci Magalhães.
Otavio Mangabeira.
Manuel Novaes.
Luiz Viana.
Clemente Mariani.
Dantas Júnior.
Rafael Cincurá.
Nestor Duarte.
Allomar Balceiro.
João Mendes.
Alberico Fraga.
Rui Santos.

Espírito Santo:

Luís Cláudio.

Distrito Federal:

Hamilton Nogueira.
Euclides Figueiredo.
Jurandir Pires.

Rio de Janeiro:

Prado Kelly.
Romão Júnior.
José Leomil.
Soares Filho.

Minas Gerais:

Monteiro de Castro.
José Bonifácio.
Magalhães Pinto.
Gabriel Passos.
Milton Campos.
Lopes Cançado.
Licurgo Leite.

São Paulo:

Mário Masagão.
Paulo Nogueira.
Romeu Lourenção.
Plínio Barreto.
Toledo Piza.
Aureliano Leite.

Goiás:

Jales Machado.

Mato Grosso:

Vespasiano Martins.
João Villasboas.
Dolor de Andrade.
Agrícola de Barros.

Paraná:

Erasto Gaertner.

Santa Catarina:

Tavares d'Amaral.
Tomás Fontes.

Rio Grande do Sul:
Flores da Cunha.
Osorio Tuiuti.

Partido Trabalhista Brasileiro

Amazonas:
Leopoldo Neves.

Bahia:
Luiz Lago.

Distrito Federal:
Rui Almeida.
Benjamin Farah.
Vargas Neto.
Gurgel do Amaral.
Segadas Viana.
Benício Fontenele.
Baeta Neves.
Antônio Silva.
Barreto Pinto.

Rio de Janeiro:
Abelardo Mata.

Minas Gerais:
Leri Santos.
Ezequiel Mendes.

São Paulo:
Marcondes Filho.
Hugo Borghi.
Guaraci Silveira.
Pedroso Júnior.
Romeu Flori.
Berto Condé.
Eusébio Rocha.

Paraná:
Melo Braga.

Rio Grande do Sul:
Arthur Fischer.

Partido Comunista do Brasil

Pernambuco:
Gregório Bezerra.
Agostinho Oliveira.
Alcedo Coutinho.

Bahia:
Carlos Marighela.
Distrito Federal:
Carlos Prestes.
João Amazonas.
Maurício Grabols.
Batista Neto.

Rio de Janeiro:
Claudino Silva.
Alcides Sabença.

São Paulo:
José Crispim.
Osvaldo Pacheco.
Jorge Amado.
Caires de Brito.

Rio Grande do Sul:
Abílio Fernandes.

Partido Republicano

Maranhão:
Lino Machado.

Pernambuco:
Souza Leão.

Sergipe:
Durval Cruz.
Amando Fontes.

Minas Gerais:
Jaci Figueiredo.
Daniel Carvalho.
Bernardes Filho.
Mário Brant.
Felipe Balbi.
Artur Bernardes.

São Paulo:
Altino Arantes.

Paraná:
Munhoz da Rocha.

Partido Social Progressista

Pará:
Deodoro de Mendonça.

Ceará:
Olavo Oliveira.
Stênio Gomes.
João Adeodato.

Rio Grande do Norte:
Café Filho.

Bahia:
Teódulo Albuquerque.

São Paulo:
Campos Vergal.

Partido Democrata Cristão

Pernambuco:
Arruda Câmara.

São Paulo:
Manuel Vitor.

Esquerda Democrática
Distrito Federal:

Hermes Lima.

Golás:

Domingos Velasco.

Partido Libertador

Rio Grande do Sul: .

Raul Pila.

Compareceram, ainda, todos os Srs. Ministros de Estado, Chefe do Departamento Federal de Segurança Pública, Prefeito do Distrito Federal, Chefe do Estado Maior Geral das Forças Armadas, Chefes dos Estados Maiores do Exército, da Armada e da Aeronáutica, Chefes das Delegações Estrangeiras, acreditadas junto ao Governo Brasileiro, Oficiais Gerais e altas autoridades civis e militares da República, além de grande número de pessoas gradas.

O SR. PRESIDENTE — Achando-se presentes 323 Senhores Representantes, declaro aberta a sessão e convido os Srs. José Linhares, Presidente do Supremo Tribunal Federal e o Cardeal D. Jaime Câmara, Arcebispo da Cidade do Rio de Janeiro para fazer parte da Mesa, juntamente com os Srs. Georgino Avelino, Lauro Lopes, Lauro Montenegro e Rui Almeida, respectivamente, 1.º, 2.º, 3.º e 4.º Secretários.

Passa-se à leitura da sessão anterior.

O SR. LAURO LOPES (2.º Secretário) procede à leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE — Na forma do Regimento Interno, dou a ata por aprovada, havendo o Sr. Hermes Lima enviado à Mesa a seguinte retificação escrita:

“Sr. Presidente: Na votação do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, V. Ex.ª indeferiu todos os requerimentos de destaque de emendas ao texto do art. 11, 7.º que trata das inelegibilidades, salvo o que se referia à diminuição do prazo de seis para dois meses de que trata o n.º II daquele parágrafo. Mas esse destaque foi regeitado pelo plenário, numa votação sensacional. Quiz assim a Assembléia Constituinte afirmar que o § 7.º do art. 11 das Disposições Transitórias devia ser mantido exatamente como o redigira a Comissão Constitucional, tornando assim absolutamente inelegíveis quantos estivessem nos casos ali previstos. Mas, sr. presidente, foi a Assembléia Constituinte surpreendida, ao lêr o *Diário da Assembléia*, que, ao se votar o tex-

to final daquele Ato, sem que houvesse destaque de emendas de redação nem qualquer instrumento hábil para modificar o texto daquele parágrafo ou a sua exata compreensão, surgiu um pedido do representante Pereira da Silva para que se desse à expressão “*embora interinamente*” do § 7.º, I, b, uma interpretação que atendes-se a determinados casos pessoais. No meio do tumulto que caracterizou a votação, a Assembléia não tomou conhecimento daquele pedido, nem imaginou que alguém o pudesse tomar, quando o regimento da Casa o proibia, pois que se votava a redação e não o mérito do texto, que não fôra sequer emendado. Entretanto, consta da ata aquele atentado ao regimento, como se tratasse de um passe de mágica que, se não tem nenhuma valor jurídico, já que é claro o texto da letra b e, por êle, são inelegíveis os que hajam exercido o cargo de Interventor, *embora interinamente*, seja de que maneira fôr, pode lançar confusões sobre o sentido do voto da Assembléia, no espírito daqueles que desejam candidatar-se ao cargo de Governador, embora inelegíveis. Para evitar essas confusões é que retifico a ata, para dizer, como membro da Comissão Constitucional que a exata interpretação é a que está clara no texto da letra b, isto é, são inelegíveis “os que, até dezoito meses antes da eleição, houverem exercido, embora interinamente, a função de Governador ou Interventor”. O Ato não faz nenhuma distinção especiosa. Quem exerceu a função interinamente, seja qual fôr a razão, é inelegível. Foi isto que a Comissão Constitucional debateu e redigiu: e foi isso que a Assembléia aprovou, quando discutiu e votou o parágrafo, na hora que o Regimento destinou ao exame da matéria. O que nunca se viu, num Parlamento, é que se tentasse modificar um dispositivo aprovado, na votação de uma redação final, por meio de “uma interpretação” que pode ser a dos interessados, mas não é a da Comissão, nem da Assembléia.”

O SR. PRESIDENTE — Senhores Representantes, quando tôdas as esperanças da nação, todos seus anseios democráticos se voltam para este recinto augusto, rejubilamo-nos pelo remate de nosso trabalho árduo, conscientes de haver propiciado ao povo brasileiro um código político sem desnível de sua cultura.

Emergimos de um regime ditatorial sombrio, em que as garantias indivi-

duais foram canceladas, superpondo-se o arbitrio onipoderoso ao direito e à justiça. (*Palmas prolongadas.*)

Intranquilizavam-se as consciências pelo desvalor das decisões judiciais, transfiguradas em meras deliberações administrativas, flutuando ao sabor de tercetos e, em nome de pseudo alto interesse coletivo, o Tribunal Excelso perdera, por vêzes, a autoridade confortante sou a qual vivíamos outrora, amparados forte e confiantemente.

Nesse caos de insegurança, enervada por uma apreensão constante quase desiludida nas noções multiseculares do resguardo aos direitos adquiridos, da disciplina da força material pelas energias morais, a alma nacional se agitava, como o dorso das ondas e iniciava a reação. Se o espirito individual tem existência efêmera a alma coletiva do povo é eterna e afronta destemerosa a própria morte, porque não se criara em um só dia, mas se caldeara através largas estratificações do tempo, destarte, formando um Brasil forte, pátria de um povo livre, habituado a lutar por sua independência, pelo reconhecimento de seus direitos e aspirações. A resistência corajosa levantou fronteiras efl-

cazes e a redenção incruenta ralara a 29 de outubro! (*Palmas prolongadas.*)

Eis o remate deste esforço ingente, deste espirito renovador.

E, se a construção jurídica de 1946 não pretende a perfeição, é permeada de largo sopro de socialização e humanismo, que agita a civilização contemporânea, em justo equilíbrio

E' uma obra democrática, traçada dentro das lindes da civilização cristã, que faz a felicidade de nossa gente, abnegada e pacífica!

Basta, Senhores!

E' legítima a impaciência pela fórmula que passo a pronunciar instilando, em nosso nome e por nossa autoridade, vida e eficácia aos preceitos materiais:

Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos, sob a proteção de Deus, em Assembléia Constituinte para organizar um regime democrático, decretamos e promulgamos a Constituição dos Estados Unidos do Brasil.

(*Ouve-se o Hino Nacional, tocado por orquestra sinfônica.*)

São os seguintes a Constituição e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias decretados e promulgados:

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

A Mesa da Assembléia Constituinte promulga a Constituição dos Estados Unidos do Brasil e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, nos termos dos seus arts. 218 e 36, respectivamente, e manda a tôdas as autoridades, às quais couber o conhecimento e a execução dêsses atos, que os executem e façam executar e observar fiel e inteiramente como nêles se contém.

Publique-se e cumpra-se em todo o território nacional.

Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1946, 125.º da Independência e 58.º da República.

FERNANDO DE MELLO VIANA
Presidente

GEORGINO AVELINO

1.º Secretário

LAURO LOPES

2.º Secretário

LAURO MONTENEGRO

3.º Secretário

RUY ALMEIDA

4.º Secretário

Nós, os representantes do povo brasileiro, reunidos, sob a proteção de Deus, em Assembléia Constituinte para organizar um regime democrático, decretamos e promulgamos a seguinte

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

TÍTULO I

Da Organização Federal

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1.º Os Estados Unidos do Brasil mantêm, sob o regime representativo, a Federação e a República.

Todo poder emana do povo e em seu nome será exercido.

§ 1.º A União compreende, além dos Estados, o Distrito Federal e os Territórios.

§ 2.º O Distrito Federal é a capital da União.

Art. 2.º Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros ou formarem novos Estados, mediante voto das respectivas assembleias legislativas, plebiscito das populações diretamente interessadas e aprovação do Congresso Nacional.

Art. 3.º Os Territórios poderão, mediante lei especial, constituir-se em Estados, subdividir-se em novos Territórios ou volver a participar dos Estados de que tenham sido desmembrados.

Art. 4.º O Brasil só recorrerá à guerra se não couber ou se malograr o recurso ao arbitramento ou aos meios pacíficos de solução do conflito, regulados por órgão internacional de segurança, de que participe; e em caso nenhum se empenhará em guerra de conquista, direta ou indiretamente, por si ou em aliança com outro Estado.

Art. 5.º Compete à União :

I — manter relações com os Estados estrangeiros e com eles celebrar tratados e convenções;

II — declarar guerra e fazer a paz;

III — decretar, prorrogar e suspender o estado de sítio;

IV — organizar as forças armadas, a segurança das fronteiras e a defesa externa;

V — permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional, ou, por motivo de guerra, nêle permaneçam temporariamente;

VI — autorizar a produção e fiscalizar o comércio de material bélico;

VII — superintender, em todo o território nacional, os serviços de policia marítima, aérea e de fronteiras;

VIII — cunhar e emitir moeda e instituir bancos de emissão;

IX — fiscalizar as operações de estabelecimentos de crédito, de capitalização e de seguro;

X — estabelecer o plano nacional de viação;

XI — manter o serviço postal e o Correio Aéreo Nacional;

XII — explorar, diretamente ou mediante autorização ou concessão, os serviços de telégrafos, de radiocomunicação, de radiodifusão, de telefones interestaduais e internacionais, de navegação aérea e de vias férreas que liguem portos marítimos a fronteiras nacionais ou transponham os limites de um Estado;

XIII — organizar defesa permanente contra os efeitos da sêca, das endemias rurais e das inundações;

XIV — conceder anistia;

XV — legislar sobre:

a) direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, aeronáutico e do trabalho;

b) normas gerais de direito financeiro; de seguro e previdência social; de defesa e proteção da saúde; e de regime penitenciário;

c) produção e consumo;

d) diretrizes e bases da educação nacional;

e) registros públicos e juntas comerciais;

f) organização, instrução, justiça e garantias das polícias militares e condições gerais da sua utilização pelo Governo Federal nos casos de mobilização ou de guerra;

g) desapropriação;

h) requisições civis e militares em tempo de guerra;

i) regime dos portos e da navegação de cabotagem;

j) tráfego interestadual;

k) comércio exterior e interestadual; instituições de crédito, câmbio e transferência de valores para fora do país;

l) riquezas do subsolo, mineração, metalurgia, águas, energia elétrica, florestas, caça e pesca;

m) sistema monetário e de medidas; título e garantia dos metais;

n) naturalização, entrada, extradição e expulsão de estrangeiros;

o) emigração e imigração;

p) condições de capacidade para o exercício das profissões técnico-científicas e liberais;

q) uso dos símbolos nacionais;

r) incorporação dos silvícolas à comunhão nacional.

Art. 6.º A competência federal para legislar sobre as matérias do art. 5.º, n.º XV, letras b, c, d, f, h, j, l, o e r, não exclui a legislação estadual supletiva ou complementar.

Art. 7.º O Governo Federal não intervirá nos Estados, salvo para:

I — manter a integridade nacional;

II — repelir invasão estrangeira ou a de um Estado em outro;

III — pôr termo a guerra civil;

IV — garantir o livre exercício de qualquer dos poderes estaduais;

V — assegurar a execução de ordem ou decisão judiciária;

VI — reorganizar as finanças do Estado que, sem motivo de força maior, suspender, por mais de dois anos consecutivos, o serviço da sua dívida externa fundada;

VII — assegurar a observância dos seguintes princípios:

a) forma republicana representativa;

b) independência e harmonia dos poderes;

c) temporariedade das funções eletivas, limitada a duração destas à das funções federais correspondentes;

d) proibição da reeleição de governadores e prefeitos para o período imediato;

e) autonomia municipal;

f) prestação de contas da administração;

g) garantias do Poder Judiciário.

Art. 8.º A intervenção será decretada por lei federal nos casos dos n.ºs VI e VII do artigo anterior.

Parágrafo único. No caso do n.º VII, o ato arguido de inconstitucionalidade será submetido pelo Procurador-Geral da República ao exame do Supremo Tribunal Federal, e, se este a declarar, será decretada a intervenção.

Art. 9.º Compete ao Presidente da República decretar a intervenção nos casos dos n.ºs I a V do art. 7.º.

§ 1.º A decretação dependerá:

I — no caso do n.º V, de requisição do Supremo Tribunal Federal ou, se a ordem ou decisão fôr da Justiça Eleitoral, de requisição do Tribunal Superior Eleitoral.

II — no caso do n.º IV, de solicitação do Poder Legislativo ou do Executivo, coato ou impedido, ou de requisição do Supremo Tribunal Federal, se a coação fôr exercida contra o Poder Judiciário.

§ 2.º No segundo caso previsto pelo art. 7.º, n.º II, só no Estado invasor será decretada a intervenção.

Art. 10. A não ser nos casos de requisição do Supremo Tribunal Federal ou do Tribunal Superior Eleitoral, o Presidente da República decretará a intervenção e submetê-la-á, sem prejuízo da sua imediata execução, à aprovação do Congresso Nacional, que, se não estiver funcionando, será convocado extraordinariamente para êsse fim.

Art. 11. A lei ou o decreto de intervenção fixar-lhe-á a amplitude, a duração e as condições em que deverá ser executada.

Art. 12. Compete ao Presidente da República tornar efetiva a intervenção e, sendo necessário, nomear o Interventor.

Art. 13. Nos casos do art. 7.º, n.º VII, observado o disposto no art. 8.º, parágrafo único, o Congresso Nacional se limitará a suspender a execução do ato argüido de inconstitucionalidade, se essa medida bastar para o restabelecimento da normalidade no Estado.

Art. 14. Cessados os motivos que houverem determinado a intervenção, tornarão ao exercício dos seus cargos as autoridades estaduais afastadas em consequência dela.

Art. 15. Compete à União decretar impostos sôbre:

I — importação de mercadorias de procedência estrangeira;

II — consumo de mercadorias;

III — produção, comércio, distribuição e consumo, e bem assim importação e exportação de lubrificantes e de combustíveis líquidos ou gasosos de qualquer origem ou natureza, estendendo-se êsse regime, no que fôr aplicável, aos minerais do país e à energia elétrica;

IV — renda e proventos de qualquer natureza;

V — transferência de fundos para o exterior;

VI — negócios de sua economia, atos e instrumentos regulados por lei federal.

§ 1.º São isentos do Impôsto de consumo os artigos que a lei classificar como o mínimo indispensável à habitação, vestuário, alimentação e tratamento médico das pessoas de restrita capacidade econômica.

§ 2.º A tributação de que trata o n.º III terá a forma de imposto único, que incidirá sobre cada espécie de produto. Da renda resultante, sessenta por cento no mínimo serão entregues aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, proporcionalmente à sua superfície, população, consumo e produção, nos termos e para os fins estabelecidos em lei federal.

§ 3.º A União poderá tributar a renda das obrigações da dívida pública estadual ou municipal e os proventos dos agentes dos Estados e dos Municípios; mas não poderá fazê-lo em limites superiores aos que fixar para as suas próprias obrigações e para os proventos dos seus próprios agentes.

§ 4.º A União entregará aos Municípios, excluídos os das capitais, dez por cento do total que arrecadar do imposto de que trata o n.º IV, feita a distribuição em partes iguais e aplicando-se, pelo menos, metade da importância em benefícios de ordem rural.

§ 5.º Não se compreendem nas disposições do n.º VI os atos jurídicos ou os seus instrumentos, quando forem partes a União, os Estados ou os Municípios, ou quando incluídos na competência tributária estabelecida nos arts. 19 e 29.

§ 6.º Na iminência ou no caso de guerra externa, é facultado à União decretar impostos extraordinários, que não serão partilhados na forma do art. 21 e que deverão suprimir-se gradualmente, dentro em cinco anos, contados da data da assinatura da paz.

Art. 16. Compete ainda à União decretar os impostos previstos no art. 19, que devam ser cobrados pelos Territórios.

Art. 17. A União é vedado decretar tributos que não sejam uniformes em todo o território nacional, ou que importem distinção ou preferência para este ou aquele porto, em detrimento de outro de qualquer Estado.

Art. 18. Cada Estado se regerá pela Constituição e pelas leis que adotar, observados os princípios estabelecidos nesta Constituição.

§ 1.º Aos Estados se reservam todos os poderes que, implícita ou explicitamente, não lhes sejam vedados por esta Constituição.

§ 2.º Os Estados proverão às necessidades do seu governo e da sua administração, cabendo à União prestar-lhes socorro, em caso de calamidade pública.

§ 3.º Mediante acordo com a União, os Estados poderão encarregar funcionários federais da execução de leis e serviços estaduais ou de atos e decisões das suas autoridades; e, reciprocamente, a União poderá, em matéria da sua competência, cometer a funcionários estaduais encargos análogos, provendo às necessárias despesas.

Art. 19. Compete aos Estados decretar impostos sobre:

I — propriedade territorial, exceto a urbana;

II — transmissão de propriedade *causa mortis*;

III — transmissão de propriedade imobiliária *inter vivos* e sua incorporação ao capital de sociedades;

IV — vendas e consignações efetuadas por comerciantes e produtores, inclusive industriais, isenta, porém, a primeira operação do pequeno produtor, conforme o definir a lei estadual;

V — exportação de mercadorias de sua produção para o estrangeiro, até o máximo de cinco por cento *ad valorem*, vedados quaisquer adicionais;

VI — os atos regulados por lei estadual, os do serviço de sua justiça e os negócios de sua economia.

§ 1.º O imposto territorial não incidirá sobre sítios de área não excedente a vinte hectares, quando os cultive, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel.

§ 2.º Os impostos sobre transmissão de bens corpóreos (n.ºs II e III) cabem ao Estado em cujo território estes se achem situados.

§ 3.º O imposto sobre transmissão *causa mortis* de bens incorpóreos, inclusive títulos e créditos, pertence, ainda quando a sucessão se tenha aberto no estrangeiro, ao Estado em cujo território os valores da herança forem liquidados ou transferidos aos herdeiros.

§ 4.º Os Estados não poderão tributar títulos da dívida pública emitidos por outras pessoas jurídicas de direito público interno, em limite superior ao estabelecido para as suas próprias obrigações.

§ 5.º O imposto sobre vendas e consignações sera uniforme, sem distinção de procedência ou destino.

§ 6.º Em casos excepcionais, o Senado Federal poderá autorizar o aumento, por determinado tempo, do imposto de exportação até o máximo de dez por cento *ad valorem*.

Art. 20. Quando a arrecadação estadual de impostos, salvo a do imposto de exportação, exceder, em Município que não seja o da capital, o total das rendas locais de qualquer natureza, o Estado dar-lhe-á anualmente trinta por cento do excesso arrecadado.

Art. 21. A União e os Estados poderão decretar outros tributos além dos que lhes são atribuídos por esta Constituição, mas o imposto federal excluirá o estadual idêntico. Os Estados farão a arrecadação de tais impostos e, à medida que ela se efetuar, entregarão vinte por cento do produto à União e quarenta por cento aos Municípios onde se tiver realizado a cobrança.

Art. 22. A administração financeira, especialmente a execução do orçamento, será fiscalizada na União pelo Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas, e nos Estados e Municípios pela forma que fôr estabelecida nas Constituições estaduais.

Parágrafo único. Na elaboração orçamentária se observará o disposto nos arts. 73 a 75.

Art. 23. Os Estados não intervirão nos Municípios senão para lhes regularizar as finanças, quando:

I — se verificar impontualidade no serviço de empréstimo garantido pelo Estado;

II — deixarem de pagar, por dois anos consecutivos, a sua dívida fundada.

Art. 24. E' permitida ao Estado a criação de órgão de assistência técnica aos Municípios.

Art. 25. A organização administrativa e a judiciária do Distrito Federal e dos Territórios regular-se-ão por lei federal, observado o disposto no art. 124.

Art. 26. O Distrito Federal será administrado por Prefeito, de nomeação do Presidente da República, e terá Câmara, eleita pelo povo, com funções legislativas.

§ 1.º Far-se-á a nomeação depois que o Senado Federal houver dado assentimento ao nome proposto pelo Presidente da República.

§ 2.º O Prefeito será demissível *ad nutum*.

§ 3.º Os desembargadores do Tribunal de Justiça terão vencimentos não inferiores à mais alta remuneração dos magistrados de igual categoria nos Estados.

§ 4.º Ao Distrito Federal cabem os mesmos impostos atribuídos por esta Constituição aos Estados e aos Municípios.

Art. 27. E' vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer limitações ao tráfego de qualquer natureza por meio de tributos interestaduais ou intermunicipais, ressalvada a cobrança de taxas, inclusive pedágio, destinadas exclusivamente à indenização das despesas de construção, conservação e melhoramento de estradas.

Art. 28. A autonomia dos Municípios será assegurada:

I — pela eleição do Prefeito e dos vereadores;

II — pela administração própria, no que concerne ao seu peculiar interesse e, especialmente,

a) à decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e à aplicação das suas rendas;

b) à organização dos serviços públicos locais.

§ 1.º Poderão ser nomeados pelos governadores dos Estados ou dos Territórios os prefeitos das capitais, bem como os dos Municípios onde houver estâncias hidrominerais naturais, quando beneficiadas pelo Estado ou pela União.

§ 2.º Serão nomeados pelos governadores dos Estados ou dos Territórios os prefeitos dos Municípios que a lei federal, mediante parecer do Conselho de Segurança Nacional, declarar bases ou portos militares de excepcional importância para a defesa externa do país.

Art. 29. Além da renda que lhes é atribuída por força dos parágrafos 2.º e 4.º do art. 15, e dos impostos que, no todo ou em parte, lhes forem transferidos pelo Estado, pertencem aos Municípios os impostos:

I — predial e territorial urbano;

II — de licença;

III — de indústrias e profissões;

IV — sobre diversões públicas;

V — sobre atos de sua economia ou assuntos de sua competência.

Art. 30. Compete à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios cobrar:

I — contribuição de melhoria, quando se verificar valorização do imóvel, em consequência de obras públicas;

II — taxas;

III — quaisquer outras rendas que possam provir do exercício de suas atribuições e da utilização de seus bens e serviços.

Parágrafo único. A contribuição de melhoria não poderá ser exigida em limites superiores à despesa realizada, nem ao acréscimo de valor que da obra decorrer para o imóvel beneficiado.

Art. 31. A União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios é vedado:

I — criar distinções entre brasileiros ou preferências em favor de uns contra outros Estados ou Municípios;

II — estabelecer ou subvencionar cultos religiosos, ou embarçar-lhes o exercício;

III — ter relação de aliança ou dependência com qualquer culto ou igreja, sem prejuízo da colaboração recíproca em prol do interesse coletivo;

IV — recusar fé aos documentos públicos;

V — lançar imposto sobre:

a) bens, rendas e serviços uns dos outros, sem prejuízo da tributação dos serviços públicos concedidos, observado o disposto no parágrafo único deste artigo;

b) templos de qualquer culto, bens e serviços de partidos políticos, instituições de educação e de assistência social, desde que as suas rendas sejam aplicadas integralmente no país para os respectivos fins;

c) papel destinado exclusivamente à impressão de jornais, periódicos e livros.

Parágrafo único. Os serviços públicos concedidos não gozam de isenção tributária, salvo quando estabelecida pelo poder competente ou quando a União a instituir, em lei especial, relativamente aos próprios serviços, tendo em vista o interesse comum.

Art. 32. Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios não poderão estabelecer diferença tributária, em razão da procedência, entre bens de qualquer natureza.

Art. 33. É defeso aos Estados e aos Municípios contrair empréstimo externo sem prévia autorização do Senado Federal.

Art. 34. Incluem-se entre os bens da União:

I — Os lagos e quaisquer correntes de água em terrenos do seu domínio ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limite com outros países ou se estendam a território estrangeiro, e bem assim as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países;

II — a porção de terras devolutas indispensável à defesa das fronteiras, às fortificações, construções militares e estradas de ferro.

Art. 35. Incluem-se entre os bens do Estado os lagos e rios em terrenos do seu domínio e os que têm nascente e foz no território estadual.

Art. 36. São Poderes da União o Legislativo, o Executivo e o Judiciário, independentes e harmônicos entre si.

§ 1.º O cidadão investido na função de um deles não poderá exercer a de outro, salvo as exceções previstas nesta Constituição.

§ 2.º É vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições.

CAPÍTULO II

DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO I

Disposições preliminares

Art. 37. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

Art. 38. A eleição para deputados e senadores far-se-á simultaneamente em todo o país.

Parágrafo único. São condições de elegibilidade para o Congresso Nacional:

- I — ser brasileiro (art. 129, n.ºs I e II);
- II — estar no exercício dos direitos políticos;
- III — ser maior de vinte e um anos para a Câmara dos Deputados e de trinta e cinco para o Senado Federal.

Art. 39. O Congresso Nacional reunir-se-á na Capital da República, a 15 de março de cada ano, e funcionará até 15 de dezembro.

Parágrafo único. O Congresso Nacional só poderá ser convocado extraordinariamente pelo Presidente da República ou por iniciativa do terço de uma das câmaras.

Art. 40. A cada uma das câmaras compete dispor, em regimento interno, sobre sua organização, polícia, criação e provimento de cargos.

Parágrafo único. Na constituição das comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos nacionais que participem da respectiva câmara.

Art. 41. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, sob a direção da mesa dêste, reunir-se-ão em sessão conjunta para:

- I — inaugurar a sessão legislativa;
- II — elaborar o regimento comum;
- III — receber o compromisso do Presidente e o do Vice-Presidente da República;
- IV — deliberar sobre o veto.

Art. 42. Em cada uma das câmaras, salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria dos seus membros.

Art. 43. O voto será secreto nas eleições e nos casos estabelecidos nos arts. 45, § 2.º, 63, n.º I, 66, n.º VIII, 70, § 3.º, 211 e 213.

Art. 44. Os deputados e os senadores são invioláveis no exercício do mandato, por suas opiniões, palavras e votos.

Art. 45. Desde a expedição do diploma até a inauguração da legislatura seguinte, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença de sua câmara.

§ 1.º No caso de flagrante de crime inafiançável, os autos serão remetidos, dentro de quarenta e oito horas, à câmara respectiva, para que resolva sobre a prisão e autorize, ou não, a formação da culpa.

§ 2.º A câmara interessada deliberará sempre pelo voto da maioria dos seus membros.

Art. 46. Os deputados e senadores, quer civis, quer militares, não poderão ser incorporados às forças armadas senão em tempo de guerra e mediante licença de sua câmara, ficando então sujeitos à legislação militar.

Art. 47. Os deputados e senadores vencerão anualmente subsídio igual e terão igual ajuda de custo.

§ 1.º O subsídio será dividido em duas partes: uma fixa, que se pagará no decurso do ano, e outra variável, correspondente ao comparecimento.

§ 2.º A ajuda de custo e o subsídio serão fixados no fim de cada legislatura.

Art. 48. Os deputados e senadores não poderão

I — desde a expedição do diploma:

a) celebrar contrato com pessoa jurídica de direito público, entidade autárquica ou sociedade de economia mista, salvo quando o contrato obedecer a normas uniformes;

b) aceitar nem exercer comissão ou emprego remunerado de pessoa jurídica de direito público, entidade autárquica, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público;

II — desde a posse:

a) ser proprietário ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;

b) ocupar cargo público do qual possa ser demitido *ad nutum*;

c) exercer outro mandato legislativo, seja federal, estadual ou municipal;

d) patrocinar causa contra pessoa jurídica de direito público.

§ 1.º A infração do disposto neste artigo, ou a falta, sem licença, às sessões, por mais de seis meses consecutivos, importa perda do mandato, declarada pela câmara a que pertença o deputado ou senador, mediante provocação de qualquer dos seus membros ou representação documentada de partido político ou do Procurador-Geral da República.

§ 2.º Perderá, igualmente, o mandato o deputado ou senador cujo procedimento seja reputado, pelo voto de dois terços dos membros de sua câmara, incompatível com o decôro parlamentar.

Art. 49. E' permitido ao deputado ou senador, com prévia licença da sua câmara, desempenhar missão diplomática de caráter transitório, ou participar, no estrangeiro, de congressos, conferências e missões culturais.

Art. 50. Enquanto durar o mandato, o funcionário público ficará afastado do exercício do cargo, contando-se-lhe tempo de serviço apenas para promoção por antiguidade e aposentadoria.

Art. 51. O deputado ou senador investido na função de ministro de Estado, interventor federal ou secretário de Estado não perde o mandato.

Art. 52. No caso do artigo antecedente e no de licença, conforme estabelecer o regimento interno, ou de vaga de deputado ou senador, será convocado o respectivo suplente.

Parágrafo único. Não havendo suplente para preencher a vaga, o presidente da câmara interessada comunicará o fato ao Tribunal Superior Eleitoral para providenciar a eleição, salvo se faltarem menos de nove meses para o termo do período. O deputado ou senador eleito para a vaga exercerá o mandato pelo tempo restante.

Art. 53. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal criarão comissões de inquérito sobre fato determinado, sempre que o requer um terço dos seus membros.

Parágrafo único. Na organização dessas comissões se observará o critério estabelecido no parágrafo único do art. 40.

Art. 54. Os ministros de Estado são obrigados a comparecer perante a Câmara dos Deputados, o Senado Federal ou qualquer das suas comissões, quando uma ou outra câmara os convocar para, pessoalmente, prestar informações acerca de assunto previamente determinado.

Parágrafo único. A falta do comparecimento, sem justificação, importa crime de responsabilidade.

Art. 55. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, assim como as suas comissões, designarão dia e hora para ouvir o Ministro

de Estado que lhes queira prestar esclarecimentos ou solicitar providências legislativas.

SEÇÃO II

Da Câmara dos Deputados

Art. 56. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, segundo o sistema de representação proporcional, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Territórios.

Art. 57. Cada legislatura durará quatro anos.

Art. 58. O número de deputados será fixado por lei, em proporção que não exceda um para cada cento e cinqüenta mil habitantes até vinte deputados, e, além desse limite, um para cada duzentos e cinqüenta mil habitantes.

§ 1.º Cada Território terá um deputado, e será de sete deputados o número mínimo por Estado e pelo Distrito Federal.

§ 2.º Não poderá ser reduzida a representação já fixada.

Art. 59. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:

I — a declaração, pelo voto da maioria absoluta dos seus membros, da procedência ou improcedência da acusação contra o Presidente da República, nos termos do art. 88, e contra os ministros de Estado, nos crimes conexos com os do Presidente da República;

II — a iniciativa da tomada de contas do Presidente da República, mediante designação de comissão especial, quando não forem apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.

SEÇÃO III

Do Senado Federal

Art. 60. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.

§ 1.º Cada Estado, e bem assim o Distrito Federal, elegerá três senadores.

§ 2.º O mandato de senador será de oito anos.

§ 3.º A representação de cada Estado e a do Distrito Federal renovar-se-ão de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e por dois terços.

§ 4.º Substituirá o senador, ou suceder-lhe-á nos termos do art. 52, o suplente com ele eleito.

Art. 61. O Vice-Presidente da República exercerá as funções de presidente do Senado Federal, onde só terá voto de qualidade.

Art. 62. Compete privativamente ao Senado Federal:

I — julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade e os Ministros de Estado nos crimes da mesma natureza conexos com os daquele;

II — processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal e o Procurador-Geral da República, nos crimes de responsabilidade.

§ 1.º Nos casos dêste artigo, funcionará como presidente do Senado o do Supremo Tribunal Federal.

§ 2.º O Senado Federal só proferirá sentença condenatória pelo voto de dois terços dos seus membros.

§ 3.º Não poderá o Senado Federal impor outra pena que não seja a da perda do cargo com inabilitação, até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública, sem prejuízo da ação da justiça ordinária.

Art. 63. Também compete privativamente ao Senado Federal:

I — aprovar, mediante voto secreto, a escolha de magistrados, nos casos estabelecidos por esta Constituição, do Procurador-Geral da República, dos Ministros do Tribunal de Contas, do Prefeito do Distrito Federal, dos membros do Conselho Nacional de Economia e dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

II — autorizar os empréstimos externos dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 64. Incumbe ao Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei ou decreto declarados inconstitucionais por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal.

SEÇÃO IV

Das atribuições do Poder Legislativo

Art. 65. Compete ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República:

I — votar o orçamento;

II — votar os tributos próprios da União e regular a arrecadação e a distribuição das suas rendas;

III — dispor sobre a dívida pública federal e os meios de solvê-la;

IV — criar e extinguir cargos públicos e fixar-lhes os vencimentos, sempre por lei especial;

V — votar a lei de fixação das forças armadas para o tempo de paz;

VI — autorizar abertura e operações de crédito e emissões de curso forçado;

VII — transferir temporariamente a sede do Governo Federal;

VIII — resolver sobre limites do território nacional;

IX — legislar sobre bens do domínio federal e sobre todas as matérias da competência da União, ressalvado o disposto no artigo seguinte.

Art. 66. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

I — resolver definitivamente sobre os tratados e convenções celebradas com os Estados estrangeiros pelo Presidente da República;

II — autorizar o Presidente da República a declarar guerra e a fazer a paz;

III — autorizar o Presidente da República a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou, por motivo de guerra, nele permaneçam temporariamente;

IV — aprovar ou suspender a intervenção federal, quando decretada pelo Presidente da República;

V — conceder anistia;

VI — aprovar as resoluções das assembleias legislativas estaduais, sobre incorporação, subdivisão ou desmembramento de Estados;

VII — autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do país;

VIII — julgar as contas do Presidente da República;

IX — fixar a ajuda de custo dos membros do Congresso Nacional, bem como o subsídio destes e os do Presidente e do Vice-Presidente da República;

X — mudar temporariamente a sua sede.

SEÇÃO V

Das leis

Art. 67. A iniciativa das leis, ressalvados os casos de competência exclusiva, cabe ao Presidente da República e a qualquer membro ou comissão da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

§ 1.º Cabe a Câmara dos Deputados e ao Presidente da República a iniciativa da lei de fixação das forças armadas e a de todas as leis sobre matéria financeira.

§ 2.º Ressalvada a competência da Câmara dos Deputados, do Senado e dos tribunais federais, no que concerne aos respectivos serviços administrativos, compete exclusivamente ao Presidente da República a iniciativa das leis que criem empregos em serviços existentes, aumentem vencimentos ou modifiquem, no decurso de cada legislatura, a lei de fixação das forças armadas.

§ 3.º A discussão dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República começará na Câmara dos Deputados.

Art. 68. O projeto de lei adotado numa das câmaras será revisto pela outra, que, aprovando-o, o enviará à sanção ou à promulgação (arts. 70 e 71).

Parágrafo único. A revisão será discutida e votada num só turno.

Art. 69. Se o projeto de uma câmara fôr emendado na outra, volverá à primeira para que se pronuncie acêrca da modificação, aprovando-a ou não.

Parágrafo único. Nos termos da votação final, será o projeto enviado à sanção.

Art. 70. Nos casos do art. 65, a câmara onde se concluir a votação de um projeto enviá-lo-á ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1.º Se o Presidente da República julgar o projeto, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário aos interesses nacionais, vetá-lo-a, total ou parcialmente, dentro de dez dias úteis, contados daquele em que o receber, e comunicará no mesmo prazo, ao Presidente do Senado Federal, os motivos do veto. Se a sanção fôr negada quando estiver finda a sessão legislativa, o Presidente da República publicará o veto.

§ 2.º Decorrido o decêndio, o silêncio do Presidente da República importará sanção.

§ 3.º Comunicado o veto ao Presidente do Senado Federal, éste convocará as duas câmaras para, em sessão conjunta, dêle conhecerem, considerando-se aprovado o projeto que obtiver o voto de dois terços dos deputados e senadores presentes. Nesse caso, será o projeto enviado para promulgação ao Presidente da República.

§ 4.º Se a lei não fôr promulgada dentro de 48 horas pelo Presidente da República, nos casos dos §§ 2.º e 3.º, o Presidente do Senado a promulgará; e, se éste o não fizer em igual prazo, fá-lo-á o Vice-Presidente do Senado.

Art. 71. Nos casos do art. 66, considerar-se-á com a votação final encerrada a elaboração da lei, que será promulgada pelo Presidente do Senado.

Art. 72. Os projetos de lei rejeitados ou não sancionados só se poderão renovar na mesma sessão legislativa mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das câmaras.

SEÇÃO VI

Do orçamento

Art. 73. O orçamento será uno, incorporando-se à receita, obrigatoriamente, tôdas as rendas e suprimentos de fundos, e incluindo-se discriminadamente na despesa as dotações necessárias ao custeio de todos os serviços públicos.

§ 1.º A lei de orçamento não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa para os serviços anteriormente criados. Não se incluem nessa proibição:

I — a autorização para abertura de créditos suplementares e operações de crédito por antecipação da receita;

II — a aplicação do saldo e o modo de cobrir o *deficit*.

§ 2.º O orçamento da despesa dividir-se-á em duas partes: uma fixa, que não poderá ser alterada senão em virtude de lei anterior; outra variável, que obedecerá a rigorosa especialização.

Art. 74. Se o orçamento não tiver sido enviado à sanção até 30 de novembro, prorrogar-se-á para o exercício seguinte o que estiver em vigor.

Art. 75. São vedados o estôrno de verbas, a concessão de créditos ilimitados e a abertura, sem autorização legislativa, de crédito especial.

Parágrafo único. A abertura de crédito extraordinário só será admitida por necessidade urgente ou imprevista, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 76. O Tribunal de Contas tem a sua sede na Capital da República e jurisdição em todo o território nacional.

§ 1.º Os Ministros do Tribunal de Contas serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, e terão os mesmos direitos, garantias, prerrogativas e vencimentos dos juizes do Tribunal Federal de Recursos.

§ 2.º O Tribunal de Contas exercerá, no que lhe diz respeito, as atribuições constantes do art. 97, e terá quadro próprio para o seu pessoal.

Art. 77. Compete ao Tribunal de Contas:

I — acompanhar e fiscalizar diretamente, ou por delegações criadas em lei, a execução do orçamento;

II — julgar as contas dos responsáveis por dinheiros e outros bens públicos, e as dos administradores das entidades autárquicas;

III — julgar da legalidade dos contratos e das aposentadorias, reformas e pensões.

§ 1.º Os contratos que, por qualquer modo, interessarem à receita ou à despesa só se reputarão perfeitos depois de registrados pelo Tribunal de Contas. A recusa do registro suspenderá a execução do contrato até que se pronuncie o Congresso Nacional.

§ 2.º Sera sujeito a registro no Tribunal de Contas, prévio ou posterior, conforme a lei o estabelecer, qualquer ato de administração pública de que resulte obrigação de pagamento pelo Tesouro Nacional ou por conta dêste.

§ 3.º Em qualquer caso, a recusa do registro por falta de saldo no crédito ou por imputação a crédito impróprio terá caráter proibitivo. Quando a recusa tiver outro fundamento, a despesa poderá efetuar-se após despacho do Presidente da República, registro sob reserva do Tribunal de Contas e recurso *ex-officio* para o Congresso Nacional.

§ 4.º O Tribunal de Contas dará parecer prévio, no prazo de sessenta dias, sobre as contas que o Presidente da República deverá prestar anualmente ao Congresso Nacional. Se elas não lhe forem enviadas no prazo da lei, comunicará o fato ao Congresso Nacional para os fins de direito, apresentando-lhe, num e noutro caso, minucioso relatório do exercício financeiro encerrado.

CAPÍTULO III

DO PODER EXECUTIVO

SEÇÃO I

Do Presidente e do Vice-Presidente da República

Art. 78. O Poder Executivo é exercido pelo Presidente da República.

Art. 79. Substitui o Presidente, em caso de impedimento, e sucede-lhe, no de vaga, o Vice-Presidente da República.

§ 1.º Em caso de impedimento ou vaga do Presidente e do Vice-Presidente da República, serão sucessivamente chamados ao exercício da presidência o Presidente da Câmara dos Deputados, o Vice-Presidente do Senado Federal e o Presidente do Supremo Tribunal Federal.

§ 2.º Vagando os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, far-se-á eleição sessenta dias depois de aberta a última vaga. Se as vagas ocorrerem na segunda metade do período presi-

dencial, a eleição para ambos os cargos será feita, trinta dias depois da última vaga, pelo Congresso Nacional, na forma estabelecida em lei. Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período dos seus antecessores.

Art. 80. São condições de elegibilidade para Presidente e Vice-Presidente da República:

- I — ser brasileiro (art. 129, n.ºs I e II);
- II — estar no exercício dos direitos políticos;
- III — ser maior de trinta e cinco anos.

Art. 81. O Presidente e o Vice-Presidente da República serão eleitos simultaneamente, em todo o país, cento e vinte dias antes do termo do período presidencial.

Art. 82. O Presidente e o Vice-Presidente da República exercerão o cargo por cinco anos.

Art. 83. O Presidente e o Vice-Presidente da República tomarão posse em sessão do Congresso Nacional ou, se este não estiver reunido, perante o Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. O Presidente da República prestará, no ato da posse, este compromisso: "Prometo manter, defender e cumprir a Constituição da República, observar as suas leis, promover o bem geral do Brasil, sustentar-lhe a união, a integridade e a independência."

Art. 84. Se, decorridos trinta dias da data fixada para a posse, o Presidente ou o Vice-Presidente da República não tiver salvo por motivo de doença, assumido o cargo, este será declarado vago pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 85. O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão ausentar-se do país sem permissão do Congresso Nacional, sob pena de perda do cargo.

Art. 86. No último ano da legislatura anterior à eleição para Presidente e Vice-Presidente da República, serão fixados os seus subsídios pelo Congresso Nacional.

SEÇÃO II

Das atribuições do Presidente da República

Art. 87. Compete privativamente ao Presidente da República:

- I — sancionar, promulgar e fazer publicar as leis e expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução;
- II — vetar, nos termos do art. 70, § 1.º, os projetos de lei;
- III — nomear e demitir os Ministros de Estado;

IV — nomear e demitir o Prefeito do Distrito Federal (art. 26, §§ 1.º e 2.º) e os membros do Conselho Nacional de Economia (art. 205, § 1.º);

V — prover, na forma da lei e com as ressalvas estatuídas por esta Constituição, os cargos públicos federais;

VI — manter relações com Estados estrangeiros;

VII — celebrar tratados e convenções internacionais *ad referendum* do Congresso Nacional;

VIII — declarar guerra, depois de autorizado pelo Congresso Nacional, ou sem essa autorização no caso de agressão estrangeira, quando verificada no intervalo das sessões legislativas;

IX — fazer a paz, com autorização e *ad referendum* do Congresso Nacional;

X — permitir, depois de autorizado pelo Congresso Nacional, ou sem essa autorização no intervalo das sessões legislativas, que forças estrangeiras transitem pelo território do país ou, por motivo de guerra, nêle permaneçam temporariamente;

XI — exercer o comando supremo das forças armadas, administrando-as por intermédio dos órgãos competentes;

XII — decretar a mobilização total ou parcial das forças armadas;

XIII — decretar o estado de sítio nos termos desta Constituição;

XIV — decretar e executar a intervenção federal nos termos dos arts. 7.º a 14;

XV — autorizar brasileiros a aceitarem pensão, emprêgo ou comissão de governo estrangeiro;

XVI — enviar à Câmara dos Deputados, dentro dos primeiros dois meses da sessão legislativa, a proposta de orçamento;

XVII — prestar anualmente ao Congresso Nacional, dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa, as contas relativas ao exercício anterior;

XVIII — remeter mensagem ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa, dando conta da situação do país e solicitando as providências que julgar necessárias;

XIX — conceder indulto e comutar penas, com audiência dos órgãos instituídos em lei.

SEÇÃO III

Da responsabilidade do Presidente da República

Art. 88. O Presidente da República, depois que a Câmara dos Deputados, pelo voto da maioria absoluta dos seus membros, declarar procedente a acusação, será submetido a julgamento perante o Su-

premo Tribunal Federal nos crimes comuns, ou perante o Senado Federal nos de responsabilidade.

Parágrafo único. Declarada a procedência da acusação, ficará o Presidente da República suspenso das suas funções.

Art. 89. São crimes de responsabilidade os atos do Presidente da República que atentarem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra:

- I — a existência da União;
- II — o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e dos poderes constitucionais dos Estados;
- III — o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais;
- IV — a segurança interna do país;
- V — a probidade na administração;
- VI — a lei orçamentária;
- VII — a guarda e o legal emprêgo dos dinheiros públicos;
- VIII — o cumprimento das decisões judiciais.

Parágrafo único. Esses crimes serão definidos em lei especial, que estabelecerá as normas de processo e julgamento.

SEÇÃO IV

Dos Ministros de Estado

Art. 90. O Presidente da República é auxiliado pelos Ministros de Estado.

Parágrafo único. São condições essenciais para a investidura no cargo de Ministro de Estado:

- I — ser brasileiro (art. 129, n.º I e II);
- II — estar no exercício dos direitos políticos;
- III — ser maior de vinte e cinco anos.

Art. 91. Além das atribuições que a lei fixar, compete aos Ministros de Estado:

- I — referendar os atos assinados pelo Presidente da República;
- II — expedir instruções para a boa execução das leis, decretos e regulamentos;
- III — apresentar ao Presidente da República relatório dos serviços de cada ano realizados no ministério;
- IV — comparecer à Câmara dos Deputados e ao Senado Federal nos casos e para os fins indicados nesta Constituição.

Art. 92. Os Ministros de Estado serão, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, processados e julgados pelo Supremo Tribunal Federal, e, nos conexos com os do Presidente da República, pelos órgãos competentes para o processo e julgamento dêste.

Art. 93. São crimes de responsabilidade, além do previsto no art. 54, parágrafo único, os atos definidos em lei (art. 89), quando praticados ou ordenados pelos Ministros de Estado.

Parágrafo único. Os Ministros de Estado são responsáveis pelos atos que assinarem, ainda que juntamente com o Presidente da República, ou que praticarem por ordem dêste.

CAPÍTULO IV

DO PODER JUDICIÁRIO

SEÇÃO I

Disposições Preliminares

Art. 94. O Poder Judiciário é exercido pelos seguintes órgãos:

- I — Supremo Tribunal Federal;
- II — Tribunal Federal de Recursos;
- III — Juizes e tribunais militares;
- IV — Juizes e tribunais eleitorais;
- V — Juizes e tribunais do trabalho.

Art. 95. Salvo as restrições expressas nesta Constituição, os juizes gozarão das garantias seguintes:

I — vitaliciedade, não podendo perder o cargo senão por sentença judiciária;

II — inamovibilidade, salvo quando ocorrer motivo de interesse público, reconhecido pelo voto de dois terços dos membros efetivos do tribunal superior competente;

III — irredutibilidade dos vencimentos, que, todavia, ficarão sujeitos aos impostos gerais.

§ 1.º A aposentadoria será compulsória aos setenta anos de idade ou por invalidez comprovada, e facultativa após trinta anos de serviço público, contados na forma da lei.

§ 2.º A aposentadoria, em qualquer desses casos, será decretada com vencimentos integrais.

§ 3.º A vitaliciedade não se estenderá obrigatoriamente aos juizes com atribuições limitadas ao preparo dos processos e à substituição de juizes julgadores, salvo após dez anos de contínuo exercício no cargo.

Art. 96. É vedado ao juiz:

I — exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo o magistério secundário e superior e os casos previstos nesta Constituição, sob pena de perda do cargo judiciário;

II — receber, sob qualquer pretexto, percentagens, nas causas sujeitas a seu despacho e julgamento;

III — exercer atividade político-partidária.

Art. 97. Compete aos tribunais:

I — eleger seus presidentes e demais órgãos de direção;

II — elaborar seus regimentos internos e organizar os serviços auxiliares, provendo-lhes os cargos na forma da lei; e bem assim propor ao Poder Legislativo competente a criação ou a extinção de cargos e a fixação dos respectivos vencimentos;

III — conceder licença e férias, nos termos da lei, aos seus membros e aos juizes e serventuários que lhes forem imediatamente subordinados.

SEÇÃO II

Do Supremo Tribunal Federal

Art. 98. O Supremo Tribunal Federal, com sede na Capital da República e jurisdição em todo o território nacional, compor-se-á de onze ministros. Esse número, mediante proposta do próprio Tribunal, poderá ser elevado por lei.

Art. 99. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre brasileiros (art. 129, n.ºs I e II), maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Art. 100. Os Ministros do Supremo Tribunal Federal serão, nos crimes de responsabilidade, processados e julgados pelo Senado Federal.

Art. 101. Ao Supremo Tribunal Federal compete:

I — processar e julgar originariamente:

a) o Presidente da República nos crimes comuns;

b) os seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República nos crimes comuns;

c) os Ministros de Estado, os juizes dos tribunais superiores federais, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, os Ministros do Tribunal de Contas e os chefes de missão diplomática em caráter permanente, assim nos crimes comuns como nos de responsabilidade, ressalvado, quanto aos Ministros de Estado, o disposto no final do art. 92;

d) os litígios entre Estados estrangeiros e a União, os Estados, o Distrito Federal ou os Municípios;

e) as causas e conflitos entre a União e os Estados ou entre estes;

f) os conflitos de jurisdição entre juizes ou tribunais federais de justiças diversas, entre quaisquer juizes ou tribunais federais e os dos Estados, e entre juizes ou tribunais de Estados diferentes, inclusive os do Distrito Federal e os dos Territórios;

g) a extradição dos criminosos, requisitada por Estados estrangeiros e a homologação das sentenças estrangeiras;

h) o *habeas-corpus*, quando o coator ou paciente fôr tribunal, funcionário ou autoridade cujos atos estejam diretamente sujeitos à jurisdição do Supremo Tribunal Federal; quando se tratar de crime sujeito a essa mesma jurisdição em única instância; e, quando houver perigo de se consumir a violência, antes que outro juiz ou tribunal possa conhecer do pedido;

i) os mandados de segurança contra ato do Presidente da República, da Mesa da Câmara ou do Senado e do Presidente do próprio Supremo Tribunal Federal;

j) a execução das sentenças, nas causas da sua competência originária, sendo facultada a delegação de atos processuais a juiz inferior ou a outro tribunal;

k) as ações rescisórias de seus acórdãos;

II — julgar em recurso ordinário:

a) os mandados de segurança e os *habeas-corpus* decididos em última instância pelos tribunais locais ou federais, quando denegatória a decisão;

b) as causas decididas por juizes locais, fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro, assim como as em que forem partes um Estado estrangeiro e pessoa domiciliada no país;

c) os crimes políticos;

III — julgar em recurso extraordinário as causas decididas em única ou última instância por outros tribunais ou juizes:

a) quando a decisão fôr contrária a dispositivo desta Constituição ou à letra de tratado ou lei federal;

b) quando se questionar sobre a validade de lei federal em face desta Constituição, e a decisão recorrida negar aplicação à lei impugnada;

c) quando se contestar a validade de lei ou ato de governo local em face desta Constituição ou de lei federal, e a decisão recorrida julgar válida a lei ou o ato;

d) quando na decisão recorrida a interpretação da lei federal invocada fôr diversa da que lhe haja dado qualquer dos outros tribunais ou o próprio Supremo Tribunal Federal;

IV — rever, em benefício dos condenados, as suas decisões criminais em processos findos.

Art. 102. Com recurso voluntário para o Supremo Tribunal Federal, é da competência do seu Presidente conceder *exequatur* a cartas rogatórias de tribunais estrangeiros.

SEÇÃO III

Do Tribunal Federal de Recursos

Art. 103. O Tribunal Federal de Recursos, com sede na Capital Federal, compor-se-á de nove juizes, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, sendo dois terços entre magistrados e um terço entre advogados e membros do Ministério Público, com os requisitos do art. 99.

Parágrafo único. O Tribunal poderá dividir-se em câmaras ou turmas.

Art. 104. Compete ao Tribunal Federal de Recursos:

I — processar e julgar originariamente:

a) as ações rescisórias de seus acórdãos;

b) os mandados de segurança, quando a autoridade coatora fôr Ministro de Estado, o próprio Tribunal ou o seu Presidente;

II — julgar em grau de recurso:

a) as causas decididas em primeira instância, quando a União fôr interessada como autora, ré, assistente ou oponente, exceto as de falência; ou quando se tratar de crimes praticados em detrimento de bens, serviços ou interesses da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral e a da Justiça Militar;

b) as decisões de juizes locais, denegatórias de *habeas-corpus*, e as proferidas em mandados de segurança, se federal a autoridade apontada como coatora;

III — rever, em benefício dos condenados, as suas decisões criminais em processos findos.

Art. 105. A lei poderá criar, em diferentes regiões do país, outros Tribunais Federais de Recursos, mediante proposta do próprio Tribunal e aprovação do Supremo Tribunal Federal, fixando-lhes sede e jurisdição territorial e observados os preceitos dos arts. 103 e 104.

SEÇÃO IV

Dos juizes e tribunais militares

Art. 106. São órgãos da Justiça Militar o Superior Tribunal Militar e os tribunais e juizes inferiores que a lei instituir.

Parágrafo único. A lei disporá sobre o número e a forma de escolha dos juizes militares e togados do Superior Tribunal Militar, os quais terão vencimentos iguais aos dos juizes do Tribunal Federal de Recursos, e estabelecerá as condições de acesso dos auditores.

Art. 107. A inamovibilidade assegurada aos membros da Justiça Militar não os exime da obrigação de acompanhar as forças junto às quais tenham de servir.

Art. 108. A Justiça Militar compete processar e julgar, nos crimes militares definidos em lei, os militares e as pessoas que lhes são assemelhadas.

§ 1.º Esse fóro especial poderá estender-se aos civis, nos casos expressos em lei, para a repressão de crimes contra a segurança externa do país ou as instituições militares.

§ 2.º A lei regulará a aplicação das penas da legislação militar em tempo de guerra.

SEÇÃO V

Dos juizes e tribunais eleitorais

Art. 109. Os órgãos da justiça eleitoral são os seguintes:

- I — Tribunal Superior Eleitoral;**
- II — Tribunais Regionais Eleitorais;**
- III — Juntas eleitorais;**
- IV — Juizes eleitorais.**

Art. 110. O Tribunal Superior Eleitoral, com sede na Capital da República, compor-se-á,

I — mediante eleição em escrutínio secreto:

- a) de dois juizes escolhidos pelo Supremo Tribunal Federal dentre os seus Ministros;**
- b) de dois juizes escolhidos pelo Tribunal Federal de Recursos dentre os seus juizes;**
- c) de um juiz escolhido pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal dentre os seus desembargadores;**

II — por nomeação do Presidente da República, de dois dentre seis cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, que não sejam incompatíveis por lei, indicados pelo Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. O Tribunal Superior Eleitoral elegerá para seu presidente um dos dois Ministros do Supremo Tribunal Federal, cabendo ao outro a vice-presidência.

Art. 111. Haverá um Tribunal Regional Eleitoral na capital de cada Estado e no Distrito Federal.

Parágrafo único. Mediante proposta do Tribunal Superior Eleitoral, poderá criar-se por lei um Tribunal Regional Eleitoral na capital de qualquer Território.

Art. 112. Os Tribunais Regionais Eleitorais compor-se-ão,

I — mediante eleição em escrutínio secreto:

a) de três juizes escolhidos pelo Tribunal de Justiça dentre os seus membros;

b) de dois juizes escolhidos pelo Tribunal de Justiça dentre os juizes de direito;

II — por nomeação do Presidente da República, de dois dentre seis cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, que não sejam incompatíveis por lei, indicados pelo Tribunal de Justiça.

Parágrafo único. O Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal Regional Eleitoral serão escolhidos dentre os três desembargadores do Tribunal de Justiça.

Art. 113. O número dos juizes dos tribunais eleitorais não será reduzido, mas poderá ser elevado, até nove, mediante proposta do Tribunal Superior Eleitoral e na forma por ele sugerida.

Art. 114. Os juizes dos tribunais eleitorais, salvo motivo justificado, servirão obrigatoriamente por dois anos, e nunca por mais de dois biênios consecutivos.

Art. 115. Os substitutos dos membros efetivos dos tribunais eleitorais serão escolhidos, na mesma ocasião e pelo mesmo processo, em número igual para cada categoria.

Art. 116. Será regulada por lei a organização das juntas eleitorais, a que presidirá um juiz de direito, e os seus membros serão nomeados, depois de aprovação do Tribunal Regional Eleitoral, pelo presidente deste.

Art. 117. Compete aos juizes de direito exercer, com jurisdição plena e na forma da lei, as funções de juizes eleitorais.

Parágrafo único. A lei poderá outorgar a outros juizes competência para funções não decisórias.

Art. 118. Enquanto servirem, os magistrados eleitorais gozarão, no que lhes for aplicável, das garantias estabelecidas no art. 95, números I e II, e, como tais, não terão outras incompatibilidades senão as declaradas por lei.

Art. 119. A lei regulará a competência dos juizes e tribunais eleitorais. Entre as atribuições da justiça eleitoral, inclui-se:

I — o registro e a cassação de registro dos partidos políticos ;

II — a divisão eleitoral do país ;

III — o alistamento eleitoral ;

IV — a fixação da data das eleições, quando não determinada por disposição constitucional ou legal ;

V — o processo eleitoral, a apuração das eleições e a expedição de diploma aos eleitos ;

VI — o conhecimento e a decisão das arguições de inelegibilidade ;

VII — o processo e julgamento dos crimes eleitorais e dos comuns que lhes forem conexos, e bem assim o de *habeas-corpus* e mandado de segurança em matéria eleitoral ;

VIII — o conhecimento de reclamações relativas a obrigações impostas por lei aos partidos políticos, quanto à sua contabilidade e à apuração da origem dos seus recursos.

Art. 120. São irrecorríveis as decisões do Tribunal Superior Eleitoral, salvo as que declararem a invalidade de lei ou ato contrários a esta Constituição e as denegatórias de *habeas-corpus* ou mandado de segurança, das quais caberá recurso para o Supremo Tribunal Federal.

Art. 121. Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais somente caberá recurso para o Tribunal Superior Eleitoral quando :

I — forem proferidas contra expressa disposição de lei ;

II — ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais ;

III — versarem sobre expedição de diploma nas eleições federais e estaduais ;

IV — denegarem *habeas-corpus* ou mandado de segurança.

SEÇÃO VI

Dos juizes e tribunais do trabalho

Art. 122. Os órgãos da justiça do trabalho são os seguintes:

I — Tribunal Superior do Trabalho ;

II — Tribunais Regionais do Trabalho ;

III — Juntas ou juizes de conciliação e julgamento.

§ 1.º O Tribunal Superior do Trabalho tem sede na Capital Federal.

§ 2.º A lei fixará o número dos Tribunais Regionais do Trabalho e respectivas sedes.

§ 3.º A lei instituirá as juntas de conciliação e julgamento, podendo, nas comarcas onde elas não forem instituídas, atribuir as suas funções aos juizes de direito.

§ 4.º Poderão ser criados por lei outros órgãos da Justiça do Trabalho.

§ 5.º A constituição, investidura, jurisdição, competência, garantias e condições de exercício dos órgãos da Justiça do Trabalho serão reguladas por lei, ficando assegurada a paridade de representação de empregados e empregadores.

Art. 123. Compete à Justiça do Trabalho conciliar e julgar os dissídios individuais e coletivos entre empregados e empregadores, e as demais controvérsias oriundas de relações do trabalho regidas por legislação especial.

§ 1.º Os dissídios relativos a acidentes do trabalho são da competência da justiça ordinária.

§ 2.º A lei especificará os casos em que as decisões, nos dissídios coletivos, poderão estabelecer normas e condições de trabalho.

TÍTULO II

Da Justiça dos Estados

Art. 124. Os Estados organizarão a sua justiça com observância aos arts. 95 a 97 e também dos seguintes princípios:

I — Serão inalteráveis a divisão e a organização judiciárias, dentro de cinco anos da data da lei que as estabelecer, salvo proposta motivada do Tribunal de Justiça;

II — poderão ser criados tribunais de alçada inferior à dos Tribunais de Justiça;

III — o ingresso na magistratura vitalícia dependerá de concurso de provas, organizado pelo Tribunal de Justiça com a colaboração do Conselho Secional da Ordem dos Advogados do Brasil, e far-se-á a indicação dos candidatos, sempre que fôr possível, em lista triplíce;

IV — a promoção dos juizes far-se-á de entrância para entrância, por antiguidade e por merecimento, alternadamente, e, no segundo caso, dependerá de lista triplíce organizada pelo Tribunal de Justiça. Igual proporção se observará no acesso ao Tribunal, ressalvado o disposto no n.º V d'êste artigo. Para isso, nos casos de mereci-

mento, a lista triplíce se comporá de nomes escolhidos dentre os dos juizes de qualquer entrância. Em se tratando de antiguidade, que se apurará na última entrância, o Tribunal resolverá preliminarmente se deve ser indicado o juiz mais antigo; e, se êste fôr recusado por três quartos dos desembargadores, repetirá a votação em relação ao imediato, e assim por diante, até se fixar a indicação. Sòmente após dois anos de efetivo exercício na respectiva entrância poderá o juiz ser promovido;

V — na composição de qualquer tribunal, um quinto dos lugares será preenchido por advogados e membros do Ministério Público, de notório merecimento e reputação libada, com dez anos, pelo menos, de prática forense. Para cada vaga, o Tribunal, em sessão e escrutínio secretos, votará lista triplíce. Escolhido um membro do Ministério Público, a vaga seguinte será preenchida por advogado;

VI — os vencimentos dos desembargadores serão fixados em quantia não inferior á que recebem, a qualquer título, os secretários de Estado; e os dos demais juizes vitalícios, com diferença não excedente a trinta por cento de uma para outra entrância, atribuindo-se aos de entrância mais elevada não menos de dois terços dos vencimentos dos desembargadores;

VII — em caso de mudança de sede do juízo, é facultado ao juiz remover-se para a nova sede, ou para comarca de igual entrância, ou pedir disponibilidade com vencimentos integrais;

VIII — só por proposta do Tribunal de Justiça poderá ser alterado o número dos seus membros e dos de qualquer outro tribunal;

IX — é da competência privativa do Tribunal de Justiça processar e julgar os juizes de inferior instância nos crimes comuns e nos de responsabilidade;

X — poderá ser instituída a justiça de paz temporária, com atribuição judiciária de substituição, exceto para julgamentos finais ou recorríveis, e competência para a habilitação e celebração de casamentos e outros atos previstos em lei;

XI — poderão ser criados cargos de juizes togados com investidura limitada a certo tempo e competência para julgamento das causas de pequeno valor. Esses juizes poderão substituir os juizes vitalícios;

XII — a Justiça Militar estadual, organizada com observância dos preceitos gerais da lei federal (art. 5.º, n.º XV, letra f), terá como órgãos de primeira instância os conselhos de justiça e como órgão de segunda instância um tribunal especial ou o Tribunal de Justiça.

TÍTULO III

Do Ministério Público

Art. 125. A lei organizará o Ministério Público da União junto à justiça comum, a militar, a eleitoral e a do trabalho.

Art. 126. O Ministério Público federal tem por chefe o Procurador-Geral da República. O Procurador, nomeado pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre cidadãos com os requisitos indicados no art. 99, é demissível *ad nutum*.

Parágrafo único. A União será representada em juízo pelos Procuradores da República, podendo a lei cometer êsse encargo, nas comarcas do interior, ao Ministério Público local.

Art. 127. Os membros do Ministério Público da União, do Distrito Federal e dos Territórios ingressarão nos cargos iniciais da carreira mediante concurso. Após dois anos de exercício, não poderão ser demitidos senão por sentença judiciária ou mediante processo administrativo em que se lhes faculte ampla defesa; nem removidos, a não ser mediante representação motivada do chefe do Ministério Público, com fundamento em conveniência do serviço.

Art. 128. Nos Estados, o Ministério Público será também organizado em carreira, observados os preceitos do artigo anterior e mais o princípio de promoção de entrância a entrância.

TÍTULO IV

Da declaração de direitos

CAPÍTULO I

Da nacionalidade e da cidadania

Art. 129. São brasileiros:

I — os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, não residindo êstes a serviço do seu país;

II — os filhos de brasileiro ou brasileira, nascidos no estrangeiro, se os pais estiverem a serviço do Brasil, ou, não o estando, se vierem residir no país. Neste caso, atingida a maioridade, deverão,

para conservar a nacionalidade brasileira, optar por ela, dentro em quatro anos;

III — os que adquiriram a nacionalidade brasileira nos termos do art. 69, n.º IV e V, da Constituição de 24 de fevereiro de 1891;

IV — os naturalizados pela forma que a lei estabelecer, exigidas aos portugueses apenas residência no país por um ano ininterrupto, idoneidade moral e sanidade física.

Art. 130. Perde a nacionalidade o brasileiro

I — que, por naturalização voluntária, adquirir outra nacionalidade;

II — que, sem licença do Presidente da República, aceitar de governo estrangeiro comissão, emprêgo ou pensão;

III — que, por sentença judiciária, em processo que a lei estabelecer, tiver cancelada a sua naturalização, por exercer atividade nociva ao interesse nacional.

Art. 131. São eleitores os brasileiros maiores de dezoito anos que se alistarem na forma da lei.

Art. 132. Não podem alistar-se eleitores:

I — os analfabetos;

II — os que não saibam exprimir-se na língua nacional;

III — os que estejam privados, temporária ou definitivamente, dos direitos políticos.

Parágrafo único. Também não podem alistar-se eleitores as praças de pré, salvo os aspirantes a oficial, os suboficiais, os subtenentes, os sargentos e os alunos das escolas militares de ensino superior.

Art. 133. O alistamento e o voto são obrigatórios para os brasileiros de ambos os sexos, salvo as exceções previstas em lei.

Art. 134. O sufrágio é universal e direto; o voto é secreto; e fica assegurada a representação proporcional dos partidos políticos nacionais, na forma que a lei estabelecer.

Art. 135. Só se suspendem ou perdem os direitos políticos nos casos dêste artigo.

§ 1.º Suspendem-se :

I — por incapacidade civil absoluta ;

II — por condenação criminal, enquanto durarem os seus efeitos.

§ 2.º Perdem-se :

I — nos casos estabelecidos no art. 130 ;

II — pela recusa prevista no art. 141, § 8.º ;

III — pela aceitação de título nobiliárlo ou condecoração estrangeira que importe restrição de direito ou dever perante o Estado.

Art. 136. A perda dos direitos políticos acarreta simultaneamente a do cargo ou função pública.

Art. 137. A lei estabelecerá as condições de reaquisição dos direitos políticos e da nacionalidade.

Art. 138. São inelegíveis os inalistáveis e os mencionados no parágrafo único do art. 132.

Art. 139. São também inelegíveis :

I — para Presidente e Vice-Presidente da República :

a) o Presidente que tenha exercido o cargo, por qualquer tempo, no período imediatamente anterior, e bem assim o Vice-Presidente que lhe tenha sucedido ou quem, dentro dos seis meses anteriores ao pleito, o haja substituído ;

b) até seis meses depois de afastados definitivamente das funções, os governadores, os interventores federais, nomeados de acôrdo com o art. 12, os Ministros de Estado e o Prefeito do Distrito Federal ;

c) até três meses depois de cessadas definitivamente as funções, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e o Procurador Geral da República, os chefes de estado-maior, os juizes, o procurador geral e os procuradores regionais da Justiça Eleitoral, os secretários de Estado e os chefes de policia ;

II — para governador :

a) em cada Estado, o Governador que haja exercido o cargo por qualquer tempo no período imediatamente anterior ou quem lhe haja sucedido, ou, dentro dos seis meses anteriores ao pleito, o tenha substituído ; e o interventor federal, nomeado na forma do art. 12, que tenha exercido as funções, por qualquer tempo, no período governamental imediatamente anterior ;

b) até um ano depois de afastados definitivamente das funções, o Presidente, o Vice-Presidente da República e os substitutos que hajam assumido a presidência ;

c) em cada Estado, até três meses depois de cessadas definitivamente as funções, os secretários de Estado, os comandantes das regiões militares, os chefes e os comandantes de policia, os magistrados federais e estaduais e o chefe do Ministério Público ;

d) até três meses depois de cessadas definitivamente as funções, os que forem inelegíveis para Presidente da República, salvo os mencionados nas letras a e b dêste número ;

III — para prefeito, o que houver exercido o cargo por qualquer tempo, no período imediatamente anterior, e bem assim o que lhe

tenha sucedido, ou, dentro dos seis meses anteriores ao pleito, o haja substituído; e, igualmente, pelo mesmo prazo, as autoridades policiais com jurisdição no Município;

IV — para a Câmara dos Deputados e o Senado Federal, as autoridades mencionadas em os n.ºs I e II, nas mesmas condições em ambos estabelecidas, se em exercício nos três meses anteriores ao pleito;

V — para as assembleias legislativas, os governadores, secretários de Estado e chefes de polícia, até dois meses depois de cessadas definitivamente as funções.

Parágrafo único. Os preceitos deste artigo aplicam-se aos titulares, assim efetivos como interinos, dos cargos mencionados.

Art. 140. São ainda inelegíveis, nas mesmas condições do artigo anterior, o cônjuge e os parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau:

I — do Presidente e do Vice-Presidente da República ou do substituto que assumir a presidência:

- a) para Presidente e Vice-Presidente;
- b) para governador;
- c) para deputado ou senador, salvo se já tiverem exercido o mandato ou forem eleitos simultaneamente com o Presidente e o Vice-Presidente da República;

II — do Governador ou Interventor Federal, nomeado de acordo com o art. 12, em cada Estado:

- a) para governador;
- b) para deputado ou senador, salvo se já tiverem exercido o mandato ou forem eleitos simultaneamente com o governador;

III — do prefeito, para o mesmo cargo.

CAPÍTULO II

DOS DIREITOS E DAS GARANTIAS INDIVIDUAIS

Art. 141. A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, à segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes:

§ 1.º Todos são iguais perante a lei.

§ 2.º Ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei.

§ 3.º A lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada.

§ 4.º A lei não poderá excluir da apreciação do Poder Judiciário qualquer lesão de direito individual.

§ 5.º E' livre a manifestação do pensamento, sem que dependa de censura, salvo quanto a espetáculos e diversões públicas, respondendo cada um, nos casos e na forma que a lei preceituar, pelos abusos que cometer. Não é permitido o anonimato. E' assegurado o direito de resposta. A publicação de livros e periódicos não dependerá de licença do poder público. Não será, porém, tolerada propaganda de guerra, de processos violentos para subverter a ordem política e social, ou de preconceitos de raça ou de classe.

§ 6.º E' inviolável o sigilo da correspondência.

§ 7.º E' inviolável a liberdade de consciência e de crença e assegurado o livre exercício dos cultos religiosos, salvo o dos que contrariem a ordem pública ou os bons costumes. As associações religiosas adquirirão personalidade jurídica na forma da lei civil.

§ 8.º Por motivo de convicção religiosa, filosófica ou política, ninguém será privado de nenhum dos seus direitos, salvo se a invocar para se eximir de obrigação, encargo ou serviço impostos pela lei aos brasileiros em geral, ou recusar os que ela estabelecer em substituição daqueles deveres, a fim de atender escusa de consciência.

§ 9.º Sem constrangimento dos favorecidos, será prestada por brasileiro (art. 129, n.º I e II) assistência religiosa às forças armadas e, quando solicitada pelos interessados ou seus representantes legais, também nos estabelecimentos de internação coletiva.

§ 10. Os cemitérios terão caráter secular e serão administrados pela autoridade municipal. É permitido a todas as confissões religiosas praticar nêles os seus ritos. As associações religiosas poderão, na forma da lei, manter cemitérios particulares.

§ 11. Todos podem reunir-se, sem armas, não intervindo a polícia senão para assegurar a ordem pública. Com êsse intuito, poderá a polícia designar o local para a reunião, contanto que, assim procedendo, não a frustre ou impossibilite.

§ 12. E' garantida a liberdade de associação para fins lícitos. Nenhuma associação poderá ser compulsoriamente dissolvida senão em virtude de sentença judiciária.

§ 13. E' vedada a organização, o registro ou o funcionamento de qualquer partido político ou associação, cujo programa ou ação contrarie o regime democrático, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem.

§ 14. E' livre o exercício de qualquer profissão, observadas as condições de capacidade que a lei estabelecer.

§ 15. A casa é o asilo inviolável do indivíduo. Ninguém poderá nela penetrar à noite, sem consentimento do morador, a não ser

para acudir a vítimas de crime ou desastre, nem durante o dia, fora dos casos e pela forma que a lei estabelecer.

§ 16. E' garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito a indenização ulterior.

§ 17. Os inventos industriais pertencem aos seus autores, aos quais a lei garantirá privilégio temporário ou, se a vulgarização convier à coletividade, concederá justo prêmio.

§ 18. E' assegurada a propriedade das marcas de indústria e comércio, bem como a exclusividade do uso do nome comercial.

§ 19. Aos autores de obras literárias, artísticas ou científicas pertence o direito exclusivo de reproduzi-las. Os herdeiros dos autores gozarão desse direito pelo tempo que a lei fixar.

§ 20. Ninguém será preso senão em flagrante delito ou, por ordem escrita da autoridade competente, nos casos expressos em lei.

§ 21. Ninguém será levado a prisão ou nela detido se prestar fiança permitida em lei.

§ 22. A prisão ou detenção de qualquer pessoa será imediatamente comunicada ao juiz competente, que a relaxará, se não fôr legal, e, nos casos previstos em lei, promoverá a responsabilidade da autoridade coatora.

§ 23. Dar-se-á *habeas-corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. Nas transgressões disciplinares, não cabe o *habeas-corpus*.

§ 24. Para proteger direito líquido e certo não amparado por *habeas-corpus*, conceder-se-á mandado de segurança, seja qual fôr a autoridade responsável pela ilegalidade ou abuso de poder.

§ 25. E' assegurada aos acusados plena defesa, com todos os meios e recursos essenciais a ela, desde a nota de culpa, que, assinada pela autoridade competente, com os nomes do acusador e das testemunhas, será entregue ao preso dentro em vinte e quatro horas. A instrução criminal será contraditória.

§ 26. Não haverá fôro privilegiado nem juízes e tribunais de exceção.

§ 27. Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente e na forma de lei anterior.

§ 28. E' mantida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, contanto que seja sempre ímpar o número dos seus

membros e garantido o sigilo das votações, a plenitude da defesa do réu e a soberania dos veredictos. Será obrigatoriamente da sua competência o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.

§ 29. A lei penal regulará a individualização da pena e só retroagirá quando beneficiar o réu.

§ 30. Nenhuma pena passará da pessoa do delinqüente.

§ 31. Não haverá pena de morte, de banimento, de confisco nem de caráter perpétuo. São ressalvadas, quanto à pena de morte, as disposições da legislação militar em tempo de guerra com país estrangeiro. A lei disporá sobre o seqüestro e o perdimento de bens, no caso de enriquecimento ilícito, por influência ou com abuso de cargo ou função pública, ou de emprêgo em entidade autárquica.

§ 32. Não haverá prisão civil por dívida, multa ou custas, salvo o caso do depositário infiel e o de inadimplemento de obrigação alimentar, na forma da lei.

§ 33. Não será concedida a extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião e, em caso nenhum, a de brasileiro.

§ 34. Nenhum tributo será exigido ou aumentado sem que a lei o estabeleça; nenhum será cobrado em cada exercício sem prévia autorização orçamentária, ressalvada, porém, a tarifa aduaneira e o imposto lançado por motivo de guerra.

§ 35. O poder público, na forma que a lei estabelecer, concederá assistência judiciária aos necessitados.

§ 36. A lei assegurará:

I — o rápido andamento dos processos nas repartições públicas;

II — a ciência aos interessados dos despachos e das informações a que eles se refiram;

III — a expedição das certidões requeridas para defesa de direito;

IV — a expedição das certidões requeridas para esclarecimento de negócios administrativos, salvo se o interesse público impuser sigilo.

§ 37. E' assegurado a quem quer que seja o direito de representar, mediante petição dirigida aos poderes públicos, contra abusos de autoridades, e promover a responsabilidade delas.

§ 38. Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos do patrimônio da União, dos Estados, dos Municípios, das entidades autárquicas e das sociedades de economia mista.

Art. 142. Em tempo de paz, qualquer pessoa poderá com os seus bens entrar no território nacional, nêle permanecer ou dêle sair, respeitados os preceitos da lei.

Art. 143. O Governo Federal poderá expulsar do território nacional o estrangeiro nocivo à ordem pública, salvo se o seu cônjuge fôr brasileiro, e se tiver filho brasileiro (art. 129, n.º I e II) dependente da economia paterna.

Art. 144. A especificação dos direitos e garantias expressas nesta Constituição não exclui outros direitos e garantias decorrentes do regime e dos princípios que ela adota.

TÍTULO V

Da ordem econômica e social

Art. 145. A ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça social, conciliando a liberdade de iniciativa com a valorização do trabalho humano.

Parágrafo único. A todos é assegurado trabalho que possibilite existência digna. O trabalho é obrigação social.

Art. 146. A União poderá, mediante lei especial, intervir no domínio econômico e monopolizar determinada indústria ou atividade. A intervenção terá por base o interesse público e por limite os direitos fundamentais assegurados nesta Constituição.

Art. 147. O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos.

Art. 148. A lei reprimirá toda e qualquer forma de abuso do poder econômico, inclusive as uniões ou agrupamentos de empresas individuais ou sociais, seja qual fôr a sua natureza, que tenham por fim dominar os mercados nacionais, eliminar a concorrência e aumentar arbitrariamente os lucros.

Art. 149. A lei disporá sobre o regime dos bancos de depósito, das empresas de seguro, de capitalização e de fins análogos.

Art. 150. A lei criará estabelecimentos de crédito especializado de amparo à lavoura e à pecuária.

Art. 151. A lei disporá sobre o regime das empresas concessionárias de serviços públicos federais, estaduais e municipais.

Parágrafo único. Será determinada a fiscalização e a revisão das tarifas dos serviços explorados por concessão, a fim de que os lucros dos concessionários, não excedendo a justa remuneração do capital, lhes permitam atender a necessidade de melhoramentos e

expansão desses serviços. Aplicar-se-á a lei às concessões feitas no regime anterior, de tarifas estipuladas para todo o tempo de duração do contrato.

Art. 152. As minas e demais riquezas do subsolo, bem como as quedas d'água, constituem propriedade distinta da do solo para o efeito de exploração ou aproveitamento industrial.

Art. 153. O aproveitamento dos recursos minerais e de energia hidráulica depende de autorização ou concessão federal, na forma da lei.

§ 1.º As autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no país, assegurada ao proprietário do solo preferência para a exploração. Os direitos de preferência do proprietário do solo, quanto às minas e jazidas, serão regulados de acordo com a natureza delas.

§ 2.º Não dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento de energia hidráulica de potência reduzida.

§ 3.º Satisfeitas as condições exigidas pela lei, entre as quais a de possuírem os necessários serviços técnicos e administrativos, os Estados passarão a exercer nos seus territórios a atribuição constante deste artigo.

§ 4.º A União, nos casos de interesse geral indicados em lei, auxiliará os Estados nos estudos referentes às águas termominerais de aplicação medicinal e no aparelhamento das estâncias destinadas ao uso delas.

Art. 154. A usura, em todas as suas modalidades, será punida na forma da lei.

Art. 155. A navegação de cabotagem para o transporte de mercadorias é privativa dos navios nacionais, salvo caso de necessidade pública.

Parágrafo único. Os proprietários, armadores e comandantes de navios nacionais, bem como dois terços, pelo menos, dos seus tripulantes, devem ser brasileiros (art. 129, n.º I e II).

Art. 156. A lei facilitará a fixação do homem no campo, estabelecendo planos de colonização e de aproveitamento das terras públicas. Para esse fim, serão preferidos os nacionais e, dentre eles, os habitantes das zonas empobrecidas e os desempregados.

§ 1.º Os Estados assegurarão aos posseiros de terras devolutas, que nelas tenham morada habitual, preferência para aquisição até vinte e cinco hectares.

§ 2.º Sem prévia autorização do Senado Federal, não se fará qualquer alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dez mil hectares.

§ 3.º Todo aquêle que, não sendo proprietário rural nem urbano, ocupar, por dez anos ininterruptos, sem opposição nem reconhecimento de domínio alheio, trecho de terra não superior a vinte e cinco hectares, tornando-o produtivo por seu trabalho e tendo nêle sua morada, adquirir-lhe-á a propriedade, mediante sentença declaratória devidamente transcrita.

Art. 157. A legislação do trabalho e a da previdência social obedecerão aos seguintes preceitos, além de outros que visem à melhoria da condição dos trabalhadores :

I — salário mínimo capaz de satisfazer, conforme as condições de cada região, as necessidades normais do trabalhador e de sua família ;

II — proibição de diferença de salário para um mesmo trabalho por motivo de idade, sexo, nacionalidade ou estado civil ;

III — salário do trabalho noturno superior ao do diurno ;

IV — participação obrigatória e direta do trabalhador nos lucros da empresa, nos termos e pela forma que a lei determinar ;

V — duração diária do trabalho não excedente a oito horas, exceto nos casos e condições previstos em lei ;

VI — repouso semanal remunerado, preferentemente aos domingos e, no limite das exigências técnicas das empresas, nos feriados civis e religiosos, de acôrdo com a tradição local ;

VII — férias anuais remuneradas ;

VIII — higiene e segurança do trabalho ;

IX — proibição de trabalho a menores de quatorze anos ; em indústrias insalubres, a mulheres e a menores de dezoito anos ; e de trabalho noturno a menores de dezoito anos, respeitadas, em qualquer caso, as condições estabelecidas em lei e as exceções admitidas pelo juiz competente ;

X — direito da gestante a descanso antes e depois do parto, sem prejuízo do emprêgo nem do salário ;

XI — fixação das percentagens de empregados brasileiros nos serviços públicos dados em concessão e nos estabelecimentos de determinados ramos do comércio e da indústria ;

XII — estabilidade, na empresa ou na exploração rural, e indenização ao trabalhador despedido, nos casos e nas condições que a lei estatuir ;

XIII — reconhecimento das convenções coletivas de trabalho ;

XIV — assistência sanitária, inclusive hospitalar e médica preventiva, ao trabalhador e à gestante ;

XV — assistência aos desempregados ;

XVI — previdência, mediante contribuição da União, do empregador e do empregado, em favor da maternidade e contra as consequências da doença, da velhice, da invalidez e da morte ;

XVII — obrigatoriedade da instituição do seguro pelo empregador contra os acidentes do trabalho.

Parágrafo único. Não se admitirá distinção entre o trabalho manual ou técnico e o trabalho intelectual, nem entre os profissionais respectivos, no que concerne a direitos, garantias e benefícios.

Art. 158. E' reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará.

Art. 159. E' livre a associação profissional ou sindical, sendo reguladas por lei a forma de sua constituição, a sua representação legal nas convenções coletivas de trabalho e o exercício de funções delegadas pelo poder público.

Art. 160. E' vedada a propriedade de empresas jornalísticas, sejam políticas ou simplesmente noticiosas, assim como a de radio-difusão, a sociedades anônimas por ações ao portador e a estrangeiros. Nem esses, nem pessoas jurídicas, excetuados os partidos políticos nacionais, poderão ser acionistas de sociedades anônimas proprietárias dessas empresas. A brasileiros (art. 129, n.º I e II) caberá, exclusivamente, a responsabilidade principal delas e a sua orientação intelectual e administrativa.

Art. 161. A lei regulará o exercício das profissões liberais e a revalidação de diploma expedido por estabelecimento estrangeiro de ensino.

Art. 162. A seleção, entrada, distribuição e fixação de imigrantes ficarão sujeitas, na forma da lei, às exigências do interesse nacional.

Parágrafo único. Caberá a um órgão federal orientar esses serviços e coordená-los com os de naturalização e de colonização, devendo nesta aproveitar nacionais.

TÍTULO VI

Da Família, da Educação e da Cultura

CAPÍTULO I

DA FAMÍLIA

Art. 163. A família é constituída pelo casamento de vínculo indissolúvel e terá direito à proteção especial do Estado.

§ 1.º O casamento será civil, e gratuita a sua celebração. O casamento religioso equivalerá ao civil se, observados os impedi-

mentos e as prescrições da lei, assim o requerer o celebrante ou qualquer interessado, contanto que seja o ato inscrito no registro público.

§ 2.º O casamento religioso, celebrado sem as formalidades d'este artigo, terá efeitos civis, se, a requerimento do casal, fôr inscrito no registro público, mediante prévia habilitação perante a autoridade competente.

Art. 164. E' obrigatória, em todo o território nacional, a assistência à maternidade, à infância e à adolescência. A lei instituirá o amparo das famílias de prole numerosa.

Art. 165. A vocação para suceder em bens de estrangeiro existentes no Brasil será regulada pela lei brasileira e em benefício do cônjuge ou de filhos brasileiros, sempre que lhes não seja mais favorável a lei nacional do *de cujus*.

CAPÍTULO II

DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA

Art. 166. A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola. Deve inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana.

Art. 167. O ensino dos diferentes ramos será ministrado pelos poderes públicos e é livre à iniciativa particular, respeitadas as leis que o regulem.

Art. 168. A legislação do ensino adotará os seguintes princípios:

I — o ensino primário é obrigatório e só será dado na língua nacional ;

II — o ensino primário oficial é gratuito para todos ; o ensino oficial ulterior ao primário sê-lo-á para quantos provarem falta ou insuficiência de recursos ;

III — as empresas industriais, comerciais e agrícolas, em que trabalhem mais de cem pessoas, são obrigadas a manter ensino primário gratuito para os seus servidores e os filhos destes ;

IV — as empresas industriais e comerciais são obrigadas a ministrar, em cooperação, aprendizagem aos seus trabalhadores menores, pela forma que a lei estabelecer, respeitados os direitos dos professores ;

V — o ensino religioso constitui disciplina dos horários das escolas oficiais, é de matrícula facultativa e será ministrado de acordo com a confissão religiosa do aluno, manifestada por êle, se fôr capaz, ou pelo seu representante legal ou responsável ;

VI — para o provimento das cátedras, no ensino secundário oficial e no superior oficial ou livre, exigir-se-á concurso de títulos e provas. Aos professores, admitidos por concurso de títulos e provas, será assegurada a vitaliciedade ;

VII — é garantida a liberdade de cátedra.

Art. 169. Anualmente, a União aplicará nunca menos de dez por cento, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 170. A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios.

Parágrafo único. O sistema federal de ensino terá caráter supletivo, estendendo-se a todo o país nos estritos limites das deficiências locais.

Art. 171. Os Estados e o Distrito Federal organizarão os seus sistemas de ensino.

Parágrafo único. Para o desenvolvimento desses sistemas a União cooperará com auxílio pecuniário, o qual, em relação ao ensino primário, provirá do respectivo Fundo Nacional.

Art. 172. Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.

Art. 173. As ciências, as letras e as artes são livres.

Art. 174. O amparo à cultura é dever do Estado.

Parágrafo único. A lei promoverá a criação de institutos de pesquisas, de preferência junto aos estabelecimentos de ensino superior.

Art. 175. As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do poder público.

TÍTULO VII

Das Forças Armadas

Art. 176. As forças armadas, constituídas essencialmente pelo Exército, Marinha e Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República e dentro dos limites da lei.

Art. 177. Destinam-se as forças armadas a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem.

Art. 178. Cabe ao Presidente da República a direção política da guerra e a escolha dos comandantes-chefes das forças em operação.

Art. 179. Os problemas relativos à defesa do país serão estudados pelo Conselho de Segurança Nacional e pelos órgãos especiais das forças armadas, incumbidos de prepará-las para a mobilização e as operações militares.

§ 1.º O Conselho de Segurança Nacional será dirigido pelo Presidente da República, e dele participarão, no caráter de membros efetivos, os ministros de Estado e os chefes de estado-maior que a lei determinar. Nos impedimentos, indicará o Presidente da República o seu substituto.

§ 2.º A lei regulará a organização, a competência e o funcionamento do Conselho de Segurança Nacional.

Art. 180. Nas zonas indispensáveis à defesa do país, não se permitirá, sem prévio assentimento do Conselho de Segurança Nacional:

I — qualquer ato referente a concessão de terras, a abertura de vias de comunicação e a instalação de meios de transmissão;

II — a construção de pontes e estradas internacionais;

III — o estabelecimento ou exploração de quaisquer indústrias que interessem à segurança do país.

§ 1.º A lei especificará as zonas indispensáveis à defesa nacional, regulará a sua utilização e assegurará, nas indústrias nelas situadas, predominância de capitais e trabalhadores brasileiros.

§ 2.º As autorizações de que tratam os n.ºs I, II e III poderão, em qualquer tempo, ser modificadas ou cassadas pelo Conselho de Segurança Nacional.

Art. 181. Todos os brasileiros são obrigados ao serviço militar ou a outros encargos necessários à defesa da Pátria, nos termos e sob as penas da lei.

§ 1.º As mulheres ficam isentas do serviço militar, mas sujeitas aos encargos que a lei estabelecer.

§ 2.º A obrigação militar dos eclesiásticos será cumprida nos serviços das forças armadas ou na sua assistência espiritual.

§ 3.º Nenhum brasileiro poderá, a partir da idade inicial, fixada em lei, para prestação de serviço militar, exercer função pública ou ocupar emprego em entidade autárquica, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, sem a prova de ter-se alistado, ser reservista ou gozar de isenção.

§ 4.º Para favorecer o cumprimento das obrigações militares, são permitidos os tiros de guerra e outros órgãos de formação de reservistas.

Art. 132. As patentes, com as vantagens, regalias e prerrogativas a elas inerentes, são garantidas em toda a plenitude, assim aos oficiais da ativa e da reserva, como aos reformados.

§ 1.º Os títulos, postos e uniformes militares são privativos do militar da ativa ou da reserva e do reformado.

§ 2.º O oficial das forças armadas só perderá o posto e a patente por sentença condenatória passada em julgado, cuja pena restritiva da liberdade individual ultrapasse dois anos; ou, nos casos previstos em lei, se for declarado indigno do oficialato ou com ele incompatível, conforme decisão de tribunal militar de caráter permanente em tempo de paz, ou de tribunal especial em tempo de guerra externa ou civil.

§ 3.º O militar em atividade que aceitar cargo público permanente, estranho à sua carreira, será transferido para a reserva, com os direitos e deveres definidos em lei.

§ 4.º O militar em atividade que aceitar cargo público temporário, eletivo ou não, será agregado ao respectivo quadro e somente contará tempo de serviço para a promoção por antiguidade, transferência para a reserva ou reforma. Depois de oito anos de afastamento, contínuos ou não, será transferido, na forma da lei, para a reserva, sem prejuízo da contagem de tempo para a reforma.

§ 5.º Enquanto perceber remuneração de cargo permanente ou temporário, não terá direito o militar aos preventos do seu posto, quer esteja em atividade, na reserva ou reformado.

§ 6.º Aos militares se aplica o disposto nos arts. 192 e 193.

Art. 183. As polícias militares, instituídas para a segurança interna e a manutenção da ordem nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, são consideradas, como forças auxiliares, reservas do Exército.

Parágrafo único. Quando mobilizado a serviço da União em tempo de guerra externa ou civil, o seu pessoal gozará das mesmas vantagens atribuídas ao pessoal do Exército.

TÍTULO VIII

Dos Funcionários Públicos

Art. 184. Os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros, observados os requisitos que a lei estabelecer.

Art. 185. É vedada a acumulação de quaisquer cargos, exceto a prevista no art. 96, n.º I, e a de dois cargos de magistério ou a de um destes com outro técnico ou científico, contanto que haja correlação de matérias e compatibilidade de horário.

Art. 186. A primeira investidura em cargo de carreira e em outros que a lei determinar efetuar-se-á mediante concurso, precedendo inspeção de saúde.

Art. 187. São vitalícios somente os magistrados, os Ministros do Tribunal de Contas, os titulares de office de justiça e os professores catedráticos.

Art. 188. São estáveis:

I — depois de dois anos de exercício, os funcionários efetivos nomeados por concurso;

II — depois de cinco anos de exercício, os funcionários efetivos nomeados sem concurso.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica aos cargos de confiança nem aos que a lei declare de livre nomeação e demissão.

Art. 189. Os funcionários públicos perderão o cargo:

I — quando vitalícios, somente em virtude de sentença judiciária;

II — quando estáveis, no caso do número anterior, no de se extinguir o cargo ou no de serem demitidos mediante processo administrativo em que se lhes tenha assegurado ampla defesa.

Parágrafo único. Extinguindo-se o cargo, o funcionário estável ficará em disponibilidade remunerada até o seu obrigatório aproveitamento em outro cargo de natureza e vencimentos compatíveis com o que ocupava.

Art. 190. Invalidada por sentença a demissão de qualquer funcionário, será elle reintegrado; e quem lhe houver ocupado o lugar ficará destituído de plano ou será reconduzido ao cargo anterior, mas sem direito a indenização.

Art. 191. O funcionário será aposentado:

I — por invalidez;

II — compulsoriamente, aos 70 anos de idade.

§ 1.º Será aposentado, se o requerer, o funcionário que contar 35 anos de serviço.

§ 2.º Os vencimentos da aposentadoria serão integrais, se o funcionário contar 30 anos de serviço; e proporcionais, se contar tempo menor.

§ 3.º Serão integrais os vencimentos da aposentadoria, quando o funcionário se invalidar por acidente ocorrido no serviço, por moléstia profissional ou por doença grave contagiosa ou incurável especificada em lei.

§ 4.º Atendendo à natureza especial do serviço, poderá a lei reduzir os limites referidos em o n.º II e no § 2.º dêste artigo.

Art. 192. O tempo de serviço público, federal, estadual ou municipal, computar-se-á integralmente para efeitos de disponibilidade e aposentadoria.

Art. 193. Os proventos da inatividade serão revistos sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, se modificarem os vencimentos dos funcionários em atividade.

Art. 194. As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis pelos danos que os seus funcionários, nessa qualidade, causem a terceiros.

Parágrafo único. Caber-lhes-á ação regressiva contra os funcionários causadores do dano, quando tiver havido culpa destes.

TÍTULO IX

Disposições Gerais

Art. 195. São símbolos nacionais a bandeira, o hino, o selo e as armas vigorantes na data da promulgação desta Constituição.

Parágrafo único. Os Estados e os Municípios podem ter símbolos próprios.

Art. 196. É mantida a representação diplomática junto à Santa Sé.

Art. 197. As incompatibilidades declaradas no art. 48 estendem-se, no que for aplicável, ao Presidente e ao Vice-Presidente da República, aos Ministros de Estado e aos membros do Poder Judiciário.

Art. 198. Na execução do plano de defesa contra os efeitos da denominada seca do Nordeste, a União despendrá, anualmente, com as obras e os serviços de assistência econômica e social, quantia nunca inferior a três por cento da sua renda tributária.

§ 1.º Um terço dessa quantia será depositado em caixa especial, destinada ao socorro das populações atingidas pela calamidade, podendo essa reserva, ou parte dela, ser aplicada a juro módico, consoante as determinações legais, em empréstimos a agricultores e industriais estabelecidos na área abrangida pela seca.

§ 2.º Os Estados compreendidos na área da seca deverão aplicar três por cento da sua renda tributária na construção de açudes, pelo regime de cooperação, e noutros serviços necessários à assistência das suas populações.

Art. 199. Na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária.

Parágrafo único. Os Estados e os Territórios daquela região, bem como os respectivos Municípios, reservarão para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias. Os recursos de que trata este parágrafo serão aplicados por intermédio do Governo Federal.

Art. 200. Só pelo voto da maioria absoluta dos seus membros poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou de ato do poder público.

Art. 201. As causas em que a União fôr autora serão aforadas na capital do Estado ou Território em que tiver domicílio a outra parte. As intentadas contra a União poderão ser aforadas na capital do Estado ou Território em que fôr domiciliado o autor; na capital do Estado em que se verificou o ato ou fato originador da demanda ou esteja situada a coisa; ou ainda no Distrito Federal.

§ 1.º As causas propostas perante outros juízos, se a União nelas intervier como assistente ou opoente, passarão a ser da competência de um dos juízos da capital.

§ 2.º A lei poderá permitir que a ação seja proposta noutro fôro, cometendo ao Ministério Público estadual a representação judicial da União.

Art. 202. Os tributos terão caráter pessoal sempre que isso fôr possível, e serão graduados conforme a capacidade econômica do contribuinte.

Art. 203. Nenhum imposto gravará diretamente os direitos de autor, nem a remuneração de professores e jornalistas.

Art. 204. Os pagamentos devidos pela Fazenda federal, estadual ou municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão na ordem de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, sendo proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos extra-orçamentários abertos para esse fim.

Parágrafo único. As dotações orçamentárias e os créditos abertos serão consignados ao Poder Judiciário, recolhendo-se as im-

portâncias à repartição competente. Cabe ao Presidente do Tribunal Federal de Recursos ou, conforme o caso, ao Presidente do Tribunal de Justiça expedir as ordens de pagamento, segundo as possibilidades do depósito, e autorizar, a requerimento do credor preterido no seu direito de precedência, e depois de ouvido o chefe do Ministério Público, o seqüestro da quantia necessária para satisfazer o débito.

Art. 205. É instituído o Conselho Nacional de Economia, cuja organização será regulada em lei.

§ 1.º Os seus membros serão nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, dentre cidadãos de notória competência em assuntos econômicos.

§ 2.º Incumbe ao Conselho estudar a vida econômica do país e sugerir ao poder competente as medidas que considerar necessárias.

Art. 206. O Congresso Nacional poderá decretar o estado de sítio nos casos :

I — de comoção intestina grave ou de fatos que evidenciem estar a mesma a irromper ;

II — de guerra externa.

Art. 207. A lei que decretar o estado de sítio, no caso de guerra externa ou no de comoção intestina grave com o caráter de guerra civil, estabelecerá as normas a que deverá obedecer a sua execução e indicará as garantias constitucionais que continuarão em vigor. Especificará também os casos em que os crimes contra a segurança da Nação ou das suas instituições políticas e sociais devam ficar sujeitos à jurisdição e à legislação militares, ainda quando cometidos por civis, mas fora das zonas de operação, somente quando com elas se relacionarem e influírem no seu curso.

Parágrafo único. Publicada a lei, o Presidente da República designará por decreto as pessoas a quem é cometida a execução do estado de sítio e as zonas de operação que, de acordo com a referida lei, ficarão submetidas à jurisdição e à legislação militares.

Art. 208. No intervalo das sessões legislativas, será da competência exclusiva do Presidente da República a decretação ou a prorrogação do estado de sítio, observados os preceitos do artigo anterior.

Parágrafo único. Decretado o estado de sítio, o Presidente do Senado Federal convocará imediatamente o Congresso Nacional para se reunir dentro em quinze dias, a fim de o aprovar ou não.

Art. 209. Durante o estado de sítio decretado com fundamento em o n.º I do art. 206, só se poderão tomar contra as pessoas as seguintes medidas :

- I — obrigação de permanência em localidade determinada ;
- II — detenção em edifício não destinado a réus de crimes comuns ;
- III — desterro para qualquer localidade, povoada e salubre, do território nacional.

Parágrafo único. O Presidente da República poderá, outrossim, determinar :

- I — a censura de correspondência ou de publicidade, inclusive a de radiodifusão, cinema e teatro ;
- II — a suspensão da liberdade de reunião, inclusive a exercida no seio das associações ;
- III — a busca e apreensão em domicílio ;
- IV — a suspensão do exercício do cargo ou função a funcionário público ou empregado de autarquia, de entidade de economia mista ou de empresa concessionária de serviço público ;
- V — a intervenção nas empresas de serviços públicos.

Art. 210. O estado de sítio, no caso do n.º I do art. 206, não poderá ser decretado por mais de trinta dias nem prorrogado, de cada vez, por prazo superior a êsse. No caso do n.º II, poderá ser decretado por todo o tempo em que perdurar a guerra externa.

Art. 211. Quando o estado de sítio fôr decretado pelo Presidente da República (art. 208), êste, logo que se reunir o Congresso Nacional, relatará, em mensagem especial, os motivos determinantes da decretação e justificará as medidas que tiverem sido adotadas. O Congresso Nacional passará, em sessão secreta, a deliberar sobre o decreto expedido, para revogá-lo ou mantê-lo, podendo também apreciar as providências do Governo que lhe chegarem ao conhecimento, e, quando necessário, autorizar a prorrogação da medida.

Art. 212. O decreto do estado de sítio especificará sempre as regiões que deva abranger.

Art. 213. As imunidades dos membros do Congresso Nacional subsistirão durante o estado de sítio ; todavia, poderão ser suspensas, mediante o voto de dois terços dos membros da Câmara ou do Senado, as de determinados deputados ou senadores cuja liberdade se torne manifestamente incompatível com a defesa da Nação ou com a segurança das instituições políticas ou sociais.

Parágrafo único. No intervalo das sessões legislativas, a autorização será dada pelo Presidente da Câmara dos Deputados ou pelo Vice-Presidente do Senado Federal, conforme se trate de membros de uma ou de outra câmara, mas *ad referendum* da câmara competente, que deverá ser imediatamente convocada para se reunir dentro em quinze dias.

Art. 214. Expirado o estado de sítio, com êle cessarão os seus efeitos.

Parágrafo único. As medidas aplicadas na vigência do estado de sítio serão, logo que êle termine, relatadas pelo Presidente da República, em mensagem ao Congresso Nacional, com especificação e justificação das providências adotadas.

Art. 215. A inobservância de qualquer das prescrições dos artigos 206 a 214 tornará ilegal a coação e permitirá aos pacientes recorrer ao Poder Judiciário.

Art. 216. Será respeitada aos silvícolas a posse das terras onde se achem permanentemente localizados, com a condição de não a transferirem.

Art. 217. A Constituição poderá ser emendada.

§ 1.º Considerar-se-á proposta a emenda, se fôr apresentada pela quarta parte, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal, ou por mais da metade das assembléias legislativas dos Estados no decurso de dois anos, manifestando-se cada uma delas pela maioria dos seus membros.

§ 2.º Dar-se-á por aceita a emenda que fôr aprovada em duas discussões pela maioria absoluta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, em duas sessões legislativas ordinárias e consecutivas.

§ 3.º Se a emenda obtiver numa das câmaras, em duas discussões, o voto de dois terços dos seus membros, será logo submetida à outra; e, sendo nesta aprovada pelo mesmo trâmite e por igual maioria, dar-se-á por aceita.

§ 4.º A emenda será promulgada pelas mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Publicada com a assinatura dos membros das duas mesas, será anexada, com o respectivo número de ordem, ao texto da Constituição.

§ 5.º Não se reformará a Constituição na vigência do estado de sítio.

§ 6.º Não serão admitidos como objeto de deliberação projetos tendentes a abolir a Federação ou a República.

Art. 218. Esta Constituição e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, depois de assinados pelos deputados e senadores presentes, serão promulgados simultaneamente pela Mesa da Assembléia Constituinte e entrarão em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões da Assembléia Constituinte, na cidade do Rio de Janeiro, aos 18 de setembro de 1946, 125.º da Independência e 58.º da República. — *Fernando de Mello Vianna*, Presidente ; *Georgino Avelino*, 1.º Secretário ; *Lauro Sodré Lopes*, 2.º Secretário ; *Lauro Montenegro*, 3.º Secretário ; *Ruy Almeida*, 4.º Secretário ; *Carlos Marighella*, *Hugo Ribeiro Carneiro*, *Hermelindo de Gusmão Castello Branco Filho*, *Alvaro Maia*, *Waldemar Pedrosa*, *Leopoldo Péres*, *Francisco Pereira da Silva*, *Cosme Ferreira Filho*, *J. Magalhães Barata*, *Alvaro Adolpho*, *Duarte d'Oliveira*, *Lameira Bittencourt*, *Carlos Nogueira*, *Nelson Parizós*, *João Botelho*, *José da Rocha Ribas*, *Clodomir Cardoso*, *Crepory Franco*, *Victorino Freire*, *Odilon Soares*, *Luiz Carvalho*, *José Neiva*, *Afonso Matos*, *Mauro Renault Leite*, *Raimundo de Areia Leão*, *Sigefredo Pacheco*, *Moreira da Rocha*, *Antonio da Frota Gentil*, *Francisco de Almeida Monte*, *Oswaldo Studart Filho*, *Raul Barbosa*, *Deoclecio Dantas Duarte*, *José Varella*, *Walfredo Gurgel*, *Mota Neto*, *Janduhy Carneiro*, *Samuel Duarte*, *José Joffily*, *A. de Novaes Filho*, *Etelvino Lins de Albuquerque*, *Agamemnon Magalhães*, *Jurbas Maranhão*, *Gercino Malagueta de Pontes*, *Oscar Carneiro*, *Oswaldo C. Lima*, *Costa Porto*, *Ulysses Lins de Albuquerque*, *João Ferreira Lima*, *Barbosa Lima Sobrinho*, *Paulo Pessoa Guerra*, *Telzeira de Vasconcelos*, *Ismar de Góis Monteiro*, *Silvestre Péricles*, *Luiz Medeiros Neto*, *José Maria de Melo*, *Antonio Mario Mafía*, *Afonso de Carvalho*, *Francisco Leite Neto*, *Graccho Cardoso*, *Renato Aleixo*, *Lauro de Freitas*, *Aloysto de Castro*, *Regis Pacheco*, *Arthur Negreiros Falcão*, *Altamirando Requião*, *Eunapio de Queiroz*, *Vieira de Mello*, *Fróes da Motta*, *Aristides Milton*, *Attilio Vivacqua*, *Henrique de Novaes*, *Ary Vianna*, *Carlos Lindenberg*, *Eurico Salles*, *Vieira de Rezende*, *Alvaro Castello*, *Asdrubal Soares*, *Jonas Correia*, *José Fontes Roméro*, *José Carlos Pereira Pinto*, *Alfredo Neves*, *Ernani do Amaral Peixoto*, *Eduardo Duvivier*, *Carlos Pinto*, *Paulo Fernandes*, *Getúlio Moura*, *Heitor Collet*, *Silvio Bastos Tavares*, *Acurcio Francisco Torres*, *Brigido Tinoco*, *Miguel Couto Filho*, *Levído Eduardo Coelho*, *Benedicto Valladares*, *Juscelino Kubitschek de Oliveira*, *J. Rodrigues Seabra*, *Pedro Dutra*, *José Francisco Bias Fortes*, *Israel Pinheiro*, *Gustavo Capanema*, *Francisco Duque de Mesquita*, *Wellington Brandão*, *José Maria Alkmim*, *Augusto das Chagas Viegas*, *João Henrique*, *Joaquim Libanio Leite Ribeiro*, *Celso Porfírio de Araujo Machado*, *Olyntho Fonseca Filho*, *Francisco Rodrigues Pereira Junior*, *Lahyr Paletta de Rezende Tostes*, *Alfredo Sá*, *Christiano M. Machado*, *Luiz Milton Prates*, *Goffredo da Silva Telles Junior*,

Novelli Junior, Antonio Ezequiel Feliciano da Silva, José Cesar de Oliveira Costa, Benedicto Costa Netto, José Armando Affonseca, João Gomes Martins Filho, Sylvio de Campos, Horacio Lafer, José João Abdalla, Joaquim A. Sampaio Vidal, José Carlos de Ataliba Nogueira, José Alves Palma, Honorio Fernandes Monteiro, J. Machado Coelho e Castro, Edgard Baptista Pereira, Pedro Ludovico Teixeira, Dario Dello Cardoso, Flavio Carvalho Guimarães, Diógenes Magalhães, João d'Abreu, Albatenio Caiado Godói, Galeno Paranhos, Guilherme Xavier de Almeida, J. Ponce de Arruda, Gabriel Martiniano de Araujo, Argemiro Fialho, Roberto Glasser, Fernando Flores, Munhoz de Mello, João Aguiar, Aramis Athayde, Gomy Junior, Nereu Ramos, Ivo d'Aquino, Aderbal Silva, Octacilio Costa, Orlando Brasil, Roberto Grossenbacker, Rogério Vieira, Hans Jordan, Ernesto Dornelles, Gaston Englert, Adroaldo Costa, Brochado da Rocha, Eloy Rocha, Theodomiro Porto da Fonseca, Dâmaso Rocha, Antero Leitvas, Manoel Duarte, Souza Costa, Bittencourt Azambuja, Nicolau Vergueiro, Glycério Alves, Mercio Teixeira, Daniel Faráco, Pedro Vergara, Herophilo Azambuja, Bayard Lima, Manuel Severiano Nunes, Agostinho Monteiro, Epilogo de Campos, Alarico Nunes Pacheco, Antenor Bogéa, Mathias Olympio, José Cândido Ferraz, Antonio Maria de Rezende Corrêa, Ademar Rocha, Coelho Rodrigues, Plínio Pompeu, Fernandes Tavora, Paulo Sarasate, Gentil Barreira, Beni Carvalho, Egberto Rodrigues, Fernandes Telles, José de Borba, Leão Sampaio, Alencar Araripe, Edgard de Arruda, J. Ferreira de Souza, José Augusto Bezerra de Medeiros, Aluisio Alves, Adalberto Ribeiro, Vergniaud Wanderley, Argemiro de Figueiredo, João Agripino Filho, João Ursulo Ribeiro Coutinho Filho, Ernani Ayres Satyro e Sousa, Plínio Lemos, Fernando Carneiro da Cunha Nóbrega, Osmar de Araújo Aquino, Carlos de Lima Cavalcanti, Alde Fetiô Sampaio, João Cleophas de Oliveira, Gilberto de Mello Freyre, Antonio de Freitas Cavalcanti, Mario Gomes de Barros, Rui Soares Palmeira, Walter Franco, Leandro Mactel, Heribaldo Vieira, Aloysio de Carvalho Filho, Juracy Magalhães, Octavio Mangabeira, Manoel Novaes, João da Costa Pinto Dantas Junior, Clemente Mariani Bittencourt, Raphael Cincurá de Andrade, João Mendes da Costa Filho, Luiz Viana, Alberico Fraga, Nestor Duarte, Aliomar de Andrade Baleeiro, Ruy Santos, Luiz Claudio, Hamilton de Lacerda Nogueira, Euclides Figueiredo, Jurandyr Pires, José Eduardo de Prado Kelly, Dr. Antonio José Romão Junior, José de Carvalho Leomil, José Monteiro Soares Filho, José Monteiro de Castro, José Bonifacio Lafayette de Andrada, José Maria Lopes Cançado, José de Magalhães Pinto, Gabriel de R. Passos, Milton Soares Campos, Lycurgo Leite Filho, Mario Masagão, Paulo Nogueira Filho, Romeu de Andrade Lourenção, Plínio Barreto, Luiz de Toledo Piza Sobrinho, Aureliano Leite, Jalles Machado de Siqueira, Vespasiano Martins, João Villasbôas, Dolor Ferreira de Andrade, Dr.

Agricola Paes de Barros, Erasto Gaertner, Tavares d'Amaral, Cônego Thomás Fontes, José Antonio Flores da Cunha, Osório Tuyuty de Oliveira Freitas, Leopoldo Neves, Luiz Lago de Araujo, Benjamín Miguel Farah, M. do N. Vargas Netto, Francisco Gurgel do Amaral Valente, José de Segadas Vianna, Manoel Benício Fontenelle, Paulo Baeta Neves, Antonio José da Silva, Edmundo Barreto Pinto, Abelardo dos Santos Mata, Jarbas de Lery Santos, Ezequiel da Silva Mendes, Alexandre Marcondes Filho, Hugo Borghi, Guaracy Silveira, José Correia Pedroso Junior, Romeu José Fiori, Bertho Condé, Euzébio Rocha, Melo Braga, Arthur Fischer, Gregorio Bezerra, Agostinho Oliveira, Alcedo Coutinho, Luiz Carlos Prestes, João Amazonas, Mauricio Grabois, Joaquim Baptista Neto, Claudino J. Silva, Alcides Sabença, Jorge Amado, José Crispim, Oswaldo Pacheco da Silva, Caires de Brito, Abílio Fernandes, Lino Machado, Souza Leão, Durval Cruz, Amando Fontes, Jacy de Figueiredo, Daniel de Carvalho, Mario Brant, A. Bernardes Filho, Philippe Balbi, Arthur Bernardes, Altino Arantes, Munhoz da Rocha, Deodoro Machado de Mendonça, Olavo Oliveira, Stenio Gomes, João Adeodato, Café Filho, Theodulo Albuquerque, Romeu de Campos Vergal, P. Dr. Alfredo de Arruda Camara, Manoel Victor, Hermes Lima, Domingos Vellasco, Raul Pilla.

ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

A Assembléa Constituinte decreta e promulga o seguinte

Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Art. 1.º A Assembléa Constituinte elegerá, no dia que se seguir ao da promulgação d'este Ato, o Vice-Presidente da República para o primeiro período constitucional.

§ 1.º Essa eleição, para a qual não haverá inelegibilidades, far-se-á por escrutínio secreto e, em primeiro turno, por maioria absoluta de votos, ou, em segundo turno, por maioria relativa.

§ 2.º O Vice-Presidente eleito tomará posse perante a Assembléa, na mesma data, ou perante o Senado Federal.

§ 3.º O mandato do Vice-Presidente terminará simultaneamente com o do primeiro período presidencial.

Art. 2.º O mandato do atual Presidente da República (art. 82 da Constituição) será contado a partir da posse.

§ 1.º Os mandatos dos atuais deputados e os dos senadores federais que forem eleitos para completar o número de que trata

o § 1.º do art. 60 da Constituição, coincidirão com o do Presidente da República.

§ 2.º Os mandatos dos demais senadores terminarão a 31 de janeiro de 1955.

§ 3.º Os mandatos dos governadores e dos deputados às Assembleias Legislativas e dos vereadores do Distrito Federal, eleitos na forma do art. 11 d'este Ato, terminarão na data em que findar o do Presidente da República.

Art. 3.º A Assembléia Constituinte, depois de fixar o subsídio do Presidente e o do Vice-Presidente da República para o primeiro período constitucional (Constituição, art. 86), dará por terminada a sua missão e separar-se-á em Câmara e Senado, os quais encetarão o exercício da função legislativa.

Art. 4.º A Capital da União será transferida para o planalto central do país.

§ 1.º Promulgado este Ato, o Presidente da República, dentro em sessenta dias, nomeará uma comissão de técnicos de reconhecido valor para proceder ao estudo da localização da nova capital.

§ 2.º O estudo previsto no parágrafo antecedente será encaminhado ao Congresso Nacional, que deliberará a respeito, em lei especial, e estabelecerá o prazo para o início da delimitação da área a ser incorporada ao domínio da União.

§ 3.º Findos os trabalhos demarcatórios, o Congresso Nacional resolverá sobre a data da mudança da capital.

§ 4.º Efetuada a transferência, o atual Distrito Federal passará a constituir o Estado da Guanabara.

Art. 5.º A intervenção federal, no caso do n.º VI do art. 7.º da Constituição, quanto aos Estados já em atraso no pagamento da sua dívida fundada, não se poderá efetuar antes de dois anos, contados da promulgação d'este Ato.

Art. 6.º Os Estados deverão, no prazo de três anos, a contar da promulgação d'este Ato, promover, por acôrdo, a demarcação de suas linhas de fronteira, podendo, para isso, fazer alterações e compensações de áreas, que atendam aos acidentes naturais do terreno, às conveniências administrativas e à comodidade das populações fronteiriças.

§ 1.º Se o solicitarem os Estados interessados, o Govêrno da União deverá encarregar dos trabalhos demarcatórios o Serviço Geográfico do Exército.

§ 2.º Se não cumprirem tais Estados o disposto neste artigo, o Senado Federal deliberará a respeito, sem prejuízo da competência estabelecida no art. 101, n.º I, letra e, da Constituição.

Art. 7.º Passam à propriedade do Estado do Piauí as fazendas de gado do domínio da União, situadas no Território daquele Estado e remanescentes do confisco aos jesuítas no período colonial.

Art. 8.º Ficam extintos os atuais Territórios de Iguazu e Ponta Porã, cujas áreas volverão aos Estados de onde foram desmembradas.

Parágrafo único. Os juizes e, quando estáveis, os membros do Ministério Público dos Territórios extintos ficarão em disponibilidade remunerada, até que sejam aproveitados em cargos federais ou estaduais, de natureza e vencimentos compatíveis com os dos que estiverem ocupando na data da promulgação dêste Ato.

Art. 9.º O Território do Acre será elevado à categoria de Estado, com a denominação de Estado do Acre, logo que as suas rendas se tornem iguais às do Estado atualmente de menor arrecadação.

Art. 10. O disposto no art. 56 da Constituição não se aplica ao Território de Fernando de Noronha.

Art. 11. No primeiro domingo após cento e vinte dias contados da promulgação dêste Ato, proceder-se-á, em cada Estado, às eleições de Governador e de deputados às Assembléias Legislativas, as quais terão inicialmente função constituinte.

§ 1.º O número dos deputados às Assembléias estaduais será, na primeira eleição, o seguinte : Amazonas, trinta ; Pará, trinta e sete ; Maranhão, trinta e seis ; Piauí, trinta e dois ; Ceará, quarenta e cinco ; Rio Grande do Norte, trinta e dois ; Paraíba, trinta e sete ; Pernambuco, cinqüenta e cinco ; Alagoas, trinta e cinco ; Sergipe, trinta e dois ; Bahia, sessenta ; Espírito Santo, trinta e dois ; Rio de Janeiro, cinqüenta e quatro ; São Paulo, setenta e cinco ; Paraná, trinta e sete ; Santa Catarina, trinta e sete ; Rio Grande do Sul, cinqüenta e cinco ; Minas Gerais, setenta e dois ; Goiás, trinta e dois e Mato Grosso, trinta.

§ 2.º Na mesma data se realizarão eleições :

I — nos Estados e no Distrito Federal :

a) para o terceiro lugar de Senador e seus suplentes (Constituição, art. 60, §§ 1.º, 3.º e 4.º) ;

b) para os suplentes partidários dos senadores eleitos em 2 de dezembro de 1945, se, em relação a êstes, não tiver ocorrido vaga ;

II — nos Estados onde o número dos representantes à Câmara dos Deputados não corresponda ao estabelecido na Constituição, na base da última estimativa oficial do Instituto de Geografia e Estatística, para os deputados federais que devem completar êsse número.

III — nos Territórios, exceto os do Acre e de Fernando de Noronha, para um deputado federal ;

IV — no Distrito Federal, para cinquenta vereadores ;

V — nas circunscrições eleitorais respectivas, para preenchimento das vagas existentes ou que vierem a ocorrer até trinta dias antes do pleito, e para os próprios suplentes, se se tratar de senadores.

§ 3.º Os partidos poderão inscrever, em cada Estado, para a Câmara Federal, nas eleições referidas neste artigo, mais dois candidatos além do número de deputados a eleger. Os suplentes que resultarem dessa eleição substituirão, nos casos mencionados na Constituição e na lei, os que forem eleitos nos termos do § 2.º e os da mesma legenda cuja lista de suplentes se tenha esgotado.

§ 4.º Não será permitida a inscrição do mesmo candidato por mais de um Estado.

§ 5.º O Tribunal Superior Eleitoral providenciará o cumprimento d'este artigo e dos parágrafos precedentes. No exercício dessa competência, o mesmo Tribunal fixará, à vista de dados estatísticos oficiais, o número de novos lugares na representação federal, consoante o critério estabelecido no art. 58 e §§ 1.º e 2.º da Constituição.

§ 6.º O mandato do terceiro senador será o de menor duração. Se, pelo mesmo Estado ou pelo Distrito Federal, fôr eleito mais de um senador, o mandato do mais votado será o de maior duração.

§ 7.º Nas eleições de que trata este artigo só prevalecerão as seguintes inelegibilidades :

I — para governador :

a) os Ministros de Estado que estiverem em exercício nos três meses anteriores à eleição ;

b) os que, até dezoito meses antes da eleição, houverem exercido a função de Presidente da República ou, no respectivo Estado, embora interinamente, a função de Governador ou Interventor ; e bem assim os secretários de Estado, os comandantes de regiões militares, os chefes e os comandantes de polícia, os magistrados e o chefe do Ministério Público, que estiverem no exercício dos cargos nos dois meses anteriores à eleição ;

II — para Senadores e Deputados Federais e respectivos suplentes, os que, até seis meses antes da eleição, houverem exercido o cargo de Governador ou Interventor, no respectivo Estado, e as demais autoridades referidas no n.º I, que estiverem nos exercícios dos cargos nos dois meses anteriores à eleição ;

III — para deputados às Assembléas Estaduais as autoridades referidas no n.º I, letras a e b, segunda parte, que estiverem no exercício dos cargos nos dois meses anteriores à eleição ;

IV — para Vereadores à Câmara do Distrito Federal, o Prefeito e as autoridades referidas no n.º I, letras a e b, segunda parte, que estiverem no exercício dos cargos nos dois meses anteriores à eleição.

§ 8.º Diplomados, os deputados às Assembléias Estaduais reunir-se-ão dentro de dez dias, sob a presidência do Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, por convocação dêste, que promoverá a eleição da Mesa.

§ 9.º O Estado que, até quatro meses após a instalação de sua Assembléia, não houver decretado a Constituição será submetido, por deliberação do Congresso Nacional, à de um dos outros que parecer mais conveniente, até que a reforme pelo processo nela determinado.

Art. 12. Os Estados e os Municípios, enquanto não se promulgarem as Constituições estaduais, e o Distrito Federal, até ser decretada a sua lei orgânica, serão administrados de conformidade com a legislação vigente na data da promulgação dêste Ato.

Parágrafo único. Dos atos dos Interventores caberá, dentro de dez dias, a contar da publicação oficial, recurso de qualquer cidadão para o Presidente da República; e, nos mesmos termos, recurso, para o Interventor, dos atos dos Prefeitos municipais.

Art. 13. A discriminação de rendas estabelecidas nos arts. 19 a 21 e 29 da Constituição Federal entrará em vigor a 1 de janeiro de 1948, na parte em que modifica o regime anterior.

§ 1.º Os Estados, que cobrarem impostos de exportação acima do limite previsto no art. 19, n.º V, reduzirão gradativamente o excesso, dentro no prazo de quatro anos, salvo o disposto no § 6.º daquele dispositivo.

§ 2.º A partir de 1948 se cumprirá gradativamente:

I — no curso de dois anos, o disposto no art. 15, § 4.º, entregando a União aos Municípios a metade da cota no primeiro ano e a totalidade dela no segundo;

II — no curso de quatro anos, a extinção dos impostos que, pela Constituição, se não incluíam na competência dos governos que atualmente os arrecadam;

III — no curso de dez anos, o disposto no art. 20 da Constituição.

§ 3.º A lei federal ou estadual, conforme o caso, poderá estabelecer prazo mais breve para o cumprimento dos dispositivos indicados nos parágrafos anteriores.

Art. 14. Para composição do Tribunal Federal de Recursos, na parte constituída de magistrados, o Supremo Tribunal Federal indicará, a fim de serem nomeados pelo Presidente da República, até três dos juizes seccionais e substitutos da extinta Justiça Federal, se satisfizerem os requisitos do art. 99 da Constituição. A indicação será feita, sempre que possível, em lista dupla para cada caso.

§ 1.º Logo após o prazo designado no art. 3.º, o Congresso Nacional fixará em lei os vencimentos dos Juizes do Tribunal Federal de Recursos; e, dentro de trinta dias a contar da sanção ou promulgação da mesma lei, o Presidente da República efetuará as nomeações para os respectivos cargos.

§ 2.º Instalado o Tribunal, elaborará êle o seu regimento interno e disporá sobre a organização de sua secretaria, cartórios e demais serviços, propondo, em consequência, ao Congresso Nacional a criação dos cargos administrativos e a fixação dos respectivos vencimentos (Constituição, art. 97, n.º II).

§ 3.º Enquanto não funcionar o Tribunal Federal de Recursos, o Supremo Tribunal Federal continuará a julgar todos os processos de sua competência, nos termos da legislação anterior.

§ 4.º Votada a lei prevista no § 1.º, o Supremo Tribunal Federal remeterá ao Tribunal Federal de Recursos os processos de competência dêste que não tenham o *visto* do respectivo relator.

§ 5.º Os embargos aos acórdãos proferidos pelo Supremo Tribunal Federal continuarão a ser por êle processados e julgados.

Art. 15. Dentro de dez dias, contados da promulgação dêste Ato, será organizada a Justiça Eleitoral, nos termos do Título I, Capítulo IV, Seção V, da Constituição.

§ 1.º Para composição do Tribunal Superior Eleitoral, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal elegerá, em escrutínio secreto, dentre os seus desembargadores, um membro efetivo, e bem assim dois interinos, que funcionarão até que o Tribunal Federal de Recursos cumpra o disposto no art. 110, n.º I, letra b, da Constituição.

§ 2.º Instalados os Tribunais Eleitorais, procederão na forma do § 2.º do art. 14 dêste Ato.

§ 3.º No provimento dos cargos das Secretarias do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais Eleitorais, serão aproveitados os funcionários efetivos dos tribunais extintos em 10 de novembro de 1937, se ainda estiverem em serviço ativo da União, e o requererem, e, para completar os respectivos quadros, o pessoal que atualmente integra as secretarias dos mesmos tribunais.

§ 4.º Enquanto não se organizarem definitivamente as secretarias dos mesmos tribunais, continuará em exercício o pessoal a que alude o final do § 3.º dêste artigo.

Art. 16. A começar de 1.º de janeiro de 1947, os magistrados do Distrito Federal e dos Estados passarão a perceber os vencimentos fixados com observância do estabelecido na Constituição.

Art. 17. O atual Tribunal Marítimo continuará com a organização e competência que lhe atribui a legislação vigente, até que a

lei federal disponha a respeito, de acôrdo com as normas da Constituição.

Art. 18. Não perderão a nacionalidade os brasileiros que, na última guerra, prestaram serviço militar às Nações alladas, embora sem licença do governo brasileiro, nem os menores que, nas mesmas condições, os tenham prestado a outras Nações.

Parágrafo único. São considerados estáveis os atuais servidores da União, dos Estados e dos Municípios que tenham participado das forças expedicionárias brasileiras.

Art. 19. São elegíveis para cargos de representação popular, salvo os de Presidente e Vice-Presidente da República e o de Governador, os que, tendo adquirido a nacionalidade brasileira na vigência de Constituições anteriores, hajam exercido qualquer mandato eletivo.

Art. 20. O preceito do parágrafo único do art. 155 da Constituição não se aplica aos brasileiros naturalizados que, na data dêste Ato, estiverem exercendo as profissões a que o mesmo dispositivo se refere.

Art. 21. Não depende de concessão ou autorização o aproveitamento das quedas d'água já utilizadas industrialmente a 16 de julho de 1934 e, nestes mesmos termos, a exploração das minas em lavra, ainda que transitóriamente suspensa; mas tais aproveitamentos e explorações ficam sujeitos às normas de regulamentação e revisão de contratos, na forma da lei.

Art. 22. O disposto no art. 182, § 1.º, da Constituição não prejudica as concessões honoríficas anteriores a êste Ato e que ficam mantidas ou restabelecidas.

Art. 23. Os atuais funcionários interinos da União, dos Estados e Municípios, que contem, pelo menos, cinco anos de exercício, serão automaticamente efetivados na data da promulgação dêste Ato; e os atuais extranumerários que exerçam função de caráter permanente há mais de cinco anos ou em virtude de concurso ou prova de habilitação serão equiparados aos funcionários, para efeito de estabilidade, aposentadoria, licença, disponibilidade e férias.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica:

I — aos que exerçam interinamente cargos vitalícios como tais considerados na Constituição;

II — aos que exerçam cargos para cujo provimento se tenha aberto concurso, com inscrições encerradas na data da promulgação dêste Ato;

III — aos que tenham sido inabilitados em concurso para o cargo exercido.

Art. 24. Os funcionários que, conforme a legislação então vigente, acumulavam funções de magistério, técnicas ou científicas e que, pela desacumulação ordenada pela Carta de 10 de novembro de 1937 e Decreto-lei n.º 24, de 29 de Novembro do mesmo ano, perderam cargo efetivo, são nêles considerados em disponibilidade remunerada até que sejam reaproveitados, sem direito aos vencimentos anteriores à data da promulgação dêste Ato.

Parágrafo único. Ficam restabelecidas as vantagens da aposentadoria aos que as perderam por força do mencionado Decreto, sem direito igualmente à percepção de vencimentos anteriores à data da promulgação dêste Ato.

Art. 25. Fica assegurado aos funcionários das Secretarias das casas do Poder Legislativo o direito à percepção de gratificações adicionais, por tempo de serviço público.

Art. 26. A Mesa da Assembléa Constituinte expedirá títulos de nomeação efetiva aos funcionários interinos das Secretarias do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, ocupantes de cargos vagos, que até 3 de setembro de 1946 prestaram serviços durante os trabalhos da elaboração da Constituição.

Parágrafo único. Nos cargos iniciais, que vierem a vagar, serão aproveitados os interinos em exercício até a mesma data, não beneficiados por este artigo.

Art. 27. Durante o prazo de quinze anos, a contar da instalação da Assembléa Constituinte, o imóvel adquirido, para sua residência, por jornalista que outro não possua, será isento do imposto de transmissão e, enquanto servir ao fim previsto neste artigo, do respectivo imposto predial.

Parágrafo único. Será considerado jornalista, para os efeitos dêste artigo, aquêles que comprovar estar no exercício da profissão de acôrdo com a legislação vigente, ou nela houver sido aposentado.

Art. 28. E' concedida anistia a todos os cidadãos considerados insubmissos ou desertores até a data da promulgação dêste Ato, e igualmente aos trabalhadores que tenham sofrido penas disciplinares, em consequência de greves ou dissídios do trabalho.

Art. 29. O Governo Federal fica obrigado, dentro do prazo de vinte anos, a contar da data da promulgação desta Constituição, a traçar e executar um plano de aproveitamento total das possibilidades econômicas do rio São Francisco e seus afluentes, no qual aplicará, anualmente, quantia não inferior a um por cento de suas rendas tributárias.

Art. 30. Fica assegurada, aos que se valeram do direito de reclamação instituído pelo parágrafo único do art. 18 das Disposições

Transitórias da Constituição de 16 de Julho de 1934, a faculdade de pleitear perante o Poder Judiciário o reconhecimento de seus direitos, salvo quanto aos vencimentos atrasados, relevadas, destarte, quaisquer prescrições, desde que sejam preenchidos os seguintes requisitos :

I — terem obtido, nos respectivos processos, parecer favorável, e definitivo, da Comissão Revisora, a que se refere o Decreto número 254, de 1 de agosto de 1935 ;

II — não ter o Poder Executivo providenciado na conformidade do parecer da Comissão Revisora, a fim de reparar os direitos dos reclamantes.

Art. 31. É insuscetível de apreciação judicial a incorporação ao Patrimônio da União dos bens dados em penhor pelos beneficiados do financiamento das safras algodoeiras, desde a de 1942 até as de 1945 e 1946.

Art. 32. Dentro de dois anos, a contar da promulgação deste Ato, a União deverá concluir a rodovia Rio-Nordeste.

Art. 33. O Governo mandará erigir na Capital da República um monumento a Rui Barbosa, em consagração dos seus serviços à Pátria, à liberdade e à justiça.

Art. 34. São concedidas honras de Marechal do Exército brasileiro ao General de Divisão João Batista Mascarenhas de Moraes, Comandante das Forças Expedicionárias Brasileiras na última guerra.

Art. 35. O Governo nomeará comissão de professores, escritores e jornalistas, que opine sobre a denominação do idioma nacional.

Art. 36. Este Ato será promulgado pela Mesa da Assembléia Constituinte, na forma do art. 218 da Constituição.

Sala das Sessões da Assembléia Constituinte, na cidade do Rio de Janeiro, aos 18 de Setembro de 1946, 125.º da Independência e 58.º da República. — *Fernando de Mello Vianna*, Presidente; *Georgino Avelino*, 1.º Secretário; *Lauro Sodré Lopes*, 2.º Secretário; *Lauro Montenegro*, 3.º Secretário; *Ruy Almeida*, 4.º Secretário; *Carlos Marighella*, *Hugo Ribeiro Carneiro*, *Hermelindo de Gusmão Castelo Branco Filho*, *Alvaro Mata*, *Waldemar Pedrosa*, *Leopoldo Pêres*, *Francisco Pereira da Silva*, *Cosme Ferreira Filho*, *J. Magalhães Barata*, *Alvaro Adolpho Duarte d'Oliveira*, *Lameira Bittencourt*, *Carlos Nogueira*, *Nelson Parrós*, *João Botelho*, *José da Rocha Ribas*, *Clodomir Cardoso*, *Crepory Franco*, *Victorino Freire*, *Odilon Soares*, *Luiz Carvalho*, *José Netiva*, *Afonso Matos*, *Mauro Renault Leite*, *Raimundo de Areia Leão*, *Sigefredo Pacheco*, *Moreira da Rocha*, *Antonio da Frota Gen-*

tl, Francisco de Almeida Monte, Oswaldo Studart Filho, Raul Barbosa, Deoclecio Dantas Duarte, José Varella, Walfredo Gurgel, Mota Neto, Janduhy Carneiro, Samuel Duarte, José Joffily, A. de Novaes Filho, Etelvino Lins de Albuquerque, Agamemnon Magalhães, Jarbas Maranhão, Gercino Malagueta de Pontes, Oscar Carneiro, Oswaldo C. Lima, Costa Porto, Ulysses Lins de Albuquerque, João Ferreira Lima, Barbosa Lima Sobrinho, Paulo Pessoa Guerra, Teixeira de Vasconcelos, Ismar de Gois Monteiro, Silvestre Péricles, Luiz Medeiros Neto, José Maria de Melo, Antonio Mario Majra, Afonso de Carvalho, Francisco Leite Neto, Graccho Cardoso, Renato Aleixo, Lauro de Freitas, Aloysio de Castro, Regis Pacheco, Negreiros Falcão, Altamtrando Requião, Eunapio de Quetroz, Vieira de Mello, Frões da Motta, Aristides Milton, Attilio Vivacqua, Henrique de Novaes, Ary Vianna, Carlos Lindenberg, Eurico Salles, Vieira de Rezende, Alvaro Castello, Asdrubal Soares, Jonas Correia, José Fontes Roméro, José Carlos Pereira Pinto, Alfredo Neves, Ernani do Amaral Peixoto, Eduardo Duvivier, Carlos Pinto, Paulo Fernandes, Getulio Moura, Heitor Collet, Silvio Bastos Tavares, Acurcio Francisco Torres, Brígido Tinoco, Miguel Couto Filho, Levindo Eduardo Coelho, Benedicto Valladares, Juscelino Kubitschek de Oliveira, J. Rodrigues Seabra, Pedro Dutra, José Francisco Bias Fortes, Israel Pinheiro, Gustavo Capanema, Francisco Duque de Mesquita, Wellington Brandão, José Maria Alkmim, Augusto das Chagas Viegas, João Henrique, Joaquim Libanio Leite Ribeiro, Celso Porfirio de Araujo Machado, Olyntho Fonseca Filho, Francisco Rodrigues Pereira Junior, Lahyr Paletta de Rezende Tostes, Alfredo Sá, Christiano M. Machado, Luiz Milton Prates, Goffredo da Silva Telles Junior, Novelli Junior, Antonio Ezequiel Feliciano da Silva, José Cesar de Oliveira Costa, Benedicto Costa Netto, José Armando Affonseca, João Gomes Martins Filho, Sylvio de Campos, Horacio Lafer, José João Abdalla, Joaquim A. Sampaio Vidal, José Carlos de Ataliba Nogueira, José Alves Palma, Honorio Fernandes Montetro, J. Machado Coelho e Castro Edgard Baptista Pereira, Pedro Ludovico Teixeira, Dario Delio Cardoso, Flavio Carvalho Guimarães, Diógenes Magalhães, João d'Abreu, Albatenio Caiado Godói, Galeno Paranhos, Guilherme Xavier de Almeida, J. Ponce de Arruda, Gabriel Martiniano de Araujo, Argemiro Fialho, Roberto Glasser, Fernando Flores, Munhoz de Mello, João Aguiar, Aramis Athayde, Gomy Junior, Nereu Ramos, Ivo d'Aquino, Aderbal Silva, Octacilio Costa, Orlando Brasil, Roberto Grossenbacker, Rogério Vieira, Hans Jordan, Ernesto Dornelles, Gaston Englert, Adroaldo Costa, Brochado da Rocha, Eloy Rocha, Theodomiro Porto da Fonseca, Dámaso Rocha, Antero Letvas, Manoel Duarte, Souza Costa,

Bittencourt Azambuja, Nicolau Verguetto, Glycério Alves, Mercio Teixeira, Daniel Faráco, Pedro Vergara, Herophilo Azambuja, Bayard Lima, Manuel Severiano Nunes, Agostinho Monteto, Epitogo de Campos, Alarico Nunes Pacheco, Antenor Bogéa, Mathias Olympio, José Cândido Ferraz, Antonio Maria de Rezende Corrêa, Ademar Rocha, Coelho Rodrigues, Plínio Pompeu, Fernandes Távora, Paulo Sayasate, Gentil Barreira, Beni Carvalho, Egberto Rodrigues, Fernandes Telles, José de Borba, Leão Sampaio, Alencar Araripa, Edgard de Arruda, J. Ferreira de Souza, José Augusto Bezerra de Medeiros, Aluísio Alves, Adalberto Ribeiro, Vergniaud Wanderley, Argemiro de Figueiredo, João Agripino Filho, João Ursulo Ribeiro Coutinho Filho, Ernani Ayres Satyro e Sousa, Plínio Lemos, Fernando Carneiro da Cunha Nóbrega, Osmar de Araújo Aquino, Carlos de Lima Cavalcanti, Alde Feijó Sampaio, João Cleophas de Oliveira, Gilberto de Mello Freyre, Antonio de Freitas Cavalcanti, Mario Gomes de Barros, Rui Soares Palmeira, Walter Franco, Leandro Maciel, Heribaldo Vieira, Aloysio de Carvalho Filho, Juracy Magalhães, Octavio Mangabeira, Manoel Novaes, João da Costa Pinto Dantas Junior, Clemente Mariani Bittencourt, Raphael Cincurá de Andrade, João Mendes da Costa Filho, Luiz Viana, Alberico Fraga, Nestor Duarte, Altomar de Andrade Baleeiro, Ruy Santos, Luiz Claudio, Hamilton de Lacerda Nogueira, Euclides Figueiredo, Jurandyr Pires, José Eduardo de Prado Kelly, Dr. Antonio José Romão Junior, José de Carvalho Loomis, José Monteto Soares Filho, José Monteto de Castro, José Bonifacio Lafayette de Andrada, José Maria Lopes Cançado, José de Magalhães Pinto, Gabriel de R. Passos, Milton Soares Campos, Lycurgo Leite Filho, Mario Masagão, Paulo Nogueira Filho, Romeu de Andrade Lourenção, Plínio Barreto, Luiz de Toledo Piza Sobrinho, Aureliano Leite, Jalles Machado de Siqueira, Vespasiano Martins, João Villasbôas, Dolor Ferreira de Andrade, Dr. Agricola Paes de Barros, Erasto Gaertner, Tavares d'Amaral, Cônego Thomás Fontes, José Antonio Flores da Cunha, Osorio Tuyuty de Oliveira Freitas, Leopoldo Neves, Luiz Lago de Araújo, Benjamin Miguel Farah, M. do N. Vargas Netto, Francisco Gurgel do Amaral Valente, José de Senadas Vianna, Manoel Benício Fontenelle, Paulo Basta Neves, Antonio José da Silva, Edmundo Barreto Pinto, Abelardo dos Santos Mata, Jarbas de Lery Santos, Ezequiel da Silva Mendes, Alexandre Marcondes Filho, Hugo Borghi, Guaracy Silveira, José Correia Pedrosa Junior, Romeu José Fiori, Bertho Condé, Euzebio Rocha, Melo Braga, Arthur Fischer, Gregorio Bezerra, Agostinho Oliveira, Aloude Coutinho, Luiz Carlos Prestes, João Amazonas, Mauricio Grubois, Joaquim Baptista Neto, Claudino J. Silva, Alcides Sabença, Jorge Amado, José Crispim, Oswaldo Pacheco da Silva, Catres de Brito, Abilio Fernandes, Lino Ma-

chado, Souza Leão, Durval Cruz, Amando Fontes, Jacy de Figueiredo, Daniel de Carvalho, Mario Brant, A. Bernardes Filho, Philippe Balbi, Arthur Bernardes, Altino Arantes, Munhoz da Rocha, Deodoro Machado de Mendonça, Olavo Oliveira, Stenio Gomes, João Adeodato, Café Filho, Theodulo Albuquerque, Romeu de Campos Vergal, P. Dr. Alfredo de Arruda Camara, Manoel Victor, Hermes Lima, Domingos Vellasco, Raul Pilla.

Os Srs. **GEORGINO AVELINO, LAURO LOPES E RUI ALMEIDA**, sucessivamente e como 1.º, 2.º e 4.º Secretários, servindo como 1.º Secretário procedem à leitura dos nomes dos Senhores Representantes presentes, que, nesta ordem, assinam a ata promulgada:

Partido Social Democrático

Acre:

Castelo Branco.
Hugo Carneiro.

Amazonas:

Alvaro Maia.
Valdemar Pedrosa.
Leopoldo Peres.
Pereira da Silva.
Cosme Ferreira.

Pará:

Magalhães Barata.
Alvaro Adolfo.
Duarte de Oliveira.
Lameira Bittencourt.
Carlos Nogueira.
Nelson Parijós.
João Botelho.
Rocha Ribas.

Maranhão:

Clodomir Cardoso.
Crepori Franco.
Vitorino Freire.
Odilon Soares.
Luiz Carvalho.
José Nelva.
Afonso Matos.

Piauí:

Renault Leite.
Arela Leão.
Sigefredo Pacheco.

Ceará:

Moreira da Rocha.
Frota Gentil.
Almeida Monte.
Oswaldo Studart.
Raul Barbosa.

Rio Grande do Norte:

Georgino Avelino.
Dioleciano Duarte.
José Varela.
Valfredo Gurgel.
Mota Neto.

Paraíba:

Junduí Carneiro.
Samuel Carneiro.
José Jofili.

Pernambuco:

Novais Filho.
Etelvino Lins.
Agamemnon Magalhães.
Jarbas Maranhão.
Gercino Pontes.
Oscar Carneiro.
Oswaldo Lima.
Costa Porto.
Ulisses Lins.
Ferreira Lima.
Barbosa Lima.
Pessoa Guerra.

Alagoas:

Teixeira de Vasconcelos.
Góis Monteiro.
Silvestre Péricles.
Medeiros Neto.
Lauro Montenegro.
José Maria.
Antônio Mafra.
Afonso de Carvalho.

Sergipe:

Leite Neto.
Graco Cardoso.

Bahia:

Pinto Aleixo.
Lauro de Freitas.
Aloisio de Castro.
Regis Pacheco.
Negreiros Falcão.
Vieira de Melo.
Altamirando Requião.
Eunápio de Queiroz.
Fróis da Mota.
Aristides Milton.

Espírito Santo:

Atillo Viváqua.
Henrique de Novais.
Ari Viana.
Carlos Lindemberg.
Eurico Sales.
Vieira de Resende.
Alvaro Castelo.
Asdrubal Soares.

Distrito Federal:

Jonas Correia.
José Romero.

Rio de Janeiro:

Pereira Pinto.
Alfredo Neves.
Amaral Peixoto.
Eduardo Duvivier.
Carlos Pinto
Paulo Fernandes.
Getúlio Moura.
Heitor Collet.
Bastos Tavares.
Acúrcio Tórres.
Brígido Tinoco.
Miguel Couto.

Minas Gerais:

Levindo Coelho.
Melo Viana.
Benedito Valadares.
Juscelino Kubitschek.
Rodrigues Seabra.
Pedro Dutra.
Bias Fortes.
Duque de Mesquita.
Israel Pinheiro.
João Henrique.
Cristiano Machado.
Wellington Brandão.
Joaquim Libânio.
José Alkmim.
Augusto Viegas.
Gustavo Capanema.
Rodrigues Pereira.
Celso Machado.
Olinto Fonseca.
Lair Tostes.
Milton Prates.
Alfredo Sá.

São Paulo:

Gofredo Teles.
Novelli Júnior.
Antônio Feliciano.
César Costa.
Martins Filho.
Costa Neto.
Sílvio de Campos.
José Armando.
Horácio Lafer.
Ataliba Nogueira.
João Abdala.
Sampaio Vidal.

Alves Palma.
Honório Monteiro.
Machado Coelho.
Batista Pereira.

Goiás:

Pedro Ludovico.
Dario Cardoso.
Diogenes Magalhães.
João d'Abreu.
Caiaado Godói.
Galeno Paranhos.
Guilherme Xavier.

Mato Grosso:

Ponce de Arruda.
Argemiro Fialho.
Martíniano Araújo.

Paraná:

Flávio Guimarães.
Roberto Glasser.
Fernando Flores.
Munhoz de Melo.
Lauro Lopes.
João Aguiar.
Aramís Ataíde.
Gomí Júnior.

Santa Catarina:

Nereu Ramos.
Ivo d'Aquino.
Aderbal Silva.
Otacílio Costa.
Orlando Brasil.
Roberto Grossembacher.
Rogério Vieira.
Hans Jordan.

Rio Grande do Sul:

Ernesto Dorneles.
Gaston Englert.
Adroaldo Costa.
Brochado da Rocha.
Elói Rocha.
Teodomiro Fonseca.
Damaso Rocha.
Daniel Faraco.
Antero Leivas.
Manuel Duarte.
Sousa Costa.
Bittencourt Azambuja.
Glicério Alves.
Nicolau Vergueiro.
Mércio Teixeira.
Pedro Vergara.
Herófilo Azambuja.
Bayard Lima.

União Democrática Nacional

Amazonas:

Severino Nunes.

Pará:

Agostinho Monteiro.
Epílogo Campos.

Maranhão:

Alarico Pacheco.
Antenor Bogéa.

Piauí:

Matias Olímpio.
José Cândido.
Antônio Correia.
Adelmar Rocha.
Coelho Rodrigues.

Ceará:

Plínio Pompeu.
Fernandes Távora.
Paulo Sarasate.
Gentil Barreira.
Beni Carvalho.
Egberto Rodrigues.
Fernandes Teles.
José de Borba.
Leão Sampaio.
Alencar Araripe.
Edgard de Arruda.

Rio Grande do Norte:

Ferreira de Sousa.
José Augusto.
Aluisio Alves.

Paraíba:

Adalberto Ribeiro.
Vergniaud Vanderley.
Argemiro Figueiredo.
João Agripino.
João Ursulo.
Plínio Lemos.
Ernani Sátiro.
Fernando Nobrega.
Osmar Aquino.

Pernambuco:

Lima Cavalcanti.
Alde Sampaio.
João Cleofas.
Gilberto Freire.

Alagoas:

Freitas Cavalcanti.
Mário Gomes.
Rui Palmeira.

Sergipe:

Válter Franco.
Leandro Maciel.
Heribaldo Vieira.

Bahia:

Aloísio de Carvalho.
Juraci Magalhães.
Otávio Mangabeira.

Manuel Novais.
Luís Viana.
Clemente Mariani.
Dantas Júnior.

Rafael Cincurá.
Nestor Duarte.
Aliomar Baleeiro.
João Mendes.

Espírito Santo:

Alberico Fraga.
Rui Santos.

Luís Cláudio.

Distrito Federal:

Hamilton Nogueira.
Euclides Figueiredo.
Jurandir Pires

Rio de Janeiro:

Prado Kelly.
Romão Júnior.
José Leomil.
Soares Filho.

Minas Gerais:

Monteiro de Castro .
José Bonifácio.
Magalhães Pinto.
Gabriel Passos.
Milton Campos.
Lopes Camgado.
Licurgo Leite.

São Paulo:

Mário Masagão.
Paulo Nogueira.
Romeu Lourenção.
Plínio Barreto.
Toledo Piza.
Aureliano Leite.

Goiás:

Jales Machado.

Mato Grosso:

Vespasiano Martins.
João Villasboas.
Dolor de Andrade.
Agricultor de Barros.

Paraná:

Erasto Gaertner.

Santa Catarina:

Tavares d'Amaral.
Tomás Fontes.

Rio Grande do Sul:

Flores da Cunha.
Osório Tuluti.

Partido Trabalhista Brasileiro

Amazonas:

Leopoldo Neves.

Bahia:

Luis Lago.

Distrito Federal:

Rui Almeida.
Benjamin Farah.
Vargas Neto.
Gurgel do Amaral.
Segadas Viana.
Benício Fontenele.
Baeta Neves.
Antônio Silva.
Barreto Pinto.

Rio de Janeiro:

Abelardo Mata.

Minas Gerais:

Leri Santos.
Ezequiel Mendes.

São Paulo:

Marcondes Filho.
Hugo Borghi.
Guaraci Silveira.
Pedroso Júnior.
Romeu Flori.
Berto Condé.
Euzébio Rocha.

Paraná:

Melo Braga.

Rio Grande do Sul:

Artur Fischer.

Partido Comunista do Brasil

Pernambuco:

Gregório Bezerra.
Agostinho Oliveira.
Alcêdo Coutinho.

Bahia:

Carlos Marighela.

Distrito Federal:

Carlos Prestes.
João Amazonas.
Maurício Grohols.
Batista Neto.

Rio de Janeiro:

Claudino Silva.
Alcides Sabença.

São Paulo:

José Crispim.
Osvaldo Pacheco.
Jorge Amado.
Caires de Brito.

Rio Grande do Sul:

Abílio Fernandes.

Partido Republicano

Maranhão:

Lino Machado.

Pernambuco:

Sousa Leão.

Sergipe:

Durval Cruz.
Amando Fontes.
Minas Gerais:

Jaci Figueiredo.
Daniel Carvalho.
Bernardes Filho.
Mário Brant.
Felipe Balbi.
Artur Bernardes.

São Paulo:

Altino Arantes.

Paraná:

Munhoz da Rocha.

Partido Social Progressista

Pará:

Deodoro de Mendonça.

Ceará:

Olavo Oliveira.
Stênio Gomes.
João Adeodato.

Rio Grande do Norte:

Café Filho.

Bahia:

Teódulo Albuquerque.

São Paulo:

Campos Vergal.

Partido Democrata Cristão

Pernambuco:

Arruda Câmara.

São Paulo:

Manuel Vitor.

Esquerda Democrática

Distrito Federal:

Hermes Lima.

Goiás:

Domingos Velasco.

Partido Libertador

Rio Grande do Sul:

Raul Pila.

Durante a cerimônia da assinatura, assumem a presidência, sucessivamente, às 16 horas e 15 minutos e 17 horas e 58 minutos os Srs. Otávio Mangabeira e Lauro Lopes, 1.º Vice-Presidente e 2.º Secretário, respectivamente.

Às 18 horas e 35 minutos reassumiu a presidência o Senhor Melo Viana, Presidente.

Ao terminar a cerimônia de assinatura, ouvem-se, pela mesma orquestra, os Hinos Nacional e da Independência.

O SR. PRESIDENTE — Srs. Representantes! Cumprindo disposição constitucional, convoco V. Ex.as para uma sessão extraordinária amanhã, às 14 horas, para eleição do Vice-Presidente da República e, encerrando esta memorabilíssima solenidade, que deve ficar, para sempre, em nosso espírito e em nosso coração, devo dizer que me sinto grandemente honrado em ter sido o Presidente desta ilustre

Assembléia, que, pelos seus membros e com o auxílio da elite intelectual de todos os departamentos da atividade em nossa terra, colaborou, num só esforço, sem medir sacrifícios, para a notável obra, que hoje entregamos ao Brasil — como a entrega que faz da óstia a mão do sacerdote — a fim de ser cumprida com lealdade, com fidelidade, para bem do nosso nobre povo.

Convido os Srs. Representantes a comparecerem, em seguida, ao Palácio do Catete, para comunicação ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República do ato que acabamos de realizar. Viva o Brasil. (*Palmas prolongadas. Entusiásticas ovações no recinto e nas galerias.*)

Deixou de comparecer um Senhor Representante:

Rio Grande do Sul.

Getúlio Vargas.

Levanta-se a sessão às 18 horas e 55 minutos.

181.^a Sessão, em 19 de Setembro de 1946

(Extraordinária)

*Presidência dos Senhores Melo Viana, Presidente, e Lauro Montenegro
2.º Secretário.*

As 14 horas compareceram os Senhores:

Partido Social Democrático

Acre:

Castelo Branco.
Hugo Carneiro.

Amazonas:

Alvaro Maia.
Valdemar Pedrosa.
Leopoldo Peres.
Pereira da Silva.
Cosme Ferreira.

Pará:

Magalhães Barata.
Alvaro Adolfo.
Duarte de Oliveira.
Lameira Bittencourt.
Carlos Nogueira.
Nelson Parijós.
João Botelho.
Rocha Ribas.

Maranhão:

Clodomir Cardoso.
Crepori Franco.
Vitorino Freire.
Odilon Soares.
Luís Carvalho.
José Neiva.
Afonso Matos.

Piauí:

Renault Leite.
Areia Leão.
Sigefredo Pacheco.

Ceará:

Moreira da Rocha.
Prota Gentil.
Almeida Monte.

Osvaldo Studart.
Raul Barbosa.

Rio Grande do Norte:

Georgino Avelino.
Dioclécio Duarte.
José Vareia.
Valfredo Gurgel.
Mota Neto.

Paraíba:

Janduí Carneiro.
Samuel Duarte.
José Jofili.

Pernambuco:

Novais Filho.
Etelvino Lins.
Agmemnon Magalhães.
Jarbas Maranhão.
Gercino Pontes.
Oscar Carneiro.
Osvaldo Lima.
Costa Porto.
Ulisses Lins.
Ferreira Lima.
Barbosa Lima.
Pessoa Guerra.

Alagoas:

Teixeira de Vasconcelos.
Góes Monteiro.
Silvestre Péricles.
Medeiros Neto.
Lauro Montenegro.
José Maria.
Antonio Mafra.
Afonso de Carvalho.

Sergipe:

Leite Neto.
Graco Cardoso.

Bahia:

Pinto Aleixo.
Lauro de Freitas.

Aloísio de Castro.
Regis Pacheco.
Negreiros Falcão.
Vieira de Melo.
Altamirando Requião.
Eunápio de Queirós.
Fróes da Mota.
Aristides Milton.

Espírito Santo:

Atilio Vivaqua.
Henrique de Novais.
Ari Viana.
Carlos Lindemberg.
Eurico Sales.
Vieira de Rezende.
Alvaro Castelo.
Asdrubal Soares.

Distrito Federal:

Jonas Correia.
José Romero.

Rio de Janeiro:

Pereira Pinto.
Alfredo Neves.
Amaral Peixoto.
Eduardo Duvivier.
Carlos Pinto.
Paulo Fernandes.
Getúlio Moura.
Heitor Collet.
Bastos Tavares.
Acúrcio Torres.
Brígido Tinoco.
Miguel Couto.

Minas Gerais:

Levindo Coelho.
Melo Viana.
Benedito Valadares.
Juscelino Kubitschek.
Rodrigues Seabra.
Pedro Dutra.
Bias Fortes.
Duque de Mesquita.
Israel Pinheiro.
João Henrique.
Christiano Machado.
Wellington Brandão.
Joaquim Libânio.
José Alkmim.
Augusto Viegas.
Gustavo Capanema.
Rodrigues Pereira.
Celso Machado.
Olinto Fonseca.
Lair Fostes.
Milton Prates.
Alfredo Sá.

São Paulo:

Gofredo Teles.
Novell Júnior.

Antônio Feliciano.
César Costa.
Martins Filho.
Costa Neto.
Sílvio de Campos.
José Armando.
Horácio Lafer.
Ataliba Nogueira.
João Abdala.
Sampaio Vidal.
Alves Palma.
Horácio Montelero.
Machado Coelho.
Batista Pereira.

Goiás:

Pedro Ludovico.
Dário Cardoso.
Diogenes Magalhães.
João d'Abreu.
Calado Godói.
Galeno Paranhos.
Gülherme Xavier.

Mato Grosso:

Ponce de Arruda.
Argemiro Flalho.
Martiniano Araújo.

Paraná:

Flávio Guimarães.
Roberto Glasser.
Fernando Flores.
Munhoz de Melo.
Lauro Lopes.
João Aguiar.
Aramis Ataíde.
Gomi Júnior.

Santa Catarina:

Nereu Ramos.
Ivo d'Aquino.
Aderbal Silva.
Otacílio Costa.
Orlando Brasil.
Roberto Grossembacher.
Rogério Vieira.
Hans Jordan.

Rio Grande do Sul:

Ernesto Dorneles.
Gaston Englert.
Adroaldo Costa.
Brochado da Rocha.
Elói Rocha.
Teodomiro Fonseca.
Damaso Rocha.
Daniel Faraco.
Antero Leivas.
Manuel Duarte.
Sousa Costa.
Bittencourt Azambuja.
Glicério Alves.
Nicoláu Vergueiro.

Mércio Teixeira.
Pedro Vergara.
Herofilo Azambuja.
Bayard Lima.

União Democrática Nacional

Amazonas:

Severiano Nunes.

Pará:

Agostinho Monteiro.
Epílogo Campos.

Maranhão:

Alarico Pacheco.
Antenor Bogéla.

Piauí:

Matias Olímpio.
José Cândido.
Antônio Correia.
Adelmar Rocha.
Coelho Rodrigues.

Ceará:

Plínio Pompeu.
Fernandes Távora.
Paulo Sarasate.
Gentil Barreira.
Beni Carvalho.
Egberto Rodrigues.
Fernandes Teles.
José de Borba.
Leão Sampalo.
Alencar Araripe.
Algar de Arruda.

Rio Grande do Norte:

Ferreira de Sousa.
José Augusto.
Aluísio Alves.

Paraíba:

Adalberto Ribeiro.
Vergniaud Wanderley.
Argemiro Figueiredo.
João Agripino.
João Ursulo.
Plínio Lemos.
Ernani Sátiro.
Fernando Nóbrega.
Osmar Aquino.

Pernambuco:

Lima Cavalcanti.
Alde Sampalo.
João Cleofas.
Gilberto Freire.
Mário Gomes.
Rui Palmeira.

Sergipe:

Valter Franco.
Leandro Maciel.
Heribaldo Vieira.

Bahia:

Aloisio de Carvalho.
Juraci Magalhães.
Otávio Mangabeira.
Manuel Novais.
Luís Viana.
Clamente Mariani.
Dantas Júnior.
Rafael Cincurá.
Nestor Duarte.
Allomar Baleeiro.
João Mendes.
Alberico Fraga.
Rui Santos.

Espírito Santo:

Luís Cláudio.
Distrito Federal:
Hamilton Nogueira.
Euclides Figueiredo.
Jurandir Pires.

Rio de Janeiro:

Prado Kelly.
Romão Júnior.
José Leomil.
Soares Filho.

Minas Gerais:

Monteiro de Castro.
José Bonifácio.
Magalhães Pinto.
Gabriel Passos.
Milton Campos.
Lopes Cançado.
Licurgo Leite.

São Paulo:

Mário Masagão.
Paulo Nogueira.
Romeu Lourenção.
Plínio Barreto.
Toledo Piza.
Aureliano Leite.

Goiás:

Jales Machado.

Mato Grosso:

Vespasiano Martins.
João Villasboas.
Dolor de Andrade.
Agrícola de Barros.

Paraná:

Erasto Gaertner.

Santa Catarina:

Tavares d'Amaral.
Tomás Fontes.

Rio Grande do Sul:

Flores da Cunha.
Osório Tuluti.

Partido Trabalhista Brasileiro

Amazonas:
Leopoldo Neves.

Bahia:

Luís Lago.

Distrito Federal:

Rui Almeida.
Benjamim Farah.
Vargas Neto.
Gurgel do Amaral.
Segadas Viana.
Benício Fontenele.
Baeta Neves.
Antônio Silva.
Barreto Pinto.

Rio de Janeiro:

Abelardo Mata.

Minas Gerais:

Leri Santos.
Ezequiel Mendes.

São Paulo:

Marcondes Filho.
Hugo Borghi.
Guaraci Silveira.
Pedroso Júnior.
Romeu Flori.
Berto Condé.
Eusébio Rocha.

Paraná:

Melo Braga.

Rio Grande do Sul:

Artur Fischer.

Partido Comunista do Brasil

Pernambuco:

Gregório Bezerra.
Agostinho Oliveira.
Alcêdo Coutinho.

Bahia:

Carlos Marighela.

Distrito Federal:

Carlos Prestes.
João Amazonas.
Maurício Grabóls.
Batista Neto.

Rio de Janeiro.

Claudino Silva.
Alcides Sabença.

São Paulo:

José Crispim.
Osyaldo Pacheco.
Jorge Amado.
Calres de Brito.

Rio Grande do Sul.

Abílio Fernandes.

Partido Republicano

Maranhão:

Lino Machado.

Pernambuco:

Sousa Leão.

Sergipe:

Durval Cruz.
Amando Fontes.

Minas Gerais:

Jaci Figueiredo.
Bernardes Filho.
Mário Brant.
Daniel Carvalho.
Felipe Balbi.
Artur Bernardes.

São Paulo:

Altino Arantes.
Munhoz da Rocha.

Partido Social Progressista

Pará:

Deodoro de Mendonça.

Ceará:

Olavo Oliveira.
Stênio Gomes.
João Adeodato.

Rio Grande do Norte:

Café Filho.

Bahia:

Tódulo Albuquerque.

São Paulo:

Campos Vergal.

Partido Democrata Cristão

Pernambuco:

Arruda Câmara.

São Paulo:

Manuel Vitor.

Esquerda Democrática

Distrito Federal:

Hermes Lima.

Goiás:

Domingos Velasco.

Partido Libertador

Rio Grande do Sul:

Raul Pila.

O SR. PRESIDENTE — Achan-do-se presentes 323 Senhores Representantes, declaro aberta a sessão.

Passa-se à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. RUI ALMEIDA (4.º Secretário, servindo como 2.º) procede à leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE — De acôrdo com o Regimento Interno, dou a ata por aprovada, ressalvada qualquer retificação escrita, que seja apresentada.

Passa-se à leitura do expediente.

O SR. LAURO MONTENEGRO (3.º Secretário, servindo como 1.º) declara não haver expediente a ser lido.

O SR. PRESIDENTE — De acôrdo com o que determina o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em seu artigo primeiro, vamos proceder à eleição para o cargo de Vice-Presidente da República para o primeiro período constitucional.

O SR. OLAVO OLIVEIRA — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Representante.

O SR. OLAVO OLIVEIRA — (Pela ordem) — Sr. Presidente, desejaria levantar a seguinte questão de ordem: se, no momento da chamada, algum dos Srs. Representantes não se encontrar no recinto, poderá votar depois?

O SR. PRESIDENTE — Poderá votar, enquanto a presidência não declarar encerrada a votação.

O SR. OLAVO OLIVEIRA — Obrigado a V. Ex.ª.

O SR. BARRETO PINTO — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado.

O SR. BARRETO PINTO — (Pela ordem) — Sr. Presidente, de-sejo consultar V. Ex.ª sobre se as cédulas a serem colocadas nos envelopes para eleição de Vice-Presidente devem ser obrigatoriamente impressas ou podem ser dactilografadas ou manuscritas.

O SR. PRESIDENTE — Não podem ser manuscritas, pois assim, se quebraria o sigilo do voto.

O SR. BARRETO PINTO — Agradeço a informação.

O SR. PRESIDENTE — Srs. Representantes vou fazer a votação pela lista habitual da chamada; peço-lhes, entretanto, permitam-me abrir uma exceção a essa regra, em favor do nosso presado colega, Sr. Antônio Correia, que deseja exercer o direito de voto, mas necessita retirar-se antes das 17 horas para submeter-se a tratamento, que seu estado de saúde requer. (Palmas.)

O Sr. 1.º Secretário vai proceder à chamada.

O SR. GEORGINO AVELINO — 1.º Secretário) — Procedo à chamada.

Sr. Representante Antônio Correia (Pausa); Sr. Castelo Branco (Pausa); e, assim sucessivamente, são chamados os seguintes Srs. Representantes.

Partido Social Democrático

Acre:

Castelo Branco.
Hugo Carneiro.

Amazonas:

Alvaro Maia.
Valdemar Pedrosa.
Leopoldo Peres.
Pereira da Silva.
Cosme Ferreira.

Pará:

Magalhães Barata.
Alvaro Adolfo
Duarte de Oliveira.
Lameira Bittencourt.
Carlos Nogueira.
Nelson Parijós
João Botelho.
Rocha Ribas.

Maranhão:

Clodomir Cardoso.
Crepori Franco.
Vitorino Freire.
Odilon Soares.

Luis Carvalho.
José Neiva.
Afonso Matos.

Piauí:

Renault Leite.
Areia Leão.
Sigefredo Pacheco.

Ceará:

Moreira da Rocha.
Frota Gentil.
Almeida Monte.
Oswaldo Studart.
Raul Barbosa.

Rio Grande do Norte:

Georgino Avelino.
Dioclécio Duarte.
José Varela.
Valfredo Gurgel.
Mota Neto.

Paraná:

Jandui Carneiro.
Samuel Duarte.
José Jofili.

Pernambuco:

Novais Filho.
Etelvino Lins.
Agamemnon Magalhães.
Jarbas Maranhão.
Gercino Pontes.
Oscar Carneiro.
Oswaldo Lima.
Costa Porto.
Ulisses Lins.
Ferreira Lima.
Barbosa Lima.
Pessoa Guerra.

Alagoas:

Teixeira de Vasconcelos.
Cois Monteiro.
Silvestre Pércies.
Medeiros Neto.
Lauro Montenegro.
Antônio Mafra.
José Maria.
Afonso de Carvalho.

Sergipe:

Leite Neto.
Graco Cardoso.

Bahia:

Pinto Aleixo.
Lauro de Freitas.
Aloísio de Castro.
Regis Pacheco.
Negreiros Falcão.
Vieira de Melo.
Altamirando Requião.
Eunápio de Queiroz.

Fróes da Mota.
Aristides Milton.

Espírito Santo:

Atilio Vivaqua.
Henrique de Novais.
Ari Viana.
Carlos Lindemberg.
Eurico Sales.
Vieira de Resende.
Alvaro Castelo.
Asdrubal Soares.

Distrito Federal:

Jonas Correia.
José Romero.

Rio de Janeiro:

Pereira Pinto.
Alfredo Neves.
Amaral Peixoto.
Eduardo Duvivier.
Carlos Pinto.
Paulo Fernandes.
Getúlio Moura.
Hector Collet.
Bastos Tavares.
Acúrcio Tórres.
Brigido Tinoco.
Miguel Couto.

Minas Gerais:

Levindo Coelho.
Melo Viana.
Benedito Valadares.
Juscelino Kubitschek.
Rodrigues Seabra.
Pedro Dutra.
Bias Fortes.
Duque de Mesquita.
Israel Pinheiro.
João Henrique.
Cristiano Machado.
Wellington Brandão.
Joaquim Libânio.
José Alkmim.
Augusto Viegas.
Gustavo Capanema.
Rodrigues Pereira.
Celso Machado.
Olinto Fonseca.
Lair Tostes.
Milton Prates.
Alfredo Sá.

São Paulo:

Gofredo Teles.
Novelli Júnior.
Antônio Feliciano.
César Costa.
Martins Filho.
Costa Neto.
Sylvio de Campos.
José Armando.
Horácio Lafer.

Ataliba Nogueira.
João Abdala.
Sampalo Vidal
Alves Palma.
Honório Monteiro.
Machado Coelho.
Batista Pereira.

Goiás:

Pedro Ludovico.
Dario Cardoso.
Diogenes Magalhães.
João d'Abreu.
Caetano Godói.
Galeno Paranhos.
Guilherme Xavier.

Mato Grosso:

Ponce de Arruda.
Argemiro Fialho.
Martiniano Araújo.

Paraná:

Flávio Guimarães.
Roberto Glasser.
Fernando Flores.
Munhoz de Melo.
Lauro Lopes.
João Agular.
Aramis Ataíde.
Gomil Júnior.

Santa Catarina:

Nereu Ramos.
Ivo d'Aquino.
Aderbal Silva.
Otacílio Costa.
Orlando Brasil.
Roberto Grossembacher.
Rogério Vieira.
Hans Jordan

Rio Grande do Sul:

Ernesto Dornelles.
Gaston Englert.
Adroaldo Costa.
Brochado da Rocha.
Elói Rocha.
Teodomiro Fonseca.
Damaso Rocha.
Daniel Faraco.
Antero Leivas.
Manuel Duarte
Sousa Costa.
Bittencourt Azambuja.
Glicério Alves
Nicolau Vergueiro.
Mércio Teixeira
Pedro Vergara.
Herófilo Azambuja.
Bayard Lima

União Democrática Nacional

Amazonas:

Severiano Nunes.

Pará:

Agostinho Monteiro.
Epílogo Campos.

Maranhão:

Alarico Pacheco.
Antenor Bogéia.

Paraíba:

Matias Olímpio.
José Cândido.
Antônio Correia.
Adelmar Rocha.
Coelho Rodrigues.

Pernambuco:

Plínio Pompeu.
Fernandes Távora.
Paulo Sarasate.
Gentil Barreira.
Beni Carvalho.
Egberto Rodrigues.
Fernandes Teles.
José de Borba
Leão Sampaio.
Alencar Araripe.
Edgar de Arruda.

Rio Grande do Norte:

Ferreira de Sousa.
José Augusto.
Aluísio Alves.

Paraíba:

Adalberto Ribeiro.
Vergniaud Wanderley.
Argemiro Figueiredo.
João Agripino.
João Ursulo.
Plínio Lemos.
Ernani Sátiro.
Fernando Nóbrega.
Osmar Aquino.

Pernambuco:

Lima Cavalcanti.
Alde Sampaio.
João Cleophas.
Gilberto Frelre.

Alagoas:

Freitas Cavalcanti.
Mário Gomes.
Rui Palmeira.

Sergipe:

Válter Franco.
Leandro Maciel.
Heribaldo Vieira.

Bahia:

Aloísio de Carvalho.
Juraci Magalhães.
Otávio Mangabeira.

Manuel Novais.
Luís Viana.
Clemente Mariani.
Dantas Júnior.
Rafael Cincurá.
Nestor Duarte.
Altomar Baleeiro.
João Mendes.
Alberico Fiaga.
Rui Santos.

Espírito Santo:

Luís Cláudio.

Distrito Federal:

Hamilton Nogueira.
Euclides Figueiredo.
Jurandir Pires

Rio de Janeiro:

Prado Kelly.
Romão Júnior.
José Leomil.
Soares Filho

Minas Gerais:

Monteiro de Castro.
José Bonifácio
Magalhães Pinto.
Gabriel Passos.
Milton Campos.
Lopes Cançado.
Licurgo Leite.

São Paulo:

Mário Masagão
Paulo Nogueira.
Romeu Lourenção.
Plínio Barreto.
Toledo Fiza.
Aureliano Leite.

Goiás:

Jales Machado

Mato Grosso:

Vespasiano Martins.
João Vilasboas
Dolor de Andrade.
Agrícola de Barros.

Paraná:

Erasto Gaertner.

Santa Catarina:

Tavares d'Amaral.
Tomás Fontes.

Rio Grande do Sul:

Flôres da Cunha.
Osóio Tuluti.

Partido Trabalhista Brasileiro

Amazonas:

Leopoldo Neves.

Bahia:

Luís Lago.

Distrito Federal:

Rui Almeida.
Benjamin Farah.
Vargas Neto.
Gurgei do Amaral.
Segadas Viana.
Benício Fontenele.
Baeta Neves.
Antônio Silva.
Barreto Pinto.

Rio de Janeiro:

Abelardo Mata.

Minas Gerais:

Leri Santos.
Esequiel Mendes.

São Paulo:

Marcondes Filho.
Hugo Borghi.
Guaraci Silveira.
Pedroso Júnior.
Romeu Flori.
Berto Condé.
Eusébio Rocha.

Paraná:

Melo Braga.

Rio Grande do Sul:

Artur Fischer

Partido Comunista do Brasil

Pernambuco:

Gregório Bezerra.
Agostinho Oliveira.
Alcêdo Coutinho.

Bahia:

Carlos Marighela.

Distrito Federal:

Carlos Prestes.
João Amazonas.
Maurício Grabois.
Batista Neto.

Rio de Janeiro:

Claudino Silva.
Alcides Sabença.

São Paulo:

José Crispim.
Osvaldo Pacheco.
Jorge Amado
Calres de Brito.

Rio Grande do Sul:

Abílio Fernandes.

Partido Republicano

Maranhão:
Lino Machado.
Pernambuco:
Sousa Leão.
Sergipe:
Durval Cruz.
Amando Fontes.
Minas Gerais:
Jaci Figueiredo.
Daniel Carvalho.
Bernardes Filho.
Mário Brant.
Felipe Balbi.
Artur Bernardes.
São Paulo:
Altino Arantes.
Paraná:
Munhoz da Rocha.

Partido Social Progresista

Pará:
Deodoro de Mendonça.
Ceará:
Olavo Oliveira.
Stênio Gomes.
João Adeodato.
Rio Grande do Norte:
Café Filho.

Bahia:
Teódulo Albuquerque.
São Paulo:
Campos Vergal.

Partido Democrata Cristão

Pernambuco:
Arruda Câmara.
São Paulo:
Manuel Vitor

Esquerda Democrática

Distrito Federal:
Hermes Lima.
Goiás:
Domingos Velasco.

Partido Libertador

Rio Grande do Sul:
Raul Pila.

A proporção que iam sendo chamados os Srs. Representantes, o Sr. Lauro Lopes, 2.º Secretário, fazia-lhes a entrega do envelope necessário à colocação da cédula, para a eleição do Vice-Presidente da República, no interior de cabine indevasável, envelope que, posteriormente, era depositado na urna localizada entre a Mesa e as bancadas no recinto.

Ao ser chamado o Sr. Presidente, declara o Sr. Senador Melo Viana que, de acordo com o resolvido, S. Ex.ª e o Senhor 1.º Secretário, Senador Georgino Avelino, votariam no fim da chamada dos Srs. Representantes. Terminada a chamada, o Sr. Lauro Montenegro, 3.º Secretário, assume a presidência, que é, a seguir, reassumida pelo Sr. Melo Viana, após haver votado, assim como o Sr. Georgino Avelino.

O SR. PRESIDENTE — Está terminada a votação, não havendo mais nenhum Sr. Representante a votar.

(Procede-se à apuração, efetuada pelo Sr. Presidente, auxiliado pelos Srs. 1.º, 2.º e 4.º Secretários.)

O SR. PRESIDENTE — Coincidem o número de votantes com o número de cédulas apuradas, no total de 323. É o seguinte o resultado apurado:

PARA VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA	
	Votos
Senador Nereu de Oliveira Ramos	178
Sr. José Américo de Almeida	139
Senador Fernando de Melo Viana	1
Sr. José Carlos de Macedo Soares	1
Senador Luís Carlos Prestes	1
Em branco (cédulas)	3
Total	323

O SR. PRESIDENTE — Proclamo eleito Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, o Senhor Senador Nereu de Oliveira Ramos.

(Palmas prolongadas. O recinto, as tribunas e as galerias, de pé, aplaudem demoradamente o recém-eleito.)

VOZES — Posse !... Posse !...

Comparece à Mesa o Senhor Senador Nereu Ramos. A Assembléa e toda a assistência permanecem de pé e, na presença do Sr. Presidente, Sua Excelência presta o compromisso constitucional.

O SR. NEREU RAMOS — “Prometto manter, defender e cumprir a Constituição da República, observar as suas leis, promover o bem geral do Brasil, sustentar-lhe a união, a integridade e a independência”.

(Palmas prolongadas.) (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE — Srs. Representantes: Concluídos os trabalhos da presente sessão, convoco-os para amanhã, às 14 horas, em sessão extraordinária, a fim de ser dado cumprimento ao disposto no artigo n.º 3, das Disposições Constitucionais Transitórias, sendo a seguinte a:

ORDEM DO DIA

Fixação do subsídio do Presidente e do Vice-Presidente da República

O SR. PRESIDENTE — Srs. Representantes: E' enviada à Mesa a seguinte

COMUNICAÇÃO

Exm.º Sr. Presidente da Assembléa Constituinte: — Tenho a honra de comunicar a V. Ex.ª que, nesta data, renuncio ao meu mandato de Deputado Federal pelo Estado de São Paulo.

Prevaleço-me da oportunidade para apresentar a V. Ex.ª os meus protestos de alta consideração.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1946. — *Mário Masagão.*

Deixa de comparecer um Senhor Representante.

Partido Social Democrático

Rio Grande do Sul:

Getúlio Vargas.

Levanta-se a sessão às 17 horas

182.^a Sessão, em 19 de Setembro de 1946
(Extraordinária)

Presidência dos Senhores Melo Viana, Presidente

As 14 horas comparecem os Senhores:

Partido Social Democrático

Acre:

Castelo Branco.
Hugo Carneiro.

Amazonas:

Pereira da Silva.

Pará:

Nelson Parijós.
João Botelho.

Maranhão:

Clodomir Cardoso.

Piauí:

Areia Leão.
Sigefredo Pacheco.

Ceará:

Almeida Monte.
Osvaldo Studart.

Rio Grande do Norte:

José Varela.
Valfredo Gurgel.
Mota Neto.

Paraíba:

Janduí Carneiro.

Pernambuco:

Agamenon Magalhães.
Gercino de Pontes.
Oswaldo Lima.

Alagoas:

Teixeira de Vasconcelos.
Góes Monteiro.
Medeiros Neto.
Lauro Montenegro.
Afonso de Carvalho.

Sergipe:

Graco Cardoso.

Bahia:

Pinto Aleixo.
Aloísio de Castro.
Negreiros Falcão.
Altamirando Requião.
Fróis da Mota.
Aristides Milton.

Espírito Santo:

Henrique de Novais.
Ari Viana.
Carlos Lindemberg.
Eurico Sales.

Rio de Janeiro:

Alfredo Neves.
Heitor Collet.
Bastos Tavares.
Acúrcio Tórres.

Minas Gerais:

Melo Viana.
Benedito Valadares.
Bias Fortes.
Duque de Mesquita.
Israel Pinheiro.
Joaquim Libânio.
Augusto Viegas.
Rodrigues Pereira.
Olinto Fonseca.
Milton Prates.
Alfredo Sá.

São Paulo:

Alves Palma.
Honório Monteiro.

Goiás:

Dario Cardoso.
João d'Abreu.
Galeno Paranhos.
Guilherme Xavier.

Paraná:

Flávio Guimarães.
Roberto Glasser.
Fernando Flores.
Gomi Junior.

Santa Catarina:

Nereu Ramos.
Ivo d'Aquino.
Aderbal Silva.
Orlando Brasil.
Hans Jordan.

Rio Grande do Sul:

Damaso Rocha.
Daniel Faraco.
Manuel Duarte.
Bittencourt Azambuja.
Mércio Teixeira.

União Democrática Nacional

Amazonas:

Severino Nunes.

Piauí:

José Cândido.

Ceará:

Fernandes Távora.
Paulo Sarasate.
Leão Sampaio.

Rio Grande do Norte:

José Augusto.

Paraíba:

Vergniaud Wanderley.
Argemiro Figueiredo.
João Agripino.
Plínio Lemos.
Ernani Sátiro.
Fernando Nóbrega.
Osmar de Aquino.

Alagoas:

Freitas Cavalcanti.

Sergipe:

Valter Franco.

Bahia:

Aloísio de Carvalho.
Juraci Magalhães.
Rafael Cincurá.
Nestor Duarte.
Alomar Baleeiro.

Rui Santos.

Espírito Santo:

Luís Cláudio.

Rio de Janeiro:

Prado Kelly.
Soares Filho.

Minas Gerais:

Monteiro de Castro.
Magalhães Pinto.

São Paulo:

Romeu Lourenção.
Plínio Barreto.

Mato Grosso:

Vespasiano Martins.
João Villasboas.

Paraná:

Erasto Gaertner.

Rio Grande do Sul:

Flores da Cunha.
Osorio Tuiuti.

Partido Trabalhista Brasileiro

Rui Almeida.
Baeta Neves.

Minas Gerais:

Ezequiel Mendes.

São Paulo:

Guaraci Silveira.
Pedroso Júnior.
Berto Condé.
Euzébio Rocha.

Partido Comunista do Brasil

Bahia:

Carlos Marighela.

Distrito Federal:

Maurício Grabois.

Rio de Janeiro:

Alcides Sabença.

São Paulo:

José Crispim.
Jorge Amado.
Caires de Brito.

Partido Republicano

Maranhão:

Lino Machado.

Minas Gerais:

Jaci Figueiredo.
Daniel Carvalho.

Bernardes Filho.
Felipe Balbi.

São Paulo:

Altino Arantes.

Paraná:

Munhoz da Rocha.

Partido Social Progressista

Ceará:

Stênio Gomes.

Rio Grande do Norte:

Café Filho.

Esquerda Democrática

Goiás:

Domingos Velasco.

Partido Libertador

Rio Grande do Sul:

Raul Pila.

O SR. PRESIDENTE — Achando-se presentes 125 Senhores Representantes, declaro aberta a sessão.

Passa-se à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. HUGO CARNEIRO (1.º Suplente, servindo como 2.º Secretário) procede à leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE — Nos termos do Regimento Interno, declaro aprovada a ata, ressalvada qualquer retificação escrita, que seja apresentada.

Passa-se à leitura do expediente.

O SR. LAURO MONTENEGRO (3.º Secretário, servindo como 1.º) procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE

Telegrama:

Do Senhor Presidente do Senado do Chile, transmitindo, em nome daquela entidade legislativa, desejos de crescente prosperidade e grandeza para o Brasil em sua nova etapa de vida institucional. — *Inteirada.*

Avisos:

Do Sr. Presidente do Tribunal de Apelação do Estado do Maranhão, comunicando que, em sessão plena de 17 do corrente, aprovou, por unanimidade, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Desembargador Esma-

ragdo de Freitas, Senador da República. — *Inteirada.*

— Do Sr. Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, remetendo anexo à Resolução n.º 1.026, publicada no "Diário da Justiça", de 10 do corrente, que resolveu declarar subsistente o registro do Partido Republicano Democrático. — *Ao requerente.*

— Do Sr. Ministro da Fazenda, prestando informações solicitadas pelo Requerimento n.º 291, de 1948, de autoria do Sr. Deputado José Augusto. — *Ao requerente.*

— Do Sr. Ministro da Justiça, prestando informações solicitadas pelo Requerimento n.º 378 de autoria do Sr. Munhoz da Rocha. — *Ao requerente.*

— Do Sr. Ministro do Trabalho, prestando informações solicitadas pelo requerimento n.º 15 de autoria do Senhor Deputado Café Filho, anexando uma cópia das informações prestadas pelo Departamento Nacional de Imigração. — *Ao requerente.*

Abaixo-assinado:

De pecuaristas do Brasil Central, congratulando-se e agradecendo à Assembleia Constituinte a solução que deu ao caso da pecuária nacional. — *Inteirada.*

O SR. PRESIDENTE — O Senhor Guaraci Silveira envia à Mesa a seguinte:

RETIFICAÇÃO

Faço à douta Comissão de Emendas de Redação, a seguinte ponderação:

Apresentei a emenda n.º 91, propondo a modificação do n.º do parágrafo 1.º do artigo 70, que deveria passar a 2.º porque se referia a "o decêndio" antes de se referir aos dez dias, depois dos quais o silêncio do Presidente da República importaria em sanção.

Também apresentei a emenda n.º 90, propondo a ordem lógica do art. 85, de modo a figurar a penalidade "sob pena de perda do cargo" no final do artigo, e não como inciso, tal como se encontrava em todas as edições do votado, incluindo a última.

As duas emendas, além de outras, foram aceitas, os textos foram corrigidos, tal qual minha proposta, mas as emendas não figuram entre aquelas que a Comissão deu como aceitas em parte ou totalmente.

Sala das Sessões, 19 de setembro de 1948. — *Guaraci Silveira.*

O SR. PRESIDENTE — O Senhor Asdrubal Soares envia à Mesa o seguinte discurso para ser dado como lido:

Sr. Presidente:

Não atrairia a atenção desta Assembléa para o assunto de que vou me ocupar, se não fôra a necessidade de responder, no mesmo ambiente, às declarações do Senador Henrique Novais, contidas em seu discurso proferido a 12 do corrente.

Declara o Senador Henrique Novais que o Exmo. Sr. Interventor Aristides Campos, se apossando de um trabalho seu sobre limites entre o Espírito Santo e Minas Gerais, leu-o numa solenidade, tecendo considerações tendenciosas.

O Interventor capichava não se apoderou de nenhum trabalho sobre limites pertencente ao Senador Novais. A verdadeira versão sobre o caso é a que se segue: — O Senador Henrique Novais elaborou uma fórmula de acôrdo sobre limites entre os Estados referidos, procurando solução conciliatória.

Entregou-me nos primeiros dias de agosto findo o seu estudo, pedindo-me a opinião sobre o mesmo, depois de declarar-me que já o havia submetido a apreciação dos demais companheiros de representação. Lemos o seu trabalho e opinamos contra o que nele se consubstanciava, pelo menos eu, o Senador Atilio Vivacqua e o Deputado Paulo Resende, por considerarmos o laudo do Serviço Geográfico do Exército a solução definitiva, e porque, mesmo que assim não pensassemos, não possuíamos nós, representantes federais, mandato para decidir sobre fronteiras do Estado, sobretudo, quando estávamos a dois passos de constituirmos os seus órgãos representativos da soberania popular.

Dias após vimos saber que o Senador Henrique Novais entregara seu trabalho a representantes mineiros nesta Assembléa.

Indagamos a S. Ex.^a se era verdadeiro que assim acontecera e sua resposta foi afirmativa.

O trato da causa pública não pode ser elaborado em sigilo, senão quando necessidades de ordem superior impõem tal resguardo, em benefício de seu próprio sucesso.

Sendo o Senador Novais um representante do Espírito Santo nesta Assembléa, ao sair de suas mãos para

mãos mineiras um trabalho em que se contem uma fórmula de acôrdo entre os Estados de Minas e Espírito Santo para o seu dissídio de limites, é óbvio que dos demais representantes espiritosantenses, como ainda de seu Interventor, se exigia uma atitude que refletisse seu pensamento sobre a matéria.

E a atitude que adotamos foi a de levar ao conhecimento do Interventor Aristides Campos os acontecimentos, sem intuitos de outra natureza, senão fazê-lo participante de responsabilidades inerentes à função que vem exercendo.

No despacho telegráfico enviado ao Sr. Aristides Campos relatamos os pontos principais da fórmula do Senador Henrique Novais, sem declarar que o seu estudo continha a idéia de se retirar a emenda n.º 3.682 oferecida ao texto das Disposições Transitórias da Constituição, que entregava ao Serviço Geográfico do Exército a demarcação da linha de fronteiras descrita em seu laudo.

Não houve, ois, de nossa parte, nenhum intuito de rebuscar elementos para considerações tendenciosas. Por engano, porém, nos referimos à constituição da Companhia que o trabalho do ilustre Senador Novais idellizou para exploração do pórtio de Vitória, atribuindo ao Estado de Minas Gerais 51 por cento das ações, quando realmente êle previa 51 por cento para o Espírito Santo, 25 por cento para Minas e 24 por cento para a Companhia Vale do Rio Doce. Esse engano foi, entretanto, prontamente retificado.

São verdades incontestáveis porém: — 1.º Que o Senador Henrique Novais elaborou um trabalho, em que se contem uma fórmula de acôrdo entre os Estados do Espírito Santo e Minas Gerais sobre seus limites ao norte do Rio Doce com as seguintes bases:

a) Retirada da emenda n.º 3.682 da Comissão Constitucional;

b) traçado de uma linha lideira, em que o Espírito Santo perderia de 2 a 3 mil quilômetros quadrados;

c) constituição de uma companhia para explorar o pórtio de Vitória, da qual seriam acionistas o Espírito Santo, Minas Gerais e a Companhia Vale do Rio Doce, com as participações de capitais nas proporções, respectivamente, de 51 por cento, 25 por cento e 24 por cento;

da criação em Vitória de condições especiais para a localização e atividades mineiras.

E' incontestável ainda que o Senador Novais entregou-me seu estudo para ler, pedindo-me minha opinião sobre o mesmo.

Que me manifestei contrário ao conteúdo de seu trabalho;

Que o Senador Novais declarou-me haver entregue a representantes mineiros o seu estudo.

Parece que o exposto não pode sofrer contestação, porque o próprio Senador Novais declara em seu discurso e nos telegramas que o mesmo contém:

1.º Que mostrou a alguns amigos mineiros seu estudo sobre limites entre Espírito Santo e Minas;

2.º Que a aprovação do laudo do Serviço Geográfico do Exército não significaria que nós, espirito-santenses, reclamássemos toda a área, e que pelo menos, ele assim não o faria.

Os homens públicos vivem pereneamente no banco dos réus e a opinião vigia os seus passos como os seus próprios interesses.

Não há, pois, como fugir a esses julgamentos e suas responsabilidades não decorrem, apenas, de atividades em prejuízo da causa pública, como ainda de atitudes passivas ante erros que se pretendam cometer.

Dai a nossa participação no enredo em exame; daí a necessidade de envolver o Exmo. Sr. Interventor Federal nos acontecimentos, porque não comungamos com a opinião do Senador Novais, considerando descabida a intromissão do Sr. Aristides Campos na questão referida, por ser ele uma autoridade provisória, sem mandato eleitoral.

O Sr. Aristides Campos, se não é, realmente, detentor de um cargo eletivo, encarna, no momento, a figura do chefe do Estado, cuja posição não lhe chegou às mãos por magia qualquer, senão pelas credenciais de ter merecido a confiança do Exmo. Sr. Presidente da República para o mister dessa alta função. E a delegação dessa investidura não poderá deixar de ser a defesa dos interesses do Estado.

E' ele um cidadão perfeitamente a altura dessas responsabilidades e, entre os seus títulos, pode arrolar aquele de ter merecido o apelo de toda a representação de seu partido na Assembléa Constituinte, inclusive do Senador Novais.

Se posteriormente não pode colher a simpatia unânime desses representantes, foi porque sua formação moral de grande democrata não se subordinou aos processos ditatoriais da vontade e do pensamento político predominante até 29 de outubro.

Da atuação do Sr. Aristides Campos na Interventoria de nosso Estado dizem, em seu favor, as poucas acusações de seus antagonistas de hoje, onde se relacionam como erros de seu governo algumas nomeações e transferências de funcionários com versão as mais inverídicas.

Não se diz que o Interventor Campos tem o acolhimento dos próprios partidos adversos; não se diz que se trata de um cidadão tolerante e profundamente dedicado aos interesses do Estado e do seu povo; não se diz que se trata de pessoa cujas virtudes foram temperadas nas mais árduas lutas políticas do Estado, de cuja participação nas hostes da situação dominante não se pode duvidar que tenha atendido a profundas razões de convicção própria, batalhador incansável que foi sempre das liberdades públicas e dos mais elevados princípios democráticos.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do expediente.

Comparecem mais 179 Senhores Representantes:

Partido Social Democrático

Amazonas:

Alvaro Mala.
Valdemar Pedrosa.
Leopoldo Peres.

Pará:

Magalhães Barata.
Alvaro Adolfo.
Duarte de Oliveira.
Lameira Bittencourt.
Carlos Nogueira.
Rocha Ribas.

Maranhão:

Crepéri Franco.
Vitorino Freire.
Odilon Soares.
Luís Carvalho.
José Neiva.
Afonso Matos.

Piauí:

Renault Leite.

Ceará:

Frota Gentil.
Raul Barbosa.

Rio Grande do Norte:

Georgino Aveilino.
Dioclecio Duarte.

Paraíba:

Samuel Duarte.
José Joffil.

Pernambuco:

Novals Filho.
Etelvino Lins.
Jarbas Maranhão.
Oscar Carneiro.
Costa Pôrto.
Ulysses Lins.
Ferreira Lima.
Barbosa Lima.

Alagoas:

Silvestre Péricles.
José Maria.
Antonio Mafra.

Sergipe:

Leite Neto.

Bahia:

Lauro Freitas.
Regis Pacheco.
Vieira de Melo.
Eunápio de Queiroz.

Espírito Santo:

Atilio Vivaqua.
Vieira de Rezende.
Alvaro Castelo.
Asdrubal Soares.

Distrito Federal:

Jonas Correia.
José Romero.

Rio de Janeiro:

Pereira Pinto.
Amaral Peixoto.
Eduardo Duvivier.
Carlos Pinto.
Brígido Tinoco.

Minas Gerais:

Levindo Coelho.
Juscelino Kubitschek.
Rodrigues Seabra.
Pedro Dutra.
João Henrique.
Christiano Machado.
Wellington Brandão.
José Alkmim.

Gustavo Capanema.
Celso Machado.
Lair Tostes.

São Paulo:

Gófrede Teles.
Novell Júnior.
Antônio Feliciano.
César Costa.
Martins Filho.
Costa Neto.
Sílvio de Campos.
José Armando.
Horácio Lafer.
Ataliba Nogueira.
João Abdala.
Sampaio Vidal.
Machado Coelho.
Batista Pereira.

Goiás:

Pedro Ludovico.
Diogenes Magalhães.
Calado Godói.

Mato Grosso:

Ponce de Arruda.
Argemiro Flalho.
Martiniano Araújo.

Paraná:

Munhoz de Melo.
Lauro Lopes.
Aramis Ataíde.

Santa Catarina:

Otacílio Costa.
Roberto Grossembacher.
Rogério Vieira.

Rio Grande do Sul:

Ernesto Dornelles.
Gaston Englert.
Adroaldo Costa.
Brochado da Rocha.
Elói Rocha.
Teodomiro Fonseca.
Antero Leivas.
Sousa Costa.
Glicério Alves.
Nicolau Vergueiro.
Pedro Vergara.
Herofilo Azambuja.
Bayard Lima.

União Democrática Nacional

Pará:

Agostinho Monteiro.
Epilogo Campos.

Maranhão:

Antenor Bogéia.

Piauí:

Matias Olímpio.
Adelmar Rocha.

Ceará:

Plínio Pompeu.
Gentil Barreira.
Beni Carvalho.
Egberto Rodrigues.
Fernandes Teles.
José de Borba.
Alencar Araripe.
Edgard de Arruda.

Rio Grande do Norte:

Ferreira de Souza.
Aluisio Alves.

Paraíba:

Adalberto Ribeiro.
João Ursulo.

Pernambuco:

Lima Cavalcanti.
Alde Sampaio.
João Cleofas.
Gilberto Freire.

Alagoas:

Mário Gomes.
Rui Palmeira.

Sergipe:

Leandro Maciel.
Heribaldo Vieira.

Bahia:

Octavio Mangabeira.
Manuel Novais.
Luís Viana.
Clemente Mariani.
Dantas Júnior.
João Mendes.
Alberico Fraga.

Distrito Federal:

Hamilton Nogueira.
Euclides Figueiredo.
Jurandir Pires.

Rio de Janeiro:

Romão Júnior.
José Leomil.

Minas Gerais:

José Bonifácio.
Gabriel Passos.
Milton Campos.
Lopes Cançado.
Licurgo Leite.

São Paulo:
Paulo Nogueira.

Toledo Piza.
Aureliano Leite.

Goiás:

Jales Machado.

Mato Grosso:

Dolor de Andrade.
Agrícola de Barros.

Santa Catarina:

Tavares d'Amaral.
Tomás Fontes.

Partido Trabalhista Brasileiro

Bahia:

Luís Lago.

Distrito Federal:

Benjamin Farah.
Vargas Neto.
Gurgel do Amaral.
Segadas Viana.
Benício Fontenele.
Antônio Silva.
Barreto Pinto.

Rio de Janeiro:

Abelardo Mata.

Minas Gerais:

Leir Santos.

São Paulo:

Romeu Fiori.

Paraná:

Melo Braga.

Rio Grande do Sul:

Arthur Fischer.

Partido Comunista do Brasil

Pernambuco:

Gregório Bezerra.
Agostinho Oliveira.
Alcêdo Coutinho.

Distrito Federal:

Carlos Prestes.
Batista Neto.

Rio de Janeiro:

Claudino Silva.

São Paulo:

Osvaldo Pacheco.

Rio Grande do Sul:

Abílio Fernandes.

Partido Republicano

Pernambuco:

Souza Leão.

Sergipe:

Durval Cruz.

Amando Fontes.

Minas Gerais:

Mário Brant.

Arthur Bernardes.

Partido Social Progressista

Pará:

Deodoro de Mendonça.

Bahia:

Teódulo Albuquerque.

São Paulo:

Campos Vergal.

Partido Democrata Cristão

Pernambuco:

Arruda Câmara.

Esquerda Democrática

Distrito Federal:

Hermes Lima.

O SR. PRESIDENTE — Nos termos do artigo 3.º das Disposições Constitucionais Transitórias, reúne-se hoje a Assembléa Constituinte para fixar os vencimentos do Presidente e do Vice-Presidente da República, durante o período recém-iniciado.

Dissolvida a Comissão Constitucional, tendo as demais comissões atribuições restritas a determinados objetivos e não estando o assunto regulamentado, deliberou a Mesa elaborar um Projeto de Resolução e submetê-lo à apreciação do plenário.

Assim procedendo, pretende apenas abrir o caminho a sugestões, emendas ou substitutivos. Reproduzir norma do passado, visando provocar o pronunciamento da Casa.

Vou proceder à leitura do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO

O Presidente da Assembléa Constituinte, nos termos do art. 3.º do Ato das Disposições Transitórias promulga, a fim de que produza todos os efeitos legais, a seguinte Resolução:

Art. 1.º — Os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da Repú-

blica, no período presidencial de 1946 a 1951, são fixados em Cr\$ 40.000,00 e Cr\$ 20.000,00 mensais, respectivamente.

Art. 2.º — São fixados em Cr\$ 15.000,00 e Cr\$ 5.000,00 as verbas mensais destinadas à representação do Presidente e do Vice-Presidente da República, respectivamente.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE — Devo informar aos Srs. Representantes que a Comissão de Polícia tomou por base o subsídio fixado para 1930, quando o Presidente da República percebia vinte mil cruzeiros e a verba de representação era de dez mil cruzeiros mensais.

Acentuou-se que o subsídio devia ser alterado para reajustar-se ao momento atual, aguardando-se a devida proporção relativamente ao dos Representantes do povo, que de seis mil cruzeiros passou para quinze mil.

Não duplicamos a verba de representação; apenas a aumentámos de dois mil cruzeiros, isto é, a Comissão propõe que seja de cinco mil cruzeiros.

Essa a fundamentação que a Comissão traz à Assembléa, deixando-lhe a última palavra sobre o assunto.

Não passa, portanto, esta indicação de mera provocação do pronunciamento da Casa, que pode alterar profundamente ou radicalmente seus termos sem que, com isso, possa haver o menor vislumbre de ressentimento.

S. Ex.ª o Sr. Representante Acúrcio Tórres, sublíder — e permita-me S. Ex.ª que, já agora, diga líder do P. S. D....

O Sr. Acúrcio Tórres — Obrigado a V. Ex.ª.

O SR. PRESIDENTE — ...visto como o nosso nobre colega Senhor Nereu Ramos perdeu ontem seu mandato deixando de ser o condutor dos nossos trabalhos — mandou à Mesa o seguinte:

Requerimento de Urgência

Requeiro urgência para discussão e votação do projeto da Comissão de Polícia, fixando os subsídios e a representação do Sr. Presidente e Vice-Presidente da República.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1946. — Acúrcio Tórres.

O SR. PRESIDENTE — Submeterei à Casa primeiramente o pedido de urgência.

O SR. BARRETO PINTO — Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Só está em discussão o requerimento de urgência.

O SR. BARRETO PINTO — *(Pela ordem)* — Minha questão de ordem cifra-se em saber se o projeto terá uma só discussão. V. Ex.^a anunciou a urgência, o que dá a entender que o projeto já tem curso regular. Desejo saber se a discussão é única, porque tenciono apresentar uma emenda.

O SR. PRESIDENTE — Por enquanto estamos tratando somente da urgência.

O SR. BARRETO PINTO — Perfeitamente. Votarei a favor da urgência — declaro-o desde logo. E aguardo o resposta de V. Ex.^a à minha questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE — Os Senhores, que aprovam o requerimento de urgência para imediata discussão e votação do projeto de resolução, queiram levantar-se *(Pausa)*.

Está aprovado.

Na forma da praxe pois que o Regimento não cogita da hipótese, submeto à discussão a proposição, que li.

O SR. BARRETO PINTO — Sr. Presidente, peço a palavra, já que o momento é oportuno.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra sobre a projeto o Sr. Barreto Pinto.

O SR. BARRETO PINTO (*) — Sr. Presidente, acaba V. Ex.^a de anunciar, uma vez que a Assembléa concedeu a urgência, a proposição que fixa os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República, para o primeiro período constitucional.

Segundo a sugestão da Mesa, tais subsídios serão de 40.000 cruzeiros, com mais 15.000 de representação, para o Presidente da República; e 20.000 cruzeiros, com mais 5.000 de representação, para o Vice-Presidente da República.

Sem que isto signifique desejo de agradar ao Presidente da República, a quem não cortejo, nem ao Vice-Presidente da República, a quem admiro, não posso, entretanto, deixar

de oferecer uma emenda, pois não compreendo como o primeiro Magistrado da Nação só tenha 15.000 cruzeiros de representação, quando nela se subentendem tôdas as despesas de ordem pessoal.

Se estabelecermos confronto com qualquer das Repúblicas da América do Sul, constataremos que seus Presidentes recebem subsídios sensivelmente superiores aos propostos pela Comissão de Polícia, quanto ao nosso País.

Não tenho dúvida, pois, em oferecer à Assembléa — e o faço com consciência, porque ainda me recordo de haver sido o Sr. Deputado Acúrcio Torres, há dez anos, o autor de emenda mandando atribuir ao cargo de Presidente da República o subsídio de 50.000 cruzeiros — em propor que se eleve para 20.000 o total da representação.

Os nobres Representantes não ignoram que cargos públicos existem em que os respectivos titulares percebem vencimentos muito superiores aos arbitrados para o Chefe da Nação.

Proponho, igualmente, quanto ao Vice-Presidente da República, a elevação de 5.000 para 10.000 cruzeiros, e isto não representa, absolutamente, exagero, sabida como é a grande representação a que está sujeito o detentor desse alto cargo, em nosso regime.

É uma contribuição sincera que presto, atendendo à circunstância de que essas verbas sejam efetivamente aplicadas em representação.

Tenho a honra de enviar a V. Ex.^a Sr. Presidente, a emenda em questão. *(Muito bem)*.

O orador envia a seguinte

EMENDA

Ao art. 2.^o onde se lê "15.000 cruzeiros" diga-se "20.000 cruzeiros" e onde se lê: "5.000 cruzeiros" diga-se: "10.000 cruzeiros". — *Barreto Pinto*.

O SR. ACÚRCIO TORRES (*) *(Pela ordem)* — Sr. Presidente, o nobre Deputado Sr. Barreto Pinto apresenta emenda modificativa do projeto que V. Ex.^a, na qualidade de Presidente da Comissão de Polícia, acaba de oferecer ao exame e voto do plenário, no tocante à fixação do subsídio do Presidente e do Vice-Presidente da República, e das respectivas representações.

(*) Não foi revisto pelo orador.

De fato, Sr. Presidente, o encarecimento da vida tem obrigado à majoração de subsídios e vencimentos; justo é que aos antigos subsídios dos Presidente e Vice-Presidente da República haja um acréscimo, fixando-se, assim, o que devam perceber atualmente o detentor do Poder Executivo Federal e seu substituto eventual.

Há necessidade, Sr. Presidente, dessa elevação; mas quero crer que a Assembléa no momento se inclina pela aprovação do projeto nos termos em que V. Ex.^a o apresentou, por isso que resultante de acurados estudos por parte dos ilustres membros da Mesa.

Ora, Sr. Presidente, o aumento do subsídio do Presidente da República de cem por cento, e a elevação de mais de cem por cento na representação parecem-nos razoáveis para a remuneração que a Nação deve ao seu grande servidor. O mesmo fato se dá com o subsídio do Vice-Presidente da República, que o projeto aumenta também de cem por cento, atribuindo-lhe, ainda, a representação de Cr\$ 5.000,00.

Sei, Sr. Presidente, como toda a Assembléa o sabe, quão delicada é a questão, já, e principalmente, por envolver matéria de dinheiro, de remuneração, de subsídio das duas mais altas autoridades da República.

A Câmara e o Senado, de acordo com a Constituição, têm de fixar o subsídio de seus membros, ao fim de uma legislatura, para a seguinte. Não lhes é detoso, contudo, modificar a remuneração do Presidente e do Vice-Presidente da República, no curso da mesma legislatura. Por isso, pediria aos nobres colegas de representação nacional, sem distinção de partidos, que votássemos integralmente o projeto da Mesa. Se os dias do futuro vierem a nos mostrar a necessidade de melhoria nesses subsídios, estou certo de que, então, a majoração será feita. Por enquanto, Sr. Presidente, devemos ficar no projeto da Mesa que eleva de cem por cento esses subsídios.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem.*)

O SR. PRESIDENTE — Continua a discussão do projeto e da emenda.

Ninguém pedindo a palavra, declaro-a encerrada.

Os Senhores, que aprovam a proposição, salvo a emenda do Sr. Deputado Barreto Pinto, queiram levantar-se. (*Pausa.*)

Está aprovada.

Os Senhores, que aprovam a emenda do Sr. Deputado Barreto Pinto, queiram levantar-se. (*Pausa.*)

Está rejeitada.

O SR. ACURCIO TORRES (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, requeiro a V. Ex.^a dispensa de impressão do projeto, a fim de que, hoje mesmo, possamos ultimar a votação da redação final.

O SR. PRESIDENTE — Não tendo havido alteração no projeto, a Comissão de Polícia propõe, como redação definitiva, a que apresentou anteriormente, sob forma de sugestão ao plenário. (*Muito bem.*)

Os Srs. Representantes, que aprovam a redação do Projeto de Resolução n.º 2, de 1946, como foi oferecida pela Mesa, queiram levantar-se. (*Pausa.*)

Está aprovada.

O SR. CAFÉ FILHO (*) (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, em sessão anterior à promulgação da Constituição, encaminhei à Mesa um requerimento, no sentido de se oficializar ao Sr. Presidente da República, solicitando a S. Ex.^a o texto do último Decreto-lei e o seu número, para, presente à Assembléa, fôsse ele incorporado aos Anais, como elemento histórico do encerramento da ditadura no Brasil.

Não tenho conhecimento se V. Ex.^a recebeu do Poder Executivo a comunicação, de que constassem o texto e o número do último decreto-lei.

Em questão de ordem que levantei em sessão, também anterior à promulgação da Carta Magna, V. Ex.^a informou ao Deputado que neste momento ocupa a tribuna, ter oficiado à Presidência da República, pedindo o texto do decreto-lei e seu número.

Até o presente momento não tenho ciência se o Poder Executivo atendeu à Mesa da Assembléa Constituinte. O *Diário Oficial*, de 17 de setembro de 1946, último dia da ditadura, publica diversos decretos assinados naquela ocasião, sendo o derradeiro o de n.º 9.908, desse mesmo dia, que declara feriado nacional o dia 18 de setembro deste ano.

Não sei, Sr. Presidente, se Vossa Excelência tem outra comunicação do Poder Executivo, relativamente a outro número. As leis têm sua vigência regulada na Lei de Introdução do Código Civil; elas vigoram da data de sua publicação.

(*) Não foi revisto pelo orador.

O Poder Executivo, até o momento da votação da Constituição democrática, exerceu cumulativamente os Poderes Executivos e Legislativos. Penso que esse expediente de 17 de setembro, publicado no *Diário Oficial* do mesmo dia, deve ser o último relativo a decretos-leis, traço característico da ditadura brasileira.

A questão de ordem que formulei a V. Ex.^a é a seguinte: o Poder Executivo comunicou a V. Ex.^a o texto e o número do último decreto-lei que vai ser incorporado aos Anais da Assembléia Constituinte, como elemento histórico da ditadura no Brasil? (*Muito bem, muito bem.*)

O SR. PRESIDENTE — Informo a V. Ex.^a, que o ofício já foi remetido, não me tendo chegado às mãos, até o presente momento, a resposta.

Havia prometido que, findo o objetivo da sessão, daria a palavra aos Srs. Representantes, que dela quizessem fazer uso.

Concedo-a ao Sr. Representante Pinto Aleixo, para uma explicação pessoal.

O SR. PINTO ALEIXO (*Para explicação pessoal*) — Sr. Presidente, devo, a V. Ex.^a, bem como à Casa e, sobretudo, aquêles que me elegeram Representante da Bahia, uma explicação, que, conforme meu hábito, dou com toda franqueza.

Trata-se, Sr. Presidente, de incidente ocorrido neste augusto recinto, no momento em que era promulgada a nossa Carta Constitucional.

V. Ex.^a e os nobres Representantes sabem mais do que ninguém como ficaram repletos este recinto, as tribunas e mesmo as escadarias nobres deste edifício. Todos somos testemunhas das dificuldades que V. Ex.^a teve, a fim de conduzir os nossos trabalhos; é que, quantitativamente, a Casa estava de tal modo cheia que os Srs. Constituintes tinham dificuldade em chegar à Mesa para apôrem suas assinaturas no histórico documento. Explica-se essa ocorrência: o entusiasmo patriótico de nossa gente por ver, afinal, realizado um grande sonho, fez com que uma verdadeira maré montante trouxesse para este recinto, zombando das malhas da rede da vigilância estabelecida pela polícia da Casa, o que a preamar sempre traz — areia fina, areia grossa e cascalho.

Fomos todos testemunhas dos pequenos incidentes aqui verificados, os

quais, só concorreram para empanar o brilho daquele magnífico espetáculo por todos nós presenciado. Havia cascalho, Sr. Presidente, fazendo às vezes de areia fina; homens e senhoras travestidos de cavalheiros e damas, que aqui estavam, da sociedade, que não guardavam uma atitude digna do mundo em que se encontravam.

Todos quantos me conhecem, sabem perfeitamente do grande respeito que tributo à mulher brasileira, qualquer que seja sua condição social. Sou dos que pensam que numa senhora nem como uma flôr se bate. Seria incapaz, por consequência, de ser o herói daquela notícia que um dos jornais de maior circulação nesta Capital, com grande surpresa minha, estampou em suas colunas na edição de ontem. Essa surpresa é tanto maior quanto se trata de jornal, via de regra, bem informado e no qual prontificam dois diletos amigos meus: — Paulo Blitencourt e Paulo Filho.

Tal incidente não teria maior significação, não fosse a notícia tendenciosa que se publicou a respeito e teria mesmo fugido, por completo, da nossa memória, para só guardarmos, daquêle dia, o grande regosijo que sentimos transbordar da alma nacional.

Não quero, Sr. Presidente, entrar em maiores detalhes. V. Ex.^a bem o compreenderá. Não se assistia, de fato, o direito de estar pollicando o recinto; à vista, entretanto, dos ostensivos e airontosos apupos dirigidos a vários Senhores Representantes, confesso que não me pude conter e observei, com toda delicadeza, a uma pessoa que estava na tribuna da imprensa. Infelizmente foi baldado meu esforço; não consegui fazer mudar de intento a uma senhora, que continuou a apupar; dei-lhe, então, que corresse seu destino e fosse colhida pela nossa polícia, inteiramente inoperante naquêle dia.

Para rematar esta explicação, desejo terminar proferindo uma palavra de homenagem à dama de nossa sociedade — sociedade que me viu nascer, onde me criei, na qual me habituei a reconhecer as peregrinas virtudes da mulher brasileira, com especialidade da mulher carioca — para essa dama, objeto de toda minha maior admiração. Deixo aqui consignado meu profundo respeito e admiração à mulher brasileira a qual desejo simbolizar na pessoa da

Exma. Sra. Dona Gení Gomes, muito digna progenitora de meu dileto amigo, o Major Brigadeiro Eduardo Gomes, senhora essa de quem se procurou aproximação esse desagradável incidente, e para talvez turvar velha e sólida amizade — *(Muito bem. Palmas).*

O SR. HENRIQUE DE NOVAIS — Sr. Presidente, peço a palavra para apresentar um requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Representante

O SR. HENRIQUE DE NOVAIS — Sr. Presidente, pedi a palavra para apresentar à Mesa o seguinte requerimento em que proponho seja dada à grande Avenida recentemente aberta nesta Capital o nome de "Avenida 18 de Setembro".

REQUERIMENTO

Requeremos seja sugerida à Prefeitura Municipal do Distrito Federal dê-se à grande Avenida moderna, que, em prolongamento da antiga Avenida do Mangue se estenderá, inclusive essa, da Ponte dos Marinheiros até à futura Avenida Perimetral, a denominação de

AVENIDA 18 DE SETEMBRO

(Constituição de 1946)

em comemoração do grande dia do reingresso do Brasil no regime democrático.

Sala das sessões, 20 de setembro de 1946.

Henrique de Novais.
Egberto Rodrigues.
Luiz Claudio.
Plínio Pompeu.
Edgard de Arruda.
Munhoz da Rocha.
Goni Júnior.
Manuel Novais.
Carlos Lindenberg.
Paulo Sarasate.
Alvaro Castelo.
Hamilton Nogueira.
Caires de Brito.
Osorio Tuluti.
Raul Pila.
Campos Vergal.
Erasto Gaertner.
Carlos Prestes.
Gregorio Bezerra.
Oswaldo Pacheco.
Agostinho Oliveira.
Abilio Fernandes.
Gentil Barreira.

Lino Machado.
Matias Olímpio.
José Candido Ferraz.
Felipe Balbi.
Plínio Pompeu.
Ernani Satiro.
Claudino Silva.
Alcides Sabença.
Alcêdo Coutinho.
José Crispim.
Batista Neto.

Transmita-se ao Sr. Prefeito

Peço a esta augusta Assembléa, nos últimos momentos de sua atividade constitucional, não empreste ao requerimento, ora em apreciação, nenhum intento partidário, nem tampouco um impulso de natureza pessoal. Visamos, com ele, tão somente, solicitar, numa delicada sugestão à Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, uma providência no sentido de se perpetuar, de maneira perene, a data de promulgação da nossa quinta Carta Magna.

Fazendo-lo obedecendo aos impulsos de uma convicção patriótica e de uma fé inabalável nos destinos da nossa pátria.

Para nós, o dia 18 de setembro é um marco memorável a assinalar uma nova fase da vida nacional e do progresso político e material do Brasil, como o foram 7 de Setembro, com a nossa independência, e 15 de Novembro com a proclamação da República.

Não há de ser, pois, com uma simples recordação anual de um feriado nacional, como era o 24 de fevereiro, ou com um monumento perdido na vastidão da metrópole imensa, que se há de gravar na memória de nossa geração e impor à lembrança das que nos sucederem. Escrevendo, entretanto, a data auspiciosa, na denominação da maior e mais movimentada artéria moderna da cidade, fa-la-emos recordada permanentemente a todos os que, brasileiros ou estrangeiros, a percorrerem, quer aqui vivam, quer por aqui transitem, por ser a via de acesso às estações ferroviárias, a se prolongar nos caminhos que demandam o interior do país; além de atrativo urbanístico de realce por sua extensão, largura e suntuosidade.

Diz-nos-ão já se lhe haver aposto outra denominação; mas o nome do chefe de governo assim homenageado, em vida, já está gravado numa das mais importantes praças da urbs, precisamente aquela fronteira ao palácio do Senado Federal, e tem para

recordá-lo as inúmeras realizações que, aqui, alhures, marcam as realizações do governo extinto a 29 de outubro do ano passado.

Dentro dêste espírito de são patriotismo e de estrita justiça, pedimos a Assembléa a sua honrosa aprovação para a sugestão contida no requerimento em aprêço. (*Muito bem, muito bem. Palmas.*)

O SR. BARETO PINTO — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Representante.

O SR. BARRETO PINTO (*) (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, ouvi com a maior atenção, como aliás procedo em relação a todos os ilustres Srs. Representantes que ocupam a tribuna, a leitura do requerimento formulado pelo nobre Senador do Estado do Espírito Santo, Sr. Henrique de Novais.

Ocorre-me, porém, a dúvida que vou expor.

Estamos, automaticamente, por força da Constituição que promulgamos, separados em Câmara e Senado. É o que diz a Carta de 18 de Setembro:

“A Assembléa Nacional Constituinte, depois de fixar o subsídio do Presidente e do Vice-Presidente da República dará por terminada a sua missão e separar-se-á em Câmara e Senado, os quais encetarão o exercício da função legislativa.”

O Sr. Pisa Sobrinho — A sessão ainda não está encerrada.

O SR. BARRETO PINTO — Sr. Presidente, peço a V. Ex.^a resolva esta questão de ordem. Depois de fixado o subsídio do Presidente e do Vice-Presidente da República, a nossa missão está terminada. Nada mais podemos votar, ou fazer, a não ser que, logo no dia imediato ao da promulgação da Constituição, já a estejamos a descumprir.

O Sr. Gurgel do Amaral — Não podemos deliberar.

O Sr. Lino Machado — V. Ex.^a, por acaso, tem dúvida sobre a soberania da Assembléa?

O SR. BARRETO PINTO — A sugestão de S. Ex.^a, o Sr. Senador Henrique de Novais, merece ser objeto de deliberação. Antecipadamente declaro que concorrerei com meu voto, prazerosamente, para aceitá-lo como

tal, a fim de ser examinada, quando a Câmara estiver funcionando normalmente.

Era a questão de ordem que desejava propor. (*Muito bem.*)

O SR. PRESIDENTE — O ilustre Representante Sr. Henrique Novais apresentou à Mesa uma sugestão, sob a forma de requerimento. Não se trata de uma deliberação.

A recomendação é no sentido de que se sugira ao Prefeito do Distrito Federal a mudança do atual nome — Avenida Presidente Vargas — para Avenida 18 de Setembro.

E', como disse, mera sugestão, que não me repugna submeter à deliberação da Assembléa, caso os Srs. Representantes não se manifestem em sentido contrário.

O SR. BARRETO PINTO (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, conquanto se trate de simples sugestão, desde que V. Ex.^a vai submeter a matéria à deliberação da Casa, haverá um pronunciamento da Assembléa.

Acho, *data venia*, embora voz isolada, que, fixados como já foram os subsídios do Presidente e Vice-Presidente da República, está terminada a nossa missão. Não podemos tomar qualquer deliberação nem a Assembléa se poderá manifestar sobre sugestão alguma.

O SR. SOARES FILHO — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Representante.

O SR. SOARES FILHO (*) (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, não vejo cabimento para qualquer questão de ordem. Está reunida a Assembléa Constituinte, que representa a Nação.

Se fossemos tomar neste instante deliberação que pudesse derogar um direito, modificá-lo ou, enfim, criar uma relação jurídica a propósito de uma classe ou mesmo do povo brasileiro, teria cabimento a questão de ordem, para que se firmasse o ponto de vista de que não estamos em condições de deliberar.

Creio, entretanto, que a sugestão para que a data da promulgação da Constituição de 1946 figure numa das Ruas desta Capital é lembrança que honra a própria Assembléa. Não há nada de mais, numa época em que a propaganda e todas as sugestões feitas

(*) Não foi revisto pelo orador.

(*) Não foi revisto pelo orador.

ao espírito público são razoáveis e úteis, em que a Assembléa Constituinte, conscia de ter cumprido seu dever, queira ver figurar em uma grande avenida desta Capital a data gloriosa de 18 de setembro. Não se trata do nome de V. Ex.^a nem de qualquer dos membros da Casa, mas simplesmente de uma data.

Nestas condições, Sr. Presidente, julgo que a sugestão apresentada pode ser votada pela Assembléa. (*Muito bem.*)

O SR. RUI DE ALMEIDA — Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Representante.

O SR. RUI DE ALMEIDA (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, não sei se V. Ex.^a já resolveu a questão de ordem levantada pelo nobre Deputado Sr. Barreto Pinto. Está em discussão o requerimento?

O SR. PRESIDENTE — Ainda não submeti à votação o requerimento, porque o Sr. Representante Barreto Pinto levantou, apenas, uma questão de ordem, que foi impugnada pelo Sr. Deputado Soares Filho.

Concedi a palavra a V. Ex.^a pela ordem.

O SR. RUI DE ALMEIDA — Então, V. Ex.^a não me ouviu. Desejo discutir o requerimento.

Acho, Sr. Presidente, que, se aprovarmos a proposta do nobre Representante Sr. Henrique de Novais, iremos rasgar a Constituição que entregamos ao Brasil.

O Sr. Gurgel do Amaral — para servir, unicamente, a um fim político. Ontem, os apupos e, hoje, esse procedimento.

O SR. RUI ALMEIDA — As "Disposições Transitórias" dizem, taxativamente, que, uma vez votado o subsídio para o Presidente e Vice-Presidente da República, a Câmara e o Senado se separarão. Além do mais, essa função não seria da Constituinte, mas da Câmara Municipal do Distrito Federal. (*Muito bem.*)

O SR. GUARACI SILVEIRA — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Representante.

O SR. GUARACI SILVEIRA (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, Srs. Cons-

tituintes, nunca me senti tão bem, nesta tribuna, com trajes eclesiásticos, do que neste momento para falar a respeito do requerimento em apreço e sobre a questão de ordem levantada pelo nobre Deputado Barreto Pinto.

Não podemos iniciar a vida democrática do país submetendo ao plenário um requerimento que importa em decisão de fundo político. Já em 1930, no meu Estado natal, vencedora a revolução, centenas de placas foram arrancadas e, mais tarde, o povo as colocou de novo em seus lugares, alterando uma disposição que não encontrou apoio em seu seio. (*Muito bem.*)

Sr. Presidente, estamos no princípio de uma vida nova, em que deveríamos fechar os nossos corações a todas as amarguras e dificuldades do passado para iniciar uma era constitucional de edificação, era de que tanto o país está precisando, principalmente no instante em que o mundo inteiro se acha convulsionado, lutando para resolver os seus mais impressionantes problemas.

O Sr. Carlos Lindenberg — Não se trata de tirar placas.

Se se cogitasse de questão pessoal, não teria assinado o requerimento. Já existe outra praça com o nome do Sr. Getúlio Vargas. Não haveria portanto necessidade de outra. Por isso assinei a sugestão. Como questão pessoal — repito — não assinaria requerimento dessa ordem, nem o teria feito meu nobre colega Sr. Senador Henrique Novais.

O SR. GUARACI SILVEIRA — Agradeço o aparte do nobre colega.

Devo, entretanto, lembrar à Assembléa, que, havendo apenas determinada matéria para ser decidida, antes de encerrarmos as nossas funções, não nos é lícito pronunciamento sobre questão de tão grande vulto como a que foi proposta.

Lembro aos nobres colegas que o Partido Trabalhista Brasileiro conta com milhares de eleitores nesta Capital. Os trabalhadores serenos, generosos, democráticos, estão atentos, esperando apenas o momento de se pronunciarem nas urnas. Nunca vieram às nossas galerias nem para aplausos nem para apupos a esta Assembléa, que viessem de qualquer maneira ferir os seus melindres: O trabalhador brasileiro, que sabe por que motivo respeita e admira os seus líderes, sabe que não poderíamos responder pelo que se passasse nesta grande Capital, porquanto, na reali-

dade esses líderes foram eleitos pela vontade do povo.

Tratando-se de matéria que não está compreendida em nossas atuais atribuições, matéria evidentemente política, pondero aos ilustres colegas que não será razoável receber a proposta para ser votada nesta Assembléa, violando, de maneira tão chocante, a Carta Constitucional, logo no primeiro dia de sua vigência.

Eram essas, Sr. Presidente, as considerações que desejava expender. (*Muito bem. Palmas*).

O SR. HENRIQUE NOVAIS — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Representante.

O SR. HENRIQUE NOVAIS (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, conforme expliquei, não tem qualquer intuito político o requerimento de minha iniciativa.

Entretanto, querem atribuir ao mesmo uma intenção política.

Nestas condições, Sr. Presidente, peço V. Ex.^a retirar do requerimento a expressão — "por deliberação desta Assembléa". Assim, ficará ele, de acordo com o artigo 4.^o, parágrafo 5.^o, do Regimento Interno, sujeito simplesmente à deliberação da Mesa. (*Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE — Senhores Representantes, o texto constitucional efetivamente é categórico. Diz que fixado o subsídio dos Srs. Presidente e Vice-Presidente da República, estará encerrada a atividade da Assembléa Constituinte. Tenho para mim que sobre nada mais pode deliberar, além dessa matéria. (*Muito bem. Palmas*). Devo comunicar existirem sobre a mesa dois requerimentos que, por esse motivo, deixo de receber. (*Palmas*).

O SR. PRADO KELLY — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Representante,

O SR. PRADO KELLY (*Pela ordem*) — Peço a V. Ex.^a Sr. Presidente, me esclareça quais os requerimentos que estão sobre a mesa, porque tenho para mim que as moções congratórias podem ser votadas sem qualquer ofensa à Constituição. (*Muito bem*).

O SR. PRESIDENTE — Tenho sobre a mesa os seguintes requerimentos:

REQUERIMENTO

Requeremos a V. Ex.^a que, consultada a Casa, seja consignado nos anais da Assembléa Nacional Constituinte voto de gratidão pelos relevantes serviços prestados à direção e orientação dos trabalhos da mesma pelo seu ilustre Presidente, Dr. Fernando Melo Viana, e pelos membros da Mesa.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 1946. — *Góis Monteiro*. — *Medeiros Neto*.

REQUERIMENTO

Requeremos que a Assembléa Nacional Constituinte manifeste seu regozijo pela inauguração do trecho remodelado da Estrada de Ferro Vitória a Minas, entre Fundão e Cavalinho, executado pela Companhia Vale do Rio Doce, sob o atual Governo, e que assinala um acontecimento de alta relevância para o futuro do Vale do Rio Doce e para a vida econômica do País.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1946. — *Vieira de Rezende*. — *Eurico Sales*. — *Atilio Vivaqua*. — *Asdrubal Soares*. — *Luís Cláudio*. — *Alvaro Castelo*. — *Ari Viana*. — *Henrique Novais*. — *Carlos Lindenberg*.

REQUERIMENTO

Requeremos que se consigne na ata dos nossos trabalhos um voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 16 do corrente mês, do Dr. Abelardo de Cerqueira César, paulista ilustre que ao seu Estado natal prestou grandes serviços como propagandista da República, como Deputado e como Senador Estadual.

Sala das Sessões, 19 de setembro de 1946. — *Altino Arantes*. — *Novelli Júnior*. — *Aureliano Leite*. — *Pedroso Júnior*. — *José Alves Palma*. — *Honório Monteiro*. — *Toledo Pisa*. — *Jorge Amado*. — *Ataliba Nogueira*. — *João Abdala*. — *Horácio Lafer*. — *Bertho Condé*.

REQUERIMENTO

Requeremos um voto de pesar por motivo do falecimento, em Belo Horizonte, do ilustre Engenheiro Doutor José Dantas, e que se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 1946. — *Lopes Cançado* e outros.

REQUERIMENTO

No dia em que é vetada a redação final do projeto de Constituição, a ser promulgada dentro de 48 horas, requeiro que, em sua, sejam consignados votos de saudade à memória dos grandes brasileiros que foram Prudente José de Morais Barros e Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, que presidiram as Constituintes de 1891 e de 1934.

Requeiro, igualmente, que a Assembléa se mantenha de pé, por um minuto, em silêncio, como uma justa homenagem àqueles dois dignos republicanos, e aos que tomaram parte nas duas primeiras Assembléas, que elaboraram as cartas de 24 de fevereiro de 1891 e de 16 de julho de 1934.

Sala das Sessões, em 16 de setembro de 1946. — *Edmundo Barreto Pinto.*

REQUERIMENTO

Requeiro a V. Excia.

a) Que consulte a Casa no sentido de ser consignado um voto de louvor à atuação magnífica dos funcionários da Mesa e da Comissão Constitucional e bem assim do Chefe de Segurança e do Diretor Geral, que demonstrando a consciência precisa da alta responsabilidade que lhes era cometida trabalharam com devotado patriotismo e rigorosa dedicação.

b) Que nesse voto se mencione nominalmente:

Sr. Angelo Lazary Guedes cuja probidade, zelo e inteligência só foram excedidas pela consciência do dever e pelo esforço magnífico que desenvolveu.

Sr. Oto Prazeres pela alta capacidade de suas virtudes e pela segurança intelectual no devotamento do seu trabalho.

Sr. Cid Buarque de Gusmão, pela capacidade notável de sua silenciosa atuação.

Sr. Aderbal Tavora, modelo a ser seguido.

Sr. Nestor Massena, cuja atuação ímpar na coordenação dos assuntos os mais diversos, demonstrou a segurança do seu destacado padrão intelectual.

Sr. Sílvio de Brito Sr. Silva Reis, Sra. Sílvia Elvelin Didier e Sra. Julieta Ribeiro dos Santos, que são exemplos que orgulham o quadro dos servidores do Legislativo.

Sr. Agenor Homem de Carvalho, cuja energia, calma e firmeza prudente marcaram a altura de sua missão, enobrecendo o seu trabalho.

Sr. Adolfo Gigliotti, em que difícil será distinguir o que nêle tão fielmente se confunde: a consciência de suas responsabilidades e a segurança de sua direção harmoniosa e eficiente.

Sala das Sessões 16 de setembro de 1946. — *Jurandir Pires.*

REQUERIMENTO

Requeiro que, com o assentimento do Plenário, faça V. Ex.^a constar dos Anais um voto de louvor aos funcionários, que serviram junto à Constituinte durante os trabalhos da elaboração constitucional, cujos nomes constam das listas juntas, os quais pela dedicação, inteligência e devotamento patriótico, tanto concorreram para que pudéssemos, dentro do mais breve lapso de tempo, dar ao Brasil a sua Lei Básica.

Sala das Sessões, 16 de setembro de 1946. — *João Villasboas.*

Relação dos funcionários da Secretaria da Câmara dos Deputados, que prestaram serviços à Assembléa Constituinte:

Adolfo Gigliotti.
Oto Prazeres.
Nestor Massena.
Angelo Lazary de Sousa Guedes.
Armando de Oliveira Carvalho.
Elói Pontes.
Luiz Ferreira Guimarães.
Raul de Paula Lopes.
Sílvio Correia de Brito.
Agenor Homem de Carvalho.
Francisco Tozzi Galvão.
Dácio Custódio Ferreira.
Benedita Fochi.
Rodolfo de Almeida Prado Costalat.
Benedito Henrique.
Democracino Felix.
Maria Cecília Coelho.
Rosalina de Barros Araújo Vieira.
Luiz José de Morais.
Aristeu Aquiles dos Santos.
Eduardo Jara.
Geraldo de Andrade Werneck.
Jorge Odilon dos Anjos.
José Luz de Magalhães.
José Vasques Bernardes.
Mário Alves da Fonseca Filho.
Wilson Almeida de Aguiar.
Cid Buarque de Gusmão.
Manuel Isidoro Vieira.
Mário da Fonseca Saraiva.
Pedro Pereira da Cunha.
Rui Afonseca de Alencar.
João Barbosa de Almeida Portugal.
Alberto da Rocha Camões.
Artur Dutra Barroso.

Dalila Fernandes Brasil.
Francisco Alberto da Silva Reis.
Francisco Sebastião Maestrali.
Júlia da Costa Ribeiro Pessoa
Zeferino Silva.
Amarillo de Albuquerque.
Branca Portinho de Assis.
Euterpe Maciel Soares.
Lucília Amarinho de Oliveira
Nadir de Figueiredo Martins Costa.
Sílvia Evelin Didier.
Azor Gigliotti.
Zulma Leite de Castro.
Naide Figueiredo.
Reinaldo Leão de Ortegá Barbosa.
Iná de Oliveira Santos.
Teobaldo de Almeida Prado.
Gerson da Costa Rodrigues.
Agar Maria Medeiros de Queiroga.
Lia de Castro Cavalcanti.
Luzia Portinho Serzedelo Corrêa.
Estela D'Alva Salgado Dutra.
Arnaldo Vaz Marques Pinto
Oscar Diniz Magalhães.
Gilda de Assis Republicano
Dilo Guardia de Carvalho.
Elena Simas
Zelma Moreira Guimarães
Ernesto Francisco de Assis
Angelo José Varela
Carlos Tavares de Lira
Dora Pederneiras Linnemann
Eduardo Guimarães Alves
Maria Gertrudes da Silva Reis
Maria Conceição Watzi
Paulo Rocha
Honória Ribeiro
Elias Gouveia
Luís Maria de Aboim Mac-Dowell
da Costa.
Josquim Mário Ribeiro de Albuquerque Lima.
Valetim Ferreira Filho
Cid Vellez
Maria José Barbosa
Francisco Béjar
João da Silva Baltazar
Peapeguara Brício do Vale Pereira
Sílvia Viana Freire
Válter Godinho
Ari Godinho
Alfredo Bibiano Tórrés
Antônio Celso Barroso
Arlindo Moreira Drumond
Guilherme de Sá Vinhais
Milton Godinho
Osvaldo Soares de Sousa
Samuel Teitel
Dagmar Vitorio de Oliveira Coutinho.
Cecília de Assis Almeida
Marina dos Santos Lopes
Maria José de Campos Ribeiro
Hélio Martins de Sousa

Henrique Ferreira Filho
Fábio Luis Maria Zevaco de Oliveira Carvalho.
Jovelina Mendes de Oliveira
Mozart Medeiros do Carmo
Edgar da Cruz Ferreira
Nilza Silveira Silva
Murilo Benevides de Azeredo
Viola Rosa Helena Casaccia
Anita Barbosa da Cruz
Ramoeth Cordeiro da Silva
Paulo Afonso Martins de Oliveira
Osmarina Sales de Santana Medeiros.
Maria da Glória Carpinteiro Peres
Hubert Richard Pontes
Paulo Alberto Portinho da Silva
Ester Maria Piquet Martin
Violeta Albino Nogueira
Leopoldina Buihães
Vanda da Silva Salmhofer
Alzira Muniz Teles
Mari Leite Passos
Henriqueta Paura
Lêda Machado Câmara
Sílvia Mubarak Curi
Luci Soares Maciel
Saul Toné Drumond Coelho dos Reis.
Rosália de Carvalho
Inocência de Sabóia e Silva
Téo Cordeiro da Silva
Augusto César da Costa Galvão
Julieta Angélica Gomes do Amaral
Dulce Almeida Vasconcelos
Vera Moreira Ericson.
Domingos Pinheiro Magalhães.
Erico Ferreira Pacheco.
Olavo Fernandes Galvão.
Joaquim Simões.
Alfredo Soares.
Antônio Carlos Trindade.
Amadeu Corrêa de Azevedo.
Carlos Ribeiro da Silva.
José Drumond Ribeiro.
Jair Monteiro.
João Manuel Pinto.
José Pires de Azevedo.
Manuel Honório Ferreira.
Manuel José Viçoso.
Manuel Martins Loureiro.
Romário de Moura.
Sebastião Pinto da Silva.
Antônio Gomes de Oliveira.
Américo Lemos.
Genésio Iguatemi Filho.
Osvaldo Silva de Siqueira.
Erasmio Tognetti.
Antar Mariano de Oliveira.
Abdias de Holanda Cavalcanti.
Alberto Costa Barbosa.
Daciano Iméns.
Francisco do Espírito Santo.
Gabriel de Lima Sanchez.
Jorge Leopoldina da Costa.

João da Silva Pureza.
Joaquim Gomes Farnezi.
José da Silva Braga.
Júlio Pereira Subtil.
Moisés Felinto de Oliveira.
Oscar Elias do Couto.
Simeão de Oliveira.
Virgolino da Silva Portela.
David Gomes Braga.
Abel Lopes.
Alcides Soares Botelho.
Alfredo Maurício da Silva.
Antônio Rodrigues Mira.
Armando de Miranda Dowsley.
Benjamin de Sousa.
Geraído Ferreira de Castro.
Hercílio de Mendonça.
Jerônimo Rufino de Almeida.
João Antônio de Lima.
João Bernardo do Nascimento.
Júlio Alves Simões.
Manuel Brum de Andrade.
Rubens Simões.
Valdemar Dias Braga.
Adelino Alves do Amaral Filho.
Antônio Castelo Branco.
Argemiro da Costa Bastos.
Diamantino Pereira Cordeiro.
Dejardo da Cunha Coelho.
Eliseu Freire de Carvalho.
Gedion Rodrigues Pereira.
Henrique Sampaio da Silva Filho.
Isaías Fortunato Gama.
João Araújo.
Joaquim da Costa.
José Antônio Roque de Amorim.
José Pinto Teixeira.
Nilo de Moraes Peçanha.
Salvador Eleotério.
Viterbo Villela Valença.
Wilson Carlos Caputo.
Manuel Perez Rodriguez.
Acácio da Conceição.
Adolfo Ferreira Bastos.
Alcides Martins Toledo.
Alcimaco Dutra Corrêa.
Valeriano de Sousa.
Alvaro de Castro Filho.
Alvaro Pereira Pinto.
Aloísio Gomes da Silva.
Antônio Cândido da Silva.
Antônio Cardoso de Oliveira.
Astrogildo Pinto Tourinho.
Clóvis Sereno.
Válter Panno.
Israel Rodrigues da Silva.
Jaime Dias Lima.
João Francisco da Costa.
Joaquim Gomes Farnezi Filho.
José Bernardo de Sousa.
José Tenório de Albuquerque.
Manuel de Holanda Cavalcanti.
Mariano Januário.
Nelson Noveiino.
Orlando Ribeiro Cervo.

Pedro Bispo dos Santos.
Pedro Carvalho de Almeida Filho.
David de Azevedo Silva.
Haroldo Adolfo Lemos da Silva.
Júlio da Câmara Pereira Simões.
Mário Marins.
Osvaldo Lino de Paula.
Paulo Procópio Machado.
Hercílio de Mendonça.
José Sales de Oliveira.
Joaquim José Alves.
Osvaldo José do Espírito Santo.

Names dos funcionários do Departamento dos Correios e Telegrafos que serviram desde o início dos trabalhos da Assembléia Constituinte, na APT da Câmara:

Chefe: Carlos Ferreira.

Auxiliares:

Alfredo Van Erven Filho.
Arnoso de Faria.
Alpio Cardim de Barros.
Carlos Gustavo de Sousa.
Claudionor José Cabral.
Ndefonso Caetano Vieira.
Jorge Florentino de Albuquerque.
Pedro Barroso do Rego Luna.
Silpício Rodrigues Moreira.
Tancredo Ferreira.
Ubirajara Bernardes da Gama.
Valdemar Atanásio de Oliveira.
Válter Guimarães Garcez.
Valdir Lucena Costa.

REQUERIMENTO

Requeiro a V. Ex.^a seja submetido à aprovação da Casa um voto de louvor à imprensa pela preciosa colaboração que emprestou aos trabalhos da Assembléia Constituinte.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 1946. — *Glycerio Alves*.

REQUERIMENTO

Requeiro a V. Ex.^a que se louve o esplêndido esforço despendido pelos servidores da Imprensa Nacional, que com notável eficiência cumpriu o seu dever e deram uma contribuição de alta valia à feitura material da nossa Carta Magna.

Sala das Sessões, 20-9-1946. — *Jurandir Pires*.

REQUERIMENTO

Requeiro que se consigne na ata dos trabalhos finais da Assembléia Nacional Constituinte um voto de louvor à Imprensa Nacional, a seus funcionários, particularmente, aos Srs. Demétrio Ribeiro e Alcino Pereira de Abreu Filho, que trabalharam com

grande dedicação para que concluíssemos com êxito os nossos trabalhos.

Sala das Sessões, 18-9-1946. — *Café Filho.*

REQUERIMENTO

Requeiro que a Assembléa Constituinte faça sentir à Imprensa Nacional o seu reconhecimento pela maneira devotada e infatigável com que aquele modelar estabelecimento cooperou, em todos os seus serviços gráficos, para a elaboração da Carta Magna, desde os seus trabalhos preparatórios, tornando-se assim, merecedor de francos elogios todo o pessoal daquele importante órgão da administração pública.

Rio, 20-9-1946. — *Afonso de Carvalho.*

O SR. PRADO KELLY (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, eu tinha solicitado a V. Ex.^a, que lêsse os requerimentos.

Agradeço as informações, que acaba de prestar. É evidente que essas manifestações de pesar ou de regosijo da Assembléa podem ser submetidas a votação.

Estou certo de que V. Ex.^a reconsiderará sua decisão anterior, no sentido de cuvir a Casa sobre todos êsses requerimentos. (*Muito bem.*)

O SR. PRESIDENTE — Parece evidente, que houve pronunciamento em sentido contrário a qualquer votação.

O SR. ACURCIO TORRES — Mas não dessa matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Os nobres Representantes falaram em tese. Tive escrúpulo em receber requerimento, mesmo porque percebi que um deles se referia à minha pessoa. Por isso, devolvo à Casa a deliberação. Ela é soberana e poderá adotar a resolução que entender.

Consulto, portanto, a Assembléa sobre se quer examinar os requerimentos que acabo de ler.

O SR. ACURCIO TORRES — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Representante.

O SR. ACURCIO TORRES (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, devo dizer a V. Ex.^a, em nome do Partido Social Democrático, que estamos de acôrdo com a sugestão do nobre Depu-

tado Prado Kelly, e opinamos no sentido de que a Assembléa, ate por aclamação, conheça das moções enviadas à Mesa. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

O S. CLEMENTE MARIANI (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, desejaria saber se V. Ex.^a pretende submeter à discussão do plenário os requerimentos separadamente ou em globo.

O SR. PRESIDENTE — Era justamente o que pretendia fazer: ouvir o plenário sobre se deveu ou não ser submetidos à votação os requerimentos.

O SR. HUGO CARNEIRO (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, era nosso desejo apresentar moções congratulatórias. Diante, porém, das discussões travadas em tôrno da possibilidade ou não de serem as mesmas oferecidas, tivemos escrúpulo em submeter à apreciação de V. Ex.^a a que os membros da Mesa pretendiam encaminhar. Entretanto, já que o nobre líder da maioria acaba de pronunciar-se no sentido de serem votadas moções de solidariedade, de pesar ou de prazer, peço permissão para, acudindo à sugestão de S. Ex.^a proceder à leitura do seguinte:

REQUERIMENTO

Como homenagem tôda especial ao Presidente Melo Viana, que dirigiu desde o primeiro dia os trabalhos da Assembléa Constituinte, requeiro que todos os Senhores Representantes se mantenham de pé por um minuto saudando tão digna figura de brasileiro.

Sala das Sessões, 20 de setembro de 1946. — *Hugo Carneiro.* — *Gustavo Capanema.* — *Acúrcio Torres.* — *Gilberto Freyre.* — *Deodoro Mendonça.* — *Elói Rocha.* — *Aureliano Leite.* — *Miguel Couto.* — *Juscelino Kubitschek.* — *Jonas Correia.* — *Edgar de Arruda.* — *Pinto Aleixo.* — *Lauro de Freitas.* — *Odilon Soares.* — *Luís Carvalho.* — *Hamilton Nogueira.* — *Castelo Branco.* — *Nestor Duarte.* — *Alfredo Sá.* — *Daniel de Carvalho.* — *Artur Bernardes.* — *Alde Sampaio.* — *Altomar Baleeiro.* — *Dario Cardoso.* — *Ataliba Nogueira.* — *Clemente Mariani.* — *Antônio Feliciano.* — *Lepoldo Pêres.* — *Medeiros Neto.* — *Plínio Barreto.* — *Luís Cláudio.* — *Afonso Matos.* — *Aloisio de Castro.* — *José Bonifácio.* — *Dioclécio Duarte.* — *Hermes Lima.* — *Tavares d'Amaral.* — *José Neiva.* — *Paulo Nogueira.* — *Beni Carvalho.* — *Gofredo Teles.* — *Otávio Mangabeira.*

ra. — Pedroso Júnior. — Toledo Pisa. — Antenor Bogéa. — Tomás Fontes. — Leão Sampaio. — Vargas Neto. — Juraci Magalhães. — Magalhães Pinto. — José Augusto. — Agumemnon Magalhães. — Flores da Cunha. — Fernandes Távora. — Jales Machado. — Maurício Grabois. — Sousa Leão. — Mota Neto. — Monteiro de Castro. — Teódulo Albuquerque. — Altamirando Requião. — Raul Barbosa. — Argemiro Figueiredo. — José Romero. — Peretra Pinto. — Valfredo Gurgel. — Ademar Rocha. — Raul Pita. — Carlos Prestes. — Café Filho. — Prado Kelly. — Paulo Sarasate. — José de Borba. — Munhoz da Rocha. — Dantas Júnior. — Georgino Avelino. — José Varela. — Lauro Lopes. — José Alkmim. — Rul Almeida. — Altino Arantes. — Gabriel Passos. — Clodomir Cardoso. — Lauro Montenegro. — Jorge Amado. — Carlos Marighella. — Soares Filho. — Honório Monteiro. — Ernesto Dorneles.

O SR. HUGO CARNEIRO — A singela e patriótica homenagem que tenho a honra de encaminhar a Vossa Ex.^a está, também, assinada pelos mais eminentes membros da Assembléa. Para ela peço a aprovação do plenário.

Todos no recinto, nas tribunas e nas galerias, de pé, aplaudem demoradamente e calorosamente o Sr. Presidente, Senador Melo Viana.

O SR. CLEMENTE MARIANI — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Representante.

O SR. CLEMENTE MARIANI (Pela ordem) — Sr. Presidente, também a União Democrática Nacional não poderia deixar passar este momento, em que, terminados seus trabalhos, a Assembléa Constituinte se despoja do mandato recebido da soberania popular para, separada em Câmara e Senado, iniciar o exercício das atribuições específicas que são cometidas a esses órgãos pela Constituição, sem salientar a importância excepcional para o feliz resultado que atingimos do fato de, em delicado instante da vida nacional, haveremos encontrado uma pessoa, sob todos os títulos digna, de V. Ex.^a (Palmas), o Presidente que pôde, com tanto acerto, encaminhar os nossos anseios para soluções felizes.

Em outros Parlaentos, Sr. Presidente, fortalecidos por longa tradição e em cujo seio, através da especialização das funções, logo se destacam as personalidades aptas ao desempenho do cargo de Presidente ou de "speaker", não há dificuldades para encontrar nas grandes oportunidades como esta com que nos defrontamos, homens próprios para os lugares próprios. Entretanto, entre nós, foi sorte incomum acharmos, em V. Ex.^a neste delicado momento, a pessoa que, pela fidelidade aos ideais democráticos (palmas) em toda sua carreira já demonstrada, se encontrasse na situação de, dessa cadeira que V. Ex.^a tanto dignificou e ainda neste momento dignifica, pôde, com a garantia de todos os Partidos representados nesta Assembléa, assegurar a soberania nacional manifestando-se, aqui, sem pelas de qualquer espécie.

Sr. Presidente, a União Democrática Nacional acredita estar integrada no pensamento de toda a Assembléa quando, neste momento, pela minha palavra, se declara inteiramente solidária com a moção apresentada pelo nobre Representante. (Muito bem. Palmas prolongadas.)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Senhor Guaraci Silveira.

O SR. GUARACI SILVEIRA — Sr. Presidente, o Partido Trabalhista Brasileiro me encarregou de falar neste momento, para trazer sua solidariedade aos aplausos que a V. Ex.^a e à Mesa estão sendo tributados.

Durante os nossos trabalhos, tivemos na inteligência lúcida de V. Ex.^a um grande auxílio para que pudessemos chegar ao termo de nosso mandato como Constituintes, entregando à Nação brasileira sua Carta Magna. V. Ex.^a foi, para com os Deputados e Senadores, maiormente para com aqueles ainda inexperientes, como um verdadeiro pai, solícito a orientá-los, a ajudá-los de tal maneira que pudessem defender os direitos do povo que aqui estavam representando. E chegamos, Sr. Presidente, a um termo feliz!

A pessoa de V. Ex.^a não será mais esquecida por nós. Guardamos em nossos corações um lugar para o vulto impressionante do Senador Melo Viana, que durante todo esse tempo presidiu os trabalhos constitucionais.

O Partido Trabalhista Brasileiro tem, também, Sr. Presidente, — ao terminarmos as nossas lições em conjunto — uma palavra de saudação para os Srs. Senadores, que vão deixar este recinto a fim de ocupar

lugares na câmara alta. Para nós, seria grande alegria que nunca partissem; acostumamo-nos de tal maneira a vê-los conosco que iremos sentir-lhes profundamente a falta. Mas sabemos que, eles lá e nós aqui trabalharemos sempre pela felicidade de nossa pátria, e para que ela vença nos seus destinos e possa sobrepor-se a si mesma, respeitada por todos, no conjunto dos povos livres do mundo.

Sabemos que o nosso trabalho não está terminado. Demos ao povo uma Constituição, mas importa também que demos às crianças, que serão os homens de amanhã, aquele necessário sentido de respeito às leis do nosso país. E esperemos que os homens que vão nos governar, coloquem as leis do país de tal maneira acima de tudo, pela palavra e pelo exemplo, que a geração futura possa considerar verdadeiro crime pisar, de leve que seja, um de seus dispositivos. Só assim o nosso povo será realmente grande.

Apresentando, pois Sr. Presidente, a V. Ex.^a aos demais membros da Mesa e aos líderes desta casa as congratulações do Partido Trabalhista Brasileiro, hipotecamos também aos Srs. Senadores, que vão partir, o testemunho de nossa amizade.

Aqui ficaremos para continuar o bom combate e colaborar no engrandecimento de nossa grande pátria e pela felicidade de todo o povo brasileiro. Tenho dito. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Senhor Acúrcio Torres.

O SR. ACÚRCIO TORRES — Sr. Presidente, é chegado o momento dos justos louvores e confesso que nunca ocupei a tribuna desta Assembléa tão cheio de emoção e de responsabilidades.

Deveria dirigir-se a V. Ex.^a e à Assembléa Constituinte neste instante, o eminente Sr. Nereu Ramos, não houvesse a fortuna política do Brasil vindo buscá-lo, ontem, em nosso seio, para alçá-lo, com justiça, ao segundo posto da República. E essa fortuna política não veio buscar o Sr. Nereu Ramos em nosso meio apenas pela cultura e pela inteligência do ilustre catarinense, inteligência e cultura sempre ao serviço do Brasil; não veio tão pouco buscá-lo só por sua dedicação, por seu ingente esforço na elaboração da Carta Constitucional, que está a guiar os passos do Brasil desde ante-ontem, mas veio

também buscá-lo pelo patriotismo sem par, pelo patriotismo enexcedível que preside, desde os albores da sua vida pública, a todos os atos políticos do atual vice-Presidente da República. (*Muito bem*). Essa fortuna política, que alçou tão merecidamente o Sr. Nereu Ramos, fez com que para a minha humilde pessoa se voltassem as ordens do Partido Social Democrático, a fim de que eu viesse dizer a V. Ex.^a, Sr. Presidente, comungando no mesmo pensamento dos oradores que me precederam, que V. Ex.^a não desmentiu, na cadeira da presidência da Assembléa Constituinte, o seu passado, porque fomos encontrar em V. Ex.^a a mesma inteligência a mesma agilidade mental, o mesmo civismo e o mesmo patriotismo com que, desde anos, o vimos Secretário do Interior de Minas Gerais, Presidente da gloriosa Minas, Vice-Presidente desse governo aureolado, desse governo para o qual, com justiça, já estão chegando as bênçãos de todo o Brasil, desse governo que terminou em 24 de outubro de 1930 e que teve à sua frente a figura varonil, digna e respeitável do Sr. Dr. Washington Luís. (*Palmas*).

V. Ex.^a não desmentiu o seu passado. Ainda é o mesmo homem que fica a todo instante na trincheira do seu civismo.

Nesta hora, portanto, Sr. Presidente, de tão justos louvores, repito, o Partido Social Democrático vem trazê-los a V. Ex.^a e pede permissão para que os estenda ao Presidente, ao Vice-Presidente e ao Relator Geral da Comissão Constitucional, a esses homens que trabalharam 20 horas por dia na feitura inteligente e capaz da Magna Carta do Brasil. E o Partido Social Democrático também quer, neste instante, por seus deputados, despedir-se dos senadores de todos os Partidos que vão para a outra Casa do Poder Legislativo onde estarão vigilantes na guarda da Constituição e em tudo quanto diga de perto com os altos interesses da pátria e de seu povo.

Eram estas as palavras, Sr. Presidente, que eu precisava proferir no momento, cumprindo as ordens do Partido Social Democrático, desse partido que se sente feliz por ter concorrido para se construir a Carta Constitucional do Brasil num ambiente de mais completa cordialidade entre todos os homens, porque aqui homens vindos de todos os quadrantes políticos da pátria, todos nos demos

as mãos visando, antes e acima de tudo, a grandeza perene da pátria brasileira. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Senhor Carlos Marighela.

O SR. CARLOS MARIGHELA (*) — Sr. Presidente, Srs. Representantes, a bancada do Partido Comunista, solidarizando-se com a homenagem que se presta ao egrégio Presidente da Assembléia Constituinte, rende um preito de justiça ao homem que soube colocar-se, como patriota e democrata, no lugar que lhe havia sido destinado pela confiança de seus pares.

Sr. Presidente Melo Viana! O Partido Comunista associando-se a esta homenagem a V. Ex.^a quer declarar que o faz consciente da atuação e do papel que V. Ex.^a desempenhou, nesta Casa no alto cargo que lhe foi reservado, onde atuou, compreendendo que, dentro desta Assembléia, não se poderia estabelecer distinções entre os partidos. Procuro ressaltar este ponto, porque o Partido Comunista, perseguido e tendo pela primeira vez oportunidade de participar dos trabalhos de elaboração de uma Carta Constitucional, ainda era mal visto por muitos daqueles que não percebiam o alcance da missão a êle reservada na vida política do país.

V. Ex.^a, como homem inteligente, como democrata e liberal, viu a necessidade de nossa equiparação aos demais partidos registrados legalmente e que, como o nosso, procuram dar o seu esforço, o melhor de suas energias, para que tivéssemos uma Carta Constitucional democrática.

V. Ex.^a como tantas vezes o declarou, aqui representaria o papel de juiz. Cumpriu sua palavra e isso só o dignificou. Foi V. Ex.^a, nesta Casa, um verdadeiro magistrado.

Quando se presta portanto, homenagem, como esta a V. Ex.^a não poderíamos deixar passar despercebido este momento.

V. Ex.^a foi o juiz, posição a que o seu passado já o havia destinado, e à qual não poderia trair de maneira alguma, mantendo sempre suas atitudes anteriores de liberal e de democrata.

Discordamos várias vezes, Sr. Presidente, mas sabe V. Ex.^a que isso é da própria essência dos parlamentos, da própria essência da democra-

cia. Discordamos, procuramos assentar nosso pontos de vista, transformar nossos desacertos na melhor experiência, para que lucrasse a democracia. E cremos que o exemplo de V. Ex.^a é daqueles que devem ficar nesta Casa.

Soube V. Ex.^a ser enérgico nos momentos necessários, mas também usar da devida tolerância, quando precisa, para que pudesse ser conduzido o barco, que vinha das águas turvas e encapeladas da ditadura, para as da legalidade, que devem ser mansas e claras.

Por tudo isto, rendemos nossas homenagens a V. Ex.^a no momento em que nos separamos, no instante em que aqui ficamos os Deputados e V. Ex.^a se ausenta com os demais Senadores para as funções do Senado Federal.

Nada melhor do que ressaltar o papel que V. Ex.^a aqui desempenhou, as energias que despendeu para que realizássemos a nossa tarefa.

E, Sr. Presidente, como deixar de destacar a abnegação com que Vossa Excelência atuou nesta Casa, apesar de não muito jovem, quando, no cumprimento dos seus deveres, era o primeiro a apresentar-se, ainda nas sessões extraordinárias, convocadas para que apressássemos nossa tarefa constitucional?

Tudo isso é digno de relêvo e merece ser notado, neste instante, a fim de que se possa acentuar a colaboração inestimável com que V. Ex.^a contribuiu para trazermos nossa Pátria ao caminho da legalidade. E, pois, que V. Ex.^a o fez dignamente, como patriota, como democrata, tôda a Casa se levanta agora, num preito unânime de homenagem a V. Ex.^a, de reconhecimento aos seus méritos.

Eis porque a bancada comunista, associando-se aos sentimentos de tôda a Casa, pede seja o exemplo de Vossa Excelência assinalado e secundado por quem, daqui por diante, houver de conduzir esta magna Assembléia na defesa da democracia; e, mais do que isso, no cumprimento, na aplicação da Constituição de 1946, na sua preservação intransigente, tal como o fará o nosso Partido e, desta tribuna, já o declaramos.

Concluindo, Sr. Presidente, apresentamos a V. Ex.^a nossas sinceras congratulações pela obra de inestimável valor que aqui realizou e que há de perdurar, com alto exemplo de democracia e de patriotismo. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

(*) Não foi revisto pelo orador.

O SR. HERMES LIMA — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Representante.

O SR. HERMES LIMA — Sr. Presidente, a Esquerda Democrática associa-se à calorosa homenagem que a Assembléa está prestando a Vossa Excelência, neste momento.

Presidindo os trabalhos desta Casa, de liberalismo e de dignidade, que V. Ex.^a deu exemplo de compreensão há de passar à história política do nosso país. V. Ex.^a bem merece as que lhe estão sendo tributadas agora e das quais compartilhamos de todo o coração. (*Muito bem. Palmus.*)

O SR. GABRIEL PASSOS — Senhor Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Representante.

O SR. GABRIEL PASSOS (*) — Sr. Presidente, seria desnecessária minha presença nesta tribuna, desde que o nobre colega, Sr. Clemente Mariani, com o brilho costumeiro da sua inteligência, já foi fiel intérprete dos sentimentos gerais do nosso Partido.

Contudo, permitam V. Ex.^a e a Casa que particulariza, si possível, esta homenagem, de nós outros udenistas de Minas Gerais, para bem significar que os homens públicos do nosso Partido, da terra de V. Ex.^a, sabem apreciar devidamente o esforço incansável de V. Ex.^a, que, como bem salientou o Sr. Deputado Carlos Marighela, apesar da idade, se revelou profícuo e tenaz. V. Ex.^a estava sempre presente e com a lucidez de sua inteligência, com o seu espírito liberal deu demonstração de fervor público e de amor à obra que a todos nos empolgava, proporcionando-nos o exemplo a ser seguido.

Sobretudo, a conduta política de tolerância de V. Ex.^a seria a melhor recomendação, não só para seus seguidores, como para que outros postos lhe devessem ser atribuídos, os quais, merecidamente todos reconhecem, seriam bem desempenhados.

Assim, Sr. Presidente, a nossa palavra é uma palavra de aplauso e de comunhão com o sentimento geral desta Casa, pois nós, os udenistas de Minas Gerais, estamos certos e orgulhosos da maneira pela qual V. Ex.^a tão brilhantemente exaltou a presi-

dência da Assembléa Constituinte. (*Muito bem; muito bem.*)

O SR. FLORES DA CUNHA — Senhor Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Representante.

O SR. FLORES DA CUNHA — Senhor Presidente, sabe V. Ex.^a que ninguém admira e aplaude mais do que eu a ação patriótica e liberal exercida na presidência da Assembléa Constituinte por V. Ex.^a.

Como V. Ex.^a acabou de ler um requerimento — não sei bem por quem está subscrito — de agradecimento ao Secretário da Mesa, Sr. Lazari Guedes, ao vice-diretor, Sr. Nestor Massena, e ao diretor geral da Secretaria da Assembléa, quero dizer a V. Ex.^a, sem pretender fazer uma polianteia nestas mais do que justas homenagens, que também o funcionalismo da Câmara e, principalmente, o corpo de taquígrafos — êsses velhos e jovens servidores do Parlamento bem mereceram e merecem da Assembléa os maiores louvores, dirigido esse corpo pelo Srs. Euvaldo Peixoto, do Senado, e Armando de Oliveira Carvalho, da Câmara. (*Apoiados.*)

O Sr. Paulo Sarasate — A Imprensa Nacional igualmente.

O SR. FLORES DA CUNHA — Vou tornar extensivos a êsses também. Pode-se ver pela fisionomia que apresentam êsses funcionários, ao apagar das luzes da Assembléa Constituinte, o que foi o seu serviço e a exaustão que se lhes nota pelo excesso de trabalho prestado. O corpo de taquígrafos e o funcionalismo da Câmara...

O Sr. Aloísio de Carvalho — V. Ex.^a diria melhor da Assembléa uma vez que trabalharam aqui funcionários da Câmara e do Senado.

O SR. FLORES DA CUNHA — ... e do Senado, isto é, da Assembléa Constituinte, êsses nobres servidores da causa pública, dispenderam esforços extraordinários como é do conhecimento de todos. A eles os nossos louvores. Ninguém pode ignorar que, no funcionalismo da Câmara e do Senado, é que reside o verdadeiro nervo da ação parlamentar. São os materializadores das nossas atividades e do nosso esforço cultural e mental.

Desejo seja meu voto congratulatório extensivo à Imprensa Nacional e à imprensa em geral de todo o Brasil, que informa e orienta a opinião pública, e que tanto concorreu para

(*) Não foi revisto pelo orador.

que se re-implantasse em nosso país o regime democrático, o que quer dizer o regime da legalidade fora do qual não há salvação.

Congratulo-me, pois, Sr. Presidente, com V. Ex.^a, com os valorosos servidores da Câmara e do Senado e com a brilhante e valorosa imprensa do meu país. (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

O SR. HAMILTON NOGUEIRA — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Representante.

O SR. HAMILTON NOGUEIRA — Sr. Presidente, por delegação dos nobres Senadores venho aqui prestar dupla homenagem: a primeira, a V. Ex.^a, que soube dignificar o Senado, o qual inicia sua vida ativa enriquecido, dado o brilho com que V. Ex.^a dirigiu os trabalhos da Assembléa Constituinte; a segunda, de nós, velhos Senadores, aos jovens Deputados. Nesta hora nostálgica de separação, saímos saudosos do convívio seguido de 7 meses de trabalho, e nós todos, Senadores e Deputados saímos engrandecidos desse mútuo contato. Se fizermos, conscientemente, um exame do que éramos quando entramos nesta Casa, verificamos quanto fomos enriquecidos pela contribuição valiosa que recebemos de todos os Partidos políticos presentes; maior tolerância e amizade, compreensão mais ardente e um entusiasmo mais vivo foi o que resultou desse convívio de 7 meses.

Sr. Presidente, os Senadores da República dirigem aos seus colegas de Constituinte, os nobres Deputados, respeitosa homenagem, acentuando que será com grande alegria que haveremos de nos reunir novamente em sessão conjunta para grandeza da República. (*Muito bem muito bem. Palmas.*)

O SR. DANIEL CARVALHO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Representante.

O SR. DANIEL CARVALHO — Sr. Presidente, o velho Partido Republicano Mineiro, agremiação a qual se deve a fundação da República, contando com cerca de 40 anos de vida próspera em benefício do País, vem, pela minha voz e por delegação expressa de seu inclito Chefe Depu-

tado Artur Bernardes, associar-se às justas manifestações da Assembléa à pessoa do seu excelso Presidente.

Membro que fui da Assembléa Constituinte de 1934, tive a ventura de acompanhar a brilhante trajetória do mineiro ilustre que a presidiu, o Sr. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, nome que não pode ser esquecido neste momento, porque S. Ex.^a soube honrar a cadeira que V. Ex.^a ora ocupa e exaltar o nome de nossa terra natal, o Estado de Minas Gerais.

Dou, portanto, meu testemunho insuspeito de que outro mineiro, elevado a essa curul em ocasião tão difícil, em circunstâncias tão adversas, soube corresponder à confiança nêle depositada pelos seus pares e o respeito que o seu nome inspirava ao País.

As dificuldades que V. Ex.^a teve de vencer foram, sem dúvida, muito maiores do que as que se alicaram diante do seu antecessor, e se o nome de Antônio Carlos fica perpetuamente ligado à História do Brasil, por ter sido um dos autores, senão o maior autor da Constituição de 1934, cor certo, também, o nome de V. Ex.^a ficará vinculado à Constituição que promulgamos para o Brasil, e que representa a expressão dos anseios democráticos do nosso povo.

Os erros, mais evidentes da Constituição de 1934, estão corrigidos nesta. Esperamos todos, portanto, que a atual Carta Magna será duradoura e, enquanto existir, certamente há de ser lembrado o nome de V. Ex.^a, mesmo depois de passar pelas reformas que o tempo aconselhar.

Jamais poderá deixar de ser lembrado o homem que soube encarnar o espírito do seu tempo, revelando-se liberal, democrático, sincero e fiel executor do Regimento, com aquêlle alto espírito com que V. Ex.^a granjeou a estima de todos os partidos, de todos os Deputados e Senadores, colaboradores na obra que acabamos de terminar.

O Sr. Hugo Carneiro — Estima e admiração.

O SR. DANIEL DE CARVALHO — Costumavam os antigos romanos marcar com uma pedra branca os dias faustosos que desejavam assinalar pelos tempos em fora.

A Assembléa, por gande número de seus membros, lembrada desse costume romano e adaptando-o aos nossos tempos, deseja também marcar,

com uma pedra branca — mas em mármore — o nome de V. Ex.^a para ser eternamente admirado e reverenciado nesta Casa, que V. Ex.^a soube honrar por forma tão extraordinária, como acabo de dizer.

Estou certo que esta idéia, de assinalar a passagem de V. Ex.^a pela Presidência da Assembléa no mármore, há de receber inteiro acolhimento e será transformada em realidade, para que todos vejamos, diariamente aqui, este exemplo de abnegação, de sacrifício (*Muito bem*), de capacidade de trabalho, que excede a qualquer dos moços que aqui polejaram pela nova Carta Constitucional, deste homem cuja vida é de dedicação à causa pública, pontilhada de denúncias, em bem do seu Estado e do país.

O Sr. *Hugo Carneiro* — Muito bem: E disto acaba de dar exemplo agora.

O SR. DANIEL DE CARVALHO

— Sr. Presidente, não quero alongar-me, pois discursos foram proferidos e outros, certamente o serão, no sentido de render as devidas homenagens ao excelso Presidente da Assembléa.

Separamo-nos de V. Ex.^a, Sennor Presidente com saudade, fazendo votos para que a política — essa ceifadora de ilusões de que falava Raul Soares — poupe a velhice de Vossa Excelência. O Brasil ainda precisa das inspirações de seu patriotismo, das suas virtudes, das suas qualidades morais e desse espírito o desse senso de ordem apanágio da terra mineira! (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

O SR. OSÓRIO TUIUTI — Senhor Presidente, peço a palavra para apresentar um requerimento.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Representante.

O SR. OSÓRIO TUIUTI — Sr. Presidente, depois de ter ouvido uma série de votos congratulatórios, não poderia deixar de apresentar um requerimento a V. Ex.^a relativamente à data que hoje transcorre.

Como se sabe, é ela uma das mais caras ao Rio Grande do Sul, porque assinala a chamada República de Piratini, verdadeira preconizadora das liberdades públicas.

E' feliz coincidência que os trabalhos desta Constituinte terminem, exatamente, no dia 20 de setembro,

consagrado à mais grandiosa e mais cara das datas riograndenses.

Requeiro, por isso, a V. Ex.^a, Sr. Presidente, seja consignado em ata nosso voto congratulatório pela passagem desta data e, ao mesmo tempo, a transcrição no *Diário da Assembléa*, de pequeno trabalho que acabo de escrever sobre o assunto. Deixo de ler este trabalho porque os oradores são muitos e brilhantes e o tempo é escasso. (*Muito bem. Palmas.*)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. OSÓRIO TUIUTI EM SEU DISCURSO

Sr. Presidente, Srs. Representantes.

Bem conhecida é a data que hoje transcorre — 20 de setembro.

Foi a 20 de setembro de 1835 que se fundou, no Rio Grande do Sul, a *República de Piratini*.

Essa data é de glórias imensas da gleba riograndense. Reporta às mais caras tradições do Estado sulino.

Quanto de sacrifício, abnegação, patriotismo, resistência praticaram os bravos *farroupilhas*.

Pobres e andrajosos mantiveram, entretanto, 10 anos de lutas com o *Poder Central* (1835 a 1845). Escreveram élas verdadeira epopéia. Os lances heróicos foram comuns e cobriram de louros o gaúcho.

Essa epopéia sugere logo à lembrança as cargas de lança e espada, nos indômitos corcéis, pelas campinas imensas; os fogões crepitantes, onde corria o chimarrão e onde se assava o churrasco saboroso. A essas lides não faltou sequer o aborígene que lhe ofereceu contingentes, aos milhares.

Não erramos em dizer que a tradição mais pura do Rio Grande está representada na epopéia farroupilha.

Bento Gonçalves da Silva, Bento Manuel Ribeiro, Onofre Pires, Davi Canabarro são nomes respeitáveis e que bem honram essa grande luta pela liberdade.

Teve ela também a cooperação de elementos de outros Estados como: Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

Emergem, a cada passo, nessa luta, o grande italiano Giuseppe Garibaldi e sua companheira, a catarinense Anita! Escreveu, o casal, bela página de amor e de glórias.

Alguns desavisados dizem que essa revolução teve algo de separatista.

As rebeldias de então apenas significaram as asperezas da luta contra a Corte. Devemos estudar os homens e os fatos, reportando-nos à época em que viveram ou em que se realizaram.

A República de Piratini foi o meio encontrado para fazer oposição à Corte e desobedecer suas ordens absurdas. A origem da luta foi, aliás, como é sabido, o arbítrio e a prepotência do *Poder Central*.

Afora a colaboração dos demais Estados, podíamos citar o fato que se passou entre Caxias e Canabarro. Sabedor este da possibilidade de uma guerra com o Estado oriental, apressou-se em declarar a Caxias: "o dia em que os orientais, transpuserem as fronteiras do Rio Grande, encontrarei ombro a ombro os soldados do Piratini e os soldados de sua Magestade o Imperador do Brasil".

Caxias, indo pacificar o Rio Grande, fez os maiores elogios aos farrapos, à sua bravura, lealdade e pertinácia.

Os farrapos deram um grande exemplo de amor à liberdade. Como os Inconfidentes de 1789 e os pernambucanos de 1817, foram, os farrapistas, verdadeiros precursores da liberdade e da República, em nossa Pátria.

Honra especial também a esta Casa que permitiu, no art. 195, parágrafo único da Constituição, que continue a tremular nos pampas o pendão republicano de 1835.

O SR. CAFÉ FILHO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Representante.

O SR. CAFÉ FILHO (*) — Sr. Presidente, na homenagem prestada a V. Ex.^a homenageamos também todos que colaboraram para que o Brasil voltasse ao regime democrático. V. Ex.^a, em todos os instantes da nossa atividade, encarnou o espírito renovador que guiava os destinos da Assembléia Nacional Constituinte.

Vive o Brasil, o primeiro dia de vigência da sua nova Constituição; reorganizados seus poderes, com a separação dos corpos legislativos; estante o poder de elaboração de Decretos-leis que, por delegação nossa, exerceu o Poder Executivo, tem assim o povo brasileiro as vistas voltadas para seus

eleitos cuja primeira tarefa termina nesta hora.

Inicia-se, porém, nova tarefa, mais delicada talvez, mais trabalhosa e, por isso mesmo, mais patriótica, qual a de, através de leis, fazer cumprir a Constituição.

Não espere, Sr. Presidente -- e pronunciando o nome de V. Ex.^a refiro-me também ao povo -- não espere o povo brasileiro o milagre da Constituição. O sucesso dela, o prêmio, a recompensa do nosso trabalho, da nossa dedicação, está no esforço dos homens que forem convocados a executá-la.

Fazemos parte do Poder Legislativo, daquele poder que, de hoje em diante, há de elaborar as leis; mas a um outro poder -- o Executivo -- cabe o encargo da principal tarefa, no regime que, contra meu voto, foi adotado -- o regime presidencialista.

Esta Assembléia, Sr. Presidente, divide-se em partidos: partidos maiores e partidos menores. Assistimos ontem a um grande embate de forças partidárias, sendo vencedores aqueles que elegeram, no pleito de 2 de dezembro, o Sr. General Eurico Gaspar Dutra, Presidente da República.

A esses legisladores está confiada a responsabilidade dos destinos do Brasil sob a chefia do cidadão investido na mais reta magistratura do país.

Não vejo, Sr. Presidente, para uma política de conciliação e pacificação, ambiente melhor que este, no instante em que a Assembléia Constituinte se divide em Câmara dos Deputados e Senado Federal.

Devemos, a bem do Brasil, baixar o calor da nossa exaltação partidária e pensar nos destinos da pátria no momento difícil que estamos vivendo, não levando, curvados, como se vencidos, o nosso apóio incondicional ao ilustre cidadão que exerce a chefia suprema mas permanecendo vigilantes em relação aos atos do Poder Executivo, para que ele, com a nossa ajuda e com a nossa fiscalização, possa acertar sempre em benefício do povo e da grandeza do Brasil.

Não cooperarão com o Sr. Presidente da República, nesta hora, apenas os que vão formar com S. Ex.^a o novo gabinete que se anuncia; não cooperarão com S. Ex.^a somente aqueles que aqui votarem as medidas solicitadas pelo Executivo; com ele colaborarão, da mesma forma e com o mesmo patriotismo, aqueles que fiscalizarem os atos da administração, para que

(*) Não foi revisto pelo orador.

S. Ex.^a não se deixe conduzir pela influência dos amigos, quase sempre má conselheira.

Sr. Presidente, na hora em que nos vamos separar em Câmara e Senado, observam-se, fora do ambiente da Assembléa Constituinte, acontecimentos notáveis na política norte-americana e na vida internacional. Todos eles, estou certo, influirão diretamente — e por que não? — nos destinos do Brasil; e, se não nos apercebermos disto e não colhermos a experiência do passado, seremos fatalmente tomados de surpresa no dia de amanhã.

Não tenho a menor dúvida de que o mundo está vivendo dias de verdadeiro armistício e não de consagração da paz.

Atenção, portanto, legisladores e membros do Poder Executivo, para a gravidade do momento que o Brasil atravessa nas suas relações internacionais!

Aí está, Sr. Presidente, a massa, o povo que sofre a dureza da crise econômica. Falta pão nos lares; faltam gêneros de primeira necessidade em todos os recantos do Brasil; desorganizados estão os transportes, e, dentro desta crise, prepondera o espírito daqueles que querem continuar a explorar as misérias da população (*Muito bem.*)

Não é, Sr. Presidente, apenas a promulgação de um ato, a promulgação da Constituição que fará o milagre de resolver a crise cuja solução depende da cooperação de todos, de muitos e, particularmente, dos partidos ponderáveis da opinião pública.

Aí está o instante em que o Senhor Presidente da República deve voltar-se para aqueles que representam de fato, uma parcela da opinião pública e pedir-lhes, não cooperação para adesão, não cooperação para confessar-se vencidos, mas a assistência salvadora dos destinos da pátria.

V. Ex.^a, Sr. Presidente, político de Minas Gerais, e por isso mesmo formado naquela grande escola de liberalismo, deu às autoridades de hoje nobre exemplo. Aí estão as vozes de todos os partidos a aclamar o nome de V. Ex.^a. Por que? Porque V. Ex.^a, nesta Casa, eleito pelo Partido Social Democrático, não foi o presidente desse Partido, mas o Presidente da Assembléa Constituinte e

a Assembléa foi o povo brasileiro (*Muito bem. Palmas.*)

O SR. ABÍLIO FERNANDES — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Representante.

O SR. ABÍLIO FERNANDES (*Pela ordem*) — Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para trazer ao conhecimento da Casa o teor do requerimento da bancada comunista, que Vossa Ex.^a havia anunciado.

E' o seguinte:

Considerando que transcorre hoje o 111.^o aniversário do glorioso movimento democrático de 1835, no Rio Grande do Sul, conhecido como "Revolução Farroupilha".

Considerando que este movimento se revestiu de cunho nitidamente popular e progressista pelo seu caráter de luta contra a preponderância absorvente do Império, tomando tendência marcadamente republicana contra toda e qualquer prepotência e jugo.

Considerando que a Revolução Farroupilha mobilizou como um bloco coeso e uno todo o povo do Rio Grande do Sul, que superou a sua carência de recursos materiais com o entusiasmo e solidariedade moral forjados no calor da luta contra a mão opressora do Império, fazendo com que os exércitos populares de Bento Gonçalves, mal nutridos, cobertos de farrapos e quase desarmados, enfrentassem com êxito as bem organizadas tropas imperiais em várias batalhas, bando em prova a indomável bravura do povo gaúcho.

Considerando que a Revolução Farroupilha não constituiu realmente um movimento separatista, mas sim um levante autonomista do povo em armas, desiludido e desesperado com a opressão exercida pelos representantes na Província da ordem imperial.

Considerando que o 111.^o aniversário da Revolução Farroupilha transcorre nos dias históricos em que o povo amante da paz e da liberdade, acaba de derrubar a Carta fascista de 37 e de restaurar, em nossa pátria, o ambiente de liberdade e de democracia em que sejam garantidos os direitos individuais.

Considerando que houveram por bem os Representantes do povo, em sua sabedoria, consignar nas "Disposições Transitórias", a restauração dos símbolos estaduais, e que hoje

tremula, nos mastaréis do Palácio do Governo e nos edifícios dos pargos inesquecíveis, a gloriosa bandeira de 1835, que marca a epopéia grandiosa de Bento Gonçalves, honra do nosso passado que tanto influiu nos destinos políticos de nossa Pátria.

Requeremos que seja inserto nos anais desta Casa um voto de congratulações para com o povo do Rio Grande do Sul pela passagem do 111.º aniversário da Revolução Farrroupilha. (*Muito bem; muito bem.*)

O orador envia à Mesa o requerimento.

O SR. JOAO HENRIQUE — Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Representante.

O SR. JOAO HENRIQUE (*) (*Pela ordem*) — Represente nesta Casa do eleitorado do Triângulo Mineiro, Sr. Presidente, é com imenso prazer que me associa às justas homenagens aqui prestadas a V. Ex.ª, pela maneira altamente política com que conduziu os trabalhos da Terceira Constituinte do Brasil.

Foi naquela região que tenho a honra de representar nesta Assembléa, que V. Ex.ª se revelou o grande nome da magistratura mineira, tornando-se conhecido de todo o Estado. Ali, em sua figura impoluta de juiz e depois, ascendendo às mais altas posições políticas de Minas, V. Ex.ª, acima de tudo, em todos os postos, sempre se revelou magistrado. E ainda como juiz de alto porte tivemos V. Ex.ª presidindo os nossos trabalhos, lançando por toda parte o fulgor de seu caráter e de sua inteligência, igualando-se, para honra de todos nós, às figuras de Prudente de Moraes e de Antônio Carlos.

Sr. Presidente, o eleitorado do Triângulo Mineiro vem, pela minha palavra, associar-se à homenagens aqui prestadas a V. Ex.ª. (*Muito bem. Palmas.*)

O SR. GLICÉRIO ALVES — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Representante.

O SR. GLICÉRIO ALVES (*) — Sr. Presidente, em nome da bancada do Partido Social Democrático do Rio

Grande do Sul, venho trazer a solidariedade que emprestamos ao requerimento de congratulações do Partido Comunista com o nobre povo do Rio Grande do Sul, pela data de 20 de setembro que hoje transcorre.

Nenhum dos riograndenses, nesta Casa, de todos os Partidos, pretendia atribuir-se a primazia desse requerimento, porque é evidente que qualquer de nós tomaria, sem dúvida, a iniciativa de homenagear uma data tão cara ao coração riograndense.

Faz hoje 111 anos que Bento Gonçalves invadiu a cidade de Porto Alegre, não para separar o Rio Grande do Sul do resto do Brasil, como se diz, senão para terminar com as perseguições e opressões do Centro. O Rio Grande do Sul jamais foi separatista e jamais o há de ser. Queremos o Brasil forte, unido, coeso, mas não podemos calar a glória de ver daquelas bravos Farrapos que, durante 10 anos, sozinhos, mas fortes e corajosos, enfrentaram a Nação inteira que os oprimia.

Ao meu coração, principalmente, esta data é cara, porque foi na minha cidade natal, na minha heroica Rio Pardo que se travou o maior combate, no qual as armas farrroupilhas dominaram, por assim dizer, na década gloriosa de 1835.

Trago assim a solidariedade da minha bancada e a minha própria ao requerimento que acaba de ser formulado.

Quero, porém, Sr. Presidente, lembrar ainda a V. Ex.ª que desde o início da Sessão está sobre a Mesa requerimento que formulei, de louvor à Imprensa, pela colaboração preciosa que emprestou aos trabalhos da Assembléa. Quando já se encontrava na Mesa o requerimento, um nobre Representante propôs o mesmo voto. Tive então a idéia de retirar o que fizera para não parecer que fora sob a sugestão desse discurso que eu o apresentara. Posso, entretanto, invocar o próprio testemunho de V. Ex.ª. Sr. Presidente, de que, desde o início da Sessão, eu havia oferecido à Mesa o requerimento a que acabo de me referir.

Viso, com esta atitude, praticar um ato de justiça homenageando aqueles que tanto colaboraram conosco, levando os nossos trabalhos a todos os recantos do Brasil e fazendo com que

(*) Não foi revisto pelo orador.

fôsse conhecida e apreciada nossa atuação.

Terminando, Sr. Presidente, declaro que nos associamos à homenagem ao bravo povo do Rio Grande que agora vê tremular de novo a bandeira tricolor agitada por Bento Gonçalves naquela década gloriosa. (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

O SR. DARIO CARDOSO — Senhor Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Representante.

O SR. DARIO CARDOSO — Senhor Presidente, venho à tribuna para, associando-me, em nome da bancada pessedista de Goiás, às justas moções de aplausos aqui apresentadas, sugerir que na ata dos nossos trabalhos de hoje se insira também um voto de congratulações com a justiça eleitoral, cuja atuação e cuja integridade constituíram por sem dúvida, elementos dos mais poderosos para que o país chegasse ao estado a que atingiu com a promulgação da Constituição.

Não podemos, Sr. Presidente, deixar de encarecer, neste momento, o papel desempenhado pelos juizes brasileiros em prol da constitucionalização do País.

A conduta da magistratura, sobre palrando sempre a todos as paixões e se desenvolvendo num ambiente superior de integridade e de amor à pátria, constitui fator preponderante na tarefa de recondução do Brasil aos quadros da legalidade não podendo assim ser esquecida nesta hora.

Era este, Sr. Presidente, o requerimento que queria fazer em nome da bancada pessedista de Goiás: isto é, que a Assembléa ao finalizar seus trabalhos, lance em ata um voto de aplausos à justiça eleitoral pela sua atuação em prol da democratização do Brasil. (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

O SR. MEDEIROS NETO — Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Representante.

O SR. MEDEIROS NETO — Sr. Presidente, no início da sessão, coube-me a honra de formular moção de homenagem a V. Ex.^a e à Mesa, que presidira à terceira Assembléa,

plasmadora de mais uma Constituição, para reger os destinos democráticos do Brasil.

Foi empolgado por grande enlevo, que encaminhei essa moção a V. Ex.^a, Sr. Presidente. Neste instante, me anima sentimento de profunda gratidão a todos os meus colegas, por haverem legado ao País uma Carta Política, capaz de refletir os anseios de alma nacional.

Pela vez terceira, o Brasil inteiro acolhe com enternecimento, uma Constituição que bem pode estruturar e refletir os magnos reclamos da vida pública.

O Sr. José Cândido — Praza aos céus que por muitos anos!

O SR. MEDEIROS NETO — É uma Constituição, Sr. Presidente, que acredito possa romper as brumas do tempo e projetar-se para o futuro com a convicção de retratar os mais vivos pendores da nacionalidade.

Seu preâmbulo, atraindo a proteção de Deus, parece que de fato é uma correspondência, uma consonância, com a alma nacional que, embebida e enlevada na água do batismo da Fé, vem vencendo as idades e chegando até nós; ainda é o mesmo Brasil cristão de nossos antepassados, é a mesma Pátria de Pindorama, cujas flabelas enfunadas ao céu são gritos de amor, diante da consciência e da eternidade da História.

Todo o texto constitucional da Carta Política de 1946 é viva tradução, espontânea deliberação do povo brasileiro, através de seus representantes, no sentido de elaborar leis em correspondência com a alma da Nação.

Sr. Presidente, a consciência cristã nacional engalana-se e enfeita-se para acolher na Carta Magna, esperança, neste mundo conturbado de agora, nesta hora turva, por onde perlustramos. Acredito que, entre todos os textos constitucionais, que emolduram e culminam a vida pública da democracia dos povos, a nossa Constituição é padrão capaz de modelar a consciência democrática do mundo.

Não elaboramos uma Constituição retrógrada, passadica; de contrário, votamos e promulgamos uma Constituição que, de fato, preenche os anseios de nosso povo. A esperança do

mundo, nesta hora, em que todos os povos só esperam pela verdade, nós a temos, no preâmbulo e no sentido cristão, que anima nossa Carta Magna — Deus (*Muito bem; muito bem. Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE — Acham-se sobre a mesa os diversos requerimentos, a cuja leitura procedi.

Creio, que interpretaria o sentir da Assembléia — uma vez que todos eles tratam de moções congratulatórias — considerando-os aprovados (*muito bem muito bem; palmas*), com exceção do que se refere á pessoa do Presidente.

Como nos devemos separar, diante do imperativo de estar promulgada a Constituição, para nos constituirmos em Senado e Câmara, devo aos Srs. Representantes palavras de explicação e agradecimento.

De explicação dirigidas aos companheiros do Senado, isto é, informando-os de que estamos convocados, pelo nosso eminente Presidente, para segunda-feira, 23 do corrente, às 14 horas, no Palácio Monroe, antiga e já tradicional sede daquela Casa. E, quanto aos nobres Representantes da Câmara dos Deputados, nada teria a dizer-lhes, senão que o Regimento da Assembléia Constituinte, não tratando da separação, ao contrário, uniu-nos para sempre. Entretanto, a realidade, não é essa, porque, uma vez promulgada, a Constituição dá por terminados nossos trabalhos, em conjunto, e, assim, a exemplo do que acontece com o Senado, também SS. Exas. deverão reunir-se para início da legislatura parlamentar, sob a presidência do Deputado mais idoso, que coordenará os trabalhos preliminares.

Não quero indicar nominalmente o mais velho, porque não sei quem seja. Aquele, que se me afigura menos moço aqui, sou eu; mas vou-me embora. SS. Exas. terão, portanto, de resolver esse problema, às vezes um pouco delicado...

O Sr. Prado Kelly — Sr. Presidente, tive informações de funcionários da Mesa de que o Deputado mais idoso é o nosso distinto colega Sr. Graco Cardoso.

O SR. PRESIDENTE — Nestas condições, deixo a responsabilidade dos Srs. Representantes Prado Kelly e Fernando Távora, o dizer que o indicado é o Sr. Deputado Graco Cardoso. (*Palmas dirigidas ao Sr. Graco Cardoso*).

S. Ex.^a ficará com a incumbência de coordenar os trabalhos da Câmara dos Deputados em sua primeira sessão.

Feitas estas declarações, cumpre-me agora a última palavra, mais dolorosa para mim — a de despedida. Mas, meus senhores, venturoso é o homem que pode ter uma despedida destas. Minha resistência física cede, neste momento, e não posso expressar-lhes — tudo quanto agora desejaria, como agradecimento.

Resta-me, portanto, fazer votos pela felicidade de todos os companheiros da Constituinte. Que Deus olhe por eles, porque assim estará olhando para o Brasil, representado pela elite, que aqui se reuniu e deixou à nossa Pátria esse monumento, que é a Constituição de 1946, nascida das aspirações livres e democráticas do País. (*Palmas.*)

Todos temos — façamo-nos justiça — o máximo empenho no progresso e na felicidade da grande Pátria, que Deus deu e ainda maior legaremos às gerações porvindouras.

Levantemo-nos, pois, Senhores, pela prosperidade e pela grandeza do Brasil! (*Muito bem; muito bem! Toda a Assembléia, de pé, aplaude demorada e calorosamente.*)

Deixaram de comparecer 20 Senhores Representantes:

Partido Social Democrático

Amazonas:

Cosme Ferreira.

Ceará:

Moreira da Rocha.

Pernambuco:

Pessoa Guerra.

Rio de Janeiro:

Paulo Fernandes.

Getúlio Moura.

Miguel Couto.

Paraná:

João Aguiar.

Rio Grande do Sul:

Getúlio Vargas.

União Democrática Nacional

Maranhão:

Alarico Pacheco.

Plauí:

Antônio Corrêa.
Coelho Rodrigues.

Paraíba:

Adalberto Ribeiro.

São Paulo:

Mário Masagão.

Partido Trabalhista Brasileiro

Amazonas:

Leopoldo Neves.

São Paulo:

Marcondes Filho.
Hugo Borghi.

Partido Comunista do Brasil

Distrito Federal:

João Amazonas.

Partido Social Progressista

Ceará:

Olavo Oliveira.
João Adeodato.

Partido Democrata Cristão

São Paulo:

Manuel Vitor.

Levanta-se a sessão às 16 ho-
ras e 40 minutos.

Fim do XXVI Volume